



**Universidade de Aveiro** Departamento de Línguas e Culturas  
2017



**Universidade do Minho** Instituto de Ciências Sociais  
2017

**LÉLIAN PATRÍCIA DE OLIVEIRA SILVEIRA** **O OLHAR EUROPEU SOBRE O BRASIL: da  
exotização do paraíso à mercantilização turística**





**Universidade de Aveiro** Departamento de Línguas e Culturas  
2017



**Universidade do Minho** Instituto de Ciências Sociais  
2017

**LÉLIAN PATRÍCIA DE OLIVEIRA SILVEIRA**    **O OLHAR EUROPEU SOBRE O BRASIL: da  
exotização do paraíso à mercantilização turística**

Tese apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Estudos Culturais, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Maria Manuel Rocha Teixeira Baptista, Professora Auxiliar com Agregação no Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro.

Tese realizada no âmbito do protocolo de colaboração estabelecido entre a Universidade de Aveiro (DLC) e a Universidade do Minho (ICS). Apoio financeiro da CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil.







*Ao André, pelo amor e apoio incondicional, e, principalmente, por ter voado ao meu lado... ontem, hoje e sempre.*



o júri

presidente

Doutor Valeri Skliarov  
Professor Catedrático da Universidade de Aveiro

Doutor Hélder Ferreira Isayama  
Professor Associado da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil

Doutor Sílvio José de Lima Figueiredo  
Professor Associado da Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil

Doutor Jean Martin Marie Rabot  
Professor Auxiliar da Universidade do Minho

Doutora Maria Cristina Matos Carrington da Costa  
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro

Doutora Maria Manuel Rocha Teixeira Baptista  
Professora Auxiliar com Agregação da Universidade de Aveiro (Orientadora)



### **A menina que voa...**

*Do outro lado do mundo embarquei...  
Sem saber ao que vinha arrisquei...  
O cheiro do desconhecido...  
Um sabor temido...  
Porém decidido!  
Um povo diferente confesso...  
Onde o sabor da minha saudade provei...desenhei...  
Abraços de amor guardei, onde mais forte fiquei...*

*Neste tempo que cá estou tudo em mim mudou...  
Este sentir novo me estruturou ...despi-me de mim e do mundo e fui apenas eu e os meus livros por um segundo...  
Segundo longo e breve ...onde tudo o que se escreve seria muito mais que 4 anos de vida...  
4 vidas talvez...de vivências, de experiências sem fim...onde fiquei em mim...*

*Me encontrei...  
Desperta para a vida incerta, mas certa do brilho e da luz que sou!  
Num sentir que se traduz no prazer...na sensibilidade...na magia que hoje observo de trás...  
E me orgulho do que fui e sou capaz!  
Levo comigo cada pedacinho de quem me cruzei...amei...chorei ...abracei!  
Cresci e venci!*

*Gratidão à vida por quem sou aqui!  
Gratidão a quem me orientou, apoiou, escutou...  
Quem esteve sempre presente mas ausente...não de mim, mas no espaço...  
Parte do que sou aqui...te devo a ti!*

*Ensinar será sempre uma partida, um caminho de mim para uma chegada ao outro!  
Um sentir de alma, um sentir de artista no palco, um nervoso consciente...de um amor ardente...  
Do que sou para o mundo e do mundo que há em mim!  
Do outro lado do mundo em que estou...  
**Sigo agora o meu vôo!***

*Paula Martins  
Portugal, 2013/2017*



## **agradecimentos**

À Professora Maria Manuel Baptista por ter me ensinado a voar nas asas do conhecimento, à minha família, amigos e a todos que, de alguma forma, contribuíram, torceram e vibraram com a minha investigação.





## palavras-chave

Estudos Culturais, Pós-Colonialismo, Orientalismo, Turismo, Mercantilização, Brasil.

## resumo

As teorias pós-coloniais têm sido aplicadas e adaptadas as múltiplas ordens discursivas, dadas as relações de poder sobre as quais se expressam, de formas variadas, nos mais diversos contextos sociais. No campo do turismo, a teoria pós-colonial tem contribuído como suporte analítico para os estudos das representações imagéticas e textuais utilizadas na promoção e divulgação dos destinos turísticos. A linguagem promocional empregada na representação de países periféricos, ainda que de modo sutil, contribui para a manutenção da ideologia colonial e das estruturas de poder.

No caso do Brasil, as narrativas utilizadas na construção das imagens do país fazem parte das relações construídas, ao longo dos séculos, entre o país e os outros povos. De maneira geral, os estudos encontram-se ligados à matriz histográfica, relacionada ao processo de colonização e formação de identidade nacional. Outros, investigam a imagem do país sob a perspectiva do *marketing*.

Assim, considerando a importância da realização de estudos sobre a representação do Brasil e a relevância da temática relativa à exotização e mercantilização do Outro estabelecida pelo turismo, este estudo tem como objetivo investigar a imagem do Brasil a partir do conteúdo textual e visual das brochuras de promoção recolhidas nas operadoras de viagens nos cinco principais países europeus emissores de turistas para o Brasil – Alemanha, Itália, França, Espanha e Portugal – nos anos correspondentes às temporadas 2012/2013 e 2014/2015.

No que se refere à representação do Brasil nas brochuras analisadas, verifica-se que o país é representado a partir de três cartografias ou paisagens culturais imaginativas distintas: cultura rural e paisagem natural, cultura urbana e, ainda, uma vertente social humana. Além disso, cada uma das cartografias imaginativas encontradas no *corpus* analisado fornece um conjunto de referências responsáveis pela caracterização dos destinos.



**keywords**

Cultural Studies, Post-Colonialism, Orientalism, Tourism, Commoditization, Brazil.

**abstract**

Postcolonial theories have been applied and adapted to multiple discursive orders, given the power relations over which they express themselves, in varied forms, in the most diverse social contexts. In the field of tourism, postcolonial theory has contributed as an analytical support tool to the studies of imagery and textual representations used in the promotion and dissemination of tourist destinations. This is because the promotional language used in the representation of peripheral countries, even in a subtle way, contributes to the maintenance of colonial ideology and power structures.

In the case of Brazil, the narratives used in the construction of the country's images are part of the relationships built over the centuries between the country and other people. In general, the studies are related to the historical matrix, related to the colonization process and the formation of national identity. Others, investigate the country's image from a marketing perspective.

Considering the importance of studies on the representation of Brazil and the relevance of the theme related to the exotization and commodification of the Other established by tourism, this study aims to investigate the image of Brazil in written and visual texts used in tourist brochures collected from travel agencies in the top five European countries sending tourists to Brazil - Germany, Italy, France, Spain and Portugal - in the years corresponding to the seasons 2012/2013 and 2014/2015.

Regarding the representation of Brazil in the analyzed brochures, the country is represented by three different cartographies or imaginative cultural landscapes: rural culture and natural landscape, urban culture and, also, a human social dimension. In addition, each of the imaginative cartographies found in the analyzed corpus provides a set of references responsible for the characterization of the destinations.



## Índice

<b>Introdução .....</b>	<b>23</b>
<b>Capítulo 1 - Os Estudos Culturais, o pós-colonialismo e a (des)construção do Outro</b>	<b>37</b>
1.1. Estudos Culturais: contextualização e reflexão teórica .....	37
1.2. Estudos Culturais e pós-colonialismo no contexto da globalização .....	45
1.3. A orientalização do Novo Mundo – o caso do Brasil.....	55
<b>Capítulo 2 - Brasil: próximo do paraíso e distante da civilização .....</b>	<b>71</b>
2.1. A existência do paraíso e as notícias do Novo Mundo .....	71
2.2. Os primeiros registros sobre o Brasil: próximo do paraíso .....	80
2.3. O Brasil aos olhos dos viajantes estrangeiros: distante da civilização.....	95
<b>Capítulo 3 - A invenção da(s) identidade(s) nacional(is) do Brasil e dos brasileiros ..</b>	<b>113</b>
3.1. Antes da Independência – o Brasil Colonial.....	113
3.2. Depois de Independência - o Brasil Império .....	117
3.3. O Brasil República - a modernização .....	134
3.4. Do Estado Novo à contemporaneidade: das imagens internas à promoção externa...	163
<b>Capítulo 4 - Estudo das brochuras turísticas na Alemanha, França, Itália, Espanha e Portugal.....</b>	<b>171</b>
4.1. A contribuição metodológica na exploração e análise do material .....	171
4.2. Apresentação e análise dos dados .....	179
4.2.1. Apresentação geral do material .....	191
4.3. Exploração e análise textual e visual das brochuras turísticas .....	193
4.3.1. Brochuras alemães de promoção turística.....	193
4.3.2. Brochuras italianas de promoção turística .....	214
4.3.3. Brochuras francesas de promoção turística .....	231
4.3.4. Brochuras espanholas de promoção turística .....	251
4.3.5. Brochuras portuguesas de promoção turística.....	261
4.4. O olhar europeu sobre o Brasil: da exotização do paraíso à mercantilização turística.	277

4.4.1. Cartografia da cultura urbana .....	280
4.4.2 Cartografia da cultura rural e a paisagem natural .....	291
4.4.3. Cartografia social humana .....	297
4.5. Mapa conceitual da representação do Brasil nas brochuras turísticas analisadas.....	301
<b>Considerações finais, limitações e recomendações.....</b>	<b>305</b>
<b>Referências .....</b>	<b>315</b>
<b>Apêndice I.....</b>	<b>337</b>
<b>Apêndice II.....</b>	<b>342</b>

## Lista de Quadros

Quadro 1 - Cartografias ou paisagens e sub-categorias de representação do Brasil .....	174
Quadro 2 – Cartografias/paisagens e categorias gerais relativas ao Brasil.....	174
Quadro 3 - Brochuras turísticas produzidas pelas operadoras de viagens .....	180
Quadro 4 - Material analisado: brochuras turísticas por países,.....	181
Quadro 5 - Destinos promovidos e co-promovidos pelas brochuras turísticas.....	181
Quadro 6 - Operadoras de viagens alemães e o número de destinos por regiões.....	183
Quadro 7 - Operadoras de viagens italianas e o número de destinos por regiões .....	185
Quadro 8 - Operadoras de viagens francesas e o número de destinos por regiões .....	187
Quadro 9 - Operadoras de viagens espanholas e o número de destinos por regiões .....	189
Quadro 10 - Operadoras de viagens portuguesas e o número de destinos por regiões .....	191
Quadro 11 - Total de destinos, por regiões, promovidos pelas operadoras de viagens .....	191
Quadro 12 - Indicadores textuais das brochuras turísticas alemães .....	208
Quadro 13 - Indicadores visuais das brochuras turísticas alemães.....	209
Quadro 14 - Indicadores textuais das brochuras turísticas italianas.....	227
Quadro 15 - Indicadores visuais das brochuras turísticas italianas.....	228
Quadro 16 - Indicadores textuais das brochuras turísticas francesas.....	247
Quadro 17 - Indicadores visuais das brochuras turísticas francesas.....	248
Quadro 18 - Indicadores textuais das brochuras turísticas espanholas.....	258
Quadro 19 - Indicadores visuais das brochuras turísticas espanholas.....	259
Quadro 20 - Indicadores textuais das brochuras turísticas portuguesas .....	273
Quadro 21 - Indicadores visuais das brochuras turísticas portuguesas.....	274

## Lista de Figuras

Figura 1 - Mapa Político do Brasil: Estados e capitais promovidos pelas operadoras de viagens alemães.....	182
Figura 2 - Mapa Político do Brasil: Estados e capitais promovidos pelas operadoras de viagens italianas .....	184
Figura 3 - Mapa Político do Brasil: Estados e capitais promovidos pelas operadoras de viagens francesas .....	186
Figura 4 - Mapa Político do Brasil: Estados e capitais promovidos pelas operadoras de viagens espanholas .....	188
Figura 5 - Mapa Político do Brasil: Estados e capitais promovidos pelas operadoras de viagens portuguesas .....	190
Figura 6 - Mapa conceitual das tipologias de representações.....	211
Figura 7 - Mapa conceitual das tipologias de representações.....	230
Figura 8 - Mapa conceitual das tipologias de representações.....	249
Figura 9- Mapa conceitual das tipologias de representações.....	260
Figura 10 - Mapa conceitual das tipologias de representações.....	276
Figura 11 - Mapa conceitual: geografias e representações do Brasil nas brochuras turísticas alemães, italianas, francesas, portuguesas e espanholas .....	301



## Lista de Ilustrações

Ilustração 1 - Minas Gerais .....	200
Ilustração 2 - Brasil - Salvador da Bahia .....	200
Ilustração 3 - Blumenau .....	200
Ilustração 4 - Comemorações do Brasil.....	201
Ilustração 5 - Salvador da Bahia .....	201
Ilustração 6 - Hotéis de Luxo - Rio de Janeiro .....	202
Ilustração 7 - Rio de Janeiro .....	202
Ilustração 8 - Pantanal.....	203
Ilustração 9 - América Central, do Sul e Caribe.....	203
Ilustração 10 - Bahia.....	204
Ilustração 11 - Bahia.....	204
Ilustração 12 - Brasil.....	205
Ilustração 13 - Pantanal.....	205
Ilustração 14 - Salvador da Bahia .....	205
Ilustração 15 - Cataratas do Iguaçu e Salvador da Bahia.....	206
Ilustração 16 – Brasil.....	207
Ilustração 17 - Brasil.....	207
Ilustração 18 - Belo Horizonte .....	221
Ilustração 19 - Salvador da Bahia .....	221
Ilustração 20 - Brasil Colonial.....	221
Ilustração 21 - Salvador da Bahia .....	222
Ilustração 22 - Brasil.....	222
Ilustração 23 - Salvador da Bahia .....	222
Ilustração 24 - Brasil Colônia.....	222
Ilustração 25 - Natal .....	223
Ilustração 26 - Rio de Janeiro .....	223
Ilustração 27 - Natal.....	223
Ilustração 28 - Nordeste.....	223
Ilustração 29 - Amazônia .....	224
Ilustração 30 - Brasil.....	225
Ilustração 31 - Salvador da Bahia .....	225

Ilustração 32 - Amazônia .....	225
Ilustração 33 - Salvador da Bahia .....	225
Ilustração 34 - Natal .....	225
Ilustração 35 - Nordeste.....	226
Ilustração 36 - Natal .....	226
Ilustração 37 - Salvador da Bahia .....	241
Ilustração 38 - Salvador da Bahia .....	241
Ilustração 39 - Salvador da Bahia .....	242
Ilustração 40 - Rio de Janeiro .....	242
Ilustração 41 - Candomblé.....	242
Ilustração 42 - Brasil.....	243
Ilustração 43 - Rio de Janeiro .....	243
Ilustração 44 - Rio de Janeiro .....	243
Ilustração 45 - São Paulo.....	244
Ilustração 46 - Brasília .....	244
Ilustração 47 - Nordeste.....	245
Ilustração 48 - Nordeste.....	245
Ilustração 49 - Amazônia .....	245
Ilustração 50 - Amazônia .....	245
Ilustração 51 - Amazônia .....	245
Ilustração 52 - Rio de Janeiro .....	246
Ilustração 53 -Rio de Janeiro .....	246
Ilustração 54 - Recife.....	246
Ilustração 55 - Salvador da Bahia e Natal.....	254
Ilustração 56 - Brasil.....	254
Ilustração 57 - Salvador da Bahia e Porto de Galinhas .....	254
Ilustração 58 - Carnaval – Rio de Janeiro .....	254
Ilustração 59 - Nordeste.....	255
Ilustração 60 - Nordeste.....	255
Ilustração 61 - Brasil.....	256
Ilustração 62 - Fortaleza.....	256
Ilustração 63 - Brasil.....	257
Ilustração 64 - Brasil.....	257

Ilustração 65 - Brasil.....	257
Ilustração 66 - Rio de Janeiro .....	257
Ilustração 67 - João Pessoa .....	268
Ilustração 68 - Atibaia, Águas de Lindóia e Serra Negra.....	268
Ilustração 69 - Rio de Janeiro .....	269
Ilustração 70 - Salvador da Bahia .....	269
Ilustração 71 - Salvador da Bahia .....	269
Ilustração 72 - Nordeste.....	270
Ilustração 73 - Nordeste.....	270
Ilustração 74 - Brasil.....	271
Ilustração 75 - Brasil.....	271
Ilustração 76 - Brasil.....	271
Ilustração 77 - Brasil.....	272
Ilustração 78 - Amazônia .....	272
Ilustração 79 - Rio de Janeiro .....	272
Ilustração 80 - Brasil.....	272
Ilustração 81 - Recife.....	272



## Introdução

Ainda que a atividade turística seja entendida, em muitos países, como alavanca de desenvolvimento econômico é também considerada um fenômeno social, e pode ser explorada a partir de outras abordagens: geográfica, antropológica, sociológica, ecológica, econômica etc. Assim, o turismo é uma atividade complexa que não deve ser reduzida exclusivamente à prática comercial ou industrial, *marketing* ou gestão de produtos (Pereiro, 2009).

Do ponto de vista econômico, o turismo apresenta-se como uma atividade extremamente promissora para o desenvolvimento dos países. O seu desempenho está diretamente ligado à criação de empregos e infraestruturas, distribuição de rendimentos e, conseqüentemente, melhoria na qualidade de vida. Todavia, o turismo deve ser considerado não apenas como um tipo de negócio, mas como um poderoso cenário cultural, moldado por representações de lugares, povos, nações e culturas (Aitchison, 2001).

Na acepção de Moesch (2000) o turismo é uma combinação complexa de inter relacionamentos, mas cuja composição se integra numa prática social com base cultural, herança histórica, paisagem natural, relações sociais e intercâmbio de informações interculturais. Como uma prática social, envolve o corte com rotinas estabelecidas, representando assim uma ruptura no quotidiano cujo propósito é experimentar algo de extraordinário (Santos, 2008; Urry, 1996). Além disso, o turismo pode ser entendido como um fenômeno social multidimensional, no qual o espaço turístico é, respectivamente, “ator e palco das relações sociais, susceptíveis às mutações das experiências históricas e da própria dinâmica da paisagem” (Alves & Gomes, 2010, p. 1). Algumas vezes, as comunidades visitadas transformam-se em palcos de “encenações” com o único objetivo de satisfazer as representações imaginárias que os visitantes carregam na bagagem (Santos, 2008; Crick, 1989).

Além dos diferentes papéis desempenhados pelos atores envolvidos, existe também uma diferença cultural que supostamente seria catalisadora desta experiência prodigiosa (Santos, 2008; Nash, 1989). Desta forma, o turismo deve ser analisado numa ótica sócio-antropológica, com origem num intercâmbio sociocultural, uma experiência ritualística moderna, uma prática de consumo diferenciada e um instrumento de poder político-ideológico. A partir do fenômeno turístico há um “jogo de espelhos”, entre “nós” e os Outros; algumas vezes operando como “espelho côncavo, pelo que nos magnifica e outras como convexo, pelo que nos minora” (Pereiro, 2009, p. 10).

Dentro de uma perspectiva crítica, Caton & Santos (2008) argumentam que o turismo, através de seus vários sistemas e práticas, muitas vezes, contribuem para reforçar os modos de pensar essencialistas, que dividem as pessoas e os destinos através das linhas da cultura e da nacionalidade, principalmente, nos casos em que existem disparidades de riqueza e poder entre visitantes e o destino receptor, como no chamado “Terceiro Mundo”. Neste caso, ao promover a ideologia da superioridade, o “imaginário ocidental” contribui para a construção social de culturas exóticas, primitivas, sensuais, servis e dependentes do turismo para o avanço e modernidade. Face à vontade de experimentar o Outro, diferente e exótico, o turismo utiliza práticas de significação institucionais para promover uma apresentação, muitas vezes, redutora dos lugares e das pessoas, enquanto mero espetáculo de entretenimento (Santos, 2008). O que os turistas experimentam, observam e aprendem, na maioria das vezes, é condicionado por estruturas existentes de representações e interpretação do Outro (Andsager & Drzewiecka, 2002). Por outro lado, diante da atração pela novidade e diferença, inerentes ao ser humano, o Outro passa a ser exotizado e mercantilizado a partir do uso seletivo de imagens e descritores. Assim, os destinos turísticos são apresentados como autênticos “paraísos primitivos”.

No entanto, diante da sua importância como objeto de estudo, o turismo ainda é estigmatizado no campo das Ciências Sociais e Humanas, uma vez que é considerado, por muitos estudiosos, um assunto pouco sério ou de uma prática social vazia e negativamente conotada com o hedonismo (Santos, 2008). Destarte, os estudos acadêmicos têm dificuldades em investigar um fenômeno ligado às práticas de atividades pautadas pelo lazer e ócio.

Além da falta de atenção por parte das Ciências Sociais e Humanas, deve-se, ainda, considerar a complexidade do fenômeno e das representações coletivas produzidas por ele (Crick, 1989). Não obstante a sua crescente importância, objeto de uma interdisciplinaridade intrínseca e caráter eminentemente social e cultural (Silveira, 2007), ainda tem sido um tema pouco relevante, especialmente no que se relaciona às construções simbólicas.

Decerto, os estudos sobre o turismo são, frequentemente, permeados por preconceitos no conjunto da academia, não sendo comuns pesquisas que avancem para discussões teóricas, históricas, ontológicas e da atividade enquanto fenômeno. A matriz histográfica dos trabalhos em turismo tem por base, com regularidade, uma realidade europeia, própria de uma visão etnocêntrica. Ou, igualmente, resulta de pesquisas isoladas decorrentes dos seus efeitos econômicos (Santos Filho, 2007).

No entanto, os Estudos Culturais e Pós-Coloniais têm fornecido instrumentos conceituais que podem ser úteis para entender o que exatamente está em jogo em determinadas situações relacionadas com o turismo. Como teoria crítica, ao examinar os legados do colonialismo nas sociedades pós-coloniais, os Estudos Pós-Coloniais lidam com questões da cultura e identidade em países previamente colonizados, bem como suas auto e hetero-representações culturais. A ideia-chave da teoria pós-colonial é que o término do colonialismo formal e político, obtido através da independência das antigas colônias, não pôs um fim definitivo ao imperialismo nem às desigualdades coloniais. A descolonização cultural - muitas vezes referida como a descolonização da mente - tem sido um processo muito mais difícil do que a descolonização política, ou mesmo a descolonização econômica (Brito-Henriques, 2014).

A teoria pós-colonial tem sido virtuosamente usada em várias disciplinas, incluindo a literatura, as ciências políticas, a história, os estudos culturais etc. No turismo, mesmo de forma tímida, os estudos têm-se fundamentado teoricamente nos autores pós-coloniais na tentativa de traçar um paralelo entre o turismo e processo de subjetivação, bem como do poder, utilizados para representar simbolicamente a cultura do Outro (Derek, 2007). Isso porque, que em tempos pós-coloniais, o poder exercido pelo Ocidente não é mais estritamente militar, mas articula-se com as representações, textualidade e exercícios simbólicos de diversas formas com o poder.

Aitchison (2001), numa análise a partir dos autores pós-coloniais sobre a relação subalterna na construção performativa do Outro, identifica o desenvolvimento dos três campos disciplinares que têm experimentado um crescimento rápido ao longo das últimas duas décadas: o estudo do turismo, o estudo de gênero e a teoria cultural. Ao fazê-lo, argumenta que o turismo deve ser considerado não apenas como um tipo de negócio ou indústria, mas como um poderoso cenário cultural, moldado pelas relações de gênero, representações de lugares, povos, nações e, sobretudo, culturas. Através do material de promoção turística, a indústria do turismo é percebida como um discurso tendencialmente colonialista. Uma indústria que, conforme argumenta a autora, convida os turistas ocidentais a consumir lugares do “Terceiro Mundo” e pessoas como autênticos produtos de lazer.

Em síntese, a teoria pós-colonial opera com uma tensão paradoxal ao considerar o secular vocabulário europeu na tradução de experiências não-seculares e não-europeias (Chambers & Buzinde, 2015). Esta tensão entre a forma como os destinos são apresentados e sua real complexidade convida à reflexão sobre mecanismos que lhes estão subjacentes, que produzem

e reproduzem discrepâncias e revelam múltiplos nos interesses em jogo na criação das imagens turísticas (Santos, 2008; Cohen, 1993).

Na literatura turística, as pesquisas de Aitchison (2001), Brito-Henriques (2014), Caton & Santos (2008), Chambers & Buzinde (2015), Chetty (2011), Cohen (1979; 1988; 1993), Cordeiro (2010), Crick (1989), Dann (1996; 1998), Derek (2007), Echtner & Prasad (2003), Hassan (2008; 2014), Jenkins (2003), Palmer (1994), Morgan & Pritchard (1998), MacCannell (1992; 1999), Marques (2009), Santos (2008), Sinclair-Maragh & Gusoy (2015), Urry (1996), Wang & Morais (2014), entre outros, têm sublinhado a complexidade inerente às formas de representação e aos discursos turísticos, a partir da perspectiva pós-colonial. Alguns estudos têm-se concentrado na identificação do legado colonial em instituições e práticas contemporâneas, às quais o turismo está associado (Prasad & Prasad, 2002). Muitos autores sustentam que o turismo contemporâneo constitui uma forma atualizada de colonialismo e destacam a utilização dos padrões binários no discurso das representações do “Terceiro Mundo”; outros, apostam no colonialismo como uma das influências mais fortes na interpretação e interação entre diferentes culturas (Echtner & Prasad, 2003).

Ao problematizar a forma como o mundo é representado, os pesquisadores refletem o legado colonial ainda presente nas estruturas e práticas do turismo contemporâneo. Desta forma, as teorias pós-coloniais têm contribuído como suporte analítico para os estudos das representações imagéticas e textuais utilizadas na promoção e divulgação turística. A linguagem promocional empregada na representação do “Terceiro Mundo”, ainda que de modo sutil, contribuí, para a manutenção e o reforço da ideologia colonial e das relações de poder que lhes são próprias (Santos, 2008). Neste sentido, o turismo corrobora as fronteiras dicotômicas entre uns e os Outros, as quais, uma vez constituídas, se tornam ferramentas para (re)pensar e analisar a realidade. Ou seja, a partir do turismo pode-se compreender como nos imaginamos e somos imaginados.

No âmbito da promoção turística, os materiais de divulgação podem ser compreendidos como cartografias imaginativas de representação dos destinos e de sua inscrição no tempo. Eles integram uma economia específica de bens materiais e simbólicos, que representam a relação entre o destino e o consumo na contemporaneidade (Barreira, 2005). Caton & Santos (2008) argumentam que, em geral, a mídia reflete e perpetua o discurso colonialista através de padrões binários entre o Ocidente e os Outros, suportando uma ideologia de poder, visto que as ferramentas de promoção turística também podem ser entendidas como discursos, pelos



quais mensagens linguísticas e visuais são estrategicamente utilizadas para persuadir na tomada de decisão dos potenciais turistas (Hassan, 2014). Embora aparentemente inócuo na sua função principal de atrair visitantes, os materiais (textos e imagens) utilizados na promoção turística são fontes de mensagens subliminares, reforçando a percepção de um mundo exótico e cheio de promessa (Chetty, 2011).

Conceição (1998) destaca que, como origem da divulgação de um destino turístico, estará sempre um processo cultural, mediante o qual as atrações existentes (culturais ou naturais) são transformadas em algo que as transcenda, e que só pode ser entendido por referência ao grupo social ao qual se dirige. A atração turística é apresentada sob forma de uma espécie de mitologia, ou seja, um sistema de imagens manipuladas pela linguagem mediática, “com todo o potencial real dos nossos mitos dominantes de moldar nossos imaginários, influenciar nossas ações, conferir significados às nossas vidas e dar sentido à nossa história” (Hall, 2003, p. 29).

Urry (1996) sugere que boa parte daquilo que é apreciado pelos visitantes não é diretamente a realidade vivenciada, mas representações, ou melhor, aquilo que as pessoas “contemplam” são representações ideais da vida em questão, internalizadas através da publicidade promocional. Desta forma, o olhar turístico não é uma atividade individual, mas é, sobretudo, social e culturalmente organizado, na medida em que há profissionais que contribuem para a constituição deste olhar, através das campanhas publicitárias, guias de viagens, literatura e a mídia de maneira geral. Para o autor, a mídia exerce um impacto significativo, pois por meio dela as identidades coletivas das diferentes classes sociais e outras forças culturais são estruturadas através de grades - sistema básico de classificação -, ou seja, fronteiras que distinguem aquilo que é interno daquilo que é externo. Assim, as pessoas aprendem como e para onde olhar (Santos, 2008). Deste modo, as narrativas de viagens ora impõem seus próprios padrões culturais ao Outro, negando-lhes o direito à diferença, ora exaltam a dimensão exótica de realidade (Matos, 2010).

Além disso, a facilidade de viajar para os destinos, até recentemente definidos como de longo percurso, fornece estímulo à produção de materiais promocionais. De fato, a promoção turística tenta retratar as belezas e singularidades dos destinos (Aitchison, 2001), mas principalmente, as diferenças através do uso de estilos de linguagem e palavras cuidadosamente selecionadas (Hassan, 2014). O convite para recriar o “consumo colonial” é (re)forçado pelas imagens e pelo discurso da promoção turística produzidos pelos operadores

e exibidos nas prateleiras das agências de viagens, no qual são consumidos por potenciais turistas (Aitchison, 2001).

Aos turistas são apresentadas estruturas de lazer, modernos equipamentos hoteleiros e uma ampla oferta de serviços “*all inclusive*”, dentro dos padrões de conforto e comodidade estabelecidos e importados da Europa e Estados Unidos. Em contrapartida, há uma exotização da cultura através da mercantilização das manifestações folclóricas que, ao impor o lugar do Outro, cristaliza sua identidade de maneira exotizante (Moassab, 2012). Assim, para a maioria dos turistas, viajar para fora da Europa representa oportunidades reais de choque cultural e exotismo, ainda que temperado com outros ingredientes (Cordeiro, 2010).

Para ser aceite, o destino subalternizado deve ir ao encontro dos interesses dos mercados emissores, ávidos pelo exótico. Já aos habitantes, restam apenas atender aos intentos esperados pelos visitantes provisórios, sob pena de perder mercado para outro destino que se proponha a satisfazer os desígnios dos viajantes. Embora tais questões não envolvam os interesses diretos dos potenciais turistas e, mesmo que em alguns momentos apareçam de maneira subtil, prevalece, nos materiais de divulgação turística, um discurso eurocêntrico predominante, que vê o resto como Outro e contribui para a perpetuação de formas assimétricas de poder (Chetty, 2011).

Neste contexto mercadológico, Aitchison (2001) defende que o “sujeito falante” é, frequentemente, o operador ocidental e o discurso perpassa as ex-colônias e os povos outrora colonizados. Os destinos turísticos são, amiúde, representados por um conjunto de descritores que carregam um forte componente colonial, onde são vistos como paisagens místicas ou preciosas, conservados no tempo para serem explorados pelo potencial turista seu “estado natural”. Cohen (1988) observa o fato do discurso empregado pelos promotores turísticos conferir a cada destino grande parte das propriedades ou valores aos quais sua imagem está associada, uma vez que propagam e refletem uma “substância ficcional e onírica da cultura que os produz, selecionando e integrando certos elementos ou manifestações concretas dessa outra realidade em gavetas estruturais” (Cordeiro, 2010, p. 25).

Além de interrogar o conteúdo textual do discurso turístico, estudiosos têm dedicado atenção à linguagem visual nos materiais promocionais turísticos, uma vez que as imagens turísticas podem ser encaradas como narrativas contextualizadas dentro de discursos políticos, culturais e sociais mais amplos. Esta perspectiva encara as imagens dos destinos como “textos” que representam o mundo e transportam, implicitamente, determinados significados e valores

culturais. Assim, as imagens turísticas enquanto “textos e reservatórios culturais” se inserem na ideologia dominante de uma sociedade, refletindo e moldando discursos particulares sobre destinos e identidades. Estas não somente silenciam os aspectos desagradáveis dos destinos turísticos, como cristalizam o momento histórico colonial, ignorando qualquer forma de transformação, convertendo-a num produto mais apelativo e sugestivo (Santos, 2008).

Nesta ótica, as brochuras promocionais de divulgação turística são os principais veículos de comunicação entre a oferta e a procura no mercado turístico, com o principal objetivo de converter um potencial turista em um verdadeiro visitante. Na maioria das vezes, oferecem ao público consumidor o primeiro contato com o local a ser visitado e, com intuito de o diferenciar, selecionam imagens que contribuem para (re)criar ou reforçar estereótipos, posto que seu papel é proporcionar aos potenciais turistas não apenas o (re)conhecimento sobre o destino, mas sobretudo, despertar o desejo da compra do produto (Jenkins, 2003).

Destarte, as críticas sobre a exotização e a mercantilização dos destinos turísticos são aplicadas à América Latina, África, Caribe e alguns países do Sul europeu, pois como nota Cordeiro (2010) mesmo em latitudes tão diferentes, os locais não se diferenciam pelas realidades divergentes, “mas unem-se pela partilha de motivos ficcionais pré-turísticos que o olhar turístico neles projeta” (p. 133). A partir da análise das brochuras turísticas que representam diferentes países do designado “Terceiro Mundo”, Echtner & Prasad (2003) desvendam padrões de representações e revelam três mitos distintos: o mito do inalterado, o mito do irrestrito e o mito do incivilizado. Em síntese, o mito do inalterado envolve o regresso ao passado histórico cristalizado, em correspondência da falta de modernização daqueles destinos, em oposição ao Ocidente moderno e desenvolvido. O mito do irrestrito refere-se à apresentação de destinos tropicais como verdadeiros paraísos naturais, nos quais os nativos encontram-se disponíveis a atender a todas as necessidades dos visitantes, invocando assim, as relações assimétricas entre antigos colonizadores e colonizados. Já o mito do incivilizado descreve os destinos como selvagens e inóspitos, através da ênfase na vegetação primitiva, animais e anfitriões vestidos de maneira típica, ecoando uma versão nostálgica da era da colonização. Nesta versão, ao mundo não-ocidental atribui-se a condição de atraso e selvageria. As autoras observam que as representações que cercam esses mitos reproduzem formas coloniais de discurso ao destacar binarismos entre países industrializados – pós-modernos, desenvolvidos - e países do “Terceiro Mundo” – pré-modernos, pré-

industrializados, subdesenvolvido - mantendo, em um nível mais amplo a distribuição desigual do poder geopolítico.

Para Aitchiton (2001), o conjunto de descritores utilizados nas representações de destinos turísticos condizem a um legado colonial, no qual os destinos são vistos como paisagens naturais místicas, conservados no tempo e preparados para serem explorados no seu estado natural. Invariavelmente, essas representações, sejam elas de pessoas ou de lugares, transmitem impressões de espaços exóticos, virgens, naturais, selvagens e desejáveis. As paisagens naturais, amiúde, são representadas nas brochuras turísticas como tesouros escondidos ou como telas sobre as quais o turista tem a possibilidade de imprimir sua marca, sem resistência local. Além disso, embora o exótico, muitas vezes, seja resultado de representações caricaturais, constrói-se mentalmente através do reconhecimento da diferença e povoa a mente dos visitantes. Dentro de um ciclo de produção e consumo enraízam-se as diferenças culturais entre “nós” e “eles”, sendo inevitável que, dentro de um discurso dominante, “eles” não sejam apenas “eles”, com sua cultura e práticas diferentes, mas o Outro inferior, atrasado e, muitas vezes, primitivo e selvagem (Alves, 2011).

Em relação à África, muitos estudos estão ainda direcionados aos impactos econômicos da atividade turística e suas perspectivas enquanto alternativa futura do continente. Entretanto, são evidentes os reflexos neo-colonialistas no turismo em África e a necessidade de aproximação à matriz europeia, colaborando na perpetuação das relações de poder historicamente estabelecidas. Do ponto de vista dos países africanos sob domínio europeu, o período atual da globalização só fez mudar os atores dominantes (Moassab, 2012).

Alías, os debates sobre questões africanas são muitas vezes filtradas por abordagens epistemológicas produzidas no contexto ocidental (Chambers & Buzinde, 2015). Em muitos casos, a ideia central da atividade turística continua sendo a apresentação ao viajante de um *mix* entre o exotismo africano e a modernização europeia. Através de grandes empreendimentos turísticos, voltados exclusivamente para o turismo internacional, lugares e “não-lugares” funcionam como “polaridades fugidias”, coexistindo dentro de uma certa ordem, num “jogo embaralhado da identidade e da relação” (Augé, 1994, p. 74).

Sob o suporte analítico da teoria pós-colonial, Santos (2008) reflete sobre as imagens de Cabo Verde. Tal como outros destinos arquipelágicos, o país, enquanto destino turístico, caracteriza-se por uma oferta fortemente vocacionada para o produto sol e mar. Embora a atratividade turística de Cabo Verde seja vasta, a linguagem promocional impõe-se a partir de

determinados estandartes - praias paradisíacas, ambientes naturais, cultura africana, tradições ancestrais - passíveis de serem utilizadas por muitos outros destinos. Desta forma, identificam-se “imagens emblemáticas”, que acabam por se tornar *clichés* descritivos ou ilustrativos do país.

Brito-Henriques (2014) examina a forma como a África subsaariana está representada em uma revista de viagens em Portugal - *Blue Travel* - a fim de verificar em que medida a ideologia do colonialismo continua a moldar o discurso turístico pós-colonial do Sul da Europa. Como hipótese, o autor defende que a ideologia do colonialismo continua a operar ativamente através de representações, mesmo nas culturas colonizadoras não-hegemônicas, produzindo geografias imaginativas de alteridade, que permeiam todos os tipos de discurso e de meio social. O estudo sugere que não só existe uma evidente nostalgia do império no discurso turístico português sobre a África subsaariana, mas também que muitos mitos imperialistas continuam a circular difusamente na sociedade pós-colonial portuguesa e a moldar a forma como a África é imaginada.

De forma semelhante, alguns estudos têm investigado o modo como Outro representa a si mesmo no discurso turístico contemporâneo. Neste contexto, Hassan (2014), por exemplo, investiga a auto-representação da Malásia por meio do Conselho de Turismo da Malásia (MTB), responsável pela promoção do país. A autora aponta que a Malásia é composta por diversas culturas. Entretanto, devido ao interesse do visitante em vivenciar a singularidade do país e com o intuito de impulsionar notavelmente a atividade e, conseqüentemente, a geração de divisas, a promoção do turismo tem condensado os elementos culturais nas brochuras turísticas: pessoas de diferentes etnias, estilos de vida tradicionais, músicas e danças clássicas. Com isto, o discurso promocional tem cristalizado os elementos culturais ao apresentá-los como tradicionais e autênticos, em substituição a sua constante e real evolução.

Yan & Santos (2009), numa análise do vídeo promocional do turismo chinês - *China Forever* - constata correspondência direta com o discurso orientalista ao revelar, por um lado, uma China imutável, primitiva, nostálgica, mística, feminilizada e exótica, mas, por outro, uma China moderna, contudo, subjugada a autoridade da modernidade ocidental, coexistindo paralelamente e justapostas uma à outra.

Cordeiro (2010) apresenta uma análise da representação de Portugal em guias de viagens e artigos de imprensa publicados no espaço de expressão alemã entre 1980 e 2006, e reflete sobre as complexidades e os mitos do turismo, os mecanismos de percepção e a estruturação

do olhar turístico. Já Alves (2011) discute a representação de Portugal nos livros de viagens britânicos, editados na segunda metade do século XX. Assim como Cordeiro (2010), Alves (2011) também constata que Portugal dispõe de uma imagem sobre si próprio, enquanto destino turístico, alicerçada na paisagem natural, na cultura rural e no patrimônio histórico. Neste caso, a linguagem também perpassa pelo viés pós-colonialista, enquanto posição marginalizada de Portugal na Europa: “o destino Português parece, pois, adequar-se a um discurso que não é especificamente alemão”, inglês, ou mesmo de outra nacionalidade, “mas partilhado, pelo menos, no seio da cultura europeia, entrelaçando-se, na verdade, com a narrativa mais abrangente tecida pelo Ocidente moderno” (Cordeiro, 2010, p. 193).

Relativamente ao Brasil, o conjunto de narrativas utilizadas na representação do país faz parte das relações construídas ao longo de séculos. De maneira geral, os estudos encontram-se ligados à matriz historiográfica, relacionada ao processo de colonização e formação de identidade nacional, apontados por Sodré (1965; 1962; 1997), Schwarcz (1993; 2010), DaMatta (1986), Holanda (1969; 2000), Ortiz (2006), Leite (2007), França & Raminelli (2009), Chauí (2010), França (2012) etc. Outros, investigam a imagem do país sob a ótica do *marketing*, como, por exemplo, Aoun (2001), Bignami (2002), Silveira (2011), entre outros.

No entanto, diante da relevância do tema, poucos estudos investigam a forma como o Brasil é representado no contexto internacional. Dentre as principais investigações, destacam-se a pesquisa realizada por Ayala (2016) sobre o Brasil a partir da perspectiva de consumidores latino-americanos; a investigação de Buarque (2015) nos artigos jornalísticos publicados durante às duas Copas do Mundo, realizadas no Brasil (1950-2014); as contribuições de Viana (2014) sobre a imagem do Brasil na mídia impressa portuguesa no *Diário de Notícias* e o *Público*; o retrato do Brasil no *The New York Times*, analisado por Fensterseifer & Vanc (2014); a investigação de Nogueira & Burity (2014) sobre a construção da imagem do país no exterior a partir da diplomacia midiática no governo de Lula; o estudo de Brasil (2012) a respeito da forma de representar o país pelos correspondentes jornalísticos internacionais, entre outros.

Quanto à representação do Brasil enquanto destino turístico, o estudo de Mariutti, Giralaldi & Costa (2013) aborda a relação entre a imagem do Brasil e sua cultura, sugerindo estratégias de comunicação de *marketing* apropriadas no exterior. Já o estudo exploratório de Benedetti, Çakmak & Dinnie (2011) analisa a competitividade do Brasil no mercado holandês. Enquanto a investigação de O’Neil (2006) se aprofunda nas percepções de turistas britânicos sobre a

imagem do Brasil, o estudo de Rezende-Parker, Morrison & Ismail (2003) pesquisa a imagem do Brasil, enquanto destino de viagem dos norte-americanos.

Assim, considerando a importância da realização de estudos sobre a imagem do Brasil e a relevância da temática relativa à exotização e mercantilização do Outro estabelecida pelo turismo, este estudo tem como objetivo investigar a representação do Brasil a partir do conteúdo textual e visual das brochuras de promoção turística na Alemanha, Itália, França, Espanha e Portugal, nas temporadas 2012/2013 e 2014/2015.

A seleção dos países investigados relaciona-se com o fato de estes serem as principais nações europeias emissoras de turistas para o Brasil no ano de início desta investigação<sup>1</sup>. Além disso, estes países participaram na colonização e/ou migraram para o Brasil em algum momento da história, demonstrando, assim, vínculos históricos e contribuindo na formação da identidade nacional brasileira.

Contudo, os dados do Ministério do Turismo do Brasil (2014) demonstram que o percentual de visitantes europeus que desembarcam no Brasil é acanhado, se considerado os números de turistas recebidos<sup>2</sup>. Destarte, ratifica-se a necessidade de realização de pesquisas na área, uma vez que os números discretos podem vincular-se às representações do Brasil vigentes nestes países.

Como questão norteadora deste estudo, tem-se a seguinte indagação: de que forma a imagem do Brasil em brochuras turísticas que o promovem na Europa está condicionada pela mercantilização e exotização? Outras questões também guiaram o estudo: como o Brasil construiu, ao longo de séculos, o próprio discurso produzido para “exportar” a sua própria imagem? É possível identificar cartografias ou paisagens distintas na representação do Brasil em cada país? De que forma cada país europeu participante da pesquisa representa o Brasil nas brochuras turísticas? Existem semelhanças e discrepâncias na promoção do Brasil entre os países escolhidos como objeto da pesquisa? De que forma a representação do Brasil, não apenas reflete as relações de poder dentro de uma estrutura mundial binária e hegemônica (entre o Ocidente, moderno, desenvolvido, civilizado, racional e o Oriente, atrasado,

---

<sup>1</sup> Dentre os principais países europeus emissores de turistas para o Brasil, a Alemanha classificou-se na 1ª posição, a Itália na 2ª posição, a França na 3ª posição, a Espanha na 4ª posição e Portugal na 5ª posição, de acordo com o estudo divulgado pelo Ministério do Turismo do Brasil (2013).

<sup>2</sup> De acordo com estudo realizado pelo Ministério do Turismo (2014), o Brasil recebeu, em 2012, o total de 5.676.843 turistas estrangeiros, todavia 4.6% de turistas alemães, 4.1 % de turistas italianos, 3.9% de turistas franceses, 3.2 % de turistas espanhóis e 3% de turistas portugueses.

subdesenvolvido, selvagem e irracional), como também contribui para a manutenção de novas formas ideológicas do colonialismo? E, por fim, como a representação do Brasil nos países analisados exerce uma função de espelho, refletindo, ainda hoje, o próprio “eu” colonial dos países europeus emissores de turistas para o Brasil, selecionados como objeto desta investigação?

Na tentativa de responder às questões aqui apontadas, a presente investigação encontra-se estruturada em 4 capítulos. No capítulo 1, o suporte teórico dos Estudos Culturais e dos Estudos Pós-Coloniais revêem a literatura científica desta área que permite compreender a (des)construção do Outro pós-colonial. Enquanto a literatura pós-colonial aponta as marcas deixadas pelo processo colonização e pela dicotomia cultural, que permanece mesmo para além do domínio imperial. Por outro lado, o caráter interdisciplinar dos Estudos Culturais, nos quais os principais campos de enfoque incluem as pesquisas relacionadas aos discursos de poder, raça, etnicidade, gênero, nacionalismos, identidades culturais, colonialismo e pós-colonialismo (Nelson, Treicher & Grossberg, 1992; Baptista, 2009), permite, neste caso, cruzar os campos da história, perpassar pela identidade nacional, transcorrer pela cultura até a representação do Outro no turismo.

Dentro deste contexto, no primeiro capítulo traça-se o percurso historiográfico dos Estudos Culturais e neles a emergência dos Estudos Pós-Coloniais, assim como se apresenta o quadro histórico-cultural do Brasil, que embora não se localize no Oriente, foi sendo construído dentro de uma suposta essência orientalizante. Sendo assim, o primeiro capítulo procede a uma revisão bibliográfica pelos principais autores dos Estudos Pós-Coloniais, autores centrais e alguns seminais dos Estudos Culturais: Edward Said (1990; 2007; 2011), Stuart Hall (1996; 1997; 2003), Gayatri Spivak (1985), Home Bhabha (1998), Frantz Fanon (1951; 1962), entre outros, que ousaram denunciar e desconstruir os discursos de poder presentes entre (ex)colonizadores e (ex)colonizados.

Apesar do processo orientalização do Brasil começar a ser discutido no final do capítulo 1, é exatamente nos capítulos 2 e 3 que a discussão se aprofunda. Aqui, são exploradas as dimensões e os fatores que, ao longo de séculos, tiveram um papel importante no modo de representação do país: a história colonial e cultural, as práticas sociais e políticas que participaram na formação identitária do Brasil, articuladas com as estratégias de *marketing* que o país, por meio dos seus órgãos institucionais, utilizou nas últimas décadas para projetar internacionalmente uma imagem de si próprio. No capítulo 2 apresentam-se os primeiros



relatos sobre o Novo Mundo, realizados por jesuítas e viajantes, que desembarcaram na colônia nos primeiros séculos de colonização: Pêro Vaz de Caminha, Manuel de Nóbrega, Pêro de Magalhães Gândavo, José de Anchieta, Gabriel Soares de Sousa e Fernão Cadim. Da mesma forma, realiza-se um levantamento da literatura de viagens, que alimentam o imaginário europeu sobre o Brasil por mais de três séculos.

O capítulo 3 é embasado na produção intelectual nacional brasileira que, a partir da matriz eurocêntrica, contribui na ratificação da ideologia do colonialismo: Nina Rodrigues, Sílvio Romero, Aluísio de Azevedo, Euclides da Cunha, Oliveira Viana, Paulo Prado, Gilberto Freyre, Caio Prado Junior, entre outros. Além disso, o Estado brasileiro também participa na produção da falsa ideia de democracia racial, emoldurada pelo erotismo das manifestações culturais miscigenadas e dos recursos naturais inesgotáveis, projetando esta mesma imagem para o exterior.

O capítulo 4 é reservado ao estudo empírico. Como procedimento metodológico opta-se por uma revisão da literatura para alicerçar a metodologia de análise que se utiliza para investigar as representações dos destinos turísticos. A análise de conteúdo (Bardin, 1991) e a abordagem semiótica (Barthes, 1982) apresentam como os métodos mais adequados para atingir os objetivos, principalmente porque permitem acessar as realidades subjetivas e simbólicas implicadas nas representações imagéticas e culturais envolvidas na percepção do Outro nas brochuras turísticas. De seguida, na tentativa de se identificar os principais sentidos assim atribuídos ao Brasil, analisam-se as mensagens das referidas brochuras turísticas a partir de três cartografias ou paisagens culturais que emergiram no processo de exploração do material: cultura rural e paisagem natural, cultura urbana e, ainda, uma última de cariz social humana. De maneira geral, ao visitante é proposto a possibilidade de descobrir e desfrutar de paraísos inalterados, marcados pela diversidade e riqueza das paisagens naturais. Grande parte do patrimônio material apresentado nas brochuras turísticas aqui analisadas, encontra-se ligado à presença europeia, reforçando aspectos marcantes da colonização do país.

No entanto, se por um lado, a Europa foi responsável pela civilização do país, por outro, atribui-se a miscigenação racial o exotismo das manifestações culturais, o comportamento erotizado e a espiritualidade da população brasileira. Aos turistas são apresentados essencialmente espaços “turistificados”, superestruturas de lazer, modernos equipamentos hoteleiros e uma ampla oferta de serviços, dentro dos padrões de conforto e comodidade

estabelecidos e importados da Europa, formando um conjunto de atributos utilizados para seduzir e conquistar o potencial visitante.

## Capítulo 1 - Os Estudos Culturais, o pós-colonialismo e a (des)construção do Outro

Em nossa época chamada pós-colonial, na qual o imperialismo é visto como substituído pela globalização, a pele branca continua agradando, as filhas continuam sendo vendidas, e os mitos imperiais continuam gerando significados, desejos e ações. Falta muito para que nos descolonizemos. - *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação* (1999) - Mary Louise Pratt.

### 1.1. Estudos Culturais: contextualização e reflexão teórica

Inicialmente organizado a partir da Escola de Birmingham e, muito embora, rejeite uma definição genérica, os Estudos Culturais podem ser compreendidos como “um campo interdisciplinar de estudo organizado em torno da cultura como conceito central” (Hall, 1997<sup>a</sup>, p. 11). Como expressão da contemporaneidade (Martins, 2016), podem igualmente ser traduzidos como um “campo gravitacional” de abordagem à complexidade das questões culturais (Baptista, 2012), optando por um “politeísmo metodológico” (Martins, 2012). São, portanto, detentores de “uma permeabilidade, uma multiculturalidade e uma multidisciplinaridade que lhes conferem uma capacidade de comunicar vários sistemas, de forma a abarcar e analisar vários temas de modo inter-relacionado” (Maia & Baptista, 2013, p. 104). Sob uma perspectiva mais incisiva, são frequentemente anti-disciplinares ao se apresentarem como uma prática dispersa (Baptista, 2009), em uma relação permanentemente desconfortável com as disciplinas acadêmicas. Ou seja, atuam na tensão entre suas tendências para abranger tanto uma concepção ampla, antropológica, de cultura, quanto uma visão estreitamente humanística de cultura, uma vez que

diferentemente da antropologia tradicional (...) eles se desenvolveram a partir de análises das sociedades industriais modernas. Eles são tipicamente interpretativos e avaliativos em suas metodologias, mas diferentemente do humanismo tradicional rejeitam a equação exclusiva de cultura como alta cultura e argumentam que todas as formas de produção cultural precisam ser estudadas em relação à outras práticas culturais e às estruturas sociais e históricas (Nelson, Treicher & Grossberg, 1992, p. 13).

No entanto, independentemente de sua natureza multidisciplinar, interdisciplinar, pós-disciplinar ou até anti-disciplinar, os Estudos Culturais têm um caráter articulador ao procurar atender “as múltiplas dimensões em que o desenvolvimento e as alternativas se colocam, sabendo de antemão da incompletude de todas as culturas” (Simões, 2014, p. 145). Tal perfil faz dos Estudos Culturais um campo avesso ao reducionismo epistemológico (Veiga-Neto,

2000), posto que centrar as suas análises nos fenômenos culturais não implica reduzir tudo à cultura, mas significa assumir que a “cultura é uma das condições constitutivas de existência de toda prática social” (Hall, 1997<sup>a</sup>, p. 33).

Storey (1997) sublinha que os Estudos Culturais não podem ser reduzidos ao estudo da cultura popular, nem tampouco ao conceito estreito da estética, mas das (inter)relações sociais de um povo ou de um grupo. Deste modo, trata-se de investigar os aspectos culturais da sociedade, ou seja, de tomar a cultura como resultado da prática social e não como um elemento exógeno ou separado (Baptista, 2009).

De fato, os Estudos Culturais buscam manter um equilíbrio entre os diferentes momentos da produção cultural – material, simbólica, textual e produção do consumo. Sendo assim, limitar o foco a um só momento, “e pensar que irá adequadamente explicar os outros, é pensar e agir ideologicamente” (Storey, 1997, p. 2). Neste sentido,

o objetivo é descentrar o “texto” como objeto de estudo. O “texto” não é mais estudado por si mesmo, nem mesmo pelos efeitos sociais que se pode pensar produzir, mas sim pelas formas subjetivas ou culturais que ele realiza e disponibiliza. O texto é apenas um meio do Estudo Cultural; (...) talvez, seja uma matéria-prima a partir da qual podem ser abstraídas certas formas (por exemplo, de narrativa, problematização ideológica, modo de endereço, posição do sujeito etc. (Johnson, 1997, p. 97).

Na concepção de Costa (2000), uma das contribuições mais relevantes dos Estudos Culturais talvez seja o fim do “elitismo edificado”, contribuindo na desconstrução dos binarismos tão fortemente desenvolvidos pelas epistemologias tradicionais. Ao configurarem em um movimento da periferia para o centro, operam uma reversão na tendência naturalizada de admitir a perspectiva hegemônica, especialmente no que respeita aos temas de classe, gênero e raça. Aliás, a naturalização é precisamente objeto de contestação nos Estudos Culturais, uma vez que muito do seu trabalho

consiste na contestação dos limites socialmente construídos (por exemplo, de classe, gênero, raça etc.) nas mais diversas realidades humanas. (...) Não admira, por isso, e desde logo pela marca da contestação e crítica constantes com que nasceu e da qual se alimenta, que este domínio científico tenha tantas dificuldades em auto limitar-se (Baptista, 2012, p. 17).

A construção das suas perspectivas teóricas recebe aportes de diferentes campos epistemológicos e políticos: desde o marxismo e o feminismo até a psicanálise, o estruturalismo, o pós-estruturalismo, o pós-modernismo, a postura crítica da Escola de Frankfurt, as reflexões preconizadas por Marx e a teoria hegemônica de Gramsci. Contudo,

isso não significa que não se submetam criticamente a estas influências. Longe disto, Hall (2003) adverte que a “única teoria que vale a pena reter é aquela que você tem de contestar, não aquela que você fala com profunda influência” (p. 204).

Da mesma forma, vale-se do marxismo para compreender a cultura na sua “autonomia relativa”, mas sobretudo do conceito de hegemonia de Gramsci, para argumentar que, nos Estudos Culturais, a cultura é o principal *locus* da luta ideológica, o cenário de forças contra-hegemônicas de resistência (Costa, 2000; Kellner, 2001). Do pós-estruturalismo, os Estudos Culturais reconhecem o caráter discursivo do social, através das obras de autores como Derrida, Foucault, Deleuze etc., na argumentação contra as teorias estruturalistas da linguagem. Em uma posição dicotômica entre o estruturalismo e o pós-estruturalismo, a abordagem, neste caso, passa a ser “bastante livre e dinâmica, saindo da rígida formalidade descritiva do estruturalismo e acrescentando ao pós-estruturalismo uma dimensão mais virada para as práticas quotidianas do ser humano” (Neves, 2009, p. 234). Incrédulos quanto a metanarrativas, o conceito de pós-modernismo começa a ser debatido nos Estudos Culturais, por autores como Jean-François Lyotard, em *The Postmodern condition* (1979) e Richard Rorty, em *Contingency, irony and solidarity* (1989). Logo, o terreno do pós-modernismo torna-se um campo fecundo para as teorias pós-coloniais e as grandes narrativas são substituídas pela história das migrações pós-coloniais e da diáspora cultural e política, que marcam a contemporaneidade: “os esquecidos [levantaram] a cabeça e começaram a falar, contando as suas histórias de marginalidade e de esquecimento” (Neves, 2009, p. 236).

Neste sentido, diferentes tradições dos Estudos Culturais se desenvolvem a partir de esforços para compreender os modos de construção política e social que moldam a sociedade moderna do pós-guerra: a industrialização, a modernização, a urbanização, a comunicação de massas, a mercantilização da vida cultural, o colapso colonialista ocidental, o pós-colonialismo, o neocolonialismo, a globalização econômica, a emergência de novas formas de imigração, os nacionalismos, as hostilidades raciais e religiosas (Nelson, Treicher & Grossberg, 1992). O mesmo ocorre com as questões relacionadas à sexualidade, ao gênero, às representações identitárias, desterritorialização da cultura, fenômenos de terrorismo, choques civilizacionais, a crise ambiental global, entre outras temáticas (Baptista, 2009). Assim, constituem um compromisso político, não em um sentido pragmático imediato (Johnson, 1997), mas a partir de

um corpo de teoria gerado por investigadores que consideram a produção de conhecimento teórico como uma prática política. Aqui, o conhecimento não é um fenômeno neutro ou objetivo, mas a questão de posicionamento, ou seja, do lugar de onde se fala, para quem se fala e com que objetivos se fala (Barker, 2003, p. 5).

Ademais, conectados politicamente, nos seus primórdios, com a *New Left* britânica (Martins, 2012) os Estudos Culturais interessam-se pelas formas como o poder se infiltra e se posiciona, contaminando e delimitando as atividades dos indivíduos dentro da própria sociedade. Este poder opera através de micro-poderes, no sentido foucaultiano do termo, aos níveis da comunicação, da linguagem e das formações discursas (Maia *et al.*, 2013). Para Stuart Hall,

isso define os Estudos Culturais como um projeto (...) não apenas devido ao seu desenvolvimento interno teórico, por vezes estonteantes, mas por manter questões políticas e teóricas numa tensão não resolvida e permanente. Os Estudos Culturais permitem que essas questões se irriem, se perturbem e se incomodem reciprocamente, sem insistir numa clausura teórica final (2003, p. 213).

Neste contexto, a história dos Estudos Culturais entrelaça-se com a trajetória da *New Left*, de alguns movimentos sociais (*Worker's Education Association*, *Campaign for Nuclear Disarmament*) e a publicação da *New Left Review* – conjecturada em torno de respostas políticas à esquerda. Ademais, tendo como editor Stuart Hall, no período entre 1958 a 1961, “a revista foi foco de discussão sobre novas compreensões de classe social, movimentos sociais e políticas, da questão do desarmamento nuclear e (...) sobre a incipiente questão racial britânica” (Sovik, 2003, p. 11). Dentro do ambiente fragmentado da esquerda acadêmica, os Estudos Culturais apresentam uma promessa intelectual especial ao tentar atravessar, de forma explícita, interesses sociais e políticos diversos e partilhar um compromisso de examinar práticas culturais, do ponto de vista das relações de poder (Nelson, Treicher & Grossberg, 1992).

Aproximando-se do vasto campo das práticas sociais e dos processos históricos, os *cultural studies* preocuparam-se, em primeira mão, com os produtos da cultura popular e dos *mass media* que expressavam os rumos da cultura contemporânea (...). Acompanhando um movimento de resgate, iniciado dentro mesmo da sociologia (...), foram sendo recuperadas, entre outras aproximações, as perspectivas da fenomenologia, da etnometodologia e do interacionismo simbólico (Escosteguy, 1998, p. 89-90).

Do mesmo modo, as metodologias dos Estudos Culturais, ambíguas ou “impuras” (Green, 1997; Frow & Morris, 1997) corroboram a sua singularidade, uma vez que não se detém a nenhuma metodologia exclusiva, nem em análises estatísticas, etnometodológicas ou textuais. Por outro lado, existem múltiplos discursos, várias trajetórias, diversas posições teóricas e “um

número de metodologias e posicionamentos teóricos bastante diferentes, todos em contenção uns com os outros” (Hall, 2003, p. 201).

Segundo Barker (2003), entre as metodologias mais utilizadas destacam-se a etnografia, a abordagem textual e os estudos da recepção. Quanto à perspectiva etnográfica, tem como principais questões a descrição cultural, os estilos de vida e as identidades. Já a abordagem textual apresenta resultados diversos de acordo com os diferentes modos de tratar o texto (semiótica, teoria narrativa, abordagem desconstrucionista). Por fim, nos estudos de recepção, a investigação parte do princípio de que o sentido do texto é ativado pelo leitor, audiência ou consumidor. Dentro desta proposta, têm-se duas linhas fundamentais: o modelo de codificação/decodificação proposto por Stuart Hall e o modelo clássico de tradição hermenêutica e literária (Baptista, 2009).

De fato, os trabalhos em Estudos Culturais são predominantemente qualitativos e através de uma escolha pragmática, estratégica e autor reflexiva pode ser compreendida como uma *bricolagem* de métodos ao reunir desde a análise textual, semiótica, desconstrução, etnografia, entrevistas, grupos focais, *grounded theory*, análise fenomenológica, psicanalítica, rizomática, análise de conteúdo, *survey* etc. Neste sentido, nenhuma metodologia pode ser privilegiada, tampouco descartada previamente. Ao contrário, todas podem fornecer importantes *insights* e conhecimentos (Nelson, Treicher & Grossberg, 1992). Trata-se, portanto, de um campo que reúne

uma gama bastante dispersa de posições teóricas e políticas, as quais, não importa quão amplamente divergentes possam ser sob outros aspectos, partilham um compromisso de examinar práticas culturais do ponto de vista de seu envolvimento com, e no interior de relações de poder (Nelson, Treicher & Grossberg, 1992, p. 11).

No entendimento de Stuart Hall (2003), embora os Estudos Culturais se caracterizem pela abertura, não devem ser reduzidos a um pluralismo simplista. Ao recusar compor uma grande narrativa ou mesmo um meta discurso de qualquer espécie, os Estudos Culturais consistem num projeto aberto ao desconhecido. Contudo, “demonstra[m] vontade em conectar-se, [têm] interesse em suas escolhas” (p. 201).

Como pioneiros dos Estudos Culturais, os trabalhos de Raymond Williams, Richard Hoggart, Edward Palmer Thompson, Stuart Hall e David Morley revelam um conjunto de preocupações comuns, que abrangem as relações entre cultura, história e sociedade. Richard Hoggart, foi o fundador do *Centre for Contemporary Cultural Studies at Birmingham* (CCCS), em

1964, ligado ao *English Department* da Universidade de Birmingham, desempenhando um papel fundamental na consolidação dos Estudos Culturais, tendo como principal eixo de observação “as relações entre a cultura contemporânea e a sociedade, isto é, suas formas culturais, instituições e práticas culturais, assim como as suas relações com a sociedade e as mudanças sociais” (Escosteguy, s/d, p. 1).

Ao apresentar a cultura como o local de convergência (Hall, 1997<sup>a</sup>; 2003) das relações sociais, três trabalhos são identificados como a base dos Estudos Culturais. O primeiro, *The uses of literacy: aspects of working-class life with special references to publications and entertainments*, publicado em 1957, por Richard Hoggart, pretende romper com o positivismo científico da objetividade sociológica ao concentrar-se na “subjetividade”, no sentido de examinar a cultura em relação com a vida individual. Logo, a partir da vida cultural da classe trabalhadora (as crenças, os valores, o convívio familiar, as relações de gênero, os rituais etc.) e dos meios de comunicação de massa, inaugura o olhar sobre formas de resistência, no âmbito da cultura popular. O segundo, *Culture and society*, publicado em 1958, por Raymond Williams, baseia-se no conceito de cultura comum e ordinária, vivida nas práticas e relações sociais cotidianas. Williams argumenta contra a oposição entre “cultura de massa” e “alta cultura”, entre “cultura operária” e “cultura burguesa”, apontando para um certo etnocentrismo cultural e a rejeição de outras formas de expressões humanas, não rendidas aos valores considerados universais. Mais tarde, em *The long revolution* (1961) avança no debate sobre o impacto cultural dos meios de comunicação de massa. Por último, *The making of the English working class*, de Edward Palmer Thompson, lançado em 1963, reconstrói uma parte da história da sociedade inglesa sob a perspectiva da tradição marxista (Barker, 2003; Escosteguy, 2010).

Eram, claro, textos seminais de formação (...). Eram em si mesmo “culturais”, no sentido de cultura e sociedade. (...) concentradas na palavra “cultura”, existem questões diretamente propostas pelas grandes mudanças históricas que as modificações na indústria, na democracia e nas classes sociais representam de maneira própria e às quais a arte responde de maneira semelhante (Hall, 2003, p. 133).

Embora os estudos sobre as classes operárias e os meios de comunicação de massa, num primeiro momento, constituem-se um importante tema da agenda de análise dos Estudos Culturais, a partir de 1969, o *Centre for Contemporary Cultural Studies at Birmingham* sob a direção de Stuart Hall, volta-se também para as questões do racismo, hegemonia e *thatcherismo* e, a seguir, para o feminismo, etnia, pós-colonialismo, as complexas relações constitutivas da identidade, entre outras questões, procurando “revelar os discursos marginais, não-oficiais, ou



daqueles que propriamente não têm voz” (Baptista, 2009, p. 455). Em associação a um campo de pesquisa periférico, os Estudos Culturais conhecem,

a partir dos anos oitenta, um desenvolvimento considerável, ao contemplar componentes culturais ligados ao gênero, à sexualidade, à etnicidade, ao pós-colonialismo, às práticas de consumo e também aos novos dispositivos e práticas tecnológicas (Martins, 2010, p. 272).

Todavia, Nelson, Treicher & Grossberg (1992) argumentam que os Estudos Culturais “apenas parcial e desconfortavelmente” podem ser identificados por esses domínios de interesses, uma vez que nenhuma lista deve limitar os temas os quais podem ser investigados no futuro (p. 8). Na mesma direção, o impacto das investigações de Stuart Hall não pode ser reduzido ao contexto acadêmico. Suas análises foram apropriadas pelos movimentos sociais dentro e fora da academia e além das fronteiras britânicas (Morley & Chen, 2005). Além disso,

incentivou o desenvolvimento da investigação prática de resistência de subculturas e de análises dos meios massivos, identificando seu papel central na direção da sociedade; exerceu uma função de “aglutinador” em momentos de intensas distensões teóricas, e, sobretudo, destravou debates teóricos-políticos, tornando-se um “catalizador” de inúmeros projetos coletivos (Escosteguy, 2010, p. 29).

No entanto, se por um lado, a multiplicidade de abordagens teórico-práticas dos Estudos Culturais implica uma maleabilidade de fronteiras espaço-temporais, incentivando projetos que se distanciam das propostas discursivas tradicionalmente acadêmicas (Maia *et al.*, 2013), por outro lado, sua vocação de “viajante”, ou seja, sua trajetória de reflexão teórica entre países e comunidades acadêmicas (Holanda, 1997) faz com que se espalhem por todo mundo, tornando-se uma área em estudo transnacional, da Suécia e Alemanha até à Austrália e ao Quênia (Baptista, 2009). Sendo assim, se inicialmente os Estudos Culturais podem ser considerados dentro do contexto histórico britânico, marcando indelevelmente o surgimento de um movimento teórico-político, deslocando a reflexão sobre a compreensão da cultura (Martins, 2015), com o passar do tempo, tornam-se uma problemática de repercussão internacional (Escosteguy, 2010).

Embora alguns estudiosos (Nelson, *et. al.*, 1992; Storey, 1997; Turner, 1997; O’Connor, 1997; Hall, 1997<sup>b</sup>) demonstrem um certo grau de preocupação pela “explosão” ou “americanização” dos Estudos Culturais nos Estados Unidos, a tradição da Escola de Chicago permitiu o desenvolvimento de importantes nomes e estudos, entre eles o sociólogo canadense Erving Goffman, com destaque para as obras *The presentation of self in everyday life* (1956), *Asylums: essays on the social situation of mental patients and other inmates* (1961), *Encounters: two studies in the sociology of*

*interaction – fun in games and role distance* (1961), *Behaviour in public places: notes on the social organization of Gatherings* (1963), *Frame analysis: an essay on the organization of experience* (1974), *Gender advertisements* (1979) e *Forms of talk* (1981). Com similar importância, os trabalhos do sociólogo Howard Becker da Universidade de Washington - *Outsiders: studies in the sociology of deviance* (1973) e *Art worlds* (1982) - e os estudos do antropólogo Clifford Geertz, em *The interpretation of cultures* (1973) (Martins, 2010).

Em França, na revista *Communications*, criada em 1962, destaca-se o projeto editorial *L'aventure sémiologique*, com a participação dos teóricos Roland Barthes acompanhado por Christian Metz, Júlia Kristeva e Edgar Morin. Mais tarde, Pierre Bourdieu cria, em 1975, *Les actes de la recherche en science sociales*, inspirado na direção dos Estudos Culturais, ao traduzir os textos de Raymond Williams e Edward Palmer Thompson. Ademais, Michel de Certeau, publica *L'invention du quotidien, I: arts de faire* (1980); Henri Lefebvre, lança *Critique de la vie quotidienne II, Fondements d'une sociologie de la quotidienneté* (1961) e *La vie quotidienne dans le monde moderne* (1968); enquanto Michel Foucault, investiga as relações de poder em *Surveiller et punir – Naissance de la prison* (1975); Jean Duvignaud pesquisa a sociologia do teatro, da arte, as festas, os jogos e a ritualidade social (Martins, 2010) e, finalmente, o antropológico Marc Augé centra-se nas pesquisas sobre o “não-lugar”.

Na América Latina, por seu turno, uma reflexão crítica começa a emergir na década de 1980, tendo como principal foco as novas configurações da cultura popular a partir da expansão das indústrias culturais através do rádio, do cinema e da televisão (Escosteguy, 2010). Segundo Xavier (2006), dentro das novas linhas de força da globalização, o cinema e a televisão deixaram de ser considerados apenas veículos de circulação de mitos ou tradições, para se transformarem em campos de “formatação da cultura”, catalisadores de uma nova configuração mundial. Além disso, as indústrias culturais ao abrirem-se ao “multiculturalismo”, como estratégia de mercado transnacional, realizaram uma transformação nas abordagens teóricas sobre o Terceiro Mundo. O que era campo quase exclusivo das ciências políticas e sociais passou a ser discutido a partir da história da cultura, dos Estudos Culturais, midiáticos e literários (Prysthon, 2004).

Na concepção de Escosteguy (2010), entre a contribuição mais importante e inovadora do movimento latino-americano sublinha-se a reflexão acerca da existência de empréstimos e negociações entre uma cultura apontada como “legítima” e as formas culturais consideradas “insignificantes” pela universidade, destacando-se dentro deste movimento as reflexões de

Jesús Martín-Barbero, em *De los medios a las mediaciones: comunicación, cultura y hegemonía* (1987) e Néstor García Canclini, em *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade* (1989), no debate sobre o hibridismo na comunicação latino-americana.

Por fim, mas ainda em relação à América Latina, é possível sublinhar o contributo específico de autores como Paulo Freire, com *Pedagogia do oprimido* (1970); Michelle Mattelard e Mabel Piccini, com *La televisión y los sectores populares* (1974), no qual apresentam estudos etnográficos sobre as séries americanas e as telenovelas; Ariel Dorfman e Armand Mattelard, com *Para leer al Pato Donald* (1972); Guillermo Orozco e Maria Immacolata Vassallo de Lopes, com trabalhos sobre a recepção de produtos mediáticos; Renato Ortiz, com *Mundialização e cultura* (1994); Muniz Sodré, com *Ficção do tempo: análise da narrativa de Science Fiction* (1973), *A comunicação do grotesco: introdução à cultura de massa no Brasil* (1983), *Claros e escuros, identidade, povo e mídia no Brasil* (1999) e *As estratégias sensíveis – afeto, mídia e política* (2006) (Martins, 2010).

## **1.2. Estudos Culturais e pós-colonialismo no contexto da globalização**

Ainda que o termo pós-colonial apresente ambiguidades teóricas de espaço e temporalidade (Shohat & Stam, 2006), sendo objeto de crítica por parte de alguns teóricos, situa-se dentro de um “campo de força de poder-saber” (Hall, 2003, p. 19), assinalado pelas relações e disposições de poder, que emergem nas diversas áreas do contexto social marcado pelo pós-colonialismo. Entretanto,

o termo não se restringe a descrever uma determinada sociedade ou época. Ele relê a colonização como parte de um processo global essencialmente transnacional e transcultural e produz uma reescrita descentrada, diaspórica ou global das grandes narrativas imperiais do passado, centradas na nação (Hall, 2003, p. 109).

Nesta ótica, apesar do prefixo “pós” da expressão pós-colonial indicar, do ponto de vista cronológico, as ex-colônias, não sinaliza, contudo, uma periodização baseada em estágios temporais, nem aponta para a resolução dos problemas do colonialismo ou de uma época livre de conflitos. Segundo Hall (2003), posterior significa “o momento que sucede o Outro (colonial)” (p. 119), no qual, porém, ainda predominam as relações de poder, usualmente empregadas na época colonial. Trata-se, assim, de uma operação de reconfiguração do campo discursivo, no qual as relações hierárquicas são significadas (Hall, 1997<sup>a</sup>).

Em outros termos, ainda que o anúncio da era pós-colonial se esconda na posição enunciativa, dentro da configuração centralizada do poder hegemônico os traços do colonialismo não

podem ser facilmente apagados, mas podem ser naturalmente revividos dentro do neocolonialismo (Morley & Chen, 2005).

Desta forma, debater o pós-colonialismo, não significa de nenhuma maneira a finalização do colonialismo. Ao contrário, na configuração das novas relações de poder nas nações (ex)colonizadas o colonial sobrevive na política, na cultura e economicamente. Ou seja, o termo pós-colonial destaca o acesso de uma configuração ou conjuntura histórica de poder para outra: dependência, subdesenvolvimento, marginalização, submissão, subalternidade, “típicos do “alto” período colonial, que persiste no pós-colonial” (Hall, 2003, p. 56).

Assim, o pós-colonial inclui as culturas afetadas pelo processo imperial desde o contato com a colonização até ao atual processo de globalização:

Essa dupla inscrição pós-colonial ocorre em um contexto global onde a administração direta, o controle ou o protetorado de um poder imperial foi substituído por um sistema de poder assimétrico e globalizado, cujo caráter é pós-nacional e pós-imperial (Hall, 2003, p. 57).

Na mesma direção, enquanto Bhabha (1998) percebe a pós-colonialidade como um lembrete das relações neocoloniais remanescentes no interior da nova ordem mundial e da divisão do trabalho multinacional, Shohat & Stam (2006) confirmam a presença cotidiana inexorável dos traços residuais de séculos de dominação europeia, separando o mundo em “Ocidente e o resto” e organizando a linguagem do dia a dia em hierarquias binárias com o favorecimento do Ocidente. Deste modo, entram no âmbito do pós-colonialismo não apenas os povos colonizados, mas, igualmente, as minorias étnicas, migrantes, situações de submissão diversas, determinadas ou não a partir de fronteiras de gênero ou raciais (Costa, 2006). Segundo Bhabha (1998) a demografia do novo internacionalismo trata não apenas da história da imigração pós-colonial, “mas das narrativas da diáspora cultural e política, dos grandes deslocamentos sociais, das poéticas de exílio, da prosa austera dos refugiados políticos e econômicos” (p. 24), entre outras questões.

Enfim, a crítica pós-colonial tem oferecido direito ao testemunho desses países, comunidades e minorias periféricas. Assim, é possível apontar que, os Estudos Pós-Coloniais dialogam profundamente com a abordagem mais ampla dos Estudos Culturais, constituindo um dos paradigmas de reflexão sobre a situação global contemporânea (Costa, 2006), ao contestarem as certezas associadas ao Ocidente que, “na sua arrogância (colonial), se toma pelo centro, relega para a margem ou periferia aqueles em nome de quem tem falado e pretende continuar falar” (Sanches, 2002, p. 36).

É importante ressaltar que os Estudos Pós-Coloniais indicam um campo teórico, político e poético reconhecido, não apenas com o espaço temporal das colônias após o colonialismo, ou seja, na continuidade dos acontecimentos históricos da descolonização, mas também dentro do contexto da globalização, no qual o colonialismo, com os conflitos pós-coloniais e a violência mundializada, abriram novos cenários (Calefato, 2004). O conceito pós-colonial pode colaborar no entendimento das mudanças nas relações globais que marcaram a transição da era dos impérios para o momento pós-independência e, ainda, na identificação das novas relações de poder, que emergiram neste novo contexto (Hall, 2003).

Neste contexto, a literatura aponta as marcas deixadas pelo processo de colonização e pela dicotomia cultural durante o domínio imperial, as transformações operadas pelo domínio cultural europeu e os conflitos delas decorrentes. Outrossim, Edward Said (1978), Gayatri Spivak (1985), Homi Bhabha (1983)<sup>3</sup>, Stuart Hall (1992), entre outros estudiosos, realizaram uma análise afinada da teoria crítica europeia de um ponto de vista pós-colonial, ao ousarem denunciar e desconstruir os discursos de poder presentes entre (ex)colonizadores e (ex)colonizados.

Aliás, o estudo das formas das representações mútuas e sua articulação com as relações de poder dentro das nações que passaram pela experiência colonial tem como marco inicial a obra de Edward Said - *Orientalism* (1978) - ao discutir o modo como o Oriente foi sendo construído como imagem do espelho do Outro sobre a qual foram depositadas um conjunto de características negativas. O autor chama atenção para a construção eurocêntrica do Oriente na escrita Ocidental ao denunciar a fronteira cultural existente – produtora de significados e responsável por representações e práticas – entre “eles”, que se tornaram “eles”, de acordo com as demarcações de territórios, que passaram a ser delimitados como diferentes.

Sem embargo, o intercâmbio entre o significado acadêmico e o sentido relativamente imaginativo do termo é constante e o Orientalismo passa a ser discutido e analisado como uma instituição autorizada a abordar o Oriente: “fazendo-o e corroborando afirmações a seu respeito, descrevendo-o, ensinando-o, colonizando-o, governando-o” (Said, 1990, p. 15). Em outros termos, o Orientalismo é entendido como o estilo Ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente, refletindo determinados interesses.

---

<sup>3</sup> Said (1978), Spivak (1985) e Bhabha (1983) são às primeiras edições das obras: *Orientalism*, *Can you subaltern Speak?*, *The local of culture*, utilizadas aqui apenas para ilustrar. Como fonte de leitura e pesquisa, foram utilizadas, respectivamente, as edições de 1990 e 2007, 2010 e 1998, citadas nas referências.

Todavia, Said (2007) esclarece que não se pode compreender o Orientalismo como uma disciplina extremamente sistemática, por meio da qual o Ocidente foi capaz de manipular e produzir o Oriente no contexto político, sociológico, militar, ideológico e científico, sem examiná-lo como uma prática discursiva organizada historicamente, que contribui para a validação e a promoção de interesses europeus. Ou seja, o Orientalismo pode ser entendido como uma rede de interesses, inevitavelmente aplicados a todo o contexto em que o Oriente é discutido, uma vez que quem escreve, dialoga ou atua sobre o Oriente não pode fazê-lo sem ser através das suas próprias representações que condicionam e são condicionadas pelas respectivas práticas.

Sob esta perspectiva, o ponto de partida dos Estudos Pós-Coloniais são as representações dos sujeitos dos países periféricos, excluídos do contexto político e legal, e impossibilitados de pertencer aos grupos sociais hegemônicos. Spivak, em ensaio intitulado *Can the subaltern speak?* (1985), comemora o alcance da obra de Said, desde a “marginalidade” ao *status* de disciplina acadêmica, no âmbito do qual o periférico pode falar, ser ouvida e até tema do debate (Santos, 2005). Sob a influência da produção teórica de Foucault e Deleuze a autora utiliza, a título de ilustração, casos específicos da Índia para indicar grupos marginalizados e demonstrar a subalternidade do sujeito perante o Outro. Trata-se de oferecer uma explicação de como a realidade é estabelecida como normativa. Neste caso, a produção intelectual ocidental corrobora, de muitas maneiras, os interesses econômicos internacionais do Ocidente:

O mais claro exemplo disponível de tal violência epistêmica é o projeto orquestrado, vasto e heterogêneo de se construir o sujeito colonial como Outro. Esse projeto é também a obliteração assimétrica do rastro desse Outro em sua precária subjetividade (Spivak, 2010, p. 47).

Do ponto de vista de Spivak (2010), a tarefa do intelectual pós-colonial deve ser a de criar espaços, por meio dos quais o sujeito subalterno não possa apenas falar, mas sobretudo ser ouvido. Portanto, não basta que os ocidentais defendam os orientais, mais do que isto, é necessário desfazer o binômio saber/poder, que cala os subalternos, para que se abra espaço ao Oriente. Trata-se, não de dar voz ao oprimido, mas de uma descolonização do pensamento:

o que implica uma crítica que não seja simplesmente anticolonialista, uma vez que historicamente, o combate ao colonialismo teria se dado ainda no marco epistemológico colonial, por meio da retificação e do congelamento da suposta diferença do colonizado em construções nativistas e nacionalistas (Costa, 2006, p. 121).

Assim como Spivak, Bhabha também desenvolveu o seu interesse pela história da dominação britânica sobre a Índia, bem como a discussão sobre a continuidade entre o período colonial e a atualidade, ou seja, a partir “daquela polaridade a-histórica do século dezenove entre Oriente e Ocidente que, em nome do progresso, desencadeou as ideologias imperialistas, de caráter excludente, do eu e do Outro” (Bhabha, 1998, p. 45-46).

Bhabha (1998) analisa a posição do Oriente enquanto representante do Outro, revelando-se como “objeto de desejo e escárnio, uma articulação da diferença, contida dentro da fantasia da origem da identidade” (p. 106). Assim, o Outro não é visto como ele é, mas sim como o Ocidente o construiu. Embora se mostre convencido da representação entre as ligações de exploração e dominação na divisão discursiva de Primeiro e Terceiro Mundo, entre Norte e Sul, procura distanciar-se das relações coloniais binárias presentes na obra de Edward Said. Enquanto Said (2007) destina atenção ao colonizador, Bhabha (1998) procura enfatizar as “mutualidades e as negociações” que atravessam a divisão colonial.

Em *The local of culture* (1983), Bhabha define o “entre-lugares” como espaços intermediários, “além”, produzidos na articulação da diferença a partir do distanciamento das categorias conceituais e organizacionais básicas - “classe” e “gênero” - para consciência das posições do sujeito – raça, gênero, local institucional, localidade geopolítica, orientação sexual etc. Dessa forma,

é na emergência dos interstícios – a sobreposição e o deslocamento de domínios da diferença – que as experiências intersubjetivas e coletivas de nação [nationnes], o interesse comunitário ou o valor cultural são negociados (Bhabha, 1998, p. 20).

Além disso, na acepção do autor, muitas vezes, o relacionamento entre o colonizador e o colonizado não é assim tão evidente e homogêneo, mas dotado de contradições e de ambivalências, que poderiam ser analisáveis segundo uma perspectiva psicanalítica. Há sempre uma contradição na “economia do estereótipo” dos povos subalternos, uma vez que o conhecido precisa ser repetido, demonstrando-se não tão seguramente estabelecido como o poder retórico que o estereótipo presume (Santos, 2005).

Aliás, a própria representação do colonizado na literatura colonial e pós-colonial é realizada pelo (ex) colonizador que, geralmente, emprega análises imagéticas para reafirmar uma transcendência etnocêntrica, resultando em reproduções estereotipadas, contudo, percebidas

como legítimas e originais (Souza, 1996). Ao olharmos o cenário de muitos países que foram colonizados,

muitos anos depois, as formas de representação das identidades continuam permeadas por sinais que, presentes na formação do imaginário, acabam por interferir na condução da vida mesmo após o encerramento do colonialismo como sistema (Cabaço & Chaves, 2004, p. 78).

Neste contexto, é, ainda, importante salientar a influência de Frantz Fanon - “provedor da verdade transgressiva e transicional” - segundo Bhabha (1998, p. 70). O intelectual martinicano, autor de duas obras seminais no contexto dos Estudos Culturais e dos Estudos Pós-Coloniais, descreve o mundo moderno pela perspectiva do negro e do colonizado em *Os condenados da terra* (1951) e *Peles negras, máscaras brancas* (1962), que são referências no debate sobre o fim dos impérios coloniais. Seu pensamento destaca a percepção da sociedade colonial, indissociavelmente ligada por um destino comum aos colonizados, assim como a divisão do mundo colonial em duas zonas que se legitimam reciprocamente, separadas e ligadas pela violência, mas onde uma delas reina soberanamente:

ao dirigir-se à consciência de uma civilização que se considerava superior, ele devolve-lhe a imagem da obra de violência sistemática e de violentação da humanidade dos colonizados, que se ocultava sob o manto do *déjà-vu* e o brocado da missão civilizadora (Cabaço & Chaves, 2004, p. 73).

Destarte, todos os males da existência social da colônia são ostentados como resultado da inferioridade do colonizado em contraste com os privilégios intrínsecos do colono, ou seja, em decorrência da própria superioridade europeia: “o colono e o colonizado são velhos conhecidos. E, de fato, o colono tem razão quando diz que “os” conhece. É o colono que fez e continua a fazer o colonizado. O colono tira a sua verdade, isto é, os seus bens, do sistema colonial” (Fanon, 1968, p. 26). Logo, a posição privilegiada do colono não deriva exclusivamente da organização da economia colonial, mas está intimamente conectada com a autoimagem do colonizado e a forma de representá-lo por parte do colonizador. Em suma, é indissociável da correlação de forças que, de alguma forma, o colonizador impôs (Cabaço & Chaves, 2004). Para Fanon,

o mundo colonizado é um mundo cindido em dois. A linha divisória, a fronteira, é indicada pelos quartéis e delegacias de polícia. Nas colônias, o interlocutor legal e institucional do colonizado, o porta-voz do colono e do regime de opressão é o gendarme ou o soldado. Nas sociedades do tipo capitalista, o ensino religioso ou leigo, a formação de reflexos morais



transmissíveis de pai para filho (...), uma multidão de professores da moral (...) (1968, p. 28).

Entretanto, se por um lado, Bhabha distancia-se da “ameaça” dos binarismos propostos por Said, por outro, Stuart Hall, em *The West and the Rest: discourse and power* (1996), discorre sobre os principais recursos que foram alimentando a polaridade entre o “*West*” e o “*Rest*”: os conhecimentos clássicos, as fontes bíblicas, as mitologias e a literatura de viagens que, através de relatos e narrativas, contribuíram para reforçar os mitos existentes. Além disso,

se a Europa já ocupava na Cultura Clássica a categoria mais elevada (...) com maior motivo conservou esse privilégio no pensamento cristão. Realmente, não só foi admitindo que encenava a civilização mais perfeita do ponto de vista do homem natural, mas também que era reduto da única verdadeira civilização, aquela fundada na fé cristã e, principalmente, no sentido histórico transcendental do mistério da Redenção (O’Gorman, 1992, p. 195).

Ao investigar as obras fundadoras das Ciências Humanas contemporâneas – Adam Smith, Henry Kame, John Millar, Adam Ferguson etc. – Hall (1996) demonstra como a polaridade *West/Rest* se instalou no interior do pensamento científico. Porém, o discurso polarizado não prevaleceu apenas nos primeiros trabalhos das Ciências Sociais, mas se tornou um dos fundamentos da sociologia moderna, sustentando as normas sociais, as estruturas e os valores ocidentais como parâmetros universais e definidores da sociedade moderna: “assim, sob a lente da sociologia, as especificidades das sociedades “não ocidentais” passam a figurar como ausência e incompletude, em face do padrão moderno, desprendido exclusivamente das sociedades ocidentais” (Costa, 2006, p. 119).

Neste ponto, a noção de prática discursiva empregada por Michel Foucault em *Arqueologia do saber* (1969) corrobora na compreensão deste processo, uma vez que é definido como um conjunto de regras “anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística, dada as condições de exercício em função enunciativa” (Foucault, 2012, p. 144). Afinal, os discursos não são puramente combinações de palavras, que representam os bens materiais do mundo, mas compõem sistematicamente os objetos sobre os quais discorrem. Logo, os discursos podem ser entendidos como histórias que, combinadas entre si, se complementam, se justificam e se impõem como um regime de verdade (Veiga-Neto, 2000).

No entanto, Boaventura de Sousa Santos, no texto *Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidades* (2003), reflete acerca das relações de dualidade das posições do

sujeito soberano/colonizado, Próspero/Caliban, usando como exemplo o colonialismo português, cujo sujeito ora é moderno, desenvolvido e, portanto, Próspero; ora se apresenta como primitivo, selvagem, subdesenvolvido e Caliban, alternando sua posição à medida que os interesses se modificam. De fato, Portugal é um país semiperiférico - subalterno - dentro do contexto capitalista, condição reproduzida tanto no colonialismo quanto no panorama europeu. Tal subalternidade é dupla, “porque se manifesta tanto no domínio das práticas, como no dos discursos coloniais” (p. 24).

Desde cedo, o sistema colonial britânico exerceu uma função normativa para a marginalidade portuguesa: “o Próspero português não é apenas um Próspero calibanizado, mas um Caliban quando visto da perspectiva dos Super-Prósperos europeus” (Sousa Santos, 2003, p. 27).

Logo, surgiram diferenças nas relações (pós)-coloniais, marcadas, no caso português, pela hibridez entre colonizador e colonizado e pela polarização extrema no caso anglo-saxão. Além disso, a questão racial corrobora a ambivalência da representação do colonialismo português. Neste caso, se por um lado, a miscigenação racial no território colonial português foi assinável, dentro do confortável espaço lusotropicalista, como um “triunfo humanista” ou um “engenhoso expediente colonialista”, por outro lado, a mesma miscigenação, “lhes era escrita na pele como um ônus pelo olhar Próspero do europeu” (Sousa Santos, 2003, p. 31) e também no próprio contexto português continental.

Sousa Santos (2003) analisa a dialética da representação das identidades através de “três jogos de espelhos”. No primeiro jogo de espelho, Portugal é um Caliban na Europa, descrito com a mesma carga simbólica com a qual descreve os povos nativos colonizados: “do subdesenvolvido à precariedade das condições de vida, da indolência à sensualidade, da violência à afabilidade, da falta de higiene à ignorância, da superstição à irracionalidade” (p. 30). Daí as representações do colonizador e do colonizado funcionarem de forma dialética, ora negativas, ora positivas, até se aproximarem das representações atribuídas àquelas conferidas ao colonizado. Aliás,

a simetria entre os estereótipos dos portugueses por parte dos europeus do Norte e os estereótipos dos povos da América e da África por parte dos europeus do Norte e do Sul torna-se particularmente consistente na ambivalência com que a estigmatização do outro é penetrada pelo desejo radical do outro. Vimos atrás que as primeiras imagens da América combinam a exaltação da natureza idílica e da vida simples com a condenação veemente da prática cruel e repulsiva do canibalismo (Sousa Santos, 2003, p. 33).

No segundo jogo de espelho, Portugal é um Próspero calibanizado, ou seja, nem Próspero nem Caliban, mas um “protho-Caliban”. Neste contexto, o autor afirma que ao transitar entre um e outro, os portugueses tanto foram racistas, violentos e corruptos, como foram igualmente miscigenadores natos, “pai da democracia racial”. Porém, foi exatamente a prática da miscigenação que atribuiu ao colonizador a posição na fronteira, superiores aos olhos de uns (os inferiores), contudo, inferiores aos olhos de outros (os superiores). Tal prática, atingiu sua expressão máxima na figura do mulato:

Ora vistos como seres geneticamente degradados, expressão viva de uma traição à Caliban, ora como seres superiores, combinando o que de melhor havia em Próspero e em Caliban, os mulatos foram, ao longo dos séculos, uma mercadoria simbólica cuja cotação variou com as vicissitudes dos pactos e das lutas coloniais (Sousa Santos, 2003, p. 40).

E, finalmente, o terceiro jogo de espelho - os momentos de Próspero - presentes, na concepção do autor, em dois períodos: do final do século XIX as primeiras décadas do século XX, do 25 de Abril até a adesão à UE. No primeiro momento de Próspero, visto a partir dos modelos científicos e, conseqüentemente, da hierarquização das raças, corroboraram a ocupação territorial e a inferioridade do negro:

Enquanto o português passa de criminoso degradado propenso a cafrealizar-se à condição de agente civilizatório, os nativos passam de reis e de servos de reis à condição da mais baixa animalidade, na qual são suscetíveis de domesticação apenas por via do gesto imperial. É a animalidade do negro que justifica a brutalidade do trabalho forçado (Sousa Santos, 2003, p. 43).

O segundo momento de Próspero relaciona-se com o “fim” do colonialismo europeu. Entretanto, o colonizador português é considerado Próspero, não pelo encerramento da exploração e subjugação dos povos colonizados, mas sobretudo pela possibilidade da independência das colônias constituírem-se uma nova forma de dominação, o neocolonialismo.

A partir do exposto, as identidades não podem ser representadas como fixas ou estáveis, mas relacionais e raramente recíprocas (Sousa Santos, 2003). Trata-se de “uma celebração móvel, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais [são] representadas ou interpretadas” (Hall, 1992, p. 12-13). Notadamente ao modo como os grupos nacionais representam as suas histórias, é essencial na definição da sua própria identidade, uma vez que estas representações determinam a maneira como os grupos se posicionam no presente e seus planos para o futuro (Cabecinhas *et al.*, 2006).

De fato, as identidades não são “coisas” com as quais se nasce, mas são formadas e transformadas ao longo do tempo através de processos inconscientes. Entretanto, a identidade é originalmente uma forma de dominação estabelecida num modo de produção do poder: “quem tem poder para declarar a diferença tem poder para declará-la superior às outras diferenças em que se espelha” (Sousa Santos, 2003, p. 30). O discurso identitário surge diante da falta de inteireza que é preenchida a partir do “nosso” exterior pelas formas através das quais “nós” imaginamos ser vistos por Outros (Hall, 1992). Assim, as identidades vão moldando-se e deixando-se moldar - ora Caliban, ora Próspero – a partir das relações de poder que vão sendo estabelecidas – ora colonizador, ora colonizado.

No entanto, Matos (2010) considera que, nas últimas décadas, assiste-se a uma “ramificação do tronco conceptual dessa desconstrução pós-colonial do discurso hegemônico do Ocidente no sentido de denúncia e desmontagem dos vários discursos de poder” que, espontaneamente ou não, tendem a reprimir e a silenciar as diferenças identitárias de classes sociais, raças, etnias e culturas, “como a dissolver a diversidade de sub e contraculturas” (p. 78). O próprio termo globalização é geralmente empregado como significando uma nova ordem mundial, na qual as dinâmicas imperiais de centro/periferia deixaram de ser relevantes. Não obstante, hoje, o conceito de globalização camufla a ideia de uma aparente igualdade, apesar dos jogos de poder se perpetuarem e as relações serem análogas à ambivalência proposta por Boaventura de Sousa Santos (2003) entre Caliban/Próspero, à invenção do Oriente, elucidada por Edward Said (2007), ou ainda à afirmação do sujeito através do Outro – subordinado – como descreve Gayatri Spivak (2010).

De acordo com Carreira (2003) “vivemos e sobrevivemos sob o domínio de um imperialismo detectável na orientação política internacional e na própria formação do cânone literário” (p. 1). A hegemonia atual do discurso de globalização sugere que este se constitui numa forma de representação ocidentalista, particularmente maléfica, cujo poder repousa, em contraste, em sua capacidade de ocultar a presença do Ocidente e de apagar as fronteiras que definem seus Outros (Coronil, 2005).

Tal como sugere Pratt (1999), a descolonização do conhecimento inclui a tarefa de compreender os caminhos pelos quais o Ocidente constrói seu saber do mundo, alinhando às suas ambições econômicas e políticas, ou nas palavras de Fanon (1968), “a descolonização é, em verdade a criação de homens novos” (p. 26).

### 1.3. A orientalização do Novo Mundo – o caso do Brasil

De modo geral, os Estudos Pós-Coloniais podem ser percebidos como a forma de desconstrução das representações construídas historicamente, no âmbito da relação colonial, e que se eternizaram mesmo depois de extinto o colonialismo (Costa, 2006). Em contrapartida, as narrativas colonialistas sempre estiveram intimamente relacionadas aos discursos eurocêntricos e ocidentalizantes, justificando, de forma explícita, as práticas colonialistas e normalizando as relações de hierarquia e poder geradas pelo colonialismo e pelo imperialismo (Shohat & Stam, 2006).

De fato, Santos (2004) confirma que tais relações foram construídas historicamente pelo colonialismo, contudo, a interrupção do processo de exploração, enquanto relação política, não acarretou o término do colonialismo enquanto relação social. Durante séculos, um conjunto de práticas e discursos empregados na construção da narrativa colonial naturalizou as relações desiguais de poder: “corpos e tradições, racializados e discriminados enquanto fulcros de cognição e socialização, ficaram invisíveis e ininteligíveis” (Antonacci, 2013, p. 239).

Ao rastrear sinais mais remotos sobre a ideologia do colonialismo, Sodré (1965), sublinha a expansão do Velho Mundo através das descobertas ultramarinas, intimamente ligadas à economia mercantilista. Na realidade, transvestidos pela missão civilizatória, o “gênio colonizador” (Baptista, 2017) tratava exclusivamente do seu próprio interesse econômico, a exemplo das promissoras atividades mercantis de cereais, metais preciosos, especiarias, açúcar, e, sobretudo, escravos - “(...) transformando as colônias de modo a não fazerem sentido para si próprias, mas apenas como componente de um todo o maior, das quais serão a parte menos [beneficiada] e a mais prejudicada” (Lara, 2002, p. 25) - forçando o Outro a viver como estranho, condenado e despersonalizado em sua moradia (Antonacci, 2013).

A missão civilizadora e evangelizadora cristã reuniram razões que tiveram como efeito camuflar os reais interesses mercantilistas por novos produtos, novas rotas comerciais, novas colônias, novas riquezas e novas ideologias que ratificassem seu poder. Surge, assim, um novo argumento a favor da dominação política/econômica/militar/cultural: a libertação dos que estavam presos no atraso e na ignorância revelada pelas escrituras. Desta forma, as civilizações “orientais”, poderiam romper as barreiras do atraso somente com a ajuda do mundo ocidental (Wallerstein, 2007).

A partir de uma trajetória linear e uma sequência de impérios, a Europa despontou como o “motor” das mudanças históricas e do progresso no mundo. Entretanto, convém ressaltar

que, a dominação ocorreu por meio do poderio político militar, patrocinada pelos Papas Católicos, “visando o fortalecimento da renovação da República Cristã” (Lara, 2002, p. 24). Por outro lado, o discurso sobre o Outro, “orientalizado” e subjugado, iniciou sua construção, em um primeiro momento, pela linguagem – operando por metáforas ou personificação visual de tropos, remetendo ao erotismo das “terras virgens”, dos “continentes negros”, dos “territórios ocultos” e dos “haréns imaginários” – e, acima de tudo, se apresentando, o que na linguagem foucaultiana se denomina como “regimes de verdades” (Shohat & Stam, 2006, p. 31).

No entanto, Baptista (2005) sugere que a questão do Outro perpassa sempre pela “própria” linguagem, expressando mais sobre o locutor que propriamente sobre o interlocutor. Para a autora, uma vez que, o discurso sobre o Outro permite traduzi-lo nos termos da “nossa própria” memória cultural, o discurso é exatamente sobre a tentativa de submetê-lo a um regime único e universal de verdade e poder, mais precisamente sob o domínio de uma teoria ocidental. Ou seja, submetê-lo à possibilidade de reduzir a diversidade cultural a apenas uma perspectiva paradigmática (Shohat & Stam, 2006). Em outras palavras,

quando dizemos olhar o Outro de forma científica, queremos dizer que lhes estamos a descrever os valores, os sistemas políticos e econômicos, as estruturas sociais e de parentescos, os ritos e as crenças religiosas, a história militar, civil e diplomática ou do cotidiano, e no final, quem ficou intocado foi precisamente o Outro, que, assim quisermos desnudar (Baptista, 2005, p. 240).

Neste caso, o *Rest*, o Outro ou o Oriente, encontram-se, frequentemente, dentro de um contexto redutor, absolutamente diferente e exterior, “incompreensível, irredutível à nossa visão do mundo e, em última análise, irracional, porque [é] imprevisível segundo a nossa própria lógica” (Baptista, 2005, p. 241).

O Outro é citado, mencionado, emoldurado, iluminado, encaixado na estratégia de imagem/contra-imagem de um esclarecimento serial. A narrativa e a política cultural da diferença tornam-se o símbolo fechado da interpretação (Bhabha, 1998, p. 59).

Sob esta ótica, Baptista (2005) destaca a urgência de pensar a questão do Outro. Isso porque, o mundo encontra-se diante de uma profunda e radical mudança de paisagem cultural, cujo cerne essencial reside na emergência de um novo gênero de paradigma teórico e prático, o da pós-modernidade, onde a diferença que o Outro constitui se torna tema central de reflexão e consideração. Ademais, soma-se ainda, do ponto de vista histórico-cultural e filosófico, o fato do pensamento ocidental nunca ter considerado o Outro. Assim,

o Outro foi sendo sucessivamente um Outro racional com os gregos, um Outro análogo com Descartes, um Outro moral e transcendental com Kant, um Outro e o mesmo com Hegel, uma outra vontade e subjetividade inefáveis, com o romantismo pessimista, um Outro folclórico que a etnografia e a etnologia tornaram curiosidades interessantes, um Outro sujeito que fala, a quem a linguística e o estruturalismo recusaram qualquer consciência ontológica (Baptista, 2005, p. 237).

Em decorrência, a relação entre o Outro e o Ocidente é perpassada por uma relação de poder e dominação, reforçada pela dicotomia entre o Oriente – calado, sensual, feminino, irracional e atrasado – em contraste com o Ocidente – racional, moral, masculino, dinâmico e progressivo. Para Said (1990), o Oriente “nunca está muito longe (...) da ideia de Europa, uma noção coletiva que identifica os “nós” europeus contra todos “aqueles” não-europeus”, posto que a partir da hegemonia das ideias europeias sobre o Oriente, elas próprias reiteraram “a superioridade europeia sobre o atraso oriental, anulando, em geral, a possibilidade de que um pensador mais independente, ou mais cético, pudesse ter visões diferentes” (p. 19).

Nesse ínterim, o Orientalismo pode ser caracterizando como

uma maneira particular de percepção da história moderna que tem como ponto de partida o estabelecimento *a priori* de uma distinção binária entre o Ocidente e o Oriente, segundo a qual cabe àquela parte que se autorepresenta como Ocidente a tarefa de definir o que se entende por Oriente (Costa, 2006, p. 118).

Entretanto, é importante sublinhar que as referências ao Oriente apontadas por Said (2007) não se limitam à localização geográfica do Oriente, mas igualmente às nações não-europeias. Do ponto de vista geográfico, a definição de Oriente é relativa, como pode ser exemplificado com a América Latina. Embora a maioria dos países latino-americanos, independentemente de suas heranças étnicas, encontrarem-se localizados no hemisfério ocidental, tendo como primeira língua um idioma europeu e, sobretudo, utilizarem os hábitos europeus, permanecem excluídos do conceito de Ocidente (Shohat & Stam, 2006). Em outros termos, ainda que o Oriente remeta a um lugar geográfico, expressa mais propriamente uma fronteira cultural definidora de sentidos - entre “nós” e “eles” - no interior de uma relação que produz e reproduz o Outro como inferior (Costa, 2006).

De fato, uma suposta essência de “orientalidade” pode ser encontrada no âmbito da cultura brasileira. Em um primeiro momento, marcada pelos relatos sobre o “achamento” do Novo Mundo, transcorrendo pelas narrativas dos viajantes estrangeiros e da literatura colonial,

corroborando não somente o imaginário da época, mas sobretudo atravessada pela hegemonia europeia, sob uma perspectiva missionária da “necessidade” de civilizar e salvar aquela gente selvagem: “um paraíso de difícil acesso, um inferno repleto de pecadores e de infindáveis suplícios e um purgatório, um lugar transitório de provação e castigo” (Paiva, 1997, p. 53). Mais tarde, a fantasia colonial encontrou-se “[encapsulada] em estruturas institucionais que [excluíram] certas vozes, estéticas e representações” (Shohat & Stam, 2006, p. 44).

No centro da discussão está o modo como a Europa (e mais tarde os Estados Unidos) enxergaram e engessaram o Oriente: a Bíblia, o cristianismo, as rotas comerciais traçadas por Marco Polo, fabulistas como Mandeville, navegadores como William Drampier, as conquistas, as cruzadas, as narrativas de viagens, os peregrinos, os militantes, as missões, entre outros fatores, contribuíram para a criação de um arquivo internamente estruturado, estabelecido a partir da perspectiva europeia (Said, 2007). Ao retratar uma realidade distorcida cooperaram nas polaridades entre o Ocidente – civilizado, adiantado, desenvolvido, moderno – e o resto – selvagem, atrasado, subdesenvolvido, primitivo etc. (Costa, 2005). Em outros termos, trata-se de uma fantasia ocidental sobre a diferença, sobre a periferia, mantida pelo Ocidente, “que tendem a gostar mais de seus nativos, como puros e de seus lugares exóticos apenas como intocados” (Bhabha, 1998, p. 80). Inserido em tais contornos, o cristianismo completou o estabelecimento das principais esferas intra-orientais.

Neste contexto, a crença na existência do paraíso, amplamente influenciada pelo Cristianismo, contribuiu para a certeza da presença de seres e lugares dotados de mistérios e diferenças. Decorre dessa visão sagrada, a concepção de um lugar perfeito, inquestionável, no qual sucessivos esforços foram empreendidos a fim de (re)descobrir a sua localização (Aoun, 2001).

Havia um Oriente Próximo e um Extremo Oriente, um Oriente familiar, (...) e um Oriente insólito. O Oriente, portanto, oscilava na geografia da mente entre ser um Velho Mundo para o qual se voltava como para o Éden ou Paraíso, para aí estabelecer uma nova versão do velho e ser um lugar totalmente novo, ao qual se chegava como Colombo chegou a América, de modo a estabelecer um Novo Mundo (Said, 1990, p. 68).

Mais tarde, a literatura de viagens, as utopias imaginárias, os relatórios científicos, destacaram as regiões estranhas do mundo por meio de “inúmeras especulações sobre gigantes, patagônios, selvagens, nativos e monstros supostamente habitando o extremo Leste, o Oeste, o Sul e Norte da Europa” (Said, 1990, p. 126). Daí surge um número de condensações típicas: “a jornada, a história, a fábula, o estereótipo, o confronto polêmico” (Said, 1990, p. 68), moldando a linguagem, a percepção e a forma de encontro entre o Leste e Oeste. Não



obstante, mantem-se a falta de correspondência direta entre a linguagem empregada para representar o Oriente e o próprio Oriente, devido à ausência de intenção em expressar a realidade, mas sim teatralizá-la, uma vez que as “audiências, administração e atores [eram] para a Europa e, só para ela” (Said, 1990, p. 81).

Assim, o Orientalismo foi sendo organizado como uma ciência com pouca (ou nenhuma) ligação direta com a realidade, desde um conjunto de regras e um repertório de imagens fantásticas - seres exóticos, sensualidade, paisagens encantadas, segredos, monstros etc. - construindo e moldando a linguagem, a percepção, a forma de encontro e, ainda, dividindo o mundo em dois espaços geográficos distintos: o Oriente e o Ocidente. A partir das narrativas dos viajantes, as perspectivas etnocêntricas foram asseguradas, uma vez que as representações mantinham, invariavelmente, a Europa como centro privilegiado e principal observador (Said, 2007).

No caso do Brasil, a *Carta do Descobrimento*, o relato de Mestre João Farás e a *Relação do Piloto Anônimo* sobre o “achamento” do Brasil, reúnem desde imagens míticas do paraíso perdido, à inocência original de Adão e Eva, espelhadas na abundância dos atrativos naturais e nos costumes indígenas. Da mesma forma, a literatura colonialista, de formação catequética, encarregou-se de ratificar a superioridade europeia por meio da expansão da fé. As narrativas dos padres jesuítas que desembarcaram no Brasil nos primeiros séculos de colonização - Manuel da Nóbrega, José de Anchieta, Fernão Cadim, entre outros - não apenas reconheceram na colônia os atributos do paraíso - “um jardim em frescura” (Anchieta, 1933, p. 430) - mas evidenciaram a inferioridade e irracionalidade dos povos indígenas.

Na mesma direção seguiu as narrativas produzidas pelos missionários Capuchinhos quando, em 1612, a França tentou fundar uma colônia em território português: a natureza abundante e o exotismo das populações indígenas formaram os principais atributos da colônia. Sob a perspectiva missionária, “a lógica espacial que separava o bárbaro do heleno [foi] substituída, (...) pela descoberta de um espaço que a dimensão temporal explica: ateus constituem um espaço em branco susceptível a ser habitado pela fé cristã” (Sanches, 2002, p. 29).

Por outro lado, os primeiros cronistas viajantes portugueses - Pêro de Magalhães Gândavo, Gabriel Soares de Sousa, entre outros - ao aprofundarem seus conhecimentos sobre a colônia, com intuito de inventariar os recursos naturais para, em seguida, comercializá-los, o fazem por comparação à civilização europeia, testemunhando o exotismo e a estranheza do Novo Mundo:

Os navegadores, missionários, colonos e viajantes lusos foram, com certeza, os mais importantes retratistas de um Brasil que se lhes manifestou desde o início como uma terra verdadeiramente paradisíaca, pois as realidades do Novo Mundo revelavam-se, a cada momento, completamente preenchidas de todos os símbolos paradisíacos, símbolos esses que eles tão bem conheciam dos inúmeros relatos medievais que descreviam o Jardim das Delícias, constituindo por isso, aos seus olhos, um verdadeiro acervo de prodígios e maravilhas (Seixas, 2003, p. 13).

De forma semelhante, a literatura colonialista, especificamente voltada para a expansão colonial, encarregou-se de difundir as teorias da superioridade europeia e da missão civilizatória do império, utilizando uma linguagem estereotipada para intermediar as relações entre colonizadores e colonizados. A partir destas fontes, constituíram-se as polaridades entre o Ocidente – civilizado, adiantado, desenvolvido e bom - e o resto – selvagem, atrasado, subdesenvolvido e ruim (Costa, 2006; Santos, 2005).

Neste sentido, Said (2011) investiga o uso de figuras retóricas nas descrições do “Oriente misterioso”, nos estereótipos sobre o “espírito africano” (e outros povos) e nas ideias de conduzir os povos bárbaros à civilização, visto que “eles não eram como nós, e por isso deveriam ser dominados” (p. 3). A análise concentra-se, sobretudo, nas formas culturais como os romances, “de enorme importância na formação das atitudes, referências e experiências imperiais” (p. 5). De acordo com o autor, as histórias estão no centro daquilo que descreveram os exploradores e os romancistas acerca das regiões estranhas do mundo, tal como demonstraram *A Tempestade* de Shakespeare; as aventuras e descobertas de Colombo; *Robinson Crusoé*; John Smith; *Pocahontas*, entre muitas outras fábulas e histórias que vigiaram a imaginação sobre o Novo Mundo.

Logo, parte das leituras pertenceu às narrativas mais abrangentes e revelam uma vasta história de especulações sobre os territórios ultramarinos. Em síntese, existe uma convergência, corroborada pelo poder político, econômico e religioso, entre a enorme extensão geográfica e os discursos culturais universalizantes. Ou seja, para Said (2011) “toda a comunidade subjugada, na Europa, Austrália, Ásia e Américas, fez o papel de Caliban dolorosamente sacrificado e oprimido para algum senhor externo como Próspero” (p. 205).

A partir do expansionismo marítimo europeu, os relatos dos viajantes passaram a fornecer as primeiras coordenadas para o processo de criação de uma identidade exótica do Outro subjugado, representando uma forma de ordenamento simbólico e social das potências

europeias (Sacramento & Ribeiro, 2013). No entanto, a percepção do extraordinário e a fantasia não faziam parte somente da credulidade popular, mas perseguiram todos os espíritos através do mito das sonhadas ilhas, alternando-se com lugares como “fogos-fátuos”, convidando sempre para irem mais longe os exploradores marítimos (Prado, 1981).

Mary Louise Pratt, em *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação* (1999), analisa como os livros de viagens sobre o Novo Mundo, criaram a temática doméstica do euro imperialismo e engajaram o público leitor metropolitano nos empreendimentos expansionistas, cujos benefícios materiais destinavam-se a poucos. Como sustenta a autora, os relatos de viagens, em consonância com a história natural iluminista, produziram o “resto do mundo” para os leitores europeus em momentos particulares da trajetória expansionista, criando uma forma de consciência global eurocêntrica. Esta visão planetária foi marcada pela tendência à exploração e pela construção de significados ao nível global através de aparatos descritivos da história natural, elemento básico na estruturação do moderno eurocentrismo.

No caso do Brasil, não obstante o controle português, o território foi sendo visitado por inúmeros viajantes estrangeiros - André Thevét, Jean de Léry, Anthony Knivet, William Dampier, Bougainville, Gonneville, Caboto, Ballow, Samuel Purchas, Richard Hakluyt, Nicolas Barré, Nicolas Durant de Villegaignon, Theodore de Bry, George Margraf, Willem Piso, Amédée François Frézier, Le Gentil La Barbinais, entre outros - interessados, sobretudo, na riqueza e nos produtos que, produzidos nas colônias, seriam passíveis de comercialização. Além disso, se anteriormente prevaleciam a diversidade e exuberância natural, associadas a uma certa “inocência” testemunhada pelos padres e missionários, num momento posterior, destacaram-se as imagens de um território decrepito e isolado, situado na periferia do mundo civilizado.

É claro que o evidente interesse na expansão do colonialismo relacionava-se diretamente com a disputa de territórios que, numa perspectiva mercantilista, tinha uma importância. Entretanto, tal interesse ultrapassava o comprometimento com o lucro. Segundo Said (2011), o colonialismo tratava da “circulação e recirculação constante” (p. 31), por um círculo vicioso, fazendo com que a dominação e subjugação dos territórios fossem aceites. Ocorreu “aqui uma circularidade impressionante: somos dominantes porque temos poder (industrial, tecnológico militar e moral) e eles não” (p. 137). Além disso, revigorava as energias da metrópole, de maneira que os colonos pensassem no “império como um dever planejado, quase metafísico, de governar povos subordinados, inferiores ou menos avançados” (p. 31). Em outros termos,

tratava-se da retórica da missão civilizatória, no intuito de “beneficiar” o dominado, contudo, (re)inventava-se o próprio Ocidente.

Neste contexto, o desenvolvimento da “*sciencia*” corroborou na ratificação da Europa como centro do sistema-mundo. De acordo com Sanches (2002), o discurso científico da modernidade contribuiu para a criação/invenção da raça, assim como legitimou a ideologia do colonialismo: “o Ocidente [passou] a definir[-se] cada vez mais como humano, cada vez mais branco, [e] masculino” (p. 31). Seja através da substituição da “transcendência de um Deus-criador”, seja pelo abandono da esfera autônoma do homem, passando a ser inserido não apenas em uma base naturalista, mas acima de tudo compreendido a partir do complexo de causas naturais deterministas: “os climas quentes produzem seres mais escuros, menos diligentes, mais inclinados para a lascívia e a preguiça” (p. 31). A classificação racial universal, através de modelos de evolução natural das espécies, atribuíram ao Outro a diferença: “a separação entre selvagens e civilizados [foi] confirmada pela ciência que assinala as respectivas evidências empíricas, positivamente indiscutíveis” (p. 31). Além disso, ao se associarem ao etnocentrismo colonial, contribuíram para a naturalização da supremacia europeia,

num eurocentrismo axiologicamente assumido, invoca[ndo] testemunhos da barbárie desses povos de outros continentes e enaltece[ndo] as condições privilegiadas da Europa para alcançar, em contraste com a África, um ser mais perfeito, de rosto mais belo e de mente mais inteligente (Serrão, 2002, p. 14).

Quijano (2005) traduz essa associação como uma instância histórica, expressa a partir de uma operação mental de fundamental valor para o padrão de poder mundial. Em decorrência, a modernidade e a racionalidade foram desenhadas como experiências exclusivamente europeias, codificadas num jogo de categorias: “Oriente-Occidente, primitivo-civilizado, mágico/místico-científico, irracional-razional, tradicional-moderno” (p. 238). Ou seja, reduzidas a Europa e não-Europa.

Para alcançar tal objetivo, a história natural concebeu o mundo a partir de modelos científicos pensados pelo Velho Mundo. Logo, cristalizou imagens do mundo bastante diferentes daquelas proporcionadas pelas representações anteriores à navegação, uma vez que mapeou não somente uma determinada rota, mas conteúdos internos da superfície da terra:

ao lado deste universo totalizador, quão tímido parece o velho costume ligado à navegação de se preencher os espaços em branco dos mapas com desenhos icônicos de curiosidades e perigos regionais – amazonas no

Amazonas, canibais no Caribe, camelos no Saara, elefantes na Índia, e assim por diante (Pratt, 1999, p. 65).

A classificação da natureza, proposta por Lineu e Buffon, preparou o caminho para as estruturas orientalistas modernas, ao reduzirem um vasto número de objetos a tipos ordenáveis e descritíveis. Entre os escritos filosóficos, históricos e enciclopédicos surgiu o “caráter-como-designação”, prevalecendo como “classificação fisiológico-moral” os selvagens, os europeus, os asiáticos. Mais tarde, no século XIX, estas designações ganharam força, ao serem aliadas ao caráter desses povos. Ao referir-se a um oriental, era em termos de universais genéticos que a questão se colocava, com o seu estado primitivo, suas características primárias e sua formação espiritual singular. Desta forma, toda a questão do imperialismo projetava a tipologia binária das raças, culturas e sociedades avançadas e atrasadas, elevando a Europa ao domínio das produções não-europeias: “o Orientalista moderno se considerava um herói resgatando o Oriental da obscuridade, alienação e estranheza que ele próprio cuidara de identificar” (Said, 1990, p. 130).

A essas ideias, junta-se o modelo darwinista, que parecia acentuar a divisão de raças em adiantadas e atrasadas, europeias-arianas e orientais-africanas (Said, 2007), além do positivismo de August Comte, o evolucionismo de Spencer e a perfectibilidade de Rousseau, aliados, ainda, as contribuições de cientistas naturalistas alemães como Johann Friedrich Blumenbach (1752-1840), Samuel Söemmerring (1755-1830) e Christoph Meiners (1747-1810), entre outros. Aliás, se o modelo civilizacional pertencia ao branco, foi exatamente na Alemanha que o racismo científico se fundamentou:

o Ocidente e mesmo o Norte mais extremos [eram] agora sede da filosofia, das artes, das ciências, dos costumes mais brandos. Em contrapartida, o Oriente e a Grécia ilustrada [eram] (...) a sede da ignorância, do obscurantismo e da barbárie (Iselin, 2002, p. 192).

Ao recusar qualquer tendência evolucionista, o método anatômico de Söemmerring apoiou-se na diferença da constituição do cérebro e do esqueleto humano. Sob esta perspectiva, a caixa craniana e o cérebro do negro eram reduzidos, interferindo em suas faculdades sensoriais e refletindo diretamente sobre a sua sensualidade: “a largura da parte dianteira da narina é, porém, notória. Nunca vi entre os europeus, em circunstâncias semelhantes, uma abertura tão grande do órgão do olfato, bem como uma cavidade interna tão espessa” (Söemmerring, 2002, p. 148).

Do ponto de vista de Blumenbach (2002), os negros “foram feitos à margem divina” (p. 170). Porém, as características fundamentais para a divisão racial não se limitavam à cor de pele, mas tinham como ponto de partida os traços fenotípicos como os aspectos cranianos. Já Christoph Meiners (2002), apontou a possibilidade de alteração das capacidades intelectuais dos povos, quando submetidos a climas quentes:

Quando comparamos os mais belos, altos, fortes, corajosos, inteligentes e nobres europeus com os mais feios, pequenos, fracos, covardes, estúpidos e degenerados povos de outros continentes, verificamos que a distância que os separa e o número de diferenças hereditárias visíveis ou invisíveis é muito maior do que a encontrada noutras espécies animais (...) dado que o homem se encontra sob a influência de um maior número de causas físicas e morais do que os restantes dos animais (Meiners, 2002, p. 156-157).

A partir do século XVIII, a pesquisa de campo e a prática da observação participante colocaram a viagem como um momento de acesso aos dados empíricos. Entretanto, os dados coletados eram enquadrados num quadro de referências da época, que diretamente sancionava o projeto colonial/civilizador europeu (Sanches & Serrão, 2002). Somam-se, ainda, teses sobre o atraso, a degeneração e a diferença do Oriente em relação ao Ocidente, associadas às ideias sobre as bases biológicas da desigualdade racial, principalmente nas colônias (Said, 2007).

Na prática, tais diferenças não decorriam efetivamente do atraso de certas regiões sobre as outras, mas do próprio caráter do sistema mundial, no qual é inerente a desigualdade entre centro e periferia, em virtude da divisão internacional do trabalho, que se processou no mesmo tempo em que se formava o mercado mundial – o centro detém a tecnologia e a periferia fornece matéria-prima, produtos agrícolas e mão de obra. Neste sentido, o intercâmbio foi sempre desigual.

Com efeito, inúmeros naturalistas, filósofos e cientistas que visitaram o Brasil durante o período colonial - Charles Marie de La Condamine (1735; 1744), George Heinrich von Langsdorf (1803), Auguste de Saint-Hilaire (1816), Charles Darwin (1833), Luis Rodolph Agassiz (1865), Arthur de Gobineau (1887), entre outros – não apenas investigaram ou catalogaram os recursos naturais, mas registraram a miscigenação racial como sinal máximo de degeneração. Além disso, ao considerarem o determinismo científico, em voga naquele momento, o território foi totalmente desqualificado e fadado ao barbarismo, em virtude do clima quente.

Vale sublinhar que os processos imperialistas ocorreram para além das leis econômicas ou decisões políticas, mas sobretudo “por predisposições, pela autoridade de formações culturais

identificáveis, pela consolidação contínua na educação, literatura, artes visuais e musicais” (Said, 2011, p. 29). Destarte,

pode-se considerar que a história de disciplinas como a literatura comparada, a literatura inglesa, análise cultural e antropologia está filiada ao império e, por assim dizer, até contribui para seus métodos de manter a ascendência ocidental sobre o nativo não ocidental (Said, 2011, p. 75).

A partir do fim do século XVIII, sob a égide do conhecimento, e no âmbito da hegemonia ocidental, despontou um Oriente complexo, adequado ao estudo na academia, para exibição em museus, para a reconstrução na repartição colonial, para ilustração teórica em teses dos mais diversos campos do saber científico, para exemplos de teorias acadêmicas e sociológicas de desenvolvimento, revolução, cultura, caráter nacional ou religioso (Said, 2007).

Como exemplo, cabe citar a instalação no Brasil das Missões Artísticas Francesas (1816) e Austro-Alemã (1817), logo após a transferência da Corte portuguesa para o Brasil. Sinteticamente, pode-se dizer que a Missão Artística Francesa contribuiu para a reprodução do modelo artístico/intelectual europeu, tendo um papel importante na ideologia da colonização, ao criar um ambiente de afirmação da presença do Estado português. A produção artística francesa composta por Jean-Baptiste Debret, Aimé-Adrien Taunay, Nicolas-Antoine Taunay, entre outros, resultou em acervos não somente acerca da diversidade natural do país, mas sobre o modo de vida exótico da colônia e dos nativos. Quanto à Missão Austro-Alemã, os cientistas, botânicos e zoólogos que desembarcaram no país, dedicaram-se aos estudos (e principalmente coleta) da natureza no domínio português. Contudo, após longa investigação, transferiram para o Velho Mundo não apenas um vasto material sobre a flora e fauna brasileira, mas igualmente, as impressões da sociedade colonial brasileira.

O exemplo em questão pode ser relacionado diretamente com a proposta de discussão sublinhada por Said (2011) em torno da apresentação dos “nativos” no Ocidente, considerando “não só o que é dito, mas também como, por quem, onde e para quem é dito” (p. 42). Neste caso, o conjunto entre o narrador, os ouvintes e os respectivos motivos dos discursos constituem aspectos importantes e até insistentes da história que é narrada:

No Ocidente, as representações do mundo árabe (...) têm se mostrado toscas, reducionistas, grosseiramente racistas (...). Prosseguem caudalosamente os filmes e programas de televisão, mostrando os árabes como camaleões frouxos, terroristas e xeques obscenamente ricos (Said, 2011, p. 60).

Apesar de Said (2011) utilizar o mundo árabe como modelo de representação do Oriente, pode-se traçar um paralelo com a forma como o Novo Mundo foi sendo descrito e desenhado por pensadores, artistas, navegadores, escritores, historiadores, cientistas etc., durante o longo processo de colonização. Mais tarde, foi o método usado pelos colonizados para afirmar a existência da sua própria identidade, através de uma elite nacionalista, dando continuidade ao processo de dominação e dependência, tanto quanto na época de colonização realizada por potências europeias: “pode-se dizer que a produção e interpretação contínua da própria cultura ocidental [mantiveram] exatamente o mesmo pressuposto em anos” (p. 75). Enfim, a polaridade encontrou-se igualmente na base da narrativa institucionalizada, centrada no Estado-nação ocidental, reduzindo a história moderna à ocidentalização.

Além disso, a literatura nacional participou da ratificação do domínio europeu no ultramar, criando estruturas que sustentavam a prática imperial. Em outros termos, as questões, mesmo as mais “científicas”, foram discutidas através de narrativas, fazendo da cultura colonial um importante papel na manutenção do imperialismo. Entretanto, Said (2011) não acredita que os autores tenham sido mecanicamente determinados pela ideologia, pela classe ou pela história econômica, mas sobretudo foram “moldando e moldados (...) [pelas] histórias e experiências sociais” (p. 14). Assim,

o empreendimento imperial depende da ideia de possuir um império, (...) e numa cultura fazem-se preparativos de todas as espécies para isso; aí o imperialismo, por sua vez adquire uma espécie de coerência, forma um conjunto de experiências, com a presença tanto do dominante quanto do dominado dentro da cultura (Said, 2011, p. 32).

No Brasil, ao contrário de outras nações, a literatura nacional representou um espaço privilegiado para o debate político. Isto é, as estruturas de saber não foram separadas do funcionamento do sistema. Ao contrário, funcionaram como elemento essencial na legitimação das estruturas políticas, econômicas e sociais (Wallerstein, 2007).

De fato, alguns trabalhos podem ser analisados sob a perspectiva de reprodução da matriz eurocêntrica. Logo, as versões literárias nacionais ratificavam, em muitos momentos, a ideologia imperialista, ao representarem de forma “orientalizada” o país. Se, por um lado, os autores inspirados pelo Romantismo europeu, mantiveram a preferência pelo exótico e pelos atrativos naturais, a exemplo da obra do romancista José de Alencar, na qual o reconhecimento do índio como “bom selvagem” se fez em detrimento do negro africano. Em contrapartida, muitos trabalhos científicos e literários, basearam-se na abordagem científica



racista e nos modelos deterministas. Autores como Sílvio Romero (1851-1914), Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), Aluísio de Azevedo (1857-1913), Euclides da Cunha (1866-1909), Francisco José Oliveira Viana (1883-1951), Paulo Prado (1869-1943), entre outros, não apenas consideraram o clima (quente) na formação do caráter nacional brasileiro, como passaram a integrar o negro na constituição da nação, porém, sob a mácula da inferioridade.

Diversos escritores, cientistas, romancistas, antropólogos, historiadores, entre outros, acolheram a diferenciação básica entre a colônia e a metrópole como ponto de partida para a formação do caráter nacional. A observação, neste contexto, partiu sistematicamente do pressuposto de inferioridade da colônia e superioridade da metrópole. No plano discursivo, os textos podiam produzir não apenas o conhecimento, mas também a própria realidade para quem os escrevessem.

Com o tempo, esse conhecimento produziu uma tradição discursiva, cuja presença ou peso material passou a ser responsável pelos textos a que dá origem:

O Orientalismo tem suas premissas na exterioridade, ou seja, no fato de que o orientalista, poeta ou erudito, faz o Oriental falar, descreve o Oriente, esclarece os seus mistérios por e para o Ocidente. Ele nunca está preocupado com o Oriente exceto como causa primeira do que diz (Said, 1990, p. 32).

Neste sentido, o discurso configurou-se em uma série de ideias legitimadoras, que tornaram possível a manutenção do domínio colonial. Trata-se, aqui, da concepção foucaultiana de poder, usada por Said (2007) para demonstrar que “as relações de poder não estão em posição de superestruturas, (...) que o poder vem debaixo; isto é, não há, no princípio das relações de poder, e como matriz geral, uma posição binária e global entre os dominadores e os dominados” (Foucault, 1987, p. 90), mas ao contrário, são exatamente as correlações de forças que atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos restritos e instituições que suportam e atravessam o conjunto do corpo social.

Além disso, os poderosos sempre precisaram conquistar a sua legitimidade para obterem as vantagens e privilégios que acompanharam a sua dominação. Logo, o poder é algo adquirido ou compartilhado, e está indissociavelmente associado ao saber à medida que o legitima e o encobre, fazendo com que seja mais produtivo. Para Said (2007), ter determinado conhecimento sobre alguma coisa é dominá-la e possuir autoridade sobre ela. E, neste contexto, autoridade significa “nós” negarmos autoridade para “eles” - Orientais - visto que o conhecemos e existe, de certo modo, como o conhecemos. Aqui, o uso da terceira pessoa

(nós) é “usado com todo o peso de um homem distinto e poderoso que se sente como o representante de tudo o que há de melhor na história de sua nação” (Said, 1990, p. 45).

Neste processo de conquista, a Europa encontrou-se sempre em uma posição privilegiada e dominadora: “só a civilização europeia, com raízes no mundo grego-romano antigo (e para alguns também no Velho Testamento), poderia produzir a modernidade” (Wallerstein, 2007, p. 66). Já o Oriente foi sucessivamente subjugado, a partir de um projeto ocidental para conquistá-lo e governá-lo, pois ao contrário da civilização europeia, estagnou em algum ponto de sua trajetória e, portanto, foi incapaz de transformar-se sem a interferência de forças externas.

De qualquer forma, o Orientalismo formalizou este projeto, utilizando grandes e abstratas categorias para descrever os diferentes povos e culturas. Deste modo, criou-se mentalmente uma divisão entre um lugar habitual “nosso” – civilizado e superior - e um espaço não familiar “deles” – atrasado e exótico - traçando fronteiras geográficas imaginativas e, conseqüentemente, homologando as diferenças entre o império e a colônia (Said, 2007).

Com efeito, a história do sistema-mundo moderno tem sido, em grande parte, a narrativa da expansão dos povos e Estados europeus pelo resto do mundo. Na maioria das regiões do mundo, a expansão colonial envolveu conquistas militares, exploração econômica e injustiças em massa. Os que lideraram e lucraram justificaram-na com base no bem maior que representou para os povos conquistados. O argumento mais comum é que tal expansão disseminou algo invariavelmente chamado de civilização ou progresso (Wallerstein, 2007).

Como tal, a cultura europeia ganhou força e identidade ao produzir um sistema de representação contrastante com o Oriente, visto como uma espécie de substituto e até subterrâneo (Said, 2007). No entanto, Said (2007) argumenta que, apesar de a cultura ter atuado dinamicamente em conjunto com a lógica política, econômica e militar construindo uma representação do Oriente como um espaço variado e, por vezes, abstruso, o interesse do Ocidente no Oriente sempre foi estritamente político. Portanto, o Orientalismo não é um simples tema ou campo político espelhado de modo desinteressado na cultura, ou ainda pelas instituições autorizadas a lidar com o Oriente, nem tão pouco uma coletânea de textos sobre o Oriente e sua gente., é, antes de tudo

a distribuição de consciência geopolítica em textos estéticos, eruditos, econômicos, sociológicos, históricos e filosóficos; é uma elaboração não só de uma distinção geográfica básica - (...) o Oriente e o Ocidente - mas também de toda uma série de “interesses” que, por meios como a descoberta erudita, a reconstrução filosófica, a análise psicológica, a descrição paisagística e sociológica, o Orientalismo não só cria, mas igualmente mantém[-se] (Said, 1990, p. 24).

Além disso, o Orientalismo pode ser considerado como a intenção de compreender, controlar e manipular um mundo culturalmente distinto e, sobretudo, um discurso produzido no intercâmbio desigual dos diversos campos de poder, moldado, em certa medida, pelo poder político, intelectual, cultural e moral, ainda que exista uma relutância em admitir que as coerções políticas, institucionais e ideológicas agem sobre os autores limitando a sua criatividade. Como fato cultural e político, o Orientalismo não existe como um vácuo de arquivos desarmônicos; longe disso, todas as reflexões, discursos e concretizações acerca do Oriente ocorrem dentro de certas conexões cognoscíveis, levando-nos a compreender que o imperialismo político rege todo um campo de conhecimento, imaginação e instituições eruditas, de tal forma que o próprio ato de evitá-la torna-se (quase) uma impossibilidade intelectual e histórica (Said, 2007).

Entretanto, o autor esclarece que, afirmar que a política no contexto do imperialismo sempre teve relação com a produção artística, literária, teoria social e história não corresponde a assegurar que a cultura é, portanto, algo degenerado. Ao contrário, para Said (2007) a ideia consiste em compreender melhor a persistência e a durabilidade do sistema cultural hegemônico europeu, ao perceber que suas coerções internas sobre escritores e pensadores foram produtivas, e não unilateralmente inibidoras.

Por fim, a história das representações orientalistas estão repletas de generalizações e *clichês*, acessíveis não somente na TV, revistas, livros e filmes como no repertório de imagens de seres exóticos e lugares mágicos explorados pelo turismo. Existe um sistema legítimo, que regula o conhecimento, no qual certas regras devem ser seguidas. É impossível ultrapassá-las, e não usá-las parece ser virtualmente improvável, porque não existe outra forma de conhecimento produzido sobre o Oriente, ou seja, não existe uma posição crítica sobre o tema.



## Capítulo 2 - Brasil: próximo do paraíso e distante da civilização

Quando se assegura que Colombo descobriu a América, não se trata de um fato, mas meramente da interpretação de um fato – *A invenção da América* (1992) - Edmund O’Gorman.

### 2.1. A existência do paraíso e as notícias do Novo Mundo

Apesar de alguns estudiosos declararem sua morte a partir do século XVIII, poucos conceitos têm atraído de forma tão intensa e sustentada o interesse como a temática sobre o paraíso. Desde os primeiros textos da Mesopotâmia até os atuais meios de comunicação, a palavra paraíso tem evocado o imaginário de perfeição, liberdade, abundância, paz e felicidade, contrastando fortemente com o mundo real. Ali os homens viveriam em harmonia com a natureza e iriam se comunicar diretamente com o divino. Daí a sua procura resultar numa profunda nostalgia na consciência coletiva – do paraíso perdido – e no poderoso desejo de o encontrar (Daemmrich, 1997; Seixas, 2003).

Além disso, sempre foram realizados paralelos e conexões entre os Jardins Sagrados da Bíblia e as outras religiões. Como um assunto mitopoético, o paraíso é tão antigo ou mesmo mais velho que seu real significado etimológico. No mito sumério da Deusa Enki, um estado de paz e alegria foi prometido em Dilmun. A tradição hebraica manteve durante muito tempo a crença em um paraíso intermediário, onde as almas dos eleitos esperariam a ressurreição e a entrada no reino dos céus. A *Epopeia de Gilgamesh* contém igualmente os mesmos cenários descritos na Bíblia (Delumeau, 1992).

Já na versão cristã, as crenças e os mitos de partida das visões do paraíso encontram-se na Bíblia, ao descrever o modo como Deus “formou o homem do pó da terra e soprou em suas narinas o fôlego de vida”, plantou um jardim no Éden e fez nascer do solo “todo tipo de árvores agradáveis aos olhos e boas para alimento” (Gn 2:9-25). Contudo, após o pecado, Deus mandou o homem embora e colocou a “Leste do Jardim do Éden, querubins e uma espada flamejante que se movia, guardando o caminho para a árvore-da-vida” (Gn 3:24).

Deste modo, embora a história bíblica do Éden e os mitos clássicos da Idade do Ouro difiram de configuração, personagens e ação, possuem muitos detalhes em comum. Tanto o antigo épico *Gilgamesh* da Mesopotâmia (2000-700 a.C.), quanto as escrituras sagradas cristãs descreveram uma floresta ou jardim plantado por Deus contendo rios e uma árvore-da-vida eterna, promissora para aqueles que comerem de seus frutos. Neste local, o divino e o

humano se misturam e o espaço assume uma dimensão sagrada, onde discórdia, dor, ansiedade e doenças são desconhecidos e a inocência humana persiste. Entretanto, a maldição do pecado original levou à expulsão do homem do jardim sagrado e gerou a nostalgia do paraíso perdido (Daemmrigh, 1997).

A partir dos relatos bíblicos, as profecias, particularmente as de Isaías (51:3) – “porque o Senhor consolará a Sião; consolará a todos os seus lugares assolados, e fará o seu deserto como o Éden, e a sua solidão como o jardim do Senhor” - e de Ezequiel (28:13) “estiveste no Éden, jardim de Deus; de toda a pedra preciosa era a tua cobertura: sardônia, topázio, diamante, turquesa, ônix, jaspe, safira, carbúnculo” - relatam com profusão de detalhes o oriente-paraíso, terra cortada por rios cujos leitos são de ouro e prata, safiras, rubis, ônix, por onde correm leite e mel, em cujas montanhas derramavam-se pedras preciosas, habitado por gente bela, indômita, doce, inocente, como no dia da Criação, promessa de felicidade perene e redenção. Destarte, toda a literatura cristã deixou-se influenciar pelo paraíso e, tal como acreditavam Isidoro de Sevilha, Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, o paraíso subsistia no Oriente (Delumeau, 1992).

De fato, a Bíblia, no livro do Gênesis, afirma que o paraíso terrestre, terra de leite e mel, cortado por quatro rios, localizava-se no Oriente. A partir do relato bíblico, as grandes profecias, particularmente de Isaías, descreveram com profusão de detalhes o oriente-paraíso (Chauí, 2010, p. 61).

Dito de outra forma, para os teólogos da Idade Média o paraíso não existia somente no mundo irreal, perdido no começo dos tempos, nem simplesmente era uma ilusão abstrata, mas sim uma realidade presente em um lugar escondido. Acreditavam que o paraíso teria sido colocado na parte do mundo mais temperada, logo abaixo da linha equinocial, portanto, mais propícia para a habitação humana. Para mais, era dotado de quatro propriedades: terra perfeita para plantações; clima com boas influências dos astros; águas abundantes em peixes. Nela, produzir-se-ia todo tipo de animais e bestas, e “a imortalidade reinaria, assim como a ausência de dor e fadiga, o eterno ócio (...), pois, ali as enxadas saem a cavar sozinhas e os panicuns vão à roça buscar mantimento” (Holanda, 2000, p. 173).

Em síntese, a herança que o mundo ocidental recebeu do paraíso original teve características muito definidas. Em primeiro lugar, em sua forma e sua nomeação – um jardim fértil, belo e abundante em águas que irrigavam uma variedade de árvores, plantas, frutas e flores; um clima ameno que contribuía para a manutenção da natureza exuberante e a comunhão entre os

homens, os animais e o divino, estabelecendo um estado de perfeição, saúde e felicidade (Aoun, 2001).

Não obstante, a noção do extraordinário e a fantasia não faziam parte somente da credulidade da gente popular. Vários autores exprimiram convicções semelhantes, e a literatura da época esteve essencialmente relacionada ao discurso da Igreja, refletindo o dualismo inferno-paraíso. Diversos nomes da literatura europeia escreveram obras em que o paraíso foi retratado inúmeras vezes, e toda a herança greco-romana e a escrita latina a respeito do assunto foram amplamente divulgadas sobre os preceitos da Igreja Católica. A idealização poética manifestou-se na obra *Odisseia* de Homero, onde se lê que naqueles “lugares abençoados não se conhece a neve, nem o furacão hibernal, ou as grossas trovoadas” (Holanda, 2000, p. 191).

Com efeito, a amálgama realizada no imaginário coletivo persistiu numa longa sequência de escritos medievais e os autores do século XII partilharam as mesmas convicções: a obra *Libri quattuor sententiarum* (1150) do bispo de Paris, Pedro Lombardo (1110-1160), tornou-se um manual obrigatório sobre o qual os maiores mestres escreviam comentários; *De imagine mundi* (1100) descreveu o paraíso terrestre como um lugar rodeado por uma parede de fogo elevada até o céu; *De situ terrarum*, atribuído sem provas a Hugues de Saint-Victor (1096-1141), situou o paraíso na Ásia, e *Account of ehyseus*, parcialmente baseado em uma carta ao lendário Prestes João, localizou o jardim sagrado no cume de quatro montanhas na Índia. O paraíso apareceu igualmente no texto célebre de Alexandre Magno – *Inter ad paradisum* –, redigido entre os anos de 1100 e 1175 e, ainda, em *Huon de Bordeaux*, um dos componentes da *Gesta de Carlos Magno*. Já o gramático e poeta Alexandre Neckam (1157-1217) e o franciscano Barthelemy (1203-1272) convergiram no essencial ao declararem que o paraíso terrestre escapou ao Dilúvio e todas as belezas e riquezas ali estariam concentradas (Delumeau, 1992; França, 2012<sup>a</sup>).

Outrossim, o cenário europeu esteve marcado por diversas mudanças no campo geográfico, econômico, político, social, ideológico e cultural, sendo influenciado pelo processo de conquista e colonização do Novo Mundo, refletindo diretamente na construção do próprio pensamento sobre as terras recém-descobertas. No campo geográfico, ocorreu um deslocamento de foco do Oriente para o Ocidente, do oceano Mediterrâneo para o Atlântico, alterando a visão de mundo a partir da descoberta de novos povos e desconhecidas culturas. No campo econômico, o sistema feudal fechado, alicerçado na agricultura, cedeu espaço ao modelo baseado no comércio e no capital. Já no campo político, ganhou destaque o absolutismo centralizado na soberania e figura do Rei. No campo social, despontou a

burguesia comercial, impulsionadora de uma nova concepção de mundo. No campo ideológico e cultural, a modernidade teve início, com a paulatina mudança em direção à laicização e racionalização, levando à emancipação da mentalidade medieval fortemente enraizada na visão religiosa da sociedade e provocando uma verdadeira revolução no mundo dos saberes (Cambi, 1999).

Entretanto, a posição central ocupada pela Igreja no campo ideológico e cultural, através da produção de conhecimento diretamente influenciada pelo pensamento medieval, ainda esteve presente nos primeiros séculos da chamada Idade Moderna. As formas de representações do Novo Mundo ainda estiveram mediadas por um sentimento religioso, percebido com frequência nas figuras que ilustravam mapas e itinerários da época. Tais materiais, possivelmente, correspondiam a um sentir geral, “por ventura, nascido de tradições anteriores e ou alheias à própria difusão do cristianismo” (Holanda, 1969, p. 19). Além do aspecto de imaginação utilizada na reprodução do Mundo Novo, houve a necessidade de adequação à visão religiosa, mostrando os índios como Adão e Eva no paraíso ou como criaturas endemoniadas, criando um dualismo nas representações visuais.

A representação do Novo Mundo foi igualmente marcada pelo Renascimento cultural vivenciado na Europa e pela consequente maneira de pensar e construir a imagem herdada do Classicismo greco-romano. Não obstante, mesmo de forma contraditória, o texto da Gênese constituiu um documento totalmente crível; ainda que os artistas renascentistas procurassem recriar a realidade, continuaram sonhando com paraísos mitológicos e impossíveis utopias. O progresso tecnológico paralelo, a evolução espiritual e material, associados às preocupações teológicas, o maior conhecimento das línguas orientais e, ainda, a curiosidade geográfica, permitiram aos especialistas assediarem melhor o Jardim das Delícias (Delumeau, 1992; 1994).

Nesse contexto, a maioria dos artistas renascentistas representou com igual convicção os cenários bíblicos. No século XIV, Dante Alighiere (1265-1321), na sua *Divina Commedia*, publicada a partir de 1304, repleta de visões místicas, descreveu uma viagem através do purgatório, inferno e paraíso. Para Dante, o paraíso não tinha desaparecido, ainda que o localizasse a uma altitude inacessível, no cimo de uma montanha, de tal modo elevada que as águas do dilúvio não o atingiriam. Além de um lugar abençoado e coberto por uma divina floresta, que soprava “um doce ar sem mudança alguma, tão leve que poupa[va] o vento. Os passarinhos [cantavam] por entre as copas (...). [Havia] grande variedade de fresca verdura” (Delumeau, 1992, p. 64).



No século XVI, Thomas More (1478-1535) batizou sua sociedade perfeita em *Utopia* (1516); Camões (1524-1580) descreveu as aventuras marítimas de Vasco da Gama a caminho das Índias em *Os Lusíadas* (1572). Outro que se deixou impressionar pelas notícias do Novo Mundo foi o filósofo Montaigne (1533-1592), autor de *Ensaaios* (1588), diretamente dedicado às terras recém-descobertas. Já no século XVII, Miguel de Cervantes (1547-1616) manipulou sonho e realidade retratando lugares maravilhosos em *O Engenhoso Fidalgo Dom Quixote* (1605); Tommaso Campanella (1568-1639) referiu-se à ideia de uma sociedade ideal em *Cidade do Sol* (1602); Francis Bacon (1561-1626) apresentou a *Nova Atlântica* (1624), uma ilha perdida de Bensalem; John Milton (1608-1674) inspirou-se no *Velho Testamento* ao escrever *O Paraíso Perdido* (1667); e, alguns anos mais tarde, abordou temas do *Novo Testamento* ao publicar *O Paraíso Reconquistado* (1671).

O Novo Mundo marcou presença constante em diversos gêneros literários e artísticos da época, fixando-se nos palcos franceses, ingleses, espanhóis e italianos, escritos por renomados dramaturgos: William Shakespeare (1564-1616), Félix Lope de Vega (1562-1635), Louis-François Deslille de La Drevetière (1682-1756), Voltaire (1694-1778) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). Na França, desenvolveu-se, a partir da última década do século XVI, uma série de romances exóticos ocorridos no Novo Mundo: *Les amours de Pistion et Fortunie* (1601), escrito por Antoine Du Périer (15?-16?) e *Polexandre* (1632), de Marin Le Roy de Gomberville (1600-1674). Dessa forma, nenhum gênero artístico ou cultural passou totalmente imune ao Novo Mundo. A produção de histórias, dramas, romances, livros de filosofia, cartas, crônicas e narrativas jesuíticas, entre outros, apesar dos limites de circulação, indicava uma razoável absorção da ideia de Novo Mundo pelo continente europeu (França, 2012<sup>a</sup>).

Neste sentido, a intenção de alcançar no além-mar o verdadeiro paraíso passou a perseguir todos os espíritos e as lendas das sonhadas “ilhas do ouro e da prata. [Mudando] de lugar como fogos-fátuos, atraíam sempre para mais longe outros povos marítimos” (Prado, 1981, p. 18). A partir das explorações marítimas, o mundo teve a oportunidade de ser descoberto e conectado aos mistérios da história. Do ponto de vista simbólico, as Grandes Navegações podem ser vistas como um alargamento das fronteiras do visível e um deslocamento das fronteiras do invisível para chegar a regiões que a tradição dizia impossíveis ou mortais. As primeiras viagens trouxeram não apenas mercadorias e conhecimentos, mas também corroboraram os imaginários: terras exóticas e um Mundo Novo, no qual se julgou haver reencontrado o Paraíso Terreal de que falavam a Bíblia e os escritores medievais. Assim,

recomeçou na história do mundo o misterioso impulso que de séculos em séculos põe em movimento as massas humanas (Chauí, 2010).

Conforme consta em Schwarcz (1993), as Grandes Navegações inauguraram um momento específico na história ocidental, quando a percepção da diferença entre os homens, tornou-se tema constante de reflexão no Velho Mundo. Nas narrativas de viagens, que aliavam fantasia à realidade, estes “novos homens” eram frequentemente percebidos como seres estranhos em seus costumes e diversos em sua natureza. Novas formas de expressão foram sendo criadas, estabelecendo a chamada literatura de viagens, e um novo universo literário foi instituído em meio à necessidade de registrar os acontecimentos. A literatura informativa passou a ser desenvolvida e os relatos de viajantes produziram o Novo Mundo para os leitores europeus.

Nesse sentido, a literatura de viagens caracteriza-se por relatos, narrativas, cartas, diários, folhetins, livros, crônicas, entre outros. Os documentos técnicos eram escritos por navegadores e pilotos que descreveram as rotas, as costas, as latitudes, as longitudes, os controles dos portos, os ventos, as geografias etc. Além disso, por se tratar de investimentos comerciais, o gênero de narrativa acompanhou o rápido progresso tecnológico das Grandes Navegações e difundiu-se pela Europa. Entretanto, ao descreverem experiências extremas, os relatos de viagens produziram não apenas o conhecimento acerca do Mundo Novo e sua gente, mas também narrativas ficcionais repletas de monstros e fantasias paradisíacas (Hue, 2012).

As rotas das especiarias do Oriente, à procura de uma passagem marítima que ligasse diretamente os oceanos Atlântico e Índico ao reino mítico cristão de Preste João, alimentaram o imaginário ocidental na criação de parte das narrativas de viagens das descobertas marítimas do começo dos tempos modernos (Pereira, 1999). Assim, ao longo da literatura de viagens, o paraíso funcionou como um tropo geográfico, motivando a exploração geográfica e sendo utilizada para justificar a colonização e o imperialismo europeu (Deckard, 2007; 2010).

Vale ainda lembrar que a cartografia medieval, do mesmo modo, cedeu espaço às visões do paraíso terrestre nas representações do mundo. E, mesmo que de maneira generalizada, os mapas-múndi do século IX ao século XV – *Cosmographiae*, *Mapae mundi*, *Descriptio mappe mundi*, *Mappamundi*, entre outros – refletiram a convicção de que o paraíso existia em algum lugar do Novo Mundo. Nesse contexto, o navegador genovês Cristóvão Colombo (1451-1506) fez parte de uma geração de navegadores influenciados pelas crenças tradicionais da mitologia medieval, desde as lendas de Preste João – o soberano cristão do Oriente –; a *História Natural*,

de Plínio “o velho”; *Etymologiae*, de Santo Isidoro de Sevilha; *O Livro das Maravilhas* (1298), de Marco Pólo; *As viagens de Jean Mandeville* (1356/1357); até o *Imago Mundi* (1410), do francês Pierre d’Ailly (1351-1420). Aliás, Colombo acreditava que as grandes viagens marítimas encontrariam as maravilhas descritas por Marco Pólo e inspirou-se em seus relatos de viagens para tentar chegar às Índias ou à Terra do *Gran Cã*.

No tempo de Colombo, a crença na proximidade do paraíso não era apenas uma sugestão metafórica ou uma fantasia, mas uma espécie de ideia fixa que, ramificada em numerosos derivados ou variantes, acompanhava quase indefectivelmente as atividades dos conquistadores. O próprio Colombo acreditava nas concepções correntes durante a Idade Média, chegando a referir, com veemência, descrições sobre a existência do Éden. Em seus escritos, deixou claro que, precisamente nas novas Índias, para onde o guiara a mão da Providência Divina, seria encontrada a orla do paraíso. Todavia, como observou Colombo, também se encontravam na paisagem edênica entidades misteriosas e, certamente, nocivas, como as minas preciosas da Índia, guardadas e exploradas por uma casta de formigas mineradoras, grandes como cães ou raposas e extremamente agressivas, que impediam a aproximação de qualquer ente humano (Holanda, 2000).

À medida que foram traduzidos e publicados, seus relatos foram sendo ilustrados com imagens que incitavam a imaginação de seus leitores e ajudavam a traduzir para o Velho Mundo – cheio de conflitos, privações e fantasias religiosa – as virtudes naturais deste lugar habitado por uma gente selvagem, nua e exótica, atormentada pelos demônios, bárbaros que cultivavam o hábito de comer gente. Entretanto, Colombo não foi o único a sentir o deslumbramento causado pelas novidades do Novo Mundo. O navegador Américo Vespúcio (1454-1512), em *Mundus Novus* (1503) e *Lettera* (1504), ou em sua versão latina, *Quatuor Americi Vesputti navigationes*, retomou a todos os tópicos comuns da literatura paradisíaca para descrever o ambiente sul-americano, evocando a amenidade do clima, a prodigiosidade da natureza, a exuberância da fauna e flora, a variedade de pássaros, a salubridade dos ares, entre outros. Não obstante, Colombo e Vespúcio deram somente partida para um longo processo:

Colombo iniciou a sua viagem com o propósito de comprovar sua hipótese da existência de dois “mundos” e voltou com a ideia de que era um só e o mesmo mundo; Vespúcio iniciou sua viagem com o projeto de comprovar que tudo era um só e o mesmo mundo e voltou com a ideia de que havia dois (O’Gorman, 1992, p. 162).

Já nas primeiras décadas do século XVI, as notícias sobre o Novo Mundo circulavam pelos portos não somente da Espanha e Portugal, mas também das cidades costeiras da Itália, França, Inglaterra e, um pouco mais tarde, pelos portos batavos (França, 2012<sup>a</sup>). Logo, a expansão territorial influenciou diretamente a produção literária: diários de bordo, narrativas, roteiros marítimos, relatos, crônicas de viagens, traduções foram publicados.

Na Espanha, registros acerca do tema foram deixados: *Décadas* (1511), de Pietro Martine; *Sumario de la natural história de las Índias* (1526) e *História geral de las Índias* (1535), de Gonzalo Fernandez de Oviedo y Valdés; *História de las Índias y conquistas de México* (1552), de Francisco Lopez de Gomara; *Brevíssima relatio* (1552), do padre Bartolomé de las Casas; *História natural e moral de las Índias* (1590), do padre Joseph de Acosta. Ainda durante o século XVI, os italianos produziram quatro importantes obras sobre o Mundo Novo: *Terras recentemente descobertas* (1507), de Francazano de Montalboddo; *Navegações e viagens* (1550-1559), organizado por Giovanni Battista Ramusio; *La história del mondo novo* (1565), de Girolamo Benzoni; *Historiae indicae libri XVI* (1588), do jesuíta Giovanni Pietro Maffei e muitas outras obras decisivas na construção do Novo Mundo (França, 2012<sup>a</sup>).

Já em Portugal, o paraíso foi apropriado não apenas pela Igreja e os Reis católicos, mas sobretudo pelos poetas, filósofos e, mais tarde, pela literatura de viagens e relatos missionários: desde Luís de Camões (1524-1580), em *Os Lusíadas* (1572), até as publicações de cartas e narrativas dos padres jesuítas - Antônio Vieira (1608-1697), Fernão Cadim (1540-1625), Manuel da Nóbrega (1517-1570), entre outros - enviados em missão civilizatória ao Novo Mundo. Dentro deste contexto, deste o início o Brasil assumiu uma posição de destaque nas profecias paradisíacas portuguesas, emergindo como o “Novo Mundo, histórico-geográfico e cultural, (...) da inédita totalidade divino-humano-cósmica, encarnação da superabundância” (Rêgo, 2007, p. 142).

Entre os franceses, uma das primeiras obras do gênero a avaliar as experiências da colonização francesa no Novo Mundo foi *Histoire de la nouvelle France* (1609), do viajante Marc Lescarbot (1570-1629). Outras coletâneas de viagens sobre as terras descobertas tiveram igualmente repercussão por toda a Europa: *Grands voyages* (1590 e 1634), de Theodore de Bry e *Collections of voyages*, editadas em 1598 e 1650 por Levinus Hulsius. O interesse pelo Novo Mundo também suscitou *Histoire du Nouveau Monde* (1625), escrita pelo diretor da Companhia das Índias Ocidentais, Joannet Laet, e *Voyages en Afrique, Asie, Indes Orientales et Occidentales* (1617), de Jean Mocquet, que descreveu a gente e os lugares visitados. Já *Voyage de Pyrard de Laval aux Indes*

*Orientales* (1601-1611), de François Pyrard de Laval narrou as aventuras além-mar. Igual sucesso teve *Relation de voyage de la mer du sud aux côtes du Chili et du Peru* (1716), de Amédée Frézier, ao descrever com riqueza de detalhes a viagem de reconhecimento aos portos das colônias espanholas situadas na costa Oeste da América Austral.

Na Inglaterra, o interesse por relatos de viagens começou a ganhar corpo na segunda metade do século XVI, associado à expansão dos negócios ingleses ultramar e ao crescimento da Marinha inglesa. Destacaram-se as obras *Discourse of a discovery for a new passage to Cataia*, publicada em 1576 pelo viajante Henry Middleton, e *The true discourse of the late voyages of discoverie*, publicada em 1577, por George Best. As publicações do corsário inglês William Dampier (1652-1715) – *A new voyage round the world* (1697), *Voyages and descriptions* (1699), *Voyages to New Holland* (1703) – fizeram sucesso ao narrar suas aventuras no desconhecido Mundo Novo. Já a obra *A cruising voyage round the world* (1716), escrita pelo capitão inglês Woodes Rogers (1679-1732), foi o ponto de partida para uma das mais conhecidas obras da literatura ocidental – *Robinson Crusoe* (1719) – do inglês Daniel Defoe (1660-1731) (França, 2012<sup>a</sup>). Assim, ao lado das explorações comerciais, os temas da literatura de viagens foram os perigos, as maravilhas exóticas e as curiosidades do Novo Mundo.

Na segunda metade do século XVIII, a expedição científica tornou-se um catalisador de energias, recursos e alianças entre as elites comerciais e intelectuais europeias, transformando-se em foco de intenso interesse político e fonte de alguns dos mais poderosos aparatos ideológicos, por meio dos quais o Velho Mundo passou a se relacionar com outras partes do mundo (Pratt, 1999).

A expedição do francês Charles Marie de La Condamine (1701-1774) foi um dos primeiros exemplos de uma nova tendência no que se refere à exploração e à documentação dos recursos naturais do Novo Mundo. Sua atribulada missão na América do Sul, nos anos 1735 e 1744, contribuiu para a ciência, coletando informações sobre a flora, a fauna e a geografia da Amazônia. Entretanto, ratificou a presença das “amazonas”, mitológicas guerreiras, que até então só povoavam o fértil imaginário dos homens do mar, transportando a plateia para um lugar misterioso, cuja natureza exuberante esconderia em suas entranhas, vestígios que comprovariam a existência do lendário El Dourado. Ao relatar sobre os povos da floresta, seus costumes e crenças, o viajante foi contundente em suas conclusões sobre o caráter desses indivíduos, considerando-os insensíveis, indolentes, mentirosos, inimigos do trabalho e incapazes de reflexão (França, 2012<sup>a</sup>). Ainda que *Relation abrégée d'un voyage fait dans L'intérieur de*

*L'Amérique Méridionale* (1745) seja sua obra mais reconhecida, também publicou outros gêneros baseados em sua viagem Americana: *A Carta sobre a insurreição popular de Cuenca* (1746), *História das pirâmides de Quito* (1751) e um relatório acerca da *Mensuração dos primeiros três graus do Meridiano* (1751). Os escritos científicos especializados de La Condamine dão a medida do quanto a ciência veio articular os contatos europeus com a fronteira imperial e do quanto foi articulada por eles. Sua expedição marcou a inauguração de uma era de viagens científicas e a exploração do interior do Novo Mundo. Por conseguinte, sugere mudanças na concepção que tinha a Europa de si mesma e de suas relações globais (Pratt, 1999; França, 2012<sup>a</sup>).

Já na segunda metade do século XVIII, muitos viajantes-escritores dissociaram-se da tradicional literatura de sobrevivência, descrição ou narrativa de navegação, para se engajar no novo projeto de conhecimento da história natural, marcada pela publicação de *Systema Naturae* (1735), do naturalista sueco Carl Linné (1707-1778), impactando não apenas as narrativas de viagens, mas a maneira como os cidadãos europeus passaram a constituir e compreender o mundo. Destarte, apesar das descrições da flora e fauna serem componentes tradicionais das narrativas de viagens desde o início dos “descobrimentos”, a partir da metade do século XVIII a história natural se firma como um projeto classificatório global, ao observar e catalogar a natureza, sendo um exercício não apenas de correlação, mas também de redução. Nesse sentido, a história natural mapeou não apenas rotas marítimas, mas os conteúdos internos da superfície do planeta. Ou seja, diferentemente do mapeamento de navegação, a história natural concedeu ao mundo um caos a partir do qual a ciência produzia uma ordem (Pratt, 1999).

Em síntese, após a descoberta, o Novo Mundo foi sendo marcado e desenhado por pensadores, artistas, navegadores, escritores, cientistas e missionários durante um longo processo de conhecimento e estabelecimento de identidade. O período de colonização caracterizou-se pela busca de uma sociedade já idealizada segundo os preceitos religiosos, posto que tanto a Igreja, através da Bíblia, como a literatura da época, através de escritores, navegadores, cronistas etc., pregaram a existência do paraíso. Ou seja, o “achamento” do Mundo Novo veio ao encontro da mensagem há longo tempo disseminada.

## **2.2. Os primeiros registros sobre o Brasil: próximo do paraíso**

Apesar da remota crença na existência do Paraíso Terreal, difundida amplamente pela Igreja, os homens que contribuíram para a expansão ultramarina europeia não se encontravam preparados para o exotismo, a novidade e a abundância da natureza recém-descoberta. O período foi marcado pela consciência da presença de um mundo como nunca se vira antes,

que através de um corte com o passado, estabeleceu a “perspectiva de porvir felicidade terrena” (Seixas, 2003, p. 34).

A viagem realizada por Portugal em 1500, intitulada mais tarde como a viagem do “Descobrimento” do Brasil, não foi diferente: existia uma visão mítica do que se poderia encontrar no além-mar. Entretanto, vale destacar que, ao longo do século XVI, as navegações, em geral, foram tratadas como grandes negócios administrados por agentes estatais e custeados por particulares. Dessa forma, enviar uma embarcação ao Novo Mundo exigia alto investimento, uma vez que as comunicações eram extremamente difíceis e os conhecimentos náuticos e cartográficos imprecisos (França, 2012<sup>a</sup>).

Neste sentido, Portugal foi o primeiro país a se lançar às Grandes Navegações por vários motivos. Dentre eles, contribuíram a procura por metais preciosos para a cunhagem de moedas, o interesse em expandir a fé cristã e, principalmente, os avançados conhecimentos marítimos, em função de sua ligação com o mar. Convém ressaltar que Portugal dispunha de uma estrutura econômica que se traduzia particularmente no domínio de grande técnica de navegação, não apenas no que se refere à construção naval e à orientação em alto mar, mas ainda no que tange ao ensino, à preparação dos equipamentos e à formação de cosmógrafos e cartólogos em condições de difundir, reter e transmitir os conhecimentos (Sodré, 1997). Tal situação permitiu que os portugueses pudessem sair antes dos demais países europeus em busca de novos mercados para explorar. Por isso, se tornaram os pioneiros nas navegações marítimas, sendo os primeiros a chegar à Índia pelo Oceano Atlântico em 1498 e, mais tarde, ao Brasil (Agostini, 2004).

Sendo assim, Portugal desempenhou um importante papel inovador e pioneiro na construção naval, na artilharia e na conquista de novos territórios. Ajudou na renovação das condições econômicas da Europa, quando trouxe da África a mão de obra escrava, do Brasil o pau-brasil, o açúcar e os minerais, das Antilhas o ouro, das Índias as especiarias, uma vez que possuía muitas colônias de exploração.

Entretanto, até 1576, os portugueses pouco ou quase nada tinham escrito e publicado acerca da nova terra. A ponto do historiador e cronista português, Pêro de Magalhães Gândavo, no Prólogo ao leitor de sua obra *História da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, publicada em 1576, lamentar o silêncio e o descaso com que Portugal vinha tratando o Brasil: “havendo já setenta e tantos anos que esta província foi descoberta” (p. 89). Na época, o cronista observou que os estrangeiros a tinham noutra estima, e sabiam suas particularidades

melhor e mais de raiz que os próprios portugueses. Da mesma forma, as consequências de tão pouco apreço dos portugueses pela escritura pesaram igualmente sobre a produção escrita da colônia, uma vez que a terra era desprovida de prensas, de instrução, de bibliotecas, de livros, de leitores etc. Em suma, a nova terra era privada de tudo o que se relacionava à cultura escrita (França, 2012<sup>a</sup>).

Sodré (1962<sup>a</sup>) demonstra que a colonização nunca esteve nos propósitos da empresa mercantil que impulsionou as Grandes Navegações, montada especificamente para a exploração e trocas comerciais. Daí o interesse maior pelo Oriente, onde já existia uma produção destinada ao comércio. No entanto, a necessidade de defender as novas terras exigiu a colonização, e a montagem de uma estrutura produtiva açucareira foi a forma de a metrópole viabilizar a colonização, baseada primeiramente no trabalho escravo indígena e, em seguida, africano.

Para Pereira (1999), outros fatores colaboraram para a ausência de publicações sobre o Brasil: não apenas o interesse da coroa portuguesa nas satisfatórias transações comerciais com o Oriente, mas também a política de sigilo implementada nos reinados de D. João II e D. Manuel I, proibindo o país de revelar ao mundo os seus conhecimentos geográficos que tanto contribuíram para a inauguração do Novo Mundo.

Na acepção de Cunha (1990), os portugueses fascinados pelo Oriente pouco indagavam sobre o Novo Mundo: “nem objetos de conhecimento ou reflexão, nem sequer ainda de intensa cobiça, o Brasil passou em grande parte despercebido durante os primeiros cinquenta anos de seu contato” (p. 91).

Destarte, por conveniências políticas e diplomáticas, o pouco interesse em divulgar a nova terra e, ainda, a dependência de censores e impressores portugueses, fizeram com que as crônicas sobre o “descobrimento” e boa parte da História do Brasil só fossem divulgadas tardiamente. Com efeito, obras como a *Carta do Descobrimento*, de Pêro Vaz de Caminha e a *Carta do Mestre João Farás* permaneceram arquivadas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, por três séculos. Os textos foram tardiamente publicados no século XIX, no Rio de Janeiro.

A *Carta de Pêro Vaz de Caminha* foi publicada em *Corografia Brazílica*, ou *Relação histórico-geográfica do Reino do Brazil*, de Manuel Aires de Casal, em 1817, enquanto a *Carta do Mestre João Farás*, em 1843, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Já a *Relação do Piloto Anônimo*, escrita por algum tripulante da frota cabralina, foi publicada na Itália, em 1507, na coletânea de



viagens organizada por Fracanzano da Montalboddo. Entretanto, em português, foi impressa pela primeira vez somente em 1812, em Lisboa.

Apesar de a notícia da descoberta de terra firme a Ocidente, na porção que cabia a Portugal pelo Tratado de Tordesilhas, assinado em 7 de junho de 1494, não causar, à primeira vista, grande interesse por parte dos portugueses durante as primeiras décadas do século XVI, a nova terra foi batizada pelo nome de Vera Cruz por Mestre João Farás, Ilha de Vera Cruz por Pêro Vaz de Caminha, Terra de Vera Cruz por Pedro Álvares Cabral; descrita como Terra dos Papagaios pelo Piloto Anônimo e, mais tarde, crismada como Terra de Santa Cruz pelos reis católicos de Espanha, Fernando de Aragão e Isabel de Castela. Ainda na primeira década do século XVI, a descoberta do pau-brasil, principal produto de exportação, foi suficiente para alterar o nome para Brasil. Ademais, “O Brasil” em celta, quer dizer ilhas afortunadas, nome nascido da lenda cartográfica medieval, confirmada pela utopia dos textos de Caminha e Vespúcio, que designou à terra como adâmica, encerrando um ciclo na procura do Jardim do Éden (Pereira, 1999).

No Brasil, os portugueses depararam-se com uma paisagem verdadeiramente edênica, repleta de símbolos conhecidos desde a Idade de Ouro. Neste momento, a novidade, a estranheza e a exuberância da natureza corroboraram a ideia de este não ser, portanto, “o novo, nem o outro, mas sim o mundo previsto desde sempre ambicionado e incessantemente procurado” (Seix, 2003, p. 14). Assim, partindo da perspectiva do homem do século XVI, o imaginário sobre o paraíso determinou substancialmente a primeira visão dos autores que assim consideraram ter afluído um Jardim das Delícias em território brasileiro. Noutros termos, os primeiros escritos, cartas e relatos de viagens sobre as novas terras traduziram o fascínio dos autores portugueses do século XVI por esta outra realidade estabelecida a partir do Jardim Sagrado, além de contribuírem para a compreensão e a classificação do Novo Mundo. Assim, estiveram presentes nos primeiros relatos, cartas e obras portuguesas diferentes sinais que assemelhavam o espaço geográfico brasileiro ao postulado Éden.

A história conta que, desembarcando à terra em 22 de abril de 1500, a comitiva liderada pelo português Pedro Álvares Cabral tratou logo de escrever a Sua Majestade, o rei de Portugal D. Manuel, as primeiras impressões sobre a “nova terra”. Por conseguinte, a *Carta do Descobrimento* se configura como um dos mais detalhados informativos sobre o acontecimento e o primeiro documento de que se dispõe acerca do território brasileiro e seus habitantes. Foi escrita por Pêro Vaz de Caminha que, mesmo não sendo um homem do mar, mas um escrivão da

comitiva, tentou fazer um relato o mais minucioso possível e com exatidão de cada detalhe da nova terra, bem como da gente que a habitava. Caminha foi um homem formado no contexto histórico do século XVI e, como tal, seu intelecto estava plenamente ligado à religião e aos preceitos doutrinários por ela impostos. E assim, como qualquer homem de sua época, valeu-se de representações para fazer a leitura da realidade exterior percebida (Laplantine & Trindade, 1997), baseando-se em experiências e bagagem cultural às quais estava submetido. Tais valores podem ser percebidos na narrativa, ao expor uma série de crenças, hábitos, ideologias e teorias à medida que vai compondo a *Carta do Descobrimento*.

Contudo, a *Carta do Descobrimento* não se configura como o único documento que relata a expedição comandada por Pedro Álvares Cabral. Da mesma forma, o médico astrônomo espanhol João Farás registrou as primeiras observações astronômicas no território brasileiro, destacando a constelação do Cruzeiro do Sul. Porém, seus comentários permitem situá-lo como observador dos novos céus, enquanto Caminha, etnógrafo de novas terras (Pereira, 1999). Dentro do mesmo contexto encontra-se ainda o terceiro documento atribuído a um tripulante nomeado Piloto Anônimo, que, apesar de limitar-se as informações pouco detalhadas, corroborou os relatos de Caminha, procurando realçar não somente os atributos naturais da nova terra, mas também a aparência física dos seus habitantes.

Dado o desconhecimento das terras brasileiras e da cultura dos índios, ao longo do século XVI surgiram poucas, mas minuciosas descrições acerca das novidades com que os portugueses se depararam. Dentre os primeiros viajantes portugueses a documentar suas impressões destacaram-se os jesuítas por meio da literatura de formação catequética e do espírito missionário de expansão da fé. Na acepção dos jesuítas, a colônia portuguesa estava imbuída em grande degradação moral, promiscuidade, desamparo espiritual e domínio demoníaco.

Padre Manuel da Nóbrega (1517-1579), através da correspondência com o clérigo superior, relatou todo o período em que residiu na colônia, o que mais tarde originou a coletânea: *Cartas Jesuíticas I – Cartas do Brasil (1549-1560)*. O jesuíta foi enviado ao Brasil em 1549, com o intuito de participar da 1ª Missão de Evangelização; contudo, despendeu grande parte do seu tempo descrevendo as riquezas naturais do território brasileiro e, principalmente, os modos e os costumes das comunidades indígenas brasileiras com as quais manteve contato, no intuito de catequizá-las e torná-las dignas do reino de Deus.

Anos mais tarde, o jesuíta José de Anchieta (1534-1597) foi igualmente enviado ao Brasil em missão evangelizadora. Na obra intitulada *Cartas Jesuíticas III – Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*, Anchieta transmitiu a imagem de um território extremamente formoso e aprazível, corroborando a visão paradisíaca. Entretanto, em Portugal, a notícia do “descobrimento” do Brasil só saiu impressa, pela primeira vez, na segunda metade do século XVI, quando historiadores quinhentistas resolveram relatar a formação do império português no Oriente (Pereira, 1999). Assim, em 1576, o historiador e cronista português Pêro de Magalhães Gândavo (1540-1579) redigiu a *História da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos de Brasil*, na qual o autor propagou as qualidades do país respeitantes ao clima, aos recursos naturais existentes e, principalmente, às possibilidades de desfrute da terra recém-descoberta. Na obra, a natureza edênica, com frequência, é empregada para fazer jus às formas pródigas e luxuriantes presenciadas.

Já o historiador português Gabriel Soares de Sousa (1540-1591) realizou um minucioso inventário da fauna e flora brasileira em *Notícia do Brasil* ou *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, demonstrando-se deslumbrado com a grandeza e a fertilidade da terra, mas também indignado com o descuido dos reis passados. Da mesma forma, o padre jesuíta português Fernão Cadim (1549-1625) relatou sua experiência em terras brasileiras entre os anos 1583 e 1601 na obra *Tratados da terra e gente do Brasil*, permitindo a Portugal ter um conhecimento detalhado das riquezas naturais e do espaço geográfico brasileiro. Nos relatos iniciais revelaram-se as primeiras impressões da “terra nova”, inicialmente quanto à sua grandeza, diversidade e aos aspectos naturais. Logo, constatou-se o caráter edênico da descoberta: papagaios e araras, tucanos e tatus, onças, cobras e macacos, além de índios, naturalmente contra um fundo verdejante, foram as primeiras imagens fixadas pelo olhar europeu sobre este pedaço do novo mundo, que de imediato seduziu os navegantes com suas cores e sua exuberância (Teixeira, 2000).

No primeiro momento, a partir do referencial bíblico, a admiração pela natureza estendeu-se também à moral, posto que os autores procuraram transmitir a ideia de o Mundo Novo se assemelhar a um ambiente livre de maldade e trabalho duro – “eles não lavram nem criam” (Castro, 2008, p. 111) –, uma vez que a própria terra ofertava de forma generosa todos os recursos necessários para uma vida saudável e abundante. A natureza dadivosa, o exotismo, a beleza e a variedade da flora e fauna dessas paisagens ignotas levaram missionários, colonos e viajantes portugueses a descreverem o Brasil como sendo verdadeiramente o Jardim das

Delícias. Além da contribuição das antigas crenças na existência do Éden sobre o imaginário do Novo Mundo, os cronistas demonstraram que, embora no Ocidente, o Brasil mantinha intacto todos os indícios das descrições medievais do paraíso (Seixas, 2003).

Estão presentes e visíveis os signos paradisiacos que o leitor dos séculos XVI e XVII compreendem imediatamente: a referência à abundância e a boa qualidade das águas (dizendo tacitamente que a terra achada é cortada pelos rios de que fala a Gênese), a temperatura amena (sugerindo tacitamente a primavera eterna) e as qualidades da gente, descrita como bela, ativa, simples e inocente (dizendo tacitamente que são a gente descrita pelo profeta Isaías (Chauí, 2010, p. 62).

Neste sentido, faz-se importante mencionar que a *Carta do Descobrimento*, na sua idílica ingenuidade, foi o primeiro hino consagrado ao esplendor, à força e ao mistério da natureza brasileira (Prado, 1981). Caminha relata, nos mínimos detalhes, a viagem de Pedro Álvares Cabral; a partida de Belém, em Lisboa, no dia 09 de março de 1500; a passagem pelas Canárias no dia 14 e por São Nicolau de Cabo Verde no dia 22; os longos dias de navegação até ao dia 21 de abril de 1500, quando avistaram os primeiros sinais de terra e a visão do Monte Pascoal (Castro, 2008). Ele destacou os primeiros contatos com a terra e seu povo em 21 de abril de 1500, quando desembarcaram em terra, além das aventuras presenciadas nos dias seguintes, 22, 23, 24 até ao 1º de maio, véspera da partida da Carta em direção a Lisboa por meio de Gaspar Lemos, enquanto Caminha, com seus companheiros de viagem, partiram para a meta final, a sonhada Índia. Caminha descreveu imagens míticas quando falou do solo fecundo, das águas cristalinas, da exuberância da natureza etc. Projetou a sua formação de homem de mentalidade ainda medieval, mas, ao mesmo tempo, moderno o suficiente para antever a praticidade na utilização desse paraíso.

Na Carta, Caminha ainda discorreu sobre a terra, dando ênfase às dimensões, à extensão e à qualidade do território. Logo, constatou a grandeza do território ao avistar, “neste mesmo dia, à hora de véspera, (...) terra! Primeiramente um grande monte, muito alto e redondo; depois, outras serras mais baixas ao Sul dele; é de terra chã. Com grandes arvoredos”. A flora e a fauna diversificadas, a abundância das águas e os bons ares, em conjunto com a inocência dos nativos, sugeriam-lhes a ilusão de terem descoberto o Paraíso Terrestre: “a terra em si é de muitos bons ares, assim frios e temperados como de Entre-Douro e Minho (...), as águas são muitas; infinitas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem”. E prosseguiu apontando para a natureza dadivosa da terra

descoberta: “enquanto lá estávamos, alguns dos nossos foram em busca de mariscos (...); entre os quais vinha um tão grande e tão grosso como eu jamais vira igual” (Castro, 2008, p. 89, 116).

Apesar das incertezas apresentadas no discurso do Piloto Anônimo, em alguns momentos, este confirmou as descrições de Caminha: “a terra é muito abundante em muitas árvores e muitas águas boas e inhames e algodão. (...) A terra é grande e não sabemos se é ilha ou terra firme. Julgamos que seja pela sua grandeza terra firme. E tem muito bom ar” (Pereira, 2009, p. 77).

Como tal, os primeiros missionários e cronistas portugueses que visitaram o país durante o século XVI deslumbraram-se com a natureza da colônia e corroboraram a visão edênica ao constatar sua geografia. Noutros termos, Nóbrega, Anchieta, Gândavo, Cadim e Gabriel Soares de Sousa reconheceram no Brasil os atributos do paraíso e revelaram-se maravilhados com a terra. Para Nóbrega (1931), a natureza da nova terra era fértil e apresentava-se muito salubre e de bons ares; “são poucos os que enfermam e estes depressa se curam. A região é tão grande que, dizem, (...), é muito fresca e mais ou menos temperada (...); tem muitos frutos de diversas qualidades e mui saborosos; no mar igualmente muito peixe e bom” (p. 89). Em outro trecho, o missionário ratificou sua opinião sobre a qualidade salutar da nova terra: “esta terra, como já escrevi (...), é muito sã para habitar-se e assim averiguamos, que me parece a melhor que se possa achar, pois, desde que aqui estamos nunca ouvi dizer que morresse alguém de febre, mas somente de velhice” (p. 111).

De forma semelhante, Anchieta (1933) revelou-se encantado com condição prodigiosa da natureza ao constatar que “todo o Brasil é um jardim em frescura e bosque e não se vê em todo o ano, árvore nem erva seca. Os arvoredos se vão às nuvens de admirável altura e grossura e variedade de espécies” (p. 430). E a imprimiu ares sagrados, pois, ali os pássaros “de grande formosura e variedade e em seu canto não dão vantagem aos rouxinóis, pintassilgos, colorinos e canários de Portugal e fazem uma harmonia quando um homem vai por este caminho, que é para louvar ao Senhor” (p. 431).

Um pouco mais tarde, o historiador e cronista português Pêro de Magalhães Gândavo (2008), em viagem ao Brasil, registrou suas impressões sobre a terra, propagando e incentivando a imigração e as possibilidades de exploração da terra: “está vestida de muito alto e espesso arvoredado, regada com as águas de muitas e muitas preciosas ribeiras de que abundantemente participa toda a terra. E isto causa não haver lá frios, nem ruínas de inverno que ofendam as

suas plantas, como cá ofendem as nossas” (p. 97). Já o missionário Fernão Cadim (1925) apelou à benevolência divina para justificar a criação do Rio de Janeiro, situada em um “monte de boa vista para o mar, e dentro da barra tem uma baía que bem parece que pintou o supremo pintor e arquiteto do mundo Deus nosso Senhor, e assim é cousa formosíssima e a mais aprazível que [há] em todo o Brasil” (p. 349).

No que diz respeito à abundância dos recursos naturais, Fernão Cadim (1925) mostrou-se maravilhado com a fartura de peixes e mariscos nos rios do Brasil: “em alguns tempos são tantos os peixes que engordam os porcos com eles. Em os regatos pequenos há muitos camarões, e alguns de palmo e mais de comprimento, e de muito bom gosto e sabor” (p. 100). O missionário descreveu a excelência dos recursos naturais se comparados aos da pátria mãe: são muitos, tão sadios, são infinitos, bons para comer, não faltam, são gostosos, muito grandes, há grande quantidade, de várias espécies, grande riqueza, melhor que em Portugal.

Em *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, Gabriel Soares de Sousa (1879) atesta a superioridade e abundância da natureza brasileira em relação ao próprio reino ao constatar que a “Bahia é a maior e mais formosa que se sabe pelo mundo, assim em grandeza como em fertilidade e riqueza”. Em outro trecho, o autor apontou os produtos naturais, que, em sua opinião, superavam os disponíveis nas melhores hortas da metrópole: “abóboras das de conservas se dão mais e maiores que nas hortas de Alvalade”; “melancias se dão maiores e melhores que onde se podem dar bem na Espanha”; “nabos e rábanos se dão melhores que entre Douro e Minho”; “pepinos se dão melhor que nas hortas de Lisboa, e duram quatro ou cinco meses os pepineiros, e dão novidades que é infinita, sem serem regados, nem esterçados”; “alfaces se dão à maravilha de grandes e doces, as quais espigam e dão sementes muito boas” e “coentros se dão tamanhos que cobrem um homem, as quais espigame dão muitas sementes” (p. 141,170).

Além disso, nota-se nos depoimentos dos missionários e cronistas do século XVI a presença dos mesmos elementos que, durante toda a Idade Média, apresentavam-se como distintivos da paisagem paradisíaca ou pareciam denunciar a sua proximidade imediata: temperaturas amenas, saborosos frutos, terras férteis, águas frescas, seres estranhos, metais preciosos, entre outros. Assim, o paraíso quinhentista manteve válidos os símbolos edênicos tão comuns nas descrições medievais do Jardim do Éden. Destarte, ainda que confusamente, uma nostalgia do mundo desaparecido parece ter acompanhado os navegadores, missionários e cronistas

portugueses “quando à esperança de magníficos tesouros acrescentavam a de aparições hostis ou fabulosas” (Seixas, 2003, p. 37).

Pêro Vaz de Caminha foi o primeiro viajante português a narrar os costumes e modo de vida dos nativos da nova terra. Ainda no início da Carta, Caminha descreveu o encontro com o “outro”, totalmente novo e desconhecido aos olhos da tripulação. As interpretações são carregadas de valores socioculturais, éticos e estéticos dos europeus: “os nativos eram de carne-e-osso, mas não existiam como seres civilizados, assemelhavam-se a animais” (Santiago, 2002, p. XVII). Tal como o caso dos homens que acreditavam habitar o paraíso, os nativos também andavam nus e não se constrangiam com isso: “Dali avistamos homens que andavam pela praia, obra de sete ou oito, (...). Pardos, nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Traziam arcos nas mãos, e suas setas. Vinham todos rijamente em direção ao batel” (Castro, 2008, p. 89-90).

As referências aos indígenas eram sempre carregadas de detalhes e minuciosas descrições: “A feição deles é serem pardos, um tanto avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Nem fazem mais caso de encobrir ou deixar de encobrir suas vergonhas do que de deixar mostrar a cara. Acerca disso são de grande inocência” (Castro, 2008, p. 91-92). Neste contexto, Azevedo (2000) afirma que a nudez teria sido um dos hábitos dos índios que mais impressionou os viajantes, pois, para o europeu, o corpo era tido como instrumento de pecado e mostrá-lo seria agir contra os preceitos da Igreja.

Da mesma forma, na *Relação do Piloto Anônimo*, o autor descreveu a aparência física e exótica dos nativos da nova terra. Assim, a nudez, a cor, os cabelos escorregadios, o “beijo de baixo furado”, são atributos constantes nas descrições dos indígenas. Para o Piloto Anônimo, “esta gente são homens pardos, e andam nus sem vergonha e seus cabelos são compridos. E têm a barba pelada”. A estranheza foi tamanha que o autor prosseguiu detalhando os costumes indígenas de pintar as pálpebras “com figuras de cores brancas e pretas e azuis e vermelhas”; furar o lábio da boca, “e nos buracos metem um osso grande com prego” ou “uma pedra azul e verde comprida dependurada dos ditos buracos”. Já sobre as indígenas, apesar do estranhamento, o autor deixou claro a beleza e sensualidade da nudez feminina: “sem vergonha e são belas de corpo, os cabelos compridos” (Pereira, 1999, p. 77).

Nas narrações sobre o caráter dos nativos, Caminha descreveu a ingenuidade, sugerindo a “inocência original” de Adão e Eva, explicitada na nudez natural, na atitude pacífica, na

ausência de defeitos, na beleza e pureza de comportamento: “Entre todos estes que hoje vieram não veio mais que uma mulher, moça (...). Todavia, ao sentar-se, não se lembrava de o estender muito para cobrir. Assim, Senhor, a inocência desta gente é tal que Adão não seria maior – com respeito ao pudor” (Castro, 2008, p. 115). Como pano de fundo, a inocência prevaleceu à primeira vista, caracterizando-os como “bons selvagens”, primitivos e livres do pecado original, atendendo perfeitamente à visão edênica pretendida pela Igreja Católica. Contudo, na tentativa de justificar os interesses mercantilistas, referiu-se à missão evangelizadora para salvar aquelas almas perdidas: “parece-me gente de tal inocência (...), visto que não têm nem entendem crença alguma segundo as aparências. E, portanto, (...) não duvido que eles, segundo a santa tenção de Vossa Alteza, se farão cristãos e hão de crer na nossa santa fé” (Castro, 2008, p. 111).

Em outra passagem da Carta, percebe-se a referência a um povo que, apesar de rudimentar e sem instrução, é indolente e alegre:

Logo meteu-se com eles a dançar, tomando-os pelas mãos; e eles folgavam e riam, e andavam com ele muito bem ao som da gaita. Depois de dançarem fez ali muitas voltas ligeiras, andando no chão, e salto real, de que eles espantavam e riam e folgavam muito (Castro, 2008, p. 103).

Contudo, ao mesmo tempo em que os costumes daquela gente foram sendo percebidos como inocência original, o local foi sugerido como um espaço de permissividade e grande possibilidade de desfrute. Mostra-se como um lugar de facilidade para subjugar os nativos, bem como demonstra a propensão dos mesmos para a subjugação, adaptação e aculturação aos valores europeus.

Noutros termos, Gândavo (2008) corroborou a imagem do nativo indolente, vivendo em um ambiente de festa e permissividade ao afirmar que a “vida que buscam e granjearia (...) na custa de pouco trabalho, é muito mais descansada que a nossa”; pois vivem todos descansados sem terem outros pensamentos senão comer, beber e matar; são, ainda, “muito desonestos e dados à sensualidade e assim se entregam aos vícios como se neles não houvera razão de homens” (p. 133, 138).

Já Nóbrega (1931) acreditava tratar-se de gente inculta e sem nenhum conhecimento em Deus, por um lado evidenciando sua inocência, mas por outro deixando claro sua inferioridade e inclinações ao pecado e a costumes maléficos: “a gente desta terra vive em pecado mortal”; “há índias forras que há muito que andam com os Cristãos em pecado” (p. 72); “estão muito apegados as coisas sensuais (...)”; mas “é de grande maravilha haver Deus



entregue terra tão boa (...) a gente tão inculta que tão pouco conhece, porque nenhum Deus tem certo, e qualquer que lhes digam ser Deus o acreditam, regendo-se todos por inclinações e apetites sensuais” (p. 119).

O sentimento de superioridade do europeu, detentor do conhecimento, gerou um comportamento protecionista, posto que julgava-se detentor do conhecimento e da civilização. Nóbrega (1931) considerava os índios dóceis e com grande desejo de aprender, sendo comparados a tábula rasa ou ao papel em branco, em que se poderiam escrever as virtudes necessárias, posto que não possuíam valores culturais e religiosos. O missionário sentia-se um enviado de Deus com a missão de salvar aqueles considerados, aos olhos europeus, criaturas selvagens e pecadoras; todavia, traziam a inocência como virtude paradisíaca. Logo, solicitou a contribuição da Igreja em “algum petitório de roupa, para, entretanto, cobrirem estes novos convertidos, (...), porque vêm todos a missa aos domingos e festas, (...) não parece honesto estarem nus entre os Cristãos na igreja” (p. 85).

Contudo, os nativos não foram vistos como humanos e iguais, mas como “bárbaros e indômitos que parec[iam] aproximar mais à natureza das feras do que à dos homens”, tanto que na visão do missionário viviam sem leis, sem governos e não conservavam a paz nem concórdia. Eram de tal forma selvagens e primitivos que costumavam comer carne humana, no que “mostra[ram] achar tanto prazer e doçura, de modo que comumente caminha[vam] mais de 300 milhas para a guerra; se reduz[iam] ao cativo quatro ou cinco dos inimigos, volta[vam] sem mais outro motivo e os com[iam] com grande festa de cantares”. Além disso, os indígenas viviam em espírito de fornicação, libertinagem e festa, posto que “dia e noite faz[iam] seus comeres, cantares e festas até a manhã e as mulheres anda[vam] nuas e não sabe[iam] negar a ninguém, mas até elas mesmas comet[iam] e importuna[vam] os homens, jogando-se com eles nas redes” (Anchieta, 1933, p. 44, 68).

Gabriel Soares de Sousa (1879) aprofundou seu o conhecimento sobre o Brasil ao descrever e classificar as tribos indígenas. Contudo, o cronista não apenas registrou as diferenças físicas das tribos: “Potiguas (...) este gentio é de má estatura, baços de cor, como todo outro gentio não deixa[vam] crescer nenhum cabelo no corpo senão o da cabeça (...)”, mas também detalhou o comportamento selvagem e traiçoeiro dos mesmos: “este gentio é muito belicoso, guerreiro e atraído e amigo dos franceses, (...) e inimigo dos portugueses” e “não perdoam a nenhum dos contrários que cativam, porque os matam e comem logo” (p. 55). Já os Tupinambás eram tão libertinos que “não h[avia] pecado de luxúria que não [tivessem

cometido]” (p. 308). Na concepção do cronista, apesar da abundância natural, na nova terra faltavam-lhes o essencial, comparado ao Velho Mundo. Eram desprovidos de três letras do abecedário, que eram F, L, R, “coisa muito para se notar” (p. 302). Se não tinham F, era porque não possuíam fé em Deus, não tinham verdade, nem lealdade a nenhuma pessoa que lhes faziam o bem; e se não tinham L na sua pronúnciação, era porque eram desprovidos de lei alguma para guardar, nem preceitos para governar; e se não tinham, a letra R, era porque não possuíam Rei que os regessem, e a quem obedeciam, nem obedeciam a ninguém, e cada um vivia à sua vontade. Desta forma, o Novo Mundo foi ilustrado a partir da ausência dos três principais pilares da civilização europeia: a Igreja, as leis e a monarquia personificada na figura soberana do Rei.

Não obstante, tratando-se de uma terra sem rei, sem lei, sem fé e, ainda, prodigiosamente rica, implicava um ambiente repleto de fantasias e exotismo, no qual os monstros e criaturas imaginárias apareciam constantemente nas narrativas dos cronistas. Aliás, a existência de seres sobrenaturais ratificava a condição paradisíaca da terra. Neste sentido, Caminha acreditava que os próprios índios eram seres bestiais e irracionais, sem casas ou moradia. Parece convencido de que o ar era o responsável pelo bom aspecto de seus corpos e cabelos: “deduzo que é gente bestial e de pouco saber (...). Mas, apesar de tudo, andam bem curados, e muito limpos (...) e o ar em que se criam os faz tais” (Castro, 2008, p. 104).

Ao relatar sobre a natureza da terra recém-descoberta, o Piloto Anônimo testemunhou o exotismo e a estranheza do Novo Mundo, uma vez que o peixe que apanharam “tinha cabeça como um porco e os olhos pequenos e não tinha dentes e tinha orelhas compridas do tamanho de um braço, e da largura de meio braço (...) tinha pêlos como o porco e a pele era grossa” (Pereira, 1999, p. 78).

Apesar de o padre José de Anchieta (1933) destacar boas referências sobre a natureza e as condições salubres da nova terra – “quase nenhum se encontra[va] entre eles afetado de deformidade alguma natural; acha[va]-se raramente um cego, um surdo, um mudo ou um coxo” (p. 128) -, o missionário acrescentou alguns comentários acerca dos aspectos noturnos ou demoníacos que acometiam os índios da terra, dando-lhes açoites, machucando-os e matando-os. Esses monstros eram conhecidos pelos nomes de *Corupira*, *Ipupiára* e *Baetatá* e eram como fogo: “não se vê outra coisa senão um facho cintilante correndo daqui para ali” (p. 167).

A longevidade dos nativos e os mistérios da natureza foram igualmente ressaltados por Pêro de Magalhães Gândavo (2008). De acordo com seus apontamentos, os ares do Novo Mundo faziam com que as pessoas se achassem bem-dispostas e vivessem muitos anos: “principalmente os velhos [tinham] melhor disposição e parec[iam] que torna[vam] a renovar, e por isso alguns não quer[iam] tornar as suas pátrias, temendo que nelas se lhes ofereç[iam] a morte mais cedo” (p. 58). Os seres fantásticos também faziam parte do imaginário do autor ao relatar a existência de monstros marinhos com “quinze palmos de comprido e semeado de cabelos pelo corpo, e no focinho tinha umas sedas muito grandes como bigodes (...). Os índios da terra lhe chama[vam] em sua língua *Ipupiára*, que quer dizer demônio da água” (p. 131).

Fernão Cadim (1925) referiu-se igualmente ao monstro marinho *Ipupiára*, descrevendo-o como homens de boa estatura, com olhos muito encovados. Já as fêmeas pareciam mulheres de cabelos compridos e formosas, que os usavam para matar, abraçando “a pessoa tão fortemente e beijando-a, e apertando-a consigo que a deixa[vam] toda feita em pedaços” (p. 52). Ademais, ao descrever inúmeras espécies da flora e fauna brasileira, o jesuíta revelou o processo, sobrenatural, da ressurreição do passarinho Guainumbig: “dizem que seis meses dorme e seis meses vive” (p. 90).

Outro sinal que causava estranhamento naqueles que atravessam o Atlântico na busca por notícias do Novo Mundo foram os rituais de magias frequentemente praticados pelos indígenas e narrados pelos missionários: “alguns de seus feiticeiros, que chamam Pagés, inventam uns bailes e cantares novos (...). Cada um destes feiticeiros (a quem também chamam de santidade) busca uma invenção com que lhe parece que ganhará mais” (Anchieta, 1933, p. 331); “usam de alguns feitiços e feiticeiros, não porque creião neles, nem os adoram, mas somente se dão a chupar em suas enfermidades, parecendo-lhes que receberão saúde” (Cadim, 1925, p. 162); “entre estes gentios há grandes feiticeiros, que têm este nome entre eles, por lhes meterem na cabeça mil mentiras (...) como gente que falam com o diabo” (Sousa, 1879, p. 314).

A presença de aves falantes também contribuiu para a ratificação do mito edênico no Novo Mundo, pois o papagaio ocupava um lugar de destaque no imaginário paradisíaco tradicional. Neste contexto, o apreço dos viajantes portugueses por aves ultrapassava a curiosidade pela reprodução da voz humana e o interesse comercial pelas plumagens coloridas. Não obstante, acreditavam possuir uma auréola mística, pois nos livros de devoção e aventura pareciam

cingir frequentemente as aves falantes (Seixas, 2003). Assim, desde os primeiros contatos dos portugueses com terras brasileiras ocorreram referências escritas às espécies de aves falantes.

Caminha relatou ao rei D. Manuel sobre a possibilidade de haver muitos papagaios naquele lugar: “mostraram-lhes um papagaio pardo que o Capitão traz consigo, pegaram-no logo com a mão e acenaram para a terra, como a dizer que ali os havia (Castro, 2008, p. 93). O Piloto Anônimo não apenas indicou a existência, a variedade e a exuberância das aves, como se referiu à utilização das plumagens pelos nativos: “têm muitas aves de muitas espécies, especialmente papagaios de muitas cores, entre os quais alguns grandes como galinhas e outras aves muito belas. E das penas das ditas aves fazem chapéus e barretes que usam” (Pereira, 1999, p. 77).

Dada a relevância dessas aves, mais tarde, o missionário Fernão Cadim (1925) e o cronista Gabriel Soares de Sousa (1879) dedicaram alguns capítulos às aves do Brasil, dando especial atenção às aves falantes, tais como os papagaios, as araras, os anapurú. Assim, o papagaio “é formosíssimo, e nele se acham quase todas as cores em grande perfeição, se, vermelho, verde, amarelo, preto, azul, pardo (...) e estes também falam e são de grande estima” (Cadim, 1925, p. 50-51); e os Ajuruaçus, “são uns papagaios grandes todos verdes, que têm tamanho corpo como um adam, os quais se fazem muito domésticos em casa, onde falam muito bem” (Sousa, 1879, p. 231).

Somado ao mito fundador e aos elementos que o cercavam, as narrativas de viajantes – missionários, cronistas, navegadores, escrivães, entre outros – cooperaram para ratificar a existência do paraíso. Como exemplo, os primeiros jesuítas portugueses que desembarcaram no território na colônia portuguesa, preocupados com a gestão das almas indígenas: padre Manuel da Nóbrega, padre José de Anchieta, padre Fernão Cadim etc. E, ainda, os primeiros cronistas e historiadores viajantes portugueses: Pêro de Magalhães Gândavo, Gabriel de Sousa Santos, que, apesar da diferença de estilo, apresentaram semelhanças em muitos pontos ao possuírem a intenção de revelar a colônia a metrópole, chamando a atenção dos governantes para as possibilidades de exploração dos recursos naturais.

Embora favorecido pela salubridade do clima, pela abundância das águas, pela exuberância da flora e fauna e pela longevidade de sua gente, o Brasil pareceu, aos olhos do Velho Mundo, ora como “terra abençoada”, ora como território habitado por selvagens. As características apontadas pelos primeiros cronistas e jesuítas portugueses moldaram o ambiente brasileiro e perduraram, até certo ponto, nas representações posteriores do país. A partir da propagação

dos modelos científicos deterministas e das teorias raciais elaboradas na Europa, o modo de olhar o país sofreu algumas modificações, posto que o clima e a miscigenação racial transformaram-se na grande mácula dos trópicos.

### **2.3. O Brasil aos olhos dos viajantes estrangeiros: distante da civilização**

Apesar do sigilo português, o isolamento geográfico e a proibição de forasteiros em terras brasileiras, as primeiras notícias e representações da nova terra foram registradas em mapas, diários, crônicas, cartas e relatos por estrangeiros que alcançaram a costa brasileira por acaso, curiosidade, cobiça ou missão. Logo após o “descobrimento” do Novo Mundo e ao longo do século XVI, as narrativas de ilustres viajantes, corsários, religiosos, cronistas e aventureiros foram sendo publicadas na Europa com o intuito de apresentar aos leitores as virtudes e os defeitos de uma terra, muitas vezes comparada ao Jardim das Delícias ou aos arredores do inferno.

Enquanto Portugal voltava seus interesses para o Oriente na busca por especiarias, durante longos anos, marinheiros, piratas e viajantes de outras partes da Europa, sedentos por riquezas, curiosidade e conhecimentos, invadiram o vulnerável litoral da colônia portuguesa, desafiando o *Tratado de Tordesilhas*, com o objetivo de traficar o pau-brasil, obter informações sobre a terra e as espécies exóticas da flora e fauna brasileira. Assim, inúmeros viajantes como Villegaignon, André Thevét, Jean Léry, Anthony Knivet, William Dampier, Bougainville, Gonneville, entre outros, revelaram os mistérios do Mundo Novo para além das fronteiras lusitanas, ao terem seus relatos de viagens publicados na própria época em que foram escritos.

Em qualquer dos casos, a História do Brasil foi desde o início, marcada pelo deslumbramento do mundo edênico. A nova terra foi narrada pelos viajantes como um paraíso pela sua diversidade e exuberância natural, clima ameno e abundância de recursos naturais, com a intenção de mostrar aos europeus que a terra era habitável e proporcionava uma vida agradável aos seus moradores, e, sobretudo, que aqueles produtos poderiam ser comercializados (Madeira, 2012; Palazzo, 2012; Hue, 2012).

Em 1504, o navegador francês Binot Paulmier de Gonneville registrou sua passagem acidental pela costa de Santa Catarina, em virtude de um naufrágio, narrando sua experiência singular com os nativos na obra intitulada *Campagne du navire l'espoir de Honfleur 1503-1505*, publicada em 1869. Gonneville foi o primeiro navegador francês a ancorar na nova terra e a conviver por seis meses com indígenas. Ao retornar à França, entre carregamentos de pau-brasil, animais e plantas desconhecidas, relatou o modo despreocupado e os costumes exóticos

indígenas: “sendo os tais índios gente muito simples, que não pediam mais do que levar uma vida alegre e sem trabalho; vivendo da caça e da pesca, e do que a terra lhes dá *per si*, e de alguns legumes e raízes que plantam, indo meio nus” (França & Raminelli, 2009, p. 16).

Já a presença inglesa no Brasil foi irregular e inconstante, sendo interrompida pela guerra entre Inglaterra e França na década de 1540, mas retomada com novo ímpeto no reinado da rainha Elisabeth I. A atuação inglesa no Brasil no século XVI divide-se em três períodos: o primeiro, de reconhecimento geográfico; o segundo, de comércio com os índios; e o terceiro, que se iniciou com a tentativa de comércio com os colonos, prosseguindo com a ação beligerante de aventureiros corsários (Hue, 2012).

A primeira viagem de que se tem notícia de ingleses no Brasil foi realizada pelo comandante Sebastião Caboto (1476-1557) em 1526. Nesse mesmo ano, partiu de Sanlúcar de Barrameda, no Sul da Espanha, uma frota de cinco embarcações e, aproximadamente, duzentos tripulantes, com destino a *Spice Islands*, nas Molucas. Entretanto, o comandante Caboto, ao passar pelo Brasil, alterou o destino da viagem e permaneceu por quatro anos em explorações pelo Rio da Prata e pelo Rio Paraná em busca de riquezas minerais. Na mesma frota ainda esteve presente o inglês Roger Barlow com a missão de levar de volta os mapas que descreviam as rotas marítimas e abriam o comércio inglês. No seu retorno à Inglaterra, Barlow narrou a viagem de exploração pelo Rio Paraná no primeiro livro inglês sobre o Novo Mundo após os “descobrimentos” – *A Brief Summe of geographie* –, cujo manuscrito foi oferecido ao rei inglês Henrique VIII em 1540 (Hue, 2013).

Richard Hakluyt (1552-1616) foi outro personagem inglês interessado nos relatos de viagens sobre o Mundo Novo. Ao publicar *The principal navigations, voyages, traffics and discoveries of the English Nation*, em 1600, Hakluyt auxiliou a revelar o momento em que o Novo Mundo passou a despertar os interesses e a fazer parte dos projetos de conquista da Inglaterra. Hakluyt foi uma figura ligada diretamente à rainha Elizabeth I e responsável pela organização de uma coletânea de viagens com intenções políticas de legitimar o direito inglês às explorações dos mares do Sul, até então exclusivos das coroas portuguesa e espanhola. Da mesma forma, o escritor inglês Samuel Purchas (1575?-1626) publicou, em 1625, seus relatos de viagens – *Hakluytus posthumous or Purchas his pilgrimes, contayning a history of the world, in sea voyages and land travels, by Englishmen and others* – em cinco volumes, com a intenção de atribuir ao inglês John Cabot (1450-1499) a descoberta da América e, ainda, nomear o continente por Cabotiana

(França, 2012<sup>a</sup>; Hue, 2013). Assim, há mais de seis mil páginas entre relatos, narrativas e histórias de ingleses que estiveram no Brasil.

Entretanto, além do isolamento geográfico, a nova reconfiguração política europeia dificultou o acesso de estrangeiros ao Brasil. Destarte, em 1580, Portugal passou a fazer parte do reino de Felipe II (1527-1598), e o Brasil entrou na configuração de polaridade entre a Espanha de Felipe II e a Inglaterra de Elizabeth I, tornando-se um lugar proibido ao comércio com os ingleses (França, 2012<sup>a</sup>; Hue, 2012).

Os franceses, desde o final do século XVI, se destacaram na edição de relatos de viagens e traduções de livros sobre o Novo Mundo. Além disso, no ano de 1550, na cidade francesa de *Rouen*, às margens do rio Sena, índios a caráter, cercados de adereços e alegorias tropicais, foram os protagonistas involuntários de uma festa apoteótica, na qual o Brasil foi o grande enredo. Comerciantes e armadores promoveram um espetáculo que se destinava a recepcionar o rei Henrique II e sua esposa Catarina de Médici naquela cidade portuária da costa e, ainda, a convencê-los a investir em projetos comerciais e de ocupação do Novo Mundo. Na festa foi montada uma réplica de uma aldeia indígena, com índios legítimos levados da região do Rio de Janeiro especialmente para a ocasião (França, 2012<sup>a</sup>; França, 2012<sup>b</sup>). A realização da festa teve como principal objetivo demonstrar as possibilidades de exploração do Novo Mundo, pois os franceses tinham interesses específicos no pau-brasil devido à necessidade de adquirir pigmentos para a indústria têxtil de *Rouen*, somados ainda aos interesses calvinistas em fundar uma colônia na Baía de Guanabara – a França Antártica. Contudo, devido a muitos conflitos religiosos entre católicos e protestantes, o projeto de colonização francesa no Novo Mundo naufragou.

Dentro deste contexto, começaram a circular na França algumas das principais narrativas do século XVI descritas aos olhos do Ocidente. O primeiro a ser impresso foi: *Cópias de algumas cartas sobre a navegação do cavaleiro Villegaignon*, publicado em Paris, em 1557, de autoria do piloto Nicolas Barré (1621-1686), descrevendo a sua navegação entre a Europa e o Brasil, e, sobretudo a instalação dos franceses no Brasil. Na mesma época, o frade franciscano e cosmógrafo do rei da França, André Thévet (1516-1590), narrou sua permanência no Brasil, em *Les singularitez de la France Antarctique* (1558). Mais tarde, na cidade portuária de *La Rochelle*, no ano de 1578, Jean de Léry (1536-1613) publicou *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil*, descrevendo a bondade do ar, a abundância de animais, a variedade de aves, a formosura das

árvores e das plantas, a excelência das frutas e as riquezas que embelezam o território colonial. (França & Raminelli, 2009; França, 2012<sup>a</sup>; Palazzo, 2012).

André Thevét chegou ao Brasil pela frota de Nicolas Durant de Villegaignon (1510-1571) em 1555 e instalou-se no Rio de Janeiro por cerca de três meses. Suas pretensões eruditas e profissionais o levaram a defender o projeto colonial francês e a atribuir aos protestantes as dificuldades para implantá-lo. Apoiando-se em experiências adquiridas em destinos anteriores e desconhecidos, Thevét dirigiu seu olhar para as singularidades e a variedade da natureza tropical da região que muitos acreditavam inóspita. Através do recurso a imagens e narrativas, Thevét descreveu o clima, a diversidade da natureza e a fertilidade da terra brasileira; ilustrou curiosas espécies de animais, dentre as quais alguns com estranhos traços humanos; retratou os nativos como selvagens que se comportavam como bestas à margem de Deus, incapazes de escolherem seu próprio destino, “à espera do dia em que o contato com os cristãos lhes extirpe esta brutalidade, para que eles passem a vestir-se, adotando um procedimento mais civilizado”. O pastor protestante e escritor francês Jean de Léry passou quase um ano no Brasil e conviveu de forma intensa com os índios Tupinambás. Ao publicar seus relatos anos após sua viagem, descreveu a vida das comunidades indígenas, suas cerimônias de cura, os rituais antropofágicos – aspectos da vida material e espiritual de uma sociedade que se confrontava com os valores do mundo cristão e civilizado, vivendo “sem conhecimento nenhum de Deus, sem inquietude de espírito, sem lei e sem religião” (França & Raminelli, 2009, p. 27-28). Contudo, experimentavam da fonte da juventude.

Em 1557, foi publicado na Alemanha o livro *Duas viagens ao Brasil*, título abreviado de *Verdadeiras histórias e descrição de um país habitado por homens selvagens, nus, ferozes e antropófagos, situado no Novo Mundo*, de autoria do alemão Hans Staden (1525-1576). Apesar de não existirem muitas informações acerca de seu passado, sua viagem teve início em 1548 ao ingressar como artilheiro em uma Nau portuguesa com destino ao litoral de Pernambuco para combater piratas e corsários franceses e ajudar os colonos a controlar revoltas indígenas. Em 1549, contudo, Staden retornou à Europa a serviço da Espanha e embarcou em uma expedição com destino à colônia ibérica da região do Rio da Prata. No entanto, por infortúnio de um naufrágio ocorrido nas proximidades do litoral de Santa Catarina, desembarcou novamente no Brasil. Nesse contexto, o alemão foi incorporado ao exército português e nomeado conde da fortaleza de Ibertioga. Já em 1553, Staden foi capturado por Tupinambás e feito prisioneiro por cerca de nove meses. A história de seu cativeiro entre os indígenas do Brasil e a natureza



inóspita foi narrada com ingredientes de romance e aventura e publicada como testemunho de fé ao sobreviver às tentações do pecado e aos costumes bárbaros daquela gente traiçoeira (França, 2012<sup>a</sup>).

Além disso, quarenta e sete gravuras ilustraram a obra de Staden, abordando os costumes dos índios tupinambás e rituais canibalescos. O alemão também dedicou algumas páginas aos animais da nova terra e descreveu a crueldade manifestada nos rituais indígenas: “depois de esfolado, toma-o um homem e corta-lhes as pernas, acima dos joelhos, e braços junto ao corpo. Vêm então quatro mulheres, apanham os quatro pedaços, correm com eles em torno da cabana fazendo grande alarido, em sinal de alegria”. E continua dando-nos detalhes: “fervem-nas e com o caldo, fazem uma papa rala, que se chama mingau, que eles e as crianças sorvem. Comem as vísceras, assim como as carnes da cabeça (...). Quando o todo foi partilhado, voltam para a casa, levando cada o seu quinhão”, tudo confirmado pela sua presença: “tudo isso eu vi, e assisti” (França & Raminelli, 2009, p. 22).

No entanto, seus relatos pouco revelaram sobre a colônia que os portugueses começaram a criar no Novo Mundo. Ao retornar à Europa, produziu uma obra considerada fonte etnográfica sobre os primeiros anos de ocupação do território brasileiro. A divulgação desses relatos sobre o Brasil ganhou um grande impulso em 1590 ao serem incluídos entre os treze volumes da coletânea de viagens intitulado *Grands voyages*, publicado pelo belga Théodore de Bry (1528-1598). As gravuras que ilustraram suas edições exerceram grande influência no modo como o olhar estrangeiro passou a enxergar e interpretar o encontro entre o Velho e o Novo Mundo (França, 2012<sup>a</sup>).

Ao longo do século XVII, a metáfora da primavera eterna, em conjunto com o clima ameno, salubre, e a prodigalidade da terra não abandonaram as narrativas de viagem sobre o Brasil. Em junho de 1612, mais uma vez, uma expedição francesa, comandada pelos oficiais Daniel de La Touche (1570-1631) e François de Razilly (1578-1622), desembarcaram no Brasil com o objetivo de instalar uma feitoria em São Luis do Maranhão e fundar uma colônia francesa no Novo Mundo – a França Equinocial. A história do empreendimento foi registrada nas várias cartas e narrativas produzidas pelos missionários capuchinhos que acompanharam a expedição com a missão de pregar a fé e promover a salvação das almas dos nativos: Claude d’Abbeville (1572-1632) e Yves d’Évreux (1577-1632) nas suas respectivas obras *Histoire de la mission des pères capucins en l’isle de Maragnan et terres circonvoisines* (1614), *Voyages dans le nord du Brésil fait durant les années 1613 et 1614 par le Père Yves d’Évreux* (1613), narraram sobre a primavera eterna, as

riquezas infinitas, a diversidade de pássaros, peixes e insetos, entre outros animais, ora exóticos, ora familiares, que encontraram no Novo Mundo (França & Raminelli, 2009; França, 2012<sup>a</sup>).

Os relatos dos missionários capuchinhos marcaram os últimos escritos publicados por estrangeiros sobre o Brasil com mais complexidade. Na mesma época, a Coroa portuguesa consolidou sua presença sobre o litoral brasileiro e a permanência de estrangeiros em território colonial tornou-se restrita. Em 1591, foi proibida a entrada de navios estrangeiros na América portuguesa e, em 1605 estipulou-se o prazo de doze meses para a partida dos já residentes.

A partir de 1621, os holandeses também passaram a se interessar pelo território brasileiro, por razões políticas e diplomáticas, posto que a guerra com a Espanha bloqueou o comércio holandês de alguns produtos não disponíveis no Norte da Europa, sobretudo o sal utilizado na produção de arenque, peixe produzido pelos holandeses e exportado ao Norte da Europa (Melo, 2012). Apesar da ocupação holandesa no Nordeste durar somente vinte e quatro anos, o período produziu diversas narrativas acerca da dominação colonial holandesa: fontes administrativas da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, inventários sobre natureza, processos de inquisição e crônicas de guerras (Vainfas, 2012). Como testemunho da ocupação holandesa, tem-se o *Diário de um soldado da Companhia das Índias Ocidentais (1629-1632)*, redigido pelo militar Ambrosius Richshoffer (1612-?); o livro do viajante Joan Nieuhof (1618-1672), *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil* (1682), no qual o autor defendeu a atuação do governo holandês no Brasil e faz observações sobre a flora e fauna brasileira e, ainda, o livro *L'histoire de la dernière guerre faite au Brésil entre les Portugais et les Hollandais* (1651) – narrativa da experiência vivenciada pelo francês Pierre Moreau como funcionário da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais (Melo, 2012).

De fato, a produção escrita sobre a nova terra multiplicou-se depois da ocupação, uma vez que era imprescindível promover a ciência e as artes para atrair investimentos e incentivar o comércio. A partir de Maurício de Nassau (1604-1679), desenvolveu-se no país a primeira iconografia em série sobre o período colonial. Nesse sentido, na comitiva científica enviada por Nassau, destacaram-se principalmente George Margraf (1610-1644) e Willem Piso (1611-1678), ao realizarem o mais completo mapeamento da flora brasileira até o século XVII, composto por imagens, descrições de plantas, animais e estudos inéditos sobre doenças tropicais, terapias e costumes indígenas, reunidos na obra *Historia naturalis brasiliae*, publicada em 1648 (França & Raminelli, 2009; França, 2012<sup>a</sup>; Vainfas, 2012).

Ao retornar à Europa, em 1644, Nassau confiou grande parte do material ao erudito Gaspar Barleus (1584-1648), a fim de compor uma obra sobre suas realizações durante os sete anos em que viveu no país – *Casparis Barlaei, rerum per octennium in Brasilia et alibi nuper gestarum: sub praefectura illustrissimi comitis I. Marutii Nassaviae* –, publicada em 1647. Contudo, além das informações importantes sobre as realizações e as habilidades de Nassau, Barleus reuniu plantas de núcleos urbanos e de fortificações e mapas elaborados pelo cartógrafo e botânico George Margraf e, ainda, gravuras retratando paisagens naturais do pintor Frans Post (Knauss, 2012).

O pintor holandês Frans Post (1612-1680) esteve presente na comitiva liderada por Nassau em 1637 e produziu muitas paisagens sobre o Brasil com base nos próprios estudos, com o objetivo de divulgar a ação colonizadora holandesa no Velho Mundo. Do mesmo modo, o exotismo da flora e fauna tropical inspirou o pintor Albert Eckhout (1610-1666) a trazer ao primeiro plano de suas telas os índios, os negros e os mestiços, mostrando de forma inédita ao público europeu as matrizes da sociedade colonial brasileira. Eckhout realizou uma pintura de observação e documental, misturando os elementos culturais mais diversos. Ademais, suas pinturas têm um caráter evolucionista, no qual o índio foi sendo progressivamente aculturado e representado como um índio civilizado, dentro dos padrões ocidentais. Já Zacharias Wagener (1614-1668), natural de Dresden, chegou a Pernambuco em 1634, nomeado calígrafo oficial da Companhia das Índias Ocidentais. Entretanto, no seu *Thierbuch* (livro de animais) e *Zoobiblion*, descreveu a fauna, a flora e os habitantes do Brasil Holandês. Nos desenhos de Wagener, os negros africanos foram representados submetidos ao arbítrio da escravidão, ocupando os espaços urbanos e rurais. Assim, toda a criação artística produzida durante a colonização holandesa foi realizada para promover a obra colonizadora do estado holandês entre outros estados colonizadores europeus (Lege, 2001; França & Raminelli, 2009; Knauss, 2012; Alvim, 2012).

Ao longo do século XVII, o Brasil enfrentou muitos ataques de piratas e espiões às ordens dos representantes dos governos inglês, francês e holandês, dentre eles Thomas Cavendish (1560-1592), Frances Drake (1540-1596), James Lancaster (1554-1618), William Dampier (1651-1715), Woodes Rogers (1679-1732), Amédée François Frézier, (1682-1773) etc. Contudo, na última década do século XVI, em 1592, uma das viagens mais famosas foi realizada por Thomas Cavendish, terceiro navegador a dar a volta ao mundo. A busca por fortuna e glória o levou a Santos, em 1591, e às costas paulista e capixaba em 1592. Dessa

aventura, restaram as narrativas do tripulante da frota, o inglês Anthony Knivet (1560-1649), abandonado em uma praia deserta no litoral da capitania de São Vicente, no estado de São Paulo. Knivet viveu por dez anos no Brasil, retornou à Inglaterra, e descreveu suas aventuras no livro *The admirable adventures and strange fortunes of Master Anthony Knivet which went with Master Thomas Cavendish in his second voyage to the south sea, 1591*. A narrativa, publicada somente em 1626, é considerada um dos relatos mais expressivos sobre o Brasil colônia, ao narrar sobre uma espécie de monstro marinho e as expedições de extermínio de índios (França, 2012<sup>a</sup>; Hue, 2012).

Da mesma forma, o navegador e escritor William Dampier descreveu sua viagem de exploração na obra *A Voyage to New Holland*, publicada em 1703. De passagem pelo litoral da Bahia no ano de 1699, Drampier dedicou um capítulo de sua obra para descrever impressões sobre a capital da colônia portuguesa e sua gente (França, 2012<sup>a</sup>), além de informações geográficas, produzindo um razoável inventário sobre a flora e a fauna locais.

O navegador e engenheiro francês Amédée François Frézier esteve no Brasil em dois momentos distintos: em 1712, com propósito de espionar o território e realizar um levantamento da posição geográfica, dos recursos defensivos, dos meios de acesso e dos melhores lugares de desembarque dos principais portos da região de Santa Catarina. Dois anos mais tarde, quando retornou à França, em 1714, atracou novamente no Brasil, no porto de Salvador (França, 2012<sup>a</sup>). Na sua obra intitulada *Relation du voyage de la mer du Sud aux côtes du Chili et du Pérou: fait pendant les années 1712, 1713 & 1714*, publicada em 1716, atentou para os sórdidos costumes escravagistas (França & Raminelli, 2009).

A preguiça dos colonos também foi alvo de críticas por parte de Frézier, ao relatar que pelas ruas da colônia só se viam as figuras hediondas dos negros e das negras (França & Raminelli, 2009). De acordo com a visão de Frézier, na colônia, todos estavam sujeitos ao desregramento sexual, várias vezes referidos nas narrativas de viagem e cujas causas estariam no clima quente, na flexibilidade moral, na tolerância da igreja etc. Desta forma, no século XVIII, a grande mácula da colônia foi a promiscuidade e a preguiça, considerados problemas graves, uma vez que remetia à luxúria, ao desprezo pelo trabalho, ao excesso de vaidade, o que consequentemente, atrapalhava a organização da vida cotidiana (França, 2012<sup>b</sup>).

Já o comerciante francês Jean-Baptiste Le Gentil La Barbinais esteve no Brasil nos anos de 1714 e 1717, registrando em forma de cartas – *Nouveau voyage autour du monde* (1725) – a abundância, a prodigiosidade da natureza brasileira, mas sobretudo os costumes corrompidos

da gente que considerou indolente, sem nenhum tipo de subordinação e obediência (França, 2012<sup>a</sup>).

Ainda no século XVIII, malgrado a persistência da ideia de clima temperado, o calor dos trópicos passou a incomodar o visitante estrangeiro e, sobretudo, a parecer-lhe inóspito e insalubre. Entretanto, a exuberância da flora e fauna local, tema presente nos relatos dos viajantes, não sofreu nenhuma variação ao longo dos séculos. Outrossim, a partir desse século, os viajantes com destino ao Brasil levaram consigo os princípios da classificação da natureza, procurando enquadrar o país nas categorias científicas da *Nova História Natural* criada pelo naturalista francês Georges-Louis Leclerc (1707-1788), também conhecido como Conde Buffon, dando início aos discursos mais desfavoráveis sobre a natureza tropical. Entre as obras mais conhecidas, destacam-se os relatos sobre a Ilha Grande do pirata inglês Woodes Rogers (1678-1732) – *A voyage to the south sea, and round the world, performed in the years 1708, 1709, 1710 and 1711, by the ships Duke and Duchess of Bristol* (1712) –, as memórias sobre o assenhoreamento da cidade do Rio de Janeiro do almirante francês René Duguay-Trouin (1673-1736) – *Mémoires de M. Du Gue-Trouin, Chef d'escadre des armées de S.M.T.C. et Grand-Croix de l'Ordre militaire de S. Louis* (1730) – e as notas de René Courte de La Blanchardière (1712?-1794) sobre os quinze dias em que permaneceu ancorado no Rio de Janeiro – *Nouveau voyage fait au Pérou* (1751) (França, 2012<sup>a</sup>; Palazzo, 2012; Madeira, 2012).

Assim, até o século XVIII, os relatos de viagens ajudaram a construir a imagem de um Brasil decrepito e isolado na periferia do mundo civilizado. Já no século XIX, o país foi invadido por naturalistas e pintores viajantes que, devido aos interesses comerciais e políticos da época, permitiram que o Brasil fosse redescoberto e revelado pelo olhar de cientistas viajantes, que penetraram no sertão profundo pouco conhecido no Velho Mundo (Lago, 2014). Além disso, nos trabalhos dos viajantes que acompanharam as expedições científicas, destacou-se o Brasil mestiço, “não importando o sexo, a raça ou a condição social do indivíduo” (Schwarcz, 1993, p. 12).

A partir da transferência da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, Dom João VI decretou a abertura dos portos às nações amigas e a criação do *Tratado de Comércio e Navegação*, privilegiando a Inglaterra. Em outros termos, findaram-se séculos de isolamento e permitiu-se que os estrangeiros pudessem frequentar os portos da colônia e desvendar o interior do território. Assim, ao fugir das tropas de *Junot*, o monarca português desembarcou na colônia com a firme intenção de estabelecer no país instituições centralizadoras que reproduzissem o

antigo domínio colonial. Data dessa época, a instalação dos primeiros estabelecimentos de caráter cultural, tais como: a imprensa Régia, a Biblioteca, o Real Horto e o Museu Real, entre outras. Essas instituições transformaram a colônia não apenas na sede provisória da monarquia portuguesa, mas também em um centro produtor e reproduzidor de sua cultura.

Profundamente vinculados aos modelos metropolitanos, os primeiros centros de saber enxergavam o Brasil ora como um espelho, ora como uma extensão dependente da corte portuguesa e a ela subserviente (Schwarcz, 1993, p. 24).

Após a abertura dos portos alguns dos primeiros viajantes destinados ao Brasil exerceram funções específicas. O geólogo, arquiteto e mineralogista alemão Wilhelm Ludwig von Eschwege (1777-1855) foi contratado pela Coroa portuguesa, em 1810, para estudar o potencial dos recursos minerais dos seus domínios, reanimar a decadente mineração de ouro e diamantes da colônia e, ainda, incrementar a nascente indústria siderúrgica local. Em 1830, publicou na Europa, diversas obras sobre a geologia do Brasil, entre as quais a *Carte géographique de la partie orientale de l'empire du Brésil en quatre feuilles: contenant les provinces maritimes de Pernambuco jusqu'à Rio de Janeiro, celle de Minas Geraës, et une partie des provinces limitrophes*, contendo parte do seu inventário sobre a riqueza dos recursos minerais do Brasil. Entretanto, entre outros assuntos, o viajante alemão denunciou o primitivismo das técnicas e o despreparo dos colonos na extração das riquezas do solo (Lege, 2001).

A riqueza mineral da colônia portuguesa também foi o tema principal do livro *Travel in the interior of Brazil particularly in the gold and diamond districts of that country*, de autoria do mineralogista britânico John Mawe (1764-1829), publicado e traduzido em vários idiomas pelo continente europeu a partir de 1812. Já em 1816 foi publicado na Inglaterra o livro *Travels in Brazil*, que trazia relatos do português Henry Koster (1793-1820) sobre a economia, o comércio, a agricultura e, ainda, um retrato peculiar sobre a sociedade urbana e rural que conhecera pessoalmente. Destarte, pelo sucesso de suas edições na Europa e América do Norte, o livro foi considerado um manual de sobrevivência para futuros visitantes ou compatriotas que desejassem investir na região do Brasil.

O médico e naturalista alemão George Heinrich von Langsdorf (1774-1852) esteve em Santa Catarina pela primeira vez em 1803, como botânico da esquadra do comandante Krusenstern, em uma viagem de circunavegação a serviço russo. No primeiro ano de viagem em que aportou no Brasil, coletou quantidades de plantas e insetos, que detalhou em *Voyages and travels in various parts of the world, during the years 1803, 1804, 1805, 1806 and 1807*, publicado em

Londres em 1817. Em 1813, desembarcou no Rio de Janeiro para exercer a função de cônsul geral da Rússia e incrementar as relações comerciais entre os dois reinos. Na época, escreveu um guia para imigrantes e incentivou sistematicamente a imigração alemã (Lege, 2001; França, 2012<sup>b</sup>).

De acordo com Lege (2001), Langsdorff explorou a região serrana do Rio de Janeiro na companhia do pintor alemão Johann Moritz Rugendas (1802-1858). No entanto, Rugendas prosseguiu sozinho sua viagem, percorrendo as regiões de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Espírito Santo, Bahia e Pernambuco. O pintor alemão registrou em tela o lado pitoresco do país, a vida selvagem, os diferentes povos indígenas, os costumes e, ainda, o cotidiano dos negros africanos, submetidos à escravidão e às precárias condições de subsistência. Voltou à Europa em 1825 com mais de 500 desenhos e publicou, em 1835, o álbum *Voyage pittoresque dans le Brésil*, contendo cerca de cem litografias baseadas no material artístico produzido durante suas viagens e o relato de suas experiências em terras brasileiras.

O botânico e naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), chegou ao Brasil em 1816, acompanhando a missão diplomática que objetivava resolver o conflito que opunha Portugal e França pela posse da Guiana. Coletou informações junto às populações nativas, enviou diversas espécies de plantas e amostras de minerais à Europa, que estava interessada no seu uso na medicina, na alimentação e na indústria, e publicou diversos livros descrevendo a flora e fauna brasileiras – *Plantes usuelles des brésiliens* e *Histoire des plantes les plus remarquables du Brésil et du Paraguay* (1824). Contudo, fez críticas aos maus costumes e péssimos serviços à disposição dos viajantes no decorrer do caminho, atribuindo as dificuldades que encontrou à preguiça e ao caráter degenerado de seus anfitriões. Ao dirigir o seu olhar sobre o cotidiano sertanejo, a diversidade humana e os contrastes da natureza à sua volta, o naturalista descreveu um povo desigual, sem cultura, racialmente misturado, disperso pela geografia e fora do alcance das leis e do controle do Estado. O viajante permaneceu no Brasil até 1822; contudo, a partir de 1840, seus relatos foram publicados e traduzidos em vários idiomas como fontes valiosas sobre a colônia portuguesa e sobre os fatos que resultariam do processo de independência.

A partir de 1816, transferiram-se para o Brasil a Missão Artística Francesa, liderada pelo acadêmico Joaquim Lebreton (1760-1819), e o grupo composto pelo arquiteto Auguste Henri Victor Grandjean de Montigny (1776-1850) e pelos pintores Nicolas-Antoine Taunay (1755-1830) e Jean-Baptiste Debret (1768-1848). Destarte, a Missão contribuiu não apenas para o

desenvolvimento da arte, a formação de artistas e a construção da iconografia brasileira, mas principalmente desempenhou o papel político na criação de um ambiente artístico de corte e afirmação da presença do Estado português no Novo Mundo. Dessa forma, inspirado na moda francesa, o Estado investiu na construção de imagens edificantes do regime monárquico: retratos e gravuras da família real e de súditos; na criação de símbolos e alegorias que marcaram o período; nos arcos do triunfo construídos de papel; no apoteótico desembarque da princesa Leopoldina no porto do Rio de Janeiro em 1817; na representação dos rituais de aclamação de D. João VI em 1818 e na organização e no registro das solenidades épicas de aclamação em praça pública e da coroação de D. Pedro I como imperador do Brasil (Knauss, 2012).

A experiência dos artistas nos trópicos resultou nos mais relevantes acervos produzidos sobre o território brasileiro em séculos de história. O pintor francês Nicolas-Antoine Taunay dedicou-se ao ofício de registrar e catalogar a geografia e o cotidiano do Rio de Janeiro. A topografia, as ruas, as diferentes atmosferas dos bairros, os escravos, os cortejos, os personagens da corte etc. operaram como elementos centrais de suas obras (Alvim, 2012). Já o artista francês Jean-Baptiste Debret destacou-se como um dos mais importantes cronistas estrangeiros a lançar o seu olhar sobre a paisagem natural do Brasil no período colonial. Suas crônicas sobre o Rio de Janeiro, apesar de direcionadas ao público francês e carregadas de ironia e exotismo, foram relevantes para a história do país, principalmente pelas observações sobre o cotidiano urbano e os costumes populares, sobretudo na apresentação da sociedade escravocrata da época (Knauss, 2012; Alvim, 2012).

Após seu retorno à França, Debret compilou seus trabalhos realizados durante os quinze anos em que residiu no Brasil e publicou, entre 1834 e 1839, o álbum intitulado *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Dentre os três volumes, o primeiro dedicou-o à natureza, à diversidade da flora e fauna, aos aspectos físicos e ao modo de vida dos indígenas e brasileiros; o segundo retratou as cenas pitorescas do Rio de Janeiro e arredores da capital do império; já o terceiro volume do álbum relatou as festas populares e a religiosidade peculiar de uma sociedade que, aos olhos do cronista, ainda vivia na infância, degenerada por séculos de arbitrariedades.

Em 1817, por ocasião do casamento do Imperador D. Pedro I (1798-1834) com a Arquiduquesa Maria Leopoldina de Áustria (1797-1826), desembarcou no Rio de Janeiro um grupo de cientistas austríacos e alemães que integraram a primeira expedição estrangeira dedicada a desenvolver estudos e pesquisas de história natural nos domínios portugueses. À



frente da chamada Missão Artística Austro-Alemã, estiveram os zoólogos Johann Baptist von Spix (1781-1826) e Johann Natterer (1787-1843); os botânicos Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), Johann Sebastian Mikan (1769-1844) e Johann Emanuel Pohl (1782-1834); o pintor Thomas Ender (1793-1875), guias, tropeiros, escravos e índios que ajudaram a operacionalizar a expedição.

Com a duração de três anos e percurso de aproximadamente 10 mil quilômetros pelo território brasileiro, a expedição reuniu e transferiu para a Europa milhares de espécies da flora e fauna brasileira e um vasto material etnográfico sobre os povos indígenas com os quais mantiveram contato. Contudo, os naturalistas também relataram suas impressões sobre as virtudes e os defeitos do modelo de sociedade que se erguia no território. Os registros da expedição foram reunidos por Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich von Martius nos três volumes da obra *Viagem pelo Brasil nos anos de 1817 e 1820*, publicados entre 1823 e 1831.

Sendo assim, o Brasil, que durante séculos cumpriu o papel de paraíso dos viajantes, findou o século XIX com a mesma imagem. Todavia, à exuberância da flora e da fauna e à abundância dos recursos naturais, juntou-se a singularidade local por meio da composição racial particularmente miscigenada (Schwarcz, 1993). Além dos estudos sobre a natureza, os viajantes também se preocuparam em analisar e catalogar as formas de cruzamento racial frequentes no país, seguindo o modelo classificatório da natureza. Entretanto, consideravam que a escravidão, o trabalho e a evangelização contribuiriam para o processo civilizador dos negros enviados ao Brasil. Já os índios faziam parte de uma categoria entre o mundo animal e humano, fadados a decaírem independentemente da colonização europeia, uma vez que não eram dotados do germe da civilização (Lisboa, 2012). O olhar do viajante considerava exclusivamente o branco europeu como representante da civilização, haja vista que os negros, os índios e as misturas raciais pertenciam à categoria inferior.

Neste programa de libertação e de transformação, o indígena permaneceu à margem, dada a sua falta de vontade ou incapacidade, ou ambas, de vincular-se ao destino dos estranhos homens que se haviam apoderado dos seus territórios. Embora não tenham faltado tentativas de integrá-lo e cristianizá-lo (...) foi abandonado à sua própria sorte e sujeitado ao extermínio, como um homem sem redenção possível (O’Gorman, 1992, p. 205).

A declaração de Independência do país em 1822 e a proclamação de D. Pedro como imperador do Brasil foram registradas no *Diário de viagem ao Brasil*, da escritora britânica Maria Graham (1785-1842), e publicados na Inglaterra em 1824. Maria Graham foi viúva de um

oficial da marinha inglesa e confidente da Imperatriz Leopoldina, o que a levou a conhecer de perto a sociedade da corte e a desfrutar da intimidade da família real. Esse privilégio instigou a escritora viajante a traçar o retrato peculiar de uma sociedade iletrada e pouco refinada em seus hábitos e costumes. A proximidade a fez construir uma visão crítica do regime e da realidade brasileira e a tratar de questões políticas em seus relatos.

Em 1825, ao retornar ao Brasil, o médico alemão George von Langsdorff organizou uma expedição em direção à província de São Paulo, que contou com o desenhista francês Aimé-Adrien Taunay (1803-1828), o geógrafo e desenhista francês Hércules Florence (1804-1879), o zoólogo francês Édouard Ménétries (1802-1861), o astrólogo russo Néster Rubtsov (1799-1874) e o botânico alemão Ludwig Riedel (1790-1861). Sob o rigoroso controle de von Langsdorff, os artistas da expedição registraram a variedade de plantas e animais reunidos pelos naturalistas no decorrer da viagem. O desenhista Aimé-Adrien Taunay representou paisagens, cenários, costumes e retratos indígenas. O desenhista Hércules Florence registrou paisagens, a arquitetura de vilas e lugarejos, florestas e retratos bastante realistas das várias etnias que habitaram a região. Contudo, após Langsdorff ser acometido por doenças tropicais, o francês Hércules Florence passou a documentar a fase final da expedição e a publicou, em 1875, com o título *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas – 1825 a 1829*. O viajante relatou cuidadosamente as instituições brasileiras, descrevendo o funcionamento da escravidão em São Paulo, Mato Grosso e Pará e a influência política que exerciam os fazendeiros no interior do Mato Grosso. Entretanto, apesar da expedição ser considerada uma das mais importantes do século XIX, sobretudo pelo imenso acervo produzido em milhares de páginas manuscritas, diários, desenhos, aquarelas, registros cartográficos, amostras da flora e fauna enviados sistematicamente para a Rússia, grande parte do material desenvolvido pela expedição foi considerado desaparecido por cerca de um século e só encontrado nos porões da Academia de Ciências de São Petersburgo em 1929-1930 (França, 2012<sup>b</sup>).

Segundo Lege (2001), entre os anos 1840-1906, o botânico alemão Carl Friedrich Philipp von Martius, com a colaboração de especialistas de vários países, publicou um dos maiores inventários sobre a diversidade da flora brasileira, nomeado *Flora brasiliensis*. Na coletânea constam 40 volumes editados ao longo de 66 anos de trabalho, nos quais foram descritas e catalogadas cerca de 22 mil espécies, sendo mais de cinco mil desconhecidas pela ciência da época.

Até o final do século XIX, outros notáveis viajantes tiveram o Brasil como destino, entre eles o britânico Charles Darwin (1809-1882) esteve no país em 1833 como parte do itinerário de sua viagem ao redor do mundo, como naturalista e tripulante do navio *Beagle*. Darwin dedicou algumas páginas de seu diário ao Brasil e registrou seu encantamento pela natureza do país, mas também sua indignação com a violenta e desigual sociedade escravocrata brasileira. Da mesma forma, em 1865, o cientista suíço Louis Agassiz (1807-1873), no comando de uma viagem científica – *Expedição Thayer* – sob os auspícios do governo dos Estados Unidos da América, realizou pesquisas pelo Rio de Janeiro, Minas Gerais, Nordeste e Amazônia, publicadas na obra *A Journey in Brazil*, em 1868. Louis Agassiz teve como principal objeto a sociedade brasileira e defendeu a tese na qual a miscigenação era um fator de degeneração da humanidade; os negros eram inferiores e deveriam ser mantidos apartados da civilização:

(...) qualquer um que duvide dos males da mistura de raças, e inclua por mal-entendida filantropia, a botar abaixo todas as barreiras que separam, venham ao Brasil. Não poderá negar a deteriorização decorrente da amálgama das raças mais geral aqui do que em qualquer outro país do mundo, e que vai apagando rapidamente as melhores qualidades do branco, do negro e do índio deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia física e mental (Agassiz, 1868, p. 293).

Assim como Agassiz, o francês Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882), em sua viagem pelo Brasil por quinze meses, destacou as características da sociedade brasileira – “trata-se de uma população totalmente mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia” (Readers, 1988, p. 96) –, sendo partidário do determinismo racial absoluto e favorável à condenação do arbítrio do indivíduo (Schwarcz, 1993).

O historiador inglês Henry Thomas Buckle (1821-1862) foi um dos mais representativos intelectuais que caracterizaram a literatura científica no final do século XIX. Apesar de nunca ter visitado o Brasil, Buckle, em sua obra *História da civilização na Inglaterra* (1857-1865), dedicou algumas páginas à formação do caráter brasileiro e, ainda, relacionou os principais conceitos científicos eurocêntricos de sua época a civilizações dos trópicos (Sodré, 1965). Em seus estudos sobre o Brasil, baseou-se nas investigações de alguns naturalistas viajantes que passaram pelo Brasil – Spix, von Martius, Charles Darwin, entre outros. Ao considerar o modelo de civilização inglês como referencial de desenvolvimento e utilizar o determinismo ambiental, privilegiou o continente europeu e desqualificou as regiões de clima quente, dividindo o mundo em duas grandes regiões: a Europa e a não-Europa (Romero, 2016). Na concepção de Buckle (1857), o Brasil, não obstante o empenho e colaboração das civilizações

europeias avançadas e a fertilidade da natureza, permaneceria permanentemente análogo ao barbarismo, em virtude das pressões naturais, e da consequente ignorância do povo:

Entre esta pompa e esplendor da natureza, nenhum lugar restou para o homem. Foi reduzido a sua insignificância pela majestade da qual está rodeado. As forças que se opõem a ele são formidáveis, tanto que ele nunca foi capaz para ir contra elas, nunca foi capaz para correr contra a pressão acumulada. O Brasil todo, apesar das imensas vantagens aparentes, tem permanecido sempre como incivilizado os habitantes vagando como selvagens, incapazes de resistirem àqueles obstáculos que a própria generosidade da natureza colocou em seu caminho (Buckle, 1857, p. 75).

De maneira semelhante, o inglês Richard Francis Burton (1821-1890) aportou no Brasil em 1865, nomeado cônsul britânico na cidade de Santos, e empreendeu uma viagem pelo interior do país. Em sua obra sobre as terras brasileiras – *The highlands of Brazil* –, publicada em 1869, além das descrições dos lugares e dos tipos humanos, o cônsul realizou um levantamento sistemático das reservas de ouro e diamantes do Estado de Minas Gerais.

Por fim, cientistas e viajantes alemães também passaram pelo país no decorrer do século XIX. O cartógrafo alemão Konrad Jakob von Niemeyer (1788-1862) publicou, em 1846, o primeiro mapa do Império do Brasil. O príncipe prussiano Heinrich Wilhelm Adalbert Prinz von Preußen (1811-1873) esteve na região amazônica e dedicou atenção ao Rio Xingu e aos índios Jurunas. Suas anotações foram impressas em forma de manuscrito intitulado *Do meu diário de viagem 1842-1843*. O engenheiro alemão Franz Keller-Leuzinger (1835-1890) fez levantamentos cartográficos sobre o alto Amazonas e realizou trabalhos de valor artístico que ilustraram seu livro de viagens – *The Amazon and Madeira River* –, publicado em 1874. Ademais, os conhecimentos alemães sobre o Brasil, disponíveis até 1871, foram reunidos pelo professor Johann Eduard Wappäus (1812-1879) no *Manual de geografia e estatística do Império Brasil*, contendo dados sobre o território, a população, a economia, a forma de administração, os costumes e as tradições. O descendente de alemão Franz Adolf Varnhagen (1816-1878) destacou-se com sua obra fundamental *História geral do Brasil*, cuja primeira edição foi publicada em dois volumes em 1857 (Lege, 2001).

Assim, as viagens de exploração de estrangeiros no Brasil alimentaram o imaginário europeu sobre o país por mais de três séculos. O conteúdo das narrativas de viagens faz parte da pré-história da imagem do Brasil e, além disso, contribuíram para a formação da identidade nacional brasileira. De forma polarizada se deram as primeiras representações sobre o território colonial. A natureza dadivosa concedeu ao Novo Mundo o rótulo de paraíso

abundante de todos os recursos naturais escassos na Europa, entretanto, o paraíso era habitado por estranhas criaturas.



## Capítulo 3 - A invenção da(s) identidade(s) nacional(is) do Brasil e dos brasileiros

Porque não fazer do Brasil o próprio Brasil? Ah, o Brasil não é uma pátria, não é uma nação, não é um povo, mas uma paisagem - *A cabra vadia* (1995) - Nelson Rodrigues.

### 3.1. Antes da Independência – o Brasil Colonial

A identidade nacional brasileira passou por tortuosos caminhos. O que se tem hoje é o resultado de um longo processo construído durante séculos, com raízes históricas e sociais. Sem dúvida, na formação da identidade nacional brasileira foram importantes todos os períodos da história do país: o “Descobrimento”, a colonização portuguesa, a catequização dos indígenas, as viagens de exploração realizadas por estrangeiros em busca de riquezas e informações acerca do Novo Mundo, o deslocamento compulsório de cerca de 3,6 milhões de negros africanos em regime de escravidão, a transferência da Família Real portuguesa, em 1808, o processo de Independência, datado de 1822, a República, proclamada em 1889, a Abolição da Escravatura, promulgada em 1888, a Semana de Arte Moderna, realizada em 1922, as teorias raciais absorvidas pelos intelectuais nacionais, entre outras expressões culturais.

Neste contexto, o Brasil foi inventado como “terra abençoada por Deus”, a partir de um mito fundamentado em três principais premissas: na natureza, representada pela “visão do paraíso”, na ortodoxia teológica cristã, configurada pela palavra de Deus e na elaboração jurídico-teocêntrica, apresentada pelo Estado. Em suma, esses três componentes apareceram, nos séculos XVI e XVII, sob a forma de operações divinas, ou seja, a natureza como obra de Deus, a história como palavra de Deus e o Estado como vontade de Deus (Chauí, 2010). Os movimentos de conquista e dominação de territórios e o reconhecimento de povos, até então desconhecidos, foram justificados pelas bases teológica-jurídicas, remanescentes não apenas do Cristianismo, mas também da raiz aristotélico-tomista e jusnaturalista (Santos & Alves-Jesus, 2014).

De fato, aos olhos do colonizador, a falta de fé dos povos nativos, associada a ausência de organização social e administrativa das tribos indígenas, impedia-os de serem vistos como sociedades constituídas. Entretanto, se por um lado, o indígena “foi abandonado à sua própria sorte e sujeitado ao extermínio, como um homem sem redenção possível”, uma vez que “na sua resistência a mudar seus hábitos ancestrais, na sua preguiça e na sua falta de iniciativa no

trabalho viam-se os sinais inequívocos de que Deus o havia merecidamente esquecido” (O’Gorman, 1992, p. 205), por outro lado, ao colonizador moralmente superior competia à tarefa de conduzir os povos selvagens a um estágio de civilidade:

aos conquistadores cabiam as tarefas de facilitar a aculturação dos povos conquistados, fossem eles mais ou menos selvagens, transmitir-lhes a fé cristã, a piedade e a moral, pois, sendo superiores por acreditarem em Deus, estariam em condições plenas de conduzirem os povos que não conheciam Deus para o caminho da redenção, na justa medida em que segundo a sua missão fora da Igreja não há salvação (Santos & Alves-Jesus, 2014, p. 527).

Além disso, a concepção platônica de virtude e o consequente dualismo entre a alma e o corpo legitimaram a hierarquia moral ocidental constituída pela Igreja. Nela, enquanto a alma fundia-se ao divino ou à razão, o corpo expressava-se como desejo “insaciável” e pecado, exemplarmente perceptível na oposição entre o trabalho intelectual e o manual. Em outros termos, a partir da ideia sistematizada por Platão em uma “teoria do bem e do belo” e amplamente utilizada por Santo Agostinho na construção do caminho da salvação, o espírito foi colocado em posição privilegiada ao corpo, local das paixões incontroláveis, repositório das virtudes ambíguas, da afetividade, da sensualidade e da agressividade. Neste contexto, as interpretações pautadas pela lógica da classificação e desclassificação social, situaram o homem branco em posição de raça-divina, conectando-o ao mundo do saber - *locus* das virtudes das classes dominantes - e agente civilizador. Enquanto o negro e os povos localizados em territórios não-europeus, ligaram-se aos desejos da carne, pautadas nas emoções - *locus* das virtudes dominadas das classes inferiores (Souza, 2006).

Do ponto de vista da teoria, presume-se que toda teoria seja ocidental (...). Trata-se de uma visão que relaciona o Ocidente ao refinamento teórico da “mente” e o não ocidental à matéria-prima bruta do corpo (Shohat & Stam, 2006, p. 39).

No caso do Brasil, o mito fundador assentou nas qualidades ambíguas do corpo desde os primeiros relatos dos colonizadores e viajantes estrangeiros. Já as primeiras impressões deixadas por Pêro Vaz de Caminha na *Carta do Descobrimento* corroboraram as representações exóticas do Novo Mundo e, mais tarde, a formação da identidade nacional brasileira. Numa projeção imaginativa da visão edênica, ao país foi atribuído a lenda dourada, o próprio “Paraíso Terreno”, o “Eldorado” exuberante de riquezas e povoado por habitantes fabulosos. Além de cenário de uma vida inocente anterior ao pecado original, ao envelhecimento e à morte, fértil em alimentos para o corpo e para a alma (Kujawski, 2005). Destarte, o mito fundador



impôs um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não finalizou, que se conservou perenemente e, por isso mesmo, não permitiu o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal. Assim, como impulso à repetição de algo imaginário, criou um bloqueio à percepção da realidade e impediu a relação com ela (Chauí, 2010, p. 9).

Mais tarde, os relatos dos viajantes estrangeiros - portugueses, franceses, britânicos, neerlandeses, alemães, espanhóis, entre outros -, que visitaram o país entre os séculos XVI e XVIII, não alteraram este paradigma profundamente. Embora, muitas vezes, as menções sobre a colônia portuguesa fossem breves, em geral, descreveram o litoral e dedicaram especial atenção ao mundo físico e moral dos colonos, referenciando o índio, mas acima de tudo, as riquezas naturais passíveis de serem extraídas e transferidas para o Velho Mundo.

Em linhas gerais, não seria equivocado dizer que as descrições do país variaram entre uma terra rica, pródiga, paradisíaca e um povo, desde muito cedo corrompido, indolente, inculto, imoral, preguiçoso, ou seja, indigno de ser proprietário de uma terra tão próspera (França & Raminelli, 2009). Decerto, o excesso deste tipo imagens e representações atribuídas à colônia existiu durante quase três séculos e, ainda, após a Independência. Sem embargo, tais representações não correspondem somente ao olhar estrangeiro, mas resultam de um processo interativo de comunicação formado do contato entre colonizador e colonizado (Machado, 2003).

Neste contexto, a proibição da “língua brasílica” - utilizadas na comunicação entre as tribos indígenas com determinados grupos distintos - instituída por Marquês de Pombal, em 1757, no Diretório dos Índios, condenou-a ao *status* de “invenção diabólica” (Ventura, 2014, p. 499). Trata-se, aqui, do processo civilizatório por meio da “colonização da linguística” (Mariani, s/d), uma vez que a imposição violenta da língua do colonizador funcionava como arma de dominação política e ideológica. De fato, ao se instituir uma língua, impõe-se uma cultura – a hegemônica (Ventura, 2014). Em outras palavras, a regulação do uso da língua permeou o projeto dominador, uma vez que

evitar o bilinguismo significa também impor o poder colonialista. Na álgebra do conquistador, a unidade é a única medida que conta. Um só deus, um só Rei, uma só língua: o verdadeiro Deus, o verdadeiro Rei, a verdadeira língua (Santiago, 2000, p. 14).

Além disso, Brasil passou por um relativo abandono durante longo período colonial, e somente após sua Independência, em 1822, desencadeou-se um processo de investigação dos referenciais histórico-culturais do país, posto que foi necessário registrar a história da nação.

Diante da necessidade histórica da classe dominante, alguns intelectuais e artistas tentaram moldar um caráter nacional para o país, definindo quais as tradições, as memórias, os heróis e as histórias que lhes eram próprias (Soares, 2003; Alves, 2010). Daí, um esforço de apropriação do passado, com intuito de “inventar tradições” que legitimassem a dominação da classe burguesa, partir de

um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas, tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado (Hobsbawn, 1997, p. 9).

Portella (2002) garante que, sob uma base tutelar, consciente ou inconscientemente, no Brasil, passou-se a defender como marca sedimentada uma identidade nacional estabelecida, porém, insensível à diversidade, desprovidas de energias emancipatórias. Como registro excludente, evitava a diferença, parecendo dispor de um dispositivo de segurança inabalável, sem perceber, contudo, “que a vida da identidade, ou a identidade da vida, da história, da nação, do grupo, do indivíduo, se alimenta e vive dos seus outros, de suas diferenças” (p. 108).

Não por acaso, a classe dominante na colônia conjugava-se com a classe soberana na metrópole e a transposição dos modelos europeus ocorriam pela introdução dos interesses dos organismos e instituições metropolitanas. Os valores ocidentais da Europa burguesa, assaltaram o país e a nobreza de títulos empregada na relação de vassalagem entre o colonizador e o colonizado foi substituída pelo diploma e o anel de grau, posto que naquela época, formar-se, ostentar um título acadêmico, passou a ser uma forma de distinguir-se das camadas populares. Ou seja, escrever, “dar-se às letras”, era outra maneira de qualificar o indivíduo para manutenção do poder colonial. Assim, buscou-se inspiração na matriz conceitual eurocêntrica, ou melhor, naqueles que internamente permitiram a vigência da ideologia do colonialismo (Sodré, 1965).

Sob esta perspectiva, versões literárias nacionais começaram a circular no país no início do século XIX. Como exemplo, a coleção anti-heroica do escritor, Inquisidor-Mor e ex-senhor de escravo, José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho (1742-1821), defensor do escravagismo e contrário aos ideais de Independência do país: *Discurso sobre o estado atual das minas do Brasil* (1804), *Análise sobre a justiça do comércio do resgate dos escravos da costa d’África* (1808), *Concordância das leis de Portugal e das bulas pontifícias e das quais umas permitem a escravidão dos pretos da África e outras proíbem a escravidão dos índios do Brasil* (1808), entre outras. Como principais convicções,

Azeredo Coutinho não somente manifestou apreciação favorável à escravidão e ao absolutismo, como se posicionou contrário à Independência do país. O autor, concebia a colônia como uma parte indivisível do reino português, demonstrando-se interessado na permanência e subordinação do país à metrópole portuguesa (Sodré, 1965). Em *Análise sobre a justiça do comércio do resgate dos escravos da costa d'África* (1808), justificou a captura de africanos ou qualquer outra “nação bárbara” pelo seu papel estruturante na economia da metrópole:

suponha-se que para satisfazer a vontade aos que dizem defensores da humanidade, se desterrava do meio das nações civilizadas o nome de escravo, e se proibia para sempre o resgate dos escravos da Costa d'África, e qualquer outra nação bárbara. Que seria da agricultura das Colônias e por consequência, de Portugal? Em que poderia Portugal subsistir sem agricultura, sem comércio e sem ter com que pagar a quem o defendesse? (Coutinho, 1808, p. 74).

Nesta época, apesar das questões relativas à Abolição da Escravidão e à Independência começarem a espalhar pelo país, persistia, ainda, a produção tradicional açucareira na região do Nordeste, mantendo relativamente intactos os traços coloniais. Já a produção do ouro, após vertiginosa fase de fastígio, declinava inteiramente na capitania de Minas Gerais, enquanto, ascendia a pecuária sulina a partir do couro e das charqueadas. No entanto, na classe dominante mantiveram-se os proprietários de terra e, apesar das diferenças entre pequenos grupos, não existiam grandes divisões de poder. A classe proprietária representou rigorosamente o papel de mandatária da metrópole e os seus interesses confundiam-se, enquanto a classe média era inexpressiva e a classe operária, praticamente, inexistente.

No entanto, a Revolução Industrial clamou pela integração das áreas coloniais consumidoras e pela extinção do trabalho escravo, rompendo conseqüentemente com o regime de monopólio. Neste sentido, no Brasil declinaram as velhas forças e ascenderam novas. E, apesar da falta de interesse pelo trabalho livre, à medida que a classe dominante vislumbrava o favorecimento do comércio livre por meio do novo regime comercial, o processo de Independência ganhou celeridade (Sodré, 1965). Em suma, a Independência do país efetivamente ocorreu quando a classe dominante se interessou por ela.

### **3.2. Depois de Independência - o Brasil Império**

Segundo Eduardo Lourenço (2015), o autêntico Brasil só começou com a sua Independência. Isto porque, o processo de Independência fez despontar no país a questão identitária à semelhança do que aconteceu na Europa, fundamentada, porém, sob a perspectiva romântica. A literatura teve um papel fundamental, visto que os autores românticos, apesar de serem um

grupo relativamente pequeno, mantiveram-se na linha de frente da formulação da identidade nacional:

Evidentemente, seria um erro ignorar o papel dos outros nessa formação da imagem do Brasil (...). Parece correto dizer que, nessa época, os poetas e prosadores [tiveram] um papel muito significativo, pois, são eles que sintetizam e, dentro dos limites humanos, eternizaram as contribuições dos outros grupos (Leite, 2007, p. 230).

A partir da preferência pelo exótico e pelo distante, despontou-se no país o indianismo, funcionando como um elemento ideológico do Romantismo. Inspirados nos ideais filosóficos de *Montaigne* (1533-1592) e *Rousseau* (1712-1778), os índios foram idealizados como “bons selvagens”, cujos valores heroicos foram tomados como modelo da formação do povo brasileiro (Leite, 2007). Assim, dentro de uma sociedade colonial com predomínio de poder branco, apenas uma exceção foi aberta para o não branco - o índio selvagem – posto que era tolamente livre e “nobre” no seu próprio meio. No entanto, o mesmo não ocorreu a respeito do negro e nenhum texto do período sistematizou a natureza “nobre” do africano e menos ainda a mobilidade social deste grupo (Santiago, 2002).

Em oposição as hipóteses poligenistas, nas quais as teorias evolucionistas se destacavam, na visão de Rousseau, a evolução da raça humana baseava-se nas faculdades inatas de perfectibilidade e liberdade. Em outros termos, os povos selvagens, entendidos como primitivos, eram dotados de uma disposição natural para frear os seus impulsos imediatos, resistindo aos ditames da natureza ou livrando-se deles. Além disso, em virtude da perfectibilidade, ou seja, da disposição natural para o aperfeiçoamento pessoal, poderiam aumentar o seu repertório de conhecimento:

Não vejo em cada animal senão uma máquina engenhosa à qual a natureza deu sentidos para prover-se ela mesma e para preservar, até certo ponto, de tudo que tende a destruí-la perturbá-la. Percebo precisamente as mesmas coisas na máquina humana, com a diferença de que só a natureza faz tudo nas operações do animal, ao passo que homem concorre para as suas qualidades de agente livre. Um escolhe ou rejeita por instinto, e o outro por um ato de liberdade, o que faz com que o animal não possa afastar-se da regra que lhe é prescrita, mesmo quando lhe fosse vantajoso fazê-lo, e o homem dela se afaste frequentemente em seu prejuízo (Rousseau, 2001, p. 18).

Neste contexto, o escritor José Alencar (1829-1877) desenvolveu ideais românticos dentro de concepções mitológicas sobre os índios e a natureza perfeita dos trópicos, adaptando a visão idílica de Rousseau aos romances indianistas *O Guarani* (1857), *Iracema* (1865) e *Ubirajara* (1879). Em *O Guarani*, o enlace amoroso entre o índio Peri - assimilado pelos valores cristãos -

e a jovem Cecília - portuguesa imbuída dos preceitos do Novo Mundo – constituiu o tema central e operaram a união da natureza com a cultura, oferecendo à obra um caráter luso tupi. Para José de Alencar, era justo figurar no índio a singularidade brasileira, uma vez que seria injusto enaltecer o negro. Assim, o autor utilizou o mito das origens indígenas, e o “bom indígena” passou a simbolizar de forma representativa o heroísmo, o altruísmo e a fidelidade dos índios ao país (Sodré, 1965; Funari, 1995; Fiorin, 2009).

No entanto, Ortiz (2006) garante que José de Alencar preocupou-se mais em fabricar um modelo de índio civilizado, despido de suas reais características, do que apresentá-lo em sua concretude. No romance, o índio Peri foi comparado a um guerreiro dotado de heroicas virtudes medievais - honra, coragem, valentia - atributos prestigiados dentro do código moral eurocêntrico. Além disso, Peri ao aceitar o batismo, assimilou o cristianismo, a língua e os costumes portugueses:

Houve um instante de silêncio, depois do qual Peri concluiu a sua narração, e referiu como D. Antônio de Mariz o tinha batizado, e lhe havia confiado a salvação de sua filha.

— Tu és cristão, Peri?... exclamou a menina, cujos olhos brilharam com uma alegria inefável.

— Sim; teu pai disse: Peri, tu és cristão; dou-te o meu nome! (Alencar, 1996, p. 238).

Já em *Iracema*, José de Alencar (2013) apresentou o mito do encontro do colonizador português com o continente Americano, explicitado no romance pela união inter-racial entre o “guerreiro branco”, Martim - filho de Marte e Deus da guerra - com a indígena Iracema - “virgem dos lábios de mel, que tinha os cabelos mais negros que a asa da graúna, e mais longos que seu talhe de palmeira” (p. 27). No encontro entre a indígena e o português,

Iracema acendeu o fogo da hospitalidade; e trouxe o que havia de provisões para satisfazer a fome e a sede: trouxe o resto da caça, a farinha-d’água, os frutos silvestres, os favos de mel e o vinho de caju e ananás (Alencar, 2013, p. 32).

Desta forma, o romance revelou a idealização do índio, a abundância da natureza, mas sobretudo as virtudes do colono português. Como resultado do sofrimento gerado pelo cruzamento entre Martim (português) com a virgem Iracema (do anagrama América) nasceu o primeiro brasileiro mestiço: Moacir, cujo significado do nome se relacionou a dor do nascimento:

Nessa hora em que o canto guerreiro dos pitiguaras celebrava a derrota dos guaraciabas, o primeiro filho que o sangue da raça branca gerara nessa terra da liberdade via a luz nos campos da Porangaba (Alencar, 2013, p. 137).

Destarte, como expressão única de sua época, José de Alencar foi o tradutor do processo literário do mundo ocidental - o Romantismo - no Brasil. Sob este aspecto, o autor não foi somente o reflexo do sentimento literário dominante, como também o seu grande intérprete, a sua expressão mais destacada. Além disso, na acepção de Sodré (1965), apesar do romance esconder as mazelas do sistema escravocrata vivenciado no país, não há dúvida de que naquele conjunto paradoxal, está a imagem do país como “comunidade imaginada”, uma invenção a partir do conjunto de interesses comuns (Santiago, 2002; Anderson, 2008).

Apesar do indianismo ter sido uma tendência universal do Romantismo, no Brasil inspirou-se no sentimento nativista acentuado, na exaltação da natureza tropical e na expressão idiomática como diferencial, ressaltando o isomorfismo entre a expressão humana e a aparência da natureza, levando-o à estereotipia: “a aurora dá a impressão de frescura e promessa; a tarde parece melancólica; a noite é misteriosa e amedrontada” (Leite, 2007, p. 224). Com efeito, ao procurarem a “alma do brasileiro” nos primórdios da história, ou seja, no índio, o embeberam no mito dessacralizado do “bom selvagem”. Não sendo possível ignorar o colonizador, tão pouco reconhecer a qualidade do negro ainda escravizado, construíram o mito da essência cabocla na identidade brasileira. Assim, perante a necessidade de uma raiz, procurou-se inspiração no índio nativo da terra, enquanto o negro, era marcado pelo estigma da escravidão (Alves, 1997; Figueiredo & Noronha, 2005).

Sendo assim, a glorificação do índio se fez em detrimento do reconhecimento da colaboração do negro à formação da identidade nacional. A presença do negro foi ignorada completamente pelos primeiros escritores brasileiros e se resumiu à mera força de trabalho. Nesta época, emergiu um problema teórico fundamental para os cientistas do período: como tratar a identidade nacional diante da disparidade de raças? Na medida em que a civilização europeia encontrava-se impossibilitada de transplantar-se integralmente para o solo brasileiro e duas raças inferiores contribuíram para a evolução histórica do país, tornou-se fundamental encontrar um ponto de equilíbrio entre os diversos componentes culturais presentes no Brasil. Neste contexto, a sociedade brasileira teve necessidade de considerar o mestiço (Ortiz, 2006).

Em 1838, na tentativa de se conceber uma identidade nacional para o país, o Império, com a contribuição dos industriais, fundou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), com intuito de promover e construir a História do Brasil. Aos seus membros, foi atribuída a responsabilidade de criar uma narrativa para a nação, inventar uma memória para o país, dissociando seu destino da antiga metrópole europeia (Schwarcz, 1993). Em troca de “cem mil

réis” como prêmio, o concurso, “*Como se deve escrever a história do Brasil*”, teve como vencedor o alemão e naturalista Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868). Assim, em artigo publicado em 1845, Martius propôs que a História Nacional brasileira se fizesse apontando a contribuição das três raças – o branco, o negro e o índio –, mas principalmente do europeu, sujeito histórico responsável pelas grandes transformações no país (Soares, 2003):

Nos pontos principais a História do Brasil será sempre a história de um ramo de portugueses; mas se ela aspirar a ser completa e merecer o nome de uma história pragmática, jamais poderão ser excluídas as suas relações com as raças etiópicas e índia (Martius, 1956, p. 454).

Martius (1956) responsabilizou “o gênio da história (do Mundo), que conduz o gênero humano por caminhos, cuja sabedoria (...), lança mão de cruzar raças para alcançar os mais sublimes fins na ordem (do mundo)” (p. 442). Ademais, coube à Providência Divina o cruzamento das raças do país: “jamais nos será permitido duvidar que a vontade da Providência predestinou ao Brasil esta mescla” (p. 443). Da mesma maneira, a imigração portuguesa “deu as condições e garantias morais e físicas para um reino independente” (p. 442), além da presença de ingleses, franceses, holandeses, alemães e italianos, após a abertura dos portos em 1808. A imigração europeia imprimiu mudanças no caráter brasileiro, “para que ele pudesse devotar-se com a mesma energia que induz o europeu aos sérios labores da indústria, da arte e das ciências”, assegurando a força íntima de um Estado (p. 436). A ordem religiosa dos Jesuítas, efetuou o mais notável papel como “motor de civilização e instrução para um povo inquieto e turbulento” (p. 451). Já entre as raças inferiores, encontravam-se os índios, “boçais filhos da terra”, “habitantes primitivos”, “ruínas de povos”, que deveriam ser investigados à luz da alma e da inteligência europeia. E os negros, “com seu modo africano de pensar” e “seu fetichismo” peculiar (p. 442). Não restava dúvida, o país “teria tido um desenvolvimento muito diferente sem a introdução dos escravos” (p. 453).

O advento da Abolição da Escravatura, em 1888, e a consequente proibição do tráfico negreiro, marcaram o início de uma nova ordem econômica e política no país, contribuindo para que o negro passasse a ser considerado como um dos três elementos membros do “Brasil mestiço”, mas, ainda assim, cidadão de segunda categoria (Ortiz, 2006). No entanto, DaMatta (1986) argumenta que o reconhecimento da contribuição das três raças na formação do país conduziu ao mito de democracia racial. Ou seja, ao adotar-se a “fábula das três raças” ou “racismo à brasileira”, procurou-se gerir as incongruências entre a prática discriminatória e a nova ideologia igualitária, transformando o Brasil em um país de mestiços. O país passou a ser

representado como uma obra comum da mistura de três raças e de três culturas: a branca, a negra e a indígena. No entanto, apesar da maioria do acervo cultural se associar às origens africanas, fortalecendo a auto representação de uma democracia racial igualitária, tratou-se apenas de “revestir a realidade específica com uma roupagem harmônica” (Barbosa, 2007, p. 125). Na prática, o país permaneceu hierarquizado em todos os níveis: econômico, social e político.

Neste sentido, Kujawski (2001) argumenta que a condição de povo mestiço e, portanto, de legitimidade duvidosa e nível genético inferior, são as raízes da falta de homogeneidade do brasileiro. Ademais, a própria história se elucidou através dos modelos científicos e dos conceitos deterministas de clima e raça, apontando para a natureza indolente do brasileiro, para as manifestações túbias e inseguras da elite intelectual, o lirismo quente dos poetas, o nervosismo e a sexualidade exacerbada do mulato. O mito das três raças foi, neste sentido, exemplar, pois, além de encobrir os conflitos raciais, possibilitou a todos se reconhecerem como nacionais (Ortiz, 2006).

A partir da segunda metade do século XIX começaram a se popularizar as Ciências Sociais e a “cientifização” do conhecimento humano, com base nas teorias científicas do britânico Charles Robert Darwin (1809-1882), o positivismo de August Comte (1798-1857) e o evolucionismo de Herbert Spencer (1820-1903). As investigações de Darwin sobre a evolução natural, resultaram na publicação da obra *A origem das espécies*, em 1859, constituindo o novo paradigma da época. Na verdade, o evolucionismo propunha-se a encontrar um vínculo entre as diferentes sociedades ao longo da história, aceitando como postulado que os povos primitivos evoluíram para comunidades mais complexas. Assim, o darwinismo passou a ser aplicado a várias disciplinas - antropologia, sociologia, psicologia, literatura naturalista, linguística, história, política, economia etc. - como conceito básico para análise do comportamento humano. No entanto, dentro do contexto político e econômico, a evolução natural desempenhou uma base de sustentação teórica no domínio ocidental imperialista, possibilitando à elite europeia a conscientização de seu poderio, consolidado a partir da expansão mundial do capitalismo. Em outros termos, do ponto de vista ideológico, pretendeu-se infundir, a partir das teorias científicas, a convicção da existência de países naturalmente destinados a dirigir, e outros reservados à subordinação (Sodré, 1965; Schwarcz, 1993; Ortiz, 2006; Leite, 2007).



O século XIX implicou uma profunda transformação política e cultural no Velho Mundo, uma vez que começaram a declinar as antigas monarquias e a ascender as repúblicas. A partir deste momento, a Europa foi dividida em Estados nacionais reconhecidos como unidades de poder político. A nação passou a ser compreendida como uma comunidade que partilhava uma cultura comum, em um território delimitado, com passado e futuro comuns e, ainda, com direito a ser governado. Deste modo, o conceito de nacionalidades elaborou-se a partir da conotação da descendência compartilhada. Aliás, a partir da ascensão dos Estados nacionais como atores políticos importantes e das concepções que levaram à emergência dos nacionalismos na Europa Ocidental, o indivíduo deixou de se representar a partir da sua natureza finita para se identificar com as nações a que pertencia (Schneider, 2016; Guibernau, 1997).

No entanto, as circunstâncias históricas, sociais, políticas e econômicas que proporcionaram a criação dos Estados nacionais na Europa Ocidental (estado-nação) não tiveram nenhuma ligação com a formação dos Estados coloniais (nação-estado), baseados em mecanismos originalmente impostos pelas sociedades colonizadoras, excludentes das especificidades culturais existentes dentro do território colonial. Ao passo que os Estados europeus ocidentais podem ser compreendidos como uma forma de coexistência entre o Estado e a nação, tendo como resultado o favorecimento do nacionalismo pelo próprio regime, a fim de equalizar o grau de unidade, os Estados coloniais, foram arbitrariamente projetados a partir da criação de um aparelho de Estado que controlava o uso legítimo dos meios de violência em seus territórios e conservava a soberania interna e externa (Guibernau, 1997).

No Brasil, diferentemente dos países centrais, o povo-nação não emergiu a partir da coexistência entre o Estado e a nação, nem tão pouco no desenvolvimento das formas anteriores de sociabilidade, em que grupos humanos se estruturam em classes opostas e se conjugavam para entender as suas necessidades de sobrevivência e progresso. Ao contrário, a partir da força de trabalho escrava, recrutada para servir a propósitos mercantis alheios a ela, através de processos violentos de ordenação e repressão, que constituíram, de fato, um continuado genocídio e um etnocídio implacável (Ribeiro, 1995).

De acordo com Carvalho (2014), na compreensão da nação brasileira prevaleceram as dimensões contraditórias entre o ideário liberal e a herança colonial, com interesses pela manutenção da escravidão. Além disso, o povo não se identificava com a nação, destacando-se neste cenário os indígenas e os negros como força de trabalho. A ideia de nação nasceu como

uma expressão colonialista, a notar pelo descaso em relação às especificidades dos diferentes povos que habitavam o território nacional brasileiro: era “a padronização da nação, violando as diversidades étnico-culturais dos povos” (p. 628). Em outros termos, ser independente significava abraçar o próprio projeto colonial, ou seja, “civilizar-se” (Schultz, 2001).

Além disso, os discursos nacionalistas emergentes no período pós Independência do Brasil, apesar da retórica ressentida contra a ex-metrópole portuguesa, não eram necessariamente incompatíveis com o discurso colonizador luso-europeu. Se, por um lado, a busca pela autonomia política e territorial exigia o fim da ligação entre a metrópole e a colônia, por outro, a emancipação intelectual continuava a ser medida em relação às suas equivalências europeias. A independência política do país foi seguida pela permanência do projeto colonial através da transposição científico-cultural de projetos artísticos, urbanísticos e científicos (Oliveira, 2014).

Neste sentido, o silenciamento afro-brasileiro e indígena pode ser percebido na própria representação artística da Independência do país: o quadro “O Grito do Ipiranga”, encomendado pela Família Real ao artista Pedro Américo (1843-1905), o qual retratou o momento em que o Imperador Dom Pedro I, rodeado por sua comitiva de homens brancos e impecavelmente uniformizados, supostamente declarou a Independência brasileira de Portugal. Para Oliveira (2014) o trabalho de Pedro Américo corrobora a interpretação amplamente aceita da Independência do Brasil como um processo pacífico, dentro de uma sociedade majoritariamente “branca” e civilizada. No entanto, esta interpretação serena da história oficial nacional ratificada pela historiografia do século XIX, se contrapõe a realidade de uma parcela significativa da população - indígenas, africanos e mestiças - compulsoriamente confinados ao sistema de exploração escravocratas e à margem de qualquer influência política administrativa.

A ausência de uma classe dirigente que desempenhasse um projeto hegemônico, em conjunto com a manutenção da escravidão e, mais tarde, a presença de uma camada de operários imigrantes estrangeiros, dentre outros fatores, criaram um vazio político, que impossibilitou a produção de uma ideologia própria. Decerto, no processo civilizatório, o país foi regido primeiramente como uma feitoria escravista, exoticamente tropical, habitada por índios nativos e escravos negros importados do território africano. Depois, como um consulado, em que um povo “sub lusitano”, mestiçado de sangue afros e índios, vivia um destino de proletariado externo dentro de uma possessão estrangeira. Em outros termos, nunca houve o

conceito de povo, englobando todos os trabalhadores e atribuindo-lhes direitos. A sociedade brasileira formou-se a partir de povos multiétnicos, originários da Europa, África e os nativos indígenas, ativada ainda pela intensa mestiçagem. Assim, alcançaram-se, paradoxalmente, condições ideais para a transfiguração étnica pela “desindianização” forçada dos índios e pela “desafricanização” do negro, que, despojados de sua identidade, se viram condenados a inventar uma nova etnicidade envolvendo todas três raças (Ribeiro, 1995).

Além disso, emergiram no país, diversos grupos que reiteraram o discurso hegemônico eurocêntrico, não apenas ratificando o imaginário hierarquizante colonial, mas sobretudo atuando como novos colonizadores locais. Do mesmo modo, a matriz conceitual foi sendo importada do grande centro produtor de poder, a Europa, que através de um legado epistemológico eurocêntrico, impedia a compreensão do mundo a partir do próprio mundo e das epistemes que lhe são próprias (Nopes, 2013; Porto-Gonçalves, 2005):

A estrutura de pensamento ocidental desde o século XVIII tangenciada pelos ideais da Modernidade criou estruturas binominais (dicotomizantes) de análise tradicional/moderno, e a Europa coloca-se no centro da história da modernidade, enquanto as demais expressões do “resto” do mundo (periferia) são consideradas estágios inferiores ao imaginário de sociedade moderna (Nopes, 2013, p. 9).

Em suma, a transplantação cultural e adoção servil de modelos externos, nos mais variados campos, fez penetrar e manter a ideologia do colonialismo. Os povos subordinados não a escolheram “por um ato de vontade”, mas foram “naturalmente conduzidos a recebê-la”. Isso porque, ao mesmo tempo que justificava a supremacia de nações colonizadoras, justificava-se, internamente, o domínio da classe dominante, posto que estas também se beneficiavam da subalternidade ao se vincular às forças econômicas externas imperialistas (Sodré, 1965, p. 13)

Até meados do século XIX toda a ciência do país foi produzida por naturalistas estrangeiros que, ao percorrerem o território coletaram amostras de recursos naturais e observaram os hábitos da população do país. Contudo, a partir de 1870 se instaurou no país um novo ideário positivo-evolucionista, baseado nos modelos raciais de análise. A “*sciencia*” que se contemplou no país não foi a ciência experimental, mas os modelos evolucionistas e social-darwinistas, originalmente popularizados, enquanto justificativa de práticas imperialistas de dominação (Schwarcz, 1993).

Neste contexto, muitos cientistas, filósofos e escritores estrangeiros que passaram pelo país investigaram a miscigenação das raças e reconheceram a mistura como uma singularidade

negativa, uma marca capaz de comprometer o futuro e um sinal máximo de degeneração: o suíço naturalista Luis Rodolph Agassiz (1807-1873) que visitou o país em 1865 a comando da Expedição de Thayer, lançando em 1868 a obra *Journey in Brazil*, o filósofo francês Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882), autor de *Essai sur l'inégalité des races humaines*, publicado em 1853, que esteve em missão pelo Brasil em 1887, o romancista francês Gustave Aimard (1818-1883), que aportou no país em 1887, entre outros. Assim, o Brasil foi descrito nas obras de cientistas estrangeiros como um grande laboratório racial, degenerado em função na miscigenação extrema. A mestiçagem surgia nesse contexto, como uma grande incógnita, uma ambiguidade instaurada bem no meio do mito das três raças (Schwarcz, 2010<sup>a</sup>).

Para Leite (2007), as teorias raciais empregadas no país refletiam as doutrinas utilizadas pelos ideólogos do imperialismo, justificando o domínio europeu sobre os demais povos. Sendo assim,

aceitar as teorias evolucionistas implicava analisar-se a evolução brasileira sob as luzes das interpretações de uma história natural da humanidade; o estágio civilizatório do país se encontrava assim de imediato definido como “inferior” em relação à etapa alcançada pelos países europeus (Ortiz, 2006, p. 15).

Embora Schneider (2016) argumente que a crise que culminou no fim da escravidão fez surgir novos repertórios e gerou a necessidade de expurgar, seletivamente, determinadas concepções europeias, como a Monarquia e o Romantismo. Estas foram substituídas por outras não menos eurocêntricas, como o cientificismo, o realismo, o naturalismo e o positivismo. Se, por um lado, engajar-se nas grandes causas públicas tornou-se, nas últimas décadas do século XIX, uma forma da elite intelectual participar da esfera pública por meio do conhecimento, por outro lado, apesar da literatura naquela época manifestar-se primeiramente como um espaço privilegiado para o debate público e a militância de ideais, todo o conhecimento e discurso produzidos pelos intelectuais nacionais pode ser considerado sob a perspectiva da simples reprodução de modelos eurocêntricos. Não se tratava apenas da imitação dos costumes, da cópia das leis, da reprodução das normas ou da assimilação do estilo de vida do europeu, mas sobretudo da transcrição literal da ideologia do poder, a partir da reprodução do conhecimento, ou melhor, daquilo que justificava a própria subalternidade do país (Sodré, 1965). Os conceitos de raça e meio passaram alicerçar o solo epistemológico dos intelectuais brasileiros de fins do século XIX e início do século XX (Ortiz, 2006).

Neste contexto, a intelectualidade brasileira não apenas aceitou a teoria racial, mas considerou que o atraso do país se caracterizava pela presença de vestígios afro-indígenas na cultura, justificando assim a hegemonia das classes dominantes. Os primeiros trabalhos científicos sobre o caráter nacional brasileiro, em contraste com o Romantismo, foram desenvolvidos pelo escritor Sílvio Romero (1851-1914) nas obras: *Literatura brasileira e a crítica moderna* (1880), *O Naturalismo em literatura* (1882), *O caráter nacional e as origens do povo brasileiro* (1881), *História da literatura brasileira* (1888), *Discursos* (1904), *Provocações e debates: contribuições para o Brasil social* (1910), entre outras.

Com o intuito de analisar a situação cultural do Brasil, Sílvio Romero baseou-se na abordagem cientificista dos autores europeus – Pierre-Guillaume-Frédéric Le Play (1806-1882), Hippolyte Taine (1818-1893), Ernest Renan (1823-1892), Herbert Spencer (1820-1903), Charles Darwin (1809-1882), Thomas Buckle (1821-1862), Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) etc. Convencido da inferioridade racial brasileira, voltou-se para a investigação da mestiçagem no país com predomínio da superioridade ariana:

Tocando em fatos diretos, basta não esquecer que às gentes do Norte, tendo hoje à sua frente os ingleses e alemães, está reservado o papel histórico, já vinte vezes cumprido, de tonificar de sangue e ideias os povos latinos, célticos e ibéricos do Meio-Dia. Fechando o ciclo da Antiguidade, decaído o império romano, às raças germânicas coube a herança e a tarefa de preparar a Idade Média, criar as nações e abrir a era moderna (Romero, 1888, p. 40).

De acordo com Sílvio Romero (1888), a constituição do povo brasileiro deu-se a partir da raça ariana que, “reunindo-se (...) as duas outras totalmente diversas, contribuiu para a formação de uma sub-raça mestiça e crioula, distinta da europeia” (p. 20). Em conjunto da maioria de “brancos arianos” encontravam-se “índios, tupis-guaranis, negros quase todos do grupo banto e mestiços destas três raças”, todavia, os negros e os índios tenderiam a diminuir, “desaparecendo, num futuro talvez não muito remoto, consumidos na luta que lhes [moviam] os outros ou desfigurados pelo cruzamento” (p. 20).

Ao se vincular à teoria científica racista, Sílvio Romero (1888), considerou o determinismo científico na formação do caráter nacional. As condições insalubres do clima tropical, a mestiçagem de raças e os costumes locais faziam do brasileiro um povo apático, que tudo esperava do Estado, engrossando as “fileiras dos empregos públicos” (p. 37). Partindo de uma visão pessimista, o autor atribuiu ao clima os males da sociedade brasileira, responsável, a seu ver, pelo “precocidade de nossos talentos, sua extenuação pronta, a facilidade que temos em aprender e a superficialidade de nossas faculdades inventivas” (p. 18). O trabalho intelectual

no país era considerado um martírio, por isso pouco se produzia, cedo se cansava, envelhecia-se e morria-se depressa. Em suma, o brasileiro era um povo desequilibrado, “ferido nas fontes da vida; mais apto para queixar-se do que para inventar, mais contemplativo do que um pensador; mais lirista; mais amigo dos sonhos e palavras retumbantes do que das ideias científicas” (p. 18).

Não temos filosofia, nem ciência, nem grande poesia impessoal dos grandes gênios europeus. Temos o palavreado da carolice, da mística ridícula do beatério enfermo e fanático, de um lado, e de outro, os devaneios fúteis da impiedade impertinente e fácil; na poesia, o lirismo subjetivista, mórbido, inconsciente, vaporoso, nulo (Romero, 1888, p. 18).

Da obra de Sílvio Romero partiram as primeiras teorias científicas sobre a formação da sociedade brasileira, como produto da mestiçagem racial. De maneira distinta do Romantismo, porém, racista, Sílvio Romero (1888) considerou a contribuição da raça africana na formação da sociedade brasileira, principalmente quanto aos seus aspectos físicos: “durante mais de três séculos foram chegando levas e levas de africanos robustos, ágeis e domáveis, e foram fundando as fazendas e engenhos, as vilas e as cidades e permanecendo no seio das famílias coloniais” (p. 35). Já índio, na concepção do autor, era um selvagem indomável e improdutivo, contudo, conhecedor de plantas medicinais e substâncias comestíveis e, ainda, produtor de crenças fantásticas. O colonizador português, ao julgar-se fraco para “repelir o selvagem e para o amanho das terras”, recorreu a um “auxiliar poderoso” (p. 35), o negro da África. Assim,

dos três povos que constituíram a atual população brasileira, o que um rastro mais profundo deixou foi por certo o português; segue-se-lhe o negro e depois o indígena. À medida, porém, que a ação direta das duas últimas tende a diminuir, com a internação do selvagem e a extinção do tráfico dos pretos, a influência europeia tende a crescer com a imigração e pela natural propensão para prevalecer o mais forte e o mais hábil. O mestiço é a condição dessa vitória do branco, fortificando-lhe o sangue para habilitá-lo aos rigores de nosso clima (Romero, 1888, p. 35).

Sílvio Romero (1888) considerou o país mestiço na alma. Entretanto, este somente encontraria o progresso quando o cruzamento de raças gerasse um tipo harmonioso e branco, posto que a mestiçagem deveria ser um estágio passageiro do país: “não quero dizer que constituiremos uma nação de mulatos; pois, que a forma branca vai prevalecendo e prevalecerá” (p. 40). Ou seja, a partir da imprescindível colaboração das “nações criadoras” e do incentivo à imigração europeia, ocorreria, naturalmente, o “branqueamento” da população do país. Isto porque, “o elemento branco tende em todo o caso a predominar com a

internação e o desaparecimento progressivo do índio, com a extinção do tráfico dos africanos e com a imigração europeia, que promete continuar” (p. 28).

Defensor da mestiçagem como forma de elevar o país à civilização e corrigir as debilidades latinas - “tanto quanto se deve aos povos fracos aconselhar que busquem exemplo nas grandes nações criadoras” (Romero, 1888, p. 40) - criticou a política de incentivo à imigração ao Sul do país: “foi haver-se consentido na formação lenta, por oitenta dilatados anos, de fortes grupos de população que ficou irredutivelmente germânica, sem a menor fusão com as populações brasileiras” (Romero, 1910, p. 157). Desta forma, era necessário distribuir a imigração europeia de maneira igualitária por todas as regiões do país, a fim de favorecer a assimilação democrática:

Logo, estão presos a nós somente pelo laço do território; porque mesmo de um laço político efetivo não se pode faltar, desde que se sabe que eles não tomam a mínima parte em nossa vida por esse lado. Mas, em nosso território mesmo, as colônias constituem verdadeiras soluções de continuidade entre as populações nacionais. (...) São como ilhas, ou oásis no meio do que costumam chamar o deserto brasileiro (Romero, 1910, p. 158).

Dentro desta perspectiva, o ideal nacional era uma utopia a ser realizada no futuro, ou seja, no processo de “branqueamento” da sociedade brasileira. Somente a partir da cadeia de evolução poderiam ser eliminados os estigmas das raças inferiores (Ortiz, 2006). Ademais, o país sofria, a seu ver, desde os primeiros historiadores aos romancistas indianistas, da terrível moléstia da exacerbação de seus valores naturais, responsáveis pelo impedimento do desenvolvimento e do progresso do país:

Desde que Rocha Pitta decretou que estamos no terreal paraíso descoberto, onde as estrelas são as mais benignas, e Gonçalves Dias pontificou que em todo o mundo nossas várzeas têm mais flores e nossos bosques mais vida e nossa vida mais amores (...) julgamo-nos dispensados de trabalhar com ardor no intuito de preparar o povo para os grandes labores da vida social moderna (Romero, 1910, p. 172).

Em suma, Sílvio Romero desenvolveu suas ideias sob a poderosa influência do eurocentrismo chancelado pelas escalas comparativas das Ciências Naturais, nas quais se distinguiram os climas bons dos ruins, as raças inferiores das superiores, as crenças adiantadas das atrasadas, os povos civilizados dos bárbaros. Contudo, foi considerado por muitos críticos, um autor paradoxal, devido à sua oscilação entre o determinismo científico, responsável pela fraqueza e defeitos do caráter nacional brasileiro – “um certo abatimento intelectual, uma superficialidade inquieta, uma irritabilidade, um nervosismo, um hepatismo que se revela diante das letras”

(Sodré, 1965, p. 91) - impossibilitando o progresso natural da sociedade brasileira; e a natureza pródiga do país (Schwarcz, 2010<sup>a</sup>).

Da mesma forma, a obra *O Cortiço*, publicada em 1890 pelo romancista Aluísio Azevedo (1857-1913) corroborou a difusão da doutrina naturalista, justificando o comportamento das personagens com base na influência do meio, da raça e do momento histórico. O romance teve como proposta a descrição das relações sociais no contexto de uma habitação coletiva na cidade do Rio de Janeiro, na qual a promiscuidade sexual e moral, bem como a completa degradação humana emergiram a partir da mistura de raças. Na trama literária, surge Jerônimo, um imigrante português que desembarcou no Brasil na companhia da esposa e uma filha ainda pequena, dotados de todos os atributos conferidos à raça branca: força, perseverança, atenção, apreço pelo trabalho e aspirações de ascender socialmente. Azevedo (1997) descreveu Jerônimo como um “homem sério e destemido! (...) acordava todos os dias às quatro da manhã” (p. 24). Da mesma forma era Piedade, uma mulher “muito diligente, sadia, honesta, forte, bem acomodada com tudo e com todos, trabalhando de sol a sol e dando sempre tão boas contas da obrigação” (p. 24). Entretanto, Jerônimo, ao se “aclimatar” aos trópicos – trocar a guitarra pelo violão, o fado pelo samba - e se “amasiar” com a mulata Rita Baiana, tornou-se dengoso, preguiçoso, adepto das extravagâncias, sem espírito de luta, de economia e de ordem. Além disso, ao se “abrasileirar” não conseguiu ascender socialmente e permaneceu junto à população mestiça do cortiço. Destino inverso experimentou João Romão, português ambicioso e “capitalista” que, ao contrário de Jerônimo, não se deixou seduzir pelo caráter alegre e sensual brasileiro e ascendeu socialmente ao se distanciar da raça negra.

Diante da linguagem de Aluísio Azevedo, Ortiz (2006) argumenta que as qualidades atribuídas à raça branca determinavam a racionalidade do espírito capitalista. Ao se retirar do mestiço tais qualidades, os intelectuais não apenas ratificavam a inferioridade da raça como também negavam as possibilidades de desenvolvimento real ao capitalismo no Brasil.

Dentro da perspectiva de inferioridade da raça, no século XIX a criminologia pautou-se por fatores deterministas biológicos, conferindo conotação patológica ao “ato-social”. Retzius (1796-1860) anatomista e antropólogo sueco desenvolveu uma técnica para medidas cranianas; o francês especialista em craniologia Pierre Paul Broca (1824-1880) fundou a primeira sociedade de antropologia em Paris em 1859; o naturalista francês Jean Louis Armand de Quatrefages de Bréau (1810-1892), professor de anatomia e etnologia do Museu de História Natural de Paris, lançou o livro *L'espèce humaine*, em 1877. Além disso, baseado na Escola



Científica Italiana do Direito Penal, desenvolvida pelo médico-antropólogo Cesare Lombroso (1836-1909), começaram a difundir-se pelo mundo alguns estudos de criminologia como um fenômeno antropológico. Dentre as características físicas do povo estavam presentes os traços da criminalidade, a loucura ou a inferioridade de um território. No Brasil, a teoria da criminalidade associada aos estudos de Sílvio Romero e Nina Rodrigues acerca da realidade miscigenada do país, entre outros fatores, levaram à crença do critério étnico ser a chave para desvendar o problema brasileiro (Schwarcz, 1993; Ortiz, 2006).

Até o desembarque da família real portuguesa inexistia qualquer serviço médico e sanitário no país. Diante de tal penúria pública, somada à quase totalidade da população doente e desprovida de qualquer tipo de cuidado médico e saneamento básico, a partir do final do século XIX, começaram a surgir as primeiras produções científicas no campo da saúde, baseadas no modelo social-darwinista, no qual a raça se destacava como tema fundamental de grande parte das publicações médicas: *Raça e civilização* (1880), *Raça e degeneração* (1887), *O cruzamento racial* (1891), *As raças e seus cheiros* (1921), entre outras obras. Em relação à epidemiologia, por exemplo, estabeleceram-se vínculos entre as doenças e as raças, compreendidas como fatores condicionantes para os mais distintos distúrbios. De acordo com Schwarcz (1993), as epidemias não eram simples doenças, mas revelavam o longo percurso que distanciava o país da “perfectibilidade” e, até mesmo, mostrando a “fraqueza biológica” que imperava no território brasileiro.

Neste contexto de saúde pública e medicina legal, a exposição explícita de preconceito contra índios e negros coube a Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), adepto as teorias vigentes à sua época. Em investigação científica sobre as raças negras no país, o autor defendeu a tese da raça negra pertencer a “outra fase de desenvolvimento intelectual e moral”, sendo produto da “marcha desigual do desenvolvimento filogenético da humanidade” (Rodrigues, 2016, p. 9), além de corresponderem a realidades diversas, não sendo passíveis de cruzamento. Como médico legista, antropólogo e professor de medicina reforçou a subalternidade de determinadas raças – negra, indígena e mestiça – e o tratamento diferenciado, posto sua inferioridade racial, atribuindo à heterogeneidade cultural e biológica a causa de todos os desajustes socioeconômicos, comprometendo assim o desenvolvimento e o progresso do país (Freire, s/d; Schwarcz, 2010<sup>b</sup>).

Nina Rodrigues foi um dos fundadores da antropologia criminal e responsável pela reprodução das teorias raciais no país, procurando comprovar a ligação entre atavismo

criminal, as raças humanas e suas supostas degenerescências provindas da mestiçagem (Leite, 2007). Dentre suas principais publicações, destacaram-se *Mestiçagem, degenerescências e crime* (1899), *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* (1834), *O animalismo fetichista dos negros baianos* (1900), *Os africanos no Brasil* (1932), entre outras.

Já no prefácio do livro *Os africanos no Brasil*, publicado em 1932, Sílvia Romero destacou a relevância das pesquisas de Nina Rodrigues para o desenvolvimento da ciência do país, posto que “o negro não [era] só uma máquina econômica; ele [era] antes de tudo, e mau grado sua ignorância, um objeto de ciência”. E, diante da urgência econômica da Abolição da Escravatura, orientou a todos os seus compatriotas cientistas, ávidos por pesquisar a inferioridade inata da raça negra: “apressem-se, visto que os pobres moçambiques, benguelas, monjolos, congos, cabindas, caçangas... vão morrendo. O melhor ensejo, pode-se dizer, está passado com a benéfica extinção do tráfico. Apressem-se, porém, senão terão de perdê-lo de todo” (Rodrigues, 2016, p. 5). Ainda no prefácio do livro, Sílvia Romero destacou e exaltou as nobres pretensões de Nina Rodrigues ao inventariar as populações negras residentes no Brasil, e apontar as principais diferenças entre os diversos grupos africanos escravizados:

Quando vemos homens, como *Bleek*, refugiarem-se dezenas e dezenas de anos no centro da África somente para estudar uma língua e coligar uns mitos, nós que temos o material em casa, que temos a África em nossas cozinhas, como a América em nossas selvas, e a Europa em nossos salões, nada havemos produzido nesse sentido! É uma desgraça (Rodrigues, 2016, p. 5).

Assim como Sílvia Romero, Nina Rodrigues (2016) também lamentou a ausência de pesquisas sobre os negros no Brasil e a insuficiência de informações científicas, que determinassem o quanto da inferioridade do país relacionava-se com a dificuldade da população negra em se civilizar. O autor investigou a relação direta entre a inferioridade inata do negro e a integração com o povo brasileiro pela mestiçagem. Em nome da Ciência e como exigência de sua profissão médica se impôs “o dever de conhecer de perto os negros brasileiros” (p. 16).

Decerto, Nina Rodrigues (2016) fez um extenso levantamento dos negros africanos transferidos compulsoriamente para o Brasil, durante o período que abrangeu a escravidão. Destacou na formação da população brasileira os “brancos arianos, índios guaranis, negros do grupo Bantu e mestiços destas três raças, orçando os últimos certamente por metade da população” (p. 18). Dentre as principais procedências dos negros estavam o Congo, Zaire, Cabinda, Angola, Moçambique, Quillemanni, Cabo Lopes, Malambo, Rio Ambris, Zanzibar, entre outras regiões da África. Já entre as tribos constavam os Sudaneses, os Chamitas, os

Semitas, os Bantus etc. No entanto, na acepção do autor, os negros Sudanese eram considerados de “puro-sangue” pela sua “preeminência intelectual e social” (p. 31). Ao comparar os Sudanese aos Bantus, Nina Rodrigues constatou: “através de toda a culta e sanguinária barbárie dos últimos povos, há no Sudão que atingiram a uma fase de organização, grandeza e cultura que nem foi excedida, nem talvez atingida pelos Bantus” (p. 233).

Nina Rodrigues (2016) também demonstrou as principais diferenças entre a condição da raça negra nos Estados Unidos, onde a raça branca se absteve de cruzar-se, destinando aos negros o isolamento no Sul: “tem-se ali o tempo preciso para discutir com vagar a sorte que, na luta pela vida social, o futuro reserva à raça fraca” (p. 13). No Brasil, a raça negra - “máquinas ou instrumentos de trabalho” ou “fórmula do nosso problema” - predominou pelo número elevado, e “incorporou-se à população no mais amplo e franco mestiçamento”, gravitando o “desenvolvimento da nossa capacidade cultural no sangue negro havemos de buscar, como em forte matriz, com algumas das nossas virtudes, muitos dos nossos defeitos” (p. 12-14).

A nós brasileiros, como povo menos nos importa ou interessa o conhecimento exato e completo da psicologia social dos Negros Africanos, do que aquilo que dessa psicologia pôde exercer uma ação apreciável na formulação da população nacional. E essa influência se há de ter traduzido e atestado precisamente no que dela pôde sobreviver entre nós (Rodrigues, 2016, p. 100).

Em seu estudo sobre a raça negra no Brasil, Nina Rodrigues (2016) tentou demonstrar a existência de uma escala hierárquica da cultura africana, a partir do aperfeiçoamento da raça: “melhoram e progridem; são, pois, aptos a uma civilização futura” (p. 227-228). Assim como a raça branca, “a mais culta das seções do gênero humano” (p. 227), viveu em condições não menos precárias de atraso e barbárie, alguns povos negros estariam próximos da raça branca quando no limiar da história. No entanto, o curto espaço histórico não suportava afirmações categóricas sobre o futuro da civilização negra no país, não se justificando, até aquele momento, esperanças que os negros pudessem herdar a civilização europeia, e menos ainda, seriam capazes de atingir a maioria social no convívio dos povos cultos:

Mas se é impossível dizer se essa civilização há de ser forçosamente a da raça branca, demonstra ainda o exame insuspeito dos fatos que é extremamente morosa, por parte dos negros, a aquisição da civilização europeia. E diante da necessidade de, ou civilizar-se de pronto, ou capitular na luta e concorrência que lhes movem os povos brancos, a incapacidade ou a morosidade de progredir, por parte dos negros, se tornam equivalentes, na prática. Os extraordinários progressos da civilização europeia entregaram aos brancos o domínio do mundo, as suas maravilhosas aplicações industriais suprimiram a distância e o tempo (Rodrigues, 2016, p. 228).

Decerto, manifestações como a língua, as crenças e religiões, as festas e tradições etc. somadas ao estágio de evolução inferior dos negros, com mais ou menos amplitude, designaria a sobrevivência da criminalidade étnica, “resultante da coexistência, numa mesma sociedade, de povos ou raças em fases diversas de evolução moral e jurídica, de sorte que aquilo que ainda não é imoral nem antijurídico para uns réus já deve sê-lo para outros” (Rodrigues, 2016, p. 234).

Em suma, no século XIX, sob a égide dos interesses econômicos mercantilistas, todo o conhecimento e os conceitos científicos gerados pelo Ocidente tinham como propósito justificar a dominação das áreas coloniais. Sob forte influência, os trabalhos realizados pelas próprias colônias também demonstravam a mentalidade e os valores atrelados as correntes científicas, padrões ideológicos e estéticos produzidos pela civilização europeia. No Brasil, muitos intelectuais, influenciados pelas teorias darwinistas, publicaram textos científicos, literários e políticos, reforçando os debates em torno da questão ética. Destarte, ao longo da história, a identidade nacional foi dada sempre por elementos externos, na relação com o Outro, localizado em Outro lugar, constituído de Outras culturas, transformados na referência com o próprio encontro (Soares, 2003; Guimarães, 2002).

### **3.3. O Brasil República - a modernização**

A proclamação da República, em 1889, exerceu grandes alterações no país, modificando profundamente a posição das classes sociais e as atividades econômicas. No entanto, à medida que se completaram as transformações sociais e econômicas nas diferentes regiões do país, cresceram as particularidades entre o interior - sertão - e a faixa litorânea. A divisão das atividades e consequente polaridade entre as regiões geraram formas de comportamentos específicos (Sodré, 1965). Neste sentido, embora o regionalismo literário não se relacione diretamente com o caráter nacional brasileiro, em alguns momentos, corroborou a concepção estereotipada do brasileiro. Na obra *Pelo Sertão* (1898), o escritor Afonso Arinos de Melo Franco (1868-1916), retratou a vida sertaneja de Minas Gerais. Ainda que o autor tenha reservado algumas páginas da obra à natureza ou à história da província, justificou o caráter nacional como resultado da influência das três raças: o branco, fornecedor da técnica; o negro e o índio, transmissores da espiritualidade, uma vez que não teriam capacidade de influir materialmente. Em *O Caboclo* (1920), Valdomiro Silveira (1873-1941), descreveu o sertanejo a partir do binômio homem-natureza; em *Tropas e boiadas* (1917), Hugo de Carvalhos Ramos (1895-1921), apresentou a vida dos tropeiros goianos. O escritor João Simões de Lopes Neto

(1865-1916), analisou as tradições e o gaúcho do interior do Rio Grande do Sul e Monteiro Lobato (1882-1948), caracterizou as zonas velhas de São Paulo, apresentando o caipira como indiferente aos grandes acontecimentos nacionais, incapaz de trabalho organizado, inapto ao sentimento de pátria, embora absorvido por credulidades e pela religião deformada (Leite, 2007). No artigo *Urupês*, Monteiro Lobato, designou ao caipira o cognome “Jeca Tatu”, protótipo do camponês brasileiro, atribuindo-lhe a preguiça, a miséria e o atraso como princípios fundamentais.

Dentro deste contexto, a obra literária de Euclides da Cunha (1866-1909) não passou imune às questões nacionais que emergiram a partir do declínio da Monarquia e a ascensão do regime republicano, nem tão pouco, pelas teorias científicas da época. Assim como Sílvio Romero e Nina Rodrigues, Euclides da Cunha também adotou a concepção naturalista e inspirou-se no modelo proposto pelo historiador positivista francês Hippolyte Taine (1818-1893), para traçar a história etnográfica do brasileiro. Sob sua perspectiva, a formação da vida de uma civilização determinava-se por três fatores: o meio, ou o ambiente físico; a raça, responsável pelas disposições inatas e hereditárias; e o momento histórico, resultante das duas primeiras causas (Ventura, 2002; Leite, 2007).

Euclides da Cunha exerceu as profissões de engenheiro e repórter de um jornal, quando acompanhou a quarta e última expedição enviada à Bahia pelo governo paulista para combater a Guerra de Canudos, em 1897. Mais tarde, após armar-se de bagagem teórica, transformou o material produzido sobre o confronto na força motriz de sua principal obra *Os Sertões* (1902). Paralelamente, inspirou-se no modelo de Hippolyte Taine na elaboração e nomeação dos capítulos: “A terra”, o meio; “O homem”, a raça, e “A luta”, o momento histórico. Imerso nas concepções clássicas e nos modelos científicos de sua época, Euclides da Cunha, “recriou uma versão laica do *Gênesis*, de mundos revoltos e instáveis, varridos por mares pré-históricos e por labaredas de proporções bíblicas”, ao descer até às “camadas profundas do solo e [recuar] até a origem do continente e de seus habitantes” (Ventura, 2002, p. 182).

Em “A terra”, descreveu o cenário do confronto – ignoto, árido, quente, desértico, estéril. As condições adversas da terra, sob a perspectiva do determinismo geográfico, resultavam nas características comportamentais do indivíduo - o sertanejo - “o calor úmido das paragens amazonenses, por exemplo, deprime e exaure” (Cunha, 1984, p. 32). Em “O homem” discutiu o *Homo Americanus*, a formação racial do sertanejo e os malefícios da mestiçagem permeada pelo determinismo biológico. A seleção natural, “opera[va]-se às custas de

compromissos graves com as funções centrais, do cérebro, numa progressão inversa prejudicialíssima entre o desenvolvimento intelectual e o meio físico”, tendo como consequências “a máxima energia orgânica e a mínima fortaleza moral” (Cunha, 1984, p. 36). Por último, em “A luta”, relatou o momento histórico do confronto, que levou à destruição de uma comunidade sertaneja, realizada em nome da consolidação da ordem republicana (Ventura, 2002), justificando-a pela deficiência entre os dois componentes anteriores. Neste caso, “a raça forte não destrói a fraca pelas armas, esmaga-se pela civilização” (Cunha, 1984, p. 49).

Em *Os Sertões*, Euclides da Cunha (1984) considerou além do índio, dois outros elementos “alienígenas” na formação do Brasil: o negro - bando, catre ou qualquer outro ramo africano, responsáveis pelos atributos do *Homo After* - “filho das paragens adustas e bárbaras, onde a seleção natural, mais que em quaisquer outra, se faz pelo exercício intensivo da ferocidade e da força” (p. 31). E o português, responsável pelo “fator aristocrático de nossa *gens*, (...) nos liga à vibrátil estrutura intelectual do celta, está, por sua vez, mau grado o complicado caldeamento de onde emerge, de todo caracterizado” (p. 31). Como resultado da miscigenação, o pardo, um tipo abstrato de brasileiro - “para que convergem os cruzamentos sucessivos do mulato, do curiboca e do cafuz” - cuja originalidade encontrava-se somente na adaptação à terra:

Avaliando-se, porém, as condições históricas que têm atuado, diferentes nos diferentes tratos do território; as disparidades climáticas que nestes ocasionam reações diversas diversamente suportadas pelas raças constituintes, a maior ou menor densidade com que estas cruzam os vários pontos do país: e atendendo-se ainda à intrusão – pelas armas na esquadra colonial e pelas imigrações em nossos dias – de outros povos, fato que por sua vez não foi e não é uniforme, vê-se bem que a realidade daquela formação é altamente duvidosa, senão absurda (Cunha, 1984, p. 32).

De acordo com Cunha (1984), a mistura de raças resultou em uma diversidade prejudicial, “ante as conclusões do evolucionismo, ainda quanto reaja sobre o produto o influxo de raça superior, desponta[vam] vivíssimos estigmas da inferior” (p. 48). A mestiçagem extremada era um “retrocesso”, afirmava de forma categórica o autor. Decerto, a fusão, “operou-se em circunstâncias mais compatíveis com os elementos inferiores” (p. 49). Isto é, o fator étnico “preeminente transmitindo-lhe as tendências civilizadoras não lhes impôs a civilização” (p. 49). Como resultado o mestiço, em geral, “um desequilibrado irrecuperável” com “índole incoerente” (p. 49).

No entanto, Euclides da Cunha (1984), abriu uma exceção para a singularidade do homem do sertão - o sertanejo - idealizando-o como produto da confluência entre a bravura do indígena

e a ousadia dos bandeirantes paulistas, resultando em uma “subcategoria étnica” já constituída. Assim como ele, os que percorreram os sertões constataram uma uniformidade notável entre os que o habitavam, com suas “feições e estaturas variando ligeiramente em torno de um modelo único, dando a impressão de um tipo antropológico invariável” (p. 48). À neurastenia do mulato do litoral se contrapunha a rigidez do mestiço do interior. Assim, o homem do sertão,

parece feito por um molde único, revelando quase os mesmos caracteres físicos, a mesma tez, variando brevemente do mameluco bronzeado ao cafuz trigueiro; cabelo corredio e duro ou levemente ondedo; a mesma envergadura atlética, e os mesmos caracteres morais traduzindo-se nas mesmas superstições, nos mesmos vícios, e nas mesmas virtudes (Cunha, 1984, p. 48).

Para Euclides da Cunha (1984), não era possível um tipo étnico único no país, em razão das diferenças climáticas distintas: “concluimos que o (...) país, pela própria estrutura, seja imprópria a um regime uniforme” (p. 33), em decorrência da subdivisão do território nacional em três zonas claramente distintas: a zona francamente tropical, a zona temperada e a zona de transição ou subtropical. Além disso, a colonização do país delineou situações adversas na terra, “enfeudado o território, dividido pelos donatários felizes, e iniciando-se o povoamento do país com idênticos elementos, sob a mesma indiferença da metrópole (...) abriu-se separação radical entre o Sul e o Norte” (p. 37). Tratava-se de duas histórias distintas, que averbavam tendências opostas, todavia, sob uma administração única. Ao passo que no Sul se “debuxavam novas tendências, uma subdivisão maior na atividade, maior vigor no povo heterogêneo, mas vivaz, mais prático e aventureiro, um largo movimento progressista em suma”, em contraste registrava as agitações do Norte, às vezes “mais brilhantes, mas sempre menos fecundas (...), capitânias esparsas e incoerentes, jungidas à mesma rotina, amorfas e imóveis, em função dos alvarás da corte remota” (p. 37). Ou seja, dentro do determinismo climático, “o filho do Norte não tinha um meio físico que o blindasse de igual soma de energias” (p. 37).

A região dos sertões, na visão de Euclides da Cunha (1984), formava uma categoria geográfica própria, paradoxal na estética, capaz de oscilar entre a aridez dos desertos e a abundância dos vales férteis: “barbaramente estéreis; maravilhosamente exuberantes (...) ao sobreviver das chuvas, a terra, (...) transfigura-se em mutações fantásticas (...) os vales secos fazem-se rios, (...) a vegetação recama flores (...) cai a temperatura” (p. 24). No entanto, considerou o confronto de Canudos - “A luta” - como espelho do litoral, pois, o “mal era maior. Não se confinara

num recanto da Bahia. Alastrara-se. Rompia nas capitais do litoral” (p. 159). Canudos era, na concepção do autor, uma “*urbs* monstruosa de barro” (p. 82), a “Vendeia” (p. 91) do Nordeste brasileiro, um regime primitivo, dominada por uma “população multiforme”, “agrupamentos bizarros” (p. 30) em confronto entre os curibocas do sertão - resultado do cruzamento entre índios e brancos - e os mestiços do litoral - degenerados pela mistura entre negros com brancos. Neste contexto, Euclides da Cunha (1984) glorificou o mestiço do sertão, pela ausência de componentes genéticos africanos na raça. O sertanejo era, antes de tudo, um homem forte, por não apresentar o “raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral” (p. 51).

Para Lourenço (2015), ao confrontar o “mundo inóspito, abrupto [e] arcaico de Canudos”, Euclides da Cunha descreveu um “Brasil avesso do Paraíso” (p. 26), diferente da visão eufórica e ufanista condizentes com a vocação para a felicidade marcada no imaginário do país. No entanto, dentro da “ideologia do colonialismo”, respaldada pelo determinismo científico e pelo preconceito diante da miscigenação de raças, Euclides da Cunha, apresentou a vida “fácil e perdulária”, “vida à gandaia, ociosa e comodista (...)” onde seesteava o povo brasileiro, “entre os primores de uma flora que tem tudo” (Cunha, 1907, p. 16). E, ainda, as “crenças ingênuas do fetichismo bárbaro” e “as tendências impulsivas das raças inferiores, livremente exercitadas na indisciplina da vida”, condensada dentro do “obscurantismo de três raças” (Cunha, 1884, p. 66,72):

Jugulada pelo seu prestígio, a população tinha engravescidas todas as condições do estágio social inferior. Na falta da irmandade do sangue, a consanguinidade moral dera-lhe a forma exata de um clã, em que as leis eram o arbítrio do chefe e a justiça as suas decisões irrevogáveis (Cunha, 1884, p. 84).

A fundação das primeiras universidades no país ocorreram somente no século XIX. Até esta época, era habitual os jovens das classes privilegiadas desenvolverem sua formação intelectual no Velho Mundo e, conseqüentemente, aplicarem o conhecimento na colônia. Mais tarde, diante de poucas opções no campo acadêmico, os intelectuais formados nas primeiras escolas de engenharia e direito, preencheram alguns vazios científicos, tornando-se geógrafos, geólogos, economistas, historiadores, sociólogos, políticos etc. Desta forma, durante largo tempo, a literatura do país pendeu para a eloquência; a história, para a cronologia; a sociologia, para uma espécie de periferia do direito romano. Os primeiros estudiosos de sociologia do país, longe de apreciarem o processo social do povo brasileiro, embasaram-se nas informações levantadas nos cursos jurídicos, ancoradas, por força da colonização portuguesa, nas



instituições romanas, sendo lícito investigar as origens do ponto de vista da formação jurídica. Com efeito, não importava a apreciação da regra jurídica, mas a avaliação de seus contrastes com a realidade do meio. Decerto, era conveniente para o sistema a utilização do processo comparativo, a adaptação sistêmica, até a aplicação de uma nomenclatura baseada nos textos latinos (Sodré, 1965).

Neste contexto, o historiador, sociólogo e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Francisco José de Oliveira Viana (1883-1951), publicou em 1920, *Populações meridionais do Brasil*, afetada quanto à forma, no emprego de uma nomenclatura e referências impróprias e não condizentes com a realidade do país. Assim foi, quando se referiu à vida rural do *Homo Rusticus*, sem nobreza de sangue ou tradições aristocráticas, sem o “*cursus honorum*” das magistraturas locais, reduzida a um quadro estável e singular, comuns nos tempos romanos (Sodré, 1965). Ou quando mencionou a “gleba”, o “latifúndio”, a “propriedade”, a “escravidão”, o “proletariado livre” - inexistente nos tempos coloniais - o “colono latino”, a “aristocracia”; quando confundiu o “fidalgo” com o “nobre”; quando expôs a “plebe”; quando citou a “*vis propulsiva*” específica dos latifúndios; ou a “*puritate sanguinis*” do sangue “fidalgo”; tudo num jogo de palavras, sem nenhuma relação com a realidade colonial e nacional.

Baseou-se, ainda, nas narrativas de viajantes estrangeiros, nos relatos dos jesuítas e cronistas portugueses, que visitaram o país nos primeiros séculos de colonização, nos modelos científicos europeus e nos intelectuais e historiadores nacionais: Pedro Taques (1714-1777), Von Martius (1794-1868), Le Play (1806-1882), Adolfo de Varnhagen (1816-1878), Arthur de Gobineau (1816-1882), Herbert Spencer (1820-1903), Buckle (1823-1862), Charles de Ribe (1827-1899), Le Bon (1841-1931), Henry de Tourville (1842-1903), Louis de Préville (1842-?), Alfredo d'Escagnolle Taunay (1843-1899), Edmond Demolins (1850-1907), Sílvio Romero (1851-1914), Georges Vacher de Lapouge (1854-1936), Paul de Rousiers (1857-1934), Alberto Torres (1865-1917), Euclides da Cunha (1866-1909) e outros.

Deste modo, o próprio conceito de colônia, como um “recanto de corte europeia transportada para o meio da selvageria americana” (Viana, 2005, p. 59), foi extraído da obra *Nobiliarchia paulistana* do historiador Pedro Taques (1714-1777): houve “riqueza e esplendor naquela época e entre aqueles intrépidos devastadores de florestas e campos” (Viana, 2005, p. 371). Das narrativas do jesuíta Fernão Cadim, ao serviço da Companhia de Jesus, reproduziu de maneira genérica as extravagâncias, restritas a poucas famílias ricas: “vestem-se as mulheres e filhos, de

toda a sorte de veludos, damascos e outras sedas; e nisso têm grandes excessos” (Viana, 2005, p. 66).

Naquele tempo, o estado das “ciências históricas” e os documentos não bastavam por si para permitir reviver uma época particular. Segundo Viana (2005), era necessário fazer emergir “várias ciências auxiliares”, ou melhor, “um grupo de ciências novas”, com um “valor inestimável para a compreensão científica do fenômeno histórico” - a antropogeografia - cujos fundamentos “lançou-os o grande Ratzel”. Tratava-se da aplicação de novos critérios à interpretação da História e ao estudo da formação nacional brasileira, por meio da “antropo-sociologia” dos “gênios pensantes”, fundado pelo “gênio Le Play”, autor das obras *Ouvriers européens* e *L'organisation de la famille*, publicadas em 1855 e 1871 respectivamente. E, mais tarde, remodelado por Henry Tourville e “por um escol de investigadores brilhantes”, cujas análises minuciosas da fisiologia e da estrutura das sociedades humanas, levava Viana a concluir que, “de um tão perfeito rigor, dão aos mais obscuros textos históricos uma claridade meridiana” (p. 50-51).

Neste sentido, empregou-se a “moderna ciência social” da Escola de Le Play, com capacidade de reconstituir tipos regionais com base nos fatos sociais definidos por Henry Tourville, privilegiando a geografia e a natureza no trabalho executado. Além disso, baseou-se na psicologia social do médico francês Gustave Le Bon, responsável pelo conceito de “alma da raça” ou caráter nacional, para quem a distinção de raça realizava-se por uma hierarquia psicológica, reservando ao indo-europeu a posição central, seguido pelo asiático, o africano e o austríaco. Em suma, as raças superiores se distinguiam das inferiores pela inteligência e pelo caráter. Enquanto o caráter energético, a vontade forte, a iniciativa, a independência e a moralidade pertenciam ao branco; a ausência de energia, a falta de vontade e a imoralidade eram atributos dos negros e mestiços:

Eles são, por isso, ao mesmo tempo, apáticos e impulsivos. É quebradiça a sua conduta, ziguezagueante, irregular, descontínua, imprevista. Obedecendo às descargas divergentes da própria impulsividade, saltam, de súbito, da apatia dos inertes à mobilidade incoercível dos frenéticos, para caírem logo depois na indiferença e quietismo mais completos (Viana, 2005, p. 175).

Oliveira Viana (2005) também incorporou os conceitos da antropologia física do francês Georges Vacher de Lapouge, dentre os quais o *Homo Europaeus*, ariano ou dolicocefalo, determinado por características físicas - cabelo louro, olhos azuis, altura em torno de 1,70 m – que se concentrava na Inglaterra e países nórdicos. Já o *Homo Alpinus* ou braquicefalo -

moreno, baixo, cabelos castanhos - localizava-se na França e outros países europeus. Embora o modelo não categorizasse os portugueses como *Homo Europaeus*, Oliveira Viana, empregou tal caracterização aos membros da aristocracia rural dos primeiros tempos da colonização portuguesa no Brasil (Carvalho, 2002).

Além disso, propões o estudo da “alma brasileira” a partir de três principais tipos sociais do Norte ao Sul: o matuto agricultor dos platôs e montanhas de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro; o gaúcho, ou pastor dos pampas; e o sertanejo, ou pastor das caatingas do Nordeste brasileiro. Como fatores de diferenciação apontava a “diversidade dos *habitats*”, as variações regionais no “caldeamento dos elementos étnicos” e, principalmente, a “inegável diferenciação das pressões históricas e sociais sobre a massa nacional” exercida nas diferentes regiões do país (Viana, 2005, p. 52). Salvo raras exceções, Viana (2005), empregou o meio físico, a raça e as “pressões históricas” para designar o caráter do brasileiro. Representou o gaúcho como produto histórico dos pampas, do regime pastoril e das guerras platinas, possuidor de vitalidade batalhadora; o matuto como produto do *habitat* florestal do centro-sul, da preponderância do regime agrícola e de certos fatores político e administrativos. Considerou o sertanejo como o “homem das caatingas cearenses”, tipo rural, semelhante ao gaúcho na formação pastoril. Já o elemento mestiço, além de produto histórico do latifúndio e preponderante da “plebe rural”, não primava “pela respeitabilidade”, agindo como “moleque”, com “procedimento de moleque”, “modo de moleque”, “ar de moleque”. Em outros termos, eram sujeitos “desclassificados”, de “classes inferiores”, “ociosos e inúteis”, “trabalhadores saláriáveis - pequenos lavradores e pequenos proprietários de terra”, repudiados pelos senhores de terra, “pelo receio de conspurcar com sangue bastardo o sangue puro da família”, acabando por fundir-se a uma “ralé absorvente”, a qual se degradava pela “corrupção, pela miséria, pela ociosidade, pela poligamia intensa” e perdida pela mestiçagem. Ao mestiço, não restou outra sorte se não mergulhar nas “zonas obscuras dessa sociedade ruralizada” (Viana, 2005, p. 54,140):

Tão grande intromissão de elementos estranhos, de extração plebeia, nos quadros da nobreza nacional deveria trazer-lhe uma desorganização qualquer na composição étnica e deprimir-lhe, de algum modo, a altitude moral. Entretanto, tal não se dá. Esses adventícios são brancos genuínos, emigrados diretamente da Península. O plebeísmo das suas origens não lhes afeta a inteireza do caráter superior. São, na sua quase totalidade, arianos puros, vindos do Minho e das duas Beiras, onde a irrigação celta, romana e goda supera o afluxo mourisco e donde saem os mais típicos representantes da raça lusa (Viana, 2005, p. 167).

Na acepção de Sodré (1965), Oliveira Viana não empregou nenhuma simulação e não utilizou disfarce. Ao contrário, seu discurso coloca os negros, os índios, os mamelucos e os confusos em uma posição de subalternidade, posto que ao debandarem-se sexualmente eram levados à corrupção. Já o nobre, correspondente ao ariano, era considerado fidalgo excelente, tinha direito a tudo:

Esse caráter ariano da classe superior, tão valentemente preservado na sua pureza pelos nossos antepassados dos três primeiros séculos, salva-nos de uma regressão lamentável. Fazendo-se o centro de convergência dos elementos brancos, essa classe, representada principalmente pela nobreza territorial, se constitui entre nós no que poderíamos chamar o *sensorium* do espírito ariano, isto é, num órgão com a capacidade de refletir e assimilar, em nossa nacionalidade, a civilização ocidental e os seus altos ideais (Viana, 2005, p. 179).

Neste contexto, indicou a existência de três inconfundíveis classes no país: o nobre da terra, “opulentado de engenhos e fazendas”; os mercadores, conscientes de sua riqueza e força, e os “lusos transmigrados”, “com a prosápia das suas linhagens fidalgas e o entorno impertinentes de civilizados passeando em terra de bárbaros” (Viana, 2005, p. 87). E, ainda, na alta classe rural, onde o “nível da mentalidade se manteve inalterado até, pelo menos 1888”, posto que a poderosa aristocracia rural, com inteligência própria de raça superior originária, refletia a “alma peninsular nas suas qualidades mais instintivas e estruturais” (Viana, 2005, p. 86, 98). Ao contrário, nas camadas “plebeias”, pela profusa mistura de sangues bárbaros, operou-se uma desorganização sensível na moralidade dos seus elementos componentes:

Na família senhorial domina exclusivamente o elemento branco. (...) Surgem mais tarde contingentes superiores, oriundos do cruzamento de branco com índio: nos ancestrais de muitas famílias da época das “bandeiras” figuram cruzados mamelucos. O que não impede que, nas ideias, nos sentimentos, nos costumes desse grupo superior, as tradições arianas prevaleçam (Viana, 2005, p. 124).

Em meio a uma civilização “*Far-West*”, o estilo de vida da aristocracia rural do país nos primeiros tempos da colonização foi marcado pela ostentação de “galas e (...) louçanias da sociedade”, “maravilhoso luxo”, “fausto espantoso”, “as graças e os requintes do bom-tom e da elegância” (Viana, 2005, p. 65). Os senhores de engenho viviam não apenas em uma “perpétua festa”, mas em “uma ininterrupta troca de folganças e prazeres” (Viana, 2005, p. 66). Da mesma forma, o período foi assinalado por hábitos sociais de elevação dos sentimentos, de hombridade, de altivez, de dignidade e, ainda, de riqueza que ostentavam os aristocratas rurais, compatíveis com uma existência palaciana: “os fidalgos e cortesões, educados, destarte, na vida dos paços reais e nos seus prazeres e galas”. Ao se transferirem

para a América, levaram “com o gosto das mundanidades, esses hábitos, tão surpreendentes, (...), de sociabilidade, de urbanidade e de luxo” (Viana, 2005, p. 70).

De acordo com Viana (2005), a propriedade rural era o centro da gravitação do mundo colonial: lembrava um “pequeno núcleo solar com as suas leis e sua autonomia organizada” (p. 116). A partir da propriedade de terras surgia a determinação dos valores sociais e traçavam-se as esferas de influência. Ali se concentravam os “nobres” da mais “pura gema” (p. 116). Na base da propriedade de terras repousava a ascendência desses aristocratas, “dominante, fascinadora” (p. 116). Além disso, o lucro não era o principal incentivo à exploração agrícola, nem tão pouco os latifundiários objetivavam suprir suas necessidades econômicas. Mas, antes de tudo, visavam a força, o prestígio, a respeitabilidade e as regalias provindas do sistema.

Após a Independência do país, a corrupção de costumes teve o campo devastado quase inteiramente limitado às classes inferiores, pois, a aristocracia rural, protegida por um conjunto de circunstâncias favoráveis, passou “sem a mais leve depressão no índice de moralidade” (Viana, 2005, p. 167). Na visão do autor, manteve intacta a “pureza do sangue e pureza do caráter” (Viana, 2005, p. 167). Com efeito, essa foi a colocação social dos elementos brancos das bandeiras nas paragens recém-descobertas. Todavia, levavam sempre como elementos componentes a “escorra-lha de mestiços de toda a ordem” (Viana, 2005, p. 167):

Numa sociedade, como a paulista dos primeiros séculos, ciosa das suas prerrogativas aristocráticas e da sua pureza étnica, os mestiços vivem numa condição de patente inferioridade. Os preconceitos são inflexíveis para com eles e os condenam a uma subalternidade humilhante. O distintivo da nobreza, da superioridade social e moral é, segundo as ideias do tempo, o ter a pele branca, provir de sangue europeu, não ter mescla com as raças inferiores, principalmente a negra (Viana, 2005, p. 168).

Diante de um novo contexto nacional, foi necessário para determinados setores dominantes da sociedade lançar mão de certos elementos não arianos (Sodré, 1965). Partindo-se da suposição de que o negro apresentava uma considerável variedade - tanto somática, como psíquica - um grupo reduzido de negros e mestiços passaram da condição de total inferioridade à categoria de mestiços eugênicos ou superiores. Desta forma, dentre as numerosas nações negras que se fixaram no país, concorreram desde “tribos (...) de negros absolutamente indomesticáveis e incivilizáveis, de instintos selvagens, de mentalidade rudimentar, incapazes de qualquer melhoria ou ascensão” (Viana, 2005, p. 169), a tipos e mentalidades mais sensíveis. Alguns revelaram até mesmo uma inteligência superior, uma capacidade progressiva, algum talento artístico, temperamento afetuoso, generosidade e

obediência. Apesar de tratar-se, muitas vezes, de “negros inteligentíssimos, vivazes, sagazes, ardilosos”, possuíam “caráter pouco sólido”, enquanto certas tribos se caracterizavam pela “altivez, indomabilidade e pela sua índole agressiva e belicosa” (Viana, 2005, p. 169-170).

Em suma, é impossível confundir-se a fealdade típica dos “ijexás” com a beleza dos “egbas”, dos “fulos” e dos “minas”; a índole meiga e sociável destes com a ferocidade e a rudeza dos “efãs”; a varonilidade e a bravura dos “daomeanos” com a pouca integridade moral dos “angolas” e “geges” (Viana, 2005, p. 170).

Sob a perspectiva racista, de maneira geral, o mulato era incapaz de ascensão, degradado nas camadas mais baixas da sociedade e provindo do cruzamento entre o branco com o negro de tipo inferior. No entanto, a miscigenação forneceria uma parcela diminuta de elementos, “suscetíveis a arianização” (Viana, 2005, p. 171): os mulatos superiores, arianos pelo caráter e pela inteligência, e capazes de colaborar com os brancos na organização e civilização do país, aptos à aristocratização, ou de um salto para cima. Eram, contudo, capazes de se confundirem com o europeu pela sua aparência, como produto direto do cruzamento entre o branco e o negro. Herdaram, por vezes, todos os caracteres psíquicos e somáticos da raça nobre, “do matiz dos cabelos à coloração da pele, da moralidade dos sentimentos ao vigor da inteligência, são de uma aparência perfeitamente ariana” (Viana, 2005, p. 171). Em suma, os mulatos superiores eram

aqueles que, em virtude de caldeamentos felizes, mais se aproximam, pela moralidade e pela cor, do tipo da raça branca. Caprichos de fisiologia, retornos atávicos, em cooperação com certas leis antropológicas, agindo de um modo favorável, geram esses mestiços de escol (Viana, 2005, p. 171).

Viana (2005) apresentou o processo de clarificação da raça negra, recente à sua época, como solução para a ascensão do negro no país: “da mestiçagem dos latifúndios só a nata, a gema é que se incorpora – ou através de casamento, ou pela posse direta da terra nos novos núcleos – à classe superior, à nobreza territorial” (p. 172). Decerto, somente os que se identificavam com essa aristocracia rural - “o mestiço superior” - pela similitude de caráter, de conduta e, principalmente, de cor, poderiam ascender a camada nobre. Já os “mestiços inferiores”, os “menos dissimuláveis” ou “facilmente reconhecíveis”, os “estigmatizados”, os “cabras”, os “pardos”, os “mulatos”, os “fulos” e os “cafuzos”, estes eram implacavelmente excluídos (p. 172).

No entanto, tudo era passível de explicação científica, visto que quando duas raças se misturavam os seus mestiços ficavam sujeitos a certos “golpes de atavismo” que os poderiam

fazer retomar, no fim de algumas gerações, a um dos tipos étnicos geradores. Esse regresso ao tipo das raças originárias provinha da “lei antropológica”, verificável nos meios étnicos heterogêneos e, principalmente, num meio étnico como o brasileiro, oriundo de mestiçagens múltiplas. Entretanto, quando os cruzamentos surgiam da fusão de raças muito distintas, os retornos tinham, em geral, um caráter degenerescente: “o elemento inferior é que se reconstrói, de preferência, e absorve os elementos da raça superior” (Viana, 2005, p. 173). Desta forma, a mestiçagem entre brancos e negros - “mulatos idiossincrásicos” (Viana, 2005, p. 173) - tendiam, na sua descendência, a voltar ao tipo inferior, aproximando-se dele pela índole e pelo físico. O seu caráter, entretanto, não poderia nunca alcançar a pureza e a integridade da raça primitiva, a que regressavam: “tendo de harmonizar às duas tendências étnicas, que colidem na sua natureza, acabam sempre por se revelar uns desorganizados morais, uns desarmônicos psicológicos, uns desequilibrados funcionais” (Viana, 2005, p. 173). Já os cruzamentos entre o índio e o branco geravam, pelo menos fisicamente, homens superiores aos mulatos, “mais rijos e sólidos” (Viana, 2005, p. 174). A raça vermelha era menos distante da branca se comparada à africana. Os seus miscigenados - “mamelucos” - aparentavam um equilíbrio maior que os mestiços entre brancos e negros. Por não provirem de uma raça servil como os mulatos, tinham maior capacidade de ascensão e classificação. Apesar disso, a sociedade colonial não os valorizava, pois, havia “sempre uma certa prevenção contra o mameluco e um certo descrédito no fato de o ser” (Viana, 2005, p. 174). Assim, os mestiços superiores, os mulatos ou mamelucos,

que vencem ou ascendem em nosso meio, durante o largo período da nossa formação nacional, não vencem, nem ascendem como tais, isto é, como mestiços, por uma afirmação da sua mentalidade mestiça. Ao invés de se manterem, quando ascendem, dentro das características híbridas do seu tipo, ao contrário, só ascendem quando se transformam e perdem essas características, quando deixam de ser psicologicamente mestiços - porque se arianizam (Viana, 2005, p. 179).

Em suma, do ponto de vista de Oliveira Viana (2005), a distribuição das raças no país durante os primeiros séculos de colonização processou-se através da estratificação, em camadas distintas, entre três classes: os escravos, os foreiros e os senhores, nas quais estavam, o negro, o mestiço, o branco. O negro era “o vilão”, “tipo medieval de servo”, inferior e subalterno. O mestiço era despreocupado, nada compreendia “de corveias, nem de talhas”, vivia livre, pagava o seu foro, “trabalhava quando queria” e nada mais. Além disso, reservava-se eternamente à posição de inferioridade, posto que se entregava aos “instintos de madriagem e triculência”, ao gosto pelas armas e ao amor pela guerra. Pertencia a “plebe de cabras, cafuzos

e mamelucos, turbulenta e bandoleira” (p. 219). Aproximava-se ainda dos caracteres físicos dos africanos, porém, apresentava algo do caráter somático dos arianos, tornando-se poetas, ou assemelhando-se a sua aparência aos índios, tornando-se mais bonitos e robustos. Já o branco era visto como “homérico desbravador de sertões” (p. 69), arianos, nobres, grande senhor de terra e, sobretudo, responsável pelo papel civilizador e condutor daqueles de sangue bárbaro. O branco era o protetor, o amigo, o chefe admirado e obedecido. Nunca o inimigo, o antagonista, o opressor. Assim, a elite do país era formada pela “aristocracia natural da riqueza e da inteligência” (p. 372), dos fazendeiros nos campos, dos capitalistas, dos doutores, por toda parte. Uma antiga “fidalguia de barões e marqueses do Império” (p. 372). Após longa explicação sobre a estratificação das classes sociais no país com predomínio da aristocracia rural branca e nobre, o autor, concluiu: “nunca tivemos aristocracia de castas ou de classes” (p. 372).

Para Sodré (1965), a obra de Oliveira Viana não foi o resultado de uma pesquisa científica, nem tão pouco o produto da aplicação de métodos rigorosos ou, ainda, o levantamento do passado dos elementos do povo brasileiro como propôs o autor, mas uma apologética a classe dominante. A representação destinava-se manter as velhas concepções de superioridade que contribuíram para a afirmação do mundo colonial.

Apesar da desqualificação do caráter do brasileiro ter sido apoiada por grande parte da intelectualidade brasileira durante os séculos XIX e XX, dentre os quais destacaram Sílvio Romero, Alberto Torres, Manuel Bonfim, Artur Ramos, Tobias Barreto, Azeredo Coutinho, José de Alencar, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, Oliveira Viana, Capristano de Abreu, entre outros. A obra *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*, publicada em 1928, pelo escritor Paulo Prado (1869-1943), foi, talvez, a versão mais pessimista, que se baseou na consideração de ausência de regras no Brasil. Outrossim, a obra compôs-se por quatro capítulos. Os dois primeiros - “A luxúria” e “A cobiça” - demonstraram o tom censurável do autor ao país. No capítulo “A luxúria”, “o clima, o homem livre na solidão, o índio sensual encorajavam e multiplicavam as uniões por pura animalidade” (Prado, 1981, p. 31). No segundo capítulo - “A cobiça” - “no anseio de enriquecimento cometeram todos os crimes que os homens dessa época praticavam para a satisfação de suas paixões” (Prado, 1981, p. 63). Já no terceiro capítulo - “A tristeza” - ligado ao “cientificismo” em voga no país, desenvolveu a tese acerca da tristeza do brasileiro como traço definidor de seu caráter: tristeza resultante do gênero português de colonizar; dos povos que se misturam; do comportamento



daqueles que ocupavam a terra; tristeza espalhada de Norte a Sul do país, em todos os cantos e entre todas as classes sociais; “tristeza, imobilismo e arcaísmo somente superáveis por meio de uma revolução” (Vainfas, 2002, p. 9):

Numa terra radiosa vive um povo triste. Legaram-lhe essa melancolia aos descobridores que a revelaram ao mundo e a povoaram. O esplêndido dinamismo dessa gente rude obedecia a dois grandes impulsos que dominam toda a psicologia da descoberta e nunca foram geradores de alegria: a ambição do ouro e a sensualidade livre e infrene (Prado, 1981, p. 13).

Por fim, “O romantismo”, “organismo precocemente depauperado”, doença ou “mal romântico”, responsável pela contaminação do país no “século da Independência” (Prado, 1981, p. 113).

Na construção do pensamento, Paulo Prado (1981) resgatou o olhar dos primeiros europeus no território brasileiro, ao recorrer aos diversos registros e narrativas dos grandes navegadores, viajantes estrangeiros e colonizadores portugueses – Marco Polo, Mandeville, Colombo, Pêro Vaz de Caminha, Américo Vespúcio, Gabriel Soares de Sousa, Manuel da Nóbrega, José de Anchieta, Fernão Cadim, Tomé de Sousa, Pêro de Magalhães Gândavo, Martim Afonso, Pêro Lopes, Pyrard de Laval etc. - como testemunho do ambiente idílico tropical. Para ele, tratava-se de “vastíssimo território, a mais variada fauna, tão extensa como a própria flora” (p. 23). Todavia, licencioso, pois, ali “todos sofriam a sedução dos trópicos, vivendo intensamente uma vida animal e bebendo com delícia um ar como que até então irrespirado” (p. 24-25). Dos registros de Colombo, Paulo Prado (1981) resgatou seu deslumbramento diante do esplendor tropical, do cantar dos pássaros, dos papagaios, das árvores e dos frutos desconhecidos, das “lendas, ainda romanas, das sonhadas ilhas do ouro e da prata” (p. 18). Recorreu aos navegadores para justificar as conquistas de novos territórios como um misterioso impulso “que de séculos em séculos põe em movimento massas humanas, após os longos repousos em que as civilizações nascem, se desenvolvem e morrem” (p. 18). Das narrativas de Marco Polo e Mandeville reconheceu o ânimo dos aventureiros para “novas ambições de conquista, o amor ao mistério das regiões desconhecidas, a curiosidade do maravilhoso, o reaparecimento do espírito das cruzadas” (p. 18).

Prado (1981) considerou a Carta de Caminha como “hino consagrado ao esplendor, à força e ao mistério da natureza brasileira” (p. 20). E transcreveu a “deliciosa” impressão de paraíso deixada por Gândavo: “toda terra vestida de muito alto e espesso arvoredo, regada com as águas de muitas e muitas preciosas ribeiras de que abundantemente participa toda a terra” (p.

20). Além disso, reproduziu o estilo edênico das primeiras narrativas jesuíticas e crônicas portuguesas acerca do Novo Mundo, ao descrever com minúcias a Hiléia amazônica “cobrindo de arvoredo a maior extensão de terras do universo, mais de 3 milhões de quilômetros quadrados. (...) A vegetação eleva-se por andares, atingindo quarenta a sessenta metros de altura (...). O chão é um tapete de flores caída de todos os tons” (p. 22). A abundante fauna e flora brasileira, com “tatus, preguiças e tamanduás. Pássaros, das mais vistosas plumagens - com as suas 72 espécies de papagaios, araras, periquitos e maitacas, - com seus tucanos, beija-flores e bandos de borboletas, acordam e animam o silêncio da mata” (p. 23). No interior do país, “se estendia a vastidão da desconhecida – caatinga, catanduvás, cerrados, cerradões, carrascos, campos-gerais, pantanais – donde desciam ou se afundavam pelos sertões os largos rios, cheios de promessas misteriosas” (p. 23). Nos capuchinhos, no entanto, encontrou a revelação do Novo Mundo através da nudez escandalosa das índias do Maranhão. Era certamente o paraíso bíblico:

Os seus olhos – confessa – não se cansavam das linhas harmoniosas dos corpos nus que a civilização não aviltara. Era esse certamente o paraíso bíblico, que já Colombo entrevira nas maravilhas do Orinoco. Ou não estaria longe, como afirmava Vespucci (Prado, 1981, p. 26).

Retomou as palavras de Pêro Vaz de Caminha para explicar a impressão edênica que assaltou a imaginação dos recém-chegados pelo encantamento da nudez total das mulheres indígenas: “apareciam nas praias três ou quatro moças bem novinhas e gentis (...) e suas vergonhas tão altas e tão cerradinhas” (Prado, 1981, p. 31). A ponto de cinco tripulantes da frota de Cabral, desertarem atraídos pela “amoralidade dos costumes”, a “ausência de pudor civilizado”. Ou seja, aquelas mulheres eram um convite “à vida solta e infrene em que tudo era permitido” (Prado, 1981, p. 32).

Nesse paraíso bíblico ou realidade, aventureiros e conquistadores - “toda a espuma turva das velhas civilizações” - exaltados pela ardência do clima, pelo sensualismo, “vinham esgotar a exuberância de mocidade e força, e satisfazer os apetites de homens a quem já incomodava e repelia a organização da sociedade europeia” (Prado, 1981, p. 26). Pertenceu a eles o Novo Mundo: corsários, flibusteiros, caçulas das antigas famílias nobres, jogadores arruinados, padres revoltados ou remissos, pobres diabos, vagabundos dos portos do Mediterrâneo, anarquistas, em suma, os “insubmissos às peias sociais”, que:

no Brasil, logo nos anos que se seguiram ao descobrimento, se fixaram em feitorias esparsas pelo litoral. Eram degradados que abandonavam nas costas as primeiras frotas exploradoras, ou naufragos, ou gente mais ousada

desertando das naus, atraídas pela fascinação das aventuras. Dessa gente, raros eram de origem superior e passado limpo (Prado, 1981, p. 27).

Ao contrário de Oliveira Viana, para Paulo Prado (1981), entre o colonizador do país, raros eram de origem superior. Para o Brasil “só vinha por sua própria vontade o aventureiro miserável, resolvido a tudo, desesperado” (p. 49). Representaram, porém, um papel peculiar na história do povoamento do território. Por ímpetos instintivos, “uns caíram na mais extrema selvageria, (...) cometeram todas as abominações, indo até à antropofagia” (p. 28). Outros, se transformaram em verdadeiros “régulos”, dando expressão aos seus “sentimentos de homens de presa, ou então mais medíocres, de temperamento burguês” (p. 28). De fato, a falta da figura feminina branca, somada à sensualidade da indígena e, mais tarde, à ausência de pudor da negra, ofereceu uma feição especial à conquista e ao povoamento do país. Na colônia, “a concubinação tornou-se uma regra geral, trazendo como resultado a implantação da mestiçagem na constituição dos tipos autóctones que povoaram desde logo esta parte do Novo Mundo” (p. 31).

Para o erotismo exagerado, contribuíram, na acepção de Prado (1981), o clima tropical, a terra, a sensualidade e falta do pudor das indígenas e escravas africanas: “animal lascivo, vivendo sem nenhum constrangimento na satisfação de seus desejos carnaís” (p. 32). Neste contexto, se desenhou um território em que viviam todos “secundum naturam”, comprovado pelas cartas de Vespúcio e pelo discurso de “um dos mais sagazes observadores do século” (p. 32-33), Gabriel Soares de Sousa, ao se referir aos Tupinambás: “são tão luxuosos que não há pecado de luxúria que não cometam (...) e não se contentam com uma mulher” (p. 33).

A este quadro, acrescem, ainda, informações extraídas da documentação inquisitorial, arquivada na Torre do Tombo, sobre a visitação do Santo Ofício à colônia entre os anos de 1591 e 1592, com intuito de denunciar o ambiente de intensa promiscuidade e desregramento sexual da decadente civilização: “grande número dessas confissões, 45 em 120, refer[iam]-se ao pecado sexual” (Prado, 1981, p. 37). No entanto, os vícios e os crimes não eram, porém, privilégio das camadas inferiores e médias, mas igualmente de

(...) reinóis, franceses, gregos, e a turba mesclada da mestiçagem – mamelucos, curibocas e mulatos – trazendo ao tribunal da Inquisição os seus depoimentos dos seus vícios: sodomia, tribadismo, pedofilia erótica, produtos da hiperestesia sexual a mais desbragada (Prado, 1981, p. 37).

Nas palavras de Paulo Prado (1981), o território colonial oscilava entre a miséria relaxada e a ostentação de grande luxo ao estilo europeu, com “ricos candelabros de prata e bronze,

serviços finíssimos de louça da Índia e da China, alfaías suntuosas” (p. 42). Ali, instalaram-se núcleos de devassidão, indisciplina e modo de viver desregrado, “desenvolvendo em plena anarquia moral e social os germes de desmoralização e depravação de costumes” (p. 41). Em suma, assim era a sociedade informe e tumultuária que povoou o vasto território cem anos após seu “Descobrimento”, marcada por “verdadeira anormalidade patológica” (p. 37) em matéria sexual. Na camada inferior da população situavam-se os negros escravizados, os indígenas, os mulatos, os mamelucos, os caboclos e todas as nuances mestiças descendentes. Ao negro coube o papel perturbador e envenenador da formação da nacionalidade, “não tanto pela mescla de seu sangue como pelo relaxamento dos costumes e pela dissolução do caráter social” (p. 99). Aliás, os escravos eram, na acepção do autor, terríveis elementos de corrupção no seio das famílias: “homens e mulheres, em completa promiscuidade, seminus, se estendiam pelas calçadas ou se acoravam no chão” (p. 100). As negras africanas, viviam, na prática, de todos os vícios. E a partir do intenso cruzamento nasciam “os mulatinhos”, “perniciosíssimos”, transformando as casas em verdadeiros antros de depravação (p. 103). À indígena, apoiado pelo relato de Anchieta, coube a submissão fácil, “era uma simples máquina de gozo no agreste geniceu colonial” (p. 5), favorecendo o europeu, “talvez por considerações priápicas” (p. 45), fato corroborado por Varnhagen. Sem nenhuma afeição, mas apenas movida por “uniões de pura animalidade” (p. 45). Restaram, ainda, os degredados, desertores, náufragos, ligados ao crime, “gente que se [contentava] em terem quatro índias por mancebas” e “moralmente já mestiços” (p. 44). Mais tarde, os brancos nascidos na terra, senhores de terras, amancebavam-se com escravas, os eclesiásticos constituíam famílias com negras e mulatas e os “inúteis escravos negros, jogavam-se à rua, para mendigarem e sustento” (p. 103):

A população sem nome, exausta pela verminose, pelo impaludismo e pela sífilis, tocando dois ou três quilômetros quadrados a cada indivíduo, sem nenhum ou pouco apego ao solo nutridor, país pobre sem auxílio humano ou arruinado pela exploração apressada (Prado, 1981, p. 108).

Com base na larga convivência com a escravidão durante quase três séculos, foram atribuídos ao negro - “máquina de trabalho e vício” - todos os distúrbios da nação: promiscuidade do convívio, imoralidade, preguiça, desprezo da dignidade humana, incultura, desleixo, desperdício, imprevidência, subserviência etc. Além disso, na colônia o elemento africano não se isolou ao dar-se a fusão dos elementos de povoamento. Ao contrário, o traço peculiar de “hiperestesia sexual” do país, evitou a segregação do elemento africano. Assim como o negro substituiu o índio no trabalho, a mulher negra, “mais afetuosa e submissa, tomou no gineceu do colono o lugar da índia” (Prado, 1981, p. 135). Logo, “a luxúria e o desleixo social

aproximaram e reuniram as raças”, “a amalgama se fez livremente, pelos casos sexuais dos ajuntamentos, sem nenhuma repugnância física ou moral” (Prado, 1981, p. 135-136).

No entanto, para Paulo Prado (1981), o problema do Brasil não residia exatamente no negro - “o negro não é o inimigo”, desde que permanecesse na sua posição de inferioridade – mas, na transformação biológica dos elementos étnicos, na mestiçagem. Era o ponto mais sensível do caso brasileiro, afirmava o autor. Neste sentido, a solução do país consistia na arianização do habitante, já considerado elemento inserido no cotidiano: “já com 1/8 de sangue negro, a aparência africana se apaga por completo”. E assim, o negro desapareceria aos poucos, “até à falsa aparência de ariano puro” (p. 137). Decerto, “o branqueamento”, aparentemente, eliminava as diferenças somáticas e psíquicas: “já não se sabe quem é branco e quem é preto” (p. 138). No entanto, até àquele momento, a mestiçagem não estava completamente estudada, tratava-se de “uma incógnita”. Apesar de reconhecer no seio dos mestiços brasileiros “notáveis inteligências”, tais populações aparentavam ainda a “fraqueza física” e apresentavam “organismos tão indefesos contra doenças e vícios”, provindas do intenso “cruzamento das raças e sub-raças” (p. 138).

Por outro lado, Paulo Prado (1981) destacou a insaciável obsessão do colonizador pelo enriquecimento rápido, fator que, mais tarde, corroborou na formação do caráter brasileiro. Por toda parte corria o aventureiro ou o mameluco atrás da prata, do ouro, e das pedras preciosas, “que durante dois séculos não foram senão ilusões e desenganos” (p. 56):

(...) durante tão longos anos, foi o cativo do gentio, e com altos e baixos, a febre do outro e da riqueza mineradora. Obsessão diabólica. Dinamismo formidável de uma época, de uma raça de um novo tipo étnico, convergindo numa ideia fixa avassaladora. Ouro. Ouro. Ouro. (Prado, 1981, p. 61).

Com efeito, a compulsão diabólica pelo ouro, manteve o país entre a lenda e a realidade:

As próprias lendas (...) que na Europa fornecem à poesia popular todo um mundo de fadas, cavaleiros, duendes e espectros, no Brasil primitivo consistiam em histórias fantásticas de riqueza escondidas, minas de pedrarias e tesouros enterrados nos sertões longínquos (Prado, 1981, p. 69).

Na obsessão, na ideia fixa, tudo convergia para a sua realização: tudo indicava, razoável ou fantasticamente, a proximidade do tesouro escondido. E fazia mover todo o tipo de gente, homens e mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, nobres e plebeus, seculares e religiosos, forasteiros. O ouro das minas passava todo para o estrangeiro – “nada, porém, bastava para a voracidade da metrópole, para a carolice do rei, para os desperdícios do reino” (Prado, 1981, p. 75). Na colônia, após tanto deslumbramento, ambição e loucura, apenas restou quase ruína.

E o país, “sangrando, exausto, se extinguia também na fonte milagrosa de tamanha riqueza” (Prado, 1981, p. 75).

Ao descrever a tristeza paralisante do brasileiro como a grande marca do caráter nacional, o autor, comparou a colonização do território brasileiro ao processo de povoamento da Nova Inglaterra durante o século XVII, no qual tudo era obtido apenas pelo trabalho e pelo rigoroso espírito colaborativo:

Na terra adotiva desenvolveram as qualidades de homens de ação em luta quotidiana com um clima duro e um solo ingrato, que a neve cobria durante o inverno e no verão produzia cereais. Quase todos eram lavradores donos de suas pequenas fazendas, e ajudados pelos filhos lavravam a terra com as próprias mãos (Prado, 1981, p. 85).

Em contrapartida, de acordo com Prado (1981), na colonização no Brasil - “centro de isolamento” (p. 90) - desenrolou-se de modo diverso o drama da conquista e do povoamento. Facilitado pelo “colono apático e submisso” (p. 88), ligado “umbilicalmente ao organismo doentio e enfraquecido da metrópole” (p. 90), tratava-se de uma sociedade que “vivía em íntima conexão com os mouros e os negros, uns forros e outros escravos” (p. 88). Desta forma, começou a colonização por um povo “já gafado do gérmen de decadência” (p. 89).

Neste contexto, a melancolia do brasileiro residia nos excessos eróticos, na ambição desmesurada e no desordenamento de obsessões – sensualismo e cobiça pelo ouro – deixando traços indelévels no caráter nacional, afirmava Prado (1981). Decerto, a exaltação desses instintos - luxúria, cobiça e tristeza - somados à ausência de sentimentos afetivos de ordem superior, formou a atmosfera da colônia. Na luta entre esses apetites e sem outra aspiração – “nem religioso, nem estético, sem nenhuma preocupação política, intelectual ou artística” (p. 91-92) – formou-se uma raça triste. Tal como no plano coletivo, quanto no domínio individual resultou um “quadro de psicopatia” (p. 93): debilidade física e moral, fadiga, insensibilidade, apatia, tristeza. Em outros termos,

a melancolia dos abusos venéreos e a melancolia dos que vivem na ideia fixa do enriquecimento (...) são vincos fundos da nossa psique racial, paixões que não conhecem exceções no limitado viver instintivo do homem, mas aqui se desenvolveram de uma origem patogênica provocada sem dúvida pela ausência de sentimentos afetivos de ordem superior (Prado, 1981, p. 92).

Na concepção de Paulo Prado (1981), o romantismo ou o “mal romântico”, com seus ecos de “renovação messiânica” (p. 115), influenciou as ideias e os sentimentos da “alma nacional” (p. 115), contaminando o país durante o século da Independência e resultando num “organismo

precocemente depauperado” (p. 113). Decerto, o romantismo fez adensar no país a tristeza congênita do povo, fatigado pela obsessão erótica e pela angústia frustrada de enriquecer a qualquer preço (Vainfas, 2012). Do desvario dos poetas à “altiloquência” dos oradores, restou apenas o desequilíbrio que separava o “lirismo romântico da positividade da vida moderna e das forças vivas inteligentes” (Prado, 1981, p. 127), que constituíam a realidade social. Em outros termos, o romantismo foi o “criador de tristeza pela preocupação da miséria humana, da contingência das coisas”, mas sobretudo pelo desejo de procurar a felicidade num mundo imaginário (Prado, 1981, p. 127).

O virulento racismo de Paulo Prado e outros intelectuais brasileiros não despertou, contudo, a menor polêmica na época, nem tão pouco ocupou a atenção dos críticos, mais preocupados em discutir, no caso de *Retrato do Brasil*, o conceito de tristeza brasileira. Decerto, silenciosos e indiferentes, compartilhavam todos, o modo de pensar preconceituoso, face às questões raciais do país (Vainfas, 2002).

Já no final dos anos 1920, os modelos raciais passaram por críticas no país. Alguns intelectuais ligados ao poder começaram a pensar políticas que viabilizassem “uma autêntica identidade brasileira”, criando instituições culturais que visassem resgatar o folclore, as artes e a história do país. Nesta perspectiva, as diferenças entre os grupos começaram a ser analisadas a partir do contexto social, econômico e cultural em que viviam, não considerando as particularidades biológicas e somáticas (Schwarcz, 2010<sup>b</sup>) como determinantes. Um dos fenômenos de reação mais importante à proposição da formação cultural do país, atrelada a um centro europeu, referiu-se aos trabalhos produzidos na Semana de Arte Moderna, em 1922. O evento lançou, sobretudo, uma maneira diferenciada de pensar o país, não considerando a sua diversidade cultural como fator de desintegração, atraso e pobreza. A colaboração do movimento foi a atribuição do país à modernidade, instaurando, outras relações com o centro. Mais do que uma exposição, a Semana de Arte Moderna converteu-se em um movimento com manifestações pela inovação e liberdade de expressão. Assim,

as mais modernas formas de expressão artística difundidas no exterior deveriam ser incorporadas de forma crítica – adequada e apropriada à realidade nacional – o que significava a defesa da representação, pelas artes, dos aspectos diversos da cultura brasileira (Soares, 2003, p. 4).

A partir do Modernismo, algumas temáticas culturais foram tratados sob a perspectiva interna, assim como a diversidade nacional, mesclando-se às formas de expressão eurocêntrica. Artistas como Oswald de Andrade (1890-1954), Tarsila do Amaral (1886-1973), Heitor Villa-

Lobos (1887-1959), Emiliano Augusto Di Cavalcanti (1897-1976), Mário de Andrade (1893-1945), entre outros, marcaram o movimento. No entanto, na acepção de Ortiz (2006), o evento teve como intenção orientar politicamente a luta ideológica contra outro grupo social profundamente conservador, os intelectuais tradicionais. Dentro deste contexto, o escritor Mário de Andrade publicou, em 1928, a rapsódia *Macunaíma*, revigorando e se apropriando do mito das três raças na construção da narrativa do imaginário nacional. O caráter “moderno” da obra relacionou-se com o resgate de lendas, mitos, folclores e narrativas míticas, mas sobretudo pelo uso de linguagem coloquial e a utilização de expressões indígenas pouco comuns até ao momento. No entanto, na tentativa de sintetizar de forma crítica as contradições características da cultura brasileira, Mário de Andrade, inspirou-se nas narrativas de viajantes estrangeiros - Spix, Martius e Theodor Koch-Grunberg – em expedição pelo país nos primeiros séculos de colonização portuguesa, extraíndo delas o vocabulário e o imaginário dos índios brasileiros (Lopes, 2013).

Na narrativa, Macunaíma é a personagem principal: “criança feia”, nascida no meio da selva amazônica, “no fundo do mato-virgem (...) preto retinto e filho do medo da noite” (Andrade, s/d, p. 2). Como herói ou anti-herói do povo brasileiro, Macunaíma, era desprovido de caráter e cultuava a preguiça. Um dia, ao se banhar nas águas do rio na companhia de seus dois irmãos, mudaram todos de cor. Macunaíma, o primeiro a se banhar, tornou-se louro com os olhos azuis; Jiguê, ao se lavar na água negra do herói, transformou-se em bronze (índio); por último, Manaape, por falta de água santa embranqueceu apenas as palmas das mãos e as solas dos pés. Após o banho, Macunaíma e seus irmãos transformaram-se em branco, negro e índio. Andrade, tentou unificar os opostos - o excesso de características e a ausência de caráter unificado do povo brasileiro - oriundos, não somente da miscigenação entre as três raças formadoras, como dos aspectos regionais distintos do país. Além disso, combateu o particularismo do regionalismo ao promover uma grande mistura dos elementos culturais do país, sintetizando de forma ambígua o imaginário coletivo brasileiro:

Quando o herói saiu do banho estava branco louro e de olhos azuizinhos, a água lavara o pretume dele. (...) Nem bem Jiguê percebeu o milagre, se atirou na marca do pezão do Sumé. Porém, a água já estava muito suja da negrura do herói e por mais que Jiguê esfregasse feito maluco atirando água



pra todos os lados só conseguiu ficar da cor do bronze novo. Manaape (...). Só as palmas das mãos e dos pés dele são vermelhas por terem se limpado na água santa (Andrade, s/d, p. 25-26).

Na obra, o autor resgatou muitos problemas do país, desde a falta de definição do caráter nacional, à divisão cultural, à submissão e importação de modelos socioculturais e econômicos europeus, à discriminação linguística até ao descaso com as próprias tradições. Na época, a intelectualidade do país tomava emprestada as matrizes conceituais europeias, exigindo uma totalidade racial, inexistente no país. Mário de Andrade, sintetizou o imaginário brasileiro, partindo do mito básico do herói indígena: reuniu lendas, folclores, crendices, mitos, contos das mais variadas procedências, costumes, fauna, flora, entre outros elementos nacionais, misturando as manifestações culturais e religiosas das diversas regiões do país, apresentando uma proposta de unidade nacional (Rodrigues, s/d).

Influenciado pelo debate temático do Movimento Modernista acerca da constituição do povo brasileiro, mas contrário ao pensamento de Mário de Andrade, Gilberto Freyre (1900-1987) defendeu a universalidade cultural por meio da soma das particularidades culturais regionais do país. E, apesar de Ortiz (2006) afirmar não ter ocorrido grande ruptura entre Sílvio Romero e Gilberto Freyre, mas reinterpretação da mesma problemática proposta pelos intelectuais do final do século XIX, Gilberto Freyre reeditou “a temática racial, para constituí-la, como se fazia no passado, (...), em chave de compreensão do Brasil” (p. 41). Contudo, distanciou-se da debilidade resultante da miscigenação inter-racial entre o negro, o branco e o índio, para se aproximar do culturalismo proposto pelo antropólogo Franz Boas (1858-1942).

De fato, Gilberto Freyre reinterpretou o dispositivo de mestiçagem em novas bases conceituais. Sua colaboração relaciona-se ao deslocamento do âmbito racial/biológico para o plano cultural, “atacando o conjunto miscigenação-degeneração-perversão” (Tadei, 2002, p. 7). De alguma forma, operou uma transformação no pensamento nacional ao demonstrar, pela primeira vez, o papel do mestiço como símbolo da singularidade brasileira. Neste momento, o mito das três raças tornou-se factível e pôde atualizar-se: “a ideologia da mestiçagem, que estava aprisionada nas ambiguidades das teorias racistas, ao ser reelaborada pode difundir-se socialmente e se tornar senso comum (...). O que era mestiço [tornou-se] nacional” (Ortiz, 2006, p. 41)

As suas primeiras obras - para alguns críticos, somente as primeiras - foram marcadas por um tom aberto e plural, criando uma posição para o Outro, até àquele momento útil apenas enquanto mercadoria, porém, silenciado e subjugado dentro da sociedade brasileira: os negros,

os mestiços e os indígenas. Com estruturas aparentemente binárias, algumas obras - *Casa-Grande & Senzala* (1933), *Sobrados e Mucambos* (1936), *Aventura e Rotina* (1953), *Ordem e Progresso* (1959), *Novo Mundo nos Trópicos* (1972) etc. – articularam-se a partir de uma rede de intercâmbios simbólicos: o senhor e a negra, o padre e a sinhazinha, o dinheiro e o açúcar, a monarquia e a república, o velho e o novo mundo etc. (Portella, 2002; Souza, 2000). Além disso, a tríade *Casa-Grande & Senzala*, *Sobrados e Mucambos*, e *Ordem e Progresso* fizeram parte da introdução à história da sociedade patriarcal do país: *Casa-Grande & Senzala* dedicou-se ao período colonial; *Sobrados e Mucambos* apresentou o momento imperial brasileiro; e *Ordem e Progresso*, analisou o fim do Império e primeira República. Conforme afirma Schwarcz (2010<sup>b</sup>), as obras partilharam todas da festa de convivência insólita:

Essa inclinação relacional - essa predisposição à convivência, as permutas intersubjetivas - pressupõem contatos abertos e livres face às noções habituais ou hegemônicas de identidade. Requerem uma flexibilidade mais ampla, capaz de conferir pulsões de vida, de erotizar mesmo núcleos identitários paralisados ou agônicos (Portella, 2002, p. 109).

A partir de Gilberto Freyre (1974), a singularidade da mestiçagem passou a ser celebrada, invertendo os termos da equação e positivando o modelo escravocrata. Em outros termos, passou a vigorar como uma espécie de ideologia não oficial do Estado, mantida acima das clivagens de classes dominantes e dos conflitos sociais que se precipitavam na época, posto que “todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro”, passou a ter registrado “na alma quando não na alma e no corpo, a sombra, ou pelo menos a pinta do indígena ou do negro” (p. 307). Em suma, o brasileiro era, portanto, o resultado sincrético de uma mistura bem elaborada e autêntica, cuja cultura também era mista (Schwarcz, 1993).

Dentro desta perspectiva, a condição tropical do país, de maneira geral, profundamente diferente da natureza do Velho Mundo, camuflava um ecossistema ao qual o homem europeu teve que adaptar-se, modificando os seus hábitos e costumes de vida anterior. A mestiçagem moral e ética, possibilitava a “aclimatação” da civilização europeia nos trópicos. Surgia, então, uma nova sociedade, matizada, maleável e adaptada aos trópicos (Ortiz, 2006; Odalia, 2001). Assim, baseando-se numa profunda pesquisa documental, narrativas de viajantes estrangeiros, crônicas e relatos dos jesuítas, *Casa-Grande & Senzala* (1933), teve como questão central o encontro intercultural nos trópicos, sob um regime social patriarcal:

A família patriarcal como se reunia em si toda a sociedade. Não só o elemento dominante, formado pelo senhor e sua família nuclear, mas também os elementos “intermediários” constituídos pelo enorme núcleo de bastardos e dependentes, além da base de escravos domésticos e, na última

escala hierárquica, os escravos da lavoura (Souza, 2000, p. 75).

Neste contexto de construção do brasileiro, o colonizador português foi representado como o elemento central nos aspectos da cultura material e simbólica do país. As características mais importantes da vida colonial brasileira foram herdadas do português: a plasticidade social – “maior no português que em qualquer outro colonizador europeu” - um “tipo contemporizado”, sem ideais absolutos, “nem preconceitos inflexíveis” (Freyre, 2003, p. 140). Com efeito, “por todas aquelas felizes predisposições de raça, de mesologia e de cultura”, o colonizador, não apenas conseguiu vencer as condições climáticas e a terra desfavorável à instalação do homem europeu nos trópicos, “como suprir a extrema penúria de gente branca para a tarefa colonizadora, unindo-se com a mulher de cor” (Freyre, 2003, p. 37):

Pelo intercurso com a mulher índia ou negra multiplicou-se o colonizador em vigorosa e dúctil população mestiça, ainda mais adaptável do que ele puro ao clima tropical. A falta de gente, que o afligia, mais do que a qualquer outro colonizador, forçando-o à imediata miscigenação (...) foi para o português vantagem na sua obra de conquista e colonização dos trópicos. Vantagem para a sua melhor adaptação, senão biológica, social (Freyre, 2003, p. 37).

Do indígena, nômade e livre “se salvaria a parte feminina de sua cultura” (Freyre, 2003, p. 123), consoante a disponibilidade “ao amplexo sexual dos brancos” (Freyre, 2003, p. 55). O escravo africano contribuiu com o “suor e às vezes o sangue” (Freyre, 2003, p. 19) e, ainda, forneceu aos alicerces das casas-grandes sua consistência quase de fortaleza. A negra, por seu turno, iniciou o branco ao “amor físico” e transmitiu, “ao ranger da cama-de-vento, a primeira sensação completa de homem” (Freyre, 2003, p. 191):

A verdade é que no Brasil, ao contrário do que se observa em outros países da América e África de recente colonização europeia, a cultura primitiva (...) não se vem isolando em bolões duros, secos, indigestos, inassimiláveis; ao sistema social do europeu. (...) Faz-se sentir a presença viva, útil, ativa, e não apenas pitoresca de elementos com atuação criadora no desenvolvimento nacional (Freyre, 2003, p. 123).

Segundo Freyre (2003), ainda nos primeiros tempos de colonização, à “solta libertinagem” e na ausência das batinas de jesuítas para “abafarem a espontaneidade” despontou-se a vida da colônia em um ambiente de “intoxicação sexual” (p. 80). O homem europeu “saltava em terra escorregando em índias nuas” (p. 80). As mulheres eram as primeiras a se “entregarem aos brancos, as mais ardentes indo esfregar-se nas pernas desses que supunham deuses. Davam-se ao europeu por um pente ou um caco de espelho” (p. 80). Assim, as “considerações priápicas”

se sobrepuseram à circunstância da escassez, “quando não de falta absoluta de mulheres brancas” (p. 80).

Já a partir do desenvolvimento da economia açucareira no Nordeste, a casa-grande, em conjunto com a senzala, funcionaram como um micro-sistema econômico, político, religiosos, mas também de reprodução sexual e cruzamento entre os dois ambientes. Neste sentido, Gilberto Freyre (2003) esclarece que a miscigenação agiu de forma positiva ao diminuir a distância social entre negros e brancos, resultando numa série de equilíbrios de antagonismos:

Antagonismos de economia e de cultura. A cultura europeia e a indígena. A europeia e a africana. A africana e a indígena. A economia agrária e a pastoril. A agrária e a mineira. O católico e o herege. O jesuíta e o fazendeiro. O bandeirante e o senhor de engenho. O paulista e o emboaba. O pernambucano e o mascate. O grande proprietário e o pária. O bacharel e o analfabeto. Mas predominando sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo (Freyre, 2003, p. 58).

Em *Sobrado e Mucambos*, a urbanização representou uma mudança fundamental na forma do exercício do poder patriarcal no país, abandonando esta estrutura para assumir formas mais impessoais. Como questão central, emergiu a ambiguidade cultural brasileira no embate entre a tradição patriarcal, sob a influência portuguesa, e o processo de “ocidentalização” motivado pelos países centrais da Europa: “o brasileiro, mal saído das sombras do sistema patriarcal e da indústria caseira, deixou-se estontear de maneira mais completa pelos brilhos, às vezes falsos, da Europa” (Freyre, 1990, p. 339). Além disso, a partir de uma maior urbanização, a hierarquia social passou a ser representada pela oposição entre os valores europeus burgueses e os princípios anti-europeus do interior, vinculando assim uma contradição valorativa no país (Souza, 2000).

O tema da ascensão social do negro foi um dos fios condutores da obra. A enorme transformação social implicada pela mudança do campo para a cidade possibilitou, portanto, oportunidades antes impensáveis a determinados estratos sociais. O enorme número de mestiços e filhos ilegítimos – “indivíduos de *status* intermediários” – muitas vezes desempenhando as funções de escravos domésticos ou agregados de famílias, “deslocados no mundo de posições polares” entre senhores e escravos, encontraram melhores posições na estrutura social, por meio do conhecimento técnico ou do bacharelado, formando-se em elementos tipicamente burgueses daquela sociedade em mudança: “o elemento médio, sob a forma de meia-raça” (Souza, 2000, p. 90-91). Assim, de acordo com Gilberto Freyre (1990), o “mesmo traço sistêmico fazia o biologicamente mulato transformar-se em sociologicamente

branco, ou seja, ocupar as posições sociais que, num sistema escravocrata, [eram] privilégios de brancos” (p. 366):

Sentiriam estes bacharéis, doutores ou semi-doutores de cor, como ninguém, a necessidade de melhor ajustamento social que viesse dar aos intelectuais, aos homens formados, a essa espécie de aristocracia nova e mais indiferente que as outras à pureza de sangue, maior responsabilidade na direção política do país. (...) E nessa reconstrução, devia ser incluído o melhor ajustamento de relações entre senhores e oprimidos. Entre brancos e homens de cor (Freyre, 1990, p. 580).

Na acepção de Souza (2000), escapou a Gilberto Freyre a íntima vinculação entre a questão racial e a democrática, em um país no qual os pobres e excluídos eram negros e mestiços. Em Gilberto Freyre a possibilidade de ascensão do mestiço solucionava a questão racial como um caminho alternativo de resolução democrática. No entanto, a orientação ao “embranquecimento” apontado pelo autor “era um caminho já viciado”, posto que o branco já era, desde o começo, “superior” e nenhuma possibilidade real de clareamento eliminava essa realidade prévia fundamental (p. 96-97). Em suma, a posse de valores europeus individualistas legitimava a dominação social de um estrato sobre o outro, justificando os privilégios de um sobre o outro, silenciando a consciência da injustiça ao racionalizá-la, permitindo, assim, a naturalização da desigualdade.

Em *Novo Mundo nos Trópicos*, edição refundida de *Interpretação do Brasil* em 1944, e idealizada para o público norte-americano, Gilberto Freyre (2000), ofereceu ao estrangeiro uma visão do Novo Mundo a partir dos elementos característicos e definidores da cultura brasileira: a adaptabilidade, a mestiçagem, a tropicalização e a influência na esfera privada, responsáveis, a seu ver, pelo desenvolvimento das colônias nos trópicos: “e o Brasil é a mais avançada de todas, econômica ou culturalmente falando, assim como a mais amadurecida politicamente” (p. 187). A partir das peculiaridades dos trópicos, sugeriu a criação de uma nova ciência – “a tropicologia” – posto que o ambiente, igualmente ofertava, uma série de dificuldades referentes ao gado, à agricultura, à arquitetura, à urbanização etc. Mas, sobretudo, “à psicologia, à educação, à organização política, e à higiene mental”, devido ao clima tropical favorecer o “contato íntimo e informal” (p. 176).

Gilberto Freyre (2000) advogou a tese de que a escravidão no Brasil teria sido uma forma menos cruel de submissão dos negros, em virtude da maneira familiar de tratamento do colonizador português. Da mesma forma, a adaptabilidade do negro ao país deu-se a partir de sua adequação ao clima e “devido ao tratamento comparativamente benigno que recebeu” (p.

173). Para o autor, o negro no Brasil foi capaz de expressar-se relativamente bem desde o seu desembarque, “sem nunca ter sido obrigado a agir como um intruso étnico e cultural neste (...) socialmente flexível sistema nacional de convivência” (p. 173):

À vista de todas essas evidências não há como duvidar de quanto o escravo nos engenhos do Brasil era, de modo geral, bem tratado; e sua sorte realmente menos miserável do que a dos trabalhadores europeus que, na Europa Ocidental da primeira metade do século XIX não tinham nome de escravos (Freyre, 2000, p. 103).

O modelo de colonização portuguesa “dócil”, com tendência natural para a miscigenação e para compreensão dos outros povos, somado ao “generoso” tratamento dispensado aos negros e a facilidade de adaptação ao clima tropical, produziram populações que são surpresas constantes para o branco europeu. Isto, devido à sua diversidade em cor, em forma e uma vigorosa cultura, não meramente “sub-europeia” ou colonial, mas “extra-europeia” ou brasileira (Freyre, 2000, p. 174-175).

A imagem de tolerância encorajou a quietude dos negros, deixando-os na base da pirâmide social sem reações de grande impacto (Marx, 1997). Como tal, no país nunca tinha emergido qualquer conflito étnico, desajustes ou crises – “mesmo os antagonismos de classe (...) sempre estiveram tão interligados com outros tipos de desajustamentos” (Freyre, 2000, p. 180). Até mesmo a situação mais próxima a guerra - Canudos - que o país enfrentou, nunca esteve ligada às questões de raça. Se, por um lado, faltava ao país – “geograficamente imenso e surpreendentemente firme como unidade cultural” (Freyre, 2000, p. 180) – um equilíbrio inter-regional dinâmico ou planejamento econômico, no qual a indústria e a agricultura pudessem se inter-relacionar e melhor interligar o litoral aos sertões, por outro lado, o país fazia parte de uma grande comunidade luso-tropical, com condição “quase ideal” para o desenvolvimento humano e social nos trópicos (Freyre, 2000, p. 187).

Apesar do aparente distanciamento com as teorias raciais prevalentes nos discursos dos intelectuais e na literatura nacional durante o século XIX e início do século XX, predominou no conjunto da obra de Gilberto Freyre a crença da democracia racial, a vocação civilizacional lusitana e sua adaptabilidade aos trópicos, transformando os portugueses em colonizadores excelentes. No entanto, a democracia racial no país foi mais um mito que uma realidade, ainda que, de certa forma, o poder do mito tenha sido significativo (Marx, 1997).

O mito da democracia racial não nasceu em 1933, com a publicação de *Casa-Grande & Senzala*, mas ganhou através dessa obra, sistematização e *status* científico (...). Tal mito tem o seu nascimento quando se estabelece uma ordem, pelo menos do ponto vista do direito, livre e minimamente igualitária (Bernardino, 2002, p. 251).

Para Santos & Alves-Jesus (2014), a obra de Gilberto Freyre positivou, sem dúvida, a miscigenação herdada do período colonial: “Freyre atribuiu ao caráter português e à sua formação histórico-cultural a iniciativa na construção de uma sociedade frouxa quanto aos rigores de preconceito racial, ressaltou igualmente a contribuição da África” (p. 524). No entanto, ainda que a ideia de harmonia tenha impregnado suas obras, a sociedade cultural e racialmente híbrida não significou, de modo algum, igualdade entre as culturas e raças. Longe disso, Gilberto Freyre manteve intocado os conceitos de superioridade e inferioridade, desenvolvendo suas concepções sob a perspectiva de uma classe dominante, negando a violência implícita da escravidão, enaltecendo a aristocracia branca, mas principalmente harmonizando o sadismo presente durante o período colonial: senhores severos, porém, paternos, ao lado de fiéis e valentes escravos (Schwarcz, 2010<sup>b</sup>).

Enquanto Gilberto Freyre apresentou a versão da sociedade colonial brasileira com uma roupagem harmônica e igualitária, atribuindo importância ao modelo de colonização portuguesa, com predominância a adaptabilidade como característica marcante da atuação portuguesa no ultramar. Na mesma época, despontou uma voz discordante em relação à representação igualitária. A obra de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), *Raízes do Brasil*, publicada em 1936, apesar de ter esboçado alguns aspectos da mescla cultural na formação do país, a exemplo da língua e da passionalidade do caráter do povo brasileiro, não se deteve a questão da mestiçagem. Mas, atribuiu importância ao legado cultural da colonização portuguesa, insistindo sempre no caráter nostálgico e insatisfeito do português que habitou o país (Barbosa, 2007; Santos & Alves-Jesus, 2014).

Da mesma forma, em contraste com o pensamento de Gilberto Freyre, Caio Prado Junior (1907-1990), publicou em 1942, *Formação do Brasil Contemporâneo*. A obra atribuiu a degradação de índios e negros no país, sobretudo, à escravidão, denunciando o racismo da sociedade colonial. Criticou o modelo escravagista como marca da sociedade brasileira, capaz de corromper, degradar e deformar moral e intelectualmente o país. No entanto, ao tentar desvendar os meandros da sociedade brasileira, corroborou as teorias científicas típicas do século XIX. Na visão do autor, a escravidão, “incorporou à colônia, ainda em seus primeiros instantes, e em proporções esmagadoras, um contingente estranho e heterogêneo de raças que

beiravam o estado de barbárie, e que no contato com a cultura superior de seus dominadores, se abastardaram por completo” (Prado Jr., 2011, p. 275). Caio Prado Junior (2011) foi reiterativo ao classificar índios e negros como povos “de nível cultural ínfimo, comparados ao de seus dominadores”, e entre os quais tiveram contribuição “nula” para a formação brasileira, a não ser pela “energia motriz” (p. 271-272). A falta de mulheres brancas, “fez o colono cruzar com mulheres de outras raças, em posição social inferior e, portanto, submissa” (p. 109):

Da mulher, mais a passividade da fêmea na cópula. Num e noutro caso, o ato físico apenas, com exclusão de qualquer outro elemento ou concurso moral. A “animalidade” do Homem, não a sua “humanidade” (Prado Jr., 2011, p. 272).

Para Prado Junior (2011), a exploração e a exportação dos produtos tropicais, decorrente das demandas da metrópole fizeram da colônia um empreendimento essencialmente comercial, a partir do fornecimento de material primário de alto valor mercadológico. A “grande lavoura” era “o nervo econômico da civilização” (p. 130), associado ao pau-brasil, ao cultivo da cana-de-açúcar e, posteriormente, a plantação de café, cacau, tabaco etc., foram determinantes para a ocupação do território brasileiro. Já o ouro e os diamantes “fizeram perder o resto da cabeça e bom-senso que sobravam à metrópole” (p. 337). No entanto, o acentuado caráter exploratório e mercantil da colônia foi fornecido pelo colono branco, uma vez que este reunia à natureza pródiga em recursos aproveitáveis para a produção de gêneros de grande valor comercial: “o trabalho recrutado entre raças inferiores que domina” (Prado Jr., 2011, p. 31).

Em suma, o racismo e o desprezo pelas culturas africanas e indígenas, ratificados pelas teorias deterministas do século XIX, sustentaram durante anos a literatura nacional. À colonização portuguesa foi atribuída o caráter civilizador, uma vez que assumiu o *status* de povo avançado em termos governamentais, sociais e morais. Por outro lado, dentro da ideologia do colonialismo, os nativos não somente eram atrasados, mas precisavam ser retirados do estado de selvageria. Ao percorrer as crônicas jesuítica, perpassando pelas narrativas dos viajantes estrangeiros e, mais tarde, a literatura produzida pela intelectualidade nacional, destacou-se a falta de inserção do país ao mundo moderno, atrelado as questões raciais. A princípio, recaiu sobre o indígena e o africano toda a carga de atraso, inferioridade e primitivismo do país. Em seguida, uma perspectiva pessimista sobre a mestiçagem acompanhou o pensamento social brasileiro, se processando como um problema a ser resolvido e um entrave ao desenvolvimento intelectual, social e econômico do país. Com efeito, a partir de 1930 o



Estado passou a se interessar na fabricação de uma identidade e a mestiçagem assumiu um papel histórico. Ou seja, ofereceu os contornos a identidade nacional brasileira (Vasco, 2014).

### **3.4. Do Estado Novo à contemporaneidade: das imagens internas à promoção externa**

A Revolução de 1930 desencadeou um golpe de Estado e uma crise nos setores político, econômico e social da sociedade brasileira, tendo como consequências profundas mudanças na estrutura do país. Até àquele momento, as frequentes associações entre a miscigenação racial e uma vertente literária e científica pessimista e racista, pareciam atestar a falência da nação. Predominou ao longo de séculos a defesa da eugenia e a ideologia de raça:

Os projetos de compreensão do Brasil foram basicamente setoriais. Refletiam a tentação do viés, a exacerbação ufanista, as armadilhas do preconceito e, por detrás de todos esses malefícios, a fragilidade ou a carência de apoio crítico. Um ou outro olhar mais sagaz conseguia furar o bloqueio. Uma ou outra intuição menos preguiçosa alcançava atravessar o nevoeiro de um pré-entendimento cercado de obstáculos por todos os lados (Portella, 2002, p. 107).

A partir dos anos 1930, a ambiguidade da identidade do “Ser Nacional”, tramada pelos intelectuais do século XIX, não tinha mais espaço no contexto de desenvolvimento econômico e social experimentado pelo país. Assim, o Estado começou a se preocupar mais seriamente com a gestão de uma identidade brasileira que sustentasse a integração nacional. A música da “malandragem” foi condenada, em nome de uma ideologia que se propôs edificar o trabalho como valor fundamental da nação. Em seguida, qualidades como a preguiça, a indolência, consideradas inerentes à miscigenação racial, foram substituídas por uma ideologia de trabalho, como valor fundamental da sociedade brasileira (Ortiz, 2006).

No entanto, apesar do Modernismo cultural dos anos 20 e 30, durante o Estado Novo (1937-1945) o governo passou a utilizar a imagem identitária do país como um dispositivo de poder. Nesse momento, o futebol, o samba e o carnaval, passaram a formar o tripé ideal para forjar elementos característicos da identidade nacional. Além disso, a representação do país culturalmente miscigenado, constituído por um povo alegre e pacífico, de natureza abundante e futuro promissor, foi sendo imposto como imagem do país e sua gente (Alves, 1997).

O governo de Getúlio Vargas (1930/1945) lançou-se numa estratégia de difusão e melhoria da imagem do país, incentivando o desenvolvimento dos meios de comunicação através da compra de jornais e rádios e com a transmissão da “Hora do Brasil”. Os programas tinham como finalidade “decantar as belezas naturais do país, descrever as características pitorescas das regiões e cidades, irradiar a cultura, enaltecer as conquistas do homem em todas as

atividades, incentivar relações comerciais” (Chauí, 2010, p. 37). Da mesma forma, criou-se o Departamento de Imprensa e Propaganda (DPI), em 1939, tendo como principal objetivo coordenar e orientar a promoção nacional, interna ou externa, e organizar e fiscalizar os serviços de turismo, interno e externo. Nessa época, foram tomadas as primeiras iniciativas promocionais na divulgação do país no exterior, com a finalidade de incentivar o turismo. Uma das ações de *marketing* tomadas pelo órgão foi a publicação de panfletos em língua estrangeira e a criação do periódico *Travel in Brazil*, com mais de 25 mil exemplares distribuídos nos Estados Unidos, marcados pelo forte apelo sexual às mulheres, pelo samba, carnaval e rituais exóticos, reforçando o estereótipo do país ligado ao sensual, ao sexual e ao samba (Caetano, 2000).

Para Bignami (2002), a promoção do país na década 1930 ligada à sensualidade ficou ainda mais atrelada à imagem do Brasil, quando ações públicas foram redirecionadas ao esforço de associar o país à musicalidade, por meio da rádio, cinema e televisão. Silva (2007) argumenta que a introdução do rádio na década de 30 colaborou, de maneira significativa, para a divulgação da imagem do Brasil. Até ao início do século XX, o relato de viajantes, a literatura e as artes eram as únicas referências sobre o país.

A partir do desenvolvimento dos meios de comunicação, surgiu como imagem alegórica associada ao campo imaginário da nação, a cantora Carmem Miranda, cuja origem portuguesa é, curiosamente, silenciada: “música, sensualidade, cores, flora e fauna tropicais”. A cantora de maior popularidade no Brasil, na década de 1930, “foi assimilada pela cultura (como o exótico incorporado à auto-imagem nacional), importada e exportada para a maior cultura daquele momento, os Estados Unidos, sendo promovida e elevada à símbolo nacional” (Bignami, 2002, p. 47). Nessa época a musicalidade, refletida através do carnaval, eram as referências brasileiras no exterior e no interior do país, pois sendo a maior parte da população analfabeta, o rádio era uma das poucas fontes de informação de relacionamento do indivíduo com a sociedade.

Data da mesma época a música *Aquarela do Brasil*, de autoria de Ary Barroso, expressando as belezas naturais e o “Brasil brasileiro”, o mulato inzoneiro, os olhos verdes da mulata, o samba, o Brasil lindo e trigueiro; e a Marcha para o Oeste, de Cassiano Ricardo, para quem o Brasil era um “escândalo de cores”. (Chauí, 2010, p. 39). O personagem Zé Carioca, criado em 1942, para o filme *Alô Brasil!* consistiu na re-significação da malandragem discutida no início do século através da figura de *Macunaíma*, de Mário de Andrade (Schwarcz, 2010<sup>a</sup>).

Os filmes produzidos por *Walt Disney* passaram a divulgar o país no exterior e a imagem do personagem Zé Carioca – um papagaio malandro, nascido no Rio de Janeiro, caracterizado como preguiçoso, folgado e golpista, o qual foi sendo incorporado como estereótipo brasileiro. Ao personagem foram adicionados o futebol, as belezas naturais, o carnaval e a sensualidade dos trópicos. Além disso, enquanto os filmes *Alô Brasil* e *Você já foi à Bahia?* relataram a exotividade da fauna e a flora brasileira, *Orfeu Negro*, produzido em 1959 pelo francês Marcel Camus, apresentou o país mestiço, sensual e alegre, contextualizado dentro das principais manifestações culturais: a música e o carnaval. Neste sentido, muitos clichês foram empregados nas produções estrangeiras filmadas no Brasil, reforçando, ainda mais, os estereótipos já existentes. Na produção cinematográfica *Fetiço do Rio* (1984), foram apresentadas mulheres de *topless* na praia de Ipanema; enquanto no filme *Brenda Star* (1989), a protagonista usa um vermelho e navega o rio sobre dois crocodilos ao som do samba, numa tentativa exacerbada e quase caricata de representação do Outro exotizado.

Chauí (2000) afirma que a produção da imagem mítica fundadora do Brasil foi igualmente reproduzida na letra do Hino Nacional do país, quando um sujeito oculto – “ouviram” – é colocado como testemunha de “um brado retumbante”, proferido por um “povo heroico”, grito que, “no mesmo instante”, faz brilhar a liberdade no “céu da pátria”.

Já no governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), a necessidade de desenvolvimento foi moldando o caráter da identidade brasileira. Assim, em 1966, foi criada a EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo), com a principal função de divulgar a imagem do país no exterior, logo após ser instaurada a ditadura militar no país (1964/1985). Nessa época, o país vivia o medo de um regime autoritário, além de contar com uma infraestrutura turística pouco desenvolvida, momento em que as primeiras redes hoteleiras internacionais começavam a ser implantadas. A vertente da “democracia racial” reproduziu-se também no domínio da promoção turística e da representação oficial do país no mundo exterior, sendo simetricamente dividida entre as três raças formadoras do país: o negro, o europeu e o índio. Ao negro atribuiu-se a parte lúdica – o samba, o carnaval e o futebol –, ao Europeu, o milagre econômico, o cosmopolitismo e o desenvolvimento. E por fim, aos índios, incumbiu-se a preservação das reservas naturais, ricas em recursos e atrativos, porém, pouco exploradas.

As imagens divulgadas no exterior, em campanhas publicitárias feitas pela EMBRATUR, eram, sucessivamente, vinculadas à natureza, à nudez e ao carnaval. O objetivo era vender para o exterior uma falsa ideia de liberalismo e democracia, em oposição às denúncias do povo

contra o governo militar. Assim, buscando sua função inicial como porta-voz do governo brasileiro, o órgão elaborou e divulgou o *marketing* oficial, mostrando a ideia de um Brasil multirracial, pacífico, democrático e ordeiro ao mundo:

Apela para uma propaganda de exploração do erotismo e da beleza das mulheres brasileiras, bem como trabalha o lado do exótico da diversidade cultural, demonstrando uma convivência social cuja existência é mais um produto de romances e novelas que a realidade histórica do país (Santos Filho, 2005, p. 2).

A exaltação à natureza e à beleza da mulher brasileira perdurou por décadas na promoção do país no exterior. As campanhas promocionais evidenciavam a sensualidade dos corpos femininos e usavam os recursos naturais como pano de fundo. Para Santos Filho (2005) a ideia de vender a imagem do Brasil embasada em fetiche e exotismo fez com que a EMBRATUR desenvolvesse e priorizasse uma publicidade focada na mulher brasileira, sua beleza estética e as praias. Nos anos seguintes à sua criação, e sem nenhum tipo de planejamento de *marketing*, a EMBRATUR continuou lançando uma série de projetos de promoção internacional focados na exploração da popularidade do futebol, no carnaval, no exotismo das praias e na Amazônia, na sensualidade e cordialidade do povo brasileiro e na exuberância dos recursos naturais.

Os anos que sucederam ao período ditatorial foram bastante conturbados no que diz respeito às reformas internas no campo da política e da economia, como também pelos acontecimentos mundiais que, de alguma maneira, interferiram no país, influenciando negativamente na escolha do Brasil como uma opção de destino turístico. Intentando reverter à situação, entre 1986 a 1989, foi criado pela EMBRATUR o “Passaporte Brasil”, um projeto de promoção turística internacional que consistia em um vasto programa de pacotes organizados por operadoras nacionais e que garantia descontos em estabelecimentos comerciais. Com o mesmo intuito promocional, foi criado o “Dólar-Brasil” com a participação do “Rei Pelé” nas campanhas publicitárias promocionais, que exploravam a popularidade internacional do jogador de futebol, então considerado embaixador do turismo brasileiro (Silva *et al.*, 2002).

Durante a década de 1990, o Brasil, estimulado pela onda mundial da ecologia, investiu na promoção do Ecoturismo. A publicidade passou a explorar temas relacionados com a natureza - a Amazônia e o Pantanal ganharam projeção enquanto destinos turísticos. Foi somente em 1995, a partir do Governo de Fernando Henrique Cardoso, que o discurso

político passou a reconhecer a importância do *marketing* como estratégia, para tentar melhorar a imagem do país. O trabalho resultou na elaboração do primeiro planejamento estratégico de *marketing*. Em decorrência, pode-se citar não só os investimentos reais em propaganda e publicidade, mas também quanto, à infraestrutura, à qualificação profissional e à modernização da legislação (Ituassu & Oliveira, 2004). Apenas nesse momento, o setor público começou a preocupar de maneira mais substancial com as questões da imagem do país e com o desenvolvimento do turismo em território nacional.

Conforme Silva (2007), entre o período de 1995 a 1996, o planejamento de *marketing* da EMBRATUR passou a ser desenvolvido pela empresa *Publicité & Esquire Alliance* e, a partir de um estudo e análise de demanda, foi identificado um turismo crescente para a América Latina, com maior destaque para o Turismo de Aventura e o Ecoturismo. Foram utilizadas as seguintes estratégias de promoção: ampliar a cobertura da imagem do Brasil como destino diferenciada em termos de estilo de vida e criar imagens variadas, visando públicos diferentes.

Silva (2007) acrescenta que, nos anos de 1997 a 1998, a publicidade da EMBRATUR foi delegada à Agência Pejota Propaganda que desenvolveu uma campanha publicitária intitulada “Viva seu País” e “É o seu Brasil, brasileiro”. Nesse momento houve uma valorização do público interno e, como principal objetivo, o resgate da auto-estima do brasileiro e o incentivo às viagens internas. Entre 1998 e 1999, foi implantada a segunda fase da campanha “Viva seu país”, e se deu início à promoção “Viva seu país/Onde você chega está em casa” que, além de continuar com o objetivo principal de estimular as viagens, também trabalhou a integração regional brasileira, em que o bairrismo de cada região era preterido em função do orgulho de ser brasileiro.

Em 2000, os esforços se voltaram para o interior e para o litoral do país, apresentados como lugares ideais para a prática de esportes radicais, pesca e mergulho. Na promoção “Destinos Brasil”, o país começou, mesmo que de forma modesta, a ampliar um pouco sua imagem turística, ao apresentar outras formas de turismo, como, por exemplo, o cultural.

No verão de 2001/2002, visando captar mais visitantes após o 11 de setembro, a EMBRATUR lançou uma campanha intitulada “Terra Brasil”, com a participação da cantora Daniela Mercury. Logo em seguida, outra figura pública foi utilizada para representar o país, dessa vez a apresentadora de televisão Hebe Camargo, com a intenção de sensibilizar e mostrar o progresso do turismo brasileiro ocorrido entre os anos de 1994 e 2002. Destarte, o país continuou a ser promovido e reconhecido como um destino de sol e praia, e natureza por

excelência, e por seu povo alegre e hospitaleiro. Assim, considerando esses atributos, a campanha “Viva essa Paixão”, no período de 2002 e 2003, apresentou o país como um paraíso. Já o *slogan* “Se viajar é a sua paixão, o Brasil é o seu destino” mostrou as múltiplas experiências que o visitante poderia usufruir ao fazer do Brasil a sua opção turística (Silva, 2007).

Apesar dos avanços, não se pode deixar de mencionar um agravante presente nas campanhas promocionais brasileiras que está, fundamentalmente, relacionado com a escassez de verba. Para mostrar a diversidade do país é preciso considerável investimento em mídia para que a mensagem seja realmente assimilada pelo público, tornando-se, em outro momento, permanente. Toma-se como exemplo a segurança, como um atributo que poderia ser explorado e vinculado às campanhas – especialmente a segurança política, item de grande relevância depois do 11 de setembro. Assim, objetivando a organização do espaço turístico e de todas as questões sociais, políticas, econômicas, naturais e culturais, destaca-se a criação do Ministério do Turismo (MTur), em 2003, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Desde então, coube ao MTur o estabelecimento de uma política de incentivo à prática turística, transformando a EMBRATUR em um órgão do próprio Ministério (MTur, 2007).

Ao Instituto coube o papel de desenvolver o *marketing* promocional internacional do país por meio do “Plano Aquarela”, nome dado em homenagem ao artista Ary Barroso, no ano de seu centenário, pela música “Aquarela do Brasil”, um dos maiores sucessos do artista, cuja letra exalta o país. O referido Plano foi desenvolvido pela empresa de consultoria internacional em turismo *Chias Marketing*, responsável pelos resultados positivos de Barcelona durante as Olimpíadas de 1992. Teve como meta principal posicionar o Brasil entre os 20 maiores destinos do mundo e, para que isso ocorresse, foi estruturado em três fases: diagnóstico, formulação da estratégia de *marketing* e o plano operacional. Neste sentido, foram realizadas pesquisas de *marketing*, nas áreas de embarque internacional dos principais aeroportos brasileiros, que permitiriam identificar os valores percebidos pelos turistas e que influenciariam na sua escolha pelo Brasil como um destino turístico, a saber: a natureza, a cultura, o povo, o clima e a modernidade.

Criou-se, em seguida, a “Marca Brasil”, entendida como um símbolo cujos traços, formas e cores são capazes de traduzir o país a partir de tais valores. Assim, a cor verde foi escolhida para representar as florestas; o amarelo representa o sol, as luzes e a praia; o azul representa o céu e as águas; o vermelho, a religião e as crenças do povo. À marca se somou a palavra

SENSACIONAL! exclamada, traduzindo a sensação dos turistas ao conhecerem o Brasil. A partir de então, a “Marca Brasil” passou a ser utilizada como principal símbolo do país no exterior, veiculada não só em materiais promocionais, em operadoras, agências de viagens e companhias aéreas que comercializam o Brasil como destino turístico, como também atrelada a produtos brasileiros, conhecidos e consumidos no exterior, como a bebida Mate Leão, as sandálias Havaianas e uma edição especial de café para exportação promovida pela ABIC - Associação Brasileira de Indústria de Café. Em todos os casos, a função foi agregar valor aos produtos nacionais (Serra, 2007).

Além disso, a situação da oferta turística internacional foi avaliada de acordo com a metodologia de valorização de produtos turísticos, desenvolvida pela Consultoria *Chias Marketing*, a partir de uma lista de 219 destinos brasileiros disponibilizados pela EMBRATUR. Detectou-se que, devido à grande quantidade de atrativos que o país oferece como consequência de sua riqueza cultural, natural e vastidão territorial, o produto Brasil pode ser estruturado em cinco grandes segmentos: sol/praias, ecoturismo, cultura, esportes e negócios/eventos, além de diversos nichos de mercado e produtos direcionados.

No entanto, uma das representações do país mais explorada é a imagem idílica do paraíso terrestre, Éden perdido, que durante séculos acreditou-se existir, com praias ensolaradas durante os 365 dias no ano, palmeiras verdejantes e mares cristalinos, e que, ainda hoje, são usadas na tentativa de persuadir o turista a atentar para o lugar ideal, utópico, distante de todas as dificuldades e insatisfações. Nos panfletos e brochuras de divulgação sobre o Brasil, normalmente, encontram-se alusões à lenda do paraíso; à grandiosidade da terra; à alegria, cordialidade e sensualidade de seu povo; à abundância de recursos naturais, quase como um reflexo da Carta escrita por Pêro Vaz de Caminha na data do “descobrimento” (Silveira, 2011).





## **Capítulo 4 - Estudo das brochuras turísticas na Alemanha, França, Itália, Espanha e Portugal**

### **4.1. A contribuição metodológica na exploração e análise do material**

Muitos autores sustentam que o turismo contemporâneo constituiu uma forma atualizada de colonialismo, posto que sua ideologia continua a moldar os discursos turísticos pós-coloniais, embora de maneira dissimulada, mas muito difundida (Brito-Henriques, 2014). No contexto da promoção publicitária turística, as imagens e os textos fornecem histórias, personagens e cenários dentro de enquadramentos “alternativos”, cujo principal objetivo é despertar o interesse do potencial visitante. Longe de uma percepção natural ou inocente da realidade, fazem parte de discursos idealizados e preestabelecidos (Cordeiro, 2010), promovendo não somente a polarização entre o Ocidente e resto do mundo (Caton & Santos, 2008), mas sobretudo “geografia[s] imaginativa[s]” de alteridade (Said, 2007, p. 64), o que no contexto deste trabalho designa-se também por cartografias de paisagens culturais de representação do Brasil.

No entanto, antes de qualquer análise interpretativa das brochuras turísticas nos países investigados, faz-se necessário uma referência à teoria metodológica empregada na exploração do material. Neste caso, optou-se pela utilização da análise de conteúdo (Bardin, 1991) e da abordagem semiótica (Barthes, 1982), uma vez que se apresentaram como métodos adequados, principalmente porque permitiram acessar as realidades subjetivas das representações simbólicas (verbais e não-verbais), envolvidas na percepção do Outro. Por outras palavras, a análise de conteúdo e a semiologia possibilitaram “tornar visível os alicerces ocultos da construção discursiva” (Cordeiro, 2010, p. 137) nas brochuras turísticas. A partir de uma abordagem qualitativa e interpretativa considera-se o conteúdo social e histórico sob o qual foram produzidos (Campos, 2004).

Como instrumento metodológico, a análise de conteúdo envolve a exploração das mensagens, os enunciados dos discursos, a busca do significado das mensagens. O método ainda descreve, analisa e interpreta as mensagens de todas as formas de discurso, procurando ver o que está por detrás das palavras (Severino, 2017). Sendo assim, na tentativa de identificar os principais atributos conferidos ao Brasil a partir de outros países europeus, o primeiro passo da pesquisa constitui-se na análise de conteúdo, fundamentada em dimensões propostas por Bardin (1991): na descrição do material, ou seja, na análise de suas características, quer dos textos, quer das imagens, sublinhando sua dimensão interpretativa e seus significados culturais.

Apresentaram-se, ainda, processos de inferência e deduções lógicas, que permitiram não apenas produzir suposições acerca das mensagens, mas identificar causas e consequências de um determinado conteúdo, além de embasá-las em pressupostos teóricos (Campos, 2004). São exatamente as dimensões da análise de conteúdo que possibilitaram a decodificação das mensagens:

A análise de conteúdo tem uma dimensão descritiva que visa dar conta do que nos foi narrado e uma dimensão interpretativa que decorre das interrogações do analista face a um objeto de estudo, com recurso a um sistema de conceitos teórico-analíticos cuja articulação permite formular as regras de inferência (Guerra, 2010, p. 62).

Assim, a análise de conteúdo seguiu quatro etapas metodológicas: 1) análise prévia, 2) exploração dos dados, 3) tratamento e interpretação dos dados, e 4) discussão dos resultados das análises. Ao respeitar as fases da análise de conteúdo, no primeiro momento, empregou-se a leitura preliminar e exaustiva do *corpus* das brochuras turísticas investigadas, atentando-se aos conteúdos referentes ao Brasil, as regiões, aos Estados e às cidades brasileiras, enquanto destinos turísticos.

A partir da observação atenta dos conteúdos das brochuras turísticas, articulada com os objetivos desta investigação, observou-se que as referidas brochuras apresentavam o que o visitante poderia encontrar no destino, ou seja, os atrativos naturais, o patrimônio material e imaterial, a estrutura turística de apoio e, em alguns casos, o encontro com a população nativa.

O estudo de Bignami (2002) e o embasamento teórico no domínio da literatura pós-colonial, forneceram condições para a emergência das primeiras categorias, uma vez que trabalhou-se com a hipótese de a representação do Brasil, nos países sugeridos se relaciona com uma fantasia “exotizada”, que foi sendo construída a partir das narrativas históricas e dos laços que ligam estes países. Além disso, o levantamento das unidades de registros em núcleos temáticos e sub-temáticos, ricos em dicotomias essencialistas, abarcaram um número variável de temas: a) Brasil-paráiso (patrimônio natural/selvagem, aventura/emoção/esportes e história/descobrimento); b) Brasil-brasileiro (origem/herança e comportamentos/costumes); c) Brasil exótico-místico (crenças/religiões e sentidos/sensações/sensualidade); d) Brasil-cultural (patrimônio material e patrimônio imaterial); e) Brasil-contraste (dimensão/diversidade, modernidade/sofisticação e rústico/ecológico).

Na fase seguinte, numa análise ainda mais fina, foi possível reagrupar as categorias em: a) certificações internacionais/acontecimentos globais, contato com os destinos/populações,

passado histórico com base no colonialismo e espaço próprio do turista; b) codificação da experiência/aventura e natureza a partir da ecologia; c) origem/herança, comportamento/estilo de vida e crenças. Nesta fase, levantaram-se, ainda, núcleos temáticos por pares de oposição: natureza, grandeza/diversidade, emoção/aventura, modernidade/sofisticação/prosperidade, social/humano e místico/exótico - que, implicitamente, apresentaram grande relevância na seleção das categorias.

Assim, após uma exaustiva exploração e afunilamento das mensagens das referidas brochuras turísticas, emergiram três categorias distintas: cultura urbana; cultura rural e paisagem natural; e social humana, constituindo-se por cartografias ou paisagens<sup>4</sup> culturais imaginativas de representação do Brasil, – conforme apresentado no quadro 1. Em seguida, cada uma das cartografias ou paisagens, forneceu um conjunto de referências (sub-categorias) responsáveis pela caracterização dos destinos. A primeira paisagem a emergir foi a “cultura urbana”, como consequência da junção das categorias que se reuniram em certificações internacionais/acontecimentos globais, contato com os destinos/populações, passado histórico com base no colonialismo e espaço próprio do turista, ou melhor, espaço “turistificado”<sup>5</sup>. Esta cartografia relaciona-se diretamente com o patrimônio material/imaterial e a estrutura turística, que suporta a atividade turística. A segunda cartografia a emergir foi “cultura rural e paisagem natural” e corresponde a reunião das categorias: codificação da experiência/aventura e natureza a partir da ecologia. Esta paisagem assim cartografada, refere-se à forma como a natureza é representada (patrimônio natural e rural/ecológico) e às múltiplas possibilidades do visitante vivenciar experiências e aventuras. Por fim, a cartografia “social humana” resultou da ligação das categorias comportamento, sensualidade e crenças, baseadas nas sub-categorias origem/herança, comportamento/estilo de vida e crenças.

---

<sup>4</sup> Apesar do termo cartografia relacionar-se com o espaço geográfico e a paisagem ligar-se ao campo visual, aqui os termos têm uma relação de co-pertencimento. Desta forma, ora será utilizado a expressão cartografia, ora paisagem para designar o mesmo espaço.

<sup>5</sup> O espaço “turistificado” organiza-se em torno do espaço próprio ao visitante - aeroportos, meios de hospedagem, restaurantes, atividades de lazer etc.

Quadro 1 - Cartografias ou paisagens e sub-categorias de representação do Brasil

Cartografias/ Paisagens	Sub-categorias		
Cultura Urbana	Patrimônio Material	Patrimônio Imaterial	Espaço "Turistificado"
Cultura Rural e Paisagem Natural	Patrimônio Natural	Patrimônio Rural/Ecológico	Aventura
Social Humana	Origem/Herança	Comportamento/ Estilo de Vida	Crenças

Uma análise mais profunda e a articulação das cartografias ou paisagens nos países investigados originaram em categorias gerais relativas ao modo como o Brasil é representado nas brochuras turísticas analisadas, conforme quadro 2:

Quadro 2 – Cartografias/paisagens e categorias gerais relativas ao Brasil

Cartografias/ Paisagem	Categorias gerais relativas ao Brasil
Cultura Urbana	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Um passado representado a partir da colonização</li> <li>• O exotismo das manifestações culturais miscigenadas</li> <li>• Um retiro espacial "turistificado"</li> </ul>
Cultura Rural e Paisagem Natural	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Exaltação de uma natureza sonhada</li> <li>• Codificação e organização da experiência turística e aventura</li> </ul>
Social Humana	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estilo de vida e comportamento: um povo efusivo, erótico e abençoado</li> <li>• Um sincretismo religioso: misticismo e magia</li> </ul>

A aplicação do modelo de cartografias ou paisagens imaginativas culturais de representação do Brasil em cada uma das brochuras turísticas investigadas resultou na produção de quadros contendo as principais unidades de registro, que serão apresentadas nas seções de análise de cada um dos países. Ademais, as referidas cartografias foram encontradas tanto em mensagens verbais, através de palavras, como no contexto visual, quer dizer veiculadas através de imagens. Esta opção de análise dupla, imagens e textos deve-se ao fato do discurso turístico se encontrar fortemente condicionado, sobretudo, pelas impressões visuais articuladas com as verbais. Com efeito, o material textual não deve ser isolado do contexto visual, ou seja, a relação texto-imagem é muito importante: "a imagem não constitui um império autônomo e cerrado, um mundo fechado sem comunicação com o que rodeia" (Ferreira, 2007, p. 82). Ao contrário, "as palavras e as imagens estão ligadas, interagem, complementam-se, iluminam-se

com uma energia vivificante (...), [alimentando-se] e [exaltando-se] mutuamente” (Joly, 2007, p. 154).

No caso específico desta investigação, não se poderia abandonar as imagens, porque, embora as brochuras turísticas possuam uma composição textual, elas são majoritariamente compostas por imagens, as quais têm um papel de destaque no tocante à representação publicitária turística,

porque em publicidade, a significação da imagem é puramente intencional: são certos atributos dos produtos que formam *a priori* os significados da mensagem publicitária e estes significados devem ser transmitidos tão claramente quanto possível; e se a imagem contém signos é, pois, certo que estes signos são plenos, formados em vista da melhor leitura: a imagem publicitária é franca, ou pelo menos enfática (Barthes, 1982, p. 27).

Neste sentido, além da análise de conteúdo, a abordagem semiótica também contribuiu para a investigação das imagens das brochuras turísticas. Enquanto a análise de conteúdo forneceu a base descritiva e interpretativa, resultando nas cartografias ou paisagens culturais imaginativas de representação do Brasil, a abordagem semiótica permitiu a investigação dos significados e simbolismos gerados por meio de um arranjo particular de sinais e da implantação de códigos culturais (Barker, 2003), ou, por outras palavras, a maneira como as imagens produzem sentidos. Desta forma, a partir de uma análise mais detalhada, encontraram-se um conjunto de signos culturalmente coerentes que, apesar de descontínuos, remeteram para significados globais dentro de uma descrição aprofundada (Barthes, 1982):

Deste ponto de vista podemos afirmar que tudo pode ser signo, pois que a partir do momento em que somos seres socializados aprendemos a interpretar o mundo que nos rodeia, seja ele cultural ou natural (Joly, 2007, p. 31).

Neste contexto, Roland Barthes, em *A retórica da imagem* (1982), discute a natureza da imagem e as mensagens que ela pode transmitir: uma mensagem linguística, uma mensagem icônica codificada e uma mensagem não-codificada. Para o autor,

das duas mensagens icônicas, a primeira está de certo modo impressa na segunda (...) a mensagem literal aparece como suporte da mensagem simbólica. Ora, sabemos que um sistema que se encarrega dos signos de um outro sistema para formar os seus significantes é um sistema de conotação; diremos, assim, imediatamente que a imagem literal é denotada e a imagem simbólica é conotada (Barthes, 1982, p. 31).

Barthes (1982) argumenta que, sendo as imagens polissêmicas produzem uma “cadeia flutuante de sentidos” (p. 32), fazendo com que a mensagem textual assumam, muitas vezes,

uma função de ancoragem ou substituição em relação à mensagem icônica. Ao nível da mensagem literal “a palavra responde, de modo mais ou menos direto, mais ou menos parcial, à questão: o que é isto?” (p. 32). Além disso, a ancoragem, frequentemente encontrada na publicidade, tem uma função elucidativa aplicada a certos signos, funcionando como legenda (Joly, 2007); enquanto o papel de substituição, identificada sobretudo nos *cartoons* e no cinema, aparece numa relação complementar/substituta, a partir de significados não encontrados na mensagem:

Recorre-se então a toda a espécie de subterfúgios, tais como imagens estereotipadas para lugares (a *Torre Eiffel*=Paris; o *Big Ben*=Londres; o *Empire State Building*=Nova Iorque etc.) ou o uso de objetos afixados, como calendários ou relógios, para indicar a passagem do tempo (Joly, 2007, p. 128).

Para além da mensagem linguística ou textual que acompanha a imagem, há, na concepção de Barthes (1982), a mensagem denotativa ou literal, que com ela se relaciona de forma operatória. Isto porque, segundo o autor, a imagem literal nunca se encontra em um “estado puro”, ou seja, até mesmo o signo de inocência é completado por uma mensagem simbólica. Ao utilizar como exemplos a fotografia publicitária e o desenho, o autor demonstra a distinção de ambos: enquanto a primeira parece constituir uma mensagem sem códigos e supostamente naturalizada, em oposição, o desenho apresenta uma mensagem codificada. Em outros termos, a denotação do desenho é menos pura que a denotação da fotografia:

a produção de um desenho constitui já uma conotação; mas, ao mesmo tempo, na medida em que o desenho ostenta a sua codificação, a relação das duas mensagens encontram-se profundamente modificada; já não é a relação entre natureza e uma cultura (como no caso da fotografia), é a relação entre às duas culturas: a “moral” do desenho não é a da fotografia (Barthes, 1982, p. 35).

No caso específico da fotografia publicitária, a ausência de código reforça o mito do natural fotográfico: a imagem é sedutora, “a cena está lá, captada mecanicamente e não humanamente” (Barthes, 1982, p. 35). Mais particularmente na publicidade turística, a imagem exerce no viajante um grande poder de atração, apesar de nenhuma fotografia utilizada na promoção turística poder ser considerada neutra ou sem um teor ideológico, posto que é determinada culturalmente (Mello, s/d).

Neste sentido, MacCannell (1999) discute a componente problemática da “cultura da lente”, ao desafiar subversivamente o conceito de verdade e estabelecer uma autenticidade encenada. Assim, a natureza parece produzir espontaneamente a cena, negando a mediação ou

interpretação realizada pelo fotógrafo. As imagens são apresentadas como naturais e as intervenções do homem (enquadramento, distância, luz etc.) parecem não ter ocorrido: “quanto mais a técnica desenvolve difusão das informações (e nomeadamente das imagens), mais ela fornece os meios de mascarar o sentido construído sob a aparência do sentido dado” (Barthes, 1982, p. 37). Além disso, fotografias, consumo visual e poder então muitas vezes enredados (Brito-Henriques, 2014), e com frequência, baseiam-se em uma essência condensada, regulamentada artificialmente, no conhecimento de certos estereótipos, ou “barbarismos (...) que melhor [dão] conta dos significados de conotação” (Barthes, 1982, p. 39).

Em uma relação de produção de sentidos e/ou poder, ora a incidência de signos icônicos e textuais completam-se mutuamente, ora enfatizam os aspectos suscitados. Em outros momentos, as imagens funcionam como pano de fundo ao que não pôde ser expresso através de referências linguísticas: “o simbólico define valores, e estes são estados de poder, estabelecidos ou produzidos incessantemente no solo móvel das relações” (Martins, 1992, p. 195). Além disso, o conteúdo visual tem grande destaque do ponto de vista plástico (cores, formas, composições, texturas etc.), sendo um fator de grande relevância para os significados que se pretendem transmitir nas mensagens publicitárias: “os instrumentos plásticos da imagem, qualquer que ela seja (...) fazem dela um meio de comunicação que solicita a fruição estética e o tipo de recepção que a ela está ligada” (Joly, 2007, p. 68). A respeito da importância dos signos plásticos, Joly (2007) considera que grande parte da significação da mensagem visual é determinada pelas escolhas plásticas e não unicamente pelos signos icônicos, embora o “funcionamento dos dois tipos de signos [passa] circular e complementar[rem-se]” (p. 104-105). Neste sentido, Jenkins (2003) sugere que os turistas não são atraídos por atributos evidentes e superficiais dos destinos de férias, mas exatamente pela gama de ferramentas culturais, significados e identidades fornecidos pelas mensagens visuais. Logo, as características especiais da fotografia publicitária turística são apresentadas não só pela escolha do tema, mas também pela forma em que são representadas.

Já a terceira mensagem - codificada, simbólica, conotativa ou cultural - provém de um código cultural, ou seja, as leituras dependem de determinados saberes, embora, variem de acordo com o indivíduo: “a imagem passa por alguém, que a produz ou a reconhece”, sendo “objeto, em relação à uma outra que ela representaria de acordo com algumas leis particulares” (Joly,

2007, p. 13-14). No entanto, as leituras não são anárquicas, arrastam significados práticos, nacionais, culturais ou estéticos (Barthes, 1982):

A conotação não é inerente à imagem, mas é necessário considerá-la como constitutiva da significação pela imagem (...). De fato, nunca é demais insistir em lembrar que as imagens não são as coisas que elas representam, mas que se servem delas para falar de outra coisa (Joly, 2007, p. 96-97).

Em outros termos, as representações são construídas a partir de um jogo articulado de sentidos entre os signos linguísticos, icônicos e plásticos, “nos mil movimentos que vêm regular a significação no seio das sociedades” (Metz, 1973, p. 10), produzidas num determinado contexto histórico-social e consumidas de forma real e/ou simbólica (Ferreira, 2007). Assim, as representações imagéticas não são imunes à hegemonia cultural, mas contribuem para a perpetuação de ideologias (Brito-Henriques, 2014). Entretanto, se por um lado, as mensagens verbais e não-verbais representam algo sobre o contexto no qual foram produzidos, por outro, estas também originam comportamentos e imagens sociais (Mota-Ribeiro, 2005). Além disso, a análise de uma imagem, ligada ou não à publicidade, implica um processo complexo de identificação, interpretação e elucidação dos elementos discursivos, culturais e sociais, que englobam o objeto icônico (Maia, 2016). Deste modo, a partir do momento em que cultura se apropria do texto icônico, embora também presente no próprio criador, é oferecido à impressão da figura e do discurso (Metz, 1973):

é possível encontrar espelhado na percepção do Outro o nosso próprio padrão de percepção (...) o consumo turístico é uma leitura do Outro, na qual se projetam as estruturas mentais, os desejos, os anseios, as expectativas de quem lê/consome (Cordeiro, 2010, p. 18-19).

No caso específico desta investigação, e a partir da contextualização teórica apresentada, começam a emergir questões que serão aprofundadas na discussão dos resultados das análises das brochuras turísticas analisadas em cada um dos países. De momento, interessa apenas destacar alguns pontos importantes: a interação entre os signos plásticos, icônicos e linguísticos nas paisagens cartográficas que representam o Brasil, produz e intensifica o sentido que se deseja transmitir. Entretanto, as imagens não apenas complementam as mensagens verbais, mas sobretudo aparentam revelar uma realidade que o texto parece não querer enunciar. É exatamente nas imagens que aparecem “sutilezas” que escapam as palavras ou às censuras mais politicamente corretas, que condicionam fortemente a produção textual (Maia, 2016).



Outra questão a ser discutida em cada um dos países investigados é precisamente o processo de naturalização das imagens ou de uma suposta “realidade” que se deseja encenar, tendendo a esconder o caráter construído e escolhido, ou seja, encenado. Na maioria das vezes, a apresentação, de forma “despretensiosa” da natureza em seu estado “puro”, ao lado da exotização das tradições culturais e de determinados traços de estilos de vida, revela artifícios utilizados, como forma de convencer o potencial visitante, refletindo um “conjunto de ansiedades humanas cristalizadas” em torno da tentativa de resgate do paraíso perdido, (Cordeiro, 2010, p. 37). A imagem passa a ser uma mercadoria carregada de fantasia e fetiches dentro de um mundo colonial, com pouca ou nenhuma conexão com a realidade, podendo ser mesmo considerado, em alguns casos, um “não-lugar”. Ou seja, um espaço incapaz de dar forma a qualquer tipo de identidade (Augé, 1994).

E por fim, mas não menos importante, trata-se de considerar as imagens das brochuras turísticas (linguísticas, icônicas e plásticas) como instrumento da ideologia do colonialismo. Ao tratar da representação do Outro (diferente, estranho e exótico), o olhar atento não só permite identificar a perspectiva simbólica das relações de poder compreendidas nos discursos turísticos, situando o Outro num mundo (colonial), pré-moderno e menos evoluído do que próprio mundo produtor das imagens (MacCannell, 1992), como ainda contribui para a ratificação do binarismo entre os países centrais e periféricos, o que se relaciona com a afirmação da identidade própria (desenvolvida, civilizada e moderna).

Nas seções seguintes apresentam-se as cartografias ou paisagens culturais imaginativas de representação do Brasil dos países, cujas brochuras turísticas são investigadas: Alemanha, Itália, França, Espanha e Portugal. Em cada seção optou-se pela apresentação do conteúdo textual e das mensagens visuais das brochuras turísticas de cada país, seguida da exploração e discussão, as quais se consideraram a interação dos diferentes signos: linguísticos, plásticos e icônicos. O item 4 do capítulo 4 - O olhar europeu sobre o Brasil: da exotização do paraíso à mercantilização turística – reserva-se a discussão das categorias gerais que são atribuídas ao Brasil quando analisadas em conjunto todas as brochuras turísticas, independentemente, de sua origem nacional.

#### **4.2. Apresentação e análise dos dados**

O material analisado refere-se às brochuras de divulgação turística, que têm como destino o Brasil, recolhidas nas operadoras de viagens nos cinco principais países europeus emissores de

turistas para o Brasil – Alemanha, Itália, França, Espanha e Portugal – nos anos correspondentes às temporadas 2012/2013 e 2014/2015.

Empregou-se como critério a saturação da amostra: recolheu-se o material promocional sobre o Brasil junto das operadoras de viagens nos países referidos. A recolha deteve-se quando se verificou que a repetição das informações e o acréscimo de material não alteraria a compreensão do objeto de investigação. Todavia, a análise não empregou nenhum programa informático de análise de dados.

Desta forma, o material analisado é composto por brochuras turísticas alemãs, designadamente as produzidas pelas operadoras de viagens Explorer, Gateway, Best Of, Aventoura e Ruppert; por brochuras turísticas francesas, especificamente pelas operadoras de viagens Du Monde, Clio e Terre Voyages; por brochuras turísticas italianas das operadoras de viagens Master Explorer, Dimensione Turismo, Press Tours, Boscolo e Viaggidea; por brochuras turísticas espanholas das operadoras de viagens Travelplan, Iberojet, Politours e El Corte Inglés e, finalmente, por brochuras turísticas portuguesas produzidas pelas operadoras de viagens Abreu Viagens, Sol Férias, Nor Travel e Exótico Tour. Assim, foram analisadas um total de 21 operadoras de viagens, conforme quadro 3:

Quadro 3 - Brochuras turísticas produzidas pelas operadoras de viagens participantes na investigação em cada país

Países						
Operadoras de Viagens	Alemanha	França	Itália	Espanha	Portugal	Total
	Explorer	Du Monde	Master Explorer	Travelplan	Abreu Viagens	
	Gateway	Clio	Dimensione Turismo	Iberojet	Sol Férias	
	Best Of	Terre Voyages	Press Tours	Politours	Nor Travel	
	Aventoura		Boscolo	El Corte Inglés	Exótico Tour	
	Ruppert		Viaggidea			
Total	5	3	5	4	4	21

Como referido anteriormente, o material analisado reporta-se aos anos correspondentes às temporadas 2012/2013 e 2014/2015, perfazendo um total de 28 brochuras de promoção turísticas, conforme apresentado no quadro 4:

Quadro 4 - Material analisado: brochuras turísticas por países, operadoras de viagens e temporadas

Alemanha	2014	2014/15	França	2013/14	2014	2015	Itália	2013	2014	2013/14	2014/15	Espanha	2012	2012/13	2014	2014/15	Portugal	2012	2013	2013/14	2014	2014/15	
Explorer		1	Du Monde		1		Master Explorer				1	Iberojet	1				Abreu Viagens			1		2	Total
Gateway	1		Clio			1	Dimensione Turismo			2		Travelplan		1		1	Sol Férias		1		1		
Best Of		1	Terre Voyages	1			Press Tours	1				El Corte Inglés			1		Nor Travel		1		1		
Aventoura	1						Boscolo				1	Politours				1	Exótico Tour	1			1		
Ruppert	1						Viaggidea		1														
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>2</b>		<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>		<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>2</b>		<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>		<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>28</b>

A oferta turística do Brasil nos países investigados é vasta. Destarte, ora o Brasil é apresentado como destino único, ora é inserido em brochuras que incluem outros destinos da América do Sul, América do Norte, América Central, Caribe, África e Ásia. No material de promoção turística das 21 operadoras de viagens analisadas, o Brasil apresentou-se como destino único em 14 brochuras, conforme se pode verificar pela análise do quadro 5, que se apresenta a seguir:

Quadro 5 - Destinos promovidos e co-promovidos pelas brochuras turísticas

<b>País</b>						
<b>Modo de Promoção</b>	<b>Alemanha</b>	<b>França</b>	<b>Itália</b>	<b>Espanha</b>	<b>Portugal</b>	<b>Total</b>
<b>Co-promoção</b>	2	1	2	2	0	7
<b>Promoção única</b>	3	2	3	2	4	14
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>21</b>

Assim, a maior parte das brochuras turísticas analisadas promove unicamente o Brasil e têm uma média de 68 páginas. Já as brochuras que incluem o Brasil numa estratégia de co-promoção têm uma média de 113 páginas, nas quais se promovem vários destinos da América Latina, ou ainda, em conjunto com a Ásia, África e América do Norte, dedicando 13 páginas

em média ao Brasil. A seguir descreve-se detalhadamente o conteúdo relacionado ao Brasil das brochuras de promoção turística em cada um dos países analisados. A apresentação do mapa procura localizar os Estados e capitais brasileiros promovidos pelas brochuras turísticas, de modo a compreender melhor a sua distribuição geográfica.

#### a) Brochuras alemãs de promoção turística

As brochuras alemãs de promoção turística referem-se ao ano 2014 e à temporada 2014/2015, e incidem sobre os seguintes Estados e capitais:

Figura 1 - Mapa Político do Brasil: Estados e capitais promovidos pelas operadoras de viagens alemãs



Com base no mapa político do Brasil, percebe-se que praticamente todo o país é promovido pelas brochuras turísticas alemãs, com exceção aos Estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Piauí e Goiás<sup>6</sup>. Numa contagem global, verifica-se que as operadoras de viagens alemãs promovem 185 destinos brasileiros. Entretanto, 82 destinos referem-se à região Nordeste, 46 destinos referem-se à região Sudeste, 23 destinos referem-se à região Centro-

<sup>6</sup> De modo a descrever detalhadamente o material analisado, especificam-se os destinos, por regiões, promovidos pelas operadoras de viagens alemãs, conforme quadro 1 do Apêndice I.

Oeste, 17 destinos referem-se à região Norte e 17 destinos referem-se à região Sul do país, conforme quadro 6:

Quadro 6 - Operadoras de viagens alemãs e o número de destinos por regiões

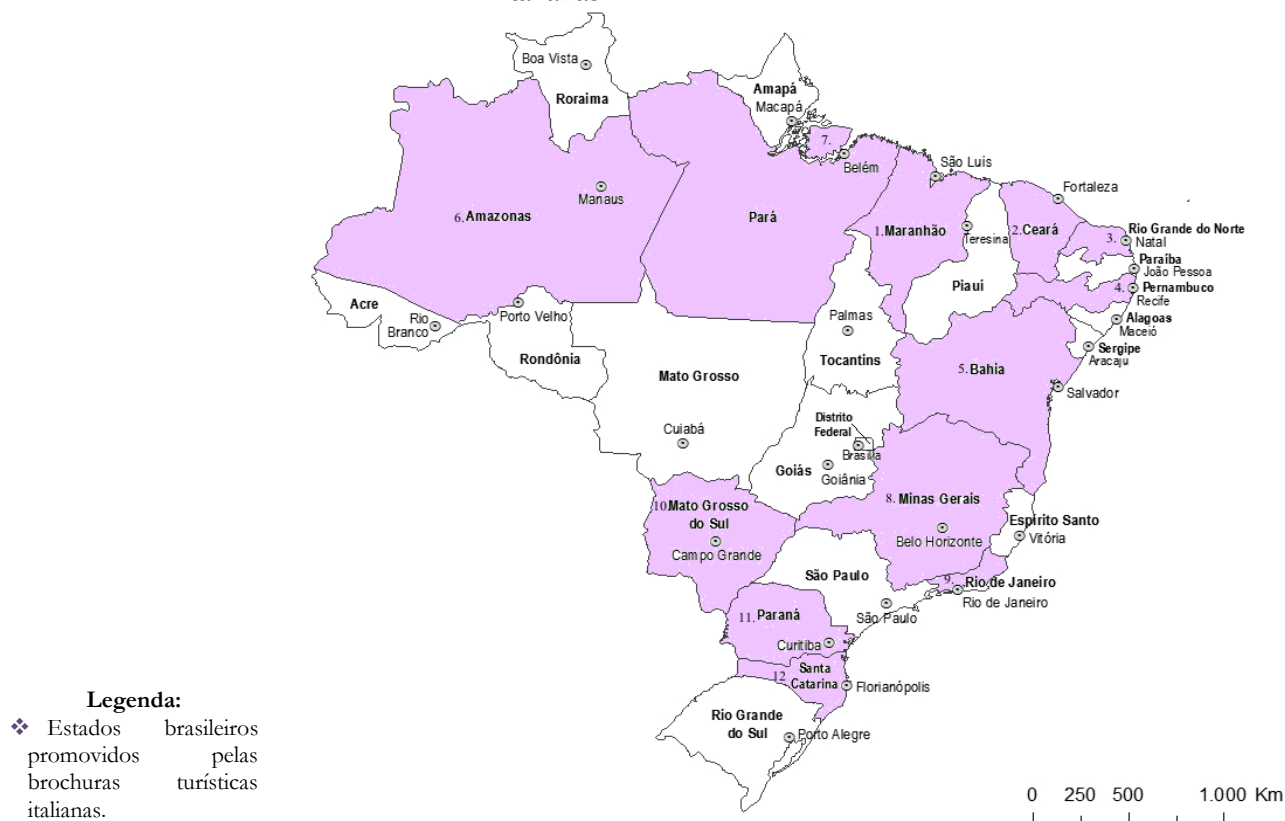
<b>Regiões</b> <b>Operadoras</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Sudeste</b>	<b>Centro-Oeste</b>	<b>Sul</b>	<b>Norte</b>	
Aventura	13	4	2	2	2	<b>Total</b>
Gateway	18	10	4	3	4	
Ruppert	21	14	5	7	6	
Best Of	10	11	4	1	3	
Explorer	20	7	8	4	2	
<b>Total</b>	<b>82</b>	<b>46</b>	<b>23</b>	<b>17</b>	<b>17</b>	<b>185</b>

De maneira geral, apesar das regiões Nordeste e Sudeste apresentarem o maior número de destinos, promove-se também às regiões Centro-Oeste, Sul e Norte do país. Neste caso, os destaques dados às regiões Nordeste e Sudeste apontam para o interesse do visitante alemão nas paisagens culturais rurais e naturais, ideal não apenas à exploração dos atrativos naturais, mas sobretudo, para atividades codificadas em espaços “turistificados”. Além disso, a promoção das regiões Centro-Oeste e Norte ratificam o interesse do público alemão por paisagens naturais para à prática esportes de aventura. Já a promoção da região Sul relaciona-se à cristalização e exotização da própria herança colonial.

## b) Brochuras italianas de promoção turística

As brochuras italianas de promoção turística referem-se aos anos 2013, 2014 e às temporadas 2013/2014 e 2014/2015, e incidem sobre os seguintes Estados e capitais:

Figura 2 - Mapa Político do Brasil: Estados e capitais promovidos pelas operadoras de viagens italianas



Com base no mapa político do Brasil, percebe-se que alguns Estados não são promovidos pelas operadoras de viagens italianas, tais como: Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Mato Grosso, Piauí, Tocantins, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Goiás, Espírito Santo, São Paulo e Rio Grande do Sul<sup>7</sup>.

De maneira geral, verificou-se que as operadoras de viagens italianas promoveram 88 destinos brasileiros. Entretanto, 48 destinos referem-se à região Nordeste, 26 destinos referem-se à região Sudeste, 7 destinos referem-se à região Norte, 4 destinos referem-se à região Centro-Oeste e 3 destinos referem-se à região Sul do país, conforme quadro 7:

<sup>7</sup> De modo a descrever detalhadamente o material analisado, especificam-se os destinos, por regiões, promovidos pelas operadoras de viagens italianas, conforme quadro 2 do Apêndice I.

Quadro 7 - Operadoras de viagens italianas e o número de destinos por regiões

<b>Regiões</b> <b>Operadoras</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Sudeste</b>	<b>Norte</b>	<b>Centro-Oeste</b>	<b>Sul</b>	
Dimensione Turismo	12	3	2	1	-	<b>Total</b>
Máster Explorer	7	3	1	-	1	
Press Tours	17	11	1	3	-	
Boscolo	2	5	2	-	1	
Viaggidea	10	4	1	-	1	
<b>Total</b>	<b>48</b>	<b>26</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>88</b>

De maneira geral, a região Nordeste tem o maior número de destinos, seguida da região Sudeste do país. Neste caso, enquanto a promoção da região Nordeste aponta para o exotismo da paisagem natural e da cartografia social humana miscigenada, denotando a produção do diferente; a divulgação da região Sudeste remete a um espaço de codificação culturalmente (re)conhecido pelo visitante italiano.

### c) Brochuras francesas de promoção turística

As brochuras francesas de promoção turística referem-se ao ano 2014 e à temporada 2013/2014, e incidem sobre os seguintes Estados e capitais:

Figura 3 - Mapa Político do Brasil: Estados e capitais promovidos pelas operadoras de viagens francesas



Com base no mapa político do Brasil, percebe-se que alguns Estados não são promovidos pelas operadoras de viagens francesas: Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Tocantins, Paraíba, Sergipe, Goiás, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul<sup>8</sup>.

Numa contagem global, verificou-se que as operadoras de viagens francesas promoveram 77 destinos brasileiros. Entretanto, 40 destinos referem-se à região Nordeste, 23 destinos referem-se à região Sudeste, 6 destinos referem-se à região Norte, 5 destinos referem-se à região Centro-Oeste e 3 destinos referem-se à região Sul do país, conforme quadro 8:

<sup>8</sup> De modo a descrever detalhadamente o material analisado, especificam-se os destinos, por regiões, promovidos pelas operadoras de viagens francesas, conforme quadro 3 do Apêndice I.



Quadro 8 - Operadoras de viagens francesas e o número de destinos por regiões

Regiões Operadoras	Nordeste	Sudeste	Norte	Centro-Oeste	Sul	
Du Monde	15	7	3	2	1	Total
Terre Voyages	22	10	2	2	1	
Clio	3	6	1	1	1	
Total	40	23	6	5	3	77

De maneira geral, a região Nordeste apresenta maior número de destinos promovidos nas brochuras turísticas francesas, apontando para a profusão de exotismo manifestado pela mistura cultural, observada na gastronomia, no sincretismo religioso, nas artes e nas tradições sob influências africanas. A excentricidade da diversidade cultural também pode ser encontrada na região Sudeste, através da multiplicidade de ritmos musicais, festas, comportamentos erotizados e na literatura brasileira. Em contrapartida, a (re)produção do espaço culturalmente europeu atribuído à região Sul do país não desperta interesse do visitante francês.

#### d) Brochuras espanholas de promoção turística

As brochuras espanholas de promoção turística referem-se ao ano 2012, às temporadas 2012/2013 e 2014/2015, e incidem sobre os seguintes Estados e capitais:

Figura 4 - Mapa Político do Brasil: Estados e capitais promovidos pelas operadoras de viagens espanholas



Com base no mapa político do Brasil, percebe-se que a região Centro-Oeste composta pelos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; e os Estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Pará, Piauí, Tocantins, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, não são promovidos pelas operadoras de viagens espanholas<sup>9</sup>.

De maneira geral, verificou-se que as operadoras de viagens espanholas promoveram 41 destinos brasileiros. Entretanto, 29 destinos referem-se à região Nordeste, 6 destinos referem-se à região Sudeste, 3 destinos referem-se à região Norte, 3 destinos referem-se à região Sul e nenhum destino refere-se à região Centro-Oeste do país, conforme quadro 9:

<sup>9</sup> De modo a descrever detalhadamente o material analisado, especificam-se os destinos, por regiões, promovidos pelas operadoras de viagens espanholas, conforme quadro 4 do Apêndice I.

Quadro 9 - Operadoras de viagens espanholas e o número de destinos por regiões

<b>Regiões</b> <b>Operadoras</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Sudeste</b>	<b>Sul</b>	<b>Norte</b>	<b>Centro-Oeste</b>	
Travelplan	13	2	1	1	-	<b>Total</b>
Iberojet	13	1	-	-	-	
El Corte Inglés	2	1	1	2	-	
Politours	1	2	1	-	-	
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>41</b>

Tal como nos casos das brochuras turísticas alemães, italianas e francesas, no material promocional espanhol a região Nordeste do país tem o maior número de destinos promovidos, apontando um interesse quase exclusivo pela paisagem natural. Neste caso, a reduzida promoção das regiões Sul e Norte, associada a completa ausência de divulgação da região Centro-Oeste, apontam para a falta de interesse nos outros atrativos turísticos além daqueles ligados ao sol e mar. Já promoção da região Sudeste do país remete ao próprio espaço colonial.

#### e) Brochuras portuguesas de promoção turística

As brochuras portuguesas de promoção turística referem-se aos anos 2012, 2013, 2014 e às temporadas 2013/2014 e 2014/2015, e incidem sobre os seguintes Estados e capitais:

Figura 5 - Mapa Político do Brasil: Estados e capitais promovidos pelas operadoras de viagens portuguesas



Com base no mapa político do Brasil, percebe-se que praticamente todo o país é promovido pelas brochuras turísticas portuguesas, com exceção aos Estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Piauí, Tocantins, Sergipe, Espírito Santo e Rio Grande do Sul<sup>10</sup>.

De maneira geral, verificou-se que as operadoras de viagens portuguesas promoveram 120 destinos brasileiros. Entretanto, 66 destinos referem-se à região Nordeste, 40 destinos referem-se à região Sudeste, 7 destinos referem-se à região Centro-Oeste, 4 destinos referem-se à região Norte e 3 destinos referem-se a região Sul do país, conforme quadro 10:

<sup>10</sup> De modo a descrever detalhadamente o material analisado, especificam-se os destinos, por regiões, promovidos pelas operadoras de viagens portuguesas, conforme quadro 5 do Apêndice I.

Quadro 10 - Operadoras de viagens portuguesas e o número de destinos por regiões

<b>Regiões</b> <b>Operadora</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Sudeste</b>	<b>Centro-Oeste</b>	<b>Norte</b>	<b>Sul</b>	
Abreu Viagens	31	30	7	2	2	<b>Total</b>
Sol Férias	14	4	-	2	-	
Nor Travel	10	3	-	1	1	
Exótico Tour	11	3	-	1	-	
<b>Total</b>	<b>66</b>	<b>40</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>120</b>

De maneira geral, as regiões Nordeste e Sudeste do país nas brochuras turísticas portuguesas têm o maior número de destinos promovidos, apontando para o interesse na paisagem natural e para a (re)produção do próprio colonialismo. Já a promoção das regiões Centro-Oeste, Norte e Sul do país distancia-se deste tipo de identificação, resultando pouca inclinação dos visitantes portugueses.

#### 4.2.1. Apresentação geral do material

De forma resumida, é possível observar que no total, 511 destinos brasileiros foram promovidos pelas brochuras turísticas analisadas. Destes, 185 encontram-se nas brochuras alemãs, 120 nas brochuras portuguesas, 88 nas brochuras italianas, 77 nas brochuras francesas e 41 nas brochuras espanholas. Além disso, é possível afirmar que, as regiões Nordeste e Sudeste do país recebem mais atenção por parte das brochuras turísticas, conforme apresentado no quadro 11, posto que se ligam com as principais motivações e entradas dos visitantes no país.

Quadro 11 - Total de destinos, por regiões, promovidos pelas operadoras de viagens

<b>Regiões</b> <b>Operadoras</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Sudeste</b>	<b>Centro-Oeste</b>	<b>Norte</b>	<b>Sul</b>	<b>Total</b>
Alemãs	82	46	23	17	17	185
Portuguesas	66	40	7	4	3	120
Francesas	40	23	5	6	3	77
Italianas	48	26	4	7	3	88
Espanholas	29	6	0	3	3	41
<b>Total</b>	<b>263</b>	<b>141</b>	<b>39</b>	<b>37</b>	<b>29</b>	<b>511</b>

No caso das brochuras alemãs, os números indicam a melhor distribuição da promoção do Brasil, com predominância para as regiões Nordeste e Sudeste, com 82 e 46 destinos respectivamente. Na sequência, a região Centro-Oeste, com 23 destinos, o Norte e o Sul com 17 destinos. Neste caso, a distribuição liga-se com o interesse do visitante alemão quase exclusivamente nas paisagens culturais rurais e naturais propícias às atividades de aventura e exploração da natureza.

Já as brochuras portuguesas, apesar de promoverem um número expressivo de 120 destinos, concentram-se basicamente na região Nordeste, com 66 destinos, e na região Sudeste, com 40 destinos, denotando forte apelo à reprodução do mesmo. Além disso, o Brasil é um destino turístico que desempenha uma forte atração aos portugueses em decorrência do passado colonial e, conseqüentemente, pela similaridade da língua.

Em contrapartida, as brochuras turísticas francesas promovem grande parte do território nacional brasileiro. No entanto, apresentam forte apelo às cartografias da cultura urbana, social humana e a paisagem natural da região Nordeste, com 40 destinos promovidos, e da região Sudeste do país, com 23 destinos. As brochuras italianas e espanholas também destacam as regiões Nordeste e Sudeste do país. Nestes casos a promoção do Brasil volta-se, ora para a (re)produção do mesmo, ora para o espaço culturalmente exotizado.

A representatividade das regiões brasileiras nas brochuras turísticas por operadoras de viagens não é fato incompreensível, mas relaciona-se, sobretudo com as motivações das viagens dos estrangeiros ao Brasil, conforme apontado pelo estudo do perfil da demanda internacional divulgado pelo Ministério do Turismo (2014): há maior atração dos visitantes estrangeiros pelo turismo sol/praias (65,9%), na sequência pela natureza/ecoturismo ou aventura (19%), cultura (11,4%), esportes (1,8%), diversão noturna (0,9%), viagens de incentivo (0,3%) e outros (0,7%). Associam-se a estes dados as entradas de viajantes europeus por regiões brasileiras, conforme apresentado no Apêndice II desta investigação.

Por fim, como apontado anteriormente, as brochuras turísticas recolhidas nas operadoras de viagens referenciadas foram objeto de análise do conteúdo textual e visual. Dentro das cartografias ou paisagens imaginativas de representação do Brasil, a apresentação dos resultados será realizada em primeiro lugar de forma específica em cada um dos países analisados e, em seguida, de maneira geral.

### 4.3. Exploração e análise textual e visual das brochuras turísticas

#### 4.3.1. Brochuras alemãs de promoção turística

##### a) Conteúdo textual

No caso específico da cartografia da cultura urbana, a análise revelou que a História do Brasil é narrada sob a perspectiva colonial: o Brasil foi “descoberto pelo navegador Cabral, durante a viagem à Índia” (Ruppert, 2014, p. 2); no “século XVI, o português começou a colonização” e o país “passou a exercer uma atração mágica sobre os estrangeiros” (Best Of, 2014/2015, p. 123). A cidade de Arraial D’ajuda foi construída pelos “primeiros colonizadores portugueses (...) em 1500” (Aventura, 2014, p. 24); enquanto o Morro de São Paulo e a Ilha de Tinharé foram marcados por “várias ocupações por piratas holandeses e franceses, [que] deram às ilhas o seu toque colonial” (Explorer, 2015/2015, p. 226). Do mesmo modo, uma viagem a Petrópolis assegura ao visitante roteiros pelos cenários da colonização: o Museu Imperial de Petrópolis, local de exposição das “pinturas, joias e da coroa da família Imperial (...); no Palácio de Cristal e na Catedral de São Pedro de Alcântara estão sepultados a família Imperial” (Explorer, 2014/2015, p. 263).

Esta paisagem cultural e urbana relaciona-se diretamente ao passado colonial inerte, materializado e cristalizado no patrimônio material, imune a qualquer tipo de modernização ou as novas influências culturais. Trata-se exclusivamente de uma viagem no tempo a partir dos vestígios coloniais:

Maranhão (...) você irá encontrar tantas testemunhas da arquitetura colonial portuguesa (Explorer, 2014/2015, p. 242).

Em Angra dos Reis (...) irá encontrar belas construções coloniais (Ruppert, 2014, p. 15).

Paraty, (...) a cidade é conhecida por seus edifícios coloniais históricos no núcleo histórico da romântica e bem preservada cidade (Explorer, 2014/2015, p. 253).

Na operação de apresentação do patrimônio material, a colonização do país surge recorrentemente sinalizada como uma época de prosperidade e civilidade, dotada de atributos que, no mundo das brochuras turísticas, parecem apresentar grande validade, uma vez que a escravidão dos negros aparece totalmente naturalizada, sem nenhuma contestação ou crítica: “Salvador, a velha cidade alta, com sua arquitetura colonial conta com a história de prosperidade dos dias em que as pessoas aqui compravam escravos e pagavam com ouro” (Explorer, 2014/2015, p. 237).

Além disso, a busca pelo “eu” colonial próprio é evidenciada pela herança histórica outorgada pelas comunidades alemãs, porém, limitada à região Sul do país: em Curitiba “a paisagem urbana caracteriza-se por imigrantes europeus, com muitas famílias da Alemanha e Itália” (Ruppert, 2014, p. 30), enquanto em Blumenau, a arquitetura empresta uma atmosfera alemã, pois “a cidade tem antigas e bonitas casas em enxaimel alemão”; contudo, a condição climática – “meio a um céu tropical” – imprime “um charme único” (Ruppert, 2014, p. 26).

No entanto, a demanda pela familiaridade e segurança ultrapassa a herança histórica e direciona-se à credibilidade das certificações internacionais, aos grandes eventos globais e à similaridade com ícones internacionalmente conhecidos, que legitimem a escolha do visitante. Como porta-vozes críveis, os destinos internacionais garantem a experiência satisfatória do visitante: Búzios é nomeada “St. Tropez brasileira” e tornou-se ponto de encontro com toque internacional; os Lençóis Maranhenses, com 155 mil hectares de área, são considerados o “Saara brasileiro”, com o conveniente de chover cerca de “300 vezes mais do que no deserto africano e a água formar centenas de lagoas esmeraldas em meio às dunas gigantes”; Recife, por seu turno, “é também conhecida como Veneza do Nordeste brasileiro”; os novos hotéis “lembram *Miami Beach*” (Ruppert, 2014, p. 14, 52, 60); o bairro da Liberdade é considerado a “pequena Tóquio” e o Pantanal, “Arca de Noé”, devido a sua diversidade em aves e animais (Gateway, 2014, p. 12).

Da mesma forma, destacam-se as certificações internacionais, destinadas a validar a qualidade dos locais: Salvador, “com suas muitas construções coloniais”, sem embargo, “Patrimônio Mundial da Humanidade” (Aventura, 2014, p. 169); São Luís do Maranhão, “declarado Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, por causa da sua herança colonial portuguesa” (Gateway, 2014, p. 34); a cidade de Olinda, “devido a sua arquitetura colonial, com suas casas coloridas, foi declarada Patrimônio Mundial da UNESCO” (Gateway, 2014, p. 18); a região do Pantanal, considerada “uma das maiores zonas úmidas do mundo, rica em espécies, declarada Patrimônio Mundial da UNESCO” (Gateway, 2014, p. 4); na cidade de Ouro Preto, “muitas igrejas barrocas [são] da época colonial e [a cidade] é também Patrimônio Mundial da UNESCO”; e em Congonhas, Minas Gerais, “o Santuário do Bom Jesus de Matosinhos (...) [é] Patrimônio Mundial da UNESCO” (Best Of, 2014/2015, p. 126).

Se, por um lado, “o país está (...) entre os tops 5 da economia mundial” é, sobretudo, por causa dos “grandes acontecimentos, como a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016”, pelos quais a infraestrutura passou por reformulações: “aeroportos e



estradas estão sendo construídos e melhorados, novos hotéis estão surgindo” (Ruppert, 2014, p. 3, 45). Por outro lado, são exatamente os contrastes e as diferenças que oferecerão autenticidade e tornarão a viagem mais interessante:

Mas o Brasil também é uma grande potência emergente com um sistema político estável, uma economia forte e moeda significativa, com agricultura e recursos naturais abundantes e metrópoles modernas. No atual período de transição entre a tradição e a modernidade encontramos, consequentemente, muitos contrastes que tornarão a viagem pelo país interessante (Aventura, 2014, p. 4).

Além disso, enquanto a natureza ostenta a abundância e a exuberância do paraíso selvagem, a modernidade restringe-se aos grandes eventos e aos espaços reservados ao visitante, e a realidade pré-industrial do país é construída sob o signo dos problemas sociais e do atraso. Nesse caso, cabe ao europeu não apenas conhecer os projetos sociais, mas sobretudo contribuir com o avanço e o desenvolvimento do país: em Soledade, “uma região semiárida no Nordeste do Brasil, onde o sofrimento sempre esteve presente dada a escassez de chuvas na região, (...) você conhecerá um projeto de construção de cisternas, iniciativa do Pastor Rômulo Viana, (...) que contribui para minimizar o êxodo para as cidades”. O visitante poderá, ainda, contemplar o “Observatório das Favelas”, na comunidade da Maré, no Rio de Janeiro. A iniciativa trata das dificuldades do cotidiano e sugere ações no combate à desigualdade social. Em Salvador, o visitante poderá apoiar os Projetos Tamar e Fábio Sandei, este último, “localizado em uma das partes mais pobres de Salvador (...), que melhora o desenvolvimento social e, assim, a qualidade de vida de crianças e jovens do bairro através de uma variedade de ações” (Aventura, 2014, p. 26). Contudo, o atraso, a exemplo de um atrativo turístico, é apresentado como objeto de apreciação ou como um “lado diferente” de Salvador: é possível conhecer o Projeto Social das Crianças do ABEAC e de uma escola de capoeira, “dança marcial dos ex-escravos” (Explorer, 2014/2015, p. 249).

A questão da segurança é meticulosamente apresentada pelas operadoras de viagens alemãs na seção sobre as precauções que o visitante deverá ter em atenção. Aqui, se instrui o viajante com relação a algumas regras e cuidados, com objetivo de evitar problemas de segurança no Brasil:

As cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, em particular, não têm melhor reputação. Tenha cuidado: a riqueza em forma de joias ou relógios caros não devem ser exibidos. A câmera fotográfica não deve ser usada de forma visível ao redor do pescoço, deve ser transportada em um saco plástico de forma oculta. Leve sempre uma pequena quantia de dinheiro e guarde os documentos no cofre. Melhor levar uma fotocópia do passaporte. Evite,

definitivamente, passear próximo às favelas! À noite, em particular, deve caminhar, no máximo, ao longo da avenida da praia. Evite ruas e becos inabitados (Best Of, 2014/2015, p. 122).

Especialmente nas grandes cidades deve obedecer certas regras a fim de evitar problemas de segurança no Brasil: deixe os objetos valiosos no cofre do hotel, pegue a estrada apenas com o necessário e não coloque objetos de valor (ex. câmera) em exibição. Fique totalmente atento, mas não suspeito. Em geral, os brasileiros são muito simpáticos e atenciosos. No Brasil, a maioria dos viajantes não tem problemas de segurança (Gateway, 2014, p. 36-37).

A falta de desenvolvimento e a condição “terceiro-mundista” do Brasil parecem também influenciar as recomendações sobre possíveis doenças tropicais e os cuidados com a higiene, como em “várias vezes ao dia lave as mãos! Evite alimentos crus, como saladas, frutas com casca e gelo. Use água engarrafada para escovar os dentes e para beber. Lembre-se de levar repelente contra mosquitos” (Ruppert, 2014, p. 72). Em outro trecho, destaca-se o crescimento da pobreza e da violência, particularmente nas grandes cidades, ao declarar: “Não provoque! Não use joias em exposição. Guarde os objetos de valor no cofre. Em caso de emergência, certifique-se de dar ao ladrão o que ele quer”. Contudo, a seção é finalizada de forma a tranquilizar o visitante: “Não tenha medo, mas mantenha a cautela (...). Todos os anos muitos viajantes viajam para a América do Sul. Sabemos que por vezes algo acontece (algo é perdido), mas não há nenhum grave atentado à vida nem à integridade física” (Ruppert, 2014, p. 72).

Assim, o discurso turístico, em muitos momentos, baseia-se no binarismo moderno *versus* atrasado, centro *versus* periferia. Todavia, o moderno restringe-se aos espaços “turistificados” reservados ao visitante, enquanto o atraso é atribuído como condição permanente do país: “mesmo nos destinos rústicos, selvagens ou pouco civilizados os hotéis e *resorts* são dotados de serviços e confortável estrutura” (Ruppert, 2014, p. 61). Com efeito, é atribuída aos hotéis a modernidade necessária para receber os turistas alemães:

Experimente o Brasil no seu melhor (...) os hotéis mais elegantes do Brasil. Seja no tradicional hotel de luxo em Copacabana ou no confortável *Amazon Lodge*, este passeio oferece o mais alto nível de conforto e individualidade (Gateway, 2014, p. 7).

Pantanal (...) Estância Vitória (...) a antiga fazenda com 685 hectares está localizada perto do Rio Claro, cerca de 125 km de Cuiabá (...). As instalações recém renovadas, oferecem um restaurante, TV, piscina, *playground*, (...) 11 quartos equipados com duchas, banheiro, ar condicionado, ventilador e mosquiteiro (Explorer, 2014/2015, p. 260).

Quando se passa para a análise da cartografia relacionada à cultura rural e a paisagem natural, as mensagens parecem retomar as antigas descrições dos cientistas viajantes, tão comuns na literatura de viagens dos primeiros séculos da colonização: o Brasil, um “país de extensão continental, com grande variedade de atrações” (Gateway, 2014, p. 5); é um “país de superlativos” (Ruppert, 2014, p. 2), o qual “[se] estende por uma área de 8,5 milhões km, 24 vezes o tamanho da Alemanha” (Gateway, 2014, p. 36). Além disso, muitos destinos brasileiros são apresentados a partir da pluralidade dos atrativos naturais, evocando-se a noção do inalterado, do selvagem e do local ideal para a exploração: em Angra dos Reis, um “trecho da costa é delimitado de um lado pela exuberante Mata Atlântica e, por outro, as 365 ilhas e cerca de 2000 praias”; a cidade de Florianópolis conta com “42 belas praias que oferecem tudo, desde enseadas tranquilas até ao tempestuoso *surf*”. Já a Ilha do Papagaio “cobre uma área de 142 mil metros quadrados, dos quais 80% deles estão em estado natural, criando um paraíso natural de luxo” (Ruppert, 2014, p. 2, 15, 26, 27).

Para aqueles que se interessam pelo patrimônio natural, as operadoras de viagens destacam o estado edênico dos atrativos naturais, mas sobretudo a sustentabilidade e a harmonia do ambiente natural. Assim, Fernando de Noronha, cercado pelo Oceano Atlântico, é considerado não apenas “um paraíso para uma ampla variedade de plantas”, mas foi declarado “Parque Nacional Marinho desde 1989” (Best Of, 2014/2015, p. 131) e, ainda, as ilhas “são de estimável valor ecológico e um tesouro da natureza” (Gateway, 2014, p. 29). Do mesmo modo, a reserva de Mamirauá, localizada em Tefé, é anunciada como “um santuário do desenvolvimento sustentável. Há oferta de reservas naturais intactas e as melhores condições para a observação de animais na Amazônia” (Gateway, 2014, p. 4). E dentre as várias atividades propostas ao visitante, em Porto de Galinhas o visitante é convidado a conhecer “uma área protegida com colônias de cavalos-marinhos” (Best Of, 2014/2015, p. 128).

É notória a necessidade de enfatizar o ambiente natural do país, propício a todo o tipo de aventuras, mas, apesar de se tratar de “paraísos naturais” com possibilidade de o visitante descobrir e desfrutar o lado selvagem do país, a maioria das atividades é sistematicamente codificada, quer dizer, enquadrada em espaços “turistificados” e guiadas por profissionais especializados. Por questões de segurança, é concedido ao visitante a oportunidade de explorar o Pantanal em “excursões guiadas, acompanhadas por pesquisadores locais a cavalo, em barcos ou a pé pelas colinas, savanas e arbustos. O Pantanal promete fotografias da vida selvagem” (Gateway, 2014, p. 20).

Sobre a cartografia social humana, são apresentadas diversas especificações quanto ao estilo de vida despretenso do povo brasileiro. Aqui, como no discurso luso-tropicalista, a mistura racial acontece independentemente da classe social, e todos compartilham harmoniosamente o mesmo espaço de lazer: “sol, praia, samba, gente bonita e pura alegria de vida, seja rico ou pobre, preto ou branco”. Sendo assim, o comportamento do povo brasileiro é explicado pela “mistura do português, africano e as influências indígenas”, que concede um caráter próprio e “manifesta-se na cozinha, nas festas, na fé e no estilo de vida” da população brasileira (Aventura, 2014, p. 4,6). Logo, os anfitriões são exóticos objetos dignos do olhar do visitante, reforçando a ideologia da alteridade e da orientalidade:

Tão bonitas e o melhor que o Brasil tem a oferecer (...): a população indígena e a mistura de imigrantes: um *mix* de 500 anos da Europa, África e Ásia – esta agradável mistura faz do Brasil uma experiência especial (Ruppert, 2014, p. 3).

O patrimônio cultural e as diversas influências da África, que são particularmente pronunciadas na Bahia, em Salvador, produzem um ar fantástico de fascínio e alegria (Gateway, 2014, p. 24).

No entanto, de maneira sutil e indireta, retorna-se às teorias científicas em voga nos séculos XIX e XX, reveladas na relação entre o clima e a miscigenação racial. Logo, o nativo é transformado em exóticas e autênticas alegorias: no Rio de Janeiro “o clima tropical, as praias mundialmente famosas de Copacabana e Ipanema, a serenidade e a alegria da vida de seus habitantes, os “cariocas”, dão à cidade um lindo toque único” (Gateway, 2014, p. 22).

Apesar de poucas referências em relação às crenças e às religiões, as operadoras de viagens alemãs sugerem um ambiente sobrenatural e místico, que designadamente exerce uma “atração mágica sobre os estrangeiros” (Best Of, 2014/2015, p. 123) e convida o visitante a “desfrutar a atmosfera mágica” de Salvador (Aventura, 2014, p. 24). No entanto, todo o exotismo das manifestações culturais é creditado às influências africanas configuradas, principalmente, na Bahia: Salvador, é “provavelmente a cidade mais brasileira em tudo. Aqui tudo começou, aqui está o ritmo, aqui está o misticismo e magia, aqui é também o berço da música afro-brasileira e da cultura. A população de pele escura dá à cidade um caráter especial” (Explorer, 2014/2015, p. 239).

A alma do Brasil. (...) em nenhum lugar a herança afro-brasileira está mais viva que na Bahia. Aqui religiões africanas, ritmos pulsantes e forte amor à vida fundem-se num colorido e energético *cocktail* (Ruppert, 2014, p. 62).

As operadoras de viagens convidam o visitante a voar “para o coração africano do Brasil” e experimentar “os sentidos fascinantes de Salvador da Bahia” (Gateway, 2014, p. 10). Além disso, o comportamento irreverente e místico do baiano é justificado pelas influências africanas:

Você poderá sentir as influências africanas nos ritmos e danças, incluindo a Capoeira, dança e luta inventada pelos escravos. Os vestidos brancos típicos das baianas e dos seguidores da religião Candomblé dão à cidade uma atmosfera especial e mística. A cozinha regional, com seus temperos exóticos e numerosos e interessantes ritos e festivais, completam o conjunto (Gateway, 2014, p. 24).

#### **b) Mensagens visuais**

Conforme apontado anteriormente, apesar das brochuras turísticas possuírem uma composição textual, elas são majoritariamente compostas por imagens. No entanto, ora os indicadores visuais complementam o sentido do texto, ora revelam as sutilezas que a estrutura textual não enuncia. A análise de conteúdo a que se procedeu, permitiu verificar que, à semelhança das mensagens textuais, o conteúdo visual das brochuras turísticas também pertence às mesmas cartografias culturais imaginativas de representação do Brasil: cultura urbana, cultura rural e paisagem natural, e, ainda, social humana. Já a abordagem semiótica concedeu os significados e simbolismo subjacentes.

Assim sendo, começa-se por apresentar a cartografia da cultura urbana, representada exclusivamente do ponto de vista colonial, corroborando o sentido do texto. Aqui, as imagens de igrejas e monumentos evocam a exaltação do poder colonial e a missão civilizadora do europeu. Dentro deste espaço de representação, a modernidade não chegou e o patrimônio material manteve-se imune a qualquer tipo de novas influências. As imagens ilustram as mensagens textuais, sobretudo acerca de Minas Gerais, Recife e Salvador enquanto destinos fortemente influenciados pela herança colonial portuguesa. Ilustrações de igrejas adornadas em ouro, monumentos históricos, esculturas e, ainda, a arquitetura barroca, encenam uma suposta autenticidade colonial. Além de o espaço público ser amplamente higienizado, sem representação humana, participação ou intervenção nativa, em segundo plano, surge a arquitetura alemã que contribui para criar uma forte identificação cultural com o turista alemão, aumentando a possibilidade de o visitante reconhecer os próprios ícones, conforme ilustrações 1, 2 e 3.



Ilustração 1 - Minas Gerais  
 Ilustração 2 - Brasil - Salvador da Bahia  
 Ilustração 3 - Blumenau  
 Fontes: Gateway (2014), Ruppert (2014), Aventoura (2014)

No entanto, enquanto a Europa exerceu grande influência na arquitetura e no processo civilizacional do país, do ponto de vista das brochuras de promoção turística alemãs o exotismo está presente nas manifestações culturais miscigenadas. Assim, o carnaval, a capoeira, as baianas e o artesanato de Salvador fazem parte do conjunto de imagens que tenta caracterizar o ambiente multicultural como autêntico, conforme as ilustrações 4 e 5. Além disso, enquanto os contrastes entre as cores vibrantes e os enquadramentos proporcionam às imagens um certo movimento, apelando às sensações visuais dos visitantes, a ausência de turistas demonstra a falta de interação direta com a população. Logo, as imagens oferecem ao visitante não apenas o atrativo como um espetáculo, mas o vislumbre do Outro como o exotizado e o diferente a ser apreciado.

### Feste feiern in Brasilien

**Karneval in Salvador**

Salvador, Bahia, Brasil. Karneval ist in Brasilien ein festliches Ereignis. In Salvador de Bahia wird der Karneval in der Stadt und Umgebung gefeiert. Dabei ist ein wichtiger Bestandteil der Karnevalsfeste die große Parade der Feste – so wird der Karneval gefeiert und auch gefeiert.

Schönheit der «Ba-Mas»-die Karnevalsfeste am Karnevalsfest. Die Karnevalsfeste sind ein wichtiger Bestandteil der Karnevalsfeste. In Salvador de Bahia wird der Karneval in der Stadt und Umgebung gefeiert. Dabei ist ein wichtiger Bestandteil der Karnevalsfeste die große Parade der Feste – so wird der Karneval gefeiert und auch gefeiert.

**Karnevalspaket**

Hotel	Kategorie	Karneval 2014	BE	EE
Praxista Hotel das Oceanos***	Deluxe	28.02.14 - 09.03.14	1.075,-	1.830,-
Case de Ananilde***	Standard	28.02.14 - 09.03.14	1.250,-	2.080,-
Costume***	Standard	28.02.14 - 09.03.14	1.050,-	1.790,-
Aufnahme für Alkoholenzyme				210,-

Mindestaufenthalt: 5, 6 bzw. 7 Nächte, die Preise können nicht verändert werden. Alle Preise pro Person in Euro.

**Karneval in Recife e Olinda**

Olinda (Recife) ist eine der größten Städte Brasiliens. Die Karnevalsfeste in Recife und Olinda sind ein wichtiger Bestandteil der Karnevalsfeste. In Recife und Olinda wird der Karneval in der Stadt und Umgebung gefeiert. Dabei ist ein wichtiger Bestandteil der Karnevalsfeste die große Parade der Feste – so wird der Karneval gefeiert und auch gefeiert.

**Karnevalspaket**

Hotel	Kategorie	Karneval 2014	BE	EE
Atlantea Plaza****	Deluxe	28.02.14 - 09.03.14	1.050,-	1.830,-
Hotel Welter Welles****	Deluxe	28.02.14 - 09.03.14	1.050,-	1.830,-
Aufnahme für Alkoholenzyme				210,-

Mindestaufenthalt: 5 bzw. 6 Nächte, die Preise können nicht verändert werden. Alle Preise pro Person in Euro.

**Bumba-Meu-Boi-Festival in Parintins**

Parintins ist eine der größten Städte Brasiliens. Das Bumba-Meu-Boi-Festival ist ein wichtiger Bestandteil der Karnevalsfeste. In Parintins wird der Karneval in der Stadt und Umgebung gefeiert. Dabei ist ein wichtiger Bestandteil der Karnevalsfeste die große Parade der Feste – so wird der Karneval gefeiert und auch gefeiert.

**Karnevalspaket**

Hotel	Kategorie	Karneval 2014	BE	EE
Atlantea Plaza****	Deluxe	28.02.14 - 09.03.14	1.050,-	1.830,-
Hotel Welter Welles****	Deluxe	28.02.14 - 09.03.14	1.050,-	1.830,-
Aufnahme für Alkoholenzyme				210,-

Mindestaufenthalt: 5 bzw. 6 Nächte, die Preise können nicht verändert werden. Alle Preise pro Person in Euro.

Ilustração 4 - Comemorações do Brasil  
Ilustração 5 - Salvador da Bahia  
Fonte: Ruppert (2014)

**Bahia, einmaliger Karneval**

Der Karneval in Salvador de Bahia ist ein wichtiger Bestandteil der Karnevalsfeste. In Salvador de Bahia wird der Karneval in der Stadt und Umgebung gefeiert. Dabei ist ein wichtiger Bestandteil der Karnevalsfeste die große Parade der Feste – so wird der Karneval gefeiert und auch gefeiert.

**Karnevalspaket**

Hotel	Kategorie	Karneval 2014	BE	EE
Atlantea Plaza****	Deluxe	28.02.14 - 09.03.14	1.050,-	1.830,-
Hotel Welter Welles****	Deluxe	28.02.14 - 09.03.14	1.050,-	1.830,-
Aufnahme für Alkoholenzyme				210,-

Mindestaufenthalt: 5 bzw. 6 Nächte, die Preise können nicht verändert werden. Alle Preise pro Person in Euro.

**Karnevalspaket**

Hotel	Kategorie	Karneval 2014	BE	EE
Atlantea Plaza****	Deluxe	28.02.14 - 09.03.14	1.050,-	1.830,-
Hotel Welter Welles****	Deluxe	28.02.14 - 09.03.14	1.050,-	1.830,-
Aufnahme für Alkoholenzyme				210,-

Mindestaufenthalt: 5 bzw. 6 Nächte, die Preise können nicht verändert werden. Alle Preise pro Person in Euro.

Se, por um lado, as heranças coloniais proporcionam alguma familiaridade e segurança, o exotismo das manifestações culturais “retira” o visitante do seu lugar de conforto na Europa moderna. Além disso, há constantemente o direcionamento da atenção do turista alemão ao desenvolvimento do país, mas sobretudo, aos espaços reservados exclusivamente ao visitante. Apesar de as imagens de hotéis e *resorts* serem formas de publicidade disfarçada, servem de proteção ao contato com a alteridade do Outro. Nesse caso, trata-se, como se tem vindo a considerar, de espaços “turistificados”. Ou seja, modernas estruturas de lazer com confortáveis meios de hospedagem, piscinas, carros privados e serviços europeizados estão à disposição para a comodidade habitual do visitante, conforme ilustração 6. De maneira geral, as brochuras turísticas omitem traços de modernidade, construções contemporâneas ou influências para além das referências ao colonialismo, salvo os hotéis e *resorts*. As poucas imagens urbanas relacionam-se ao Rio de Janeiro. Contudo, o enquadramento privilegia a natureza, conforme ilustração 7.





Ilustração 6 - Hotéis de Luxo - Rio de Janeiro

Ilustração 7 - Rio de Janeiro

Fontes: Gateway (2014), Ruppert (2014)

De maneira geral, o espaço dominante nas brochuras turísticas alemãs são as paisagens culturais rurais e naturais, fortemente marcado por um conjunto de referências relacionadas à diversidade e exuberância dos atrativos naturais, sugerindo a fuga para a liberdade paradisíaca do Outro lugar. Aqui, as imagens funcionam como fator motivacional, reproduzindo o mito do ambiente selvagem repleto de animais exóticos, flora e fauna exuberante, apresentando-se propício para viagens de aventura e exploração, conforme as ilustrações 8 e 9:



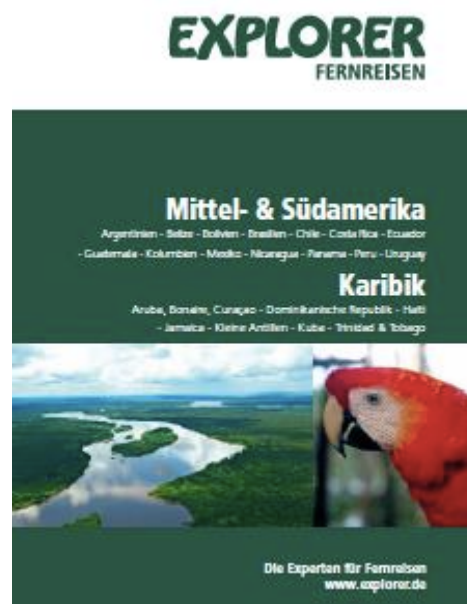


Ilustração 8 - Pantanal  
Ilustração 9 - América Central, do Sul e Caribe  
Fontes: Gateway (2014), Explorer (2014/2015)

Já a cartografia da cultura urbana é repleta de sinais que podem ser facilmente decifrados pelo público alemão, a partir de sua própria cultura. As imagens corroboram o texto, oferecendo mais realismo e colocando o viajante sob a perspectiva de narrador. À semelhança da literatura de viagens, as brochuras turísticas parecem reproduzir não somente as viagens científicas exploratórias em busca de conhecimento sobre o Novo Mundo, distante da civilização, mas sobretudo o encontro com o Outro exótico e primitivo. As mensagens evocam as expedições exploratórias nos primeiros séculos de colonização do Brasil, simbolizando uma nostalgia do período colonial e contando a história de aventura e bravura dos viajantes europeus desde os tempos mais remotos. Assim, a partir de uma leitura mais profunda, verifica-se que os visitantes são homens, brancos, e encontram-se sozinhos, salientando o caráter aventureiro, exploratório da viagem e, ainda, oferecendo mais credibilidade aos sentidos produzidos pela cena, uma vez que configura confiabilidade, conforme ilustrações 10 e 11:



Ilustração 10 - Bahia  
Ilustração 11 - Bahia  
Fonte: Explorer (2014)

Tal como acontece com o patrimônio imaterial, a cartografia social humana também é marcada pela diferença, creditada ao exotismo das manifestações culturais miscigenadas. Aqui, o corpo é produto das relações hierárquicas exercidas entre o visitante-branco e o nativo-negro. Neste caso, o conteúdo visual não apenas corrobora a mensagem textual, como, por vezes, imprime determinadas sutilezas que o texto não declara. Assim, apesar do conteúdo textual não fazer referências explícitas ao erótico, a imagem feminina reproduz a sensualidade reservada à mistura racial, a partir de sorrisos, cores vibrantes, trajes de carnaval e comportamentos efusivos. Sendo assim, a presença feminina é condicionada ao exotismo das manifestações culturais, tais como as festas populares (carnaval) e o sincretismo religioso personificado através de baianas. Ou, ainda, à posição subalterna dos trabalhos artesanais. Já ao homem/nativo é reservado o espaço dos trabalhos manuais, da pesca, do carnaval e da prática da capoeira, com vestimentas “típicas” ou carnavalescas, colocando-o em uma oposição submissa frente ao visitante/branco, equipado adequadamente para a aventura e a “exploração” do território e para a prática esportiva, conforme as ilustrações 12, 13 e 14.

Em suma, tanto as imagens de mulheres como as figuras de homens nativos são reservadas à posição de exóticos atrativos culturais, prontos ao consumo turístico. Porém, enquanto as mulheres desempenham uma performance do corpo “sensualizado”, os homens cumprem o

papel não racional designado ao Outro masculino miscigenado. Já o visitante branco europeu segue como símbolo de autoridade.



Ilustração 12 - Brasil

Ilustração 13 - Pantanal

Ilustração 14 - Salvador da Bahia

Fontes: Aventoura (2014), Best Of (2014/2015), Ruppert (2014)

Uma análise mais afinada desta cartografia revela um terceiro espaço destinado às desigualdades sociais do país. A exposição de imagens de crianças pobres e negras, aparentemente desprotegidas e abandonadas, não apenas relacionam-se ao atraso do país, mas também a forma de enquadramento (dentro de uma janela) demonstra a falta de interação com o visitante. Assim, é possível compreender que, apesar da miséria, há uma zona de segurança para conforto do visitante, conforme ilustração 15:



Ilustração 15 - Cataratas do Iguaçu e Salvador da Bahia  
Fonte: Aventoura (2014)

Apesar da cartografia humana social ocupar pouco espaço nas páginas das brochuras turísticas alemãs, elas destacam-se nas capas. Numa perspectiva simbólica, as imagens em primeiro plano apresentam uma criança e uma mulher negra, demonstrando simpatia e ocupando a quase totalidade das capas, enquanto, em segundo plano, os ícones do futebol, da natureza (flora, fauna e praia), associados ao caráter plástico (cores fortes e vibrantes, com movimentos nas cenas e ângulos diretos), reforçam os estereótipos existentes: os de um país harmonicamente miscigenado, culturalmente exótico, porém, rico em atrativos naturais. Por fim, conforme mencionando anteriormente, a imagem de uma criança negra na capa, emoldurada pelo mapa do Brasil e rodeada pela flora e fauna brasileira, desencadeia uma associação mental com o caráter primitivo (atrasado) do país, conforme ilustrações 16 e 17:





Ilustração 16 – Brasil

Ilustração 17 - Brasil

Fontes: Ruppert (2014), Gateway (2014)

Em suma, embora o Brasil apresente alguns surtos de desenvolvimento, principalmente para receber os grandes eventos esportivos e os visitantes estrangeiros, em espaços “turistificados”, surge nas brochuras turísticas alemãs em condição pré-moderna. O estado primitivo da natureza, as exóticas manifestações culturais e os contrastes sociais aparecem como garantia de autenticidade, a qual o europeu não apenas poderá apreciar e explorar, mas sobretudo colaborar com o desenvolvimento do país, reforçando sua posição de superioridade. As questões relacionadas à segurança e à falta de condições básicas são apresentadas como passíveis de serem contornadas, uma vez que as atividades são altamente codificadas em termos turísticos e o visitante estará sempre dentro do seu espaço de conforto e proteção com o qual está habituado. Além disso, enquanto o patrimônio material mantém-se ligado a uma suposta prosperidade do período colonial e os atrativos naturais relembram as antigas narrativas de viajantes estrangeiros que percorreram o país entre os séculos XVIII e XIX, o exotismo das manifestações culturais vincula-se diretamente à miscigenação racial. Assim, o país é passível de uma viagem de aventura em ambientes pouco explorados. No entanto, a falta de contato com a realidade do país, somada à necessidade de legitimação dos atrativos através de certificações internacionais e comparações com ícones internacionalmente reconhecidos, transformam o Brasil em mais um destino pós-colonial, sem nenhuma singularidade.

### c) Discussão dos resultados das análises textual e visual das brochuras alemãs

São evidentes as ligações entre a representação turística nas brochuras alemãs sobre o Brasil e as cartografias ou paisagens culturais imaginativas que envolvem este destino turístico: cultura urbana; cultura rural e paisagem natural, social humana, considerando que cada espaço fornece amiúde um conjunto de referências (textuais) como suporte dos discursos turísticos, conforme apresentado no quadro 12:

Quadro 12 - Indicadores textuais das brochuras turísticas alemãs

Cartografias/ Paisagens	Sub-categorias		
Cultura Urbana	Patrimônio Material	Patrimônio Imaterial	Espaço “Turistificado”
	UNESCO, Patrimônio da Humanidade, centro histórico, igrejas, arquitetura colonial, edifícios coloniais, catedral, palácio, pelourinho, arte, museu, arquitetura alemã, patrimônio pouco civilizado, Cabral, 1500, coloniais, 500 anos, século XVI, <i>Dannermann</i> , ex-escravos, <i>Sehn</i> , colonização, influências alemãs, séculos XVII e XVIII	carnaval, Copa do Mundo, Jogos Olímpicos, capoeira, Parintins, <i>Oktoberfest</i> , <i>Grand Prix</i> , ano novo, mistura cultural, baianas	aeroportos, resorts, estradas, novos hotéis, infraestrutura, luxo, boutiques restaurantes, <i>designers</i> , elegantes, confortáveis, tradicional, regras, especialistas, segurança, <i>playground</i> , Saara, Veneza brasileira, <i>St. Tropez</i> , <i>Brigitte Bardot</i> , Tóquio, Ibiza <i>Flair</i> , <i>Miami Beach</i> , Suíça, Holanda, Bélgica
Cultura Rural e Paisagem Natural	Patrimônio Natural	Patrimônio Rural	Aventura
	recursos naturais, lagoas, água azul, plantas, aves, cachoeiras, florestas, natural, selva, búfalo, águas negras, dunas, areias, desertos, recifes, macacos, rios, pesca, veados, répteis, onça, mamíferos, aves, antas, piranhas, silvestres, 21 ilhotas, natureza grandiosa, 8,5 km, 24 vezes, abundante, 3500 edifícios, país continental, 400 ilhas, variedade, 1.300 espécies, diversidade, 68 mil km <sup>2</sup> , poderosa, 665 espécies, 230 mil km <sup>2</sup> , 836m, lugar impressionante, 90 hectares, 1100 afluentes	agricultura, ecologia, ecossistema, aldeias, preservados, estrada não pavimentada, conservação, êxodo, nenhum carro, proteção, ecológico, ecossistemas, eco-paraisos, biodiversidades, reserva natural, Projeto Tamar, Arca de Noé, 49 pontes	caminhadas, <i>rafting</i> , ciclismo, canoagem, safáris, bicicletas, rapel, <i>trekking</i> , <i>buggys</i> , <i>snorkel</i> , rapel, <i>windsurf</i> , jipe, caminhada, velejar, <i>jet ski</i> , <i>kiter</i> , mergulhar, nadar, <i>surf</i> , jangada, trilhas, esportes aquáticos
Social Humana	Origem/ Herança	Comportamento/ Estilo de Vida	Crenças
	imigrantes europeus, indígenas, afro-brasileiros, África, estrangeiros, Ásia, portugueses, branco, colonização, negro, mistura, alemão-brasileiro	alegres, mágicos, simpáticos, boêmios, empolgantes, hospitaleiros, contagiantes, peculiares, amigáveis, serenos, projetos sociais, Pastor Rômulo Viana	sonhos, fé, segredos, magia, religiões

No entanto, não há dúvida de que o discurso do turismo é fundamentalmente visual (Jenkins, 2003). As imagens (icônicas e plásticas) não se encontram isoladas, mas entrelaçadas com as mensagens textuais, corroborando a produção de sentidos e influenciando diretamente a

decisão do potencial visitante. Além disso, as mensagens turísticas, “enquanto textos e reservatórios culturais se inserem na ideologia dominante de uma sociedade”, refletem e moldam os discursos ideológicos sobre os destinos e as identidades (Santos, 2008, p. 3). Em outros termos, expressam relações de poder, podendo ser considerados instrumentos de produção de exotismo e de alteridade (Pereiro, 2005). Na maioria das vezes, respondem aos desejos dos mercados dominantes, imprimindo no Outro o próprio contraste. Ou seja, não só depositam no Outro uma posição supostamente menos significativa do que as sociedades industrializadas desenvolvidas (Bandyopadhyay & Moraes, 2005), como reforçam a própria superioridade.

No caso específico das brochuras turísticas alemães, as imagens não apenas corroboram o sentido da mensagem textual como, em alguns momentos, revelam conteúdos que o texto não enuncia, conforme quadro 13:

Quadro 13 - Indicadores visuais das brochuras turísticas alemães

Cartografias Paisagem	Sub-categorias		
	Patrimônio Material	Patrimônio Imaterial	Espaço “Turistificado”
Cultura Urbana	igrejas coloniais, altar em ouro, Cristo Redentor, elevador Lacerda, Pelourinho, Maria Fumaça, arquitetura alemã, arquitetura colonial portuguesa, Maracanã, estádios para a Copa	café, capoeira, tambores, samba, bumba-meu-boi, carnaval, futebol, acarajé, baianas	hotéis, piscinas, cadeiras vazias, quartos, confortáveis estrutura de lazer, guarda sol, turistas, banheira, iates, ofurô, hotel na selva, praia deserta com um único turista, hotéis com grandes áreas verdes
Cultura Rural e Paisagem Natural	Patrimônio Natural	Patrimônio Rural	Aventura
	dunas e praias desérticas, areia, rios, florestas, coqueiros, céu, orla marítima, rio, onças, arara, cachoeiras, pássaros, borboletas, tucanos, jacarés, bicho preguiça, macaco, tartaruga, baleia, boto, Baía de Guanabara, Morro da Urca, Pão de Açúcar, Cataratas, grande áreas verdes (mata e mar)	estradas sem calçamento, reservas ecológicas, montanhas, frutas, búfalos, florestas, árvores, bois, carroças, fazenda hotel, pantaneiros, palafitas	surf, asa delta, rafting, bicicleta, caminhada, barcos, carro, mergulho, buggys, escunas, cavalgadas
Social Humana	Origem/ Herança	Comportamento/ Estilo de Vida	Crenças
	negros, índios, crianças mestiças, baianas	sorrisos, mulher de biquíni, sambistas negras, blocos carnavalescos com negros, crianças brincando, trabalhador, pessoas negras trabalhando com rendas, trabalhador com barco, crianças pobres e negras dentro de uma janela	-

Neste momento, faz-se necessário inserir uma discussão sobre como o turismo, enquanto indústria cultural, vende fantasias e incorpora uma estética inautêntica na atmosfera do lugar. Isto porque, o olhar turístico é construído através da diferença, situando-se fora daquilo que é ordinário. A partir de um jogo de sentidos, os turistas são levados a vivenciar prazeres particularmente distintos, que envolvem diferentes emoções, ou que se situam em uma escala oposta daquela com que se deparam em sua vida cotidiana (Urry, 1996). Segundo MacCannell (1999), o contato com o não comum e com o Outro surge a partir da necessidade da sociedade moderna em recuperar o “autêntico”. Por outro lado, Jenkins (2003) sugere que não é apenas a busca de experiências novas e diferentes que define a decisão do visitante, mas a ponderação entre as semelhanças (casa, segurança e conforto) e as diferenças (estilos de vida, manifestações culturais, atrativos naturais etc.). Assim, os viajantes consideram as imagens dos destinos, a fim de encontrar o equilíbrio entre semelhanças e discrepâncias, conforto e perigo: “ao lado da tendência em direção à homogeneização global, há também uma fascinação com a diferença e com a mercantilização da etnia e da alteridade” (Hall, 1992, p. 77). De fato, o encontro com o Outro exótico vem acompanhado pela produção do espaço familiar, no qual o viajante sente-se seguro. Desse modo, trata-se de produzir “no espaço global um lugar que nega o local” (Rodrigues, 1996, p. 76), sendo, portanto, um “não-lugar” (Augé, 1994), ou seja, uma simulação encantada, comum na publicidade.

Na concepção de Baudrillard (1981), o simulacro não é algo que esteja fora da realidade ou que se constitua em outra realidade. Ele não é só embasado como faz parte do real. Ou seja, é a dimensão hiper-real da realidade: “quando o real já não é o que era, a nostalgia assume todo o seu sentido. Sobrevalorização dos mitos de origem e dos signos de realidade. Sobrevalorização de verdade, de objetividade e de autenticidade de segundo plano” (p. 14).

Já o “não-lugar”, ao contrário da posição singular e exclusiva impressa pelo lugar, não possui identidade própria, ou, como sugere Marc Augé (1994), “se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional e nem como histórico, definirá um não-lugar” (p. 18-19).

Logo, o “não-lugar” não cria uma identidade singular, não cede espaço à própria história, mas transforma o patrimônio num cenário de espetáculo, sem nenhum tipo de relação, mas sobretudo como espaço padronizado dentro da própria semelhança: “um espetáculo dos outros sem a presença dos outros” (Augé, 1994, p. 167). Nesse sentido, Krippendorff (2000) considera o “não-lugar” como “um universo perfeito demais, artificial, apenas um fragmento,

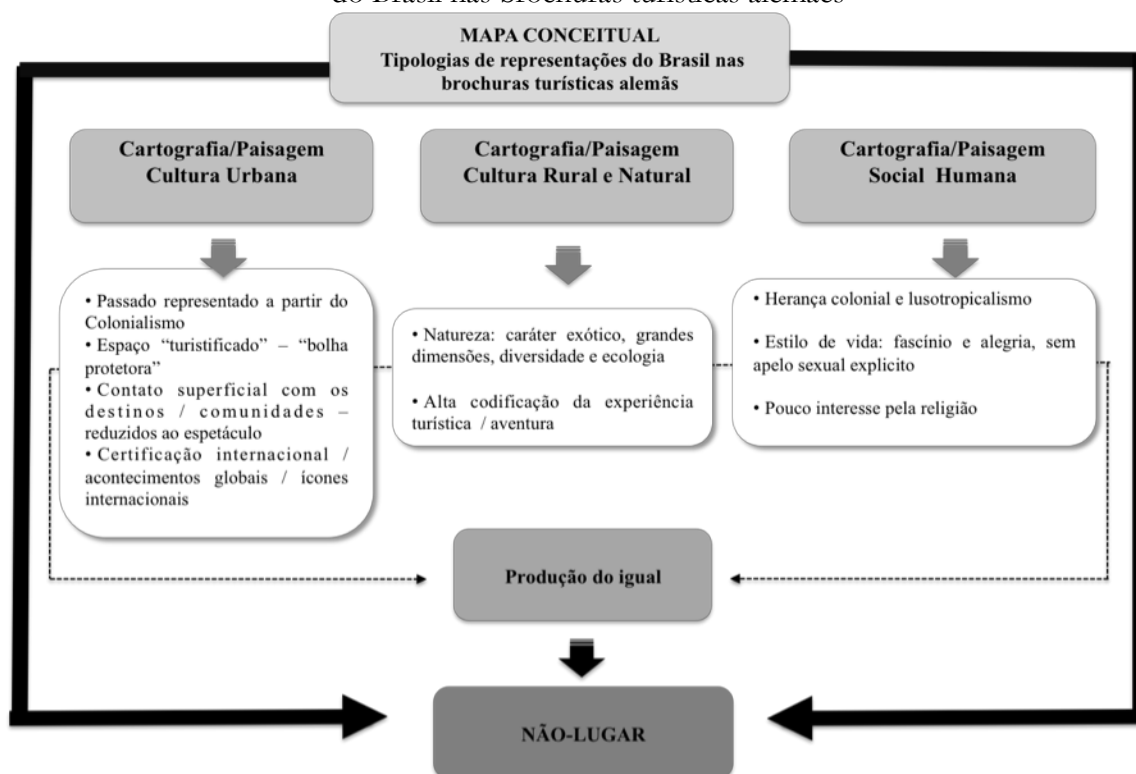


uma montagem, que quase sempre está muito distanciada da realidade”, na qual “o viajante não aprende nada, ou muito pouco, sobre como realmente é a vida” naquele destino visitado (p. 43). Há, portanto, uma “artificialização” dos atrativos, com perda de identidade, autenticidade e espontaneidade. Como resultado, tem-se a produção do igual e a criação de um mundo fictício e mistificado de lazer (Yázigi *et al.*, 1999). Dessa forma,

a indústria turística reforça a hierarquia social, produzindo espaços diferenciados, exclusivos, fechados. A característica do espaço produzido é a do homogêneo, altamente excludente, com ausência de identidade (...). O turismo cria ilusões e lugares imaginários que não se conhecerá jamais, pois o tempo de uma viagem turística impede qualquer contato (Carlos, 1996, p. 123).

No caso específico das brochuras turísticas alemãs, a análise das mensagens (visuais e textuais) dentro das cartografias ou paisagens culturais imaginativas de representação do Brasil possibilitou verificar que a busca pelo igual (colonial, icônico, encenado, espetacular e autêntico) resulta na produção de um “não-lugar” (Augé, 1994), conforme apresentado na figura 6, que se refere ao mapa conceitual das tipologias de representações do Brasil.

Figura 6 - Mapa conceitual das tipologias de representações do Brasil nas brochuras turísticas alemãs



A começar pela cartografia da cultura urbana e conforme apontado antes, o conteúdo apresenta a História do Brasil exclusivamente do ponto de vista da colonização. De fato, parece que o tempo cristalizou o patrimônio material, sem qualquer história para além daquela produzida pelos séculos de colonização, onde as influências alemães merecem uma posição de destaque. Assim, há uma valorização do patrimônio produzido pelo colonialismo dentro de um repertório (re)conhecido. Nesse contexto, Andsager & Drzewiecka (2002) sugerem que a noção de familiaridade está ligada com uma forma de atratividade e respostas afetivas, enquanto as diferenças são definidas a partir de posições de privilégio dentro de binarismos hierárquicos como centro *versus* periferia. De forma resumida, trata-se da ideologia do colonialismo que, embora tenha deixado de existir enquanto autoridade político-administrativa em territórios antes dominados, continua a operar ativamente nos discursos turísticos.

Da mesma forma, o desejo por autenticidade aponta para a profusão de exotismo, de mistério e de diferença das manifestações culturais, reduzidas ao essencialismo do espetáculo de signos reinantes, tais como os eventos (o carnaval e o futebol) ou as tradições miscigenadas (a capoeira, a gastronomia e o artesanato). Debord (2003) argumenta que o espetáculo é a ideologia por excelência, uma vez que não é um complemento da vida real ou um adereço decorativo, mas concentra-se no coração da irreabilidade da sociedade real:

sob todas as suas formas particulares de informações ou propaganda, publicidade ou consumo direto do entretenimento, o espetáculo constituiu o modelo presente da vida socialmente dominante (...). A forma e o conteúdo do espetáculo são a justificação total das condições e dos fins do sistema existente (Debord, 2003, p. 15).

O familiar e o seguro também são encontrados em espaços reservados ao visitante, construídos para protegê-lo das “estranhezas” inesperadas do desconhecido. Além de confortáveis estruturas de lazer, os eventos globais, como, por exemplo, a Copa do Mundo, os Jogos Olímpicos, as certificações internacionais e a reprodução de ícones internacionalmente reconhecidos, legitimam a escolha do visitante.

Embora a natureza seja prodigiosa, a questão da segurança é contornável e os espaços de conforto e modernidade são apresentados como garantias de satisfação ao potencial visitante. Prevalcem nas brochuras turísticas alemães os binarismos civilizado *versus* incivilizado, desenvolvido *versus* subdesenvolvido ou centro *versus* periferia, refletidos nas desigualdades perpetradas pelo colonialismo. Aqui luxuosos espaços artificiais de lazer (fechados dentro da

própria realidade) estão em contradição direta com os contrastes sociais, que, por seu lado, também se encontram dentro de seus próprios simulacros. Em outros termos,

por toda parte vive-se num universo extremamente parecido com o mundo original. As coisas, todavia, aparecem dobradas por sua própria cenificação. Opera-se, assim, a ocultação da realidade, expurgada ao deserto do real, onde esta já não é mais realidade, derrocada junto com o princípio de verdade (Achkar, 2009, p. 8157).

Segundo Urry (1996), o grau em que o visitante solicita determinados padrões de acomodação e de serviços faz com que ele fique no interior de uma “bolha protetora” que o protege do contato com a sociedade que o acolhe. Tal exigência se faz notar principalmente em relação ao visitante que participa de pacotes turísticos promovidos pelas brochuras turísticas, que não só espera padrões europeus de acomodação e alimentação, mas também o atendimento por parte de um funcionário bilíngue e um serviço organizado, de acordo com os códigos culturais do país emissor de turistas.

Já a representação das paisagens culturais rurais e naturais são fortemente marcadas pela dimensão exótica dos atrativos naturais, além de ocupar grande parte das mensagens (textuais e visuais) das brochuras turísticas. Uma análise mais afinada das brochuras turísticas alemães possibilita encontrar, ainda, ligações com as narrativas produzidas pelos botânicos e cientistas viajantes alemães, que visitaram o Brasil nos primeiros séculos da colonização, em busca de amostras e conhecimentos acerca da natureza do país. A abordagem ecológica destaca a nostalgia da fantasia da natureza prodigiosa do Novo Mundo, agora operando dentro do discurso pós-colonial, mas não descolonizado do turismo. Para Jenkins (2003), a forte influência da literatura nas motivações dos viajantes do século XVIII e XIX foi substituída pelo fascínio nas formas visuais e meios de comunicação.

Apesar de a cartografia social humana ocupar pouco espaço nas brochuras turísticas e manter-se distante da realidade dos nativos, os marcadores étnicos são utilizados na construção do Outro, distintivamente diferente do “eu”. Reproduz-se o mito da harmonia racial produzida pelo colonialismo, por meio da retórica do luso-tropicalismo e dos modelos científicos dos séculos XIX e XX, que atribuíam ao clima e à miscigenação as características da população brasileira. Em alguns momentos, o discurso parece retomar a missão civilizadora europeia ou a necessidade de dominação (intervenção, colaboração) dos países desenvolvidos, tão presente na ideologia do colonialismo, mesmo em tempos pós-coloniais.

### 4.3.2. Brochuras italianas de promoção turística

#### a) Conteúdo textual

Assim como as brochuras turísticas alemãs, o material promocional italiano também articula a representação turística com as cartografias ou paisagens culturais imaginativas que envolvem os destinos turísticos. Sendo assim, a representação da cartografia da cultura urbana nas brochuras turísticas italianas é marcada por “uma viagem através da história do Brasil, (...) a partir de descobertas dos mais importantes exemplos da arquitetura colonial” (Press Tours, 2013, p. 18). Isso porque, em

1500, o primeiro português desembarcou no que é hoje a cidade de Porto Seguro, apelidada na época como Ilha de Vera Cruz. O nome do Brasil deriva de Pau-Brasil, uma árvore que é encontrada em abundância na costa do Brasil, que o português começou a exportar para a Europa para o fabrico de tintas. Em 1530, os primeiros escravos chegaram ao Brasil (...). Diz-se que até 1850, o ano da proibição do tráfico negreiro, cerca de 4 milhões de escravos desembarcaram no Brasil (Dimensione Turismo, 2013/2014, p. 4).

No que diz respeito à cidade de Natal, destaca-se sua posição como “base das atividades marítimas e comerciais de piratas da Europa, graças a sua localização estratégica como ponto mais Oriental da América Latina”. No entanto, o interesse econômico fez com “que o português Governador Geral do Brasil, Francisco de Souza, [ordenasse] a expulsão dos corsários e piratas que ocupavam o porto (...). No natal de 1598 foi fundada a vila ao redor do forte, o que deu à cidade o seu nome” (Press Tours, 2013, p. 40).

Na cidade do Rio de Janeiro, “a parte colonial com edifícios e monumentos públicos lembram quando o Rio foi a capital cultural do Império e, mais tarde, da República do Brasil, por quase 200 anos” (Press Tours, 2013 p. 30); Salvador, “até 1763 (...) foi a capital da Coroa Portuguesa nas Américas e o principal porto do hemisfério Sul até o século XVIII” (Press Tours, 2013, p. 32); enquanto Porto Seguro é famosa “por sua história e por seu ponto de chegada do Descobrimento do Brasil” (Press Tours, 2013, p. 36). O Recife, “capital do Estado de Pernambuco, é a cidade mais antiga do Brasil” (Master Explorer, 2014/2015, p. 14), com “inúmeros edifícios dos séculos XVII, XVIII – legado dos colonizadores portugueses e holandeses” – e antigas embarcações naufragadas, “submersas entre 9 e 58 metros de profundidade que ainda preservam alguma história preciosa” (Press Tours, 2013, p. 38). Em Florianópolis, os recursos naturais juntam-se à história colonial, na tentativa de tornar o destino mais atrativo: “fundada em 1726, está situada em uma ilha e tem cerca de 100 praias.

A herança foi deixada pelos antepassados vindos do arquipélago dos Açores, a partir do século XVIII” (Dimensione Turismo, 2013/2014, p. 13).

As operadoras de viagens italianas oferecem roteiros exclusivos aos que se interessam por conhecer o passado colonial de Minas Gerais - “*Tour Brasile Coloniale*” – e a rota de exploração do café e do ouro – “*Tour la via dell’Oro e del Caffè*”. Sendo assim, de maneira sutil, as narrativas ultrapassam as memórias coloniais e descrevem a história mais recente e a cultura do próprio país: “o Brasil tem sido uma República desde 1889. Recapturado após 21 anos de ditadura militar, a democracia brasileira mostrou-se vigorosa, fazendo parte importante na vida de seu povo” (Dimensione Turismo, 2013/2014, p. 4).

Em Natal,

o solo arenoso (...) impediu a cidade de tornar-se uma área de cultivo de cana-de-açúcar durante o período colonial. Além disso, uma larga parte do estado do Rio Grande do Norte é conhecida como Polígono da Seca, com chuvas escassas e irregulares. Durante séculos, a economia do Estado foi baseada na criação de gado nas terras mais secas do interior. No século passado, beneficiou-se do crescimento do sal e do petróleo (Dimensione Turismo, 2013/2014, p. 17).

Para a operadora de viagens Dimensione Turismo, “a tradição do artesanato marajoara oferece magnífica cerâmica, admirável em lojas locais da cidade, mas também nas salas do museu”; em Olinda, o visitante terá a oportunidade de conhecer os artesãos, trabalhando em suas lojas (2013/2014, p. 34, 22), enquanto Fortaleza é famosa por “rendas feitas pelas mulheres dos pescadores” (Master Explorer, 2014/2015, p. 12). Entretanto, a viagem ao Brasil deverá “começar no Rio de Janeiro, uma das maiores e mais fascinantes cidades do mundo, onde o culto da diversão gira em torno de suas famosas praias. Quem nunca ouviu falar de Copacabana e Ipanema, animadas pelo ritmo do samba que nunca termina?” (Press Tour, 2013, p. 30). E, apesar de o Carnaval do Rio de Janeiro ser “o mais famoso do mundo” (Press Tour, 2013, p. 9), o Rio de Janeiro “é também o bairro da Lapa onde os amantes da noite habitam suas ruas entre os clubes e bares de samba tradicional, tantas vezes tocado ao vivo” (Master Explorer, 2014/2015, p. 8). Já Salvador é considerada a “capital cultural do Brasil e o berço dos grandes nomes de diferentes manifestações artísticas” (Press Tours, 2013, p. 32), enquanto a diversidade cultural da capital de Pernambuco é igualmente destacada:

Recife (...) cidade intensa, que vibra ao som de suas diferenças, culturais, única pela sua história e por seus inúmeros atrativos turísticos. É um lugar cheio de música e magia. Se não acredita, venha se encantar (...). Durante o carnaval, Olinda se transforma em um palco dedicado à música típica, como o frevo e o maracatu que acompanham o carnaval de rua, onde desfilam bonecos gigantes de papelão (Dimensione Turismo, 2013/2014, p. 22).

Alguns destinos são apresentados a partir do colonialismo, mas validados por certificações internacionais: “Brasil Clássico”, aos que “querem aprofundar seus conhecimentos sobre lugares que têm mantido a típica arquitetura portuguesa e foram declarados Patrimônio Mundial pela UNESCO”; em Olinda, o “Patrimônio Mundial tombado pela UNESCO” é o diferencial; e na Bahia, o visitante deverá visitar a “capital do Estado (...), a cidade colonial, cujo centro histórico, o famoso Pelourinho, é Patrimônio Mundial da UNESCO” (Press Tours, 2013, p. 13, 12, 17). Já Búzios conta com a figura de *Brigitte Bardot* para torná-la ainda mais atrativa aos olhos do potencial visitante italiano: na década de 1960, a atriz “veio duas vezes passar o verão, tornando a cidade de Búzios famosa em todo o mundo” (Dimensione Turismo, 2013/2014, p. 11). O Pão de Açúcar e o Cristo Redentor foram “eleitos uma das Sete Maravilhas do Mundo Moderno” (Master Explorer, 2014/2015, p. 8). Da mesma forma, as Cataratas do Iguaçu são “uma obra-prima da natureza que oficialmente entrou na lista das novas Sete Maravilhas da Natureza” (Dimensione Turismo, 2013/2014, p. 30). O Recife é considerado a “Veneza Brasileira por suas pontes, rios e monumentos históricos” (Master Explorer, 2014/2015, p. 14).

De maneira geral, as brochuras turísticas promocionais italianas apresentam os destinos brasileiros como urbanos, modernos e dotados da estrutura necessária para receber o visitante europeu:

Recife (...), a cidade é uma metrópole em crescimento (...) as praias têm águas mornas, há uma abundância de restaurantes com o melhor da cozinha local e internacional (Press Tours, 2013, p. 38).

Búzios (...) atualmente é um dos lugares mais sofisticados do país e oferece serviços de alta qualidade para satisfazer até os mais exigentes visitantes (Dimensione Turismo, 2013/2014, p. 11).

O mesmo acontece nas representações sobre Porto Seguro, destino considerado pelas operadoras de viagens italianas como desenvolvido e protegido:

Porto Seguro, a cidade é repleta de restaurantes, pousadas, discotecas, lojas de todos os tipos (...). Apesar disso, ainda mantém paisagens intocadas, praias bonitas e tranquilas. Há 90 km de litoral protegido por recifes e corais ao longo de riachos, rios, coqueirais e exuberante Mata Atlântica (Press Tours, 2013, p. 36).

Ademais, alguns meios de hospedagem encontram-se em localizações privilegiadas e com serviços de alta qualidade:

Hotel Copacabana Palace é o mais famoso hotel no Rio de Janeiro (...). Dois restaurantes *gourmets* (um com cozinha italiana), piano-bar, SPA, ginásio, campo de tênis, piscina semiolímpica, centro de beleza. São 222 quartos e têm todas as comodidades: ar condicionado, TV via satélite, telefone, ligação à internet, cofre, minibar, CD-rádio, secador de cabelo (Dimensioe Turismo, 2013/2014, p. 9).

Elegantes quartos decorados com todo o conforto (...) estruturas com serviços de qualidade, adequados para clientes mais exigentes (Dimensioe Turismo, 2013/2014, p. 11).

Associada à estrutura turística de qualidade, encontram-se as paisagens culturais rurais naturais refletidas por meio da exuberância dos atrativos naturais, da diversidade de ecossistemas e da multiplicidade de aventuras. De forma geral, o Brasil é apresentado como “símbolo da grande fuga ao paraíso tropical estimulado pelo imaginário ocidental”, com a “vasta e misteriosa Amazônia, na qual a flora e fauna são formas gloriosas e as cores se misturam com o verde intenso da vegetação densa e emaranhada, alimentada por grandes rios, constituindo, assim, um dos mais ricos ambientes naturais para a diversidade dos seus ecossistemas” (Press Tours, 2013, p. 2). Sendo assim, é possível constatar que os textos das operadoras de viagens italianas seguem um estilo descritivo e apresentam detalhadamente a diversidade dos atrativos naturais dos destinos brasileiros, sugerindo ambientes intocados:

Jericoacoara (...) está localizada a 310 km a oeste de Fortaleza; possui muitas das mais belas praias do país, cercada por dunas e falésias, coqueiros e a água do mar incrivelmente azul (Dimensioe Turismo, 2013/2014, p. 28).

(...) a vila de Porto de Galinhas é famosa por suas praias de areias brancas, protegidas por recifes de corais e suas piscinas naturais de águas cristalinas, povoadas por peixes tropicais (Master Explorer, 2014/2015, p. 19).

Destarte, há uma exploração no uso de expressões que remetem aos ambientes selvagens, a “serem descobertos” (Press Tours, 2013, p. 2), como, por exemplo, Angra dos Reis, “uma ilha situada na costa do Rio de Janeiro, em grande parte desabitada e com uma beleza cênica (...). É uma verdadeira joia natural” (Dimensioe Turismo, 2013/2014, p. 12). Seguindo o mesmo estilo, Canoa Quebrada é caracterizada “por dunas, lagos, trechos de praias intocadas e falésias

que se esfurelam ao mar”; Fernando de Noronha conta com “uma paisagem deslumbrante, que faz desta ilha um dos lugares mais admirados pelos turistas. As paisagens são paradisíacas e a flora e fauna ricas de belas paisagens”; nos Lençóis Maranhenses, o visitante encontrará “desertos sem limites, caracterizados por milhares de lagoas, um mar de dunas (...) um lugar único no mundo” (Dimensioe Turismo, 2013/2014, p. 21, 29); em Porto de Galinhas, há “paisagens de praias paradisíacas e sol durante todo o ano (...) para quem quer relaxar e praticar esportes como mergulho ou *surf*. As praias de Porto de Galinha têm águas transparentes, coqueiros e areias sem limites” (Press Tour, 2013, p. 40).

Atendo-se às atividades recreativas, é apresentada uma multiplicidade de atrativos radicais em ambientes naturais:

Fernando de Noronha é um arquipélago formado por 21 ilhas (...), o mar é ideal para a prática de mergulho e *snorkeling*. Durante a sua estadia, você poderá fazer passeios ao mar, onde encontrará golfinhos, tartarugas marinhas, peixes, corais (Press Tours, 2013, p. 43).

O dia em Canoa Quebrada é rico em possibilidades de passeios a cavalo, passeios de barco típicos de vela, caminhadas, passeios de *buggys* ou talvez *kit surf* e *windsurf*, ou mesmo em vôos com o paraquedas suspenso entre as correntes constantes ao longo de quilômetros de praias desertas entre mar, falésias e dunas (Press Tours, 2013, p. 46).

Pipa (...), a bordo de um emocionante *buggy* 4x4 ao longo do litoral Sul de Natal (Dimensioe Turismo, 2013/2014, p. 2).

Além disso, aos cenários naturais associam-se referências ecológicas: os Lençóis Maranhenses, um “parque ecológico com 155 km de hectares de dunas, rios, lagos e áreas únicas. [É] um fenômeno ecológico único formado pelo movimento dos ventos” (Press Tours, 2013, p. 23). Na Praia do Forte, o visitante poderá conhecer o “Projeto Tamar (...) e contemplar a desova das tartarugas marinhas” (Press Tours, 2013, p. 34); Bonito é o “paraíso do ecoturismo” (Press Tour, 2013, p. 26) e Fernando de Noronha destaca-se pela sua sustentabilidade: “parte da ilha é considerada área de proteção ambiental (...). O turismo é desenvolvido de forma sustentável, criando oportunidade do encontro equilibrado entre o homem e a natureza em um dos santuários ecológicos mais importantes do mundo” (Dimensioe Turismo, 2013/2014, p. 21). Da mesma forma, em Pipa os “passeios no santuário ecológico são as principais atividades durante o dia” (Dimensioe Turismo, 2013/2014, p. 20).

No que diz respeito à cartografia social humana, a imigração e a consequente mistura de raças fizeram do Brasil “um país com uma cultura rica e, ao mesmo tempo, original. A miscigenação começou entre o índio, o africano e o português, mas logo chegaram imigrantes de todo o



mundo”. Logo, o resultado foi um “povo alegre, aberto ao novo, que apenas existe no Brasil” (Dimensione Turismo, 2013/2014, p. 4). Como tal, Canoa Quebrada é definida como destino pitoresco e alegre, baseado na “espontaneidade de seus habitantes misturados entre brasileiros e europeus”. O destino é indicado aos que procuram “uma realidade jovem e alegre” (Press Tour, 2013, p. 46). Salvador é o resultado da “cultura hereditária da África, mas cheia de influências portuguesas e indígenas”. Destino no qual “a fusão dos costumes pode ser visualizada em todos os lugares: na cozinha, nas festas, na música e na atitude do povo de Salvador” (Master Explorer, 2014/2015, p. 10).

Ao Rio de Janeiro são associados termos pautados na musicalidade, diversão e estilo de vida da população:

Para muitos, a viagem começa no Rio de Janeiro, uma das maiores e mais fascinantes cidades do mundo, onde o culto à diversão gira em torno de suas famosas praias. Quem nunca ouviu falar de Copacabana e Ipanema, animadas pelo ritmo do samba (...) (Press Tours, 2013, p. 30).

As brochuras turísticas italianas são também carregadas de simbologias místicas, demonstrando as possibilidades de desfrute de experiências exóticas:

Uma viagem para descobrir o maravilhoso Nordeste de Fortaleza (...). Em seguida, atravessar as paisagens lendárias do Parque dos Lençóis Maranhenses e terminar [a viagem] em Salvador, uma vibrante cidade entre colinas verdejantes, considerada capital cultural do país (Press Tours, 2013, p. 22).

No Brasil, há “cidades de fascínio exótico, como Salvador da Bahia, onde os mistérios do Candomblé, da Macumba e outras religiões afro-brasileiras combinam com a beleza natural do país e do povo, transmitindo energia, imaginação e vontade de viver” (Press Tour, 2013, p. 2). Dessa forma, Salvador é apresentada como a “alma do Brasil” (Master Explorer, 2014/2015, p. 10), na qual as influências africanas podem ser percebidas através do misticismo religioso, cores, trajes e rituais exóticos: “é fácil encontrar a vivacidade no centro histórico de Salvador, o Pelourinho, com suas ruas coloridas, as 365 igrejas, as roupas típicas das baianas, capoeiristas e talvez a prática de macumba” (Master Explorer, 2014/2015, p. 10).

O exotismo está igualmente presente nas descrições sobre a Amazônia. Há um forte apelo na exploração das lendas e narrativas mitológicas: “segundo a mitologia grega, as Amazonas eram guerreiras que tiveram uma mama amputada para melhor lidar com o arco. Em outra teoria, a expressão deriva da palavra “amacunu”, que significa água, nuvem, ruído” (Dimensione

Turismo, 2013/2014, p. 32). A descrição de Iguaçu, a partir de uma lenda indígena, torna o destino ainda mais exótico e místico:

(...) uma lenda dos índios atribui as cachoeiras do Iguaçu ao trabalho de Deus da Serpente, mestre do mundo. A história conta que a filha do dono da tribo, uma menina chamada Naipi, por causa da sua beleza extraordinária, havia sido destinada a viver exclusivamente a serviço do Deus Serpente. Mas a menina se apaixonou por um jovem guerreiro que fugiu com sua amada ao longo do rio. O Deus Serpente, por um gesto de vingança, criou uma enorme fenda na rocha, fazendo-os cair. Com isso, os dois jovens foram transformados: Naipi em uma rocha próxima à cachoeira e o jovem guerreiro em uma palmeira à beira do abismo (Dimensione Turismo, 2013/2014, p. 30).

## **b) Mensagens visuais**

Assim como o conteúdo textual, as mensagens visuais das brochuras turísticas italianas são fortemente marcadas pelas heranças coloniais presentes na arquitetura das igrejas, das casas e das ruas dos centros históricos. Por outro lado, as avenidas, com quase nenhuma presença humana, denotam a falta de interação entre o turista e a população local e ajudam a sustentar ambientes cristalizados à espera do potencial visitante, conforme ilustrações 18, 19 e 20:



Ilustração 18 - Belo Horizonte

Ilustração 19 - Salvador da Bahia

Ilustração 20 - Brasil Colonial

Fontes: Press Tour (2013), Viaggidea (2014), Boscolo (2014)

A representação visual das manifestações culturais do Brasil nas brochuras turísticas italianas limita-se a exotividade das tradições africanas dentro do contexto arquitetônico colonial, conforme a ilustrações 21, 22, 23 e 24:



Ilustração 21 - Salvador da Bahia

Ilustração 22 - Brasil

Ilustração 23 - Salvador da Bahia

Ilustração 24 - Brasil Colônia

Fontes: Dimensioe Turismo (2013/2014), Viaggidea (2014)

Entretanto, apesar de as brochuras turísticas privilegiarem ambientes que aparentemente pararam no tempo colonial ou de se encontram no estado primitivo da natureza, são ofertados aos visitantes modernas e confortáveis estruturas de lazer, dotadas da infraestrutura necessária ao relaxamento do visitante, conforme as ilustrações que seguem:



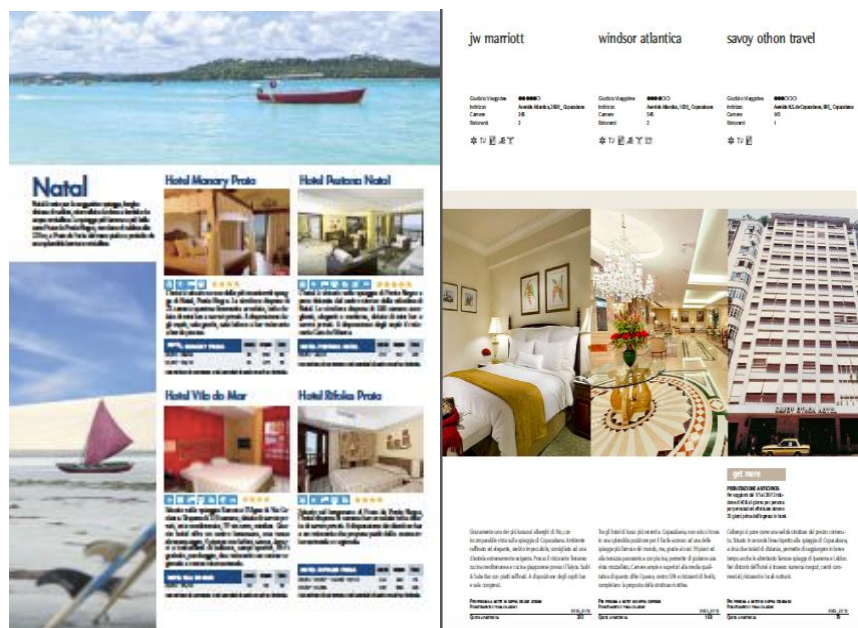


Ilustração 25 - Natal  
Ilustração 26 - Rio de Janeiro  
Fontes: Viaggidea (2014), Master Explorer (2014/2015)

Do ponto de vista das paisagens culturais rurais e naturais, apresentam-se cenários naturais inalterados, sugerindo um ambiente de tranquilidade e prazer. Aqui, os ambientes inabitados corroboram o texto, ao revelarem-se verdadeiros paraísos e oferecerem ao visitante uma variedade de opções: praias desertas, dunas, lagoas e coqueiros, conforme as ilustrações 27 e 28:

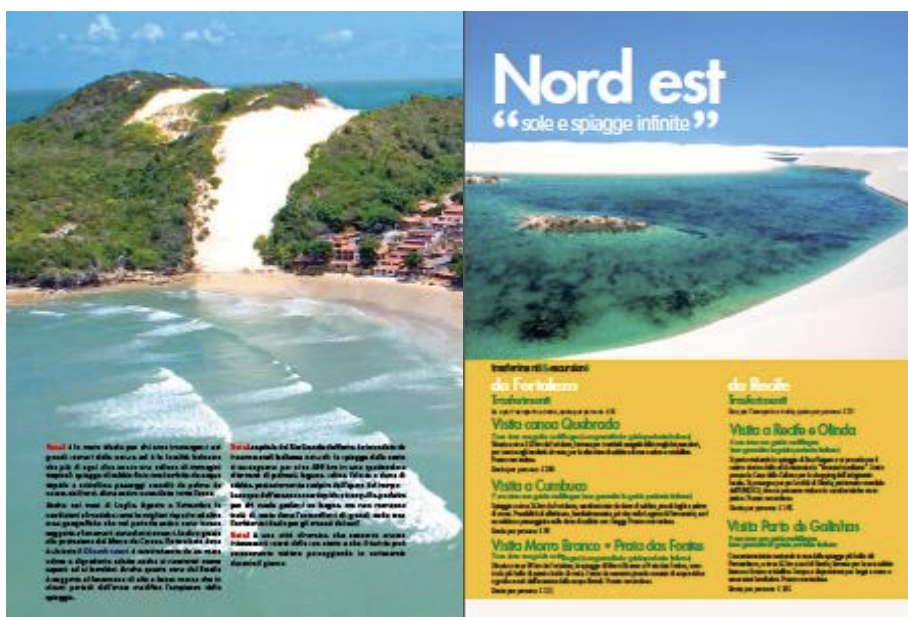


Ilustração 27 - Natal  
Ilustração 28 - Nordeste

Fonte: Master Explorer (2014/2015)

Da mesma forma, a floresta Amazônica revela cenários idílicos, nos quais a flora e a fauna brasileira encontram-se no estado “bruto” da natureza. Aqui não há construções, casas ou estradas, mas uma “vida autêntica” e totalmente selvagem é apresentada como escape da rotina do turista italiano, conforme a ilustração 29:

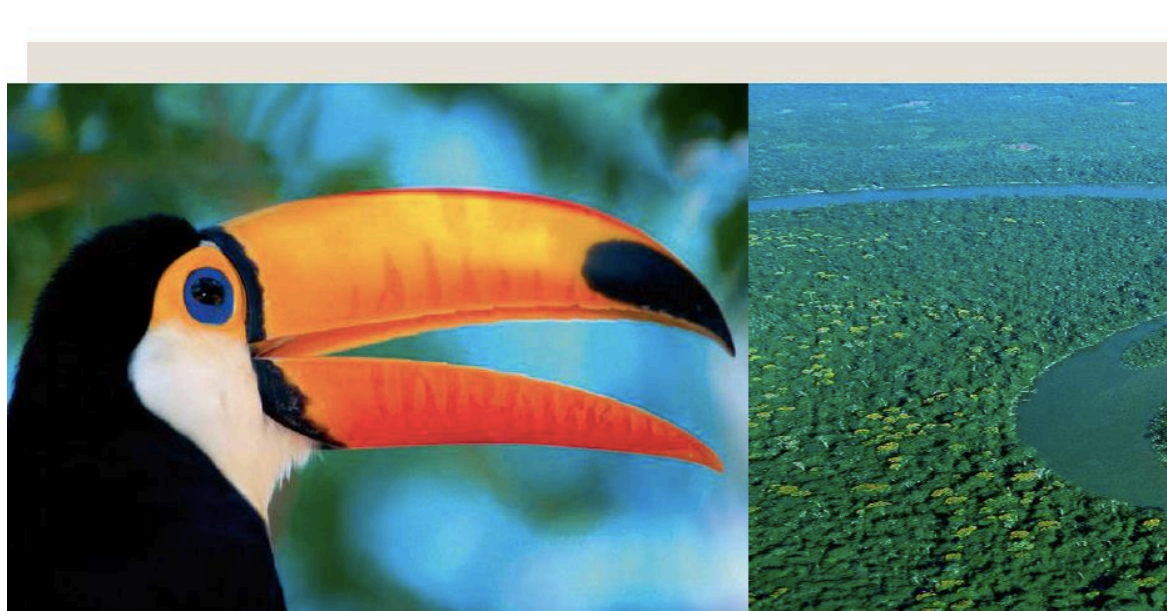


Ilustração 29 - Amazônia  
Fonte: Viaggidea (2014)

Apesar de as brochuras de promoção turística italianas não explorarem demasiadamente a cartografia social humana do Brasil, ainda assim apresentam posições binárias básicas entre os grupos humanos. As mensagens visuais revelam a realidade que o texto não consegue enunciar. Na posição de nativos (mestiços), encontram-se homens e mulheres desempenhando funções de subordinação e papéis exóticos. As mulheres nativas convivem com o estereótipo corporal peculiar e já bastante naturalizado, quer dentro ou fora do Brasil. Para além da exotividade das figuras das baianas, a composição da vestimenta (biquínis), remete para uma sensualidade e sexualidade afluída, chamando atenção para o corpo da mulher brasileira. Dessa forma, a liberdade sexual é vendida como marca da cultura brasileira. Já os homens são apresentados desempenhando performances sociais submissas – canoeiros, bugueiros, pescadores –, imagens ancoradas desde o início da colonização do país, conforme ilustrações 30, 31, 32, 33 e 34:







Ilustração 35 - Nordeste  
 Ilustração 36 - Natal  
 Fonte: Viaggidea (2014)

### c) Discussão dos resultados das análises textual e visual das brochuras italianas

Como nas brochuras turísticas alemãs, são evidentes as ligações entre a representação turística nas brochuras italianas sobre o Brasil e as cartografias ou paisagens culturais imaginativas que envolvem este destino turístico: cultura urbana, cultura rural e paisagem natural e, ainda, social humana, considerando que cada espaço fornece amiúde um conjunto de referências (textuais) como suporte dos discursos turísticos, conforme apresentado no quadro 14:



Quadro 14 - Indicadores textuais das brochuras turísticas italianas

Cartografias/ Paisagens	Sub-categorias		
	Patrimônio Material	Patrimônio Imaterial	Espaço “Turistificado”
Cultura Urbana	arquitetura, igrejas portuguesas, UNESCO, monumentos, coloniais	carnaval, cultura, capoeira, baianas, festas, frevo, artesanato, samba, futebol, Patrimônio Mundial, Ilha de Vera Cruz, 1889, 1500, Coroa Portuguesa, pau-brasil, séculos XVII e XVIII, escravos, 1850, <i>Juan de Lorenzo</i> , pirata, índios, Francisco Sousa, holandeses, portugueses, escravos, descobrimento, ditadura militar, democracia	vida noturna, hotéis, lojas, discotecas, restaurantes, cozinha internacional, madrugadas, bares, discotecas, festa, lojas, Veneza, não perigoso, Holanda, Dinamarca, Bélgica, <i>Brigitte Bardot</i> , centro gastronômico
Cultura Rural e Paisagem Natural	Patrimônio Natural	Patrimônio Rural	Aventura
	fuga, paraíso, flora, fauna, verde, praias, natureza, rios, vegetação tropical, fauna, flora, duas, rios, mar, lagos, coqueiros, petróleo	ecossistemas, aldeias de pescadores, paraísos ecológico, parque nacional, pastagens, pororoca, preservação, hippies, sem calçamento, Projeto Tamar, intacta	aventura, mergulho, 4X4, <i>surf</i> , esportes, relaxar, <i>buggys</i> , paraquedas, <i>kitesurf</i> , <i>snorkeling</i>
Social Humana	Origem/ Herança	Comportamento/ Estilo de Vida	Crenças
	índio, tamoios, tupinambás, baianas africano, português, escravo, imigrantes, alemão, italiano, mistura, descendentes, europeus, antepassados, Açores	solar, festivo, alegre, jovem, hospitaleiro, amigável	macumba, culto, sincretismo, alma, energia, mistério, exótico, Candomblé, amacunu, lenda, Naipi, guerreiro

De forma semelhante aos outros países analisados, as referências visuais das brochuras turísticas italianas de promoção não apenas ilustram o conteúdo textual, como apelam para as sensações visuais (cores, formas, enquadramentos etc.) que as imagens oferecem. Neste caso, reforçam a história colonial e as paisagens naturais paradisíacas, mas sobretudo a existência de espaços “turistificados” reconhecidos pelo visitante. No quadro 15 apresenta-se uma síntese das mensagens visuais analisadas:

Quadro 15 - Indicadores visuais das brochuras turísticas italianas

Cartografias/ Paisagens	Sub-categorias		
	Patrimônio Material	Patrimônio Imaterial	Espaço “Turistificado”
Cultura Urbana	casas coloniais, igrejas, pelourinho, ruas em paralelepípetos, Cristo Redentor	baianas, passista de carnaval, frevo	hotéis, cadeiras vazias, piscinas, coquetéis, barcos, academia, massagem, havaianas, prédios, comidas, turistas
	Patrimônio Natural	Patrimônio Rural	Aventura
Cultura Rural e Paisagem Natural	natureza, Baía de Guanabara, mar, céu azul, vegetação verdejante, pôr do sol, praias, dunas, lagoas, Morro da Urca, cataratas, frutas, flores, coqueiros, tucano	-	<i>buggy</i> , rapel, tirolesa, cavalos, 4x4, parapentes, barco
	Origem/ Herança	Comportamento/ Estilo de Vida	Crenças
Social Humana	mestiços, baianas	mulher, biquínis, sorrisos, crianças, pescadores	baianas, flores, colares

O Brasil, enquanto destino erótico e exótico, tem ocupado uma posição de destaque no circuito turístico internacional. No entanto, esta cartografia, que pode ser classificada como uma cartografia do desejo encontra suas origens nos primórdios da colonização portuguesa a exemplo das impressões deixadas pelos primeiros navegadores e “descobridores”, do discurso religioso, da literatura de viagens e, ainda, da produção intelectual nacional:

o elemento mais revelador da distinção interposta entre o olhar euro-americano (...) é exatamente a distância (...) física e cultural. E é na representação desse além, desses alhures, desse Outro Mundo tropical e subdesenvolvido que se projeta na apropriação imaginária de uma alteridade construída por fontes diversas e, ao mesmo tempo, estreitamente interconectadas (Amancio, 2000, p. 145).

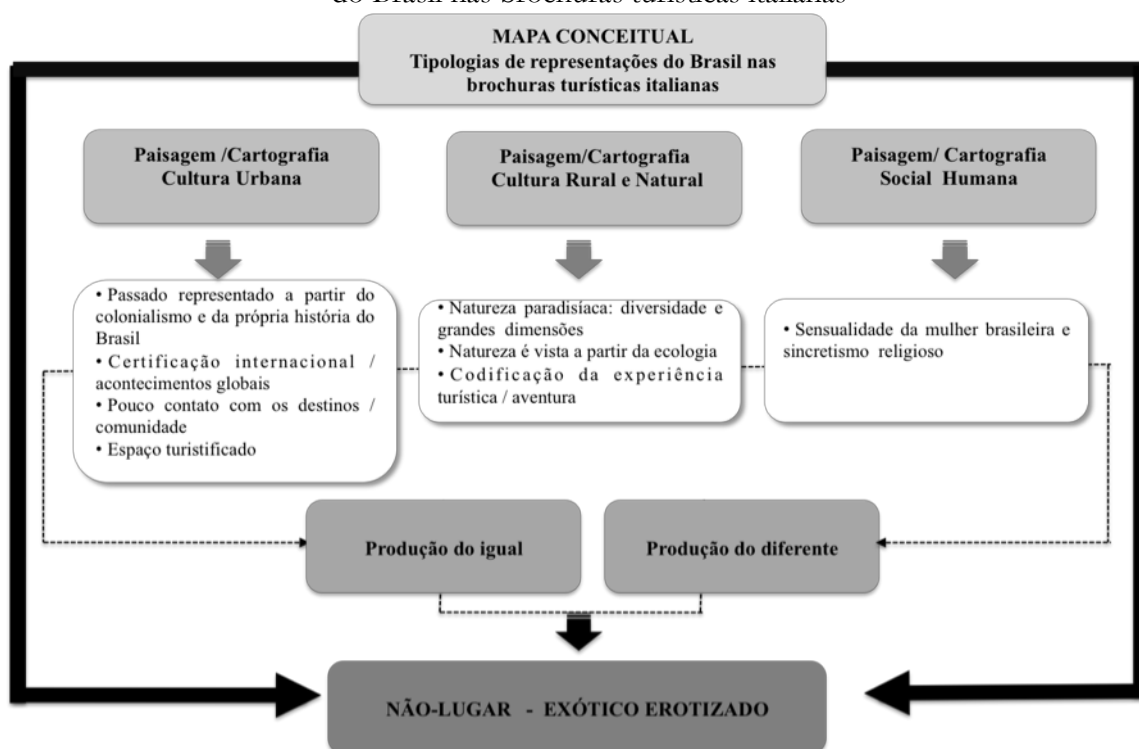
Além disso, enquanto a paisagem natural e cultural corrobora a ideia dos trópicos como um lugar selvagem com manifestações culturais exóticas, os discursos e as teorias em torno da raça, produzidos pela Europa, tornaram a mestiçagem uma marca da sociedade brasileira. Na concepção de Sacramento & Ribeiro (2013), as identidades sexualizadas dos trópicos, construídas no quadro da história colonial e pós-colonial, atravessaram as relações existentes entre as ex-colônias e as ex-metrópoles, tornando-se globalizadas desde a segunda metade do século passado, “com a crescente transnacionalização das indústrias culturais, a mercadorização da cultura e o desenvolvimento tecnológico dos dispositivos de informação e comunicação” (p. 223).

À semelhança de outros países ligados a uma política colonial ou imperialista, a imagem do Brasil, enquanto um espaço de permissividade sexual e culturalmente exotizado, não apenas tem sido produzida pelo Estado, ao “vender a imagem tropical exótica e da nação mestiça – para fins de turismo e solidificação da identidade nacional” (Machado, 2003, p. 211), como é explorada pela promoção do país no exterior, possibilitando generalizações e simplificações da cultura brasileira:

Sempre associando a beleza da mulher às imagens das paisagens naturais, a brasileira entrou para o rol dos catálogos de turismo como mais um dos diversos atrativos que o Brasil tem a oferecer aos seus visitantes. Imagens de mulheres seminuas (...) auxiliam na promoção de mais do que uma imagem; a presença das mulheres adiciona ao catálogo uma concretude junto aos pontos turísticos, uma experiência sensorial do que seria conhecer o país (Castro & Pinto, 2014, p. 38).

No caso específico das brochuras turísticas italianas, a análise das mensagens textuais e visuais das cartografias ou paisagens culturais imaginativas de representação do Brasil possibilitou verificar que as manifestações culturais miscigenadas, em conjunto com a apresentação de paisagens naturais em estado “bruto” e a exploração do corpo da mulher brasileira, resulta na produção do exótico erotizado. Já a comercialização de espaços “turistificados” e experiências codificadas para o turista produz não apenas uma “bolha protetora”, mas sobretudo, não proporciona nenhum contato com a cultura local, transformando-a em um destino similar a qualquer outro destino sol e praia, ou seja, um “não-lugar” (Augé, 1994), conforme apresentado na figura 7, que se refere ao mapa conceitual das tipologias de representações do Brasil.

Figura 7 - Mapa conceitual das tipologias de representações do Brasil nas brochuras turísticas italianas



No que diz respeito à cartografia da cultura urbana das representações do Brasil, sugere-se uma viagem através da história do país. Entretanto, ainda que de maneira superficial, descreve-se a história política recente do país, relatando o período de ditadura militar e a conquista da democracia no território nacional. Nota-se, ainda, que, dentro da cartografia cultural e urbana, alguns destinos são referenciados a partir de certificações internacionais – UNESCO, Patrimônio Mundial da Humanidade, Sete Maravilhas do Mundo – ou reduzidos em termos europeus, quando comparados a destinos internacionalmente reconhecidos, a exemplo do Recife, que é uma espécie de Veneza.

Apesar da exotividade fazer parte das descrições sobre a cultura brasileira, de maneira geral, apresentam-se os destinos brasileiros como suficientemente urbanos, modernos e dotados da estrutura necessária para receber o visitante. Para a tranquilidade do visitante, os meios de hospedagem encontram-se em localizações privilegiadas e apresentam serviços de alta qualidade. Há, ainda, destinos baseados na simplicidade da estrutura; contudo, a rusticidade dos alojamentos é justificada pela preocupação com o meio ambiente.

A cartografia cultural rural e a paisagem natural são marcadas pela diversidade e dimensão dos atrativos naturais brasileiros. Destarte, há uma exploração no uso de expressões que remetem

a ambientes selvagens, intocados a serem “descobertos”. Outros destinos são enfatizados a partir da dimensão territorial ou comparados aos destinos europeus. Atendo-se à extrema codificação da experiência turística, são apresentados aos visitantes cenários ideais à prática de esportes radicais. Assim, esportes como *surf*, vela, mergulho, *snorkeling* e passeios a bordo de carros 4x4 demonstram uma multiplicidade de atividades esportivas em ambientes naturais. Ademais, apesar de reduzidas referências ecológicas, o turismo é apresentado de forma sustentável, criando oportunidade do encontro equilibrado entre o homem e a natureza.

Já a paisagem social humana é marcada, mesmo de modo sutil, pela sensualidade da mulher brasileira. A mistura das raças e o estilo descontraído são os principais atributos considerados na promoção dos destinos pelas operadoras de viagens italianas. Em relação às crenças, as brochuras turísticas são carregadas de simbologias místicas, demonstrando a possibilidade de desfrute e experiências exóticas.

#### **4.3.3. Brochuras francesas de promoção turística**

##### **a) Conteúdo textual**

Assim como nas brochuras turísticas alemães, no material promocional francês também há ligações entre a representação turística do Brasil e as cartografias ou paisagens culturais imaginativas. Nesse caso, verifica-se que a cartografia da cultura urbana brasileira é marcada pela exploração do período colonial, exaltando a possibilidade de o visitante reviver o “passado de esplendor dos conquistadores portugueses” e experimentar a “autêntica cultura em bruto”, com “promessas de uma rota original” (Terre Voyages, 2013/2014, p. 4, 10). Além disso, Olinda é descrita como “joia da arquitetura colonial” (Du Monde, 2014, p. 65); o Pelourinho, em Salvador, encontra-se “na maior cidade colonial da América Latina”; em Tiradentes, “qualquer religiosidade e extravagância da era colonial é expressa através da arquitetura”; enquanto as ruas de Penedo, em Alagoas, revelam um “charme colonial intacto, autêntico e humano” (Terre Voyages, 2013/2014, p. 12,15). O mesmo apelo acontece na promoção da cidade de Salvador:

(...) 365 igrejas com esplendor do barroco brasileiro (...). A Basílica é uma obra do barroco colonial. Seu altar em talha dourada e belas gavetas em jacarandá são consideradas obra de arte dos Jesuítas no Brasil; o Mosteiro São Francisco (...) é um dos mais notáveis exemplos do barroco na primeira metade do século XVIII; descobrir a Igreja do Rosário dos Pretos, construída inteiramente por escravos negros no século XVIII; igreja Terceira da Ordem de São Domingos, no estilo Rococó, decorada com afrescos, representando a vida de São Domingos; Igreja de Nossa Senhora da Conceição, construída no século XVI, com pedras cortadas e numeradas em Portugal (Clio, 2014, p. 3).

As operadoras de viagens convidam o visitante a dar um “passo para trás no tempo”, reviver “os vestígios dos conquistadores, o frenesi do ouro e da borracha, através do barroco e compreender as origens desta terra misturada de contradições abundantes, exuberância e tradição secular” (Terre Voyages, 2013/2014, p. 4). No entanto, se por um lado, destacam-se as influências e as heranças coloniais, como, por exemplo, a cidade de Manaus, fundada “em 1669, perto da confluência dos rios Amazonas e Negro” (Clio, 2014, p. 4), por outro lado, a história também é narrada sob o ponto dos barões da borracha, e sua “grande expansão no final do século XIX através da [exploração] da borracha” (Clio, 2014, p. 4), “ainda visível nos dias atuais” (Du Monde, 2014, p. 8). Do mesmo modo, no Rio de Janeiro, a exploração da cana-de-açúcar, do ouro, do diamante e, finalmente, do café, fizeram “a cidade prosperar rapidamente entre os séculos XVII ao XIX, quando a cidade expandiu-se rapidamente, tornando-se no final do século XIX, uma das cidades mais modernas do mundo” (Clio, 2014, p. 6). Já a cidade de Itacaré, fundada no século XVIII, “conserva ainda as raízes históricas datadas da idade de ouro do cacau” (Terre Voyages, 2013/2014, p. 15).

Além disso, as operadoras de viagens sugerem a participação francesa na colonização do país. O Rio de Janeiro “foi descoberto por portugueses em 01 de janeiro de 1502, mas foram os franceses que se instalaram primeiro”; além disso, há as influências artísticas francesas na construção do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, “inspirado na Ópera de Paris é o mais antigo jardim público do Rio de Janeiro” e no urbanismo de Brasília, “influenciado, em parte, pelas reflexões do revolucionário *Le Corbusier*” (Clio, 2014, p. 6).

Da mesma forma, destacam-se os atrativos naturais do país por meio da qualidade da madeira originária da Amazônia. Contudo, evidencia-se a técnica artística europeia e sua capacidade de transformar a natureza em obra de arte: “o que se sabe é que a preciosa madeira da Amazônia era enviada à Europa para ser esculpida por artistas e retornar ao local de extração para enfeitar a Casa de Ópera” (Du Monde, 2014, p. 80). Assim, contesta-se a falta de estrutura e erudição da colônia, apontando-se a necessidade de aculturar-se à Europa: “cruzar o mundo

para apresentar-se”, a exemplo das “grandes bailarinas e os melhores cantores (...), desde Isadora Duncan a Sarah Bernhardt”. Outrossim, as operadoras de viagens comentam sobre o envio das vestimentas das grandes famílias manauaras a Paris e a Londres com objetivo único de serem lavadas “porque as águas negras do Rio Negro são insuficientemente brancas” (Du Monde, 2014, p. 80).

A expressão “Brasil, terra de exílio” consagra-se nas brochuras turísticas francesas como símbolo do país, ao ser apresentado como destino de inúmeros povos, de oportunidades e, ainda, como lugar ideal para se instalar. Na tentativa de reproduzir a crença do Novo Mundo como um lugar de felicidade e exotividade, reforça-se a imagem de um lugar para todos, posto que, além dos indígenas, o Brasil foi povoado por ondas sucessivas de imigração: “o português, é claro, acompanhado pelo forçado escravo africano; em seguida, foi a vez dos alemães, italianos, japoneses, bascos, russos, gregos, turcos, sírios, libaneses e franceses, é claro, todos podem ser brasileiros” (Du Monde, 2014, p. 21). Neste caso, a interação propiciada pelas diversas culturas resultou na multiplicidade, tanto de gêneros musicais e artísticos: “bossa nova, samba, (...) MPB, forró, frevo, maxixe, lambada, (...) rap, reggae, eletro” e na geração de artistas, como “Chico Science, Alceu Valença, Silvério Pessoa, Nação Zumbi, Spok Frevo, DJ Dolores” (Du Monde, 2014, p. 20), como no florescimento de renomados artistas e escritores brasileiros: “o romancista Jorge Amado, autor de *Gabriela Cravo e Canela*; Gilberto Gil; Caetano Veloso; Maria Betânia; Gilberto Freyre, autor do livro *Casa-Grande & Senzala*”. Nesse mesmo sentido, sublinha-se a importância da cultura para o país, assinalando o fato que o “o Brasil não hesitou, em 2013, nomear como Ministro da Cultura, Gilberto Gil” (Du Monde, 2014, p. 20, 62, 63, 67).

No entanto, a cultura africana é responsável pelas origens “desta terra misturada de contradições abundantes, exuberância e tradição secular” (Terre Voyages, 2013/2014, p. 4). Noutros termos, as heranças africanas podem ser percebidas a partir da miscigenação racial e cultural, através da diversidade musical e do sincretismo religioso, principalmente na cidade de Salvador, na qual “80% da população é afrodescendente”. Assim, Salvador é caracterizada como “um caldeirão da cultura afro-brasileira. O seu carnaval de rua, o mais movimentado do mundo, com mega caminhões de música (trios elétricos) e blocos afro (Olodum, Ilê Aiyê...)” (Du Monde, 2014, p. 47, 62).

O Rio de Janeiro destaca-se como uma cidade de artistas: “os bares com músicas são abundantes no centro da Lapa. Ao anoitecer, o Rio veste sua segunda vida, intensa (...)”

ressonante com o som de todos os tipos de música ao vivo”. O visitante é chamado a “dançar um samba até ao amanhecer na Lapa” e a presenciar a “Bossa Nova, (...) MPB, forró e samba entre os Clubes *Scenarium* e Carioca da Gema” (Du Monde, 2014, p. 83, 26, 27). E, há, ainda, descrições sobre os atrativos culturais ofertados em cada zona do Rio de Janeiro:

No centro histórico encontra-se a Praça XV e o Sambódromo (...); na Lapa, bairro de antiguidades durante o dia e clubes de samba à noite (...); Santa Teresa, artístico e boêmio (...); Botafogo mistura museus, centros comerciais e negócios (...); na Zona Sul, estão as lendárias Praias de Copacabana e Ipanema, o sofisticado bairro do Leblon e a área de lazer da Lagoa (Du Monde, 2014, p. 25).

O Recife é considerado o “cruzamento entre o Atlântico e o Sertão, que impulsionou o ritmo vibrante (...), cenário ideal para as culturas alternativas”, ou como “um caldeirão de ricas tradições do Brasil”, no qual “a maioria dos habitantes orgulha-se por sua cultura”. Já em Fortaleza, o visitante será apresentado à “noite brasileira: música, cachaça e restaurantes sob as estrelas” (Du Monde, 2014, p. 65, 68, 75, 76).

Da mesma forma, a diversidade gastronômica e o artesanato regional são, igualmente, detalhados pelas operadoras de viagens: “a culinária da Bahia é influenciada por sua história ligada aos escravos. As especialidades são o vatapá, (...) o sarapatel, (...) o caruru, (...) a moqueca, a moqueca de camarão, o bobó de camarão, (...) o acarajé”. O Rio Grande do Sul é a “terra do churrasco”; a Amazônia oferece o “Pato no Tucupi” e, no Rio de Janeiro, a feijoada “é o prato favorito”. O artesanato “varia dependendo das regiões: cestaria, cerâmicas e joias nativas, na região Norte e Amazônia; os bordados, rendas, toalhas de mesa e roupas de couro” podem ser encontrados “na região Nordeste e as esculturas barrocas, em Minas Gerais”. As cidades de Rio de Janeiro e Bahia “são especializadas em antiguidades e joias; cristal e cerâmica [são típicos] da região de São Paulo” (Terre Voyages, 2013/2014, p. 4).

Longe de uma apresentação padronizada, as operadoras de viagens descrevem as particularidades do carnaval em cada região do país. Assim,



em Recife e Olinda, cidades do Nordeste, a festa começa no início da manhã. Pessoas de todas as idades dançam nas ruas com os ritmos típicos de frevo e maracatu. Na Bahia, também é nas ruas que a população celebra o carnaval, atrás dos trios elétricos (...). Grupos musicais (blocos), também conhecidos como “Olodum”, “Filhos de Gandhi”, “Aye Ilê”, celebram a cultura afro-brasileira, marchando ao som de seus tambores. No Rio de Janeiro, além do carnaval de rua, o mais famoso carnaval do mundo ocorre no “Sambódromo”, local do desfile das escolas de samba, um verdadeiro espetáculo visual e som. Apoteose do espírito brasileiro, o carnaval é um daqueles eventos que você não entende enquanto não o vir (Terre Voyages, 2013/2014, p. 7).

Nomeadamente nos espaços de circulação próprios aos visitantes, as operadoras de viagens esclarecem que o país ostenta o “gosto pela civilização”: enquanto a região Nordeste oferece ao visitante “alojamentos refinados” e a possibilidade de desfrutar, em Jericoacoara de “boutiques exclusivas, restaurantes hiper contemporâneos e sublimes bangalôs” (Du Monde, 2014, p. 10); Brasília, “nascida em 1960 no meio do nada (...)”, é considerada a metrópole de todas as contradições, onde pessoas reais vivem (...) [em] pontos de ônibus fervilhantes” (Du Monde, 2014, p. 43). Já a cidade do Rio de Janeiro vai além da tradicional e turística Zona Sul; considerada como “uma das cidades mais modernas no mundo”, apresenta-se em três espaços distintos: “a Zona Norte, que inclui os bairros populares; o Centro, coração histórico da cidade, e a Zona Sul, com praias ao longo do oceano” (Clio, 2014, p. 5-6).

Apesar de poucas referências, o país é reconhecido enquanto destino turístico sofisticado e frequentado usualmente por celebridades internacionais: “Robert De Niro, Steven Spielberg, Naomi Campbell” (Du Monde, 2014, p. 58). Já Itacaré “é uma aldeia de múltiplas facetas, tanto arcaicas como modernas, com toda a diversidade do Brasil” (Terre Voyages, 2013/2014, p. 15). Contudo, o visitante “deve entender que (...) o *stress* e desconforto não estão excluídos” (Terre Voyages, 2013/2014, p. 4). Assim, a Ilha de Boipeba a Pousada Vila Sereia possui apenas 4 chalés de madeira “sobre palafitas no meio de um jardim tropical de frente para o mar. Os chalés são amplos e confortáveis, há um chuveiro ao ar livre. O serviço é muito atencioso e caloroso”. Em Preá, Fortaleza, o Hotel Rancho do Peixe oferece ao visitante “16 bangalôs sobre palafitas, alguns diretamente na praia, outros espalhados em um vasto coqueiral, (...) rústicos e (...) compostos exclusivamente por materiais naturais, em completa harmonia com o ambiente” (Terre Voyages, 2013/2014, p. 25-26).

Quando analisada as paisagens culturais rurais e naturais, têm-se uma visão extasiante da natureza: “dunas no deserto e lagos de água doce no Nordeste, florestas exuberantes na Amazônia, pântano no Pantanal, quedas-d’água no Iguaçu (...) e infinitas praias”; o Pantanal, é

“um ecossistema de pântano único no mundo e um grande parque do tamanho de meia França”; Brasília, com “imenso planalto tão grande quanto a metade da França” e Minas Gerais “o quarto maior estado do Brasil, com a superfície maior que a França” (Du Monde, 2014, p. 23, 43, 11, 39). A partir de uma perspectiva romântica, a natureza é apresentada como perfeita: os ambientes são selvagens, intocados, esquecidos, naturais, únicos, rústicos e de absoluta tranquilidade. Assim, o país aparenta “situar-se longe da confusão do mundo moderno”, no qual os “tormentos do mundo e os demônios do modernismo parecem ter esquecido a distância da estrada” (Terre Voyages, 2013/2014, p. 16, 10). Na mesma medida que o Romantismo molda os discursos sobre o ambiente natural do país, ele também garante o estatuto de inferioridade ao país, posto que, quanto mais selvagem a natureza, mais exótico e atrativo o destino.

Em contraste com o ambiente inóspito e remoto do país, o conteúdo textual informa que é possível vivenciar todos os tipos de aventuras radicais. São ofertadas diversas possibilidades ao visitante: percorrer o roteiro “a pé, de *buggy*, de *Land Rover* ou de barco” e desfrutar a “chance de viver o Brasil com olhos de descobridor. Ir entre as dunas e as ondas do Nordeste para conhecer pitorescas aldeias selvagens”, alternando entre “carro particular, balsa local, caminhadas e banhos de sol” ou “descobrir o essencial do Estado do Rio de Janeiro em uma fórmula de serviço mínimo e organizado, com flexibilidade, economia e liberdade”. Se o turista preferir, poderá visitar as Cataratas de Foz do Iguaçu “no interior da floresta tropical, dignas de um cenário pré-histórico” (Terre Voyages, 2013/2014, p. 5, 8, 13), ou deleitar-se com a multiplicidade de atrativos naturais:

Fernando de Noronha (...) apenas a 45 minutos de avião de Recife, as 21 ilhas do arquipélago que é um paraíso para mergulhadores do mundo, rico em quinze espécies de corais, lagostas, colônias de golfinhos, raias, enguias e tubarões. Vamos de praia em praia de *scooter* ou de *buggy* (...), natação, *surf* (...) os prazeres são muitos (Du Monde, 2014, p. 70).

Sendo assim, o turista é estimulado com o objetivo de não ver sempre o mesmo; em Paraty, “tem como opção descobrir a cidade com uma moto, nadar em uma cachoeira na floresta ou ser abandonado em uma ilha por um pescador. Você não se cansa!” (Du Monde, 2014, p. 37). Ao conceder ao visitante o privilégio de “descobrir cantos exclusivos da Costa Atlântica ainda selvagem”, as operadoras oferecem uma combinação de “paraísos terrestre e aquático, dignos de sonhos de infância” (Terre Voyages, 2013/2014, p. 3, 13). Do mesmo modo, os destinos da região Nordeste do país são descritos a partir dos recursos naturais idílicos. A opção pelo termo paraíso é sugestiva, pois vem acompanhada da ideia de fantástico, selvagem e mítico,

tão comuns na visão do Novo Mundo: “o Nordeste é um paraíso à beira-mar com pequenas vilas de pescadores, desertos incríveis, dunas, lagos intercalados de água doce e salgada e praias” (Du Monde, 2014, p. 10); Pipa, “com praias selvagens, lagos e dunas de areias, torna-se um paraíso tropical” (Du Monde, 2014, p. 70); Jeri, “um pequeno milagre” (Du Monde, 2014, p. 75); Trancoso, um “verdadeiro tesouro (...), [com] praias, joias de esmeralda ao pé das falésias vermelhas nas sombras da selva” (Du Monde, 2014, p. 70); em Galinhos, “grandes extensões de areias gradualmente brilhantes e dunas de areias brancas anunciando a chegada ao paraíso” (Terre Voyages, 2013/2014, p. 21) e, por fim, Fernando de Noronha, um “verdadeiro Éden” (Du Monde, 2014, p. 70).

O mesmo acontece na promoção das regiões Norte, Centro-Oeste e Sudeste do país. Como tal, o visitante é convidado a esquecer “o mito do asfalto e ir atrás (...) de selvagens Édens, ilhas de pescadores” (Du Monde, 2014, p. 34). Não interessa aqui a relação com a modernidade ou a civilidade presente no cotidiano francês, mas sobretudo a diferença apresentada nos cenários naturais exóticos. O visitante que se dirigir à Ilha Grande, à Ilha de Marajó, a Manaus e ao Pantanal encontrará um conjunto de atrativos naturais ainda intocados:

Paraíso de Ilha Grande, uma ilha selvagem marcada por cachoeiras e belas praias (...). Outro Éden (...) onde seríamos felizes para sempre (Du Monde, 2014, p. 9, 34).

Na Ilha de Marajó (...) descobrir a vida selvagem (...) as formigas, os gritos aterrorizantes dos macacos (Du Monde, 2014, p. 79).

A região de Manaus é porta de entrada para a floresta (...). Árvores gigantes, terras alagadas, plantações de borracha, vilas flutuantes, casas sobre palafitas (Terre Voyages, 2013/2014, p. 21).

O Pantanal (...) um paraíso natural (Du Monde, 2014, p. 82).

Sobre a cartografia social humana, o conjunto de expressões utilizadas pelas operadoras de viagens recaem sobre o visitante como uma oportunidade de vivenciar ócio, alegria e exotismo presentes na imaginação sobre o Novo Mundo: “deixe-se rapidamente ser conquistado por esta alegria, que é a energia e doçura da vida (...), esqueçamos o asfalto e as tensões da cidade” (Du Monde, 2014, p. 75), ao conhecer, “individualmente, o grande coração e otimismo brasileiro (...) através da jovialidade de um nativo, (...) da ociosidade e da cultura” brasileira (Terre Voyages, 2013/2014, p. 4). Neste ambiente de descontração e letargia natural, “os cariocas não esperam os finais de semana para investirem em longas praias douradas. Eles vão até lá quando têm um momento, por vezes, entre dois compromissos”. Em outro trecho, a narrativa é mais ousada e a operadora de viagens explora o lado erótico do país, ao salientar a

cultura “em que o corpo ocupa um lugar muito importante” (Du Monde, 2014, p. 83, 21). A partir de um vocabulário sensualizado, o país é retratado sob o signo da liberdade:

O culto ao corpo e à beleza é expresso plenamente nas mulheres (...) seminuas. No Brasil, as mulheres estão orgulhosas do seu corpo em exposição, perfeito ou não. Além disso, sem complexo ou julgamento (...), a sociedade brasileira está bem consigo mesma (Du Monde, 2014, p. 8).

O Rio flutua ao sabor da liberdade e da paz (...) as meninas são lindas (...). Juventude dourada (...) população diversificada e todas as idades, em um ambiente muito descontraído (Du Monde, 2014, p. 8,10).

Sensualidade natural, os corpos nus não se expõem, expõem-se ao sol, ao mar, ao vento (Du Monde, 2014, p. 83).

Além disso, na tentativa de demonstrar a atenção dedicada ao corpo pelo povo brasileiro, as operadoras de viagens reforçam a narrativa: “quando a natureza não é suficientemente generosa, a medicina assume (...), quantos americanos e europeus escolheram um cirurgião brasileiro (...)”, fazendo alusão ao cirurgião plástico Ivo Pitanguy, “referenciado até mesmo nas favelas” (Du Monde, 2014, p. 25).

O comportamento e o estilo de vida do povo brasileiro são retratados pelas operadoras de viagens como a razão central para visitar o Brasil: “apesar das belas paisagens, de cultura e de festa, o principal motivo para ir ao Brasil continua sendo os brasileiros. Este é um povo extremante acolhedor e comunicativo”. Portanto, o visitante é convidado a “descobrir a alma deste país quente”, com um povo “extremamente acolhedor e comunicativo (...), no ônibus, nas ruas, nos olhares, no falar, no sorrir (...). Todo mundo olha, fala e sorri” (Du Monde, 2014, p. 8, 24). Segundo as operadoras de viagens, a população da região Nordeste do país sente-se orgulhosa de viver naquele ambiente e, principalmente, satisfeita em poder “compartilhar sua felicidade com os visitantes”. No Recife, a “tremenda alegria é palpável nas praias, nos bares e nas casas de show. É como se a terra movesse sob nossos pés, como se a cidade fosse mesmo eletricidade (...). Deixe-se levar pela sua energia” e “pela sua letargia ancestral” (Du Monde, 2014, p. 75, 65). Já Maragogi é um “convite ao ócio”, enquanto no Rio de Janeiro se encontra a “efervescência e a alegria”, e o visitante é convocado a deixar-se convencer pela “atmosfera da boa vida no Brasil”, ou, ainda, pela “despreocupação dos mineiros” (Terre Voyages, 2013/2014, p. 9, 10, 23). Por fim, a reprodução do cotidiano supostamente ocioso é utilizada para convencer o potencial visitante sobre o ambiente rústico do país:

(...) crianças correndo pelas ruas de paralelepípedos a soltar pipas, as senhoras a discutir sentadas em suas varandas de casas coloridas, o entardecer embriagado por sons misturados de Olinda, hinos de igrejas, frevo, orquestra de percussão e gritos de vendedores de acarajé nas ruas (Du Monde, 2014, p. 65).

Dentro do mito do Novo Mundo, o misticismo com origem nas religiões provenientes da África forma um cenário exótico e convidativo: “hoje é sábado e [encontramos] uma mulher negra, vestida de branco, orando a seu Orixá, Iemanjá, deusa da fertilidade, mãe do mar e de todas as divindades do Candomblé”. Desse modo, apresenta-se uma outra visão da vida e do tempo, na qual o visitante deverá “esquecer o relógio”, pois “as coisas acontecem no seu próprio tempo (...), nada é planejado, tudo é possível de acontecer. A verdadeira impressão do Novo Mundo”. Em outro trecho, “ao ritmo de suas divindades africanas e tradições”, o visitante é aconselhado a rezar aos “Orixás [o] manter [ali]” e, ainda, alertado sobre possíveis interferências no dia a dia: “o melhor [é] não planejar o seu dia, porque se os Deuses não concordarem, as coisas não acontecem, ou acontecem no dia seguinte” (Du Monde, 2014, p. 47).

Ao legado católico, associam-se os rituais místicos: “365 igrejas esfregam os ombros com os terreiros de Candomblé” (Du Monde, 2014, p. 62), revelando o sincretismo religioso presente em Salvador:

Candomblé, culto à tolerância (...) resgatado da África, [praticado pelos] primeiros escravos africanos importados que adoravam os Orixás, Deuses, associados a um elemento natural (...). Os Orixás foram convivendo secretamente com os Santos Católicos. Desde a abolição da escravatura, apesar da censura política, o Candomblé está ganhando terreno. Há cerca de 2.500 terrenos em Salvador. Cerimônias (canto, dança, transe) dirigidas pelo “Pai Pote” (...) com a mistura de crenças africanas, rituais católicos e indígenas. Eles são abertos a todos, sem discriminação (Du Monde, 2014, p. 48).

O Santuário de Bom Jesus de Matosinhos, localizado em Congonhas do Campo, é anunciado como um destino de “peregrinação e misticismo” que “simboliza a união da arte com a fé” (Clio, 2014, p. 5); enquanto a cidade de Manaus é considerada um “lugar mítico de encontro das águas”. Já a Praia do Preá, no Ceará, “não falta nenhum misticismo, (...) [é] um paraíso para os surfistas (...), e [para] aqueles que desejam escapar das multidões, o isolamento [é] garantido” (Terre Voyages, 2013/2014, p. 6, 21, 26).

## **b) Mensagens visuais**

Assim como o material promocional alemão e italiano, as brochuras turísticas francesas caracterizam-se por um forte apelo visual. A cartografia da paisagem cultural urbana caracteriza-se pelas heranças coloniais na arquitetura, nos contrastes sociais das comunidades carentes e nas manifestações culturais miscigenadas, sobretudo exotizadas; enquanto as paisagens culturais rurais e naturais anunciam o paraíso intocado e selvagem. Por fim, a cartografia social humana marca o cotidiano e o estilo de vida despojado da população brasileira, a forte miscigenação racial, a exposição do corpo feminino e o sincretismo religioso associados aos rituais místicos.

Apesar de poucas referências, na cartografia da cultura urbana, o patrimônio material da região Nordeste é promovido a partir de paisagens coloniais – casas coloridas, igrejas, monumentos – concorre com cenários naturais intocados, refletindo o estado “bruto” e pouco desperto para a modernidade urbana. Além disso, o enquadramento do símbolo do cristianismo (a cruz) destaca o caráter civilizador e catequizador do colonialismo. Em outros termos, apresenta-se um destino parado no tempo colonial, evangelizado sob os preceitos da igreja católica, mas, sobretudo, com cenários paradisíacos, longe da modernidade dos centros cosmopolitas. Mesmo de maneira modesta, esses espaços (coloniais e naturais) funcionam como centros de encontro entre pessoas, prevalecendo uma proximidade humana. Assim, as ruas surgem como espaços vivos, locais de comércio informal e sociabilidade, subsistindo no cotidiano da população local, que não só escapa a uma exposição controlada e higienizada, como assume uma dimensão ainda mais exotizante, conforme as ilustrações 37 e 38:





Ilustração 39 - Salvador da Bahia  
 Ilustração 40 - Rio de Janeiro  
 Ilustração 41 - Candomblé  
 Fonte: Du Monde (2014)

Dentro de um discurso que se afirma como antítese da Europa moderna, é facultada especial atenção aos contrastes sociais nos espaços urbanos brasileiros. As operadoras de viagens francesas apresentam o “retrato” das comunidades carentes, desprovidas de recursos e condições básicas, procurando estimular o imaginário do visitante e ofertar experiências incomuns. Já na capa das brochuras turísticas, apresenta-se uma comunidade carente, que, apesar de precária em infraestrutura, se destaca em cores e luzes vibrantes. A imagem, em primeiro plano, de uma criança reutilizando uma garrafa para tomar banho demonstra não somente o atraso socioeconômico – marcado também por um espaço de construções sem nenhum tipo de planejamento, pela simplicidade das vestimentas (ou falta de vestimenta), pela ausência de infraestrutura básica –, mas sobretudo, a criatividade dos pobres à procura de prazeres possíveis. Já a expressão facial de uma mulher (triste e com idade avançada)



estampada nas escadas de uma comunidade carente denota não apenas o estado de subdesenvolvimento do país, mas, igualmente, a opressão, conforme ilustrações 42, 43, 44:

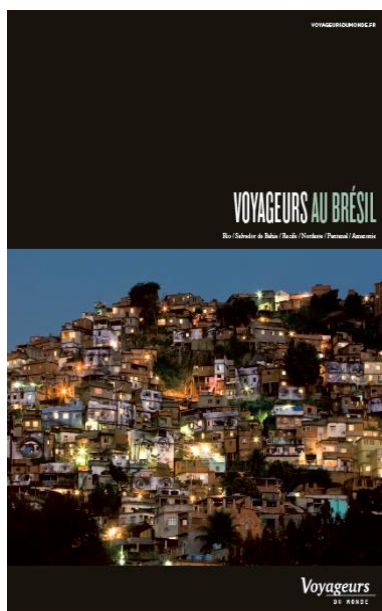


Ilustração 42 - Brasil

Ilustração 43 - Rio de Janeiro

Ilustração 44 - Rio de Janeiro

Fonte: Du Monde (2014)

Encontra-se também uma apresentação consubstanciada por um conjunto de posições binárias: enquanto as comunidades carentes do Rio de Janeiro são apresentadas como espaços subdesenvolvidos, as cidades de São Paulo e Brasília sinalizam a modernidade da arquitetura contemporânea, por meio de ícones artísticos em meios urbanos, como uma exposição de arte e referências às obras de Oscar Niemayer, conforme as ilustrações 45 e 46:

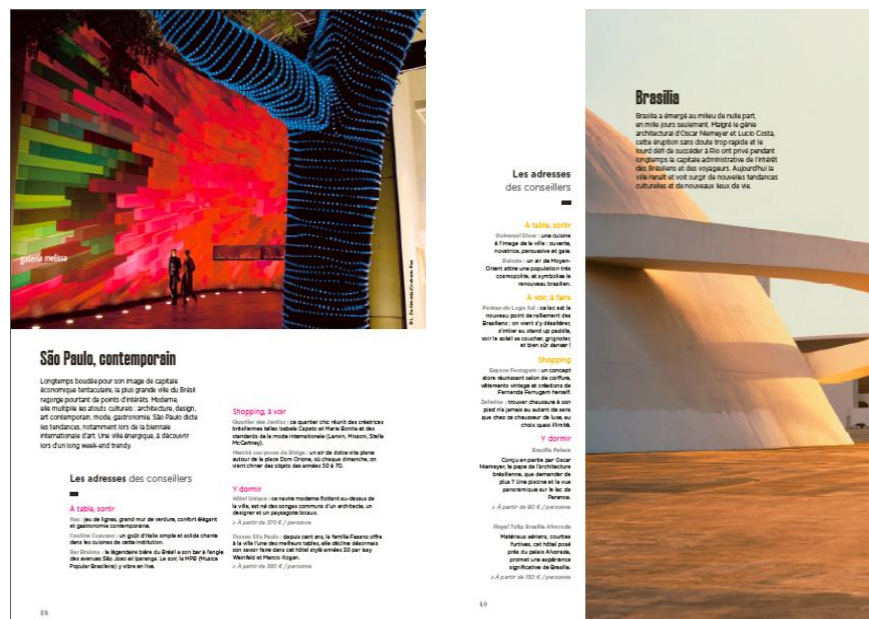


Ilustração 45 - São Paulo  
Ilustração 46 - Brasília  
Fonte: Du Monde (2014)

A cartografia da cultura rural e a paisagem natural são preenchidas por ilustrações que concorrem para a caracterização do país como um destino supostamente paradisíaco e selvagem. Aqui, à falta de “civilização” apresentam-se os atrativos naturais que convidam o visitante a desfrutar da tranquilidade e do exotismo de uma terra distante. Em contrapartida, a variedade de imagens relacionadas com crianças projeta-se como um espaço de fuga e inocência. Isso porque, se, por um lado, as manifestações culturais são marcadas pela mistura racial e pela maturidade que a presença adulta simboliza, na cartografia cultural rural e paisagem natural, as imagens de crianças remetem ao estado puro e à sensação de liberdade, proporcionada pelo ambiente natural. Além disso, as imagens que ilustram a Amazônia sinalizam o encontro do visitante com a população nativa, por meio da presença de uma criança branca em uma rede de dormir. Já as imagens de uma canoa e um *buggy* propõem ao visitante a possibilidade de vivenciar igual aventura. Por fim, a imagem de uma criança indígena, dividindo a página com uma onça garante ao visitante o exotismo do ambiente selvagem, conforme as ilustrações 47, 48, 49, 50, 51:



Ilustração 47 - Nordeste  
 Ilustração 48 - Nordeste  
 Ilustração 49 - Amazônia  
 Ilustração 50 - Amazônia  
 Ilustração 51 - Amazônia  
 Fonte: Du Monde (2014)

Nomeadamente, no que se refere à cartografia social humana, o estilo de vida brasileiro é marcado pelo clima de descontração, sensualidade e despojamento da mulher brasileira. Aqui, a figura feminina não somente simboliza a miscigenação racial, mas, sobretudo, demonstra a sensualidade da mulher brasileira. Por meio de corpos seminus, sorrisos, festas, praia, calor, suor e ambientes repletos de cores vibrantes e sons, em uma experiência sensorial, retrata-se



uma possível liberdade sexual, agregando valor à representação exótica e erótica do país, conforme ilustrações 52, 53 e 54:

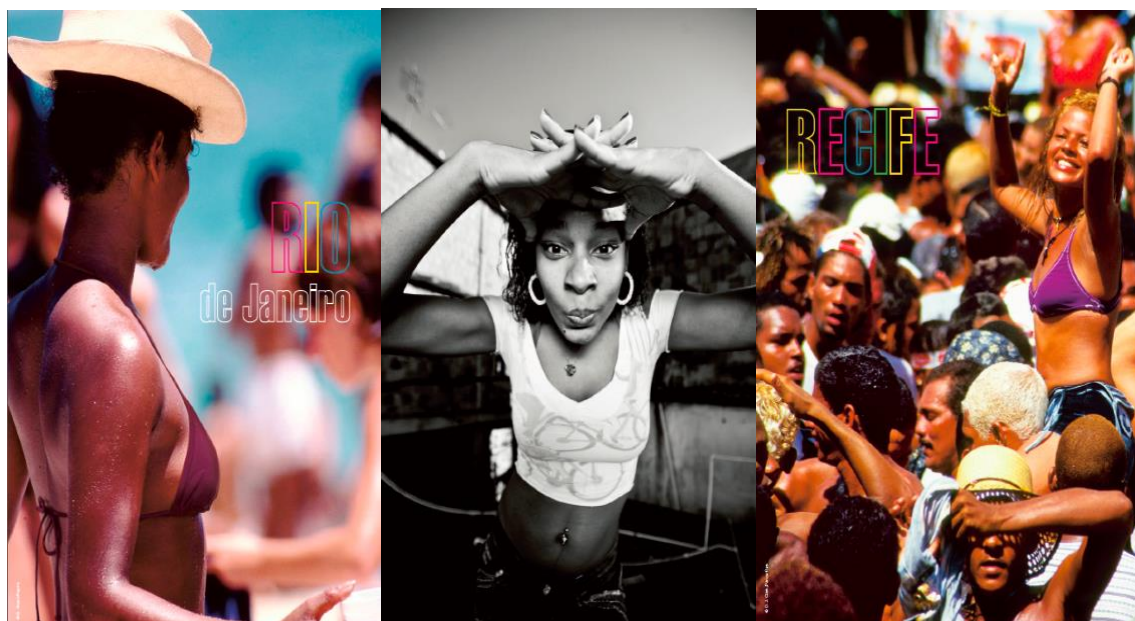


Ilustração 52 - Rio de Janeiro

Ilustração 53 - Rio de Janeiro

Ilustração 54 - Recife

Fonte: Du Monde (2014)

### c) Discussão dos resultados das análises textual e visual das brochuras francesas

Como nas brochuras turísticas alemãs e italianas, são evidentes as ligações entre a representação turística nas brochuras francesas sobre o Brasil e as cartografias ou paisagens culturais imaginativas que envolvem este destino turístico: cultura urbana; cultura rural e paisagem natural e social humana, considerando que cada espaço fornece amiúde um conjunto de referências (textuais) como suporte dos discursos turísticos, conforme apresentado no quadro 16:

Quadro 16 - Indicadores textuais das brochuras turísticas francesas

Cartografias/ Paisagens	Sub-categorias		
	Patrimônio Material	Patrimônio Imaterial	Espaço “Turistificado”
Cultura Urbana	arte barroco, arquitetura colonial, esculturas, igrejas, museus, mercado local, Aleijadinho, arte, Edifício do teatro, Estrada Real, urbanismo, Patrimônio Mundial da UNESCO	cultura, gastronomia, festas, ritmos, carnaval, bossa nova, samba, MPB, forró, frevo, maxixe, rap, eletro, lambada, Gilberto Freyre, caipirinha, Jorge Amado, Casa-Grande & Senzala, Gabriela, anos 70, escritores, compositores, Alceu Valença, Silvério Pessoa, Nação Zumbi, Chico Sciense, Maria Betânia, Gilberto Gil, Caetano Veloso, conquistadores, passado, holandeses, cana-de-açúcar, cacau, pau-brasil, algodão, tabaco, diamantes, ouro, abolição, escravos, rebeldia jesuítas, Américo Vespúcio, <i>Saara Bernhardt</i> , <i>Isadora Duncan</i> , Caruso, bailarinas, ópera, piratas, declínio, <i>Le Corbusier</i> , <i>Kubitschek</i> , Oscar Niemeyer, escultura, <i>Bruno Giorgi</i> , <i>Alvaro Nunez Cabeza de Vaca</i>	bangalôs, hotéis, dançar, restaurante, moderno, bares, zona Norte e zona Sul do Rio de Janeiro, edifícios, metrópole, moda, compras, <i>Robert De Niro</i> , <i>Steven Spielberg</i> , <i>Naomi Campbell</i> , populares, tendências
Cultura Rural e Paisagem Natural	Patrimônio Natural	Patrimônio Rural	Aventura
	beira mar, ilha, areia dourada, dunas, coqueiros, lagos, floresta, pântanos, quedas d’água, praia, montanha, tartaruga, jacaré, tropical, golfinho, jardim do Éden, selvagem	aldeias de pescadores, áreas protegidas, povoado, hippie, refúgio, Projeto Tamar, indígena, inacessível, remota, bruto, inóspito, ecoturismo, conservação, diversidade, tranquilidade, biosfera	a pé, <i>buggy</i> , <i>Land Rover</i> , barco, 4X4, a cavalo, moto, natação, catamarã, trilhas, <i>scooter</i>
Social Humana	Origem/ Herança	Comportamento/ Estilo de Vida	Crenças
	misturado, afro-descendente, português, exílio, imigração, coloridos, escravo, africano, alemães, italianos, japoneses, bascos, russos, gregos, turcos, sírios, libaneses, franceses, mulheres, velhos, crianças, candangos, Japão, Austrália, Milão	otimismo, festa, jovialidade, ociosidade, acolhedor, comunicativo, sorriso, positivo, corpos nus, beleza, mulheres seminuas, festa dançante, desejos, saudável, exuberância, fervilhante, sensualidade, contradições, comunicativo, energia, ônibus fervilhantes, Ivo Pitanguy, liberdade, boêmio	alma, Candomblé, Pai Pote, orixá, ritual, igreja, Iemanjá, tambores, santos, cantos, culto, misticismo, mito, peregrinação, milagres, divindades, divino, demônios, tormentos, mítico, paixão de cristo, profetas, fé, união, colares

No caso do conteúdo visual das brochuras turísticas francesas, as imagens não apenas corroboram o sentido do texto, mas as cores vibrantes, determinados signos e enquadramentos revelam e intensificam a exotividade que se deseja apresentar, conforme quadro 17:

Quadro 17 - Indicadores visuais das brochuras turísticas francesas

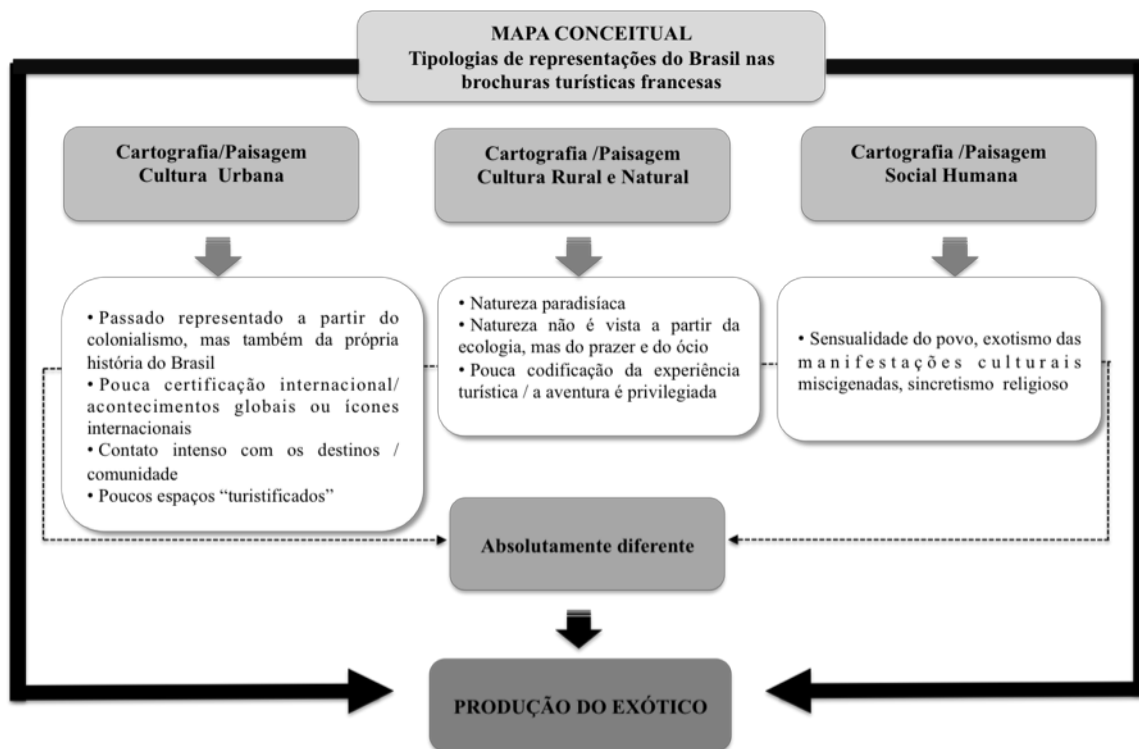
Cartografias/ Paisagens	Sub-categorias		
Cultura Urbana	<b>Patrimônio Material</b>	<b>Patrimônio Imaterial</b>	<b>Espaço “Turistificado”</b>
	igrejas, pelourinho, monumentos, Cristo Redentor, casas coloniais, azulejos	capoeira, carnaval, baianas	hotéis, palafitas, embarcações, bonde, noite
Cultura Rural e Paisagem Natural	<b>Patrimônio Natural</b>	<b>Patrimônio Rural</b>	<b>Aventura</b>
	montanhas, noite, floresta, praia, dunas, lagos, arara, coqueiros, céu, tucano, peixes, rio, cavalo, jacaré, arco-íris, pássaros, lagoa, pôr do sol	índios, boiadeiros, fazendas, pastagens	esquibunda, <i>buggys</i> , <i>surf</i> , 4x4, barcos rústicos, trilha
Social Humana	<b>Origem/ Herança</b>	<b>Comportamento/ Estilo de Vida</b>	<b>Crenças</b>
	mulher negra, negros, mestiços, crianças negras, pobres, índios, índias, crianças índias, mulatos, mãos negras, meninos, baianas	favelas, <i>trailer</i> , havaianas, cotidiano, taxista, bicicleta, rede de dormir, ambulantes, biquínis, mulheres, crianças, feira de rua, vendedores, legumes, dona de casa, moradores, comércio, frutas, multidão, bairros	fitá do Bonfim, Candomblé, colares coloridos, transe, tambores, igreja, cruz, baianas

Conforme anteriormente apontado, tudo o que se pode mostrar, pensar, dizer ou fazer sobre o “Oriente” segue certas linhas nítidas e reconhecíveis, impregnadas da doutrina da superioridade europeia a todos os povos e culturas não europeus. O que os visitantes experimentam, observam e aprendem, na maioria das vezes, é condicionado por estruturas existentes de representações e interpretação do Outro (Andsager & Drzewiecka, 2002). Diante da atração pela novidade e pela diferença, inerente ao ser humano, o Outro passa a ser “exotizado” e mercantilizado a partir do uso seletivo de imagens e descritores. Os destinos turísticos são apresentados como autênticos paraísos primitivos, uma vez que as narrativas de viagens ora impõem seus próprios padrões culturais ao Outro, negando-lhes o direito à diferença, ora exaltam a dimensão exótica de realidade (Matos, 2010). Em outros termos, “o “Oriente” não foi orientalizado só porque se descobriu que era “oriental” (...), [mas] submeteu-se ser transformado em oriental” (Said, 2007, p. 32-33).

No caso específico das brochuras turísticas francesas, a análise das mensagens (visuais e textuais) no contexto das cartografias imaginativas de representação do Brasil possibilitou verificar que a busca por culturas absolutamente diferentes resultou na produção de representações completamente exotizadas. Nota-se que as brochuras exploram a vontade de experimentar o Outro, diferente e exótico, utilizando práticas de significação institucionais

para promover uma apresentação, muitas vezes redutora dos lugares e das pessoas, enquanto mero espetáculo de entretenimento (Santos, 2008), conforme apresentado na figura 8, que se refere ao mapa conceitual das tipologias de representações do Brasil:

Figura 8 - Mapa conceitual das tipologias de representações do Brasil nas brochuras turísticas francesas



No que diz respeito à cartografia da cultura urbana, a História é narrada do ponto de vista do colonialismo, responsável pelos principais acontecimentos históricos e pelo desenvolvimento civilizacional do país. As operadoras de viagens não apenas destacam a participação francesa na colonização do Brasil, evidenciando a técnica artística francesa e sua capacidade de transformar a natureza em obra de arte, como sugerem uma espécie de autoridade intelectual europeia sobre a colônia. No entanto, mesmo que o principal objetivo da extração do ouro e da borracha durante o período colonial tenha sido o abastecimento da metrópole, as marcas do desenvolvimento deixadas no país são igualmente destacadas, principalmente dentro do conteúdo textual: o país tem “gosto pela civilização”.

De acordo com as brochuras turísticas francesas analisadas, ao passo que a França exerceu grande influência na arquitetura, nas artes e no refinamento do Brasil, a África foi responsável pelas origens de uma terra misturada de contradições e mistérios. Ao Outro reserva-se a posição de “irracional, depravado, diferente; [enquanto] o europeu é racional, virtuoso,

maduro, normal” (Said, 2007, p. 73). Aqui, o discurso parece reproduzir a crença do Novo Mundo como um lugar de prosperidade e oportunidade. Ou seja, uma “terra de exílio”, na qual as “zonas de contato” (Pratt, 1999), propiciadas pela interação de diversas culturas, não apenas resultaram na variedade gastronômica, musical, carnavalesca, artística, religiosa e até mesmo linguística, como funcionam como atração na captação do potencial visitante francês. Além disso, apesar de as brochuras apresentarem espaços de circulação próprios ao visitante, como as modernas cidades de São Paulo e Brasília, enfatiza-se a diferença por meio dos contrastes sociais encontrados nas comunidades carentes e o desconforto dos ambientes selvagens.

Por outro lado, as paisagens culturais rurais e naturais são marcadas por recursos naturais paradisíacos. Ao visitante é assegurada a possibilidade de desfrutar de poéticos ambientes naturais, embora igualmente inóspitos e remotos, propícios a todos os tipos de aventuras radicais e experiências “genuínas”. No entanto, ao paraíso natural soma-se a ideia do pecado original, diretamente relacionada com a representação da mulher, construída pela ótica da igreja católica. Na concepção de Aoun (2001), assim como as terras descobertas na época colonial se construíram sob o signo do exotismo e erotismo, no século XX, os destinos turísticos periféricos também se basearam na ideia do paraíso tropical e nos jardins das delícias. Nesse caso, a cartografia social e humana, construída a partir da exploração do corpo feminino, tem raízes nos primórdios da colonização portuguesa. Desde a *Carta do Descobrimento*, os relatos dos viajantes, as narrativas dos jesuítas, os modelos científicos, a literatura nacional e, mais tarde, o *marketing* turístico da EMBRATUR na promoção do país no exterior, atribuíram à imagem da mulher uma posição de destaque. Se no Brasil colonial o corpo nu das indígenas incitava a luxúria aos olhos do colonizador, a presença da escrava africana contribuiu para a ratificação do imaginário erotizado, que há muito vem seduzindo o visitante. Dentro do discurso colonial, “o Brasil se converte[u] em um paraíso das mulatas onde a natureza exuberante, a mulher sensual e racial, se [fundiram] com a figura da mulata” (Gomes, 2009). A miscigenação racial associada ao comportamento despojado e o estilo de vida livre do povo brasileiro ampliaram o discurso erotizado e tornaram-se a marca distintiva da sociedade brasileira. Aqui, as imagens não apenas ilustram as referências textuais sobre a “terra de exílio” e o ambiente sedutor, apresentadas nas obras *Casa-Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre, bem como no romance *Gabriela, Cravo e Canela* (1958), do escritor Jorge Amado, “que [ofereceram] ao Brasil a sua utopia onírica de país mágico e de magia” (Lourenço, 2015, p. 12), mas parecem reproduzir-se dentro do contexto luso-tropicalista,



ratificando a falsa ideia da democracia racial imposta pela intelectualidade brasileira. A isso, juntam-se, ainda, as representações de rituais místicos, através da prática do Candomblé, provenientes da África, formando um cenário exoticamente convidativo.

#### **4.3.4. Brochuras espanholas de promoção turística**

##### **a) Conteúdo textual**

De forma semelhante às brochuras turísticas alemães, italianas e francesas, o material promocional espanhol também faz ligações entre a representação turística e as cartografias ou paisagens culturais imaginativas que envolvem os destinos turísticos. Verifica-se na cartografia da cultura e urbana um conjunto de referências relacionadas à herança colonial, sugerindo a suspensão do tempo cronológico: Natal foi “guardada pela Fortaleza dos Reis Magos, construída com cal e óleo de baleia no ano de 1598 por portugueses e famosa por suas extensas dunas de areias brancas que chegam até ao mar e por suas praias paradisíacas” (Travelplan, 2014/2015, p. 48). Nota-se que, além da identificação com a história colonial, o visitante ainda conta com a validação das certificações internacionais através de “conjuntos urbanos declarados pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade” (Travelplan, 2014/2015, p. 16). Em Salvador, encontra-se “uma das coleções mais importantes da arquitetura colonial barroca da América Latina, considerada pela UNESCO Patrimônio da Humanidade” (Iberojet, 2012, p. 10); o Pelourinho é promovido como “Patrimônio Mundial, rico em construções coloniais e igrejas” (El Corte Inglés, 2014, p. 62). Já Olinda é a “primeira capital do estado de Pernambuco a ser declarada pela UNESCO como cidade Patrimônio Natural e Cultural da Humanidade” (Iberojet, 2012, p. 10); em São Luis, o “centro colonial foi declarado Patrimônio da Humanidade pela UNESCO” (Travelplan 2012/2013, p. 67), e o Parque Nacional de Iguaçu, “declarado Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO, possui uma das mais impressionantes quedas de água do mundo” (Travelplan, 2014/2015, p. 40).

Em relação às manifestações culturais, as operadoras de viagens espanholas restringem-se a promover a Bahia e as influências afro-brasileiras convidando o visitante a “testemunhar a influência africana de Salvador desfrutando de um espetáculo baseado na cultura afro-brasileira [e] a experimentar o verdadeiro espírito da Bahia através da música, suas danças (capoeira, samba de roda, maculelê etc.) e sua rica gastronomia crioula” (Travelplan, 2014/2015, p. 19).

No entanto, apresentam-se uma variedade de atrativos turísticos e a estrutura necessária para receber o visitante: “Salvador é um destino fabuloso que combina uma oferta incrivelmente ampla para o ócio de suas férias: centros comerciais, museus, praias, salas de baile, bares para viver a noite baiana e uma infinidade de restaurantes para saborear sua variada gastronomia” (Travelplan, 2014/2015, p. 20).

Já a cartografia da cultura rural e a paisagem natural são apresentadas a partir da natureza paradisíaca e de um conjunto de atrativos naturais diversificados, mas, sobretudo, ecológicos: “mais de 8 mil km de praias (...), vários parques Patrimônios Natural da Humanidade com mais de 50 reservas naturais” (Travelplan, 2014/2015, p. 19). A Costa dos Coqueiros, ao Norte de Salvador da Bahia é preconizada como “autêntico paraíso da natureza, um santuário ecológico com quilômetros de praias virgens, infinitos coqueiros, arrecifes coloridos, piscinas naturais de águas translúcidas, rios, lagos, pântanos e vestígios coloniais” (Travelplan, 2014/2015, p. 26). As atividades ecológicas complementam o conjunto de estratégias utilizadas pelas operadoras de viagens espanholas para tornar os meios de hospedagem mais atrativos. Dessa maneira, o hotel *Amazon Ecopark Jungle Lodge* é considerado “um lugar privilegiado para passeios ecológicos e excursões de aventura e natureza. Tem um jardim de orquídeas, um lago com tartarugas e sua famosa Floresta de Macacos”; o *Tivoli Ecoresort* Praia do Forte, está localizado na Costa Norte da Bahia, “em frente à praia e rodeado por 230.000 m<sup>2</sup> de plantas tropicais e cinco reservas ecológicas”. O hotel ainda conta com um “programa de atividades, Spa, passeios ecológicos, pesca”. O *Patachocas Beach Resort*, em Morro de São Paulo, oferece como diferencial “esportes náuticos, passeios ecológicos, passeios a cavalo e aluguel de bicicleta e canoas” (Travelplan, 2014/2015, p. 46, 27, 31).

O visitante poderá experimentar emocionantes aventuras em meio à natureza: em Genipabu “podemos desfrutar de um emocionante passeio de *buggy* pelas dunas. Paragem no lago de Genipabu para realizar atividades. Continuação até à Praia de Jacumá, onde será realizada uma descida em *slide*”; em Pipa, a “visita completa-se com um passeio de barco pelo rio, visitando as zonas onde os pescadores locais pescam caranguejos e onde admiramos belíssimas praias”; em Fortaleza, “saída em *buggy* pelas dunas de Jericoacoara, visitando as Lagoas Azul e Paraíso. Seguiremos pelo Morro do Serrote caminhando cerca de 30 minutos pela praia da Pedra Furada” (Iberojet, 2012, p. 10) e em Salvador, “não deixe passar a oportunidade de mergulhar em suas tranquilas águas” (Travelplan, 2014/2015, p. 19). Já no Rio de Janeiro, a experiência é excessivamente codificada e o visitante é convidado a “realizar um pequeno *city tour*, passando

por muitos monumentos arquitetônicos da cidade, como o Sambódromo e a Catedral Metropolitana (...) o Pão de Açúcar (...), continuação da vista do Corcovado, uma das maiores atrações turísticas” (Iberojet, 2012, p. 10).

Dentro da cartografia social humana, o estilo de vida e o comportamento erotizado do povo brasileiro são destacados:

A melhor maneira de descrever o Brasil é através de seus sinônimos: alegria, praias, aventura, beleza, festa, ritmo, carnaval, natureza, futebol, sensualidade e tudo se resume em uma só palavra, paixão... Paixão pela música e festas, pelas belezas de suas infinitas praias virgens, no amor pela folia e deboche de seu carnaval, pela vida entendida como felicidade (Travelplan, 2014/2015, p. 18).

Não menos emblemáticas são as descrições dos ambientes miscigenados do Rio de Janeiro: “a combinação perfeita de mar, montanha, clima tropical”, somada ao “povo mestiço, alegria transbordando, sorriso rápido e um infinito de sentido de festa, no qual existe somente uma lei imperativa: divertir-se”. Além disso, o carnaval é sugerido como o ápice “do ano em que a noite e o dia fundem-se, mesclando encanto e sedução, música e cor, baile e alegria em uma aliança mestiça de raças e ritmos” (Travelplan, 2014/2015, p. 36).

Embora o legado outorgado pela Igreja Católica esteja presente na promoção de Pipa: “saída em *buggy* para a capela dos Mártires de Cunhau, os únicos brasileiros beatificados pela Igreja Católica” (Iberojet, 2012, p. 10); a magia da Amazônia associada às lendas míticas de Iguaçu forma um cenário convidativo e exótico: “Amazonas (...) há um lugar no Brasil onde tudo é grande: em tamanho, em vigor, magia ... Amazônia, o mero nome nos incita aventura”; e Iguaçu “tem um das cachoeiras mais impressionantes do mundo: as míticas Cataratas do Iguaçu que, com mais de 272 quedas e 82 metros de altura, tornam-se um espetáculo único da natureza” (Travelplan, 2014/2015, p. 44, 40).

## **b) Mensagens visuais**

As imagens das cartografias ou paisagens culturais imaginativas de representação do Brasil, além de corroborarem o conteúdo textual, denotam um forte apelo visual. Em relação à cartografia da cultura urbana, o patrimônio material associa-se aos aspectos da natureza intocada, oferecendo ao visitante a oportunidade de aliar a familiaridade das influências coloniais com a exotividade do bucolismo paradisíaco, conforme as ilustrações 55 e 56:



Ilustração 55 - Salvador da Bahia e Natal

Ilustração 56 - Brasil

Fontes: Travelplan (2012/2013), Travelplan (2014/2015)

Da mesma forma, as manifestações culturais resumem-se não apenas ao exotismo das festas carnavalescas ou à figura de baianas, mas sobretudo à presença da mulher brasileira miscigenada, que, em trajes carnavalescos, expressa alegria e sensualidade, conforme ilustrações 57 e 58:



Ilustração 57 - Salvador da Bahia e Porto de Galinhas

Ilustração 58 - Carnaval – Rio de Janeiro

Fonte: Travelplan (2012/2013)

Ainda dentro da paisagem da cultura urbana, são oferecidos espaços “turistificados”, como modernos meios de hospedagem com a estrutura na qual o visitante está acostumado, conforme ilustrações 59 e 60:



Ilustração 59 - Nordeste  
Ilustração 60 - Nordeste  
Fonte: Travelplan (2012/2013)

No entanto, mesmo que alguns destinos ofereçam a modernidade e o conforto comum ao visitante, na tentativa de se diferenciar da paisagem habitual dos centros urbanos, prevalecem as paisagens naturais paradisíacas e intocadas, sugerindo a suspensão do tempo pré-moderno, conforme as ilustrações 61 e 62:



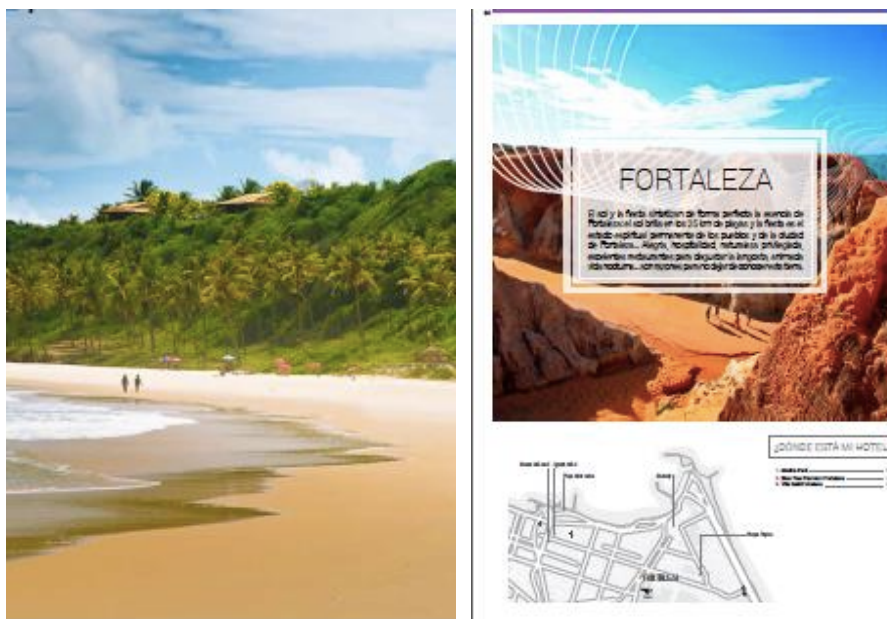


Ilustração 61 - Brasil

Ilustração 62 - Fortaleza

Fontes: Travelplan (2012/2013), Travelplan (2014/2015)

Assim como as brochuras turísticas italianas, a cartografia social humana das brochuras espanholas oferece paisagens sociais simetricamente divididas. Aqui a distância social entre o visitante e o nativo é marcada não somente pelo tom da pele, a forma de expressão corporal e as vestimentas, mas também pelo papel desempenhado pelos grupos humanos. Assim, o espaço de lazer da praia é reservado ao relaxamento do visitante branco, que, apesar de ser do sexo feminino e vestir-se de forma despojada, não performativa nenhuma sensualidade. Por outro lado, o corpo da mulher nativa é reservado a exotividade e a erotividade dos trajes do carnaval. Ao homem nativo, em segundo plano, atribui-se a despreocupação de uma partida informal de futebol na praia, conforme as ilustrações 63, 64, 65 e 66:



conjunto de referências (textuais) como suporte dos discursos turísticos, conforme apresentado no quadro 18:

Quadro 18 - Indicadores textuais das brochuras turísticas espanholas

Cartografias/ Paisagens	Sub-categorias		
Cultura Urbana	Patrimônio Material	Patrimônio Imaterial	Espaço “Turistificado”
	Patrimônio Cultural da Humanidade, Patrimônio Natural da Humanidade, UNESCO, igrejas, pelourinho, convento, mosteiros, sambódromo, catedral, palácios	samba, carnaval, futebol, música, capoeira, danças, maculele, gastronomia crioula, colorido, jesuítas, 1535, século XVII, fidalgo espanhol, Francisco Romero, coloniais, 1598, independência, 1921, 1912, 1931	restaurantes, festas, vida noturna, bailes, hotéis, centros comerciais, parques, bares, elegantes, museus
Cultura Rural e Paisagem Natural	Patrimônio Natural	Patrimônio Rural	Aventura
	piscinas naturais, arrecifes, praias, vegetação tropical, natureza, corais, sol, dunas, areia branca, animais, praias viagens, paradisíacas, 1 milhão de espécies	aldeias, pescadores, preservar, proteção, santuário ecológico, preservação, reservas naturais, pulmão	mergulhar, pesca, canoas, caminhadas, <i>buggys</i> , barcos, futebolistas, vôlei, <i>city tour</i>
Social Humana	Origem/ Herança	Comportamento/ Estilo de Vida	Crenças
	vestígios, crioula, antepassados, influências, afro-brasileira, indígenas, portugueses, mistura	amor, folia, paixão, ritmo, alegria, sensualidade, simplicidade, festa, ócio, desfrutar, vendedores	igreja católica, mítica, beatificados

As referências visuais das brochuras turísticas espanholas revelam e intensificam a exotividade que se deseja apresentar através das paisagens naturais e do espaço social humano. Em contrapartida, a cartografia urbana apresenta o espaço colonial e a estrutura de lazer próprio do visitante, conforme quadro 19:



Quadro 19 - Indicadores visuais das brochuras turísticas espanholas

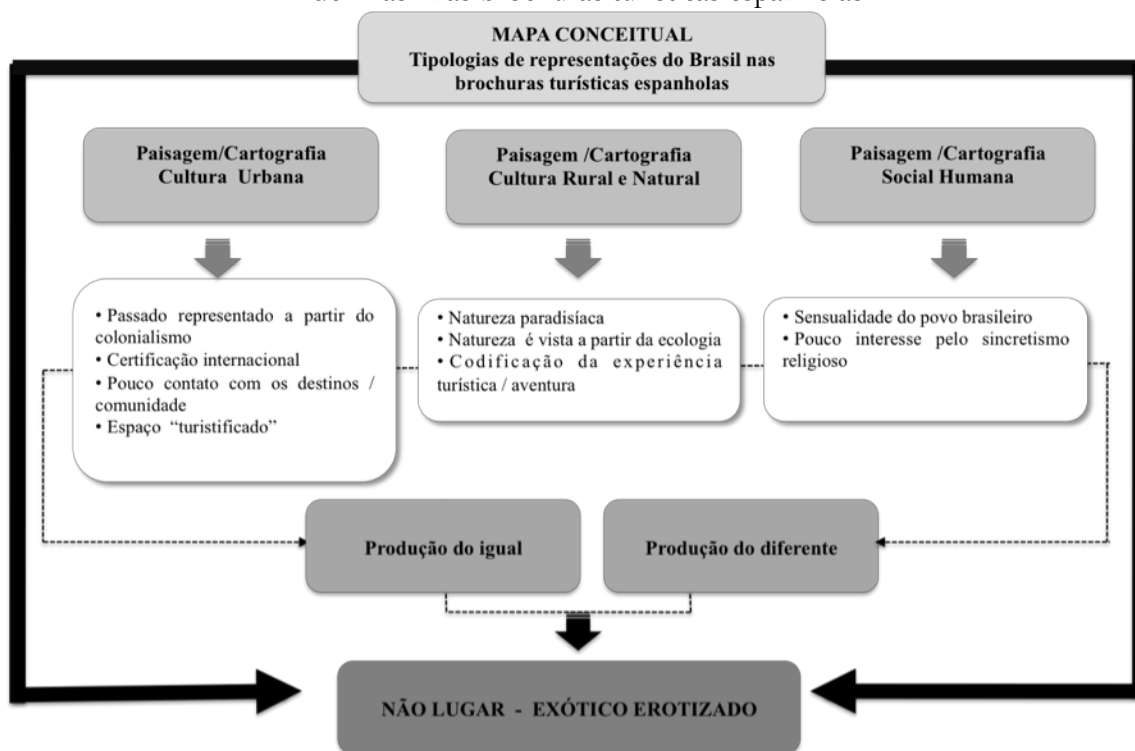
Cartografias/ Paisagens	Sub-categorias		
Cultura Urbana	<b>Patrimônio Material</b>	<b>Patrimônio Imaterial</b>	<b>Espaço “Turistificado”</b>
	casas coloniais, igreja, pelourinho, Elevador Lacerda, esculturas, catedral, sambódromo	carnaval, bateria, tamborim, caipirinha, baianas	turistas, hotéis, massagem, cadeiras vazias, velas, champanhe, banheira, lancha, piscinas, bonde, rede de dormir, cama
Cultura Rural e Paisagem Natural	<b>Patrimônio Natural</b>	<b>Patrimônio Rural</b>	<b>Aventura</b>
	mar, céu azul, Baía de Guanabara, praias desertas, vitória régia, pôr do sol, coqueiros, arara, onça, jardim, cataratas, Cristo Redentor, tucano, Morro Dois Irmãos, frutas	cachoeira	barcos, <i>buggys</i> , rapel
Social Humana	<b>Origem/ Herança</b>	<b>Comportamento/ Estilo de Vida</b>	<b>Crenças</b>
	mestiços, baianas	mulher de biquíni e com trajes de carnaval, jogo de futebol na praia	cruz, colares, igrejas, baianas

Nash (1989), Turner & Ash (1975), Burns (2003), entre outros autores, destacam o imperialismo cultural presente no turismo, através da oferta do mesmo padrão de acomodação e alimentação comuns ao estilo de vida do visitante, na apresentação de paraísos naturais supostamente intocados e de manifestações culturais exotizadas, mas, sobretudo, pela disparidade de poder na relação entre visitantes e nativos: “o nativo é visto como um remanescente de culturas pré-históricas que vive do mesmo modo através de tempos. Ele é intocado e não tem sido afetado por mudanças” (Guimarães, 2006, p. 114). Em uma espécie de fascínio pelo Outro, Guimarães (2006) sugere que o viajante tem buscado não apenas o estranhamento, mas a familiaridade que o mundo natural oferece, esperando, assim, que o exótico e o familiar possam ser solicitados por encomenda. Isto é, sustenta-se a noção de que a cultura exótica ou “pré-moderna” não deve mudar (Burns, 2003), enquanto ao visitante é atribuído o “modo civilizatório” (Baudrillard, 1981), resultando em relações hierarquicamente pré-definidas pela subordinação e pela diferença.

À semelhança das brochuras turísticas italianas e francesas, o conteúdo promocional espanhol também explora a exotização tipicamente procurada nos paraísos naturais periféricos e culturalmente miscigenados, transformando os destinos em palco de encenação turística com o propósito de produzir o estranhamento “encomendado” pelo visitante. Por outro lado, o passado histórico representado sob a perspectiva do colonialismo, as certificações

internacionais responsáveis pela legitimação dos destinos, além do pouco contato com as comunidades locais e a excessiva comercialização de espaços próprios ao visitante, produzem um destino similar a qualquer outro destino periférico, ou seja, produzem um “não-lugar” (Augé, 1994), conforme apresentado na figura 9, que se refere ao mapa conceitual das tipologias de representações do Brasil:

Figura 9- Mapa conceitual das tipologias de representações do Brasil nas brochuras turísticas espanholas



De fato, a cartografia da cultura urbana das brochuras turísticas espanholas é fortemente marcada pela influência da colonização portuguesa na História do Brasil, pela validação das certificações internacionais – UNESCO, Patrimônio Cultural da Humanidade, Patrimônio Natural –, pela estrutura turística reservada ao visitante – hotéis, centros comerciais, museus, praias, salas de baile, bares etc. – e pela apresentação das manifestações culturais miscigenadas. Já as paisagens culturais rurais e naturais são apresentadas a partir da natureza paradisíaca, somadas a um conjunto de atrativos naturais diversificados e atividades ecológicas. O visitante poderá experimentar emocionantes aventuras em meio à natureza; no entanto, a experiência turística é excessivamente codificada, resultando em pouco (ou nenhum) contato com as comunidades locais.

Dentro da paisagem social humana, o estilo de vida e o comportamento erotizado do brasileiro são destacados: população mestiça, alegria transbordando, sorriso rápido, infinito sentido de festa, sedução, música e cor. Juntam-se, ainda, à cartografia social humana, as simbologias místicas, demonstrando as possibilidades de vivências experiências exóticas.

#### **4.3.5. Brochuras portuguesas de promoção turística**

##### **a) Conteúdo textual**

Por fim, as brochuras portuguesas também apresentam ligações entre a representação turística e as cartografias ou paisagens culturais imaginativas que envolvem os destinos turísticos. De forma semelhante aos países anteriormente analisados, na cartografia da cultura urbana das brochuras turísticas portuguesas que representam o Brasil, destacam-se predominantemente os fatos relacionados ao “Descobrimento” do país e ao patrimônio material edificado pelos portugueses, denotando forte apelo à colonização do país:

O Brasil foi uma colônia do Império Português desde o desembarque de Pedro Álvares Cabral em 1500 até 1815, quando se tornou um reino unido com Portugal. O vínculo colonial foi, de fato, quebrado em 1808, quando a capital do Reino Português foi transferida de Lisboa para o Rio de Janeiro, depois de Napoleão invadir Portugal. A Independência do Brasil foi alcançada em 1822 (Exótico Tour, 2012, p. 4).

Em Natal (...) o Forte dos Reis Magos: construído em 1598 sobre os recifes da Praia do Forte, ostenta o Marco de Touros, que Américo Vespúcio fincou em 1501 para firmar a posse das terras para o Reino de Portugal (Sol Férias, 2013, p. 5).

A apresentação das cidades de Salvador, Porto de Galinhas e Angra dos Reis fundamentam-se na exploração da lembrança do passado escravocrata: “Salvador (...). Nos porões do Mercado Modelo ainda se pode revisitar o passado escravagista do país. Lá ficavam os escravos recém-chegados, aguardando os leilões de venda” (Sol Férias, 2013, p. 5); em Angra dos Reis “aportavam navios carregados de mercadorias, vindos do outro lado do mundo. Também carregavam navios negreiros, com centenas de escravos para suprir a mão de obra nas lavouras cafeeiras da região” (Exótico Tour, 2012, p. 11); já Porto de Galinhas “era chamada de Porto Rico, devido à extração de Pau-Brasil. No local, escravos eram contrabandeados e vinham escondidos embaixo de engradados de galinhas d’angola nos navios” (Exótico Tour, 2012, p. 34).

Os aspectos relacionados ao desenvolvimento e à arte são diretamente atribuídos à colonização portuguesa e às influências da forte imigração europeia. Desse modo, no Teatro

da Paz, em Belém, destacam-se a “decoração, materiais e objetos trazidos da Europa, como lustres e estátuas de bronze francesas, o piso de pedras portuguesas e a escadaria de mármore italiano”; a estrutura do Mercado Ver-o-Peso “foi, igualmente, trazida da Europa durante o período áureo da borracha, no século XIX” (Sol Férias, 2014, p. 4-5). Dessa forma, as cidades históricas de Diamantina, Ouro Preto, Mariana, Congonhas e São João Del Rey são apresentadas com orgulho como “cidades históricas quase tão ricas como as europeias”, com suas “deslumbrantes calçadas portuguesas” (Abreu Viagens, 2014/2015<sup>a</sup>, p. 91). A região Sul do país é apontada como “adorável mistura de Europa e Brasil”, enquanto Florianópolis herdou “fortíssimas influências lusas, derivadas da herança deixada pelos antepassados (...) e influências de outros povos europeus” (Abreu Viagens, 2014/2015<sup>a</sup>, p. 113).

Outrossim, além de o patrimônio material resultar do processo de colonização portuguesa, as operadoras de viagens ainda o validam utilizando certificações internacionais. Em Salvador, o “Centro Histórico declarado Patrimônio Cultural de Humanidade, rico tesouro arquitetônico do passado com suas igrejas do século XVII e XVIII (...)” (Nor Travel, 2013, p. 14). Além de ser “tombado pela UNESCO, Patrimônio da Humanidade, o Centro Histórico [de Salvador] possui milhares de casarões dos séculos XVI, XVII e XVIII” (Exótico Tour, 2012, p. 22). Do mesmo modo, o Pelourinho, “declarado Patrimônio Histórico da Humanidade pela UNESCO, (...) conta com mais de 800 prédios coloniais” (Sol Férias, 2013, p. 5).

A Praia do Forte é promovida como uma paisagem natural, análoga à da Polinésia: “paraíso de tranquilidade, natureza e ecologia, com 12 km de praias virgens, coqueiros, arrecifes multicoloridos, piscinas naturais com águas cristalinas, atraem como a Polinésia e está tudo a 55 km de Salvador” (Abreu Viagens, 2013/2014, p. 15); João Pessoa é apresentada como a cidade mais arborizada do mundo, “só perdendo para Paris” (Abreu Viagens, 2014/2015<sup>a</sup>, p. 33).

O resultado da miscigenação racial pode ser percebido na apresentação do patrimônio imaterial do país: em Fortaleza, o visitante poderá “apreciar as influências indígenas, portuguesas e africanas” em uma “profusão de sabores”; em Recife, a cozinha reúne “tradições indígenas, europeias e africanas. Tem também pratos típicos do sertão e do litoral”; em Salvador, “a culinária baiana é única no Brasil. Com base africana e influências indígenas e portuguesas, é rica e picante”; Manaus, é “marcada pela miscigenação cultural, motivada pela mistura de povos de várias origens, que fazem da cidade e da região uma terra de indomáveis encantos e infinitas belezas” e há, ainda, a gastronomia “exótica e única” de Belém,

considerada “a mais brasileira de todas, pois é a que mais integrou a influência indígena” (Sol Férias, 2013, p. 4, 5, 11).

Apesar de as heranças coloniais prevalecerem nas brochuras turísticas portuguesas analisadas e de o exotismo retirar o visitante do seu lugar de conforto na Europa moderna e civilizada, há constantemente o direcionamento ao desenvolvimento do país. No entanto, a modernidade encontra-se, principalmente, presente na estrutura turística para receber o visitante. Desse modo, o Brasil é considerado como “um país em evolução (...). Com milhões de visitantes estrangeiros, o Brasil é o principal destino do mercado turístico internacional na América do Sul” (Nor Travel, 2013, p. 2). Natal, “até meados do século XX era somente uma pequena cidade costeira. (...). A partir de então desenvolveu-se rapidamente e hoje é a capital do Rio Grande do Norte e destaca-se entre os principais polos turísticos do país” (Exótico Tour, 2012, p. 16). Natal tem uma estrutura hoteleira de “excelente qualidade, restaurantes, bares, *shopping* e muito mais (...), hotéis cinco estrelas (...), cartões de crédito aceitos (...), casas de câmbio e máquinas de levantamento de dinheiro” (Abreu Viagens, 2014/2015<sup>a</sup>, p. 22). No coração da Praia do Forte “estão concentradas todas as atividades comerciais, culturais e animação, incluindo pousadas, restaurantes, lojas de artesanato, boutiques, farmácias, supermercados, bancos (caixas eletrônicos), bares, discotecas, casas de espetáculos, *snack-bars*” para o conforto do visitante e, ainda, a “efervescente agitação em consonância com o exuberante clima tropical da localidade” (Exótico Tour, 2012, p. 25).

Verifica-se um conjunto de referências relacionadas com o ambiente edênico e com a diversidade das atrações naturais, evidenciando a pluralidade de opções capazes de satisfazer ao potencial visitante: “montanha, praia ou cachoeira? Agito ou ecoturismo? Lazer ou negócios? Final de semana, férias ou feriado? O Brasil é um país rico em belezas naturais e destinos incríveis para todos os gostos, o Brasil é você, o Brasil é seu!” (Abreu Viagens, 2014/2015<sup>b</sup>, p. 2). Destacam-se, ainda, expressões associadas à multiplicidade dos recursos naturais, à singularidade e à originalidade da natureza. Destarte, em Natal o sol “nasce antes para iluminar por mais tempo as dunas, falésias, praias e recifes, numa das cidades mais bonitas do mundo”, e o visitante poderá “desfrutar das maravilhosas praias e de todo o ambiente especial que se vive no Nordeste brasileiro. Sol e mar são sinônimos de Natal, por isso é chamado de noiva do sol” (Sol Férias, 2013, p. 13-14); Salvador “oferece um pouco de tudo, belas praias, piscinas naturais, falésias, cachoeiras, cavernas entre muitas outras belezas naturais” (Nor Travel, 2013, p. 14); Fortaleza é igualmente nomeada como “terra do sol e da

luz por natureza (...). Localizada (...) bem perto da linha do Equador, são mais de 500 km de Costa Atlântica banhada por águas mornas e cristalinas. Os dias são calmos, com tantas horas de sol (...). É terra do sonho, das praias e do sertão” (Nor Travel, 2013, p. 4); e, em Recife, o visitante é convidado a “conferir o contraste entre os antigos monumentos do Recife antigo e modernas edificações do centro de negócios da cidade (...), muitas pontes, a Praia de Boa Viagem, urbanizada” (Exótico Tour, 2012, p. 32).

A operadora de viagens Abreu Viagens convoca o visitante a “descobrir o Ceará, (...) a dois graus apenas da linha do Equador com 2.800 horas de sol por ano, um mar de águas verdes e mornas com uma temperatura média de 29° C. É uma terra de sonho, de praias, de dunas de areias brancas, de história e de lendas” (2013/2014, p. 15). O Pantanal exibe uma fauna aquática muito variada, pois “centenas de espécies de peixes garantem a existência de uma variadíssima comunidade de aves; mais de 600 espécies vivem na região. Grandes populações de répteis e mamíferos como jacarés, capivaras, macacos, onças, tatus, quatis, veados, tamanduás, entre outros animais” (Abreu Viagens, 2014/2015<sup>a</sup>, p. 84). Manaus é anunciada como “um lugar privilegiado (...) de belezas e grandezas naturais (...). Lar da maior floresta tropical do mundo”. Como tal, o arquipélago de Anavilhanas é considerado “um paraíso composto por cerca de 400 ilhas de lagos e igarapés, ricos em espécies animais e vegetais” (Sol Férias, 2014, p. 5).

Associados à diversidade e à riqueza dos atrativos naturais, juntam-se experiências impregnadas de emoção e aventura. Nesse contexto, o turista que visitar o Rio Grande do Norte poderá, em Natal, aproveitar “imperdíveis (...) passeios de *buggys* (...) com diversão e adrenalina garantidas (...). Passeios em dromedários (...) aerobunda” (Exótico Tour, 2012, p. 16). Em Genipabu poderá praticar o “esquibunda, onde os visitantes descem as dunas em cima das pranchas de madeira até cair na lagoa” (Sol Férias, 2013, p. 4). Já em Pipa, “além do *surf*, a praia oferece atrações como: passeios de barcos, *buggys*, caiaque, a cavalo, caminhadas e *rally* pelos caminhos da Mata Atlântica (...). Existe também a possibilidade de avistar golfinhos ou tartarugas na praia” (Exótico Tour, 2012, p. 19).

E persistindo nos mesmos argumentos, a operadora de viagens Abreu Viagens convida o visitante a experimentar aventuras outrora vividas: “maior emoção e aventura da sua vida. Venha conosco, descobrir o Ceará (...). E se de verdade quer aventura, escape à Jericoacoara, considerada uma das dez melhores praias do mundo” (2013/2014, p. 15). Em Jericoacoara “o vento também proporciona ondas calmas e a prática de desportos como o *kitsurf* e o *windsurf*”

(Sol Férias, 2013, p. 4). Como tal, Cumbuco apresenta “uma série de opções de lazer, com passeios de *buggy*, banho na Lagoa Parnamirim ou de jangadas em alto-mar, conduzidos pelos próprios pescadores da região” (Nor Travel, 2013, p. 4).

Na Bahia, o mesmo acontece na Praia do Forte, na qual “atrativos turísticos e naturais não faltam, propiciando aos visitantes dias repletos de emoção e aventura, descobrindo, por exemplo, no mergulho livre (*snorkell*) a exuberante fauna marinha” (Exótico Tour, 2012, p. 25). No entanto, para conhecer a região da Chapada Diamantina, é necessário mais que o tempo, é preciso um “verdadeiro espírito de aventura, para andar em trilhas, escalar morros, atravessar matas e alcançar locais incomparáveis, cuja beleza só pode ser descrita com os próprios olhos” (Abreu Viagens, 2014/2015<sup>a</sup>, p. 57).

Apesar de as operadoras de viagens descreverem a paisagem natural diversificada, evidenciando a pluralidade de opções capazes de satisfazer ao visitante, há uma preocupação em demonstrar a preservação da natureza a partir de projetos ecológicos. Assim, a costa do Rio Grande do Norte é definida como “um litoral feito de praias e baías perfeitamente desenhadas, em meia-lua ou de falésias e dunas” (Sol Férias, 2013, p. 13), na qual a Praia de Pipa é considerada o “maior santuário ecológico do estado do Rio Grande do Norte” (Exótico Tour, 2012, p. 16). Fernando de Noronha é “formada por uma montanha submarina de origem vulcânica, com as águas menos contaminadas do planeta” (Abreu Viagens, 2013/2014, p. 15) e o Cabo de Santo Agostinho dispõe de “várias reservas ecológicas” (Nor Travel, 2013, p. 11). O Pantanal é apontado como o maior “parque ecológico do Brasil com extensão de 100.000 km, que possibilita que habitem uma infinidade de animais de todo o tipo, desde garças a tucanos, desde iguanas a tamanduás” (Abreu Viagens, 2013/2014, p. 4). O parque é um “paraíso ecológico no coração do Brasil”, além da “maior planície alagada do planeta e terceira reserva ambiental do mundo (...), e alberga um dos ecossistemas mais ricos encontrados hoje. Aqui a riqueza e o atrativo são a natureza em seu estado mais primitivo” (Abreu Viagens, 2014/2015<sup>a</sup>, p. 84). A região Norte do país “atrai turistas do mundo inteiro, curiosos sobre o passado, o presente e o futuro da maior floresta tropical do mundo”. Ademais, a Amazônia é promovida como o “pulmão do mundo” com uma “sucessão de áreas verdes que parecem não ter fim” (Abreu Viagens, 2014/2015<sup>a</sup>, p. 77-78 ). Já nos limites do Rio de Janeiro localiza-se Grumari, “dentro de uma área de preservação ambiental, cercada por costões e morros com vegetação e restinga” (Sol Férias, 2013, p. 5).

A miscigenação racial é apresentada como forte componente da diversidade cultural do país, considerado uma “das nações mais multicultural e etnicamente diversa do planeta, resultado da forte imigração vinda de muitos países” (Exótico Tour, 2012, p. 4). Nesse sentido, as operadoras de viagens associam a mistura de raças ao caráter expansivo, hospitaleiro e ocioso do povo brasileiro: a “mistura de raças fez do Brasil um país com cultura rica e, ao mesmo tempo, única, com povo alegre, aberto e hospitaleiro” (Sol Férias, 2013, p. 3).

Em Fortaleza, o conjunto de expressões utilizadas pelas operadoras de viagens portuguesas recaem sobre o visitante como uma oportunidade de aliar exotismo e sensualidade em um mesmo destino, “para que fique sempre na memória o ritmo sambado de uma estadia inigualável”. A cidade é considerada um “lugar mágico”, “um destino fantástico”, uma cidade “magnífica, que faz bem tanto aos olhos quanto à alma dos viajantes” (Sol Férias, 2013, p. 6). Ademais, “nem a noite é capaz de licenciar a alegria musical de um povo que é conhecido por seu sensual forro até o amanhecer” (Abreu Viagens, 2013/2014, p. 15).

Não menos emblemáticas são as descrições sobre o cenário miscigenado e exótico de Salvador: “primeira capital do país, Salvador reúne presente, passado, cores, sabores, culturas, credos e raças que fazem desta uma única cidade multicultural, resultado da fusão das suas raízes negras, indígenas e portuguesas” (Abreu Viagens, 2014/2015<sup>a</sup>, p. 57). Além disso, “tem uma vibração única” e é muito mais que uma cidade, “é um conjunto de experiências para os sentidos” (Sol Férias, 2013, p. 20). A operadora de viagens Exótico Tour associa o Recife a termos pautados na musicalidade dos ritmos carnavalescos, na mistura racial e nas influências da cultura africana: “no animado carnaval (...) na virada de domingo para a segunda-feira, acontece a noite dos Tambores Silenciosos, no Pátio do Terço, onde Maracatus homenageiam os escravos em cativeiros” (2012, p. 32). Vale salientar que a “hospitalidade do seu povo” e as festividades tornam o Recife ainda mais atrativo: “é uma festa para todos os sentidos” (Sol Férias, 2013, p. 20). Já a população de Porto de Galinhas é “tranquila e amável, dedicada basicamente ao turismo e ao artesanato” (Abreu Viagens, 2013/2014, p. 15).

Já o carnaval representa uma “explosão geral da alegria carioca. Uma festa que reúne emoções, criatividade, plasticidade, cores, sons e muita fantasia (...). Registro único da mistura que forma a cultura brasileira”; no Réveillon, “moradores e visitantes confraternizam contagiados pela mesma euforia: estar no Rio de Janeiro” (Exótico Tour, 2012, p. 5). Em Búzios, as pessoas [sentem-se] em liberdade e o tempo [é] imperceptível. A rua, à noite, transforma-se no centro



de agito da cidade” (Exótico Tour, 2012, p. 13). Além disso, “quem vive em Búzios é naturalmente feliz” (Abreu Viagens, 2014/2015<sup>a</sup>, p. 100).

Apesar da forte influência portuguesa no patrimônio histórico arquitetônico, na Bahia, o sincretismo religioso, associado aos rituais místicos africanos, forma um cenário convidativo e exótico: Salvador, “é a festa do Candomblé e da devoção cristã” e “sem falar nos patuás – amuleto simbólico do sincretismo e da grande diversidade religiosa do povo soteropolitano” (Sol Férias, 2013, p. 4-5). O Parque São Bartolomeu é o testemunho do sincretismo baiano: “antigo local de quilombos, considerado sagrado pelos praticantes de Candomblé, foi o local do primeiro sermão do Padre Antônio Vieira” (Sol Férias, 2013, p. 5). Salvador é uma cidade “do povo, dos santos, dos orixás, sendo a cidade com mais vestígios africanos do Brasil” (Abreu Viagens, 2013/2014, p. 13). Em João Pessoa, a “devoção ainda nos dias de hoje é bastante forte”. Sem embargo, “o profano também tem seu valor” (Sol Férias, 2014, p. 4). No entanto, apesar de breve, a herança católica merece destaque: em Belém, as “manifestações culturais e religiosas, com o ponto mais alto o Círio de Nazaré” (Sol Férias, 2014, p. 5) e, no Rio de Janeiro, o Cristo é a “imagem da fé e simpatia do povo carioca e brasileiro” (Exótico Tour, 2012, p. 5).

#### **b) Mensagens visuais**

À semelhança de todos os países analisados, os indicadores visuais que representam o Brasil nas brochuras turísticas portuguesas também pertencem às cartografias ou às paisagens culturais imaginativas. Corroborando as mensagens textuais da cartografia da cultura urbana, o conteúdo visual evoca a metáfora da missão civilizadora e colonizadora do Estado português, reproduzindo a típica paisagem urbana construída pelos portugueses nas suas antigas colônias. Assim, o patrimônio material dos destinos brasileiros converte-se em um ícone colonial por meio de igrejas e construções tipicamente portuguesas. De forma indireta, ao refletir o próprio passado heroico e civilizador, o discurso contribui para criar uma forte identidade cultural e, ao mesmo tempo, aumentar o sentimento de apropriação e familiaridade. Além disso, as mensagens visuais ao omitirem qualquer característica de modernização e de presença humana, expressam não somente a nostalgia do império colonial, como a disponibilidade de apropriação do patrimônio material por parte do visitante, conforme as ilustrações 67 e 68:



Ilustração 67 - João Pessoa  
 Ilustração 68 - Atibaia, Águas de Lindóia e Serra Negra  
 Fonte: Abreu Viagens (2014/2015)

Por outro lado, a exotização da cultura não apenas reforça o discurso da hibridação cultural resultante da miscigenação racial, bem como aparece como estratégia fundamental para captar a atenção do visitante, ávido por sair da rotina e experimentar novas experiências. De fato, a representação das manifestações da cultura brasileira nas brochuras turísticas portuguesas é afetada por estereótipos raciais e mitos coloniais, atribuindo sempre os mesmos papéis sociais aos grupos étnicos miscigenados. A estes cabem o papel do Outro exotizado e subordinado presente na encenação performativa do carnaval, da prática da capoeira e da função imaginativa desempenhada pelas baianas, conforme ilustrações 69, 70 e 71:

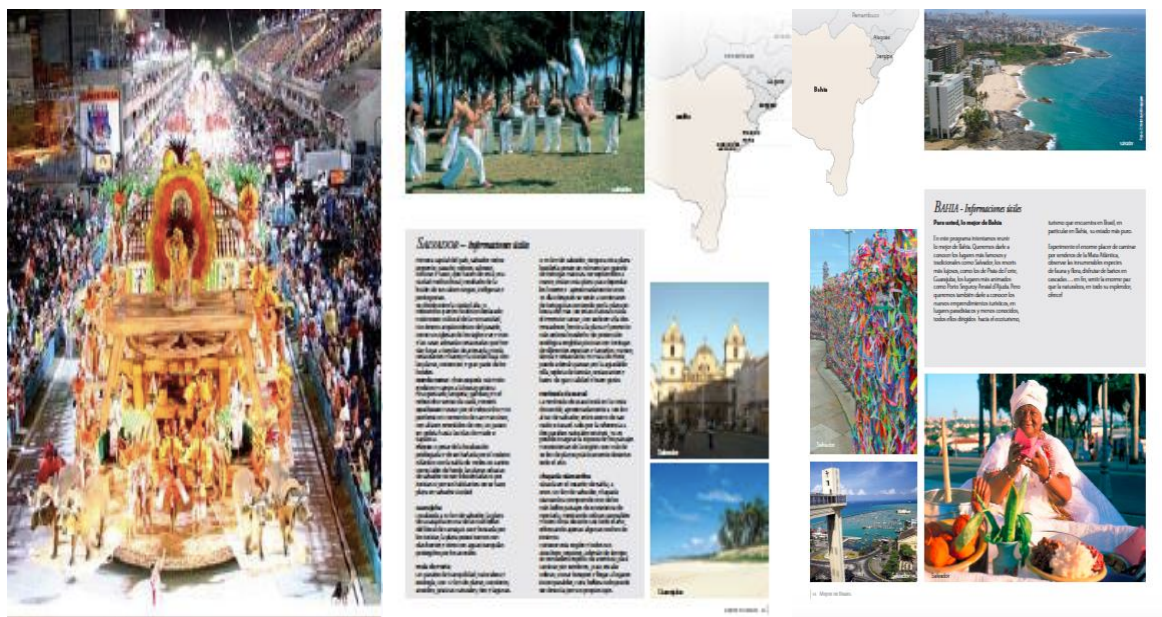


Ilustração 69 - Rio de Janeiro  
 Ilustração 70 - Salvador da Bahia  
 Ilustração 71 - Salvador da Bahia  
 Fontes: Abreu Viagens (2012/2013), Abreu Viagens (2014/2015)

Entre a idealização de espaço histórico colonial familiar supostamente cristalizado e a exotividade das tradições culturais marcadas pelo exotismo da miscigenação racial, encontram-se modernos meios de hospedagem e a estrutura turística capaz de atender à exigência do visitante. No entanto, a estrutura turística apesar de suficientemente moderna e confortável, é emoldurada por paisagens selvagens, corroborando (e perpetuando) a ideia de uma civilização construída sob o signo do atraso, da estagnação e da falta de progresso urbano, em contraste com o desenvolvimento europeu, conforme ilustrações 72 e 73:

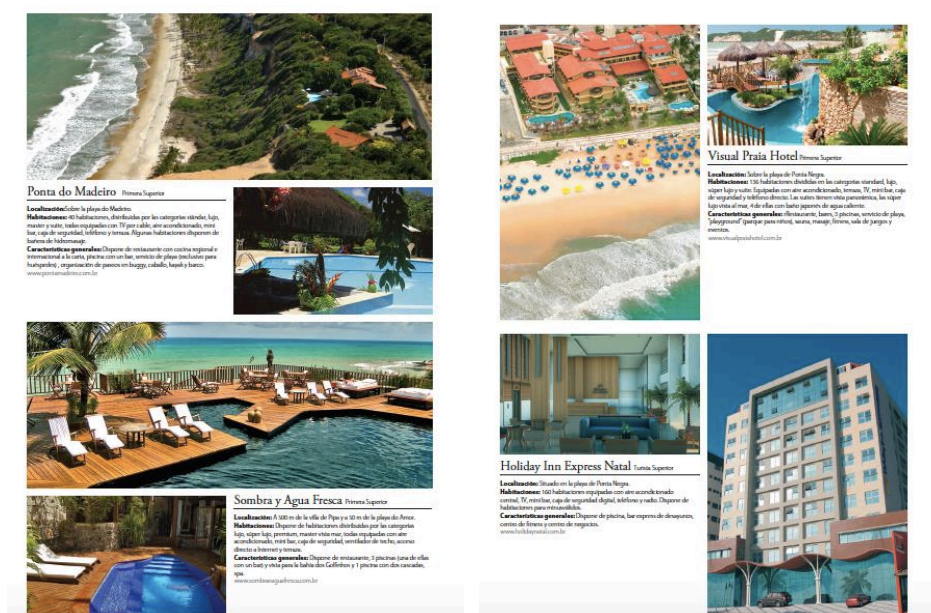


Ilustração 72 - Nordeste  
 Ilustração 73 - Nordeste  
 Fonte: Abreu Viagens (2014/2015)

Dessa forma, as paisagens culturais rurais e naturais parecem reproduzir as primeiras imagens do Novo Mundo no início da expansão europeia, ao refletir cenário idílicos de praias inabitadas, a exuberância da fauna e da flora brasileira, mas, sobretudo, um espaço de aventuras e descobertas conforme ilustrações 74, 75 e 76:





Ilustração 74 - Brasil

Ilustração 75 - Brasil

Ilustração 76 - Brasil

Fontes: Sol Férias (2014), Exótico Tour (2012), Abreu Viagens (2013/2014)

Embora a paisagem social humana das brochuras turísticas portuguesas não seja fortemente marcada pela presença humana, há dois espaços sociais distintos. O primeiro espaço compõe-se pela exotividade do indígena, pela indolência do nativo e pela sensualidade da mulher brasileira. Já no segundo cenário encontra-se o visitante – casais brancos ou famílias – que, além de encontrar-se numa posição de consumidor e espectador da cultura, tendo como principal papel estabelecer uma identificação com o potencial visitante, conforme ilustrações 77, 78, 79, 80 e 81:



Ilustração 77 - Brasil

Ilustração 78 - Amazônia

Ilustração 79 - Rio de Janeiro

Ilustração 80 - Brasil

Ilustração 81 - Recife

Fontes: Abreu Viagens (2014/2015), Exótico Tour (2012), Nor Travel (2014),  
Abreu Viagens (2013/2014)

### c) Discussão dos resultados das análises textual e visual das brochuras portuguesas

Como nas brochuras turísticas alemãs, italianas, francesas e espanholas são evidentes as ligações entre a representação turística nas brochuras portuguesas sobre o Brasil e as cartografias ou paisagens culturais imaginativas que envolvem este destino turístico: cultura

urbana, cultura rural e paisagem natural e, ainda, social humana, considerando que cada espaço fornece amiúde um conjunto de referências (textuais) como suporte dos discursos turísticos, conforme apresentado no quadro 20:

Quadro 20 - Indicadores textuais das brochuras turísticas portuguesas

Cartografias/ Paisagens	Sub-categorias		
Cultural Urbana	Patrimônio Material	Patrimônio Imaterial	Espaço “Turistificado”
	casarios, azulejos, igrejas, barroco, arquitetura, museus, centro histórico, casarões, herança europeia, influências, lusa, monumentos	batuques, pandeiros, tambores, carnaval, festa, samba, gastronomia, folclore, cachaça, futebol 1500, Cabral, 1815, 1889, colônia, Napoleão, jesuítas, Independência, 500 anos, Vespúcio, Padre Antônio Vieira, Dom Pedro, navios negreiros	hotéis, acessos, aeroportos, rede bancária, resorts, câmbio, farmácias, supermercados, serviços, bares, discotecas, <i>shopping</i> , lojas cartões, infraestrutura, luxo, compras, organização, <i>snack-bares</i>
Cultural Rural e Paisagem Natural	Patrimônio Natural	Patrimônio Rural	Aventura
	florestas tropicais, ilhas, praias, mar, vento, areias finas, dunas, flora, fauna, coqueiros, piscinas naturais, falésias, recifes, águas tranquilas, golfinhos	proteção ambiental, ecológicos, simplicidade, projeto, pescadores	<i>kitesurf</i> , <i>windsurf</i> , lazer, <i>buggys</i> , <i>snokell</i> , mergulho, <i>rally</i> , caiaques, <i>bodyboard</i> , aerobunda, skibunda
Social Humana	Origem/Herança	Comportamento/Estilo de Vida	Crenças
	cor, miscelânea, raça, imigração, lusófono, sotaque, indígena, mistura, negros, portugueses, nativos, estrangeiros	alegre, hospitaleiro, aberto, musical, sensual, simpatia, sorridente, amável, bom humor, feliz	tradição católica, religiões, Nossa Senhora, fé, crenças, ressurreição, Círio de Nazaré

No caso das mensagens visuais das brochuras turísticas portuguesas, as imagens relembram os paraísos naturais intocados “descobertos” pelos primeiros navegadores portugueses, assim como as possibilidades de (re)viver aventuras outrora experimentadas no além-mar. Da mesma forma, o patrimônio material é cristalizado dentro do próprio “eu” colonial, conforme quadro 21:

Quadro 21 - Indicadores visuais das brochuras turísticas portuguesas

Cartografias/ Paisagens	Sub-categorias		
Cultura Urbana	Patrimônio Material	Patrimônio Imaterial	Espaço “Turistificado”
	casas coloniais, igrejas, pelourinho	carnaval, índios, baianas, capoeira, fogos de artifícios, réveillon	hotéis, piscinas, rede de dormir, turistas, cama, massagem, restaurantes, cruzeiros, estrutura de lazer
Cultura Rural e Paisagem Natural	Patrimônio Natural	Patrimônio Rural	Aventura
	natureza, mar, céu azul, praias desertas, pôr do sol, coqueiros, arara, onça, frutas, jacaré, bicho preguiça, Cataratas do Iguaçu		bicicletas, barcos, <i>buggys</i> , asa delta, canoa, <i>kitesurf</i> , vela, mergulho, cavalgada, <i>sightseeing</i> , <i>rafting</i> , skibunda, <i>rally</i> , dromedários, <i>jet ski</i> , paraquedas
Social Humana	Origem/ Herança	Comportamento/ Estilo de Vida	Crenças
	mestiços, índios, baianas	pescadores, crianças, mulheres	fitas do Bonfim, igrejas, baianas

Brito (2010) chama atenção para o fato que, sob o paradoxo identidade e alteridade, se ergueram os pilares ideológicos do mundo ocidental: da “dimensão identidade/alteridade resulta o caráter do eu e do Outro” (p. 229), que configuram, por seu turno, um mapa social e cultural de determinados espaços geográficos, a exemplo dos territórios colonizados. De fato, segundo Lara (2002), é evidente que na relação colonial houve sempre permutas de traços e padrões culturais, por meio das relações que se estabeleceram ao longo dos tempos. Entretanto, nesta relação, o Oriente sempre esteve subordinado ao Ocidente (Said, 2007). Como resultado, Sousa Santos (2003) argumenta que, apesar de relacionais, as identidades assentaram-se em um modo de produção de poder, resultando numa relação de desigualdade: “o Oriente era superestimado por seu panteísmo, sua espiritualidade, sua estabilidade, sua longevidade, seu primitivismo (...), [parecendo] lamentavelmente sub-humanizado, (...), atrasado, bárbaro, e assim por diante”. Desta forma, até hoje quando o Outro chega a atrair a atenção, ele o faz com o valor negativo, resultando em um retrato ideológico entre “nós” e “ele” (Said, 2007, p. 2012).

No caso específico da relação entre o Brasil e Portugal, Lourenço (2015) sugere simultaneamente o encontro com o mesmo e com o diferente, ocorrido desde o “Descobrimento”, ao revelar o “pecado original” até as “infindáveis consequências” da colonização (p. 174). Nesse sentido, a construção do mesmo foi corroborada por todo um arquivo estruturado pela máquina colonial à ordem da igreja católica, mas, acima de tudo, do Estado português, influenciando o curso dos acontecimentos práticos da colônia. Isso porque



“colonizar significava primeiramente a identificação – na verdade, a criação – de interesses; esses podiam ser comerciais, de comunicação, religiosos, militares, culturais” (Said, 2007, p. 149). Por outro lado, as mesmas instituições que legitimavam a exploração colonial foram também responsáveis pela produção do diferente:

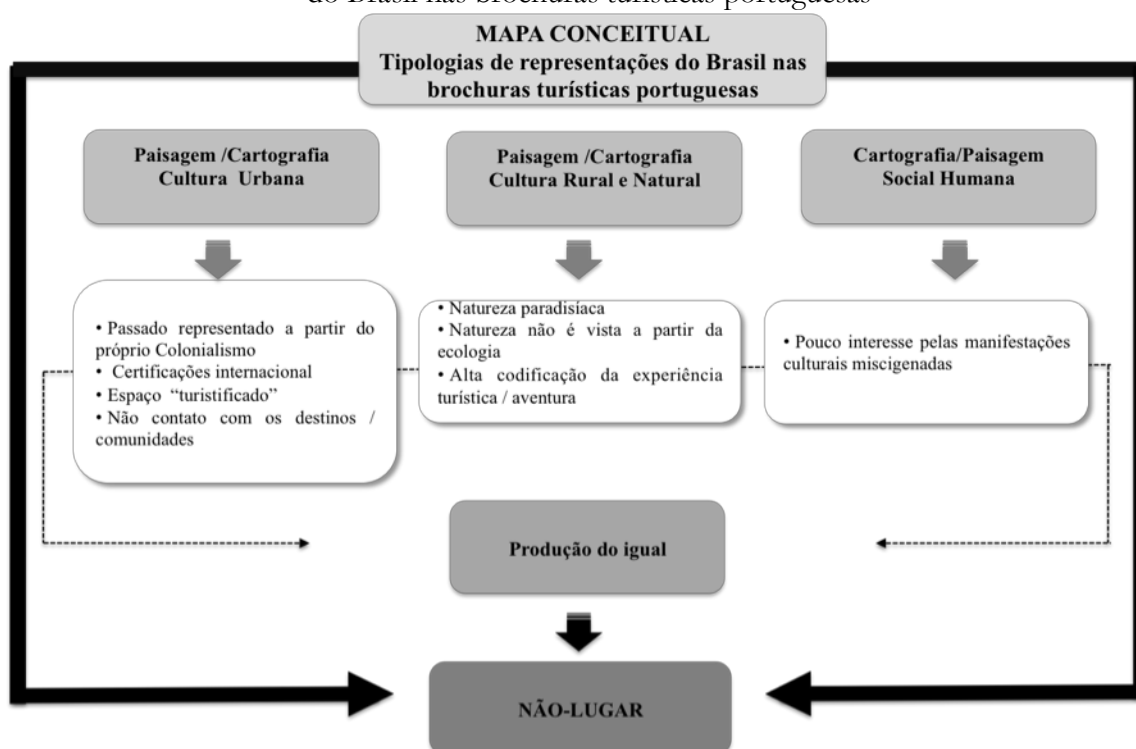
todos os horizontes que se ampliavam tinham a Europa no centro privilegiado, como principal observador (...). Pois, mesmo quando a Europa se movia para o exterior, seu senso de força cultural era fortalecido. A partir de contos de viajantes, e (...) das grandes instituições (...), às colônias eram criadas a perspectiva etnocêntrica assegurada (Said, 2007, p. 171).

Em relação à promoção turística de um país, no processo de construção de uma realidade ocorre a transformação simbólica dos espaços geográficos, “que não se limitam a uma existência topográfica, mas são investidos de conotações emotivas de conteúdos imaginários” (Cordeiro, 2010, p. 25). Nesse caso, Conceição (1998) sugere que na gênese da divulgação de um local turístico está sempre um processo cultural, no qual as atrações naturais ou culturais existentes são transformadas em algo que as transcenda e que só pode ser compreendido por referência ao grupo social ao qual se dirige:

o produto turístico revela, assim, contornos particularmente específicos, na medida em que é constituído com base numa multiplicidade de recursos que têm de ser convertidos num único produto, coerente e sedutor, passível de ser comercializado e consumido (Conceição, 1998, p. 69).

Sendo assim, a análise das tipologias de representação do Brasil nas brochuras turísticas permitiu verificar os significados que lhes atribuiu a imaginação portuguesa. Além disso, com base nas referências citadas anteriormente e apesar da forte presença do “eu” colonial, a representação do Brasil nas brochuras turísticas portuguesas é fortemente marcada pela produção do igual, resultando na apresentação de “não-lugares” (Augé, 1994), conforme apresentado na figura 10, que se refere ao mapa conceitual das tipologias de representações do Brasil:

Figura 10 - Mapa conceitual das tipologias de representações do Brasil nas brochuras turísticas portuguesas



Dessa forma, a cartografia da cultura urbana é consolidada dentro do espaço colonial português, denotando o encontro com a familiaridade da própria história, tanto em relação ao conteúdo textual, quanto na reprodução (e manipulação) visual. Assim, nenhuma modernidade além daquela ofertada pela missão civilizadora portuguesa é permitida. As mensagens visuais na busca pelo vulgar que lhes são convenientes não somente suportam o discurso textual, como excluem qualquer forma de realidade, a exemplo das consequências do processo de urbanização ou enquadramentos alternativos, contribuindo para a perpetuação da ideologia do colonialismo. Neste contexto, a própria história colonial e os espaços “turistificados” garantem a similaridade com a cultura a que o hóspede está habituado, não havendo necessidade de certificações que validem os destinos.

De outro modo, há uma reprodução da antiga promessa de felicidade condicionado ao paraíso e outrora imaginado pelo colonizador, aumentado assim a atratividade turística. No entanto, se por um lado, apresenta-se o clássico imaginário do Novo Mundo, relacionado com a paisagem natural intocada, a abundância de recursos, as belezas e diversidades naturais, por outro, tal interesse não pode ser traduzido em um contato real com o destino, uma vez que a

experiência é altamente codificada e não ultrapassa, na maioria das vezes, uma comunicação superficial dentro de um espaço de encenação turística.

#### **4.4. O olhar europeu sobre o Brasil: da exotização do paraíso à mercantilização turística**

As formas de representação do Novo Mundo não apenas estiveram mediadas pela visão sagrada do paraíso herdadas do classicismo grego-romano, como funcionou como motivação à exploração de novos territórios, além de justificativa para a colonização europeia. De fato, o interesse político e econômico europeu pelo Novo Mundo fez dele um lugar não apenas variado, como dividiu o mundo em duas metades: o Ocidente e o Oriente, o colonizador e o colonizado, o civilizado e o selvagem, o moderno e o atrasado etc.

O Orientalismo discutido por Said (2007) vai além da distinção geográfica e da relação direta entre as partes: trata-se do discurso desigual produzido entre as várias formas de poder-político, intelectual, cultural e moral, “com as ideias sobre o que “nós” fazemos e o que “eles” não podem fazer ou entender como “nós” fazemos” (p. 24). Para o autor, o Orientalismo tem menos a ver com o Oriente do que com a percepção do respectivo mundo europeu, uma vez que a própria designação envolve um juízo de valor emitido e legitimado pelo Velho Mundo. Assim, o Oriente existe como um lugar separado da corrente principal do progresso europeu e foi sendo representado sob a égide do atraso, da degeneração e da desigualdade em relação ao Ocidente, desenvolvido, moderno e, sobretudo, civilizador.

Relativamente ao Brasil, apesar do país não se localizar geograficamente no Oriente, uma suposta essência oriental pode ser encontrada no âmbito de sua cultura, conforme discutidos nos capítulos 2 e 3 desta investigação. Isto porque, o conjunto de narrativas utilizadas na representação do país, ao longo de séculos, faz parte das relações construídas sob a ótica do Outro exotizado. Desde a Carta de Caminha e os primeiros relatos sobre o “Descobrimento” do país, acrescidos pelas narrativas produzidas pelos viajantes estrangeiros, a literatura colonialista e, mais tarde, a própria produção intelectual brasileira, corroboraram não somente a construção de um imaginário exotizante, mas sobretudo legitimaram a ideologia do colonialismo.

De fato, as narrativas jesuíticas demonstraram a missão evangelizadora e civilizatória da colonização e a necessidade de salvar aquela gente selvagem, enquanto a literatura de viagens aprofundou o conhecimento sobre a colônia testemunhando o exotismo e estranheza do Novo Mundo. Contudo, se por lado, a natureza aprazível corroborava a visão paradisíaca da

Bíblia, por outro, para o europeu, a colônia encontrava-se imbuída em grande degradação moral e sob o domínio demoníaco. Neste sentido, o discurso científico e os modelos de classificação racial atribuírem ao Outro a diferença, contribuindo para a naturalização e a ratificação da supremacia europeia. A literatura nacional baseada numa abordagem “científica” racista, funcionou como elemento essencial na legitimação das estruturas políticas, econômicas e sociais coloniais, uma vez que reproduziram a matriz eurocêntrica. A princípio prevaleceu o mito do bom selvagem, no qual se glorificou a contribuição do índio e do branco europeu, em total detrimento da presença negra na formação do caráter nacional. Desta forma, a condição de povo mestiço foi reconhecida como singularidade negativa e, ainda, sinal máximo de degeneração. Somente a partir do século XX ocorreu um distanciamento das teorias raciais e o deslocamento para o plano cultural.

No entanto, apesar da miscigenação cultural ter sido positivada pelo lusotropicalismo, a democracia racial do país apresentou-se mais como um mito ou conveniência, uma vez que pensou o Outro como aquele a quem os portugueses salvaram da barbárie, oferecendo-lhes uma cultura civilizada de maneira “quase” não violenta (Ventura, 2014). Somente mais recentemente, o Estado brasileiro passou a se preocupar com a imagem do país no exterior. Entretanto, além da vertente da democracia racial e da imagem mítica do paraíso, o tripé composto pelo futebol, carnaval e samba foram igualmente utilizados na representação oficial do país.

Neste contexto, a questão central norteadora desta investigação: de que forma a imagem do Brasil em panfletos turísticos que o promovem na Europa está condicionada pela mercantilização e exotização? - possibilitou analisar como o país é representado nas brochuras turísticas nos cinco principais países europeus emissores de turistas para o Brasil - Alemanha, Itália, Itália, Espanha e Portugal - nos anos correspondentes às temporadas 2012/2013 e 2014/2015. Neste caso, a análise das mensagens textuais e visuais das brochuras turísticas impôs a geração das tipologias de representação do Brasil, que consistem nas cartografias ou paisagens culturais imaginativas: cultura urbana, cultura rural e paisagem natural, e social humana. Além disso, cada uma das cartografias forneceu um conjunto de referências responsáveis pela caracterização dos destinos: a cartografia da cultura rural e a paisagem natural relacionam-se com a forma como a natureza é evidenciada e as múltiplas possibilidades do visitante vivenciar experiências; a cartografia da cultura urbana vincula-se diretamente com o patrimônio material, imaterial e a estrutura turística que suporta a atividade; já a cartografia

social humana liga-se com as crenças, o comportamento e o estilo de vida do povo brasileiro, conforme apresentado anteriormente neste capítulo.

Como resultado, têm-se as cartografias imaginativas gerais de representação do Brasil. Entretanto, antes da apresentação destas paisagens culturais comuns, é importante identificar similaridades e diferenças na forma como os países participantes desta investigação representam o Brasil. De maneira geral, o passado histórico do país ligado ao colonialismo perpassa em todos os países analisados. Sob esta perspectiva, o Brasil encontra-se em condição pré-moderna e ainda usufrui exclusivamente do desenvolvimento concedido pela colonização, a exemplo do patrimônio material e dos espaços de circulação “turistificados” dotados da modernidade necessária para conforto do visitante.

No que diz respeito à França e à Itália, além do contexto colonial, há um interesse, mesmo que sutil, pelo desenvolvimento do Brasil a partir a independência de Portugal. As brochuras italianas relembram a ditadura militar e a conquista pela democracia do país, enquanto o material promocional francês narra o desenvolvimento do Brasil com base na exploração da borracha, assim como aprofunda no conhecimento local sob a perspectiva da cultura brasileira (musical, gastronômica, literário, artístico etc.).

De maneira geral, as representações da paisagem natural remetem a antiga crença de ali se localizar o Jardim do Éden, paraíso de delícias e fonte de liberdade e prazer. No entanto, se por um lado, o Brasil é refletido por todas as brochuras turísticas como um destino naturalmente exótico, por outro lado, os espaços “turistificados” e as experiências codificadas proporcionam a segurança e o conforto os quais os visitantes estão acostumados, principalmente em relação às brochuras turísticas alemãs e portuguesas. No caso das brochuras turísticas alemãs, o espaço familiar e seguro são encontrados nas certificações e ícones internacionais e, ainda, nos eventos globais, além das estruturas de lazer fechadas dentro da própria realidade. Já nas brochuras portuguesas, a própria história colonial e a estrutura turística garantem a similaridade a que turista está habituado, não havendo necessidade de certificações ou ícones que validem os destinos.

Desta forma, as brochuras turísticas alemãs e portuguesas não demonstram um aprofundamento na cultura brasileira, porém, de forma distinta. Enquanto as brochuras turísticas portuguesas relembram a própria história colonial e as paisagens naturais ainda intocadas, a exemplo das narrativas dos navegadores portugueses, convidando o visitante português a (re)descobrir o Brasil e, sobretudo a experimentar aventuras outrora vividas. As

brochuras turísticas alemãs, embora também apresentem a paisagem natural intocada e marcada pela possibilidade de aventuras e exploração, parecendo reproduzir, em alguns momentos, o discurso dos cientistas e exploradores que percorreram o país nos primeiros séculos da colonização, apontam um destino “turistificado”, igual e seguro, de acordo com os critérios europeus. Além disso, as manifestações culturais são reduzidas a espetáculos, nos quais o visitante assume a posição de espectador.

As brochuras turísticas italianas, espanholas e francesas demonstram interesse pelo Outro através das manifestações culturais exotizadas, da sensualidade da mulher brasileira e pelo sincretismo religioso do povo mestiço. No caso das brochuras italianas e espanholas as mensagens visuais funcionam como pano de fundo ao que não pôde ser expresso através de referências linguísticas. Ou seja, o conteúdo visual destaca a sensualidade da mulher brasileira que, na maioria das vezes, é mestiça e utiliza trajes carnavalescos ou própria para a praia.

De forma ainda mais explícita, nas brochuras turísticas francesas a exotividade e erotividade do brasileiro estão presentes tanto no conteúdo textual, como nas mensagens visuais. Isto é, tanto as imagens como o texto retratam um espaço de liberdade sexual e de manifestações culturais miscigenadas reduzindo a paisagem social humana ao Outro exotizado.

Uma análise mais profunda possibilitou a identificação de cartografias e paisagens culturais imaginativas gerais de representação do Brasil nos países investigados, apresentados a seguir.

#### **4.4.1. Cartografia da cultura urbana**

##### **a) Um passado representado a partir no colonialismo**

Embora o controle colonial do Brasil tenha chegado ao fim com o processo de Independência em 1822, a história do país é amplamente marcada por quase quatro séculos de colonização. De fato, o período de exploração colonial não deixou apenas sua marca na arquitetura, mas um arquivo bem estruturado pertencente a essa experiência. Daí surgiram um número irrestrito de condensações típicas, moldadas a partir da matriz colonial europeia: a literatura, o patrimônio material, a interpretação hegemônica da história, entre outros elementos políticos, econômicos e sociais. Assim, o país adquiriu, por assim dizer, representantes e representações, em grande medida, cristalizados dentro da ideologia do colonialismo (Said, 2007; Sodré, 1965).

No caso específico das brochuras turísticas, tais representações não estão somente condicionadas à “fabricação do Outro”, como denunciam os princípios ideológicos de quem as representa, perpetuando as relações de poder (Cordeiro, 2010; Chetty, 2011) entre

(ex)colonizados e (ex)colonizadores. Nas palavras de Said (2007), “as representações têm propósitos, são efetivas a maior parte do tempo, realizam uma ou muitas tarefas. As representações são formações ou, (...) deformações” (p. 366). Além disso,

esses textos podem criar não só conhecimento, mas também a própria realidade que parecem descrever. Com o tempo, esse conhecimento e a realidade produzem uma tradição (...) cuja presença ou peso material (...) é responsável pelos textos a que dá origem (Said, 2007, p. 142-143).

De fato, o passado do Brasil, tal como representado nas brochuras turísticas alemãs, francesas, italianas, espanholas e portuguesas é formado - ou deformado - exclusivamente pelas heranças e influências coloniais, determinando um conjunto de atributos familiares utilizados para seduzir e conquistar o potencial visitante. Aqui, o tempo cristalizou-se dentro de uma estrutura colonial, não sugerindo nenhuma alteração, modernização para além da civilidade ofertada pelo próprio sistema turístico. De maneira geral, a representação do Brasil parece adequar-se a um discurso que não é alemão, francês, italiano, espanhol, português, nem ao menos brasileiro, mas partilhada, sobretudo dentro do contexto europeu, ainda eivado pela ideologia do colonialismo.

A História do Brasil é narrada exclusivamente do ponto de vista europeu, povos considerados responsáveis pelos principais acontecimentos históricos do país. As operadoras de viagens discorrem sobre o passado do país desde o “Descobrimento” em 1500: no “século XVI, o português começou a sua colonização” e o país passou a “exercer uma grande atração mágica aos estrangeiros” (Best Of, 2014/2015, p. 123).

Em 1500, o primeiro português desembarcou no que é hoje a cidade de Porto Seguro, apelidado na época como Ilha de Vera Cruz. O nome do Brasil deriva de Pau Brasil, uma árvore que é encontrada em abundância na Costa do Brasil, que o português começou a exportar para a Europa para o fabrico de tintas. Em 1530 os primeiros escravos chegaram ao Brasil (...). Diz-se que, até 1850, o ano da proibição do tráfico negreiro, cerca de 4 milhões de escravos desembarcaram no Brasil (Dimensioe Turismo, 2013/2014, p. 4).

O Brasil foi uma colônia do Império Português desde o desembarque de Pedro Álvares Cabral em 1500 até 1815, quando se tornou um reino unido com Portugal. O vínculo colonial foi, de fato, quebrado em 1808, quando a capital do Reino Português foi transferida de Lisboa para o Rio de Janeiro, depois de Napoleão invadir Portugal. A independência do Brasil, foi alcançada em 1822 (Exótico Tour, 2012, p. 4).

É feito, ainda, menção ao navegador Américo Vespúcio, denotando forte apelo à lembrança da colonização portuguesa: “01 de novembro de 1501, o explorador Américo Vespúcio desembarcou em uma majestosa baía (...). Em 1549, Portugal fundou uma cidade [Salvador],

que se tornou carro-chefe do império colonial” (Clio, 2014, p. 3). Em Salvador “o Farol da Barra, marca o ponto onde o navegador Américo Vespúcio aportou em 1501” (Sol Férias, 2013, p. 5). Já em Natal, “o Forte dos Reis Magos: construído em 1598 sobre os recifes da Praia do Forte, ostenta o Marco de Touros, que Américo Vespúcio fincou em 1501 para firmar a posse das terras para o Reino de Portugal” (Sol Féria, 2013, p. 5).

No entanto, as apresentações das cidades de Salvador e Angra dos Reis fundamentam-se não apenas no passado colonial, mas sobretudo na espetacularização e naturalização da escravidão dos negros. Neste sentido, “tudo o que [foi] diretamente vivido se esvai na fumaça da representação” (Debord, 2003, p. 13), sem nenhuma crítica ou argumentação histórica, mas apenas para tornar o destino ainda mais espetacular: em “Salvador (...), nos porões do Mercado Modelo, ainda se pode revisitar o passado escravagista do país. Lá ficavam os escravos recém chegados, aguardando os leilões de venda” (Sol Férias, 2013, p. 5). Em Angra dos Reis “aportavam navios carregados de mercadorias, vindos do outro lado do mundo. Também carregavam navios negreiros, com centenas de escravos para suprir a mão de obra nas lavouras cafeeiras da região” (Exótico Tour, 2012, p. 11). Em alguns casos, frases de impacto sobre o passado escravagista do país complementam o conjunto de estratégias utilizadas para tornar o destino ainda mais autêntico: “cada rua, (...) vira uma mistura de cheiro de acarajé e dendê. O cheiro do ébano nos leva ao Pelourinho no qual há dois séculos os escravos foram espancados (...) uma viagem fora do tempo (...) por um passado de feridas” (Du Monde, 2014, p. 47).

Além disso, o principal objetivo da extração do ouro durante o período colonial foi o abastecimento da metrópole: “Minas Gerais (...) ouro, diamantes e minerais atraíram portugueses para a região no início do século XVIII”. As marcas deixadas pela colonização são destacadas: “a Estrada Real construída para transportar as riquezas de Ouro Preto e Diamantina aos portos do Rio de Janeiro e Paraty” (Du Monde, 2014, p. 47). As operadoras de viagens realçam o aspecto “civilizador” da exploração colonial, principalmente nos termos relacionados com o desenvolvimento e a arte: o Teatro da Paz, em Belém, destaca-se pela “decoreção, materiais e objetos trazidos da Europa, como lustres e estátuas de bronze francesas, o piso de pedras portuguesas e a escadaria de mármore italiano”; a estrutura do Mercado Ver-o-Peso “foi, igualmente, trazida da Europa durante o período áureo da borracha, no século XIX” (Sol Férias, 2014, p. 4-5). Enquanto, as cidades históricas de Diamantina, Ouro Preto, Mariana, Congonhas e São João Del Rey são apresentadas, com orgulho, como



“cidades históricas quase tão ricas como as europeias”, com “deslumbrantes calçadas portuguesas” (Abreu Viagens, 2014/2015<sup>a</sup>, p. 91). A região Sul do país é apontada como “adorável mistura de Europa e Brasil”, enquanto Florianópolis herdou “fortíssimas influências lusas, derivadas da herança deixada pelos antepassados (...) e influências de outros povos europeus” (Abreu Viagens, 2014/2015<sup>a</sup>, p. 113).

O material de promoção turístico alemão faz distinção entre as influências africanas e indígenas em oposição as heranças europeias, atribuindo às últimas a responsabilidade pela organização e desenvolvimento da região. Assim, é facultado aos imigrantes a responsabilidade de manter o equilíbrio entre a organização da cidade e a preservação da natureza. Em Santa Catarina a Ilha do Papagaio, adquirida por uma família de origem alemã e explorada por 22 anos de forma privada, foi transformada em um *eco-resort*: “a família *Sehn* se orgulha de ter criado um exemplo de harmonia entre a colonização e a conservação da natureza” (Ruppert, 2014, p. 28). Da mesma forma, Curitiba, localizada ao Sul do país, região com predominância de imigração europeia, é anunciada pela operadora de viagens alemã como “a cidade mais sofisticada e mais bem organizada do Brasil. Com muitas áreas verdes e uma política ambiental progressiva, ela tem o título de capital ecológica do Brasil. A paisagem urbana caracteriza-se por imigrantes europeus e muitas famílias da Alemanha e Itália” (Ruppert, 2014, p. 30). Apesar de tratar-se de um lugar familiar que é “nosso” esta visão prove a diferença ao colocar o Outro na posição de dependente da “nossa” modernidade e capacidade de organização.

As operadoras de viagens sugerem a participação dos próprios países na colonização do Brasil. De acordo com brochuras francesas, o Rio de Janeiro “foi descoberto por portugueses em 01 de janeiro e 1502, mas foram os franceses que se instalaram primeiro”. Para mais, as influências artísticas francesas são destacadas na construção do Teatro Municipal do Rio de Janeiro: “inspirado na Ópera de Paris é o mais antigo jardim público do Rio de Janeiro” e no urbanismo de Brasília, “influenciado, em parte, pelas reflexões do revolucionário *Le Corbusier*” (Clio, 2014, p. 6). Ao contestar sobre a falta de estrutura e erudição da colônia, demonstra-se a necessidade de aquisição e transferência de cultura vinda do mundo civilizado e moderno: “cruzar o mundo para apresentar-se”, a exemplo das “grandes bailarinas e os melhores cantores (...), desde *Isadora Duncan* a *Sarah Bernhardt*”. E até mesmo no envio das vestimentas das famílias manauaras a Paris e à Londres com objetivo único de serem lavadas “porque as águas negras do Rio Negro são insuficientemente brancas” (Du Monde 2014, p. 80).

Entretanto, se por um lado, a qualidade da madeira originária da Amazônia é reconhecida, por outro, é somente a partir da técnica artística europeia e de sua capacidade de converter a natureza em obra de arte que ela toma forma: “o que se sabe é que a preciosa madeira da Amazônia era enviada à Europa para ser esculpida por artistas e retornar ao local de extração para enfeitar a Casa de Ópera” (Du Monde, 2014, p. 80). Aqui, a condição de pré-modernidade sugere um mundo arcaico, de objetos culturais fossilizados, agarrado as formas primitivas de vida comunitária (Cordeiro, 2010), passivo do poder europeu.

Da mesma forma, destaca-se a contribuição espanhola e portuguesa na colonização do país: Morro de São Paulo, “fundada pelo fidalgo espanhol Francisco Romero em 1535 (...), é uma vila mais importante da ilha de Tinhare” (Travelplan, 2014/2015, p. 19). No Recife, apesar do Forte das Cinco Pontas ser apontado como uma “construção holandesa de 1630” (Sol Férias, 2013, p. 5), destaca-se sua reconstrução “pelos portugueses em 1677, com apenas quatro delas” (Exótico Tour, 2012, p. 32). Da mesma forma, há predominância da influência portuguesa na capital maranhense, São Luís: “embora tenha sido fundada por franceses, a capital maranhense (São Luís) guarda poucas evidências disso, à exceção de alguns nomes de ruas e monumentos (como é o caso do Palácio *La Ravardiere*) e um toque muito especial na culinária”, posto que “os principais traços da cidade foram herdados dos portugueses, o casario adornado com azulejos e os inúmeros sobrenomes de origem lusitana, entre outras influências” (Abreu Viagens, 2014/2015<sup>a</sup>, p. 18). Ademais, algumas referências artísticas francesas são utilizadas pelas operadoras de viagens espanholas para evidenciar o patrimônio material do Rio de Janeiro: “Cristo Redentor (...) construído em 1921 pelo escultor francês *Paul Landowski* e terminada em 1931, esta enorme estátua em granito de 30 metros de altura comemorou o centenário da Independência do Brasil” (Travelplan, 2014/2015, p. 19).

Em suma, as figuras metafóricas que sustentam as narrativas históricas do Brasil nas brochuras turísticas dos países investigados ligam-se diretamente ao próprio discurso colonial. A análise evoca um país onde o colonialismo é onnipresente, parado em um tempo pré-moderno (colonial), estático e menos evoluído, enquanto ao(s) colonizador(es) é (são) atribuído a missão civilizadora. Aqui, a herança colonial desempenha um papel importante, além da familiaridade ligar-se de alguma forma à atratividade e às respostas afetivas (Andsager & Drzewiecka, 2002), carregando a superioridade cultural de uma civilização sobre a outra. Em outros termos, trata-se, ideologicamente, de instituições mais adiantadas que lidam com outras

menos adiantada, ou seja, “uma cultura forte encontrando uma [supostamente] fraca” (Said, 2007, p. 427).

#### **b) O exotismo das manifestações culturais miscigenadas**

Ao passo que a Europa exerceu grande influência na arquitetura, nas artes e no “refinamento civilizacional” do país, na concepção das operadoras de viagens investigadas, a miscigenação racial foi encarregada pela profusão do exotismo que as atuais manifestações culturais revelam: “a África foi responsável pelas origens desta terra misturada de contradições abundantes, exuberância e tradição secular” (Terre Voyages, 2013/2014, p. 4). Noutros termos, as heranças africanas podem ser percebidas a partir da miscigenação racial e cultural, através da diversidade musical e do sincretismo religioso, principalmente na cidade de Salvador, na qual “80% da população é afro-descendente” (Du Monde, 2014, p. 47). Assim, Salvador é caracterizada como “um caldeirão da cultura afro-brasileira. O seu carnaval de rua, o mais movimentado do mundo, com mega caminhões de música (trio elétrico) e blocos afros (Olodum, Ilê Aiyê...)” (Du Monde, 2014, p. 62).

A perspectiva lusotropicalista conduz à versão simplista e romântica da miscigenação racial, além da ideia de um território ausente de preconceitos e em constante festa. Neste sentido, Lourenço (2009) argumenta que, se “por um lado, é um discurso de ordem sociológica que dá um lugar positivo à mestiçagem e isto, é claro, é extremamente positivo (...). Por outro lado, esse discurso acaba por ter uma leitura de coisa racial, logo racismo” (Lourenço, 2009, p. 306), atribuindo a miscigenação racial e a tropicalidade à diversidade e ao exotismo das manifestações culturais.

Neste caso, consideram-se o “mito das três raças” – africana, indígena e portuguesa - na formação da cultura da sociedade brasileira (Ribeiro, 1995). Porém, à semelhança da intelectualidade nacional brasileira do século XIX, atribui-se ao europeu o caráter produtivo e civilizador do país, como “impérios mercantis salvacionistas” (Ribeiro, 1995, p. 64); enquanto ao negro e ao índio reservam-se os traços culturais do Outro exótico, ligado às manifestações do corpo e ao mundo sobrenatural.

Para as operadoras de viagens, a “mistura de raças fez do Brasil um país com uma cultura rica e, ao mesmo tempo, original” (Dimensione Turismo, 2013/2014, p. 4). Salvador é o resultado da “cultura hereditária da África, mas cheia de influências portuguesas e indígenas”, destino no qual “a fusão dos costumes pode ser visualizada em todos os lugares: na cozinha, nas festas, na música e na atitude do povo de Salvador” (Master Explorer, 2014/2015, p. 10).

Em Fortaleza, o visitante poderá “apreciar as influências indígenas, portuguesas e africanas” em uma “profusão de sabores”; em Recife, a cozinha reúne “tradições indígenas, europeias e africanas. Tem também pratos típicos do sertão e do litoral”; em Salvador, “a culinária baiana é única no Brasil. Com base africana e influências indígenas e portuguesas é rica e picante”; Manaus, é “marcada pela miscigenação cultural, motivada pela mistura de povos de várias origens, que fazem da cidade e da região uma terra de indomáveis encantos e infinitas belezas” e, ainda, a gastronomia “exótica e única” da cidade de Belém, considerada “a mais brasileira de todas, pois é a que mais integrou a influência indígena” (Sol Férias, 2013, p. 4, 5, 11).

Apesar de Salvador ser descrita como “a cidade mais brasileira em tudo” (Explorer, 2014/2015, p. 239), bem como a “cidade mais africana do Brasil” (Gateway, 2014, p. 18) e, ainda, oferecer aos seus visitantes uma “variedade de especialidades gastronômicas típicas, músicas, prazer e alegria” (Aventura, 2014, p. 6), as descrições são reduzidas e apontam para o exotismo do sincretismo religioso: “os vestidos brancos típicos das baianas e os seguidores da religião Candomblé, que oferecem à cidade um misticismo especial” (Gateway, 2014, p. 24).

A combinação de diversas culturas resultou na multiplicidade de gêneros musicais e artísticos, tais como: “bossa nova, samba, (...) MPB, forró, frevo, maxixe, lambada, (...) rap, reggae, eletro” e numa geração de artistas, como “Chico Science, Alceu Valença, Silvério Pessoa, Nação Zumbi, Spok Frevo, DJ Dolores” (Du Monde, 2014, p. 20). Esta mistura de ritmos e danças formam um cenário atrativo e exótico: no Recife, o “frevo faz a trilha sonora de uma infinidade de passeios inesquecíveis” (Sol Férias, 2013, p. 4) e o animado carnaval “na virada de domingo para a segunda-feira acontece a noite dos Tambores Silenciosos, no Pátio do Terço, onde os Maracatus homenageiam os escravos nos cativeiros” (Exótico Tour, 2012, p. 32). No Maranhão, o “carnaval é animado” e destacam-se as “festividades juninas”; em Natal, “o CarNatal, é o maior carnaval fora de época do Brasil” (Abreu Viagens, 2014/2015<sup>a</sup>, p. 18, 22) e em João Pessoa, o visitante poderá apreciar o “forro e, ainda, participar de blocos carnavalescos” (Sol Férias, 2014, p. 5, 7).

A diversidade cultural da capital do Pernambuco é igualmente destacada:

Recife (...) cidade intensa, que vibra ao som de suas diferenças culturais, única pela sua história e por seus inúmeros atrativos turísticos. É um lugar cheio de música e magia. Se não acredita, venha se encantar (Dimensioe Turismo, 2013/2014, p. 22).

(...) durante o carnaval, Olinda se transforma num palco dedicado à música típica, como o frevo e o maracatu que acompanham o carnaval de rua, onde

desfilam máscaras gigantes de papelão (Dimensione Turismo, 2013/2014, p. 22).

As operadoras de viagens destacam o samba como a principal atração cultural do Rio de Janeiro: “um dos gêneros mais apreciados pelos frequentadores [da cidade] é o samba de raiz”. Além disso, “em termos de diversão”, o Rio de Janeiro “está entre as cidades brasileiras com maior variedade de lugares e programas, sem falar no carnaval, que é um dos principais marcos nacionais” (Sol Férias, 2013, p. 5). Em Copacabana, acontece uma das mais “famosas festas de *Réveillon* do país, com espetáculos pirotécnicos e shows musicais gratuitos” (Exótico Tour, 2012, p. 5).

Em Jericoacoara, o visitante é convidado a assistir o pôr do sol ou beber uma caipirinha “no extraordinário ritmo da capoeira, dança típica brasileira (...), enquanto entre as ruelas não pavimentadas anuncia-se a animada vida noturna de Jericoacoara” (Press Tour, 2013, p. 45). Já a culinária paraense é apresentada como a mais brasileira de todas, “pois é a que mais integrou as influências indígenas” (Sol Férias, 2014, p. 4). O patrimônio cultural de Marajó “remonta aos habitantes originais, os marajoaras, considerados um dos mais antigos da Amazônia com registros que datam do século V e reconhecidos pela sua extraordinária produção de cerâmicas” (Sol Férias, 2014, p. 4).

### **c) Um retiro espacial “turistificado”**

Apesar das heranças coloniais prevalecerem nas brochuras turísticas e o exotismo retirar o visitante do seu lugar de conforto na Europa moderna e civilizada, há constantemente o direcionamento ao desenvolvimento do Brasil, principalmente no que se refere aos espaços reservados à comodidade do visitante. Assim, alguns destinos são apontados como “modernos” e com a estrutura turística adequada para receber o visitante: “mesmo nos destinos rústicos, selvagens ou pouco civilizados os hotéis e *resorts* são dotados de serviços e confortável estrutura” (Ruppert, 2014, p. 61).

Nomeadamente nos espaços de circulação próprios aos visitantes, as operadoras de viagens esclarecem que o país ostenta o “gosto pela civilização”, uma vez que a região Nordeste oferece “alojamentos refinados”, com a possibilidade de desfrutar, em Jericoacoara, de “boutiques exclusivas, restaurantes hiper contemporâneos e sublimes bangalôs”; a cidade de São Paulo é considerada uma metrópole que “chama atenção por seus hotéis *designs*, pela gastronomia e seu potencial de compras”; e no Pantanal, a pousada Rio Mutum “combina o

ambiente selvagem com 22 bangalôs, cada um com sua rede de descanso (...), piscina (...) e um restaurante com a deliciosa cozinha regional” (Du Monde, 2014, p. 10, 75, 76, 85).

De maneira geral, as brochuras turísticas promocionais apresentam os destinos brasileiros como urbanos e modernos, dotados da estrutura necessária para receber o visitante:

Recife (...). A cidade é uma metrópole em crescimento (...) as praias têm águas mornas, há uma abundância de restaurantes com o melhor da cozinha local e internacional. (Press Tours, 2013, p. 38)

Salvador (...) edifícios governamentais, elegantes bairros residenciais, museus e grande parte dos exemplos arquitetônicos mais modernos. Salvador é um exemplo de harmonia entre o antigo e o moderno, conseguindo preservar a arquitetura em simultâneo com a forte inovação urbana. Poderá conhecer Salvador visitando suas diversas atrações históricas, passando pelas suas praias e avenidas iluminadas que atravessam os vales das cidades (Iberojet, 2012/2013, p. 10).

No coração da Praia do Forte “estão concentradas todas as atividades comerciais, culturais e de animação, incluindo pousadas, restaurantes, lojas de artesanato, boutiques, farmácias, supermercados, bancos (caixas eletrônicos), bares, discotecas, casas de espetáculos, *snack-bars*” para o conforto do visitante e, ainda, a “efervescente agitação em consonância com o exuberante clima tropical da localidade” (Exótico Tour, 2012, p. 25). De acordo com a operadora de viagens Abreu Viagens, na Praia do Forte, o visitante poderá, ainda, “passear pela charmosa vila repleta de lojas, restaurantes e bares que primam pela qualidade e bom gosto” (2014/2015<sup>a</sup>, p. 57).

Outros destinos dispõem da originalidade, tranquilidade e segurança necessárias ao visitante europeu, habituado ao conforto e bem-estar: “Natal foi apontada através de pesquisa como a capital mais segura do Brasil” (Exótico Tour, 2012, p. 16) e João Pessoa “mantém as praias limpas e a segurança nas ruas (...). Conserva a tranquilidade das pequenas cidades” (Abreu Viagens, 2014/2015<sup>a</sup>, p. 33).

A Vila de Arraial é descontraída e tranquila e nela desfilam nativos, muitos deles descendentes de índios, turistas e pessoas ligadas à ecologia (Abreu Viagens, 2014/2015<sup>a</sup>, p. 73).

Em Fernando de Noronha (...) poderá desfrutar de um sonho, para as pessoas que buscam paz, tranquilidade e são amantes da natureza e do mergulho (Abreu Viagens, 2013/2014, p. 15).

Para a operadora de viagens Exótico Tour Natal, “até meados do século XX era somente uma pequena cidade costeira. (...). A partir de então desenvolveu-se rapidamente. Hoje é a capital do Rio Grande do Norte e destaca-se entre os principais pólos turísticos do país” (2012, p.

16). Natal tem uma infraestrutura hoteleira de “excelente qualidade, restaurantes, bares, *shopping* e muito mais (...), hotéis de cinco estrelas (...), cartões de crédito (...), casas de câmbio e máquinas de levantamento de dinheiro” (Abreu Viagens, 2014/2015<sup>a</sup>, p. 22). Além disso, une “modernidade e história”, ou seja, apresenta “ar um cosmopolita sem perder seu lado bucólico de paraíso litorâneo”. Da mesma forma, Pipa é considerada “uma das mais civilizadas e bonitas aldeias de praia de todo o Nordeste. (...) E também um dos locais com maior concentração de bons restaurantes do Rio Grande do Norte” (Sol Férias, 2013, p. 13).

A cidade de São Paulo “fascina seus visitantes com uma mistura incomparável de hotéis, centros de convenções, museus, restaurantes, eventos, mercados, teatros, parques, igrejas, e catedrais” (Ruppert, 2014, p. 21), enquanto em Florianópolis, “nos bares e excelentes restaurantes, [o visitante] poderá desfrutar de deliciosos frutos-do-mar” (Ruppert, 2014, p. 26). A cidade é lembrada a partir de sua “opulência (...), repleta de teatros, museus, restaurantes, bares, eventos nacionais e internacionais. Efetivamente, há muito de tudo, gastronomia, natureza, diversão, cultura e arte” (Abreu Viagens, 2014/2015<sup>a</sup>, p. 91).

A operadora de viagens Politours destaca, além das “praias famosas de Copacabana, Ipanema e Leblon”, o bairro da Barra da Tijuca, com “rostos da elite rica e famosos incógnitos”. Mas há também um “centro de negócios, escritórios, palácios e museus para saciar a cultura”. E a “área de Botafogo com seus consulados, embaixadas, o Parque do Flamengo etc. Em suma, uma cidade única que nunca desilude” (2014/2015, p. 142).

Sendo assim, o Rio de Janeiro “oferece tudo que se procura, [e] mais um pouco” (Sol Férias, 2013, p. 4). A cidade é considerada uma “metrópole moderna, onde [o visitante] encontrará um vasto leque de diversão, restaurantes de gastronomia variada, teatros, cinemas, discotecas etc.” (Abreu Viagens, 2014/2015<sup>a</sup>, p. 92). Na acepção da operadora de viagens Ruppert, até mesmo as comunidades do Rio de Janeiro “são acessíveis por teleféricos - um total de 152 gôndolas que transportam até 10 passageiros” (2014, p. 21). A Praia de Ipanema oferece “campos de *footvolei*, equipamentos de ginástica e, a cada posto de salvamento, há sanitários e chuveiros para os banhistas que querem tirar o sal do corpo” (Exótico Tour, 2012, p. 5).

No mesmo sentido, Búzios é caracterizada como “um dos destinos mais sofisticados do país, oferecendo serviços de altíssima qualidade para atender os mais exigentes gostos de visitantes nacionais e internacionais”. Em Búzios, “há mais de 100 restaurantes de categoria internacional, com gastronomia de variados países, bares, música ao vivo, discotecas

requintadas (...), e lojas de renome internacional integram este palco descontraído e especial” (Exótico Tour, 2012, p. 13):

Búzios (...) atualmente é um dos lugares mais sofisticados do país e oferece serviços de alta qualidade para satisfazer até os mais exigentes visitantes (Dimensioe Turismo, 2013/2014, p. 11).

Na região Sul do país, localiza-se Curitiba, que “impressiona pela organização, limpeza e, principalmente, pelos edifícios” (Abreu Viagens, 2014/2015<sup>a</sup>, p. 113). A parte Norte de Santa Catarina é “um dos lugares mais belos e organizados do Brasil”. Tal organização é atribuída às “fortes influências alemãs em meados do século XXI” (Aventura, 2014, p. 13).

A gestão dos empreendimentos turísticos por europeus garante a qualidade do negócio. Nesta ótica, as operadoras de viagens alemãs oferecem “profissionais qualificados e serviços personalizados, qualidade no alojamento e conselhos de especialistas alemães e brasileiros” (Gateway, 2014, p. 2-3). Em Pecém, destino localizado no Ceará, o turista é convidado a se hospedar na Pousada do Sol, “pessoalmente gerenciada por um proprietário suíço” (Ruppert, 2014, p. 55). A Estância Vitória, antiga fazenda, encontra-se “sob a orientação de um casal alemão-brasileiro, [e o visitante] poderá desfrutar de um serviço muito pessoal e amigável” (Explorer, 2014/2015, p. 260).

Já as operadoras de viagens francesas garantem a “qualidade da viagem [através da] supervisão profissional francófona”, e acrescenta: são “selecionados para a comodidade [do visitante], hotéis, transportes e refeições (...) para que possa desfrutar plenamente suas férias”. Contudo, “sabendo que a logística é fornecida por um profissional que se esforça para controlar o inacessível e inesperado”, o visitante “deve entender que nestas áreas remotas o *stress* e o desconforto não são excluídos” (Terre Voyages, 2013/2014, p. 4).

A operadora de viagens italiana Dimensioe Turismo, apresenta o *Resort Dbeach*, com “qualidade italiana e a tradição brasileira”. Conforme descrito, este hotel está “perfeitamente integrado ao ambiente natural brasileiro, em uma simbiose de naturalidade mágica em que nossa experiência e profissionalismo combinam com a espontaneidade e generosidade típica do Brasil” (2013/2014, p. 4). A mesma operadora de viagens é enfática ao afirmar:

quem se hospedar no *Resort Dbeach* vai ser agradavelmente surpreendido ao encontrar um ambiente amigável no momento da chegada, graças ao particular modo da equipe falar italiano, com a convivência e praticidade do complexo, no qual todos os serviços das áreas comuns estão disponíveis (Dimensioe Turismo, 2013/2014, p. 4).



Do mesmo modo, o material promocional português atribui a preservação da Praia do Forte, em Salvador, a “um empresário paulista de origem alemã, que nos anos 70 comprou e protegeu toda a área” (Sol Férias, 2013, p. 20).

#### **4.4.2 Cartografia da cultura rural e a paisagem natural**

##### **a) Exaltação de uma natureza sonhada**

Notadamente, o Brasil é apresentado como um destino natural e exótico, ou seja, um paraíso com inúmeras possibilidades de descobertas e aventuras. De fato, as descrições relativas à paisagem natural parecem reproduzir as narrativas dos jesuítas e viajantes estrangeiros que desembarcaram na colônia portuguesa nos primeiros séculos da colonização, nas quais o Novo Mundo era descrito como o verdadeiro Jardim do Éden, um lugar pitoresco, mas sobretudo, grandioso e diversificado em recursos e atrativos naturais.

Como tal, o turista que visitar o país poderá “explorar de canoa as florestas alagadas e pequenos cursos de águas (...), encontrar botos rosas, visitar uma comunidade cabocla, a fauna local ou encontrar frutos” (Aventura, 2014, p. 17). Além disso, o distanciamento com a civilização é anunciado, tornando-o um destino ainda mais excêntrico: Jericoacoara é um destino “completamente original e longe de todos os mapas e do resto do mundo (...). A magia de Jeri está disponível (...) nesta vila de pescadores quase esquecida”; a Ilha Grande é um local de “praias do sonho (...) e Jardins do Éden”. A Praia do Forte, em Salvador, é “um pequeno paraíso” (Aventura, 2014, p. 10, 22, 26), posto que Salvador “oferece um pouco de tudo, belas praias, piscinas naturais, falésias, cachoeiras, cavernas entre muitas outras belezas naturais” (Nor Travel, 2013, p. 14).

Nesta ótica, a Praia do Rosa, localizada em Santa Catarina, é apresentada como “paradisíaca, cercada por montanhas verdes e mar azul brilhante”; o Japalão, um destino turístico localizado em Tocantins, é descrito como “uma das últimas áreas em que a natureza tem mantido praticamente intocada”; e a Praia de Pecém, no município de São Gonçalo de Amarante, no Estado do Ceará, encontra-se, ainda, “intocada pelo turismo (...), sem agitação do mundo civilizado” (Ruppert, 2014, p. 28, 32, 55).

Assim, é assegurado aos visitantes a possibilidade de desfrutar poéticos ambientes naturais: Trancoso, um “verdadeiro tesouro (...), [com] praias, joias de esmeralda ao pé das falésias vermelhas nas sombras da selva” (Du Monde, 2014, p. 70); em Galinhos, “grandes extensões de areias gradualmente brilhantes e dunas de areais brancas anunciando a chegada ao paraíso”

(Terre Voyages, 2013/2014, p. 21). Já Fernando de Noronha, é um “verdadeiro Éden” (Du Monde, 2014, p. 70). Destarte, em Natal o sol “nasce antes para iluminar por mais tempo as dunas, falésias, praias e recifes, numa das cidades mais bonitas do mundo” e o visitante poderá “desfrutar das maravilhosas praias e todo o ambiente especial que se vive no Nordeste brasileiro. Sol e mar são sinônimos de Natal, por isso é chamada de noiva do sol” (Sol Férias, 2013, p. 4, 13); Fortaleza é igualmente nomeada como “terra do sol e da luz por natureza (...). Localizada (...) bem perto da linha do Equador, são mais de 500 km de Costa Atlântica banhada por águas mornas e cristalinas. Os dias são calmos, com tantas horas de sol (...). É terra do sonho, das praias e do sertão” (Nor Travel, 2013, p. 4).

O visitante é convidado a desfrutar Porto de Galinhas, “famosa por ser uma das praias mais bonitas do Brasil, caracterizada por águas azuis, coqueiros que cercam esta maravilhosa paisagem” e “nadar em piscinas naturais, relaxar ao sol e passear por uma aldeia” (Dimensioe Turismo, 2013/2014, p. 22). Ou se preferir, Búzios conta “com cerca de 20 praias de beleza incomparável, ideal para o mergulho e perfeito para quem procura por paz” (Dimensioe Turismo, 2013/2014, p. 11). Por sua vegetação exuberante e sua condição celestial, a Ilha de Boipeba é

(...) um dos segredos mais bem guardados da Bahia (...). É tranquilo e rural. A costa é celestial. (...) um paraíso livre de carros, ao Sul da Bahia. A ilha é conhecida por sua inacessibilidade, uma das mais puras ilhas do Brasil (...). Ao longo da costa banhada pelo sol, incluindo 20 km de praias inexploradas (Aventura, 2014, p. 11).

De maneira geral, o discurso é totalmente positivado pelas características salutarees dos trópicos, neste caso, legitimado por instituições internacionalmente reconhecidas: “320 dias de sol por ano! Se o sol é sua paixão, Natal é seu destino, com temperatura média de 28° C, não é úmido, é sempre ventoso e a temperatura média anual de água é de 26° C. E como evidenciado pelo relatório da NASA, tem o ar mais puro das Américas!” (Dimensioe Turismo, 2013/2014, p. 17).

Em outros casos, as operadoras de viagens concedem ao visitante o papel de explorador, relembrando sua permanente posição de colonizador. Há uma exploração no uso de expressões que remetem a ambientes selvagens, a serem descoberto: “descobrir cantos exclusivos da Costa Atlântica ainda selvagem” numa combinação de “paraísos terrestres e aquáticos” (Terre Voyages, 2013/2014, p. 3,13). E experimentar aventuras outrora vividas: “maior emoção e aventura da sua vida. Venha conosco, descobrir o Ceará (...). E se de

verdade quer aventura, escape até Jericoacoara, considerada uma das dez melhores praias do mundo” (Abreu Viagens, 2013/2014, p. 15).

Já outros destinos são enfatizados a partir da dimensão territorial e diversidade de paisagens naturais. Assim, associados à pluralidade de atrativos, juntam-se fragmentos relacionados com a extensão do país: “o Brasil é mais que um país (...) é um continente” (Abreu Viagens, 2014/2015<sup>a</sup>, p. 5):

A viagem de descoberta ao maior país da América do Sul (Press Tours, 2013, p. 10).

O Brasil, oficialmente República Federativa do Brasil, é o maior país da América do Sul e o 5º maior do mundo em área territorial e populacional, com mais de 190 milhões de habitantes (Exótico Tour, 2012, p. 4).

O Oceano Atlântico estende-se por toda a costa Leste do país, oferecendo 7.367 km de orla marítima. Além do território continental, o Brasil também possui alguns grandes grupos de ilhas no Oceano Atlântico (Sol Férias, 2013, p. 3).

O Oceano Atlântico ocupa todo o litoral Leste do país, oferecendo 7.367 km de litoral (Dimensioe Turismo, 2013/2014, p. 4).

Ilha de Marajó (...) com uma área de mais de 50 mil quilômetros quadrados é a maior ilha fluvial do mundo (...) para se ter uma ideia do seu tamanho, você tem que pensar em países como a Bélgica, a Holanda ou a Dinamarca (Dimensioe Turismo, 2013/2014, p. 34)

Com o propósito de chamar a atenção para a diversidade e extensão da Amazônia, do Pantanal e de Foz de Iguaçu, as operadoras de viagens descrevem seus recursos naturais:

A Amazônia (...) é inigualável, sua rica e variada fauna com mais de 2 milhões de animais, 2.500 espécies de peixes e 75 mil espécies de flora, constituindo uma planície coberta pela maior parte de vegetação equatorial do mundo, com uma extensão de mais de um terço de toda a mata úmida que hoje existe na terra, com suas águas do grande Amazonas e com os seus mais de 1.000 afluentes (Abreu Viagens, 2013/2014, p. 4).

O Parque Nacional de Iguaçu (...) possui uma das maiores e impressionantes quedas d’água do mundo: as míticas Cataratas de Iguaçu que, com mais de 272 quedas de 82 metros de altura, se converte em um espetáculo único da natureza. Ao cair, a água forma uma imensa nuvem de vapor e o ruído que produz pode ser escutado a quilômetros de distância (Travelplan, 2014/2015, p. 40).

Manaus é anunciada como “um lugar privilegiado (...) de belezas e grandezas naturais (...). Lar da maior floresta tropical do mundo” (Sol Férias, 2014, p. 5). Como tal, o arquipélago de Anavilhanas é considerado “um paraíso composto por cerca de 400 ilhas de lagos e igarapés, ricos em espécies animais e vegetais” (Sol Férias, 2014, p. 5). Já o Pantanal exibe uma fauna

aquática muito variada, “centenas de espécies de peixes garantem a existência de uma variadíssima comunidade de aves, mais de 600 espécies vivem na região. Grande população de répteis e mamíferos como jacarés, capivaras, macacos, onças, tatus, quatis, veados, tamanduás, entre outros animais” (Abreu Viagens, 2014/2015<sup>a</sup>, p. 84).

#### **b) Codificação e organização da experiência turística e aventura**

Associadas à diversidade e riqueza das atrações naturais, juntam-se experiências impregnadas de emoção e aventura. Sendo assim, é notória não apenas a necessidade de enfatizar o ambiente inóspito do Brasil, propício a todas as formas de aventuras, mas, igualmente, a possibilidade de descobrir, explorar e desfrutar o lado selvagem do país. Todavia, prevalecem as atividades coordenadas pelas operadoras de viagens, ou seja, enquadradas dentro de espaços “turistificados” e guiadas por profissionais especializados que se encarregam de codificar a experiência turística. Destarte, em nenhum momento a aventura e a experiência turística são deixados ao acaso, ou a simples vontade de exploração do visitante.

No Pantanal é concedido ao visitante a oportunidade de percorrer o território em “excursões guiadas acompanhadas por pesquisadores locais a cavalo, em barcos ou a pé, pelas colinas, savanas e arbustos. O Pantanal promete fotografias da vida selvagem” (Gateway, 2014, p. 20). Ou ainda, “explorar emocionantes estradas naturais de cascalhos, como a Transpantaneira”, “participar da pesca de piranhas (...) [e] ir a um safári fotográfico” (Best Of, 2014/2015, p. 127).

A Ilha Bela é promovida como o destino “com condições ideais para a natação e esportes aquáticos de quase todos os tipos, tais como vela, *windsurf*, mergulho etc.” (Ruppert, 2014, p. 20). Jericoacoara, localizada no Ceará, é considerada “uma das melhores áreas do mundo para [a prática de] *windsurf*, *kit*” (Ruppert, 2014, p. 4-5) e, ainda, “um aventureiro passeio de Jipe” (Gateway, 2014, p. 34). Fernando de Noronha é “uma das melhores áreas do mundo para mergulho” (Ruppert, 2014, p. 53). E Bonito, “na Serra da Bodoquena, com altas cachoeiras, garganta profunda, cavernas e rios de águas cristalinas, [são lugares] ideais para a prática de *snorkeling*” (Gateway, 2014, p. 4).

Aos turistas são assegurados múltiplas possibilidades de aventura em ambientes naturais, desde as clássicas atividades desportivas em “bicicleta pelo Rio de Janeiro, rapel em cachoeiras, *rafting* no Rio das Ostras, *trekking* na Chapada Diamantina e capoeira em Salvador” (Aventoura, 2014, p. 23), até as mais exóticas aventuras na “floresta quase impenetrável da

Amazônia”, em “trilhas com onças-pintadas, para descobrir o lado selvagem do Brasil”. Contudo, as atividades são “guiadas por líderes indígenas” (Explorer, 2014/2015, p. 246).

As operadoras de viagens descrevem as peripécias que os visitantes poderão experimentar em Galinhos, no qual “o cenário é selvagem e inóspito, e parte do litoral é impraticável, mesmo de 4x4 (...), belas paisagens, calor seco, trilhas, com cactus e abutres, numa viagem de aventura” (Terre Voyages, 2013/2014, p. 21). Em Itacaré “a natureza generosa e intocada: floresta luxuriante, praias selvagens, cachoeiras, manguezais (...). O litoral é uma sucessão de praias e morros cobertos por florestas e coqueiros. É um cenário perfeito para esportes de aventura” (Terre Voyages, 2013/2014, p. 15).

Atendo-se a codificação da experiência, são apresentados aos visitantes cenários ideais à prática de esportes aquáticos:

Fernando de Noronha é um arquipélago formado por 21 ilhas (...) o mar é ideal para a prática de mergulho e *snorkeling*. Durante a sua estada você poderá fazer passeios ao mar, onde encontrará golfinhos, tartarugas marinhas, peixes, corais (Press Tours, 2013, p. 43).

Fernando de Noronha (...) se tornou Patrimônio Natural e oferece um dos melhores cenários do mundo para a prática de esportes (Dimensioe Turismo, 2013/2014, p. 21).

Florianópolis (...). É um paraíso para os amantes de *surf*, vela e pesca (...) (Dimensioe Turismo, 2013/2014, p. 13).

Em Natal, aliam-se os atrativos naturais a prática de esportes. Assim, “a presença de inúmeras praias de areias brancas quase desertas, piscinas naturais, boas ondas para a prática de *surf*, dunas, coqueiros e o verão que dura o ano todo, fazem desta cidade uma localidade turística ideal para umas férias relaxantes” (Press Tour, 2013, p. 24). Ademais, para a operadora de viagens Dimensioe Turismo, Porto de Galinhas “tornou-se um dos destinos mais populares do Brasil. As paisagens paradisíacas (...) fazem deste lugar um destino ideal para quem quer relaxar e praticar esportes como o surf e o mergulho” (2013/2014, p. 24).

São igualmente ostentados uma multiplicidade de atrativos radicais em ambientes naturais:

O dia em Canoa Quebrada é rico em possibilidades de passeios a cavalo, passeios de barco típicos de vela, caminhadas, passeios de *buggys* ou talvez *kitesurf* e *windsurf* ou mesmo em vôos com o paraquedas suspenso entre as correntes constantes, ao longo de quilômetros de praias desertas entre mar, falésias e dunas (Press Tours, 2013, p. 46).

Pipa (...) a bordo de um emocionante *buggy* 4x4 ao longo do litoral Sul de Natal (Dimensioe Turismo, 2013/2014, p. 2).

Cumbuco (...) caracterizado por dunas, lagoas, *surf* na areia e andar nas dunas de areias com *buggy* (Master Explorer, 2014/2015, p. 12).

Neste contexto, o turista que visitar o Rio Grande do Norte poderá, em Natal, aproveitará “imperdíveis (...) passeios de *buggys* (...) com diversão e adrenalina garantidas (...). Passeios em dromedários (...) aerobunda” (Exótico Tour, 2012, p. 16). Em Genipabu poderá praticar o “esquibunda, onde os visitantes descem as dunas em cima das pranchas de madeira até cair na lagoa” (Sol Férias, 2013, p. 4). Já em Pipa “além do *surf*, a praia oferece atrações como: passeios de barcos, *buggys*, caiaque, a cavalo, caminhadas e *rally* pelos caminhos da Mata Atlântica (...). Existe também a possibilidade de avistar golfinhos ou tartarugas na praia” (Exótico Tour, 2012, p. 19).

Em Jericoacoara “o vento também proporciona ondas calmas e a prática de desportos como o *kitesurf* e o *windsurf*” (Sol Férias, 2013, p. 4). Como tal, Cumbuco apresenta “uma série de opções de lazer, com passeios de *buggy*, banho na Lagoa Parnamirim ou de jangadas em alto mar, conduzidos pelos próprios pescadores da região” (Nor Travel, 2013, p. 4).

Na Bahia, o mesmo acontece na Praia do Forte, na qual “atrativos turísticos e naturais não faltam, propiciando aos visitantes dias repletos de emoção e aventura, descobrindo, por exemplo, no mergulho livre (*snorkell*) a exuberante fauna marinha” (Exótico Tour, 2012, p. 25). No entanto, para conhecer a região da Chapada Diamantina é necessário mais que o tempo, é preciso um “verdadeiro espírito de aventura, para andar em trilhas, escalar morros, atravessar matas e alcançar locais incomparáveis, cuja beleza só pode ser descrita com os próprios olhos” (Abreu Viagens, 2014/2015<sup>a</sup>, p. 57).

Experimente o enorme prazer de caminhar entre as trilhas da Mata Atlântica, observar as inúmeras espécies de fauna e flora, desfrutar de banhos de cachoeira (...) enfim, sentir a enorme paz que a natureza, em todo o seu esplendor, oferece! (Abreu Viagens, 2014/2015<sup>a</sup>, p. 56).

No Rio de Janeiro a experiência turística é igualmente codificada:

(...) saída do hotel para realizar um pequeno *city tour* por muitos monumentos arquitetônicos da cidade, como o Sambódromo e a Catedral Metropolitana. Chegada ao Pão de Açúcar (...). Continuação da visita ao Corcovado, uma das maiores atrações turísticas do Rio de Janeiro. Subida em comboio elétrico para chegar a estátua do Cristo Redentor, um dos mais belos monumentos de estilo *Art Noveau* da cidade (Iberojet, 2012, p. 10).

#### 4.4.3. Cartografia social humana

##### a) Estilo de vida e comportamento: um povo efusivo, erótico e abençoado

A miscigenação racial é apresentada como forte componente da diversidade cultural do país, considerado uma “das nações mais multicultural e etnicamente diversas do planeta, resultado da forte imigração vinda de muitos países” (Exótico Tour, 2012, p. 4). Neste sentido, as operadoras de viagens associam a mistura de raças ao caráter efusivo do povo brasileiro: a “mistura de raças fez do Brasil um país com cultura rica e, ao mesmo tempo, única, com povo alegre, aberto e hospitaleiro” (Sol Férias, 2013, p. 3). O comportamento do povo é, em muitos momentos, explicado pela “mistura do português, africano e as influências indígenas”, que concede um caráter próprio e manifesta-se no estilo de vida da população brasileira (Aventura, 2014, p. 4).

A operadora de viagens Abreu Viagens corrobora a ideia e descreve o país como uma “miscelânea de povos, crenças e religiões. O Brasil é mais que um país, é um continente, no qual seus sentidos navegam entre hospitalidade de um povo de bem com a vida, a beleza das suas praias e a folia do carnaval e samba”. Aos atributos descritos juntam-se, ainda, “todas as cores, todos os sabores, ritmos e sensações” em um local “agradável e apetecível” para ser visitado. Sem embargo, o Brasil é apontado como “um verdadeiro tratado de sentidos” (Abreu Viagens, 2014/2015<sup>a</sup>, p. 5). As operadoras de viagens enfatizam o estilo de vida da população brasileira: “mudam os sotaques, permanece a alma generosa, aberta e corajosa de domadores da terra e das dificuldades”. O brasileiro típico é, na verdade, “um estado de espírito, que ganha corpo nos vários modos de vida regionais dos brasileiros” (Nor Travel, 2013, p. 2). Aliás, o estilo de vida expansivo e o comportamento erotizado do povo brasileiro são apresentados como os melhores traços do país:

Alegria, praias, aventura, beleza, festa, ritmo, carnaval, natureza, futebol, sensualidade e tudo se resume em uma só palavra, paixão... Paixão pela música e festas, pelas belezas de suas infinitas praias virgens, no amor pela folia e deboche de seu carnaval, pela vida entendida como felicidade (Travelplan, 2014/2015, p. 18).

O Rio, flutua ao sabor da liberdade e da paz (...) as meninas são lindas (...). Juventude dourada (...) população diversificada de todas as idades, em um ambiente muito descontraído (Du Monde, 2014, p. 8,10).

A atmosfera das ruas, a simpatia dos cariocas que cuidam da estética corporal, quem sabe para se harmonizarem com o ambiente, produz admiração saudável. Suas famosas praias de Copacabana, Ipanema e Leblon fazem, juntamente com o colorido de vários banhistas, sua vida na areia, sem desmerecer os futuros futebolistas e jogadores de vôlei que as usam

como campo de competição; passantes, espectadores, vendedores dentro e fora, um ambiente de vida alegre e descontraído. Enfim, uma cidade única que nunca decepciona (Politours, 2014/2015, p. 142).

Do mesmo modo, também o ritmo e a alegria descrevem os baianos: “Bahia, a maior explosão de alegria (...) o maior surto de alegria” (Ruppert, 2014, p. 13) e Salvador, “com seu sabor característico, ritmo empolgante e absolutamente contagiante alegria de viver dos seus habitantes” (Gateway, 2014, p. 8). De acordo com as operadoras de viagens, Salvador e Fortaleza conseguem transformar tudo em festa:

Salvador consegue transformar tudo em festa. Tem a festa dos sabores do tabuleiro da baiana, a festa dos ensaios abertos dos blocos, a festa do Candomblé e da devoção cristã, a festa do pôr do sol no Farol da Barra, do artesanato, do patrimônio arquitetônico, das regatas, das festas dos intelectuais e artistas baianos que ganham o mundo (...). Só mesmo Salvador para ter a maior festa popular já vista em todo o mundo (Sol Férias, 2013, p. 4).

Sol e festa sintetizam de forma perfeita a essência de Fortaleza: o sol brilha nos 25 km de praias e a festa é o estado natural permanente do povo e da cidade de Fortaleza (...). Alegria, hospitalidade, natureza privilegiada, excelentes restaurantes para degustar uma lagosta, animada vida noturna (...) são razões para conhecer esta terra (Travelplan, 2014/2015, p. 50).

Logo, o carnaval de Salvador é constituído por

(...) blocos afro-baianos (...) unidos internamente pela cultura negra, tem na plasticidade de suas coreografias, nas belezas de suas fantasias e no repicar dos tambores suas grandes marcas. Seus desfiles trazem sempre uma devoção à mãe África, mesclada de incansáveis protestos sobre a situação do negro ainda hoje. Culturalmente eles representam a força viva da negritude na Bahia, e o carnaval é a forma mais pungente de fazer ecoar seu grito de liberdade (Exótico Tour, 2012, p. 22).

Na tentativa de demonstrar um ambiente descontraído, acolhedor e permissivo, as operadoras de viagens sublinham a “eterna atmosfera de festa e boa onda dos cariocas”. O Rio de Janeiro é definido pela “hospitalidade de um povo de bem com a vida, a beleza das suas praias e a folia do carnaval e do samba” (Abreu Viagens, 2014/2015<sup>a</sup>, p. 92, 5). O carioca é uma “pessoa alegre e amável e por isso os dias têm tudo para ser dias especiais” (Abreu Viagens, 2013/2014, p. 3). O visitante deverá “deixe-se levar pelo ritmo que esta cidade tem a oferecer” (Ruppert, 2014, p. 11), pois “poucas cidades no mundo têm ingredientes necessários para transformar a vida numa festa: praias, cerveja gelada, boa comida, futebol, pessoas belas e agradáveis” (Press Tours, 2013, p. 30). O carnaval do Rio de Janeiro representa uma



explosão geral da alegria carioca. Uma festa que reúne emoções, criatividade, plasticidade, cores, sons e muita fantasia (...). Registro único da mistura que forma a cultura brasileira; (...) e no *Réveillon*, moradores e visitantes confraternizam contagiados pela mesma euforia: estar no Rio de Janeiro (Exótico Tour, 2012, p. 5).

A cidade não só “tem humor”, mas o visitante se “sentirá em casa assim que pisar na terra abençoada pelo Cristo Redentor”. Além disso, a cidade é “alegre, descontraída e fácil de amar”, e o visitante é convidado a amar o Rio, pois “como sempre acontece, será amor a primeira vista” (Sol Férias, 2013, p. 4, 25).

Da mesma forma, a “hospitalidade do seu povo” e as festividades tornam o Recife ainda mais atrativo: “é uma festa para todos os sentidos” (Sol Férias, 2013, p. 20). As operadoras de viagens associam o Recife à musicalidade dos ritmos carnavalescos, na mistura racial e nas influências da cultura africana: “no animado carnaval (...) na virada de domingo para a segunda-feira acontece a noite dos Tambores Silenciosos, no Pátio do Terço, onde Maracatus homenageiam os escravos em cativeiros” (Exótico Tour, 2012, p. 32).

Não menos emblemática são as descrições sobre Búzios: “imagine uma rua onde as pessoas se sintam em liberdade e o tempo seja imperceptível. A rua, à noite, transforma-se no centro de agitações da cidade” (Exótico Tour, 2012, p. 13). Ademais, para a operadora de viagens Abreu Viagens “quem vive em Búzios é naturalmente feliz” (2014/2015<sup>a</sup>, p. 100). Em síntese, para a operadora de viagens Nor Travel, o Rio de Janeiro produz marcas no visitante: “quem parte, além das recordações, dos sabores e da música, traz consigo um sentimento de saudade, e não é por acaso que o símbolo da cidade está de braços abertos” (2013, p. 18).

#### **b) Um sincretismo religioso: misticismo e magia**

Nomeadamente no que se referem às crenças e religiões, as operadoras de viagens descrevem os rituais místicos provenientes da África, formando um cenário exótico e convidativo: “hoje é sábado e [encontramos] uma mulher negra vestida de branco, orando a seu Orixá, Iemanjá, deusa da fertilidade, mãe do mar e de todas as divindades do Candomblé”. Logo, é apresentada uma outra visão da vida e do tempo, na qual o visitante deverá “esquecer o relógio”, pois “as coisas acontecem no seu próprio tempo (...), nada é planejado, tudo é possível acontecer. A verdadeira impressão do Novo Mundo” (Du Monde, 2014, p. 47).

No entanto, para as operadoras de viagens é exatamente na Bahia que “a alma do Brasil (...) está mais viva”. Aqui, “religiões africanas, ritmos pulsantes e forte amor à vida funde-se num colorido e energético *cocktail*” (Ruppert, 2014, p. 62). Assim, as operadoras de viagens

convidam o visitante a voar “para o coração africano do Brasil” e experimentar “os sentidos fascinantes de Salvador da Bahia” (Gateway, 2014, p. 10). Em Salvador “os mistérios do Candomblé, da Macumba e as outras regiões afro-brasileiras combinam com a beleza natural do país e do povo, que transmitem energia, imaginação e vontade de viver” (Press Tour, 2013, p. 2). Além disso, o comportamento irreverente e místico do baiano é justificado pelas influências africanas:

Você poderá sentir as influências africanas nos ritmos e danças, incluindo a Capoeira, dança e luta inventada pelos escravos. Os vestidos brancos típicos das baianas e os seguidores da religião Candomblé, dão à cidade uma atmosfera especial e mística. A cozinha regional, com seus temperos exóticos e numerosos e interessantes ritos e festivais, completam o conjunto (Gateway, 2014, p. 24).

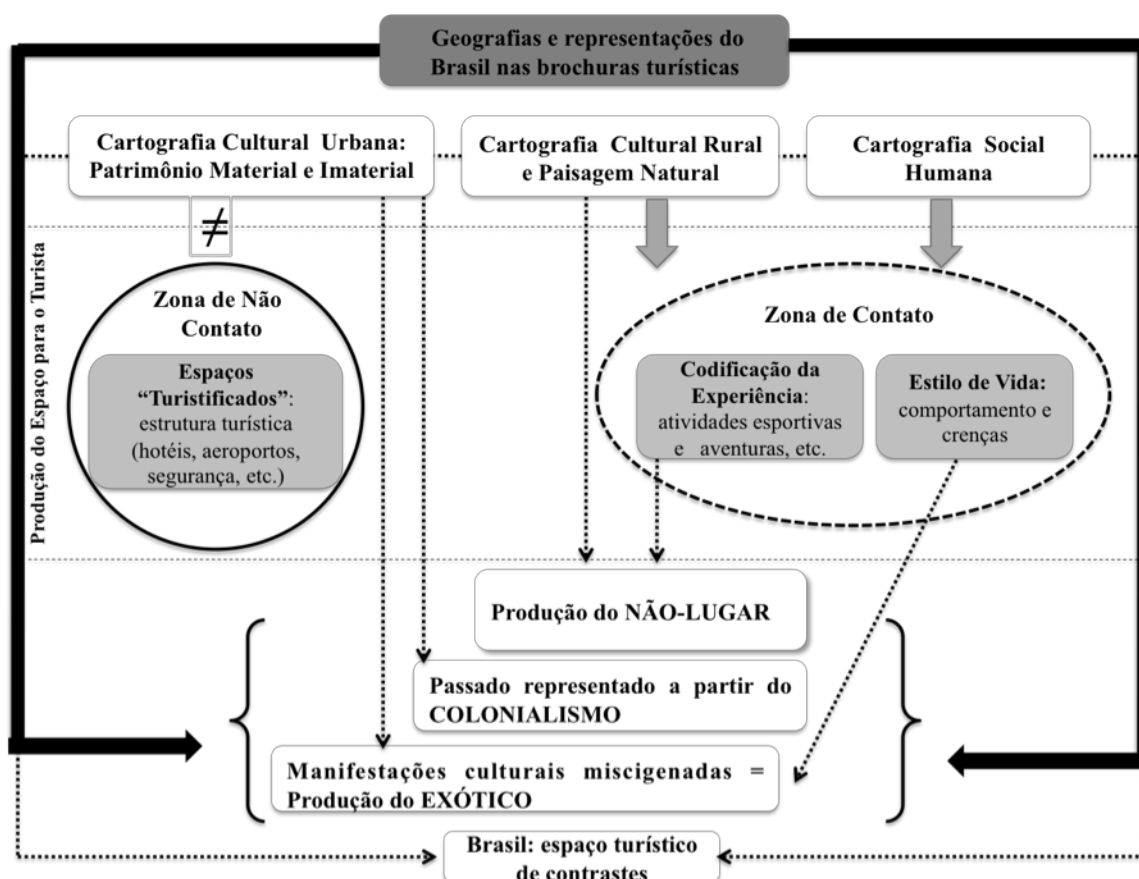
Apesar de poucas referências, o legado outorgado pela Igreja Católica está vigente na promoção de alguns destinos brasileiros: em Pipa, é ofertado visita “a capela dos Mártires de Cunhau, os únicos brasileiros beatificados pela Igreja Católica” (Iberojet, 2012, p. 10). Em Belém, as manifestações culturais e religiosas têm como “ponto mais alto o Círio de Nazaré” (Sol Férias, 2014, p. 5), e no Rio de Janeiro, Cristo é a “imagem da fé e simpatia do povo carioca e brasileiro” (Exótico Tour, 2012, p. 5). Já em Salvador, celebra-se tanto “a festa do Candomblé”, como a “devoção cristã”, “sem falar nos patuás: amuleto simbólico do sincretismo e da grande diversidade religiosa do povo soteropolitano”. Em João Pessoa, a “devoção ainda nos dias de hoje é bastante forte”; sem embargo, “o profano também tem seu valor” (Sol Férias, 2014, p. 4-5). O Santuário de Bom Jesus de Matosinhos, localizado em Congonhas do Campo, é um destino de “peregrinação e misticismo”, que “simboliza a união da arte com a fé” (Clio, 2014, p. 5). Aliás, o misticismo e sincretismo religiosos oferecem ainda mais exotismo aos destinos brasileiros:

Candomblé culto à tolerância (...) resgatado da África, os primeiros escravos africanos importados adoravam os Orixás, Deuses, cada um associado a um elemento natural (...). Os Orixás foram convivendo secretamente com os Santos Católicos. Desde a abolição da escravatura, apesar da censura política, o Candomblé está ganhando terreno. Há cerca de 2.500 terreiros em Salvador. Cerimônias (canto, dança, transe) dirigido pelo “Pai Pote” (...) com a mistura de crenças africanas, rituais católicos e indígenas. Eles são abertos a todos, sem discriminação (Du Monde, 2014, p. 48).

#### 4.5. Mapa conceitual da representação do Brasil nas brochuras turísticas analisadas

Conforme apontado anteriormente, nas representações do Brasil nas brochuras turísticas aqui analisadas, são evidentes os modos de construção da imagem turística do país, configurados em cartografias que envolvem os destinos e desenham específicas paisagens: culturais rurais e naturais, espaços de cultura urbana e, ainda, representações de aspectos sociais e humanos. Assim, considerando que cada espaço cartografado fornece um conjunto de referências como suporte dos discursos turísticos, a figura 11 apresenta o mapa conceitual que procura sistematizar e resumir as representações do Brasil nas brochuras turísticas alemães, italianas, francesas, espanholas e portuguesas.

Figura 11 - Mapa conceitual: geografias e representações do Brasil nas brochuras turísticas alemães, italianas, francesas, portuguesas e espanholas



No que diz respeito à cartografia da cultura urbana, o patrimônio material e imaterial assumem representações distintas. Enquanto o colonialismo europeu exerceu grande influência na arquitetura, nas artes e na civilização do Brasil, a miscigenação racial é apresentada como forte componente da diversidade cultural do país. Nesta ótica, a História do Brasil é narrada a partir

da Europa, sendo fortemente remanescente da época colonial. Dentro deste espaço de representação, a modernidade não chegou e o patrimônio manteve-se imune a qualquer forma de progresso além daquele ofertado pela missão civilizadora europeia, salvo as estruturas de lazer reservadas ao visitante. Aqui, os visitantes são incentivados, de muitas maneiras, a testemunhar as experiências outrora vividas pelos exploradores e a maravilharem-se com os vestígios civilizatórios da colonização. Desta forma, a busca pelo familiar e seguro vai além do patrimônio material cristalizado, mas perpassa a oferta de atividades e a produção de espaços “turistificados”, ou seja, exclusivos ao visitante e pautados na própria cultura europeia, resultando na produção de zonas de não-contato com a cultura local.

Por outro lado, as manifestações culturais atuais e as comunidades que habitam as paisagens sociais humanas são produtos de um passado miscigenado harmonioso e assumem o papel de exóticos ornamentos turísticos. Aqui, a busca pela autenticidade pauta-se em manifestações culturais estereotipadas do Outro exotizado e diferente, nas quais o visitante assume a posição de espectador. Além disso, a miscigenação racial é também associada ao comportamento erotizado do povo brasileiro tornando o discurso erotizado como marca distintiva da sociedade brasileira.

Já as paisagens culturais rurais e naturais são marcadas por um conjunto de referências relacionadas com a natureza intocada e ao ambiente edênico, evidenciando a pluralidade de atrações naturais capazes de satisfazer as expectativas do potencial visitante. São espaços perfeitos para a realização de roteiros de exploração e aventura, sugerindo a fuga para a liberdade paradisíaca do Outro lugar. Entretanto, apesar das múltiplas atrações, prevalecem as atividades coordenadas pelas próprias operadoras de viagens. Logo, tem-se a transformação das paisagens culturais rurais e naturais em espaços de lazer encenados – “não-lugares” (Augé, 1994), conforme discutido anteriormente.

Assim como as paisagens culturais rurais e naturais, os espaços sociais humanos produzem, apesar de reduzidas, “zonas de contato” (Pratt, 1999) através das atividades de lazer (codificadas), mas sobretudo através do estilo de vida sociável do povo brasileiro, usados em muitos momentos para atrair o visitante. No entanto, a diferença é, aqui, enfatizada através de contrastes sociais, da falsa ideia luso-tropicalista de democracia racial e liberdade sexual e, sobretudo das manifestações culturais miscigenadas.

Por fim, embora o Brasil apresenta alguns surtos de modernização, principalmente para receber os visitantes, no geral, as cartografias e paisagens de representação do país nas

brochuras turísticas, o enquadram em contextos de contrastes de muitas ordens. Observa-se que as representações reproduzem e reforçam discursos coloniais ao destacar os binarismos hierárquicos centro *versus* periferia, desenvolvido *versus* atrasado etc. (Said, 2007), dentro da própria estrutura sócio-cultural. Neste caso, as cartografias sociais humanas e as paisagens naturais, enquanto espaço de diferença e exotividade, são atribuídas o atraso. Já ao patrimônio material relacionado diretamente com a colonização, relaciona-se à algum tipo de desenvolvimento.



### **Considerações finais, limitações e recomendações**

No contexto do atual quadro de globalização, problematizar questões relativas ao turismo possibilita refletir sobre conteúdos relacionados às identidades, fronteiras, alteridades e, principalmente, as relações de poder estabelecidas entre os países emissores de turistas e os destinos receptores. Isto porque, embora, o colonialismo político formal não seja mais uma realidade na maior parte dos países do mundo, ainda prevalecem desníveis de poder econômico e ideológico, afetando a forma como as sociedades e os indivíduos se relacionam entre si (Brito-Henriques, 2014). De outro modo, ainda que muitos países considerem o turismo como uma alternativa para o crescimento econômico, ele pode ser apontado também, em certos casos, como uma nova forma de imperialismo (Nash, 1989), visto que reflete padrões de relação de domínio e poder entre as nações centrais e as periféricas (Sinclair-Maragh & Gursoy, 2015).

Além disso, a viagem moderna parece constituir-se como válvulas de escape para os modos de vida da contemporaneidade, enquanto os destinos turísticos passaram a ser representados como espaços de liberdade e renovação individual, física e/ou mental, não apenas através da alteração de rotinas, mas como fuga à vida monótona e alienante produzida pela modernização. No entanto, a produção de diferença parece ser mais inédita em locais “intocados” pela civilização moderna, no qual se possa regressar a uma espécie de passado imaginativo não tocado pela “civilização”, ainda que temporariamente, permitindo vivenciar um estado de simplicidade e pureza, a fim de restaurar uma relação de proximidade com a natureza (Cordeiro, 2010). Sendo assim, a procura pelo diferente, extraordinário e autêntico, transformam os destinos em palco de encenação turística, com o propósito de produzir algum grau de estranhamento tão desejado pelo visitante.

No âmbito da promoção turística, as representações predominantes em relação aos países do “Terceiro Mundo” reproduzem formas coloniais de discurso, destacando os binarismos entre os países industrializados e os países em condições pré-modernas. Muitas vezes, tais representações referem-se aos destinos tropicais como verdadeiros paraísos naturais, nos quais os nativos se encontram disponíveis a atender todas as necessidades dos viajantes, invocando, assim, relações assimétricas entre antigos colonizadores e colonizados. Em outros casos, ecoam uma versão nostálgica do período colonial, em que o mundo não-ocidental era visto como exótico, indomável e dependente. De qualquer forma, o regresso ao passado histórico cristalizado é uma realidade recorrente e corresponde a falta de modernização daqueles

destinos, por oposição ao Ocidente moderno, civilizado e desenvolvido (Echtner & Prasad, 2003).

No caso do Brasil, foi possível constatar, a partir da questão de investigação que as representações carregam as marcas do passado colonial exotizado, realidade que, muito antes da promoção turística, já atravessava as diversas formas de expressão cultural do próprio país. O conjunto de narrativas utilizadas na representação do Brasil, ao longo de séculos, faz parte das relações construídas sob a ótica do Outro exotizado, corroborando a superioridade do colonizador, uma vez que este sempre manteve-se na invariável posição de civilizador. Assim, as relações e representações do Brasil e dos seus Outros foram frequentemente atravessadas por associações de poder e de dominação, reforçadas, na maioria das vezes, pelo binarismo entre colonizado e colonizador.

À luz dos Estudos Culturais e da teoria pós-colonial, o presente estudo propôs-se responder à principal questão norteadora: de que forma a imagem do Brasil em panfletos turísticos que o promovem na Europa está condicionada pela mercantilização e exotização? Outras questões também guiaram o estudo: como o Brasil construiu, ao longo de séculos, o próprio discurso produzido para “exportar” a sua própria imagem? É possível identificar cartografias ou paisagens distintas na representação do Brasil? De que forma cada país europeu participante da pesquisa representa o Brasil nas brochuras turísticas? Existem semelhanças e discrepâncias na promoção do Brasil entre os países escolhidos como objeto da pesquisa? De que forma a representação do Brasil não apenas reflete as relações de poder dentro de uma estrutura mundial binária e hegemônica (entre o Ocidente, moderno, desenvolvido, civilizado, racional e o Oriente, atrasado, subdesenvolvido, selvagem e irracional), como também contribui para a manutenção de novas formas ideológicas de colonialismo? E, por fim, como a representação do Brasil nos países analisados exerce uma função de espelho, refletindo, ainda hoje, o próprio “eu” colonial dos países europeus emissores de turistas para o Brasil, selecionados como objeto desta investigação?

Colocada a questão central da pesquisa, a análise centrou-se no conteúdo textual e visual das brochuras de promoção turística distribuídas pelos cinco principais países europeus emissores de turistas para o Brasil: Alemanha, Itália, França, Espanha e Portugal, nos anos correspondentes às temporadas 2012/2013 e 2014/2015. No entanto, apesar do objeto de estudo desta investigação tratar brochuras promocionais dentro do contexto turístico, a contribuição da pesquisa vai além, uma vez que procurou, de forma crítica, buscar as raízes



históricas e culturais da representação do Brasil. Neste sentido, o trabalho integrou-se na discussão teórica mais vasta sobre a ideologia do colonialismo, com a qual a representação do país encontra-se indissociavelmente relacionada.

Logo, se reconheceu a necessidade de reflexão sobre a formação da imagem do Brasil ao longo dos séculos. Assim, buscou-se aprofundar a gênese do conceito de paraíso sistematicamente atribuído ao Brasil, mais especificamente a sua relação de espelho com o Novo Mundo, percebida nos primeiros documentos sobre o Brasil desde o “Descobrimento”: a *Carta de Pêro Vaz de Caminha*, a *Relação do Piloto Anônimo*, a *Carta do Mestre João Farás*, as narrativas dos missionários jesuítas, os relatos dos cronistas e historiadores portugueses, os relatórios dos viajantes e cientistas estrangeiros, que desembarcaram no país durante o período colonial, entre outros registros.

No entanto, se no primeiro momento a extensão portuguesa no além-mar foi comparada ao Jardim das Delícias, legitimada pela Bíblia e pelos reis católicos, com o tempo, os Trópicos passaram a ser um local inóspito e insalubre, principalmente a partir da propagação dos modelos científicos darwinistas e deterministas. Neste sentido, exploraram-se as narrativas dos naturalistas e cientistas europeus que passaram pelo país, procurando revelar como os discursos desfavoráveis sobre a natureza tropical, desde cedo, atribuíram ao Brasil a posição de periferia do mundo civilizado, bem como colocaram a Europa como centro civilizador. Do mesmo modo, os costumes indígenas e as tradições africanas, associados a condição de povo mestiço, cristalizaram uma singularidade negativa e um sinal de degeneração, que passou a ser constitutivo dos discursos sobre o Brasil.

Abordou-se, ainda, o percurso histórico que conduziu à “invenção” da(s) identidade(s) brasileira(s), refletindo os interesses, primeiramente da metrópole e, mais tarde, de uma classe dominante profundamente articulada com a ideologia imperialista. Aqui, a reflexão perpassou a intelectualidade nacional que, na tentativa de criar uma identidade para o país, forjou a “fábula das três raças” (DaMatta, 1986). No entanto, a glorificação do índio como “bom selvagem” se fez em detrimento do reconhecimento do negro, enquanto ao branco reservou-se a posição de agente civilizador da História.

Neste contexto, foi possível identificar os principais autores que, sob uma matriz europeia, não apenas consideraram o determinismo científico na formação do caráter nacional brasileiro, como estabeleceram o atraso do país pela presença de vestígios afro-indígenas:

Azeredo Coutinho, José de Alencar, Sílvia Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, José de Oliveira Viana, Paulo Prado e outros.

Gilberto Freyre procurou produzir um deslocamento da problemática racial para o âmbito cultural, mas apesar do aparente distanciamento com as teorias raciais, frequentemente empregadas até aquele momento, a ideia de sociedade culturalmente híbrida e harmônica não significou igualdade entre os diferentes grupos étnicos. Ao contrário, sob a perspectiva da camada social dominante permaneceram intocados os conceitos de superioridade e inferioridade da raça, particularmente sublinhados em *Casa-grande & Senzala* (Freyre, 1933).

Com efeito, somente a partir de 1930 o Estado começou, efetivamente, a se preocupar com a gestão da representação do país no exterior. Por esta época, além da imagem idílica da natureza, verificou-se que a vertente da democracia racial foi frequentemente invocada nos discursos oficiais. No entanto, não escaparam as antigas teorias racistas, posto que ao negro foram atribuídas as manifestações culturais exotizadas, ao branco (de origem europeia) a civilidade apresentada por meio do patrimônio edificado e ao índio a conservação das paisagens naturais. Explorou-se também a cordialidade atribuída ao povo brasileiro e a figura da mulher brasileira sistematicamente erotizada, contribuindo para o fetiche e o exotismo da mistura harmoniosa de raças.

Foi, assim, possível verificar que a representação do Brasil sempre refletiu as relações de poder dentro de uma estrutura mundial binária e hegemônica, na qual ao Ocidente foi reservada a posição de civilizado, moderno e racional, ao passo que o Oriente apresentou-se sempre como espaço primitivo, atrasado e irracional. Embora o Brasil não esteja localizado no Oriente, uma suposta “orientalidade” pode ser encontrada no âmbito de sua representação imaginativa e cultural. Decerto, as narrativas de viagens de autores estrangeiros, a literatura colonialista e a produção textual nacional, encarregaram-se de difundir as teorias de superioridade europeia. O estado intocado da natureza, a mestiçagem e, conseqüentemente, a exotização da cultura, atribuíram ao país a condição de atraso e, portanto, dependente da ação civilizadora europeia.

Por outro lado, a análise de conteúdo procedida através das brochuras turísticas alemãs, italianas, francesas, espanholas e portuguesas, permitiu acessar as representações simbólicas envolvidas na percepção do Brasil como um Outro, quer no que respeita aos conteúdos textuais, quer nas mensagens visuais. Já a abordagem empregada a partir do recurso da semiótica visual forneceu a chave de interpretação dos significados e simbolismos gerados pelas mensagens visuais.

Sob esta perspectiva metodológica, foi possível identificar o que se designou indistintamente, por cartografias ou paisagens culturais imaginativas nas representações do Brasil, centradas em três dimensões: cultura urbana, cultura rural e paisagem natural, social humana. Em linhas gerais, as cartografias ou paisagens forneceram um conjunto de referências responsáveis pela caracterização dos destinos: a cartografia da cultura urbana vinculou-se diretamente com o patrimônio material, as manifestações culturais e os espaços “turistificados” que suportaram a atividade; a cartografia da cultura rural e a paisagem natural relacionaram-se com a forma como a natureza foi apresentada e as múltiplas possibilidades do visitante vivenciar experiências; já a cartografia social humana ligou-se ao comportamento e estilo de vida do povo brasileiro.

No caso específico das brochuras turísticas alemãs, a análise das mensagens visuais e textuais dentro das cartografias imaginativas de representação do Brasil possibilitou verificar que a reprodução de uma certa “mesmidade” encontrada em múltiplas regiões do globo (como colonial, icônica, encenada e espetacular) resultou na produção de um “não-lugar” (Augé, 1994). Ou seja, nas brochuras turísticas alemãs investigadas, tudo se passa como se o tempo tivesse cristalizado o patrimônio material, não tendo o país qualquer outra história para além daquela produzida pela colonização. Aqui, a cartografia social humana funcionou como marcador étnico na construção do Outro exotizado, distintivamente diferente do “eu”. O familiar e o seguro receberam destaques nas brochuras alemãs, uma vez que foram insistentemente apresentados espaços “turistificados”, certificações internacionais e a reprodução de ícones mundiais, na tentativa de legitimação do valor e importância dos destinos promovidos.

Em relação às brochuras turísticas italianas, o exame das mensagens textuais e visuais possibilitou verificar que as manifestações culturais miscigenadas, em conjunto com a apresentação de paisagens naturais em estado “bruto”, bem como a exploração do corpo da mulher brasileira, resultaram na produção do exótico erotizado. Já a comercialização de espaços “turistificados” e experiências codificadas para efeito, visaram produzir não apenas uma “bolha protetora” para o turista, mas sobretudo evitaram qualquer contato com a cultura local, transformando também o Brasil em um ambiente similar a qualquer outro destino sol e praia, ou seja, em um “não-lugar” (Augé, 1994).

No que se refere às brochuras turísticas francesas, a exploração do seu conteúdo possibilitou verificar que a busca por culturas absolutamente diferentes da própria resultou na produção de

representações como tal exotizadas. Concluiu-se que as brochuras exploram a vontade de experimentar o Outro, diferente e exótico, utilizando práticas de significação institucionais para promover uma apresentação, muitas vezes, redutora dos lugares e das pessoas, enquanto mero espetáculo de entretenimento.

À semelhança das brochuras turísticas italianas, o conteúdo promocional das congêneres espanholas também explorou a exotização, tipicamente procurada nos paraísos naturais periféricos e culturalmente miscigenados, transformando os destinos em palco de encenação turística com o propósito de produzir o estranhamento que se tornou uma “mercadoria” que o visitante possa adquirir. Por outro lado, o passado histórico representado sob a perspectiva do colonialismo, as certificações internacionais responsáveis pela legitimação de valor dos destinos, além do pouco contato com a cultura local e a excessiva comercialização de espaços próprios do turista, geraram um destino similar a qualquer outro destino periférico, ou seja, mais uma vez produziram um “não-lugar” (Augé, 1994).

Já a análise textual e visual das cartografias imaginativas de representação do Brasil nas brochuras turísticas produzidas em Portugal, permitiu encontrar as representações que, há muito circunda o imaginário português. Neste caso, apesar da forte presença do “eu” colonial, não ocorreu um forte apelo a produção do Outro. Ao contrário, a imagem do Brasil encontrou-se fortemente marcada pela produção do igual. Isto é, para os portugueses o Brasil funciona como uma espécie de extensão ou espelho do próprio lugar. A familiaridade com a respectiva história colonial dispensa a necessidade de legitimação por parte de certificações internacionais ou a validação através de ícones internacionais.

Desta forma, a representação do Brasil nas brochuras turísticas apresentaram similaridades e diferenças entre os países investigados. De maneira geral, o passado histórico ligado ao colonialismo perpassou em todos os países analisados. Sob esta perspectiva, o Brasil encontra-se na condição de país pré-moderno nas brochuras turísticas analisadas e, ainda, usufrui a civilização ofertada pela colonização europeia. Respectivamente à França e à Itália, além do contexto colonial, houve um interesse, mesmo que sutil, pelo desenvolvimento do país após sua independência de Portugal. Além disso, verificou-se um consenso no material analisado no que refere-se à representação da paisagem natural, posto que todas as brochuras remeteram-se para a reprodução da antiga crença de ali se localizar o paraíso. Neste caso, à diversidade e exuberância das paisagens naturais intocadas, juntaram-se, ainda, as manifestações culturais miscigenadas, corroborando a percepção do exotismo por parte do turista.

No entanto, se por um lado, o Brasil foi representado como um destino exótico na totalidade das brochuras turísticas, por outro, os espaços “turistificados” e as experiências codificadas, tiveram como objetivo proporcionar a segurança e o conforto, aos quais os visitantes estão acostumados, principalmente em relação às brochuras alemães e portuguesas.

Entre as principais diferenças, destacaram-se as formas de contato com a cultura dos destinos. As brochuras turísticas alemães e portuguesas não demonstraram aprofundamento na cultura local brasileira. As representações ligaram-se às manifestações culturais estereotipadas, nas quais o visitante assume a posição de espectador, contribuindo na (re)produção de “não-lugares” (Augé, 1994). No entanto, tais representações divergiram entre as razões: enquanto para os portugueses o Brasil assumiu uma posição familiar dentro do próprio contexto colonial, isto é, um lugar tão próprio que o torna um “não-lugar”. Nas brochuras turísticas alemães, a produção do “não-lugar” relacionou-se com a apresentação de um destino “turistificado”, igual, seguro, organizado, asséptico etc. Ou seja, encontraram-se de acordo com os critérios de avaliação do visitante alemão. Já as brochuras italianas, espanholas e francesas demonstraram interesse pelo Outro através das manifestações culturais exotizadas, da sensualidade da mulher brasileira e pelo sincretismo religioso do povo mestiço.

A análise mais profunda das cartografias e paisagens culturais reveladas pelas brochuras turísticas analisadas, emergiu, com efeito, as categorias gerais de representação do Brasil. Dentro da cartografia da cultura urbana, destacou-se o passado histórico representado com base no colonialismo, o exotismo das manifestações culturais miscigenadas e os espaços “turistificados”. Já no que se refere às paisagens culturais rurais e naturais prevaleceram a exaltação da natureza sonhada e a codificação e organização da experiência turística de aventura. Por fim, a cartografia social humana, evidenciou o estilo de vida e comportamento dos brasileiros: povo efusivo, erótico e abençoado, bem como o sincretismo religioso por meio da magia e do misticismo.

A partir do mapa conceitual das geografias de representações do Brasil nas brochuras analisadas verificou-se que, em referência à cartografia da cultura urbana, o patrimônio material e imaterial assumiram interpretações distintas. Enquanto a Europa exerceu influência na arquitetura, nas artes e no “refinamento civilizacional”, a miscigenação racial foi apresentada, sobretudo através de forte componente da diversidade cultural do país. Nesta ótica, a História do Brasil é narrada a partir da Europa e é fortemente condicionada pelo ponto de vista da colonização. Assim, de muitas maneiras os visitantes são incentivados a

testemunhar as experiências outrora vividas e a maravilhar-se com os vestígios da colonização. Por outro lado, as manifestações culturais atuais e as comunidades que constituem a cartografia social humana são produtos de um passado miscigenado e assumem o papel de exóticos adereços.

Ainda no que se refere à cartografia da cultura urbana, verificou-se a produção de um espaço “turistificado”, ou seja, exclusivamente organizado em função do visitante e pautado pela própria cultura ocidental europeia. Isto resulta, não apenas a produção de zonas de não-contato com a cultura local, antes produzindo e reforçando o binarismo tão comum quando se trata de representar os países periféricos: moderno *versus* atrasado, posto que apesar de selvagens e paradisíacos, apresentaram a estrutura turística adequada para receber o visitante (hotéis, restaurantes, aeroportos).

Em contrapartida, a cartografia da cultura rural inserida na paisagem natural e o espaço social humano produziram, apesar de reduzidas, “zonas de contato” (Pratt, 1999) através das atividades de lazer no contexto do que é considerada a genuína simpatia e disponibilidade do povo brasileiro. As paisagens culturais rurais e naturais foram ainda marcadas por um conjunto de referências relacionadas com a natureza intocada e ao ambiente edênico, evidenciando a pluralidade de opções capazes de satisfazer o potencial visitante. Apresentaram-se espaços perfeitos para a realização de roteiros de descoberta, devidamente controlados, a exemplo da exploração colonial. Entretanto, prevaleceram as atividades coordenadas pelas próprias operadoras de viagens. Destacaram-se, deste modo, uma “artificialização” da natureza, com perda de identidade, autenticidade e espontaneidade de experiência turística. Como resultado, tem-se a transformação das paisagens rurais e naturais em mercadorias e a criação de um mundo fictício e mistificado de lazer, que resultou na produção de “não-lugares” (Augé, 1994).

No atual contexto, o discurso dominante e “exotizado” não produz implicações apenas no turismo e na cultura, mas também efeitos sociais, políticos e econômicos desfavoráveis, uma vez que a imagem de um destino está intimamente relacionada à captação de recursos e investimentos e têm ainda influência na auto-imagem das populações visitadas. Logo, refletir sobre a representação do Brasil a partir das brochuras promocionais que procuram vendê-lo como um destino turístico não tem como objetivo meramente satisfazer a curiosidade, mas torna-se útil, permitindo uma pesquisa prática com possibilidade de intervenção na realidade. É possível que, a partir do conhecimento mais aprofundado da imagem do Brasil nos materiais

analisados, se possa proceder a um planeamento e direccionamento das campanhas promocionais com o intuito de desnaturalizar a imagem do país que há séculos parece permanecer essencialmente imóvel.

Por fim, mas não menos importante, reconhece-se que este estudo tem algumas limitações, posto que se analisaram apenas cinco países europeus, deixando de fora outros olhares que poderiam enriquecer a investigação. Entretanto, estudos posteriores podem ser realizados, com intuito de aprofundar a forma como o Brasil é representado por outras nações ou contextos não europeus. Da mesma forma, outros materiais podem igualmente ser analisados, a exemplo de guias de viagens, revistas de viagens ou outros meios de comunicação que veiculam a auto e hetero-representação do Brasil, quer no contexto de produção de material turístico, quer no contexto de outros materiais.

É importante destacar, ainda, que se pretendeu estudar no contexto desta investigação a codificação das mensagens textuais e visuais apresentadas pelas brochuras turísticas, e não o modo como os turistas se apropriam ou compreendem seus conteúdos, isto é, a decodificação. Para tal, seria interessante que outros estudos de recepção fossem desenvolvidos. Além disso, o Brasil poderá, ainda, ter outras representações, uma vez que esta investigação tratou das brochuras turísticas em suporte físico, deixando espaço para investigações futuras verificar, através da *internet* ou outros suportes, se os resultados são replicados ou se há diferenças.





## Referências

- Achkar, A. El (2009). A cultura do simulacro na sociedade do espetáculo e os novos mecanismos de simulação espetacular. In *Anais do XVIII Congresso Nacional do CONPEDI*, São Paulo.
- Agassiz, L. (1868). *Journey in Brazil*. Boston and New York: Houghton Mifflin and Company.
- Agostini, J.C. (2004). *Brasileiro, sim senhor! Uma reflexão sobre nossa identidade*. São Paulo: Moderna.
- Aitchison, C. (2001). Theorizing other discourses of tourism, gender and culture: can the subaltern speak (in tourism)? In *Tourist Studies*, vol.1, n.2, pp. 133-147.
- Alencar, J. de (2013). *Iracema*. Centro de Documentação e Informação. Brasília: Edições Câmara.
- Alencar, J. de (1996). *O Guarani*. 20ª Ed., São Paulo: Ática (Bom Livro).
- Alves, J. F. (1997). Com que cara chegaremos ao terceiro milênio?. In Kupstas, M. (Org.). *Identidade nacional em debate*. São Paulo: Editora Moderna.
- Alves, G. L. (2010). *Azêredo Coutinho*. Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana (Coleção Educadores).
- Alves, V. & Gomes, R.A. (2010). O olhar do turista britânico. As paisagens portuguesas nos livros de viagens: 1995-2000. In *VI Seminário Latino Americano de Geografia e Física*. Universidade de Coimbra.
- Alves, V. (2011). O olhar das palavras do turista britânico. Representação de Portugal nos livros de viagens: 1950-2000. *Tese de Doutorado*. Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Alvim, P. (2012). *Brasil no olhar dos viajantes* [Documentário]. Direção: João Carlos Fontoura TV Senado, 60 min.
- Amancio, T. (2000). *O Brasil dos gringos: imagens do cinema*. Niterói: Intertexto.
- Anchieta, J. de (1933). *Cartas Jesuíticas III – Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões do Padre José de Anchieta (1554-1594)*. Publicações da Academia Brasileira de História, Editora Civilizações Brasileira S. A. (Acervo Digital Biblioteca Brasileira, USP).
- Anderson, B. (2008). *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. (Tradução Denise Bottam). São Paulo: Companhia das Letras.

- Andrade, M. (s/d). *Macunaíma*. Disponível em <http://bd.centro.iff.edu.br/bitstream/123456789/1031/1/Macuna%C3%ADma.pdf>. Acesso em: 10 de setembro de 2017.
- Andsager, J. & Drzewiecka, J. (2002). Desirability of differences in destinations. In *Annals of Tourism Research*, vol.2, n.29, pp. 401-421.
- Antonacci, M. A. (2013). *Memórias ancoradas em corpos negros*. São Paulo: EDUCS.
- Aoun, S. (2001). *A Procura do paraíso no universo do turismo*. São Paulo: Papirus.
- Augé, M. (1994). *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. (Tradução Maria Lúcia Pereira). Campinas, SP: Papirus.
- Ayala, D.C.S. (2016). A imagem do Brasil: um estudo a partir da perspectiva de consumidores latino-americanos. *Tese de Doutorado*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Azevedo, A. (1997). *O Cortiço*. São Paulo: Editora Ática.
- Azevedo, A.M. (2000). *Carta de Pêro Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil*. Lisboa: Gráfica European.
- Bandyopadhyay, R. & Moraes, D. (2005). Representative dissonance: India's self and western image. In *Annals of Tourism Research*, vol.32, n.4, pp. 1006-1021.
- Baptista, M. M. (2005). A criação do “Outro” na cultura pós-moderna. In Jorge, V. O. (Coord.) *Cultura Light. Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio. pp. 235-243.
- Baptista, M. M. (2009). O quê e o como da investigação em Estudos Culturais. In Baptista, M. M. (Ed.). *Cultura: Metodologias e Investigação*. Maia: Ver o Verso Editora e Centro de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro.
- Baptista, M. M. (Ed.). (2012). *Cultura: metodologias e investigação*. Coimbra: Grácio Editor.
- Baptista, M. M. (2017). *O Gênio colonial português. O papel dos media na criação de um Mundo português*. Coimbra: Gácio Editor.
- Barbosa, L. (2007). *O jeitinho brasileiro: a arte de ser mais igual do que os outros*. Rio de Janeiro: Editora Elsevier.
- Bardin, L. (1991). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barker, C. (2003). *Cultural Studies: Theory and Practice*. SAGE Publication. 2º Ed.

- Barthes, R. (1982). A retórica da imagem. In *O óbvio e o obtuso*. (Tradução Isabel Pascoal) Lisboa: edições 70.
- Barreira, I. A. F. (2005). Os guias turísticos em Berlim. In *Revista Tempo Social*, São Paulo, vol.17, n.1, pp. 299-320.
- Baudrillard, J. (1981). *Simulacros e Simulação*. (Tradução Maria João da Costa Pereira). Lisboa: Relógio D'água.
- Benedetti, J.; Çakmak, E. & Dinnie, K. (2011). The competitive identity of Brazil as a Dutch holiday destination. In *Place Branding and Public Diplomacy*. Palgrave Macmillan, vol.7, n.2, pp. 107-115.
- Bernardino, J. (2002). Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. In *Estudos Afro-Asiáticos*, vol.24, n.2, pp. 247-273. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/S0101-546X2000200002>.
- Bhabha, H. (1998). *O local da cultura*. (Tradução Miriam Ávila, Eliana Lourenço, Gláucia Conçalves). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Bignami, R. (2002). *A imagem do Brasil no turismo: construção, desafios e vantagem competitiva*. São Paulo: Aleph.
- Blumenbach, J. F. (2002). Excertos de subsídios para a história natural (1790). In Sanches, M. R. & Serrão, A. V. (Ed.). *A invenção do homem: raça, cultura e história na Alemanha do século XVIII*. Centro de Filosofia de Universidade de Lisboa.
- Brasil, A. A. (2012). A construção da imagem do Brasil no exterior: um estudo sobre as rotinas profissionais dos correspondentes internacionais. In *Revista FAMECOS*. Porto Alegre, vol.19, n.3, pp. 775-794.
- Brito-Henriques, E. (2014). Visual Tourism and post-colonialism: imaginative geographies of África in a portuguese travel magazine. In *Journal of Tourism and Cultural Change*, vol.12, n.4, pp. 320-334.
- Brito, F. A. (2010). Identidade e imigração: a representação social do “outro” na televisão espanhola. In *Matrizes*. Universidade de São Paulo, vol.4, n.1, pp. 227-231.
- Buarque, D. (2015). One Country, Two Cups -The International Image of Brazil in 1950 and in 2014: A Study of the Reputation and the Identity of Brazil as Projected by the International Media During the Two FIFA World Cups in the Country. In *International*

- Journal Of Communication*, vol.9, n.19. Disponível em: <http://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/3351/1368>. Acesso em: 17 de julho de 2017.
- Buckle, H. T. (1857). *History of Civilization in England*. London: J. W. Parker and Son.
- Burns, P. (2003). *An introduction to tourism and antropology*. Routledge, London and New York.
- Cabaço, J. L. & Chaves, R. de C. N. (2004). Frantz Fanon: colonialismo, violência e identidade cultural. In Abdala Junior, B. (Org.). *Margens da cultura : mestiçagem, hibridismo & outras misturas*. São Paulo: Boitempo.
- Cabecinhas, R. *et al.* (2006). Identidades nacionais e memória social: hegemonia e polêmica nas representações sociais da história. In Miranda, J. & João, M. I. (Eds.). *Identidades Nacionais em Debate*, Oeiras: Celta, pp. 67-92.
- Cadim, F. (1925). *Tratados da terra e gente do Brasil*. Rio de Janeiro: Editores J. Leite e Cia. (Acervo Digital Biblioteca Brasileira, USP).
- Caetano, R. (2004). A publicidade e imagem do produto Brasil e da mulher brasileira como atrativo turístico. In *Anais do 27º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, n.27, São Paulo: Intercom.
- Calefato, P. (2004). Introduzione all' edizione italiana. In Gayatry, S. (Org.). *Critica della ragione postcoloniale*. Rome: Meltemi editore.
- Cambi, F. (1999). *História da pedagogia*. São Paulo: UNESP.
- Campos, C.J.G. (2004). Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. In *Rev Bras Enferm*. Brasília (DF), vol. 57, n.5, pp. 611-614.
- Carlos, A.F.A. (1996). *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec.
- Carreira, S. S. (2003). A representação do outro em tempos de pós-colonialismo: uma poética de descolonização literária. In *Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades*, vol.2, n. 6.
- Carvalho, A. M. P. (2014). A formação da nação e do Estado no Brasil: um enigma histórica em aberto. In Baptista, M. M. *et al.*, (Org.). *Europa das nacionalidades: imaginários, identidades e metamorfoses políticas*. Coimbra: Grácio Editor.
- Carvalho, J. M. (2002). Introdução Crítica – Populações Meridionais do Brasil de Oliveira Viana. In Santiago, S. (Coord.). *Intérpretes do Brasil*. Editora Nova Aguilar.

- Castro, A.L. & Pinto, R.P. (2014). Corporalidade brasileira na fabricação da identidade nacional. In *Ciências Sociais Unisinos*. São Leopoldo, vol.50, n.1, pp. 34-40.
- Castro, S. (2008). *A Carta de Pêro Vaz de Caminha*. Porto Alegre: L&M.
- Caton, K. & Santos, C. A. (2008). Closing the hermeneutic circle? photographic encounters with the other. In *Annals of Tourism Research*, vol. 35, n.1, pp. 7-26. DOI: [http:// dx.org/10.1016/j.annals.2007.03.014](http://dx.org/10.1016/j.annals.2007.03.014).
- Chambers, D. & Buzinde, C. (2015). Tourism and decolonisation: Locating research and self. In *Annals of Tourism Research*, vol.51, pp. 1-16.
- Chauí, M. (2010). *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Chetty, D. (2011). The Exotic “Orient” in Gender and Tourism. In Morady, F. & Siriner, I. (Eds.). *Globalisation, Religion & Development*. I JOPEC Publication, London.
- Crick, M. (1989). Representations of International Tourism in the Social Sciences: Sun, Sex, Sights, Saving and Servility. In *Annual Review of Anthropology*, vol. 18, pp. 307-344.
- Cohen, E. (1979). A Phenomenology of Tourist Experiences. In *Sociology*, vol.13, pp. 179-201.
- Cohen, E. (1988). Authenticity and commoditization in tourism. In *Annals of Tourism Research*, vol. 15, n. 3, pp. 371-386. DOI: [https://doi.org/10.1016/0160-7383\(88\)90028-X](https://doi.org/10.1016/0160-7383(88)90028-X).
- Cohen, E. (1993). The study of touristic images of native people: mitigating the stereotype of a stereotype. In Pearce, D. & Butler, R. *Tourism Research: critiques and challenges*, London, Routledge, pp. 36-39.
- Conceição, C. (1998). Promoção turística e (re)construção social da realidade. Sociologia – problemas e práticas. In *Repositório Instituto Universitário de Lisboa*, vol.18, pp. 69-77.
- Cordeiro, M. J. (2010). *Olhares alemães: Portugal na literatura turística – guias de viagem e artigos de imprensa (1980-2006)*. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa: Colibri.
- Coronil, F. (2005). Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. In Lander, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO Livros.
- Costa, M. V. (Org.) (2000). *Estudos Culturais em educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS.

- Costa, S. (2005). *Muito além da diferença: (im) possibilidade de uma teoria social pós-colonial*. Disponível em: <[http://www.fflch.usp.br/sociologia/asag/poscolonialismomana-Sérgio % 20 Costa. pdf](http://www.fflch.usp.br/sociologia/asag/poscolonialismomana-Sérgio%20Costa.pdf)>. Acesso em: maio de 2017.
- Costa, S. (2006). Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.21, n.60, pp. 117-134. DOI: [http://dx.org/10.1590/S0102-6909 2006000 100007](http://dx.org/10.1590/S0102-69092006000100007).
- Coutinho, A. (1808). *Análise sobre a justiça do comércio do resgate dos escravos da costa d’Africa*. Lisboa: Nova Officina de João Rodrigues de Neves.
- Cunha, E. (1907). *Contrastes e Confrontos*. Clássicos Literários.
- Cunha, E. (1984). *Os Sertões*. São Paulo: Três (Biblioteca do Estudante).
- Cunha, M. C. (1990). Imagens de índios do Brasil: século XV. In *Instituto de Estudos Avançados*. São Paulo, vol.4, n.10, pp. 91-110.
- Daemmrigh, I. G. (1997). Enigmatic Bliss: the paradise motif in literature. In *Studies on themes and motifs in literature*, vol.25. New York: Peter Lang Publishing.
- DaMatta, R. (1986). *O que faz o Brasil, Brasil?*, Rio de Janeiro: Editora Rocco.
- Dann, G. (1996). Tourists Images of a Destination - An Alternative Analysis. In *Journal of Travel and Tourism Marketing*, vol.5, n.1/2, pp. 41-55. DOI: [http://dx.doi.org /10.1300/ J073 v05n01\\_04](http://dx.doi.org/10.1300/J073v05n01_04).
- Dann, G. (1998). Images of Cyprus projected by tour operators. In *Problems of Tourism*, vol. 11, n.3, pp. 43-70.
- Debord, G. (2003). *A sociedade do espetáculo*. (Tradução Estela dos Santos Abreu). Rio de Janeiro: Contraponto.
- Deckard, S. G. (2007). Exploited Edens: paradise discourse. In Colonial and Postcolonial literature. *PhD thesis*. University of Warwick.
- Deckard, S. G. (2010). *Paradise discourse, imperialism, and globalization: Exploiting Éden*. Routledge, Oxfordshire.
- Delumeau, J. (1992). *Uma História do Paraíso – O jardim das delícias*. Lisboa: Terramar editores, distribuidores e livreiros Ltda.
- Delumeau, J. (1994). *A civilização do Renascimento*. Volume I. Lisboa: Editorial Estampa Ltda.

- Derek, B. (2007). Repackaging Orientalism Discourses on Egypt and Turkey. In *British outbound tourism. Tourist Studies*, vol.7, n.2, pp. 165-191.
- Echtner, C. M. & Pasad, P. (2003). The context of third world tourism marketing. In *Annals of Tourism Research*, vol.30 n.3, pp. 660-682.
- Escoteguy, A. C. D. (s/d). Os Estudos Culturais. In *Cartografia - Website dos estudos culturais*. Disponível em: [www.pucrs.br/famecos/pos/cartografias](http://www.pucrs.br/famecos/pos/cartografias). Acesso em: 30 de janeiro de 2017.
- Escoteguy, A. C. D. (1998). Uma introdução aos Estudos Culturais. In *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n.9, pp. 87-97.
- Escoteguy, A. C. D. (2010). *Cartografia dos estudos culturais: uma versão latino-americana*. Ed. on-line. Belo Horizonte: Autêntica.
- Ezequiel, Cap. 28, versículo, 13. In *Bíblia*. Português. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/acf/is/28>. Acesso em: 8 de agosto de 2016.
- Fanon, F. (1968). *Os condenados da terra*. (Tradução José Laurênio de Melo). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A.
- Fensterseifer, K. & Vanc, A. (2014). O retrato do Brasil no jornal The New Yoak Times. In *Revista do Programa de pós-graduação em Mídia e Cotidiano*. Rio de Janeiro, vol.5, n.6, pp. 1-18.
- Ferreira, G. M. (2007). Análise da imagem na imprensa – um percurso em busca da discursividade na fotografia. In Mattos, S. (Org.). *Comunicação plural* [online]. Salvador: EDUFBA. n.4. ISBN 978-85-232-0442-6.
- Figueiredo, E. & Noronha, J. M. (2005). Identidade Nacional e Identidade Cultural. In Figueiredo, E. (Org.). *Conceitos de Literatura e Cultura*. Juiz de Fora: UFJF.
- Fiorin, J. L. (2009). A construção da identidade nacional brasileira. In *Bakhtiniana*, São Paulo, vol.1, n.1, pp. 115-126.
- Foucault, M. (1987). *História da Sexualidade 1: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2012). *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- França, J. M. C. & Raminelli, R. (2009). *Andanças pelo Brasil Colonial: catálogo comentado (1503-1808)*. São Paulo: Editora UNESP.

- França, J. M. C. (2012<sup>a</sup>). *A construção do Brasil na literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII: antologia de textos (1591-1808)*. Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: Editora UNESP.
- França, J. M. C. (2012<sup>b</sup>). *Brasil no olhar dos viajantes* [Documentário]. Direção: João Carlos Fontoura TV Senado, 60 min.
- Freyre, G. (1933). *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Editora Global.
- Freyre, G. (1990). *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- Freyre, G. (2000). *Novo Mundo nos trópicos*. Coleção Livros do Brasil.
- Freyre, G. (2003). *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global.
- Frow, J. & Morris, M. (1997). Austrian cultural studies. In Storey, J. (Ed). *What is cultural studies? A reader*. 2º Ed. London: Arnold.
- Funari, P. P. A. (1995). A cultura material e a construção da mitologia Bandeirante: problemas da identidade nacional brasileira. In *Ideias*, vol.2, n.1, janeiro/junho.
- Gândavo, P. M. (2008). *Tratado da Terra do Brasil: história da província de Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, vol.100.
- Gênese, Cap. 2, versículos 9-25. In *Bíblia*. Português. Disponível em: <https://www.bibliaon.com/versiculo/genesis>. Acesso em: 8 de agosto de 2016.
- Gênese, Cap. 3, versículo 24. In *Bíblia*. Português. Disponível em: [https://www.bibliaon.com/versiculo/genesis\\_3\\_24/](https://www.bibliaon.com/versiculo/genesis_3_24/). Acesso em 8 de agosto de 2016.
- Gomes, M. (2009). La construcion del Brasil como un paraíso de mulatas: del imaginário colonial al marketing turístico. In *Sociedade Hoy*, n.17, pp. 75-87.
- Green, M. (1997). The centre for contemporary cultural studies. In Storey, J. (Ed). *What is cultural studies? A reader*. 2º Ed. London: Arnold.
- Guerra, I. (2010). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo. Sentidos e formas de uso*. Cascais: Príncípia Editora.
- Guibernau, M. (1997). *Nacionalismos: o estado Nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.



- Guimarães, C. (2002). A imagem e o mundo singular. In França, V. R. (Org.). *Imagens do Brasil: modos de ver, modos de conviver*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Guimarães, V. M. (2006). A modernidade e os encontros turísticos: turistas na Barra da Lagoa. *Tese de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas*. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.
- Hall, S. (1992). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A.
- Hall, S. (1996). The West and the Rest. Discourse and Power. In Hall, S. *et al.* (Org.). *Modernity. Introduction to the Modern Societies*. Oxford, Blackwell.
- Hall, S. (1997<sup>a</sup>). The centrality of culture. In Thompson, K. (Org.). *Media and Cultural Regulation*. London: Thousand Oaks; New Delhi: The Open University; SAGE Publications.
- Hall, S. (1997<sup>b</sup>). Cultural studies: tow paradigms. In Storey, J. (Ed). *What is cultural studies? A reader*. 2<sup>o</sup> Ed. London: Arnold.
- Hall, S. (2003). *Da diáspora - identidades e mediações culturais*. Organização Livro Sovik (Tradução Adelaide La Guardiã Resende, Ana Carolina Escosleguy, Cláudia Álvares, Francisco Rudiger e Sayinara Amaral). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Hassan, H. *et al.* (2008). Persuasive strategies of tourism discourse. In Habil, H. & Hassan, H. (Eds.). *New Perspectives in Language and Communication Research*. Universiti Teknologi Malaysia.
- Hassan, H. (2014). The representation of Malaysian cultures in tourism brochures. In *Procedia – Social and Behavioral Sciences*, vol.118, pp. 140-151. DOI: <http://dx.org/10.1016/j.sbspro.2014.02.019>.
- Hobsbawn, E. (1997). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Holanda, H. B. (1997). *A Academia entre o local e o global*. Palestra UFMG. Disponível em: <http://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/a-academia-entre-o-local-e-o-global/>  
Acesso em: 20 de março de 2016.
- Holanda, S. B. (1969). *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio.
- Holanda, S. B. (2000). *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, Publifolha.

- Hue, S. M. (2012). *Brasil no olhar dos viajantes* [Documentário]. Direção: João Carlos Fontoura TV Senado, 60 min.
- Hue, S. M. (2013). *This voyage is good as any Peru voyage. The Minion of London in Brasil (1581)*. História (São Paulo), vol. 32, n.1, pp. 31-52.
- Isaías, Cap. 51, versículo, 3. In *Bíblia*. Português. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/acf/is/51>. Acesso em: 8 de agosto de 2016.
- Iselin, I. (2002). Excertos de acerca da história da humanidade (1784). In Sanches, M. R. & Serrão, A. V. (Ed.). *A invenção do homem: raça, cultura e história na Alemanha do século XVIII*. Centro de Filosofia de Universidade de Lisboa.
- Ituassu, C.T. & Oliveira, M.R.C.T. (2004). Destino Brasil: uma análise da campanha publicitária realizada pela EMBRATUR e de sua contribuição para a formação da imagem do país. In *Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*. Curitiba, PR, Brasil.
- Jenkins, O. (2003). Photography and travel brochures: the circle of representation. In *Tourism Geographies, An International Journal of Tourism Space, Place and Environment*, vol.5, n.3, pp. 305-328. DOI: <http://dx.org/10.1080/14616680309715>.
- Johnson, R. (1997). What is cultural studies anyway? In Storey, J. (Ed.). *What is cultural studies? A reader*. 2º Ed. London: Arnold.
- Joly, M. (2007). *Introdução à análise da imagem*, Lisboa: Ed. 70.
- Kellner, D. (2001). *A cultura da mídia: estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. (Tradução Ivone Castilho). São Paulo: EDUCS.
- Kimura, W. (2009). Resenha Formação do Brasil Contemporâneo. Escola de artes, ciências da São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Knauss, P. (2012). *Brasil no olhar dos viajantes* [Documentário]. Direção: João Carlos Fontoura TV Senado, 60 min.
- Krippendorff, J. (2000). *A sociologia do turismo – para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. São Paulo: Aleph.
- Kujawski, G. M. (2001). *Ideia do Brasil: a arquitetura imperfeita*. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo.

- Kujawski, G. M. (2005). *Identidade Nacional e outros ensaios: somos muitos, somos um?* Ribeirão Preto, São Paulo: FUNPEC Editora.
- Laplantine, F. & Trindade, L. S. (1997). *O que é o imaginário*. São Paulo: Brasiliense.
- Lara, A. S. (2002). *Imperialismo, descolonização, subversão e dependência*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Lege, K. (2001). *A história alemã do Brasil*. Editora Câmara Brasil Alemanha.
- Leite, D. M. (2007). *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo: Editora UNESP (Coleção Dante Moreira Leite).
- Lisboa, K. M. (2012). *Brasil no olhar dos viajantes* [Documentário]. Direção: João Carlos Fontoura TV Senado, 60 min.
- Lopes, V. C. F. (2013). Traços do expressionismo alemão em Mário de Andrade. *Dissertação de Mestrado*. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
- Lourenço, E. (2009). A Miragem Brasileira. In *Revista Colóquio/Letra*, Documentos, n.171, pp. 296-312.
- Lourenço, E. (2015). Do Brasil fascínio e miragem. In Soares, M. L. (Org.) *Do Brasil fascínio e miragem*. Lisboa: Gradiva Publicações, S.A.
- MacCannell, D. (1992). *Empty meeting grounds*. New York: Routledge & Kegan Paul.
- MacCannell, D. (1999). *The tourist: a new theory of the leisure class*. Berkeley: University of California Press.
- Machado, I. J. (2003). Cárcere público: processos de exotização entre imigrantes brasileiros no Porto. *Tese de Doutorado*. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Madeira, M. A. (2012). *Brasil no olhar dos viajantes* [Documentário]. Direção: João Carlos Fontoura TV Senado, 60 min.
- Maia, S.; Baptista, M. M. & Martins, M. (2013). Poder, gênero e imprensa – a abordagem qualitativa como metodologia. In Pinto-Coelho, Z. & Fidalgo, J. (Eds.) *Comunicação e Cultura: II Jornada de Doutorandos em Ciências da Comunicação e Estudos Culturais*. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, pp. 152-166.

- Maia, S. V. (2016). Relações de poder e identidade(s) de gênero: a sociedade “matriarcal” de Ílhavo na década de 1950. *Tese de Doutorado*. Aveiro: Universidade de Aveiro; Braga: Universidade do Minho.
- Mariani, B. (s/d). *Da colonização linguística portuguesa à economia neoliberal: nações plurilíngues*. Disponível em: <http://dml.fflch.usp.br/sites/dml.fflch.usp.br/files/Bethania%20Mariani.pdf>. Acesso em: 26 de março de 2017.
- Marques, S. (2009). Imaginando Kolkata: o turismo internacional e as representações de terceiro mundo em Photovoice. In *Aquivos da Memória - Antropologia, artes e imagem*, n.5-6, pp. 119-151.
- Mariutti, F. G.; Giraldi, G. M. E. & Costa, A. L. (2012). Brazil's Image Abroad: How Can the Public and Private Sector Partnership Improve Marketing Strategies?. In *Tourism Planning & Development*. DOI: <http://dx.org/10.1080/21568316.2012.72304>.
- Martins, M. (2010). Os Cultural Studies no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. In Martins, M. (Org.). *Caminhos nas ciências sociais. Memória, mudança social e razão – estudos em homenagem a Manuel da Silva Costa*. Coimbra: Grácio Editor, pp. 271-287.
- Martins, M. (2012). Para um politeísmo metodológico nos estudos culturais. In Baptista, M. M. (Coord.) *Cultura: metodologias e investigação*. Coimbra: Grácio Editora.
- Martins, M. (2015). Os estudos culturais como novas humanidades. In *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, vol. 3, n.1, pp. 341-361.
- Martins, M. L. (2016). Os Estudos culturais na construção da comunidade científica lusófona. In Lisboa Filho, F. F. & Baptista M. M. (Org.). *Estudos culturais e interfaces: objetos, metodologias e desenhos de investigação*. Aveiro: Universidade de Aveiro, Programa Doutoral em Estudos Culturais; Santa Maria: UFSM, Programa de Pós-Graduação em Comunicação.
- Martius, K. F. P. (1956). Como se deve escrever a história do Brasil. In Rodrigues, J. H. Introdução a Matius, *Revista de História da América*, n.42, pp. 433-458.
- Marx, A. (1997). A construção da raça no Brasil: comparações históricas e implicações políticas. In Souza, J. (Org.). *Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos*. Brasília: Ed. Paralelo 15, pp. 157-167.
- Matos, M. M. L. (2010). Postigos para o mundo. Cultura turística e livros de viagem na República Democrática Alemã (1989/1990). *Tese de Doutorado*. Universidade do Minho.

- Meiners, C. (2002). Excertos de acerca da natureza dos africanos pretos para da libertação ou limitação dos negros dela dependente (1790). In Sanches, M. R. & Serrão, A. V. (Ed.). *A invenção do homem: raça, cultura e história na Alemanha do século XVIII*. Centro de Filosofia de Universidade de Lisboa.
- Melo, E. C. (2012). *Brasil no olhar dos viajantes* [Documentário]. Direção: João Carlos Fontoura TV Senado, 60 min.
- Mello, C. (s/d). *Mais do que os olhos veem: análise e leitura sensorial de fotografias turísticas*. Disponível em: [https://www.anptur.org.br/anais/anais/v.11/DFP1\\_pdf/45.pdf](https://www.anptur.org.br/anais/anais/v.11/DFP1_pdf/45.pdf). Acesso em 24 de fevereiro de 2017.
- Metz, C. (1973). Além da analogia, a imagem. In *Análise das imagens*. Col. Novas perspectivas em comunicação 8, Petrópolis: Vozes.
- MTur - Ministério do Turismo (2007). *Plano Nacional de Turismo 2007/2010: uma viagem de inclusão*. Brasília: Imprensa Nacional.
- Mtur - Ministério do Turismo do Brasil (2014). *Anuário Estatístico do Turismo*, vol. 40, ano base 2012 e 2013.
- Moassab, A. (2012). Território e identidade de Cabo Verde: debate sobre a (frágil) construção identitária em contextos recém independentes no mundo globalizado. In Lima, A. F. (Org.). *Psicologia Social Crítica: praxes do contemporâneo*. Porto Alegre: Sulina.
- Moesch, M. M. (2000). *A produção do saber turístico*. São Paulo: Contexto.
- Morgan, N. & Pritchard, A. (1998). *Tourism promotion and power: creating images, creating identities*. Wiley.
- Morley, D. & Chen, K. (Eds.). (2005). *Stuart Hall: critical dialogues in cultural studies*. Londres/Nova York, Routledge.
- Mota-Ribeiro, S. (2005). *Retratos de mulher: Construções sociais e representações visuais no feminino*. Coleção Comunicação e Sociedade, vol.2. Porto: Campo das Letras.
- Nash, D. (1989). Tourism as a form of imperialism. In Smith, V. L. (Ed.). *Hosts and guest: the anthropology of tourism*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Nelson, C.; Treichler, P. & Grossberg, L. (1992). Estudos Culturais: uma introdução. In *Cultural Studies*. Nova York/ Londres, Routledge

- Neves, R. C. (2009). Os Estudos Pós-Coloniais: um paradigma de globalização. In *Babilônia*, n.6/7, pp. 231-239.
- Nóbrega, M. (1931). *Cartas Jesuíticas I – Cartas do Brasil 1549-1560*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica (Brasiliana Digital, USP).
- Nogueira, S. G. & Buritty, C. (2014). A construção da imagem do Brasil no exterior e a diplomacia midiática no governo Lula. In *Revista de Ciências Sociais-Políticas & Trabalho*. João Pessoa, v. 2, n.41, pp. 375-397.
- Nopes, A. (2013). Eurocentrismo e o projeto de modernização do Brasil: uma análise sociológica a partir da fala dos Engenheiros Professores da UFSC (1960-1980). *Tese de Doutorado*. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, SC.
- O'Connor, A. (1997). The problem of American cultural studies. In Storey, J. (Ed.). *What is cultural studies? A reader*. 2º Ed. London: Arnold.
- Odalía, N. (2001). *Gilberto Freire - Uma interpretação etno-cultural do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- O'Gorman, E. (1992). *A invenção da América*. São Paulo: Unesp.
- Oliveira, E. (2012). A (des)construção imagética do outro: a representação do imigrante no filme Bem-vindo, In *Anais Completos do 8º Interprogramas de Mestrado da Faculdade Cásper Líbero*.
- Oliveira, G. (2014). Descolonização 2.0: Ferramentas digitais e desafios para discursos históricos latino americanos. In Baptista, M. M. & Vidal, S. (Coord.). *Colonialismos, pós-colonialismo e lusofonias – Atas do IV Congresso Internacional em Estudos Culturais*. Ver o Verso Edições.
- O'Neil, I. (2006). British travellers image perspectives of Brazil as a tourism destination. In *Revista Acadêmica Observatório Rio de Inovação do Turismo*, vol.1, n.4. DOI: <http://dx.doi.org/10.12660/oit.v1n4.5628>
- Ortiz, R. (2006). *Cultura brasileira & identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense.
- Paiva, P. P. (1997). O inferno e o paraíso em duas visões marginais. In *Ler História*, n.33, Separata.

- Palazzo, C. L. (2012). *Brasil no olhar dos viajantes* [Documentário]. Direção: João Carlos Fontoura TV Senado, 60 min.
- Palmer, C. (1994). Tourism & Colonialism: the experience of the Bahamas. In *Annals of Tourism Research*, vol.21, n.4, pp. 792-812.
- Pereira, P. R. (1999). *Os três únicos testemunhos do Descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores.
- Pereiro, X. (2005). Imagens e narrativas turísticas do “outro”: Portugal-Galiza, Portugal-Castela e Leão. In *Pardellas, X. (Dir.). Turismo e natureza na Eurorexión Galicia e Norte de Portugal*. Vigo: Universidade de Vigo, pp. 57-79.
- Pereiro, X. (2009). Turismo Cultural. Uma versão antropológica. In *Collección Pasos Edita*, n.2, ACA y PASOS, RTPC.
- Portella, E. (2002). Introdução Crítica - Gilberto Freyre. In Santiago, S. (Coord.). *Intérpretes do Brasil*. Editora Nova Aguilar.
- Porto-Gonçalves, C. W. (2005). Apresentação da edição em português. In Lander, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO Livros.
- Prado Jr., C. (2011). *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Prado, P. (1981). *Retrato do Brasil: ensaios sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: IBRASA; Brasília: INL.
- Pratt, M. L. (1999). *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. São Paulo: EDUSC.
- Prythor, A. (2004). Interseções de teoria crítica contemporânea: Estudos Culturais, pós-colonialismo e comunicação. In *ECO-PÓS*, vol.7, n.2, pp. 31-44.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In Lander, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO Livros.
- Rêgo, F. (2007). Paraíso e escatologia na cultura portuguesa. In *Ibero-Americana Pragmática*, n.XLI. pp. 135-147

- Rezende-Parker, A. M.; Morrison, A. M. & Ismail, J. A. (2003). Dazed and confused? An exploratory study of the image of Brasil as a travel destination. In *Journal of Vacation Marketing*, vol.9, n.3, pp. 243-259.
- Ribeiro, D. (1995). *O povo Brasileiro - A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Rodrigues, N. (1995). *A cabra vadia. Novas confissões*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Rodrigues, A. (1996). Lugar, não-lugar e realidade virtual no turismo globalizado. In *Revista do Departamento de Geografia*. São Paulo: Departamento de Geografia da FFLCH/USP.
- Rodrigues, N. (2016). *Os Africanos no Brasil*. São Paulo: Poeteiro Editor Digital (Projeto Livro Livre).
- Rodrigues, F. D. P. (s/d). *Macunaíma e a formação de uma cultura brasileira*. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/site/alunos/publicacoes/textos/m00002.htm>. Acesso em: 13 de maio de 2016.
- Romero, S. (1888). *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier.
- Romero, S. (1910). *Provocações de Debates*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional
- Romero, A. G. (2016). No país dos ventos alísios: leituras sobre Henry Thomas Buckle no Brasil republicano. In *Revista Vernáculo*, n.2, 2º sem.
- Rousseau, Jean-Jacques (2001). *Discurso sobre a origem da desigualdade*. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000053.pdf>. Acesso em: 12 de outubro de 2016.
- Sacramento, O. & Ribeiro, F. B. (2013). Trópicos sensuais: a construção do Brasil como geografia desejada. In *Bagóas*, n.10, pp. 215-232.
- Said, E. W. (1990). *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. (Tradução Tomás Rosa Bueno). São Paulo: Companhia das Letras.
- Said, E. W. (2007). *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. (Tradução Rosaura Eichenberg). São Paulo: Companhia das Letras.
- Said, E. W. (2011). *Cultura e Imperialismo*. (Tradução Denise Bottmann). Companhia de Bolso.



- Sanches, M. R. (2002). O homem reinventado. In Sanches, M. R. & Serrão, A. V. (Ed.). *A invenção do homem: raça, cultura e história na Alemanha do século XVIII*. Centro de Filosofia de Universidade de Lisboa.
- Sanches, M. R. & Serrão, A. V. (Ed.). (2002). *A invenção do homem: raça, cultura e história na Alemanha do século XVIII*. Centro de Filosofia de Universidade de Lisboa.
- Santiago, S. (Coord.). (2002). *Intérpretes do Brasil*. Editora Nova Aguilar.
- Santiago, S. (2000). *Uma literatura nos trópicos*. Rio de Janeiro: Editora Rocco.
- Santos, L.C.V.G. (2004). *O Brasil entre a América e a Europa: o império e o interamericanismo* (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington). São Paulo: Editora UNESP.
- Santos, E. P. (2005). Pós-colonialismo e pós-colonialidade. In Figueiredo, E. (Org.). *Conceitos de literatura e cultura*. Juiz de Fora: Editora UFJF, Niterói: Editora UFF.
- Santos, M. C. (2008). Imagem de um destino turístico: o caso de Cabo Verde. In *Fórum Sociológico*.
- Santos, F. & Alves-Jesus, S. (2014). Mitologias originárias do império: direitos humanos e a colonização portuguesa. In Baptista, M. M. et al., (Org.). *Europa das nacionalidades: imaginários, identidades e metamorfoses políticas*. Coimbra: Grácio Editor.
- Santos Filho, J. (2005): Por que a ação da EMBRATUR se torna preocupante para a formulação de políticas públicas internas em turismo?. Disponível em: <http://www.revistaturismo.com.br/artigos/acaoembratur.html>. Acesso a: 20/03/2016.
- Santos Filho, J. (2007). Mitos e Ladainhas do fazer turístico: apologia ao fetiche. In *Revista Patrimônio Lazer & Turismo*. Santos: Universidade Católica de Santos.
- Severino, A. J. (2017). *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez.
- Schneider, A. L. (2016). Sílvia Romero e Machado de Assis: leituras e dissensos do fim do Oitocentos. Intelligere. In *Revista de História Intelectual*, São Paulo, vol.2, n.3, pp. 49-67. ISSN 2447-9020.
- Schultz, K. (2001). *Tropical Versailles: empire, monarchy, and the Portuguese court in Rio de Janeiro*. New York: Routledge.
- Schwarcz L.K.M. (1993). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões racial no Brasil – 1870- 1930*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Schwarcz, L.K.M. (2010<sup>a</sup>). *Complexo de Zé Carioca: notas sobre uma identidade mestiça e malandra*. Disponível em: [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_29/rbcs29\\_03.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_29/rbcs29_03.htm). Acesso em 7 de janeiro de 2017.
- Schwarcz, L.K.M. (2010<sup>b</sup>). Gilberto Freyre: adaptação, mestiçagem, trópicos e privacidade em Novo Mundo nos trópicos. In *Mal-estar na Cultura*. Pós Graduação em Filosofia – IFHC – UFRGS.
- Seixas, M. L. B. (2003). *A natureza Brasileira nas fontes portuguesas do século XVI. Para uma tipologia das grandezas do Brasil*. Viseu: Passagem.
- Serra, M. C. D. (2007). *O Brasil não conhece o Brasil – O estereótipo do país no exterior*. Disponível em: <http://happyslide.org/doc/24544/o-brasil-nao-conhece-o-brasil--o-este-re-o-tipo-do-pa%C3%ADs-no>. Acesso em: 30 de junho de 2016.
- Serrão, A. V. (2002). O despertar da questão antropológica. In Sanches, M. R. & Serrão, A. V. (Ed.). *A invenção do homem: raça, cultura e história na Alemanha do século XVIII*. Centro de Filosofia de Universidade de Lisboa.
- Shohat, E. & Stam, R. (2006). *Crítica da imagem eurocêntrica: Multiculturalismo e representação* (Tradução Marcos Soares). São Paulo: Cosac Naify.
- Silva, A. C. et al. (2002). *Desenvolvimento do turismo brasileiro na década de 1980*. Disponível em: [http://www.unibero.edu.br/download/revistaelectronica/Set03\\_Artigos/Decada%20de%201980.pdf](http://www.unibero.edu.br/download/revistaelectronica/Set03_Artigos/Decada%20de%201980.pdf). Acesso em: 9 de março de 2016.
- Silva, L. G. V. (2007). *Brasil: suas imagens e representações*. Disponível em: <http://biblioteca.rosana.unesp.br/upload/viera.pdf>. Acesso em 22/04/ 2016.
- Silveira, E. (2007). *Por uma Sociologia do Turismo*. Porto Alegre: Zouk.
- Silveira, L. (2011). Brasil: um paraíso turístico? *Dissertação de Mestrado*. Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial. Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Simões, N. M. (2014). Etno-navegações: narrativas (pós)coloniais, entre o local e o global. In Baptista, M. M. & Vidal, S. (Org). *Colonialismos, Pós-Colonialismos e Lusofonias*. Atas do IV Congresso Internacional em Estudos Culturais, Aveiro.
- Sinclair-Maragh, G. & Gursoy, D. (2015). Imperialism and tourism: the case of developing island countries. In *Annals of Tourism Research*, vol.50, pp. 143–158.

- Soares, M. (2003). O resgate da identidade nacional: cultura e fato histórico. In *Percursos Históricos*, ano I, vol. out. Disponível em: <http://percursoshistoricos.blogspot.pt/2011/10/o-resgate-da-identidade-nacional.html>. Acesso em: 20 de abril de 2017.
- Sodré, N. W. (1962<sup>a</sup>). *Formação histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Sodré, N. W. (1962<sup>b</sup>). *Quem é o povo no Brasil?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Sodré, N. W. (1965). *A ideologia do colonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Sodré, N. W. (1997). *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Söemmerring, S. (2002). Excertos de acerca da diferença corporal entre o negro e o europeu (1785). In Sanches, M. R. & Serrão, A. V. (Ed.). *A invenção do homem: raça, cultura e história na Alemanha do século XVIII*. Centro de Filosofia de Universidade de Lisboa.
- Storey, J. (1997). Cultural studies: an introduction. In Storey, J. (Ed.). *What is cultural studies? A reader*. 2º Ed. London: Arnold.
- Sousa, G. S. (1879). *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Rio Typographia de João Ignácio da Silva.
- Sousa Santos, B. (2003). Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade. In *Novos Estudos Cebrap*, n.66, pp. 23-52.
- Sousa Santos, B. (2004). Do pós-moderno ao pós-colonial e para além de um e outro. In *Conferência de Abertura do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra.
- Souza, L. M. M. (1996). Re-lembrando o corpo desmembrado: a representação do sujeito pós colonial na teoria. In *Itinerários*, Araraquara, n.9.
- Souza, J. (2000). Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira. In *Tempo Social, Revista Sociol. USP*. São Paulo, vol.12, n.1, pp. 69-100.
- Souza, J. (Org.). (2006). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Editora UFMG.
- Sovik, L. (2003). Prefácio. In *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. (Tradução Adelaine Resende, Ana Escosteguy, Claudia Álvares, Francisco Rufiger e Sayonara Amaral). Belo Horizonte: UFMG.
- Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?* (Tradução Sandra Regina Goulart Almeida; Marco Pereira Feitosa; André Pereira). Belo Horizonte: Editora da UFMG.

- Tadei, E. M. (2002). A mestiçagem enquanto um dispositivo de poder e a constituição de nossa identidade nacional. In *Psicologia Ciência e Profissão*, vol.22, n.4, pp. 2-13.
- Teixeira, F. M. P. (2000). *História concisa do Brasil*. São Paulo: Global.
- Turner, L. & Ash, J. (1975). *The golden borders: international tourism and the pleasure periphery*. Londres: Constable & Robinson Limited
- Turner, G. (1997). “It works for me”: British cultural studies, Australian cultural studies, Australian film. In Storey, J. (Ed). *What is cultural studies? A reader*. 2º Ed. London: Arnold.
- Urry, J. (1996). *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. (Tradução Carlos Eugenio Marcondes de Moura). São Paulo: Studio Nobel.
- Vainfas, R. (2012). *Brasil no olhar dos viajantes* [Documentário]. Direção: João Carlos Fontoura TV Senado, 60 min.
- Vainfas, R. (2002). Introdução Crítica - Retrato do Brasil de Paulo Prado. In Santiago, S. (Coord.). *Intérpretes do Brasil*. Editora Nova Aguilar.
- Vasco, A. M. (2014). Mestiçagem e identidade nacional: apontamentos para uma descolonização do imaginário brasileiro. In Baptista, M. M. & Vidal, S. (Coord.). *Colonialismos, pós-colonialismo e lusofonias – Atas do IV Congresso Internacional em Estudos Culturais*. Ver o Verso Edições.
- Veiga-Neto, A. (2000). Michel Foucault e os Estudos Culturais. In Costa, M. V. (Org.). *Estudos Culturais em educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS.
- Ventura, R. (2002). Introdução Crítica – Os Sertões de Euclides de Cunha. In Santiago, S. (Coord.). *Intérpretes do Brasil*. Editora Nova Aguilar.
- Ventura, A. (2014). Minha língua, sua pátria: breve reflexão sobre os impactos do novo acordo ortográfico da língua portuguesa no mito da lusofonia. In Baptista, M. M. *et al.*, (Org.). *Europa das nacionalidades: imaginários, identidades e metamorfoses políticas*. Coimbra: Grácio Editor
- Viana, O. (2005). *Populações Meridionais do Brasil*. Brasília. Senado Federal, Conselho Editorial, vol. 27 (Edições do Senado Federal).
- Viana, B. (2014). A imagem do Brasil na mídia impressa portuguesa: Um estudo do caso Diário de Notícias e Público. In *C-legenda*, 0(30), pp. 36-47.

- Wang, Y. A. & Morais, D. B. (2014). Self-representation of matriarchal other. In *Annals of Tourism Research*, n.44, pp. 74-78. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.annals.2013.09.002>.
- Wallerstein, I. (2007). *O universalismo europeu: a retórica do poder*. (Tradução Beatriz Medina). São Paulo: Boitempo.
- Xaxier, I. (2006). Prefácio. In Shohat, E. & Stam, R. *Crítica da imagem eurocêntrica: Multiculturalismo e representação* (Tradução Marcos Soares). São Paulo: Cosac Naify.
- Yan, G. & Santos, C. (2009). “China, Forever” – Tourism discourse and self-orientalismo. In *Annals of Tourism Research*, vol.36, n.2, pp. 295-315. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.annals.2009.01.003>.
- Yázigi, E.; Carlos, A.; Cássia, R. & Cruz, A. (1999). *Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura*. Editora Hucitec.

### **Referências Brochuras Turísticas**

- Abreu Viagens (2014/2015a). Ven y vívelo. Porto: Viagens Abreu S.A.
- Abreu Viagens (2014/2015b) Hotéis e Resorts Porto: Viagens Abreu S.A.
- Abreu Viagens (2013/2014). Ven y vívelo. Porto: Viagens Abreu S.A.
- Aventoura (2014). Brasilien. Rehlingstraße: aventoura.
- Boscolo (2014/2015). Americhe. Iviaggi Di Boscolo.
- Best Of (2014/2015). Sudamerika. Stuttgart: Best Of Tavel Group.
- Clio (2015). Amerique, Pacifique, Afrique. Paris: Clio Voyages Culturels.
- Dimensione Turismo (2013/2014). Brasile.
- Dimensione Turismo (2013/2014). Natal
- Du Monde (2014). Voyageurs au Bresil. Paris: Voyageurs du Monde.
- El Corte Inglés (2014). Grandes Viagens: Ásia, África, Américas. Madrid: Viagens El Corte Inglés.
- Exótico Tour Operator (2012). Brasil. Lisboa: Exótico -Viagens e Turismo Lda.
- Exótico Tour Operator (2014). Brasil. Lisboa: Exótico - Viagens e Turismo Lda.
- Explorer (2014/2015). Mittel - & Sudamerika, Karibik. Schlier: Explorer.

Gateway (2014). Brasilien. Leipzig: Gatewaybrazil.

Iberojet (2012). Brasil - Estadias e cobinados. Palma de Malorca: Viajes Iberojet S.A.

Master Explorer Tour Operator (2014/2015). Brasile.

Nortravel (2013). Brasil: praias e circuitos – seleção Nortravel. Porto: Nortravel, S.A.

Nortravel (2014). Brasil: praias e circuitos – seleção Nortravel. Porto: Nortravel, S.A.

Press Tours (2013). Brasile.

Politours (2014/2015). Américas – Norte, Centro e Sul (Com Patagônia). Zaragoza: Politours.

Ruppert (2014). Brasilien neu entdecken... Munique: Ruppertbrasil.

Sol Férias (2013). Brasil. Lisboa: Soliférias operador turístico.

Sol Férias (2014). Brasil. Lisboa: Soliférias operador turístico.

Terre Voyages (2013/2014). Terre Bresil. Paris, Terre Voyages.

Travelplan (2012/2013). Brasil. Lucmajor: Globália Business.

Travelplan (2014/2015). Brasil. Lucmajor: Globália Business.

Viaggidea (2014). Sud America. Gruppo Alpitour.

## Apêndice I

### 1. Regiões e destinos promovidos pelas operadoras de viagens alemães

Quadro 1: Operadoras de viagens alemães - regiões e destinos promovidos

Reg. Dest. Operadoras	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
<b>Gateway</b>	Fortaleza, Jericoacoara, São Luís, Lençóis, Pipa, Salvador, Marau, Praia do Forte, Imbarai, Morro de São Paulo, Ilhéus, Itacaré, Porto de Galinhas, Olinda, Recife, Noronha, Maceió, São Miguel dos Milagres	Amazônia, Manaus, Belém, Ilha de Marajó	Pantanal, Cuiabá, Chapada dos Guimarães, Brasília	Rio de Janeiro, Búzios, Paraty, Ilha Grande, São Paulo, Belo Horizonte, Ouro Preto, Mariana, Tiradentes, Congonhas	Iguaçu, Ilha do Mel, Praia do Rosa
<b>Ruppert</b>	Fortaleza, Jericoacoara, São Luís, Lençóis, Pipa, Salvador, Chapada Diamantina, Imbarai, Guarajuba, Praia do Forte, Morro de São Paulo, Boipeba, Itacaré, Marau, Rio das Contas, Guarajuba, Pecem, Recife, Olinda, Noronha, Porto de Galinhas	Amazônia Manaus, Belém, Santarém, Anavilhanas, Ilha de Marajó	Cuiabá, Pantanal, Bonito, Brasília, Japalão	Rio de Janeiro, Arraial do Cabo, Angra dos Reis, Ilha Grande, Nova Friburgo, Paraty, Búzios, São Paulo, Ilha Bela, Santos, Belo Horizonte, Ouro Preto, Itaipoca, Tiradentes	Iguaçu, Curitiba, Florianópolis, Blumenau, Ilha do Papagaio, Praia do Rosa, Porto Alegre
<b>Aventura</b>	Fortaleza, Jericoacoara, São Luís, Lençóis, João Pessoa, Soledade, Salvador, Itacaré, Ingi, Boipeba, Arraial d'Ajuda, Recife, Olinda	Manaus	Cuiabá, Pantanal	Rio de Janeiro, Paraty, Ilha Grande, Vitória	Iguaçu, Florianópolis
<b>Best Of</b>	Salvador, Praia do Forte, Chapada Diamantina, Aracaju, Recife, Porto de Galinhas, Noronha, Maceió, Penedo, São Miguel dos Milagres	Amazônia, Manaus, Anavilhanas	Pantanal, Cuiabá, Campo Grande, Bonito	Rio de Janeiro, Paraty, Búzios, Petrópolis, Belo Horizonte, Ouro Preto, Inhotim, Mariana, Tiradentes, Congonhas, São João D. Rey	Iguaçu
<b>Explorer</b>	Fortaleza, Salvador, Jericoacoara, São Luís, Lençóis, Mangue Seco, Maragogi, Praia do Forte, Vale do Capão, Taboquinhas, Itacaré, Ilhéus, Chapada Diamantina, Cachoeira, Ponta do Curral, Morro de São Paulo, Timburi, Marau, Recife, Porto de Galinhas	Amazônia, Manaus	Cuiabá, Chapada dos Guimarães, Bom Jardim, São José do Rio Claro, Nobres, Bonito, Campo Grande, Pantanal	Rio de Janeiro, Petrópolis, Paraty, Angra dos Reis, Ilha Grande, Ouro Preto, Tiradentes	Iguaçu, Florianópolis, Ubatuba, Lagoinha do Leste

## 2. Regiões e destinos promovidos por operadoras de viagens italianas

Quadro 2: Operadoras de viagens italianas - regiões e destinos promovidos

Reg. Dest. Operadoras	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
<b>Dimensione Turismo</b>	Fortaleza, Jericoacoara, Canoa Quebrada, Natal, Pipa, Cunhaú, Maracajau, Recife, Noronha, Salvador, Ilhéus, Porto de Galinhas, Morro de São Paulo	Amazônia, Ilha de Marajó	Pantanal	Rio de Janeiro, Búzios, Ilha Grande	Florianópolis, Iguaçu
<b>Master Explorer</b>	Fortaleza, Recife, Noronha, Porto de Galinhas, Salvador, Praia do Forte, Morro de São Paulo	Manaus	-	Rio de Janeiro, Angra dos Reis, Búzios	Iguaçu
<b>Press Tours</b>	Fortaleza, Jericoacoara, Mundaú, Cumbuco, Canoa Quebrada, São Miguel do Gostoso, Galinhas, Natal, Pipa, Recife, Olinda, Porto de Galinhas, Noronha, Salvador, Praia do Forte, Porto Seguro, São Luís, Barreirinhas	Manaus, Amazônia	Pantanal, Campo Grande, Bonito	Rio de Janeiro, Barra do Piraí, Angra dos Reis, Paraty, Búzios, Belo Horizonte, Ouro Preto, Mariana, Congonhas, Tiradentes, São João Del Rey	Iguaçu
<b>Boscolo</b>	Salvador, Olinda	Manaus, Amazônia		Rio de Janeiro, Ouro Preto, Belo Horizonte, Mariana, Tiradentes	Foz do Iguaçu
<b>Viaggidelta</b>	Salvador, Praia do Forte, Fernando de Noronha, Fortaleza, Guajirú, Jericoacoara, Parnaíba, Caburé, Barreirinhas, São Luís	Amazônia	-	Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Tiradentes, Ouro Preto	Foz do Iguaçu



### 3. Regiões e destinos promovidos por operadoras de viagens francesas

Quadro 3: Operadoras de viagens francesas - regiões e destinos promovidos

Reg. Dest. Operadoras	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
<b>Du Monde</b>	Recife, Olinda, Noronha, Pipa, São Miguel dos Milagres, Lencóis, Salvador, Trancoso, Itacaré, Conumbau, Boipeba, Praia do Forte, Morro de São Paulo, Santo Amaro, Ilhéus	Amazônia, Manaus, Ilha de Marajó	Brasília, Pantanal	Rio de Janeiro, Búzios, Paraty, Petrópolis, São Paulo, Picinguaba, Catuçaba	Iguaçu
<b>Terre Voyages</b>	Fortaleza, Jatobacoura, Delta do Parnaíba, Canoa Quebrada, São Luís, Barreirinhas, São Miguel do Gostoso, Caburé, Galinhas, Recife, Olinda, Noronha, Porto de Galinhas, Maragogi, Macció, Penedo, Salvador, Praia do Forte, Boipeba, Itacaré, Morro de São Paulo, Trancoso	Manaus, Ilha de Marajó	Pantanal, Cuiabá	Rio de Janeiro, Paraty, Ilha Grande, Petrópolis, Barra do Pirai, Ouro Preto, Tiradentes, Belo Horizonte, Mariana, Congonhas	Iguaçu
<b>Glo</b>	Recife, Olinda, Salvador	Manaus	Brasília	Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Ouro Preto, Congonhas, Mariana	Iguaçu

#### 4. Regiões e destinos promovidos por operadoras de viagens espanholas

Quadro 4: Operadoras de viagens espanholas - regiões e destinos promovidos

Reg. Dest. Operadoras	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
<b>Iberopet</b>	Salvador, Praia do Forte, Natal, Pipa, Fortaleza, Cumbuco, Aquiraz, Jatiocara, Recife, Noronha Porto de Galinhas, Cabo de Santos Agostinho	-	-	Rio de Janeiro	-
<b>Travelplan</b>	Salvador, Costa dos Coqueiros, Morro de São Paulo, Natal, Pipa, Fortaleza, Canas Quebrada, Lagoinha, Cumbuco, São Luís, Barreirinhas, Lençóis, Porto de Galinhas	Amazônia	-	Rio de Janeiro, São Paulo	Iguaçu
<b>El Corte Ingles</b>	Salvador Praia do Forte	Manaus Amazônia	-	Rio de Janeiro	Iguaçu
<b>Politours</b>	Salvador	-	-	Rio de Janeiro Búzios	Iguaçu

## 5. Regiões e destinos promovidos por operadoras de viagens portuguesa

Quadro 5: Operadoras de viagens portuguesas - regiões e destinos promovidos

Reg. Dest. Operadoras	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
<b>Abreu Viagens</b>	Fortaleza, Jericoacoara, Cumbuco, Canoa Quebrada, Lagoinha, Marambaia, Natal, Pipa, São Miguel do Gostoso, Recife, Noronha, Porto de Galinhas, Cabo de Santo Agostinho, Praia dos Carneiros, Maria Farinha, Salvador, Praia do Forte, Guarajuba, Itacaré, Ilhéus, Chapada Diamantina, Monte de São Paulo, Arraial d' Ajuda, Trancoso, Maratã, São Luís, Barrerinhas, Lençóis, João Pessoa, Maceió, Maragogi	Manaus, Amazônia	Cuiabá, Campo Grande, Pantanal do Sul, Pantanal do Norte, Bonito, Brasília, Pirenópolis	Rio de Janeiro, Angra dos Reis, Barra do Piraí, Búzios, Petrópolis, Paraty, São Paulo, Ubatuba, São Sebastião, Caraguatatuba, Ilha Bela, Santos, Guaruja, Campos do Jordão, Santo Antônio do Pinhal, São Bento, Sapucaí, Anibaia, Águas de Lindóia, Serra Negra, Aparecida, São Luiz do Paralimpa, Belo Horizonte, Caxambu, São Lourenço, Ouro Preto, Marina, Tiradentes, Congonhas, São João Del Rey	Iguaçu, Florianópolis
<b>Sol Férias</b>	Fortaleza, Cumbuco, Porto das Dunas, Jericoacoara, Natal, Pipa, Recife, Porto de Galinhas, Cabo de Santo Agostinho, Maragogi, João Pessoa, Salvador, Praia do Forte, Guarajuba	Manaus, Belém	-	Rio de Janeiro, Angra dos Reis, Búzios, Paraty	-
<b>Nor Travel</b>	Fortaleza, Cumbuco, Marambaia, Aquiraz, Natal, Pipa, Recife, Cabo de Santos Agostinho, Porto de Galinhas, Maragogi, Salvador, Praia do Forte, Guarajuba	Manaus	-	Rio de Janeiro, Angra dos Reis, Búzios	Iguaçu
<b>Exótico Tour</b>	Fortaleza, Jericoacoara, Natal, Pipa, Recife, Porto de Galinhas, Cabo de Santo Agostinho, Salvador, Praia do Forte, Guarajuba, Imbassai	Manaus	-	Rio de Janeiro, Angra dos Reis, Búzios	-

## Apêndice II

### Estudo da demanda internacional anos base 2012/2013 - Ministério do Turismo (2014)

No estudo divulgado pelo Ministério do Turismo do Brasil (2014) através do Anuário Estatístico de Turismo, o número total de turistas recebido em 2012 e 2013 foram, respectivamente, 5.676.843 e 5.813.342 visitantes.

Dentre os principais continentes emissores de visitantes ao país, destacaram-se a América do Sul, com cerca de 50% dos turistas emitidos; a Europa, com aproximadamente 29%; a América do Norte, representando cerca de 12%; a Ásia, com 5%; e a África, Oceania, América Central e Caribe, somando aproximadamente 1% dos turistas emitidos ao país, conforme gráfico 1:

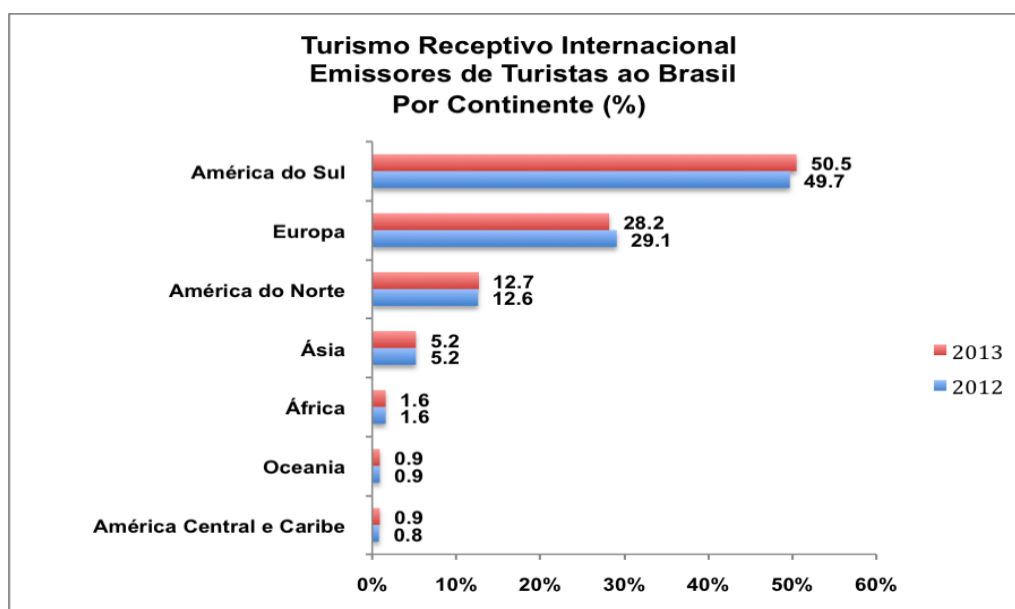


Gráfico 1 -Turismo receptivo internacional  
Fonte: Ministério do Turismo (2014)

Quanto à principal motivação de viagens internacionais ao Brasil, destacaram-se as viagens a lazer com aproximadamente 47%; as viagens a negócios, eventos ou convenções corresponderam a 25%, e 28% realizaram-se por “outros motivos”, conforme gráfico 2:

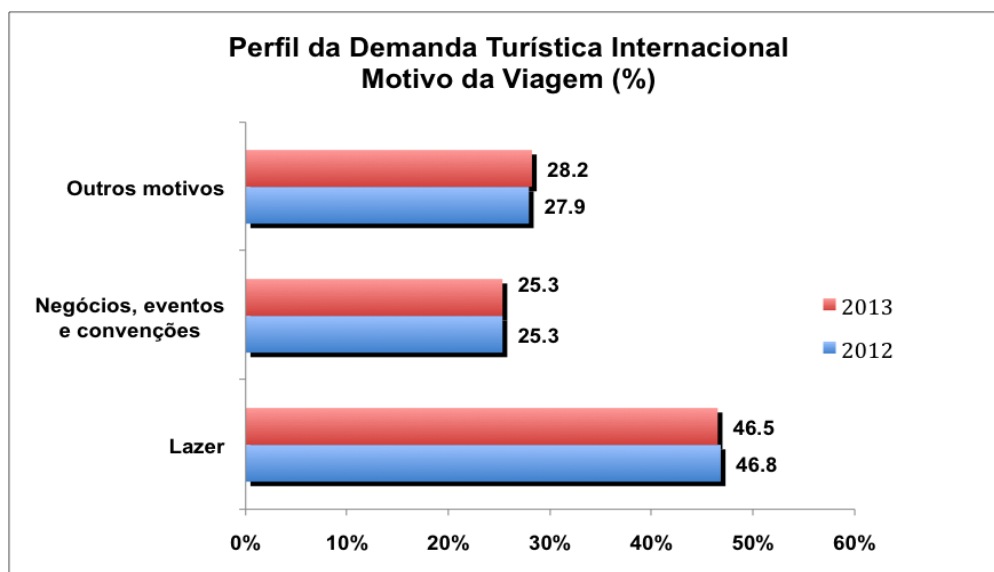


Gráfico 2 - Perfil da demanda turística internacional: motivo da viagem

Fonte: Ministério do Turismo (2014)

Vale ressaltar que, entre os viajantes internacionais que visitaram o país a lazer, em 2012 e 2013, cerca de 64% buscaram por sol e praia; 20% interessaram-se pela natureza e ecoturismo; 11% motivaram-se pela cultura do país; e o restante vieram em busca de esportes (1,9%); diversão noturna (0,9%); viagem de incentivo (0,3%) e outros motivos (0,8%), com pequenas variações nos percentuais, conforme gráfico 3:

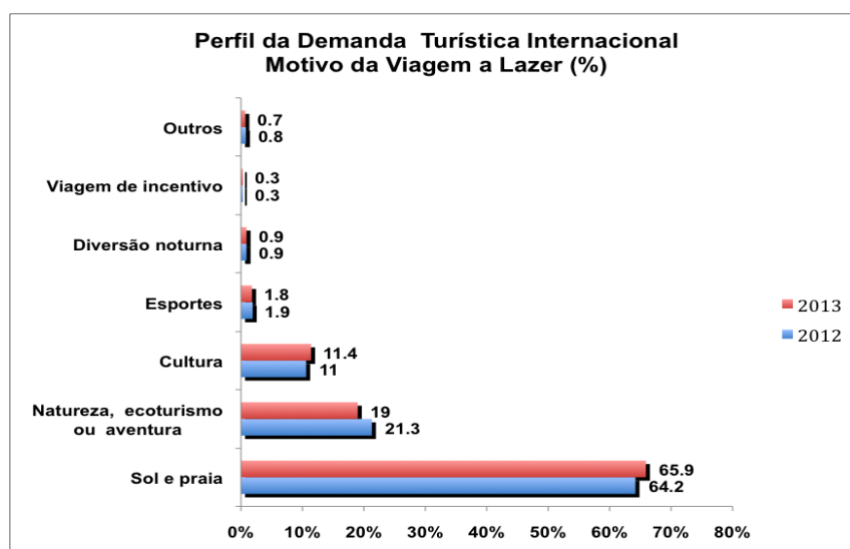


Gráfico 3 - Perfil da demanda turística internacional: motivo da viagem a lazer

Fonte: Ministério do Turismo (2014)

Os principais países europeus emissores de turistas ao Brasil, entre os anos de 2012 e 2013, corresponderam a Alemanha, com aproximadamente 15% dos turistas emitidos ao país; Itália, com cerca de 14%; França, com emissão de 13%; Portugal e Espanha com, respectivamente, 10% e 11%, do total dos turistas europeus emitidos ao país; ocorrendo pequenas variações nos percentuais, conforme gráfico 4:

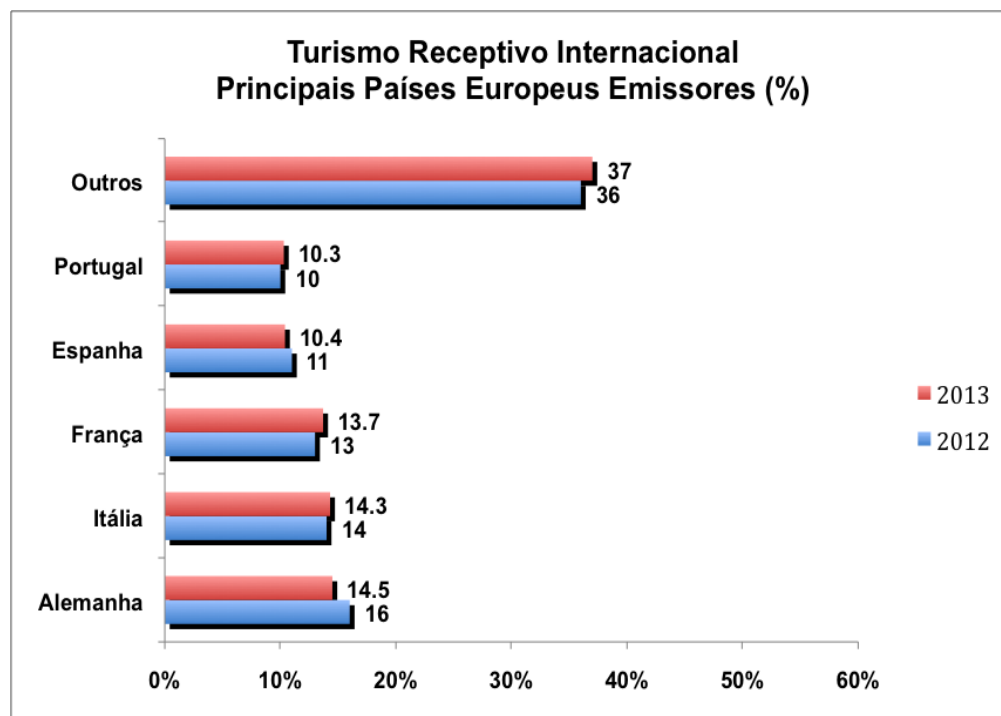


Gráfico 4 - Principais países europeus emissores  
Fonte: Ministério do Turismo (2014)

Dentre as motivações de viagens, segundo os principais países europeus emissores de turistas ao Brasil, no período de 2012 e 2013, as viagens a lazer assumiram predominância entre os alemães (aproximadamente 32%); franceses (33,4% em 2012 e 37,1% em 2013) e italianos (31%). Na sequência, os espanhóis (25%) e portugueses (22,8% em 2012 e 25,6% em 2013), conforme gráfico 5:

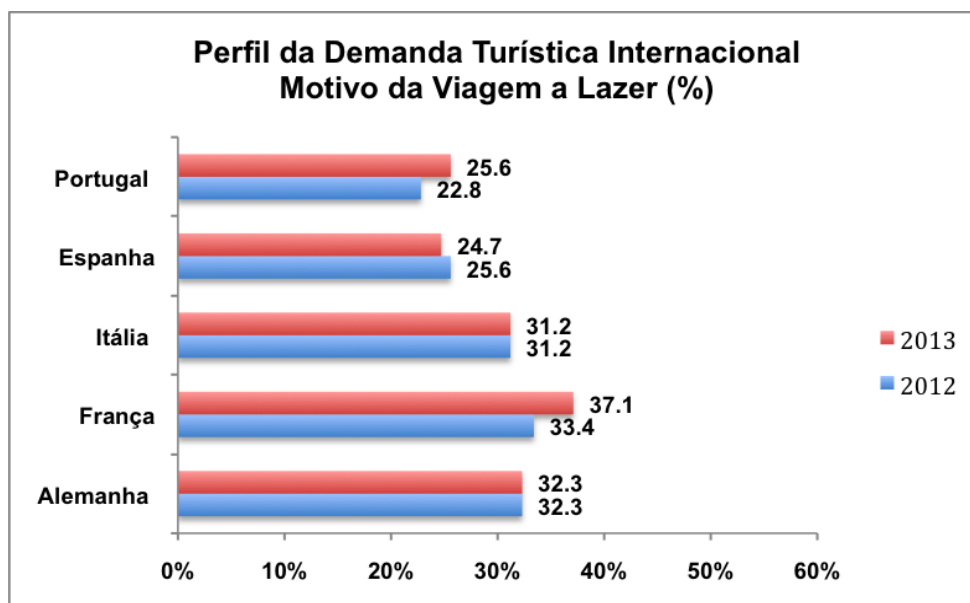


Gráfico 5 - Perfil da demanda turística internacional:  
motivo da viagem a lazer (países europeus)  
Fonte: Ministério do Turismo (2014)

Dentre as viagens a lazer, as motivações dos visitantes europeus ao país relaciona-se com os atrativos sol e praia, sendo mais demandados entre os visitantes portugueses (60%) e italianos (54% em 2012 e 48% em 2013). Contudo, a procura por tais atrativos entre os espanhóis (39%), franceses (38% em 2012 e 37,3% em 2013) e alemães (34,1% em 2012 e 31,8% em 2013) também foi significativa, conforme gráfico 6:

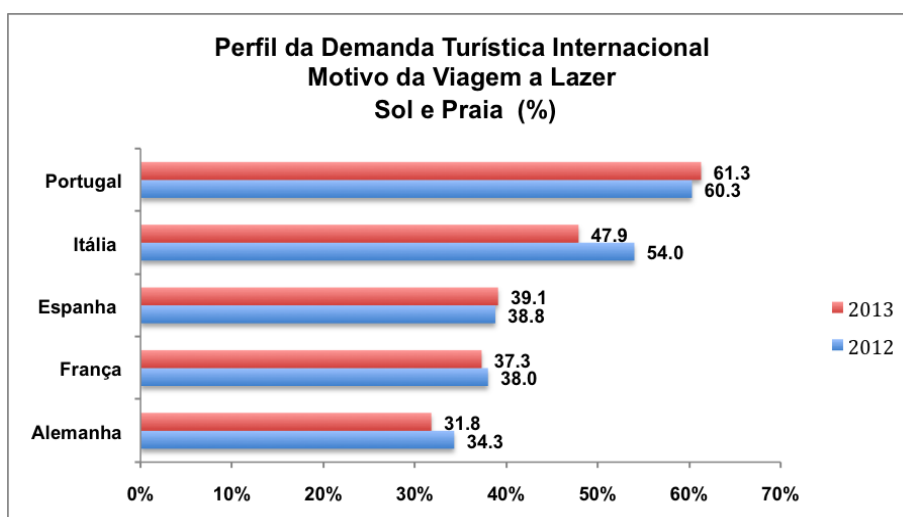


Gráfico 6 - Perfil da demanda turística internacional:  
motivo da viagem a lazer – sol e prais  
Fonte: Ministério do Turismo (2014)

O maior interesse sobre os atrativos relacionados a natureza, ecoturismo e aventura foram observados entre os turistas alemães (37% em 2012 e 39,2% em 2013), espanhóis (33,7% em 2012 e 32,8% em 2013) e franceses (25,9% em 2012 e 27,7 em 2013), conforme gráfico 7:

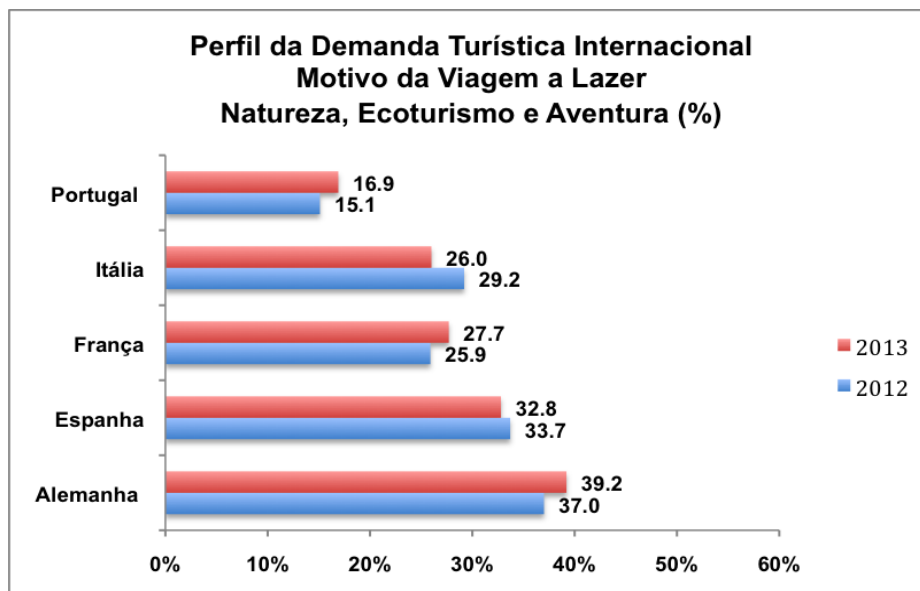


Gráfico 7 - Perfil da demanda turística internacional: motivo da viagem a lazer – natureza, aventura e ecoturismo

Fonte: Ministério do Turismo (2014)

Contudo, o atrativo cultural apresentou relevância inversa ao atrativo sol e praia, com maior interesse pelos franceses (29,3% em 2012 e 26,8% em 2013), alemães (22,5% em 2012 e 24,5% em 2013), espanhóis (22,3 em 2012 e 20,7 em 2013), italianos (11,9% em 2012 e 18,7% em 2013) e portugueses (20,6% em 2012 e 17,2% em 2013), conforme gráfico 8:



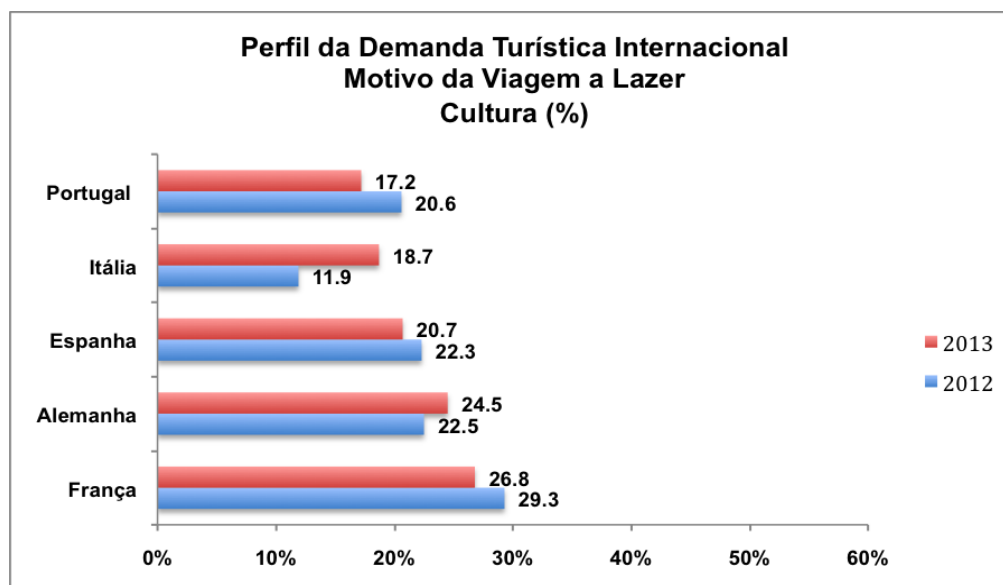


Gráfico 8 - Perfil da demanda turística internacional:  
motivo da viagem a lazer - cultura

Fonte: Ministério do Turismo (2014)

Quanto a composição do grupo turístico, parte dos europeus visitaram o país sozinho, representando mais da metade dos viajantes em todos os países analisados. Assim, entre os espanhóis 50,9 % em 2012 e 54,1% em 2013 dos que visitaram o país vieram sem nenhum acompanhante; entre os italianos o percentual foi aproximadamente 53%; os portugueses desacompanhados representaram 52%; entre os alemães, o percentual de viajantes sozinhos ao Brasil cresceu de 48,2% em 2012 para 51,5% em 2013; em contrapartida o percentual entre os franceses reduziu de 48% em 2012 para 44,6% em 2013, conforme gráfico 9:

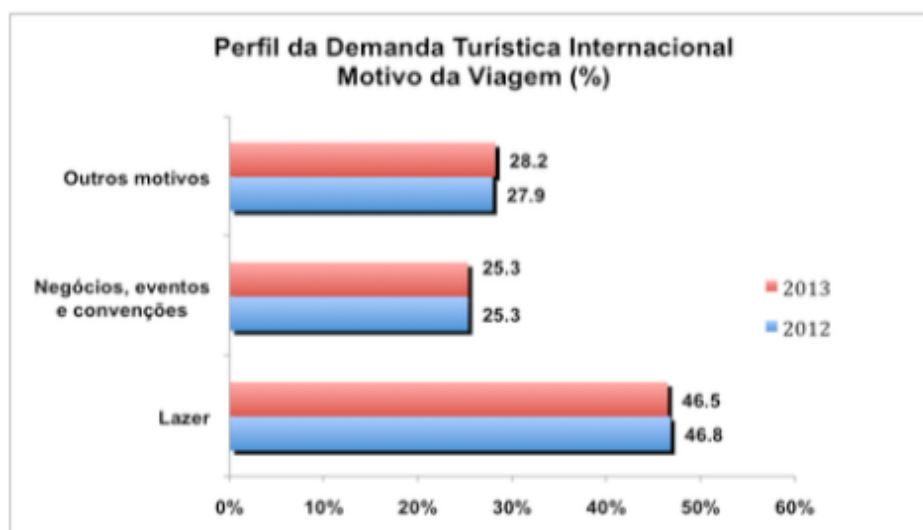


Gráfico 9 - Perfil da demanda turística internacional: motivo da viagem –  
composição do grupo turístico  
Fonte: Ministério do Turismo (2014)

Quanto às principais cidades vistas a lazer pelos europeus, nos anos de 2012 e 2013, o Rio de Janeiro destacou-se em 1º posição. Os percentuais mais relevantes foram entre os franceses (60,7% em 2012 e 65,1% em 2013); seguidos pelos alemães (52,9% em 2012 e 59,5% em 2013); italianos (37,5% em 2012 e 43,6% em 2013); espanhóis (38,8% em 2012 e 29,2% em 2013); e mais baixo entre os portugueses (27,6% em 2012 e 30% em 2013). O município de Foz do Iguaçu, localizado no Estado do Paraná, foi o segundo destino mais visitado a lazer entre os alemães (35,8 em 2012 e 36,7 em 2013); franceses (23,6% em 2012 e 25,5% em 2013); espanhóis (27,5% em 2012 e 25,9 % em 2013); e entre os italianos ocorreu um acréscimo considerável de 2012 (11,7%) para 2013 (20,6%). A cidade de São Paulo, também destacou-se entre os cinco destinos mais visitados a lazer pelos europeus. Entre os portugueses os percentuais foram de 13,5% em 2012 e 12,6% em 2013; entre os alemães, aproximadamente, 22,8% em 2012 e 24,8% em 2013; os espanhóis, com 20,8% em 2012 e 21,8% em 2013; os franceses, 16,9% em 2012 e 18,2% em 2013; e os italianos, com 13,5% em 2012 e 11,3% em 2013. Salvador, na Bahia, e Fortaleza, no Ceará, destacaram-se entre os cinco destinos mais visitados a lazer pelos europeus. Entre os franceses que visitaram o país, 20,2% estiveram em Salvador em 2012 e 21,2% em 2013; entre os alemães, aproximadamente, 16% conheceram a capital bahiana no mesmo período, entre os espanhóis os percentuais variaram entre 22,3% em 2012 e 13,4% em 2013, aproximadamente 18% dos italianos estiveram em Salvador; e o percentual menos representativo ocorreu entre os portugueses, com cerca de 12% no mesmo

período analisado. A capital litorânea do Estado do Ceará – Fortaleza - recebeu maior destaque entre os italianos (16,9 % em 2012 e 12,8% em 2013) e portugueses (11,4% em 2012 e 10,8% em 2013). A cidade de Florianópolis, localizada no Estado de Santa Catarina, região Sul do país, recebeu expressiva visitação entre os alemães que visitaram os país a lazer (6,5% em 2012 e 12,4% em 2013) e espanhóis (6,9% em 2012 e 7,2% em 2013). Curiosamente, a cidade histórica de Paraty, localizada no litoral fluminense, destacou-se pelo significativo número de visitantes franceses, com aproximadamente 16%, conforme tabela 1:

Principais destinos visitados a lazer – 2012/ 2013								
Principais países europeus emissores de turistas ao Brasil								
Alemanha	2012 (%)	2013 (%)	França	2012 (%)	2013 (%)	Itália	2012 (%)	2013 (%)
Rio de Janeiro - RJ	52,9	59,5	Rio de Janeiro - RJ	60,7	65,1	Rio de Janeiro - RJ	37,5	43,6
Foz do Iguaçu - PR	35,8	36,7	Foz do Iguaçu - PR	23,6	25,5	Foz do Iguaçu - PR	11,7	20,6
São Paulo - SP	22,8	24,1	Salvador - BA	20,2	21,2	Salvador - BA	18,7	17,9
Salvador - BA	16,3	16,6	São Paulo - SP	16,9	18,2	Fortaleza - CE	16,9	12,8
Florianópolis - SC	6,5	12,4	Paraty - RJ	15,5	16,6	São Paulo - SP	13,5	11,3
Espanha	2012 (%)	2013 (%)	Portugal	2012 (%)	2013 (%)			
Rio de Janeiro - RJ	38,8	39,2	Rio de Janeiro - RJ	27,6	30,0			
Foz do Iguaçu - PR	27,5	25,9	São Paulo - SP	13,5	12,6			
São Paulo - SP	20,8	21,8	Salvador - BA	12,0	12,1			
Salvador - BA	22,3	13,4	Fortaleza - CE	11,4	10,8			
Florianópolis - SC	6,9	7,2	Morro de São José - BA	5,3	7,3			

Tabela 1 - Principais países europeus emissores de turistas ao Brasil  
Fonte: Ministério do Turismo (2014)

Além dos resultados gerais, o estudo do Ministério do Turismo (2014) apresentou dados sobre as chegada de turistas pelos principais Estados brasileiros (Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Ceará, Bahia, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Amazonas, Pará, Rio Grande do Sul e Santa Catarina) segundo continente e países de residência permanente. Neste sentido, ocorreu participação de europeus na região Nordeste (Bahia, Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco). Desta forma, aproximadamente 80% dos visitantes à região, nos anos de 2012 e 2013, tinham como residência permanente a Europa; 12% residiam na América do Sul; 5% na América do Norte; 1,5% proviam da África e o restante (0,8%, 0,5% e 0,6%) da Ásia, América Central e Caribe, conforme gráfico 10:

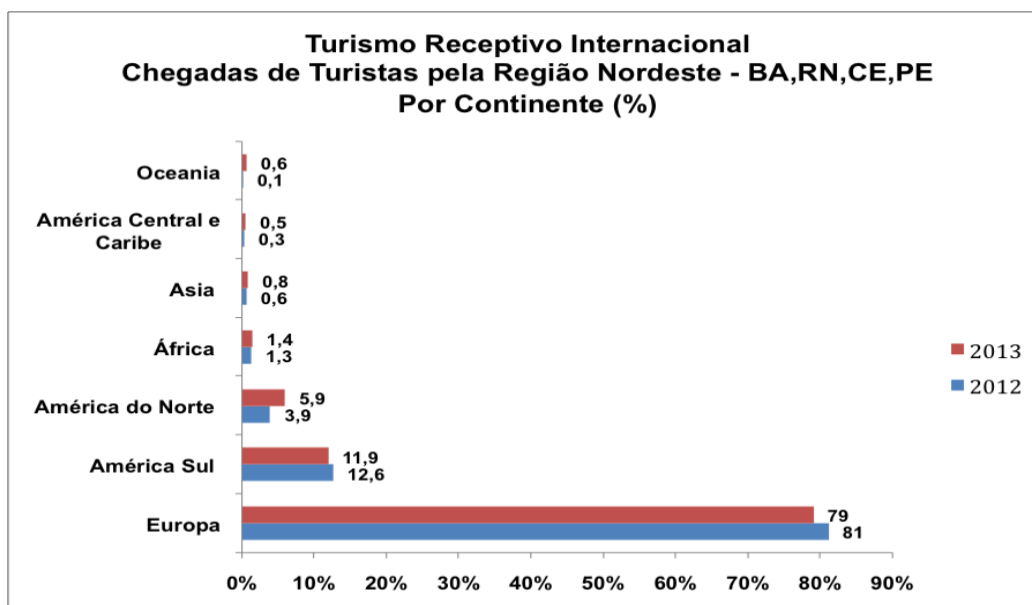
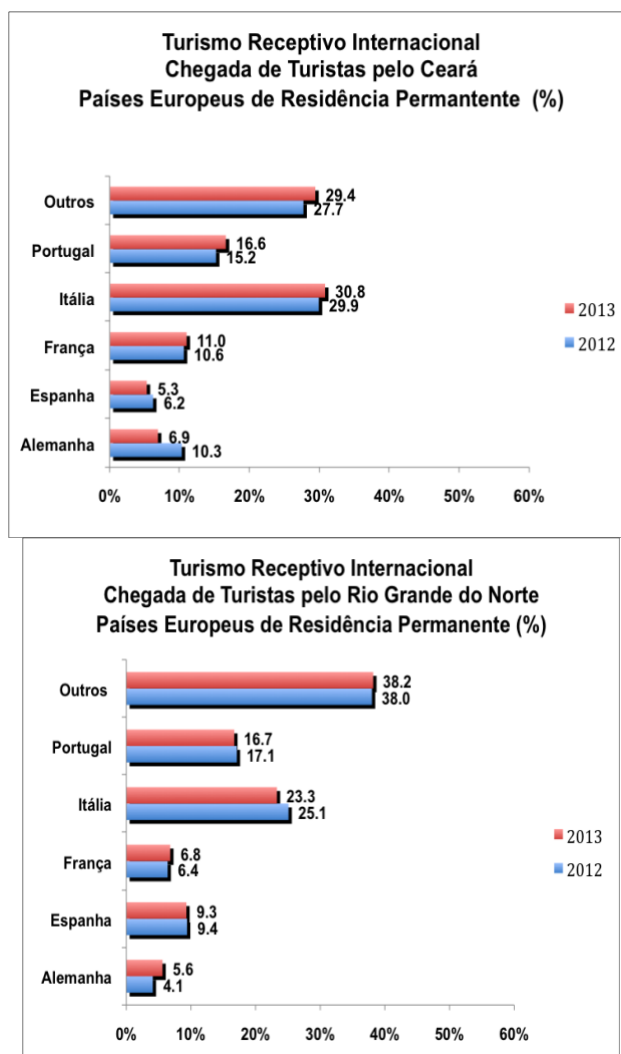


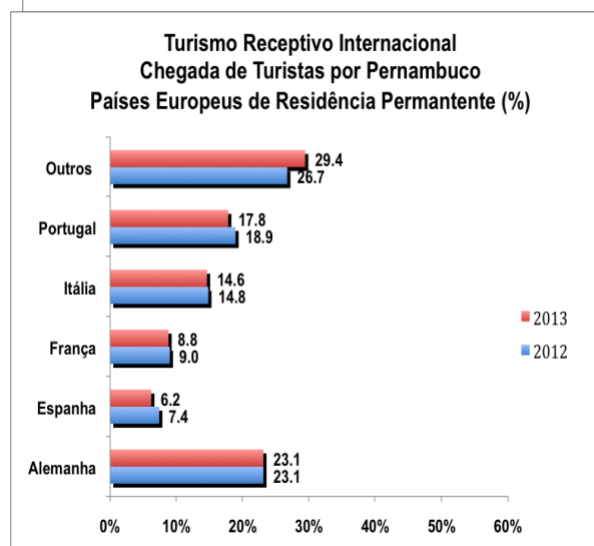
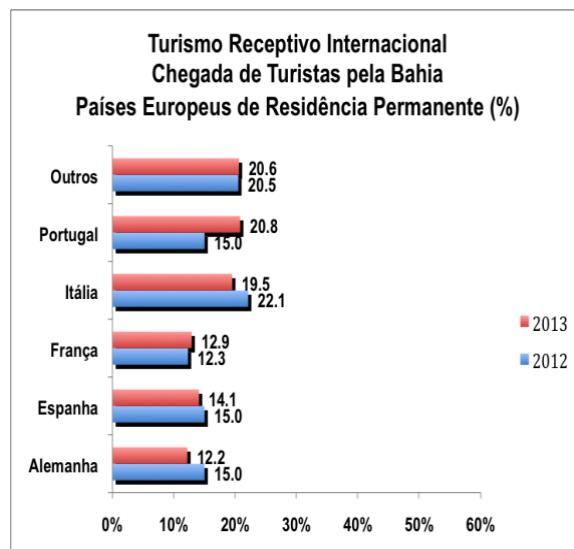
Gráfico 10 - Turismo Receptivo internacional – chegadas de turistas por região  
 Fonte: Ministério do Turismo (2014)

Nota-se a participações dos europeus à região Nordeste, com predominância de portugueses e italianos. Assim, aproximadamente a metade dos europeus que visitaram o Estados do Ceará, 30% eram italianos e 16% portugueses; e cerca de 40% dos que visitaram o Estado do Rio Grande do Norte, 24% tinham como residência a Itália e 17% em Portugal, conforme gráficos 11 e 12:



Gráficos 11 e 12 - Turismo Receptivo internacional – chegadas de turistas  
Fonte: Ministério do Turismo (2014)

No mesmo período, os Estados da Bahia e Pernambuco, receberam expressivos números de visitantes portugueses e italianos – somando, aproximadamente, 40% dos visitantes a Bahia e 30% a Pernambuco. Entretanto, apesar da relevante participação dos portugueses e italianos na região Nordeste, os percentuais de visitantes franceses (12%), espanhóis (15%) e alemães (15%) foram igualmente significativos na Bahia. O Estado de Pernambuco recebeu significativo número de visitantes com residência permanente na Alemanha (23%), conforme gráficos 13 e 14:



Gráficos 13 e 14 - Turismo Receptivo internacional – chegadas de turistas  
Fonte: Ministério do Turismo (2014)

Em relação às chegadas de visitantes pela região Norte (Pará e Amazonas), segundo o Continente, parte destinaram-se da América do Norte (30% em 2012 e 41,1% em 2013) e Europa (39% em 2012 e 31,1% em 2013), conforme gráfico 15:

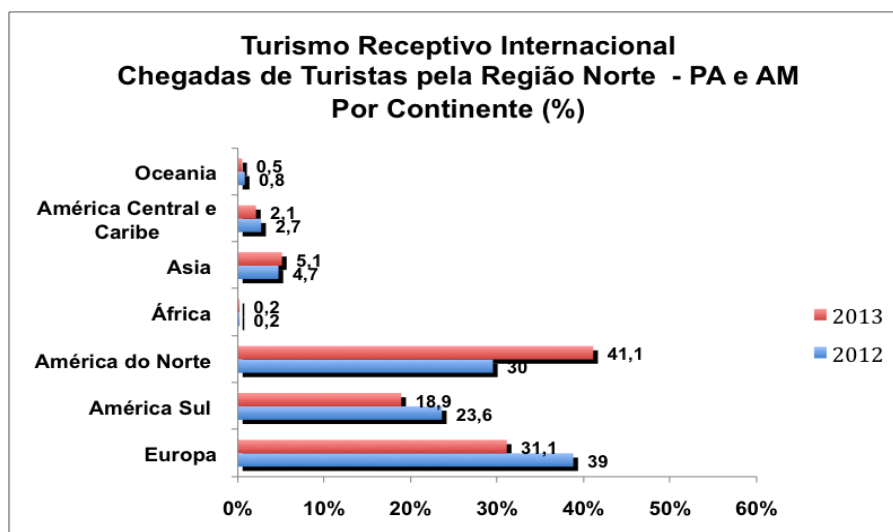
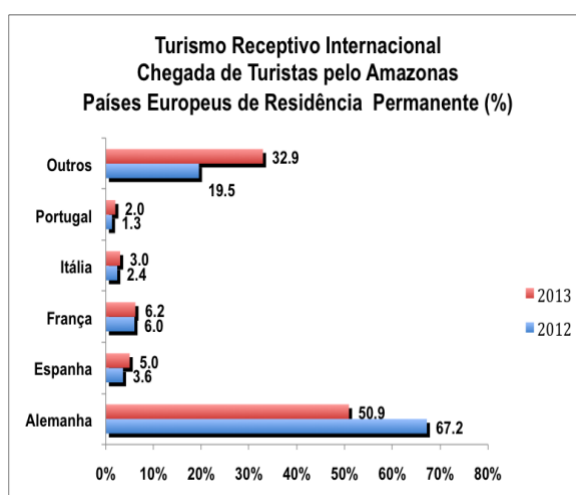
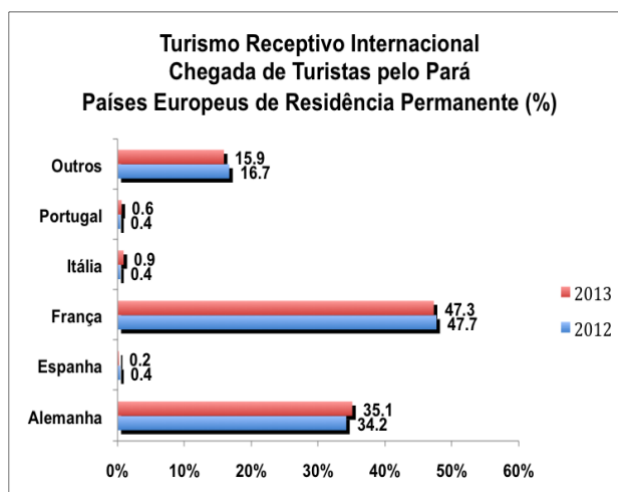


Gráfico 15 -Turismo Receptivo internacional – chegadas de turistas  
Fonte: Ministério do Turismo (2014)

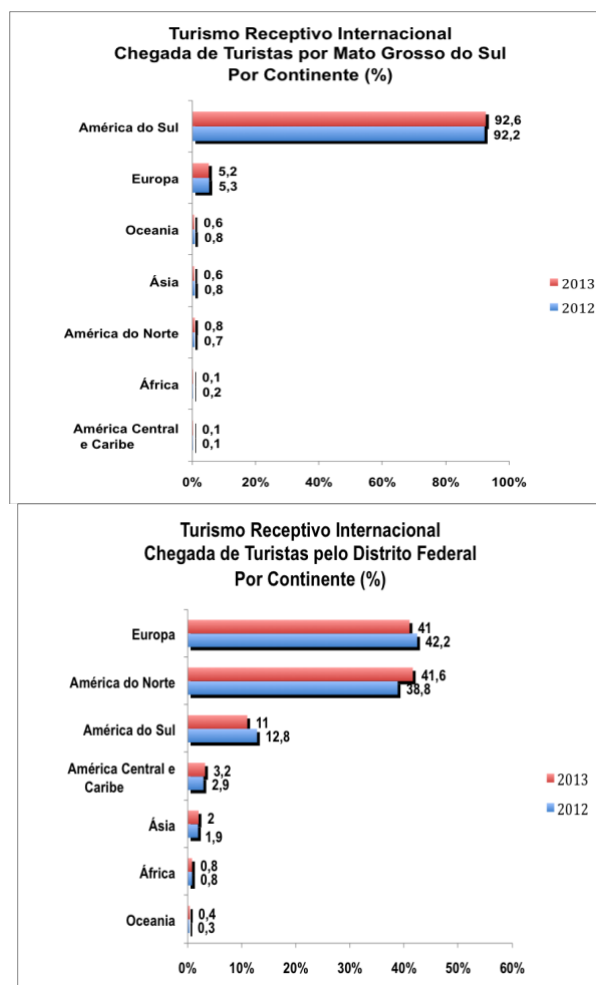
Dentre os europeus que visitaram os Estados da região Norte, verificou-se expressiva participação de alemães e franceses, somando-se cerca de 82% dos europeus que visitaram o Pará; e 73% em 2012 e 57% em 2013 dos europeus que visitaram o Amazonas. Em suma, dentre os europeus que visitaram o Pará, entre os anos de 2012 e 2013, cerca de 35% e 47% tinham a Alemanha e a França como residência permanente; e dentre os que visitaram o Amazonas, 67,2% (2012) e 50,9% (2013) tinham como residência permanente a Alemanha e cerca de 6% a França, conforme gráficos 16 e 17:



Gráficos 16 e 17 - Turismo Receptivo internacional – chegadas de turistas  
 Fonte: Ministério do Turismo (2014)

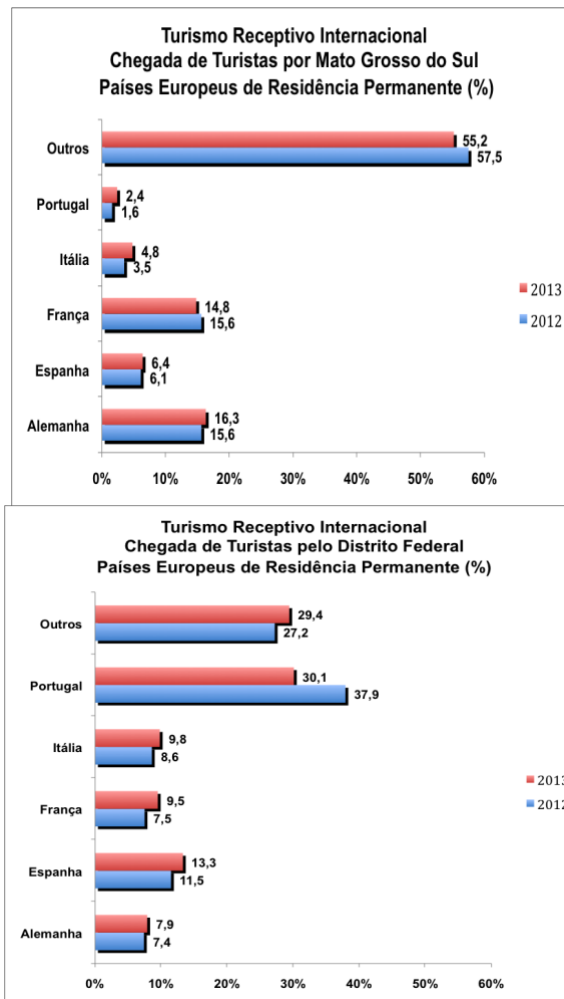
As chegadas de turistas pelos destinos representantes da região Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul e Distrito Federal), segundo o continente de residência permanente, verificou-se perfis distintos. Enquanto o Mato Grosso do Sul recebeu parte dos visitantes procedentes da América do Sul (92%) e apenas 5% da Europa; o Distrito Federal recebeu cerca de 41% de europeus e 40% da América do Norte, conforme gráficos 18 e 19:





Gráficos 20 e 21 - Turismo Receptivo internacional – chegadas de turistas  
Fonte: Ministério do Turismo (2014)

Contudo, dentre os europeus que visitaram o Estado do Mato Grosso do Sul ocorreram participações mais expressivas entre os alemães (15,6% em 2012 e 16,3% em 2013) e franceses (15,6% em 2012 e 14,8% em 2013). Logo, entre os que visitaram o Distrito Federal as participações foram mais expressivas entre os portugueses (37,8% em 2012 e 30,1% em 2013) e espanhóis (11,5% em 2012 e 13,3% em 2013), conforme gráficos 20 e 21:



Gráficos 20 e 21 - Turismo Receptivo internacional – chegadas de turistas  
 Fonte: Ministério do Turismo (2014)

As chegadas de turistas europeus pela região Sudeste (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais) foram expressivas, cerca de 34 % de europeus, 35% provenientes da América do Sul, 18% da América do Norte, 7% da Ásia, 3% da África, 1% da Oceania e 1% da America do Central e Caribe, conforme gráfico 22:

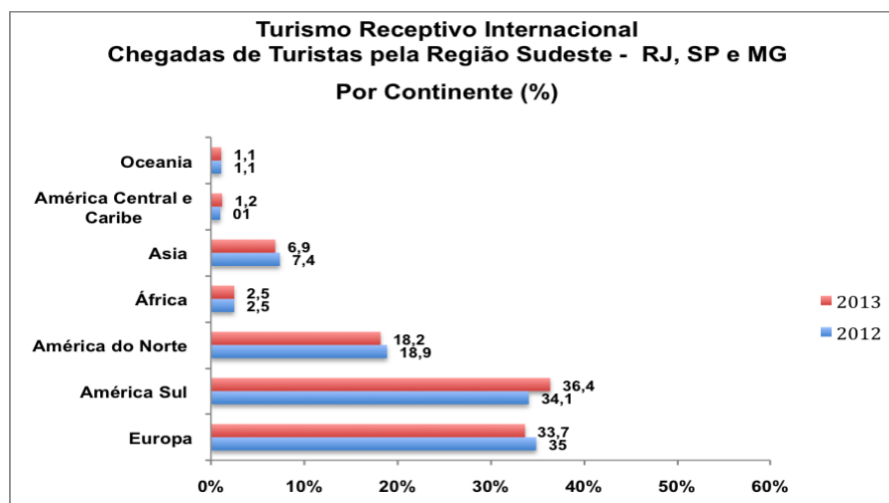


Gráfico 22 - Turismo Receptivo internacional – chegadas de turistas  
Fonte: Ministério do Turismo (2014)

Quanto a região Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) não podemos apontar uma homogeneidade entre os Estados analisados. Na cidade de São Paulo ocorreu um equilíbrio nos percentuais de turistas que a visitaram, sendo, aproximadamente 17% alemães, 13% espanhóis, 13 % italianos, 12% franceses e 8% portugueses, conforme gráfico 23:

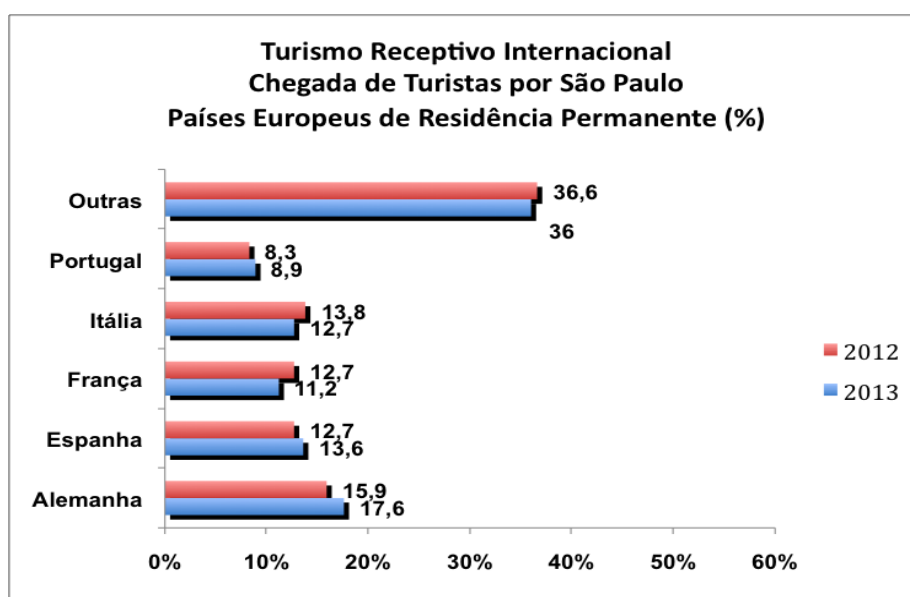


Gráfico 23 - Turismo Receptivo internacional – chegadas de turistas  
Fonte: Ministério do Turismo (2014)

Quanto ao Rio de Janeiro os principais visitantes, no mesmo período, foram os franceses (18,6% em 2012 e 17,2% em 2013), seguidos dos alemães (12,3% em 2012 e 12% em 2013),

italianos (11,4% em 2012 e 12,2% em 2013), portugueses (8,6% em 2012 e 9,3% em 2013) e espanhóis (6,9% em 2012 e 7,5% em 2013), conforme gráfico 24:

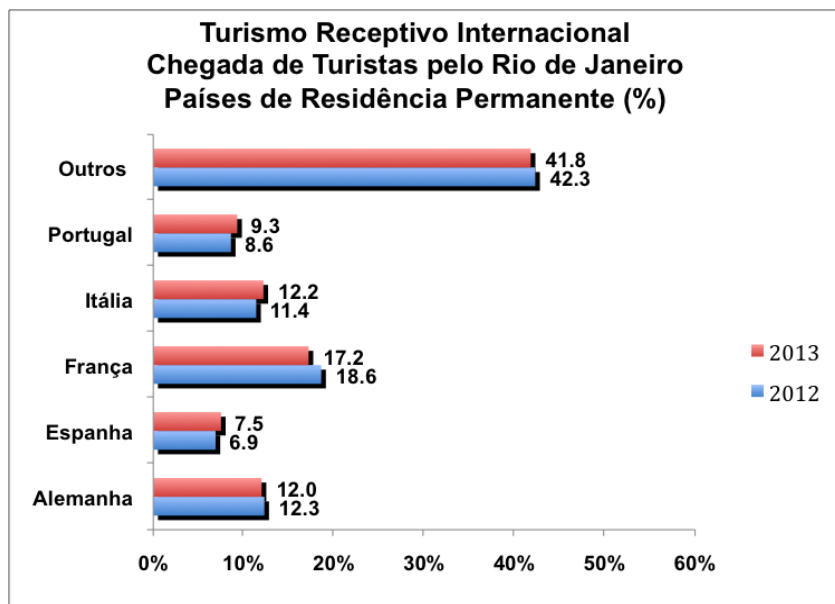


Gráfico 24 - Turismo Receptivo internacional – chegadas de turistas  
Fonte: Ministério do Turismo (2014)

Dentre as nacionalidades analisadas, os percentuais de portugueses que visitaram Minas Gerais são expressivos (28% em 2012 e 33,1% em 2013), seguidos dos italianos (22,4% em 2012 e 19,3% em 2013), franceses (9,6% em 2012 e 7,4% em 2013), espanhóis (9% em 2012 e 7% em 2013) e alemães (8,7% em 2012 e 8,9% em 2013), conforme gráfico 25:

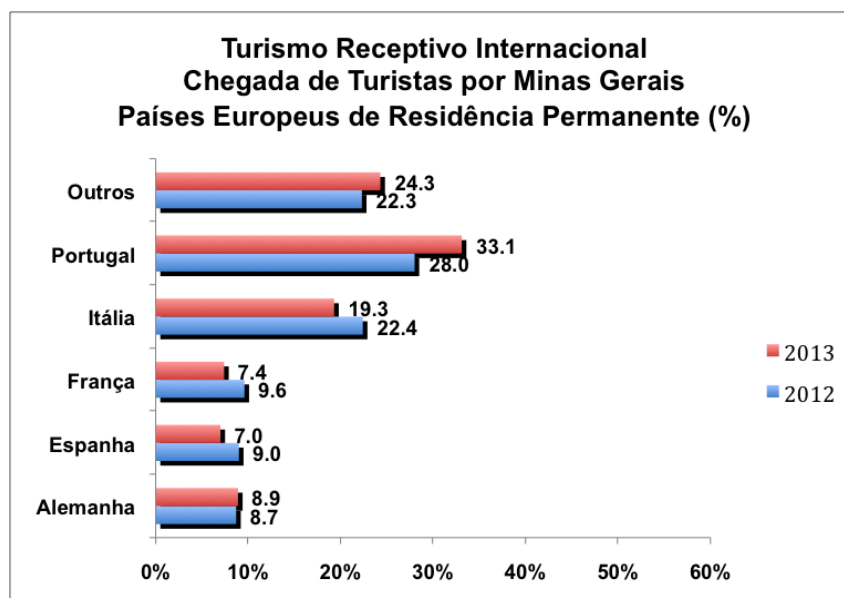


Gráfico 25 - Turismo Receptivo internacional – chegadas de turistas  
Fonte: Ministério do Turismo (2014)

As chegadas de turistas pelos Estados da região Sul do país (Santa Catarina e Rio Grande do Sul) verificou-se que os números são pouco significativos, uma vez que, aproximadamente, 3% dos turistas europeus que visitaram o Brasil, destinaram-se a região Sul, conforme gráfico 26:

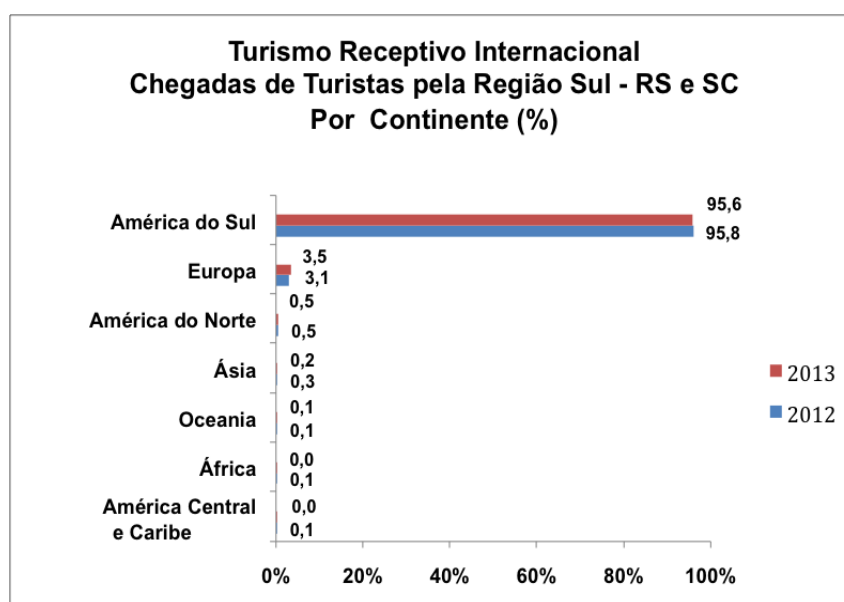
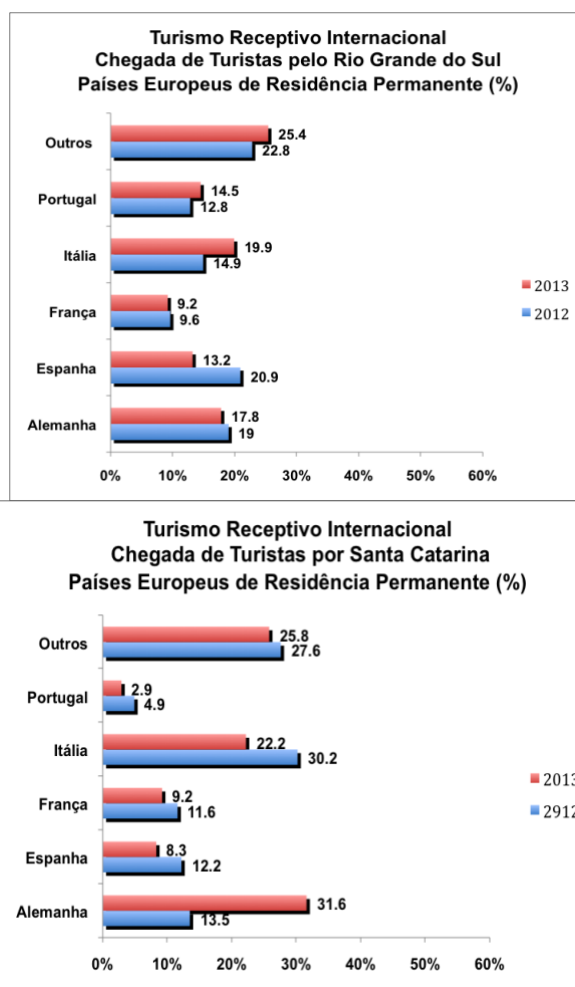


Gráfico 26 - Turismo Receptivo internacional – chegadas de turistas  
Fonte: Ministério do Turismo (2014)

Na região Sul, constatou-se maior frequência entre os alemães e italianos. Sendo que, os alemães representaram cerca de 13,6% em 2012 e 31,6% em 2013 dos europeus que visitaram Santa Catarina e 19% em 2012 e 17,8% em 2013 dos que visitaram o Rio Grande do Sul. Os italianos também tiveram representação expressiva, com cerca de 30,2% em 2012 e 22,2% dos turistas europeus que visitaram Santa Catarina e 14,9% em 2012 e 19,9% em 2013 dos que visitam o Rio Grande do Sul, conforme gráficos 27 e 28:



Gráficos 27 e 28 - Turismo Receptivo internacional – chegadas de turistas  
 Fonte: Ministério do Turismo (2014)